



A UGT na história do movimento sindical português (1990-2010)

José Maria Brandão de Brito | Cristina Rodrigues

 **Edições
Afrontamento**

Cabe a este II volume traçar a historiografia da UGT ao longo de um período de duas décadas, isto é, de 1990 até 2010, fazendo emergir a mais-valia que a UGT trouxe ao diálogo social português, através do seu sindicalismo de proposição, disponível para a celebração de acordos à mesa da concertação social, de cujos conteúdos e vitalidade a UGT se converteu num dos principais defensores e promotores em Portugal.

Neste período cabe a João Proença um papel determinante que a História julgará, pois foi ele quem conduziu os destinos da Central Sindical democrática e plural que a UGT, efetivamente, é, durante tempos muito difíceis, onde a sua resiliência, carácter e liderança foram a argamassa que uniu as tendências político-sindicais internas e os sindicatos em torno de um projeto sindical que reforçou as suas características de pluralismo democrático, tolerância e humanismo.

CARLOS SILVA, do Prefácio

 Edições
Afrontamento



Clique para aceder:

Índice
Anexos fotográficos

Nas páginas:

Para voltar a esta página 

Pesquisar: Ctrl+F (windows) ou Cmd+F (Mac)

^

A UGT NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS (1990-2010)

José Maria Brandão de Brito
Cristina Rodrigues

Colaboração de
João Moreira



© 2017, UGT e José Maria Brandão de Brito

Edição: Edições Afrontamento, Lda.

Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt / comercial@edicoesafrontamento.pt

Título: A UGT na História do Movimento Sindical Português (1990-2010)

Autores: José Maria Brandão de Brito e Cristina Rodrigues

Revisão: Paula Almeida

N.º edição: 1841

ISBN: 978-972-36-1620-0

Depósito legal: 433881/17

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Dezembro de 2017

ÍNDICE

11 PREFÁCIO

15 ABERTURA

21 PARTE I: O FIM DA GUERRA FRIA E A EMERGÊNCIA DE UM MUNDO EM MUDANÇA

23 O contexto internacional

27 O contexto europeu

28 A evolução portuguesa. Portugal pós-adesão às Comunidades Europeias

30 Questões sobre trabalho e sindicalismo

38 Desafios ao sindicalismo e os desafios da UGT

48 A renovação do Movimento Sindical

50 A OIT, os Sindicatos e flagelo da economia informal

53 PARTE II: PLANO POLÍTICO-SINDICAL

55 1990-1992: O pós-acordo económico e social e a criação do CES

56 As consequências do AES

59 Novo acordo sobre a Formação Profissional, Saúde e Segurança no Trabalho

60 Atividade político-sindical

61 A importante eleição no SBSI

62 Estudo do Ministério do Emprego sobre a representatividade das duas centrais

63 Aprovação do 'pacote laboral'

65 Novo Governo, os mesmos problemas

69 A criação do CES e o lugar da concertação social

71 Pontos Internacionais

73 Pontos Internos

75 O VI Congresso da UGT

81 1992-1996: Os últimos anos dos governos de Cavaco Silva. Mudança de ciclo político

82 A lei da greve




- 85 A convergência com a UE exige concertação social
- 88 Dificuldades na CGTP
- 89 A jornada europeia de 2 de abril de 1993
- 90 O drama do trabalho infantil
- 91 Agravamento da crise e o relançamento da concertação social
- 94 ... e o falhanço para 1994
- 97 Agudiza-se a tensão social: o buzirão da ponte
- 99 Adiamento da greve geral e tentativa de concertação
- 101 Afinal não havia acordo
- 103 Liderança da UGT: João Proença substitui Torres Couto
- 104 A situação social continua a agravar-se
- 106 O fim do longo consulado de Cavaco Silva. As vésperas da mudança
- 108 Eleições gerais: viragem à esquerda
- 109 A acalmia dura pouco
- 110 A questão das 40 horas
- 111 As novas ideias da nova ministra de um novo ministério
- 113 Posição da UGT. Uma reflexão de João Proença
- 114 Janeiro de 1996: do desacordo ao acordo
- 116 ... e o desacordo no acordo
- 117 Pontos Internacionais
- 118 Pontos Internos

119 VII Congresso da UGT

125 1996–2000: Sob o signo da concertação estratégica

- 126 «Que central somos nós?»
- 127 O arranque formal do processo de concertação estratégica
- 130 A criação de uma seguradora da economia social
- 131 A publicação da lei das 40 horas
- 131 A caminho da moeda única
- 133 A longa marcha para o Acordo de Concertação Estratégica
- 136 1997: a CGTP ameaça não dar tréguas aos patrões e ao Governo
- 138 A lei laboral continuava a gerar polémica
- 139 O problema do aval do estado à UGT
- 141 O 1.º de maio de 1997
- 142 A intenção de acabar com os «recibos verdes»
- 142 Projeto de reforma da Segurança Social
- 143 Conflitualidade laboral: o Acordo desilude os parceiros
- 146 As GOP e o OE para 1998
- 147 A remodelação do Governo: a saída de Maria João Rodrigues
- 148 O aumento do SMN para 1998
- 149 Livro Branco da Segurança Social
- 152 O Plano Nacional de Emprego (PNE)
- 153 Impasse na Concertação Estratégica

- 
- 154 As comemorações do 1.º de maio de 1998
 - 155 A criação da CPLP Sindical
 - 155 Uma aparente acalmia por cima de um vulcão de problemas
 - 158 Ainda a legislação laboral
 - 160 Avanços na Segurança Social
 - 161 Reivindicações da UGT para 1999
 - 162 O fim do ACE?
 - 163 A conflitualidade marca o ano de 1999
 - 164 A perspetiva dos líderes sindicais
 - 165 O pacote laboral é um lento caminho
 - 167 Eleições europeias, Timor no centro do mundo e a despedida de Macau
 - 168 Novas leis do trabalho: proibição da discriminação e recibos verdes com seguro obrigatório
 - 169 Importante entrevista de Manuela Teixeira
 - 170 As eleições de outubro de 1999
 - 172 O Congresso da CGTP e a preparação do Congresso da UGT
 - 174 Presidência portuguesa e Cimeira Europeia de Lisboa
 - 176 O 25 de Abril e o 1.º de Maio de 2000
 - 177 Pontos Internacionais
 - 178 Pontos Internos

181 VIII Congresso da UGT


187 2000–2004: Continuidade da concertação e, mais tarde, o Código do Trabalho

- 188 O Congresso acabou, e agora?
- 189 Legalização extraordinária de imigrantes ilegais
- 191 A nova Lei de Bases da Segurança Social
- 192 Reivindicações para o ano de 2001
- 193 A reforma fiscal: UGT e CIP com posições antagónicas
- 194 Os números de precariedade
- 195 O regresso da contratação coletiva e da inflação
- 197 O 1.º de Maio de 2001
- 197 Sucessão na CIP
- 198 De novo a austeridade: o pacote de contenção da despesa pública. Remodelação do governo
- 200 A novidade do sindicalismo online. E o velho sindicalismo
- 202 Novo acordos de Concertação Social
- 203 O desaire das autárquicas... e o adeus ao escudo
- 204 Constituição dos sindicatos de polícia
- 205 Legislativas de março de 2002: novo governo
- 207 Novas medidas de austeridade e a resposta dos sindicatos e da oposição
- 208 Alteração na Segurança Social
- 209 O arranque da codificação das leis do trabalho
- 213 A longa contestação dos trabalhadores: a greve geral de 10 de dezembro
- 215 Controvérsias sobre o Código do Trabalho
- 218 Agravamento da crise: subida do desemprego

- 221 A reforma da Função Pública
- 223 O acordo sobre Competitividade e Emprego. Reivindicações para 2004
- 224 Lei de bases da Formação Profissional
- 224 Entrada em vigor do Código do Trabalho
- 225 A contestação dos funcionários públicos em 2004
- 227 O congresso da CGTP: algumas mudanças
- 227 O contrato social para a competitividade e o emprego
- 228 Negociação coletiva: o contrato-tipo. A regulamentação do Código do Trabalho
- 230 Durão Barroso vai para a CE. O governo de Santana Lopes
- 233 Pontos Internacionais
- 234 Pontos Internos

235 IX Congresso da UGT

- 239 2004–2009: Governo de maioria absoluta do PS. Nova dinâmica na concertação social**
- 239 O outono quente de 2004
- 242 A maioria absoluta do PS. Novo governo, algumas mudanças
- 243 Desemprego e deslocalização industrial
- 244 O ajustamento necessário
- 245 Os sindicalistas «profissionais» e a criação de um novo sindicato dos bancários
- 246 A revisão do Código do Trabalho
- 248 Política reivindicativa para 2005
- 249 Reação da Administração Pública às mudanças anunciadas
- 251 O acordo bilateral sobre Formação Profissional
- 252 Acordo sobre alteração do regime jurídico do subsídio de desemprego
- 253 O livro verde sobre as relações laborais. A flexigurança
- 255 A perceção do papel dos sindicatos: duas sondagens
- 256 Contestação na Função Pública. A greve de julho de 2006
- 257 Os acordos sobre a reforma da Segurança Social
- 261 «Sócrates, escuta, vem aí mais luta»
- 263 UGT: balanço do ano de 2006
- 264 Acordo para a reforma da Formação Profissional
- 265 Legislação laboral: do livro verde ao livro branco
- 266 A reforma da Função Pública
- 267 CGTP: nova liderança na FENPROF e convocação de greve geral
- 269 X Congresso da UGT (extraordinário)
- 271 A presidência portuguesa da UE. A questão da flexigurança
- 272 Reforma da Administração Pública, a sua terceira greve geral e a revisão da legislação laboral
- 275 Reivindicações para 2008
- 276 Tensão na CGTP. o Congresso de 2008
- 278 A contestação dos professores
- 279 Função Pública: dos antagonismos ao acordo
- 282 Acordo de concertação social sobre a revisão das leis laborais
- 284 A crise internacional e a contestação interna

- 
- 286 Educação: guerra aberta com a Ministra
287 UGT: as reivindicações para 2009
290 Contestação na rua: os professores e muitos mais
291 A UGT em vésperas de congresso
292 Pontos Internacionais
293 Pontos Internos

295 XI Congresso da UGT

297 PARTE III: QUESTÕES TEMÁTICAS

- 299 As mulheres na UGT: representação e participação
307 O caso do Fundo Social Europeu
327 A Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa
339 A UGT e a concertação social

357 DEPOIMENTOS

- 357 António Bagão Félix
360 José António Vieira da Silva
361 José Silva Peneda

365 CRONOLOGIA POLÍTICO-SINDICAL

463 NOTAS

493 FONTES E BIBLIOGRAFIA

501 AGRADECIMENTOS

503 LISTA DE ABREVIATURAS

509 ÍNDICE ONOMÁSTICO

PREFÁCIO

No XII Congresso da UGT, realizado em Lisboa, no Pavilhão do Casal Vistoso, nos dias 20 e 21 de abril de 2013, foi apresentado o I volume da história da UGT, cujo período de análise e investigação se situa entre a génese e respetivos antecedentes e fatores condicionantes à sua criação em 28 de outubro de 1978, enquadrando os registos históricos da «Carta Aberta» de 1977 e todo o cenário político, social e sindical que determinou os argumentos que levaram ao surgimento da UGT, estendendo-se depois até ao ano de 1990.

Nesse XII Congresso despediu-se da liderança da Central Sindical o histórico líder João Proença, dando lugar ao terceiro Secretário-Geral da UGT, Carlos Silva, autor deste breve prefácio justificador da continuidade da obra, que aprofunda, investiga, provoca reflexões sobre a evolução do movimento sindical português e explica as razões que alguns dos protagonistas deste percurso de quase 40 anos encontraram para justificar o porquê, ou os porquês, de a UGT ser um parceiro social relevante, que introduziu em Portugal o princípio da responsabilidade e do compromisso sindicais perante os restantes actores sociais e políticos.

Cabe a este II volume traçar a historiografia da UGT ao longo de um período de duas décadas, isto é, de 1990 até 2010, fazendo emergir a mais-valia que a UGT trouxe ao diálogo social português, através do seu sindicalismo de proposição, disponível para a celebração de acordos à mesa da concertação social, de cujos conteúdos e vitalidade a UGT se converteu num dos seus principais defensores e promotores em Portugal.

Cabe neste período de análise um dos mais penalizadores momentos, longos momentos, que a UGT e alguns dos seus principais dirigentes viveram, com acusações torpes sobre alegados aproveitamentos fraudulentos de verbas do Fundo Social Europeu destinadas às ações da formação

profissional. Como se verificou depois de um longo e doloroso processo judicial, a decisão não podia ser outra senão a absolvição da UGT e dos seus dirigentes das acusações que lhes foram imputadas. Mas a verdade é que, enquanto tal decisão não foi tomada, viveu-se um clima de suspeição constante em torno da UGT, que poderia condicionar a sua atuação ao serviço dos trabalhadores portugueses.

Felizmente que a Central Sindical e os seus sindicatos criaram uma forte solidariedade e coesão entre si, que permitiu ultrapassar as dificuldades e manter a UGT numa primeira linha de combate reivindicativo por melhores condições de vida e de trabalho para os trabalhadores e trabalhadoras. Fosse à mesa da concertação social, fosse no diálogo bilateral ou multilateral, com lutas no terreno e nas empresas, com greves decretadas por iniciativa própria ou em convergência com o restante movimento sindical português, a UGT e os seus sindicatos estiveram sempre presentes na linha da frente das lutas sindicais.

É por isso extremamente relevante que a história das organizações, como é o caso da UGT, se possa fazer com base em documentos, relatos, memória de testemunhos vividos na primeira pessoa, porque contribui para esclarecer e justificar ações tomadas em determinadas circunstâncias e perante enquadramentos diversos, em que o fator humano impera pela subjetividade, mas cujas consequências só são sentidas, muitas vezes, à distância de décadas.

Neste período que ora se vai ler, cabe a João Proença um papel determinante que a História julgará, pois foi ele quem conduziu os destinos da Central Sindical democrática e plural que a UGT, efetivamente, é, durante tempos muito difíceis, onde a sua resiliência, caráter e liderança foram a argamassa que uniu as tendências político-sindicais internas e os sindicatos em torno de um projeto sindical que reforçou as suas características de pluralismo democrático, tolerância e humanismo.

E também foi no final deste período que João Proença lançou a criação das Uniões distritais e regionais, no XI Congresso de 2009, reforçando a componente de proximidade aos distritos e às regiões autónomas, levando a imagem e a mensagem da UGT a todo o território continental e insular, de uma forma mais inclusiva e incisiva, seja junto das empresas, das autarquias locais ou de outros organismos empresariais e sociais, com cuja interação ganham os trabalhadores e a restante população.

Formulo, pois, votos de uma boa e aprazível leitura.

E endereço, de forma amiga, aos Professores Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, os meus agradecimentos pessoais e institucionais por mais este excelente contributo para a história do movimento sindical português, onde se pretende evidenciar o papel relevante da UGT.

Bem Hajam.

CARLOS SILVA
SG/UGT

ABERTURA

Recebemos com redobrado prazer o convite para escrever mais este capítulo da História da UGT. Do trabalho de mais de um ano de estudo e investigação resultou este texto que esperamos seja digno da grandeza da instituição e faça justiça ao papel que incessantemente tem desempenhado na nossa sociedade.

Prosegue-se, portanto, neste segundo volume a História da UGT tendo sempre presente a sua integração na história mais vasta do Movimento Sindical Português, agora para o período de 1990 a 2010.

O projeto ficou, de novo, sediado no IHC – Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa de acordo com um protocolo assinado entre a Faculdade e a UGT. Os trabalhos tiveram início em março de 2016 e prolongaram-se até julho de 2017.

* * *

Desde a sua criação em janeiro de 1979, a UGT não cessou de se afirmar, de mostrar como se tornou imprescindível na história recente de Portugal e de como a sua atuação se mostrou vital para o progresso do País num período controvertido e acidentado que cobre as expectativas positivas que se seguiram à integração na Europa Comunitária, a crise financeira mundial que inesperadamente eclodiu nos Estados Unidos, nos finais da primeira década do século XXI e que, rapidamente, atravessou o Atlântico apanhando desprevenida a Europa. Como essa crise de financeira se transformou em global, a grande depressão, abrangendo todos os setores de atividade, sociais, políticos e económicos, tendo tido em Portugal um efeito devastador que foi crescendo à medida que no País se iam revelado as suas vulnerabilidades.

Por aqui perpassa a ascensão e queda do Governo do PSD liderado pelo Primeiro-ministro Cavaco Silva; a mudança de ciclo político encetado pelo PS e pelos Governos de António Guterres até à noite da sua assumida derrota nas eleições autárquicas de dezembro de 2001; dois ciclos políticos durante os quais, violentamente, a crise em todas as suas dimensões se abateu sobre a fragilizada economia portuguesa com graves consequências sociais. Foram protagonistas e governantes deste período primeiro Durão Barroso e Santana Lopes e, já na fase final do tempo que esta obra alcança, o primeiro governo chefiado por José Sócrates.

Para a UGT foi, como quase sempre, uma história de sucessos e insucessos; de bons e maus momentos. No fundo o que procurámos escrever e demonstrar foi a presença e a importância da Central sindical em todos esses momentos. Como o seu projeto de sindicalismo de proposição se mostrou fundamental para ultrapassar os escolhos que dia a dia iam surgindo, como exibiu a sua atualidade e adequação ao novo tempo abertamente dominado pela vaga globalizadora que percorria e percorre o Mundo. Neste contexto a UGT, num esforço constante de atualização, mostrou estar na vanguarda do entendimento em relação aos movimentos telúricos que, à escala planetária, se foram desencadeando com força e velocidade crescentes.

A UGT conseguiu manter o rumo e os propósitos que constavam da sua ‘certidão de nascimento’: um sindicalismo de novo tipo nunca antes praticado em Portugal. Abandonando a via meramente reivindicativa insistiu, mesmo quando as causas pareciam perdidas, na aposta no diálogo procurando assegurar e reforçar o ‘contrato social’ que laboriosamente ia sendo edificado. É este contrato social que rege, com variantes, as sociedades desenvolvidas modernas, lutando por formas de convivialidade que possam viabilizar acordos pacificadores e estabilizadores da sociedade sem nunca perder de vista a defesa dos trabalhadores que representa.

A sua opção foi, desde início, bastante clara: contribuir para a viabilização de consensos, tendo por base princípios e valores democráticos. Daí que o seu papel e o seu desempenho tenham constituído elementos catalisadores do progresso social. A sua ação e importância está plasmada na coerência que manteve nos vários ciclos e formas que, no nosso País, foi assumindo a concertação social que, mais adiante, no texto é referida como uma espécie de ‘ponto de acumulação’ para onde convergem todos os inte-

resses, antagónicos ou não, e onde a partir do diálogo e da negociação é possível gerar confiança entre as partes, constituindo o cimento com o qual se construíram as bases da organização social e se fixaram, em cada momento, as regras que regulam o funcionamento da sociedade.

* * *

Tal como afirmámos no primeiro volume «só conseguimos ver a História como uma narrativa que interpreta uma realidade que já passou, de uma forma cronológica, convictos de que todas as interpretações são temporárias. Porque a história faz-se através da permanente descoberta do passado que é o seu objeto e a sua matéria prima e sem ilusões de que, apesar dos esforços de isenção, o historiador acaba por transportar para o que escreve as suas raízes culturais, as suas concepções ideológicas e as suas idiossincrasias». Neste segundo volume não só continuamos a professar estas ideias como procurámos encontrar uma linha de continuidade; por isso a estrutura desta obra, com pequenos ajustamentos, é semelhante ao que a antecedeu.

Este livro tem basicamente três partes.

Na primeira procurámos fazer uma contextualização interna e internacional caracterizando de forma breve o Mundo e o País em que vivemos nos 20 anos abrangidos. Tentámos também identificar, de uma forma quase ensaística, as grandes questões que se puseram, e hoje ainda mais do que ontem se põem, sobre o trabalho e o sindicalismo em tempos de mudança e os desafios que daí decorrem.

Numa segunda parte fizemos, com o material e os meios disponíveis, o que denominámos por ‘plano político sindical’: uma abordagem da história da UGT inserida no movimento sindical português. Dividimos o texto em períodos que, à excepção do primeiro que se inicia no termo cronológico do I volume, com a celebração do Acordo Económico e Social de outubro de 1990, começam por cada um dos congressos da Central pretendendo enquadrar a atividade da instituição nos ciclos políticos em que se inseria: as questões que foram surgindo em cada um desses ciclos e a forma como a UGT reagia ou se antecipava aos problemas; a maneira como os debatia e contribuía para a sua resolução; as reivindicações que apresentava; quem eram, mulheres ou homens, os protagonistas das causas defendidas... Foram tempos muito difíceis e em muitas matérias controversos, com momentos de grande tensão social, inúmeras greves onde se

podem notar os diferentes posicionamentos das duas grandes forças sindicais em presença – UGT e CGTP –, os processos seguidos por uma e por outra e até os, mais frequentes do que a memória guarda, momentos de convergência na ação adotados perante problemas concretos. Note-se que o texto acompanha a história político-sindical até à celebração do último congresso da década, em 2009. A cronologia indica os principais acontecimentos até ao final desse ano.

Uma questão que perpassa por todo o texto é o da relação de cada uma das centrais com o movimento de integração europeia e posteriormente com a UE, salientando a posição favorável, integracionista e federalista, da UGT e, por contraponto, a posição durante muito tempo reticente ou mesmo contrária ao processo demonstrada pela CGTP, que só nos últimos anos em estudo se tornou mais recetiva; a sua integração na CES alterou significativamente aquela posição.

A terceira parte engloba alguns temas que pela sua peculiaridade quisemos tratar à parte, para não sobrecarregar o texto principal e para não os deixar ‘perdidos’ no meio desse texto. Poder-se-ão encontrar aqui quatro rubricas:

- As mulheres na UGT: representação e atividade;
- A Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa;
- O processo do FSE;
- A UGT e a Concertação Social.

Este último texto temático, a UGT e a Concertação Social, constitui-se como uma conclusão ou épilogo do nosso trabalho, ao iluminar uma das facetas mais relevantes da UGT na história político-sindical do nosso país.

Seguem-se os depoimentos dos ministros responsáveis pela área do Trabalho, ao tempo das duas décadas que estão em causa neste trabalho, que aceitaram o convite para darem o seu testemunho sobre a UGT.

A fechar está uma bem documentada cronologia político-sindical que completa a que surgia no primeiro volume e o habitual índice onomástico.

Tratando-se da história da UGT foi atribuída uma relevância especial a tudo o que a ela se referia, designadamente no que respeita à forma como foram processadas e tomadas as mais importantes decisões no quadro dos

seus órgãos dirigentes e na sua atuação pública. No fim de cada capítulo foram construídas caixas de texto contendo os principais aspetos da Organização e Dinâmica Interna da UGT e da Atividade Internacional da Central que fomos coligindo à medida da consulta da documentação produzida pelos diversos órgãos da Central.

Uma nota final para enfatizar dois aspetos de natureza diferente. O primeiro para salientar a nossa insatisfação por não podermos ter ido mais longe no aprofundamento desta História por falta de documentos em matérias relevantes, apesar dos competentes e empenhados esforços dos responsáveis pelo Arquivo da UGT. Infelizmente, para fazer face à minguada de arquivos completos e organizados teve de recorrer-se mais do que seria devido à comunicação social que também agora aqui presta um serviço imprescindível. O segundo para, tal como era referido no volume precedente, salientar «que com esta história se presta homenagem a todos os trabalhadores portugueses que, sindicalistas ou não, heróis reconhecidos ou anónimos, são os verdadeiros artífices do País que fomos sendo ao longo dos tempos».

Lisboa, julho de 2017

J. M. BRANDÃO DE BRITO
CRISTINA RODRIGUES



**PARTE I:
O FIM DA GUERRA FRIA
E A EMERGÊNCIA DE UM MUNDO
EM MUDANÇA**

O CONTEXTO INTERNACIONAL

Os anos finais da década de 80 do século passado ficaram marcados pelo final da Guerra Fria que durava desde o pós-II Guerra Mundial, pelo fim dos grandes blocos político-económicos, pela realização de um sem número de grandes cimeiras Este-Oeste, negociações permanentes onde avultaram dois nomes, dois homens, presidentes das duas maiores potências mundiais da época: Ronald Reagan e Mikhail Gorbachov.

O Presidente Reagan com o lançamento da «Iniciativa de Defesa Estratégica» (IDS) que ficou conhecida pela expressão popular de «Guerra das Estrelas», rede de mísseis antimísseis colocados no espaço, e o Presidente Gorbachov com a sua tentativa de renovação do sistema comunista, a '*glasnost*' e a '*perestroika*' (reestruturação e transparência). São dois acontecimentos essencialmente diferentes mas que justificaram cimeiras e negociações ao mais alto nível, conduziram a uma primeira fase do desanuviamento e ao efetivo desfecho da 'Guerra Fria': um a um foram caindo muros e foi sendo construído o que parecia ser uma nova era de paz e prosperidade.

A progressiva debilidade da URSS e o início do processo de independência das 15 repúblicas que a compunham ficaram a constituir o primeiro momento e símbolo do final de uma época, herança da Guerra e da conseqüente divisão da Europa em duas zonas de influência. O entendimento cada vez mais estreito entre os países que constituíam a NATO e alguns do Pacto de Varsóvia teve como resultado um visível processo de desanuviamento global, pondo termo a alguns dos principais conflitos regionais e ao atenuar das tensões que se faziam sentir em praticamente

todo o Mundo. Esta conjuntura internacional culminou com o desmantelamento da própria URSS, cujas autoridades se mostraram incapazes de controlar as forças internas e externas que Gorbachov e a sua nova equipa dirigente tinham posto em movimento – a queda da URSS consumou-se formal e oficialmente a 31 de dezembro de 1991. Este facto, por si só, representou o fim da hegemonia comunista na Europa de Leste e teve um enorme significado e muitas consequências para o movimento sindical qualquer que seja o ângulo pelo qual se observe: «com o desmoronamento do império soviético desfez-se em ar a velha ortodoxia comunista, que durante mais de um século serviu de modelo ideológico ao movimento operário, o que veio contribuir para o progressivo declínio em que entrou o ‘sindicalismo de classe’, ao longo das últimas décadas.»¹

Por esta altura, a China, que sob a liderança de Deng Xiaoping tinha iniciado um processo de reformas, «começa a revelar uma surpreendente capacidade de inserção no mercado mundial, que lhe permitirá surgir como uma grande economia exportadora no final do milénio e, na atualidade, como um dos principais destinos mundiais de investimento direto estrangeiro.»²

A hegemonia norte-americana que aparentemente tinha o caminho aberto para impor ao Mundo, sem escolhos, o seu modelo de sociedade, fazendo surgir a ideia precipitada do ‘fim da história», da Terra ‘plana’ onde à escala planetária só haveria capitalismo, economia de mercado e democracias parlamentares, sente-se ameaçada pelas novas potências que iam surgindo a Oriente, a China e a Índia que, além de potentados demográficos, exibiam taxas de crescimento económico muito acima da média e mostravam uma capacidade de abertura e de inserção no comércio mundial que ultrapassava a exibida pela economia americana.

Daí o esforço feito pelos EUA para impor os seus pontos de vista à escala global, que se traduziu (princípios dos anos 90) no chamado Consenso de Washington, que influenciou as políticas económicas em todo o Mundo e criou as bases teóricas da globalização com que adiante nos preocuparemos. Este Consenso de Washington, que envolveu não só as autoridades americanas mas também, e sobretudo, as principais instituições financeiras internacionais, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, em conjunto com muitos dos mais renomados economistas liberais. Em suma, as propostas, para alguns países mais vulneráveis,

verdadeiros *diktats*, de pendor neoliberal e monetarista, revelavam um grande distanciamento em relação às questões sociais, subordinando aos seus ditames todas as políticas e medidas de caráter social, designadamente as que se referiam à legislação laboral. O objetivo prosseguido era, no fundo, «através da imposição de condicionalidades aos auxílios prestados por aquelas entidades [Banco Mundial e FMI]», obrigar «os países mais débeis do ponto de vista económico a seguir políticas monetárias e orçamentais restritivas, a liberalizar as suas economias, a acabar com as restrições ao comércio e a privatizar serviços essenciais e empresas públicas.»³

* * *

Surgia um fenómeno que, não sendo historicamente uma novidade, veio alterar significativamente a ordem económica e social do Mundo: a atual vaga de globalização⁴ que irrompeu nas últimas duas décadas do século XX. Para se ter uma ideia precisa do que se está a referir deixa-se o conceito de globalização formado por um dos seus grandes entusiastas, hoje bastante mais moderado e crítico de todo o processo, George Soros: «globalização é a designação que se dá ao livre movimento de capitais e ao aumento do domínio, por parte dos mercados financeiros e das empresas multinacionais, sobre as economias nacionais.» Para Soros, já em 2002, «a globalização [estava] desequilibrada: o desenvolvimento das nossas instituições internacionais não conseguiu manter um ritmo equivalente ao do desenvolvimento dos mercados financeiros internacionais; a globalização da economia avançou enquanto as instâncias políticas se deixaram atrasar.»⁵

Assinale-se que o grande impulso ocorreu no final dos anos 80: primeiro promovido pela desregulação dos mercados financeiros, ou seja, a liberalização da circulação de capitais, pela Senhora Thatcher, no Reino Unido, em 1987 e logo a seguir pelo Presidente Ronald Reagan e pelas Comunidades Europeias respetivamente em 1989 e 1991; depois pela progressiva liberalização do comércio internacional estimulada pela constituição da Organização Mundial do Comércio, em 1995; finalmente pelo caráter vital do desenvolvimento exponencial das tecnologias de comunicação e informação (TIC's) que colocaram todos os locais do Mundo à distância de um *click*.

Existem razões poderosas para pensar que, perante esta vaga de globalização, estamos a viver um período histórico de transição e que as mudanças que nos afetam não estão confinadas a nenhuma zona do globo; pelo contrário, fazem-se sentir em toda a parte. Por outro lado, a globalização não pode ser considerada um fenómeno meramente económico, nem deve ficar restrita a esta perspetiva redutora; daí que, na maior parte das definições, dos conceitos e das ideias de globalização, desempenhem um papel central: a extensão, a intensidade e a aceleração de todos os tipos de relações que se desenvolvem à escala mundial qualquer que seja a sua natureza, designadamente, nos domínios da inclusão e da exclusão social, que a globalização trouxe para a ordem do dia e em relação às quais desempenha um papel determinante.⁶

Algumas das consequências visíveis prendem-se com o declínio ou, pelo menos, com uma alteração significativa das instituições tal como existiam, designadamente, para a matéria que aqui interessa, as instituições sindicais.

Em termos de balanço do que tem sido o percurso desta vaga globalizadora é unânime a identificação de aspetos positivos e negativos. Casos de Joseph Stiglitz e de George Soros – entre outros – que procuram corrigir o que consideram ser os excessos do processo de globalização, tornando-o menos assimétrico e mais equilibrado na distribuição dos benefícios.

Até agora tem-se registado um extraordinário aumento da riqueza produzida e dos rendimentos que a alimentam. Mas, em contrapartida, surgem constantemente contradições e aspetos negativos, entre os quais se contam as assimetrias na distribuição e a subversão dos conceitos e práticas como os de trabalho, dos sindicatos e do sindicalismo e, em geral, da organização das sociedades: paradoxalmente mais ricas mas com mais pobres; com empregos mais sofisticados, exigindo trabalhadores mais qualificados mas também com a consolidação de situações de pobreza, mesmo nas regiões e nos países mais ricos e, em relação ao trabalho, com avanços significativos da destruição de milhões de empregos, da insegurança laboral e da precariedade.

Resumindo, a globalização só se constitui como um fenómeno ou um processo novo na medida em que aproveitou o desenvolvimento explosivo de dois setores, considerados a coluna vertebral da generalidade das

economias desenvolvidas contemporâneas: os mercados financeiros e os meios de comunicação. Esta é a situação que hoje subsiste afetando positiva e negativamente todo o Mundo.

O CONTEXTO EUROPEU

Numa perspetiva estritamente europeia, sobretudo da Europa Comunitária, o final dos anos 80 e os primeiros da década de 90 revelaram-se cruciais, assumindo uma enorme importância no quadro evolutivo da economia e da sociedade portuguesas, tendo em conta o desenvolvimento do mercado interno europeu e as questões que, já então, se prendiam com a criação da moeda única. As Comunidades Europeias alargaram-se, com a adesão de mais treze países, e aprofundaram o seu projeto em múltiplas direções, designadamente através da concretização do Mercado Único (1993).

Anote-se, porque os factos vão operar grandes alterações nos domínios do trabalho e do emprego na UE, que a criação do Mercado Único teve como consequência uma maior liberalização da circulação de pessoas que culminou em 1995 com a assinatura do Acordo do Espaço de Schengen.⁷

Poucos anos antes, o Conselho Europeu de junho de 1988, realizado em Hanôver, ficou a constituir o marco inicial das realizações que se haviam de concretizar em Maastricht em 1992. E foi naquele Conselho de Hanôver que se havia de nomear uma comissão, presidida por Jacques Delors, então Presidente da Comissão Europeia, com o encargo de apresentar propostas com vista à realização de uma união económica e monetária.

O relatório produzido por J. Delors, apresentado em 1989, propunha um plano em três fases para se chegar à UEM e à moeda única: liberalização progressiva dos movimentos de capitais; intensificação da coordenação das medidas económicas dos Estados Membros; a criação de uma moeda europeia e de um banco central emissor.⁸ Nesta intensificação da integração europeia verificada num curto período (1988-92), faltava ainda contemplar quase toda a componente social e a política. Foi ainda em 1989, primeiro a 26 de junho, no Conselho Europeu de Madrid, onde foi discutida, e depois a 8 e 9 de dezembro no CE de Estrasburgo, que foi

aprovada a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores que ficou a «constituir um pilar essencial da dimensão social da construção europeia (...)» A este propósito Jacques Delors escreveu no Prefácio da publicação da Carta que ela era resultado de «um compromisso assumido (...) em maio de 1988, em Estocolmo, perante o Conselho da Confederação Europeia dos Sindicatos», afirmando logo a seguir que, pouco mais de um ano depois, «aquando do Conselho Europeu de Estrasburgo, os chefes de Estado ou de Governo de onze Estados-membros da Comunidade Europeia a adotaram». A Carta transformou-se efetivamente numa pedra fundamental da Europa social que «fixa os grandes princípios em que se baseia o nosso modelo europeu do direito do trabalho, e, de um modo mais geral, o papel do trabalho na nossa sociedade. Consagra uma estrutura básica de direitos sociais (...)» Num significativo alerta, afirmava então que «este poderoso instrumento (...) não poderá, todavia, entrar na realidade social sem a implicação ativa dos parceiros sociais.»⁹ Dito doutra forma mais enfática, «a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores foi um documento aprovado (...) por uma declaração solene dos chefes de Estado e de Governo da Europa Comunitária em que se estabelecem os valores e os princípios fundamentais em que deve basear-se o chamado modelo social europeu.»¹⁰

Neste histórico Conselho Europeu foram também aprovados os objetivos da já então denominada União Económica e Monetária (UEM) tal como constava do Relatório Delors e foi convocada, para finais de 1990, uma Conferência Intergovernamental que deveria proceder à imprescindível revisão do Tratado de Roma de 1957 e do Ato Único de 1986.

A EVOLUÇÃO PORTUGUESA. PORTUGAL PÓS-ADESÃO ÀS COMUNIDADES EUROPEIAS

A partir da adesão às Comunidades Europeias, as transformações por que passou a sociedade portuguesa foram também muito profundas, destacando-se, no período em análise, o reforço das relações com a Espanha, o impacto dos fundos estruturais e as consequências da adoção da moeda única.¹¹

De assinalar igualmente, durante este período, o facto de ele ter sido marcado por uma primeira vaga de privatizações viabilizada pela Revisão Constitucional de 1989 que, procurando reforçar as regras de mercado na economia portuguesa, pôs termo, ainda que de forma limitada, ao princípio da irreversibilidade das nacionalizações feitas após 25 de abril de 1974. Estas primeiras privatizações verificaram-se durante o XII Governo Constitucional, tendo Cavaco Silva como Primeiro-ministro, e foram concretizadas através da Lei n.º 11/90, de 5 de abril. Destas privatizações e da forma como se efetivaram resultou uma significativa redução do setor empresarial do Estado com consequências muito relevantes para o futuro da economia portuguesa, como viria a ser compreendido mais tarde.

* * *

Para além de outros importantes elementos, designadamente os que tiveram a ver com o difícil percurso feito por Portugal para se manter no ‘pelotão da frente’ para a adesão ao euro, refira-se que, apesar do balanço positivo dos primeiros anos após a adesão, a nível económico, dois setores, a agricultura e a pesca, menos flexíveis e mais conservadores, provavelmente menos bem defendidos junto de Bruxelas, tiveram um comportamento pouco dinâmico, pode falar-se mesmo de regressão, adaptando-se com grande dificuldade às respetivas políticas comunitárias.

Uma referência aos fundos estruturais que desempenharam um papel crucial no quadro da adesão portuguesa. O seu impacto fez-se sentir sobretudo na (apesar de tudo pouco eficiente) modernização do setor secundário industrial (designadamente através dos dois programas específicos para o desenvolvimento da indústria portuguesa – PEDIP I e II), na construção de infraestruturas rodoviárias, no saneamento básico e no abastecimento de água às populações do interior: «pela primeira vez desde [há] décadas o País realizava investimentos muito significativos nestes domínios, o que contribuiu decisivamente para o processo de modernização induzido pela integração nas Comunidades Europeias.»¹² No entanto, o impacto destes fundos estruturais, na formação profissional [pela inadequação das políticas públicas e das estruturas criadas, e pelos fumos de corrupção de que nunca se livraram], acabou por ser muito menor.»¹³

Saliente-se ainda, após as privatizações, o grande crescimento do setor das telecomunicações e os dos serviços financeiros e não financeiros,

todos a mostrarem um grande dinamismo que permitiu ao turismo, por esta altura, assumir o papel de maior setor exportador. Representando uma característica interessante do ponto de vista do emprego, a construção civil e obras públicas «apresentaram um crescimento muito rápido impulsionado pelos fundos estruturais e pelo crescimento do crédito (...).¹⁴ Foram, aliás, os principais setores de destino dos emigrantes do leste europeu que daí irradiaram para muitos outros setores de atividade.

O período seguinte foi dominado pelos trabalhos dedicados à adesão à moeda única, opção tomada pelo Governo liderado por Cavaco Silva que decidiu «fazer entrar Portugal na ‘zona euro’ no chamado pelotão da frente (...).»¹⁵

* * *

Em suma, *o nosso Mundo mudou*. E, sobretudo, o que se alterou na Europa após a unificação alemã e o desfazer do Pacto de Varsóvia (julho de 1991) foi o renascimento como países independentes de todos aqueles que estiveram sujeitos à tutela soviética a partir de 1945; estes históricos acontecimentos tiveram, como não podia deixar de ser, uma enorme influência na generalidade dos setores da sociedade portuguesa; é neste contexto, em que começa esta segunda parte da História da UGT, que interessa salientar como se alteraram os equilíbrios internos, se foi modificando a essência, se deslocou a importância e o papel do nosso persistentemente dividido movimento sindical.

QUESTÕES SOBRE TRABALHO E SINDICALISMO

Socialistas e sociais-democratas, que tinham rejeitado o marxismo, a luta de classes como motor da História, e o seu modelo de transformação social, pretendiam alcançar os objetivos de maior igualdade e solidariedade social através da luta política no quadro dos diferentes modelos existentes de democracia parlamentar e de um diálogo tripartido que envolvesse o Estado, as associações empresariais e os sindicatos.

Acontece que depois da II Guerra mundial, quando a ‘questão social’ começou a ser resolvida na Europa com a institucionalização do Estado Social, que assim procurou fazer frente aos avanços dos sindicatos comu-

nistas apoiados material e moralmente pela União Soviética triunfante, o poder do movimento sindical reformista não deixou de crescer: não conseguiu apenas atenuar a força de outras correntes do movimento sindical, designadamente marxistas e anarquistas, mas transferiu para si uma grande parte do poder negocial de que passaram a dispor. Foi assim nas três décadas de crescimento contínuo e de aumento de bem-estar das populações e da consolidação de uma classe média à escala europeia, os 'trinta gloriosos'. Até que «a fatura se começou a mostrar demasiado alta» e o patronato, já nos anos 70, decidiu abandonar a «estratégia de apaziguar a classe trabalhadora através da institucionalização do Estado liberal combinado com concessões económicas.»¹⁶ Desde então, como é universalmente reconhecido na literatura e confirmado pelos dados empíricos conhecidos, o sindicalismo, ou melhor dito, os movimentos sindicais, entraram numa crise que foi sendo agravada pela progressiva implantação da economia global e se faz sentir até à atualidade. O movimento sindical português, que todos os estudos especializados consideram padecer de grandes debilidades, sentiu a crise e as suas réplicas de forma particularmente intensa.

Refira-se que, a partir do aparecimento dessa nova economia à escala mundial, com efeitos sobre o funcionamento e evolução da própria democracia e da organização das sociedades tal como era prevalecente nos países mais desenvolvidos, os sindicatos da corrente marxista são, por vezes, acusados de se terem transformado em instituições 'eminentemente conservadoras', capturadas pela inércia do seu próprio movimento, preocupadas com uma situação que aos poucos foi deixando de existir.

Mesmo que com menor alcance, esta perspetiva crítica de abordar o problema pode aplicar-se a todas as correntes sindicais com intensidade diferente, embora os movimentos sindicais moldados naquela matriz marxista tenham, em geral, revelado uma grande preocupação com a manutenção dos níveis salariais e as condições de trabalho, mostrando algum desconforto em relação aos novos fenómenos que foram ocorrendo à escala global, sobre as alterações entretanto em curso e, sobretudo, porque em alguns casos adotaram uma perspetiva defensiva em relação ao seu padrão de funcionamento; com toda a generalidade, não foram capazes de se aperceber e integrar a maioria das alterações que perturbavam a sua perspetiva pouco dinâmica do encaminhamento e evolu-

ção das sociedades: o que mudara essencialmente na natureza do trabalho, nas atualmente chamadas ‘cadeias de valor’, na forma como essa natureza se ia adaptando e organizando de acordo com as novas regras impostas pela própria globalização.

Percurso diferente, mais recetivo às modificações, ainda que de uma forma lenta e muitas vezes hesitante, foi feito, também à escala mundial, pelos sindicatos reformistas das tendências socialistas, trabalhistas, social-democratas e liberais. Continuando a rejeitar a via marxista-revolucionária e o sindicalismo de classe, estes sindicatos e as suas organizações, apesar de tudo, compreenderam mais rapidamente que o foco da sua ação teria de ser adaptado às realidades emergentes dos anos finais do século passado. Os problemas, na sua essência, continuavam a ser os mesmos e prender-se com a desvalorização do trabalho e as condições deficientes em que era exercido quase como no tempo longínquo em que pela primeira vez foi referida a ‘questão social’. Agora tratava-se de fazer frente e encontrar antídotos para essa questão social, renovada e subvertida, no quadro de uma profunda reestruturação social.

Como defende Manuel Castells, numa primeira aproximação, essa «reestruturação social toma a forma de pressão sobre os salários e condições do trabalho nos Estados Unidos [enquanto] na União Europeia, onde as instituições laborais defendem melhor as posições conquistadas historicamente, o resultado é o aumento do desemprego, com a limitação da entrada de trabalhadores jovens no mercado de trabalho e a saída precoce dos mais velhos ou ligados a empresas e setores não competitivos.»¹⁷ Mas estas transformações aconteceram de forma transversal, abrangendo todos os níveis das relações laborais, dos trabalhadores com os empregadores e dos trabalhadores uns com os outros entroncando no grande conjunto de transformações que estão a ocorrer nas sociedades contemporâneas. É neste quadro que se inserem as propostas de Peter Waterman chamando «a atenção para a necessidade da reconceptualização do velho internacionalismo sindical no sentido de adequá-lo à atual era do capitalismo das redes globais informatizadas»¹⁸.

De qualquer forma, a perspetiva crítica que acima se deixou expressa pode ser aplicada a todas as correntes sindicais (voltar-se-á a este tema mais adiante) e Castells, com o conhecimento e a clarividência que lhe são reconhecidos, referindo um estudo alemão sobre as relações labo-

rais,¹⁹ demonstra como, nos anos 80, a redução do emprego provocada pelo progresso técnico (máquinas e equipamentos computadorizados) evoluiu inversamente ao nível de proteção sindical de que os trabalhadores usufruíam. Outro estudo, feito uma década mais tarde, mostra a importância dos próprios «trabalhadores e dos sindicatos no sucesso da introdução de inovações tecnológicas, com a simultânea perda limitada de trabalhadores.»²⁰

De facto, surgiram fenómenos novos, quer ao nível dos processos quer ao nível dos produtos. Como novas eram as formas de criação de valor e os setores onde esse valor era gerado, a que não é estranha a irrupção, em força, de novos protagonistas: as cada vez maiores e mais poderosas empresas multinacionais e um setor global de serviços financeiros e não financeiros que se movimentam livremente, à escala mundial, à velocidade que as novas tecnologias de informação e comunicação lhes permitiam.

Nas economias mais desenvolvidas, e continuam a ser essas que aqui são chamadas, para além do progresso tecnológico (onde o digital e a automação desempenham um papel muito importante) a agravar a desvalorização de muitas formas de trabalho humano, surgiu a concorrência, cada vez mais intrusiva e invasiva, de umas dezenas de designados novos países emergentes, praticando salários muito abaixo dos que se praticavam nos desenvolvidos e onde os trabalhadores, ainda com uma proteção social incipiente, aceitavam, forçados, condições de trabalho deprimentes.

Os avanços tecnológicos, a par desta nova realidade, conduziram à deslocalização da produção e de muitos serviços para essas economias emergentes, destruindo postos de trabalho e gerando assim um desemprego crescente em muitos países (e regiões) economicamente mais maduros, quase todos membros da OCDE.

A estas novas formas de desemprego, o sistema capitalista, agora sem concorrentes, nem receio que ocorram contestações como aquelas com que se viu confrontado quando os movimentos sindicais pujantes limitaram a avidez capitalista e obrigaram o sistema a conformar-se com a necessidade de construir um mais ou menos sofisticado estado social, respondeu agora com a panóplia de instrumentos que vinham do mais ortodoxo conservadorismo liberal: a flexibilização do trabalho com níveis

crescentes de precariedade; a não criação de emprego suficiente para os jovens que iam chegando à idade ativa e a redução das oportunidades para as mulheres, abrindo assim novas frentes de luta para os sindicatos que procuravam soluções inovadoras. As correntes sindicais reformistas, como já foi referido, reconhecendo a força destes movimentos, parecem ter-se adaptado mais rapidamente a estes novos desafios, oferecendo-se para negociar um posicionamento onde o antagonismo social daria lugar ao compromisso: um pouco por todo o lado, foi-se assistindo à formulação de propostas de acordos sociais versus o tradicional antagonismo reivindicativo.

Onde as questões se complicaram, e complicam, foi na intransigência dos detentores daquela renovada ideologia económica e social, liberal e conservadora que, aproveitando o essencial da expressão de Fukuyama do «fim da História»²¹, impuseram novas regras tornando inúteis os esforços de moderação que os sindicatos apresentaram. Essa nova ideologia (e a prática que lhe está associada), criadora e aliada dos já acima referidos novos agentes económicos globais (fundos, multinacionais...), conjugada com a prática da Organização Mundial do Comércio e das agências financeiras públicas e privadas, criaram uma nova ‘ordem global’ onde pontificam os mercados oligopolísticos, cada vez mais decisivos, e as grandes instituições financeiras (bancos comerciais e de investimento, fundos, entidades para bancárias) que subverteram e tornaram obsoleta, no curto período de duas décadas, a ordem económica e o pacto social nascidos depois da II Guerra Mundial.

Refira-se, uma vez mais, como assinala Manuel Castells, que «a economia global não foi criada pelos mercados, mas pela interação entre os mercados, os governos e as instituições financeiras internacionais que atuaram em nome dos mercados – ou da sua noção do que deveriam ser os mercados.»²²

Estes novos agentes têm-se mostrado intransigentes e muito pouco sensíveis em relação a quase tudo o que se refere às questões laborais. São poucas as exceções. E a ‘velha’ economia capitalista prioritariamente posta ao serviço dos consumidores e da criação de emprego deu lugar a dois novos conceitos: o da ‘economia que cria valor’ (que tem uma versão mais crua no objetivo da ‘empresa que cria valor para os acionistas’) e o de um eufemismo com que, frequentemente, se procura amenizar uma visí-

vel insensibilidade para as questões sociais e se traduz na fórmula da ‘responsabilidade social das empresas’. Ambos atuais, simultaneamente adaptados e enformadores dessa nova ordem que ajudaram a criar e protagonizam, constituem uma forma de iludir as questões essenciais que se colocam hoje sobretudo nas sociedades económica e socialmente mais desenvolvidas: desemprego, deficiente distribuição da riqueza, desigualdades crescentes, precariedade e destruição ou subaproveitamento do capital social.

Note-se que sendo a concorrência o elemento racionalizador do sistema, também nesta perspetiva se alterou o conceito de trabalho enquanto talento, qualificações e capacidades, valorizando uns e desvalorizando dramaticamente outros. O que acontece é que a concorrência que existe entre os produtores de bens ou serviços massificados, «uniformes, rotineiros e standard», como refere Robert Reich no seu, também clássico, *O Trabalho das Nações*²³, comprime todas as formas de rendimento gerado (valor acrescentado), quer se trate de salários ou de lucros. «Os negócios de sucesso (...) estão a deslocar-se para um nível mais elevado [da cadeia de valor], baseados em produtos e serviços especiais (...). As empresas nucleares já não estão concentradas nos produtos em si [porque] as suas estratégias estão cada vez mais centradas no conhecimento especializado.»²⁴

Enquanto nas décadas que se seguiram à II Guerra Mundial as classes médias eram constituídas por trabalhadores independentes e trabalhadores por conta de outrem, fabris ou de serviços (incluindo os serviços públicos), que ocupavam lugares intermédios nas (grandes) empresas e nas administrações públicas, essa composição foi-se alterando e passando a incluir nas categorias anteriores os diferentes tipos de quadros num contínuo cada vez mais abrangente até finais da década de 80 do século passado.²⁵

De então para cá, com a intensificação da fase atual da globalização de mercados e de processos, a deslocalização da produção dos produtos *standard*, massificados e do trabalho que lhes dava origem, perturbou aquele *stato-quo* emagrecendo o que se poderia designar por classe média baixa, cada vez mais desprotegida e desorganizada/desorientada. Em seu lugar surgiu um outro grupo social que englobava novos conjuntos de trabalhadores, ‘homens da organização’, que ocupam o espaço entre as chefias de topo e os trabalhadores executantes dotados de formação mais ou menos

elevada; em todo o caso, *diferenciados*, podendo incluir um conjunto heteróclito que inclui cientistas, engenheiros, economistas, gestores e tecnólogos de diferente formação, que auferem rendimentos superiores e possuem preocupações pessoais, sociais e culturais que os ‘velhos’ sindicatos não têm dado mostras de ser capazes de compreender e satisfazer.²⁶ A tudo deve juntar-se, como não é demais referir, a instalação gradual mas contínua da teoria e da prática neoliberal que pacientemente tinham estado à espera da sua oportunidade para que, logo que as soluções de matriz keynesiana, se o termo aqui é permitido, pudessem ser consideradas esgotadas, se impusessem quase como um *pensamento único*; sabe-se como, pelo menos na ‘zona euro’, a crise desencadeada em 2008, que avassalou o Mundo, ajudou a consolidar esta forma de pensamento liberal-conservador e a chegar à célebre fórmula do *there is no alternative*.

Perplexos com a força destes acontecimentos, muitos movimentos sindicais de vários países adotaram, conjuntamente ou em separado, dois tipos de atitudes: ou prosseguiram o seu caminho como se nada de especialmente preocupante se estivesse a passar (*Eppur si muove...*), ou assumiram uma atitude defensiva onde as novas realidades e as novas desigualdades foram sendo, de alguma forma, minimizadas. Tal como foi previsto quase com duas décadas de antecedência por Manuel Castells e Robert Reich.

No fundo, o que se passa com as empresas, que funcionam em mercados desregulamentados e cada vez mais desregulados e permeáveis aos seus desígnios estratégicos, tem repercussões diretas sobre a forma como se organizam no seu interior e como interagem com o exterior. A forma como se organizam em rede significou que se passou da «produção em série para a produção flexível», permitindo «a transformação das linhas de montagem, características da grande empresa, em unidades de produção de fácil programação que podem ser sensíveis às variações do mercado (flexibilidade do produto) e às transformações tecnológicas (flexibilidade do processo).»²⁷ Por outro lado, esta reorganização das empresas permitiu que (aparentemente) se desdobrassem em várias entidades – unidades de negócio, marcas, centros de lucro, holdings, franquias, *outsourcing* de fornecimentos e de distribuição,²⁸ continuando a convergir para o objetivo de sempre que é o de maximizar o lucro ou o valor produzido e distribuído, consolidando a sua unidade substancial.

Foi esta metamorfose operada nas empresas, quando adotaram o modelo de rede, ou pura e simplesmente cresceram atingindo dimensões incalculáveis, que alterou o conceito de trabalho e ‘reinventou’ o de trabalhador, que não pode ser ignorada pelos sindicatos: ao *leasing*, à franquia, ao *outsourcing*, as organizações sindicais devem poder responder por forma a satisfazer as novas necessidades dos trabalhadores e fazer frente aos problemas que aquela organização social agora impõe: os contratos a prazo, a flexibilidade, a precariedade, o desemprego jovem e o que se prevê venha a ser uma nova vaga de desemprego tecnológico. O progresso técnico e a tecnologia, que até aqui tinham conseguido suplantar a *lei dos rendimentos decrescentes*, parecem ter-se superado e estar em vias de substituir o próprio trabalho humano. No seu último discurso como Presidente dos EUA, Barack Obama proferiu estas palavras proféticas: «[O que está a destruir emprego na América é] a caminhada imparável da automação que torna obsoletos muitos bons empregos da classe média.»²⁹

Em suma, simplificando, e vistas as coisas numa perspetiva ligeiramente diferente, o problema essencial da economia deixou de se colocar entre «os que possuíam máquinas e os que trabalhavam com elas [em que] cada uma das partes queria uma maior parcela de rendimentos»³⁰. A seguir as questões começaram a colocar-se de outra forma: o que preocupa uma e outra parte são «exigências que (...) resolvem, identificam e intermedeiam novos problemas.»³¹ Basicamente porque enquanto em 1920, há pouco menos de um século, «mais de 85 por cento dos custos se destinavam à remuneração de trabalhadores de rotina e de investidores, em 1990 estes dois grupos receberam menos de 60 por cento, sendo o restante destinado a projetistas, engenheiros, estilistas, planificadores, estrategos, peritos financeiros, quadros executivos, advogados, publicitários, especialistas de marketing (...). Mais de 85 por cento é destinado a serviços especializados de projeto e engenharia e a patentes e direitos de autor de descobertas realizadas no decurso da prestação destes serviços no passado.»³²

Esta situação tem vindo a acentuar-se com a já referida metamorfose das empresas, na sua organização interna e nos seus comportamentos face ao ambiente externo qualquer que ele seja; a globalização só veio acentuar este estado de coisas: «Na empresa de alto valor só um ativo se torna mais valioso à medida que é utilizado: as qualificações de resolução, de identificação dos problemas e de intermediação, das pessoas chave.»

Quer tudo isto dizer que existe atualmente um novo grupo de trabalhadores que está claramente fora da atividade tradicional dos sindicatos e em relação aos quais têm alguma dificuldade em sensibilizar e acolher.

Que papel estará então futuramente reservado às organizações sindicais?

DESAFIOS AO SINDICALISMO E OS DESAFIOS DA UGT

«Os sindicatos são organizações com estabilidade no tempo, são associações de adesão voluntária com funções de ‘voz’ ou representação do interesse dos trabalhadores (...) que funcionam de acordo com uma estrutura democrática onde os membros individuais elegem os seus líderes, que irão representar os trabalhadores junto dos interlocutores externos, inclusivamente perante a lei». ³³ Neste sentido, as atividades principais desempenhadas pelos sindicatos, assim definidos, são fundamentalmente a «negociação coletiva e a marcação de greves», mas também, em muitos casos, o lançamento de «campanhas de opinião e de *lobbying* (...) e o recurso a instâncias judiciais (...).» ³⁴

No período que se seguiu à II Guerra Mundial, sobretudo na Europa do Sul, verificou-se um predomínio, mais ou menos visível, dos partidos comunistas sobre o movimento sindical, enquanto na generalidade das sociedades europeias contemporâneas prevaleceram os sindicatos reformistas «com uma postura de favorecimento de reformas democráticas em detrimento de ser o próprio movimento sindical o agente de transformação, quer de forma autónoma quer enquanto ‘correia de transmissão’ de um partido político.» ³⁵ Assim sendo, ter-se-á então que atualmente os sindicatos surgem também como «grupos de interesses influentes em contexto democrático», desempenhando «diversos papéis», variáveis de país para país. ³⁶

Silva Lopes ³⁷, que foi presidente do Conselho Económico e Social durante dois mandatos, já em 2002 abordava a questão do conceito de sindicato numa perspetiva diferente. Na sua intervenção feita no quadro de um painel promovido pelo Fórum Abel Varzim ³⁸, quando abordava o papel dos sindicatos no futuro definia-os «enquanto organizações de trabalhadores dependentes, vocacionadas para a representatividade e defesa

dos seus interesses [que] estarão certamente na linha da frente das lutas que visam dignificar o trabalho e os trabalhadores, salvaguardar níveis desejáveis de emprego e empregabilidade, melhorar os níveis de remuneração (...) e zelar pela repartição mais equitativa do rendimento gerado nas empresas, a democraticidade (...) na vida coletiva (...).»³⁹

* * *

Em geral, os sindicatos e as suas organizações têm sofrido uma evolução assinalável. Num primeiro momento, em plena ‘revolução industrial’, combatidos e «reprimidos em nome da defesa dos princípios de um liberalismo puro, da negação dos corpos intermédios típicos do Antigo Regime e do receio da união do proletariado nascente (...)». ⁴⁰

Nesse tempo desempenhavam uma função essencialmente reivindicativa contra as precárias e mesmo miseráveis condições laborais e de vida para que tinham sido atirados os trabalhadores assalariados, à medida que se acelerava o processo de industrialização nos países onde esta se manifestava de forma mais agressiva. Gradualmente a sua importância foi sendo tolerada e depois plenamente aceite até chegarem ao reconhecimento formal que lhes foi dado pela legalização, primeiro no Reino Unido (1824) depois em França (1884). Em Portugal esse reconhecimento e a consequente legalização, das chamadas associações de classe, ocorreu em 1891. ⁴¹

Neste contexto, encontra-se aqui o cruzamento de influências e propostas dos vários socialismos: desde os chamados ‘utópicos’ aos de raiz marxista, passando pela doutrina social da Igreja Católica e por contributos dispersos que defendiam acima de tudo, e de várias formas, a dignidade do trabalho humano e o seu valor social. Atualmente os sindicatos constituem-se como instituições fundamentais no que se refere à estabilidade e sustentabilidade das sociedades contemporâneas, onde, mantendo as suas funções tradicionais, foram alargando os territórios de atuação, criando as suas próprias organizações nacionais e internacionais, disputando o poder no mesmo terreno de outras instituições que foram surgindo, contribuindo para dar forma a sucessivas ordens económicas que a História tem registado; adaptando-se ou contestando a evolução dos próprios mercados de trabalho, as constantes mutações da gestão das empresas e a moderna organização dos estados e das suas organizações regionais. Repare-se que todas estas questões contribuíram também para

a prolongada crise que o sindicalismo alegadamente está a viver nas últimas décadas, com uma acentuada acuidade no princípio do século XXI.

Esta evolução comporta aspetos positivos e negativos. Destes, os mais importantes são, por certo, o envelhecimento das direções, a fragmentação sindical e a queda das taxas de sindicalização, com os elementos disponíveis a mostrar que «Portugal apresentava [nas décadas de 1980-90] uma das taxas de sindicalização mais baixas da UE15 e não parece ter mudado o padrão desde então.»⁴² Neste sentido milita a fraca adesão dos jovens à medida que vão chegando ao mercado de trabalho, desencantados com as dificuldades que a sociedade lhes cria na procura de emprego e a relativa passividade dos sindicatos. Tal como tem vindo a ser citado, as razões deste desinteresse demonstrado pelos sindicatos terá a ver, em termos gerais, com a sua dificuldade de adaptação ao modelo pós-industrial e à dificuldade de se desdobrarem para acorrer aos dois tipos de problemas: aos dos sindicalizados que estão a perder o emprego e aos que ainda nem sequer o conseguiram.

Como elemento complementar, uma referência à figura do ‘trabalhador do conhecimento’ que, não é demais reforçar, desempenha um papel e ocupa um espaço cada vez mais relevante nas sociedades atuais, tendo muito pouco em comum quer com o ‘proletariado do século XIX’ quer com o ‘operariado industrial do pós-guerra’ (décadas de 50 a 80 do século passado). Por igual, este grupo social não tem grande vocação para se sindicalizar, para se acolher em sindicatos procurando proteção para a defesa dos seus interesses. Pelo contrário, vive o seu individualismo, o estatuto social da sua formação e sente que os sindicatos não acrescentam valor ao seu quotidiano. A sua importância social crescente constitui outro dos elementos que crescem às perplexidades e incertezas por que passam as atuais organizações sindicais.⁴³

Todos estes aspetos associados à globalização e à ascensão das economias emergentes foram tornando muito mais exigentes as condições de procura de trabalho, a que se juntam crises económicas de várias origens e um eventual aumento de individualismo das novas gerações que minimizam e desconhecem a importância dos sindicatos e do sindicalismo. Mas, sobretudo, duas questões fulcrais: a precariedade laboral, com cada vez maior frequência, como forma de vida e a incapacidade das organizações sindicais para comunicarem eficazmente com estes grupos.

A questão assume uma enorme gravidade, porque os sindicatos sem conseguirem rejuvenescer a massa dos seus aderentes arriscam a tornar-se irrelevantes. É nesse sentido que alguns especialistas falam do retrocesso do movimento sindical que, no limite, poderia conduzir ao seu esgotamento, pelo menos na versão segundo a qual hoje os conhecemos.

Trata-se de uma crise que, sendo reconhecida de forma generalizada, se pode medir, por exemplo, como já se referiu, pela taxa de sindicalização durante um período longo. Embora as séries nem sempre se possam comparar e frequentemente sejam interrompidas, verifica-se, por uma razão ou por outra, um decréscimo acentuado dessa taxa de sindicalização. Acontece que em Portugal, «num quadro de pluralismo sindical competitivo e de ‘guerra de representatividade’ (...)»⁴⁴, os investigadores não tiveram possibilidade de chegar a valores fiáveis, porque os estudos e inquéritos oficiais só esporádica e muito recentemente se começaram a preocupar com os aspetos relacionados com a sindicalização. No entanto, as estimativas que foram feitas indiciam que «a evolução da taxa de sindicalização no nosso País revela que ela acompanha a tendência geral para o refluxo da sindicalização» e que estaremos mesmo «na presença do terceiro refluxo mais pronunciado, a nível mundial, a seguir aos da Nova Zelândia e da França»⁴⁵, embora o movimento sindical português ocupe uma posição intermédia, no contexto da Europa do Sul.⁴⁶

A OCDE publicou alguns dos valores que confirmam estas asserções, atribuindo a Portugal as seguintes taxas de sindicalização: 53% (1980), 27,5% (1990), 19,6 % (2000).⁴⁷ Estes valores confirmam a tendência decrescente da taxa e a crise do sindicalismo nos termos em que vinha a ser referida.

Procurando seguir esta lógica, duas notas que ajudam a compreender as causas mais longínquas, os fundamentos e a dimensão da crise do sindicalismo português.

A primeira para salientar que a década de 80 foi pouco menos que desastrosa para as ambições do recém-criado movimento sindical. A crise que obrigou a recorrer a uma segunda intervenção do FMI (seis anos após a primeira), agora chamado pelo Governo PS/PSD, ‘Bloco Central’, trouxe as receitas do Fundo, aplicadas com grande vigor, inscritas no ‘Programa de Estabilização’ que prosseguia o objetivo de reequilibrar as variáveis macroeconómicas – reduzindo o deficit externo e arrefecendo as componentes da despesa (consumo e investimento).

Este programa, que representou a segunda parte de uma espécie de ajuste de contas com os ‘desmandos’ do período revolucionário, conduziu, por imperativos de política económica, à redução do setor público empresarial, ao encerramento de muitas empresas, ao desemprego, à redução dos salários e a um fenómeno, então mal conhecido, dos salários em atraso.

Uma segunda nota para salientar que a atuação do FMI abriu a porta a alterações profundas na arquitetura jurídica do novo Regime: uma nova legislação laboral «com caráter cada vez mais flexível (...) generalizando a precariedade (...)»⁴⁸, a que se seguiram as revisões constitucionais de 1982 e sobretudo a de 1989, que tornou viáveis as privatizações, contextualizando o quadro liberalizador dos governos de maioria absoluta do PSD liderados por Cavaco Silva.

Deve referir-se que esta crise do movimento sindical, quer à escala mundial quer nacional, se tem manifestado de forma muito desigual e parece só ter solução se as associações sindicais forem capazes de desenvolver esforços em várias direções no sentido de apreenderem e compreenderem a profunda evolução que está em curso.⁴⁹

A questão passa antes de mais pela caracterização clara da crise. De que crise se trata? «Uma crise que prenuncia uma decadência inexorável do sindicalismo que conduzirá ao seu desmoronamento definitivo (...) [porque] as características gerais da sociedade pós-industrial abrem pouco espaço para a organização sindical?» Ou se trata tão só de uma oscilação de uma «fase de refluxo conjuntural?» Ou esta crise traduz o sinal que perspectiva, para o sindicalismo, uma nova vocação de «agência social sem sócios que dá o seu apoio a outros coletivos (...)»? Ou ainda que a «crise representa o sinal de uma mudança qualitativa em que determinadas forças sociais cedem o seu lugar a outras, que continuarão a manter acesa a chama do sindicalismo?»⁵⁰

Neste quadro, mais recentemente, o movimento sindical vem sendo confrontado e teve de ser capaz de se integrar nos novos fenómenos que constituem parte essencial e imperativos da atual vaga de globalização. Os novos protagonistas que são, inegavelmente, como já foi afirmado, as multinacionais e os fundos financeiros, a que se junta outro fenómeno novo, também já referido, constituído pelas economias emergentes que irromperam na cena mundial no último quartel do século XX. Estas passaram a exercer uma forte concorrência em termos de competitividade

com os países economicamente mais desenvolvidos: esmagando os salários, minimizando as condições de higiene e segurança, reduzindo e não considerando direitos básicos de quem trabalha, subverteram a realidade a que os sindicatos ocidentais se tinham habituado. Daí a reação diferente, com diferentes consequências, como atrás foi assinalado, em relação ao que se passou e passa nos EUA e na UE.

Em contraciclo com a ideologia neoliberal vigente feita à medida da globalização está a surgir, com uma ambição igualmente global, e a ser trabalhada uma nova posição estratégica da Organização Internacional do Trabalho, com a qual a OIT pretende celebrar e marcar uma viragem por ocasião das celebrações do seu primeiro centenário (2019).

Uma das transformações mais sensíveis que ocorreram no mercado de trabalho e que sustentam as mudanças denunciadas traduz-se na sugestão de que estamos numa perigosa alteração do conceito e da forma como se concretiza o trabalho; teríamos em síntese duas ideias mestras: por um lado, o crescente nível de desigualdade na distribuição do rendimento e, por outro, o facto de em muitos territórios o trabalho não ‘dar para viver’. Além de que, mesmo que o emprego esteja a crescer, logo surge outra questão: o da sua qualidade.

É a estes temas que Guy Ryder, Diretor Geral da OIT, se reporta quando refere o debate que lançou e organizou sobre o «Futuro do Trabalho», que se espera venha a constituir a grande alteração estratégica e um novo roteiro para a Organização. Numa entrevista recentemente concedida²¹, Ryder mostra-se inconformado com o caminho que as questões estão a levar e sugere algumas áreas que devem surgir no documento final a apresentar ao Fórum mundial que será o culminar das celebrações do centenário em 2019. Algumas das áreas a serem perspectivadas em termos de futuro: crescimento e emprego; contratação coletiva; emprego e tecnologia e, por fim, a precariedade.

* * *

No contexto atual, o movimento sindical também teve que reconhecer e integrar uma organização social que está a ser criada todos os dias, onde os assalariados, trabalhadores por conta de outrem, «com a privatização do setor público e com o emprego a ser terciarizado e atirado para *offshores* tanto por empresas como por agências governamentais, [têm]

vindo a diminuir e muitos (...) dos seus membros receiam vir a cair no precariado (...).⁵²

É assim que esta figura do precariado pode ser, do ponto de vista laboral, das relações de produção e de trabalho, a questão mais desafiante dos dias de hoje e, sobretudo, do futuro. «O precariado é uma classe em construção. (...) O trabalho desempenhado pelo precariado é, de sua natureza, frágil e instável, andando associado à casualização, à informalização, às agências de emprego, ao regime de tempo parcial, ao falso autoemprego e a esse novo fenómeno de massas chamado *crowd-sourcing* (...). Todas estas formas de trabalho flexível têm vindo a crescer um pouco por todo o mundo.»⁵³

No nosso País a precariedade e a flexibilização do trabalho têm crescido de uma forma que vem alarmando as forças sociais e em particular os sindicatos e que vai progressivamente conduzindo a «uma fraca efetividade do direito laboral»⁵⁴. Ao nível do discurso esta é mesmo uma das prioridades no combate por melhores condições de trabalho que colide, por um lado, com a mentalidade de grande parte do empresariado português, os preconceitos, a estreiteza de horizontes, os pequenos expedientes deletérios e, por outro, a tendência geral, global, mundial onde a precariedade vai crescendo imparável, inviabilizando cada vez mais as históricas solidariedades dos trabalhadores e das suas organizações.

* * *

Depois deste pequeno parêntesis, regressa-se ao tema das mudanças que se vão introduzindo em todas as áreas da sociedade para destacar as alterações que se têm verificado nos domínios sindicais e do trabalho. Como já foi assinalado são os próprios conceitos de trabalho e de sindicalismo e de «mercado de trabalho, [influenciado pela] necessidade do trabalho em equipa, a flexibilidade, interna e externa, a gestão empresarial dos recursos humanos»⁵⁵, todos estão a ser postos em causa e a fazer ressurgir as questões laborais com contornos essencialmente diferentes. De facto, «muitos desses conceitos e modelos analíticos em que, até recentemente, se apoiaram os principais estudos sociológicos neste domínio se vêm revelando hoje insuficientes ou desajustados para dar visibilidade e consistência interpretativa aos novos fenómenos emergentes.»⁵⁶ Mais adiante, reforçando esta ideia, os mesmos autores explicitam melhor o

seu ponto de vista: «os processos de mudança que hoje pulverizam o mundo laboral levaram à desatualização das concepções teóricas mais clássicas, [pelo que] também o próprio sindicalismo continua a apoiar-se em visões e modalidades de ação que muitas vezes se revelam inadequadas face à realidade atual.»⁵⁷ No centro destas alterações, que inclusivamente obrigam à mudança de paradigma na abordagem destas matérias, como já foi defendido acima e aqui se reforça, está a atual vaga de globalização, o nome que o capitalismo tomou depois do fim da URSS e de, por consequência, se ter mundializado. Trabalhando numa perspetiva ligeiramente diferente, Elísio Estanque e A. Casimiro Ferreira fazem uma abordagem sugestiva do conceito: «a visão idílica, neutra e fictícia de uma globalização homogeneizante e harmoniosa, que tem vindo a ser construída pelos ideólogos do neoliberalismo e pelos *mass media* ao seu serviço é diariamente negada pelos problemas laborais a nível mundial. O novo liberalismo global entrou numa dinâmica vertiginosa, e os seus impactos sobre as relações de trabalho fazem-se hoje sentir em todas as regiões do globo, a mostrar que a globalização não é propriamente uma imensa nuvem de fluxos a pairar sobre os poderes políticos e económicos que comandam o sistema mundial.»⁵⁸ Por tudo o que tem sido visto e escrito a globalização é uma realidade dura de entender e de assimilar. É um novo paradigma que coloca inúmeros desafios aos movimentos sindicais e, como é natural, também ao português. É inclusivamente algo que irrompeu de forma tão violenta e rápida que as reações adversas que já está a provocar, designadamente nos Estados Unidos e na União Europeia, se têm vindo a traduzir numa apatia política que se revela em elevados índices de abstenção eleitoral e no desinteresse das populações pela coisa pública, abrindo espaço aos nacionalismos e à xenofobia, ao endurecimento crescente de discursos antissistema, economicamente protecionistas, simultaneamente defensivos e agressivos. São essas reações que permitem que já surjam autores a falar de um princípio de retrocesso. As causas que deram origem à globalização e aos seus excessos seriam as mesmas que a estão a pôr em causa. A velocidade a que avança, a imprevisibilidade dos rumos que adota, a volatilidade do comportamento dos seus agentes principais parecem pô-la todos os dias à beira de uma qualquer rutura lançando periodicamente o Mundo em sucessivas e multifacetadas crises de contornos difíceis de definir.

* * *

Neste ponto, surgem como prejudiciais, em termos do presente e do futuro, as perspectivas daqueles que defendem que para Portugal só uma política de baixos salários permitirá conquistar alguma competitividade perdida e mesmo fazer crescer essa competitividade através da conquista de novos mercados. Os baixos salários seriam a chave para o sucesso da economia nacional. Nada de mais pernicioso para procurar ganhar a competitividade perdida que substituir a impossibilidade de poder continuar a manipular a política monetária pelo sacrifício dos trabalhadores por conta de outrem. Este é um terreno onde os sindicatos podem encontrar espaço de atuação, não se limitando a reivindicar melhores salários mas a lutar por condições que evitem que essa ideia se vá incrustando na sociedade.

As transformações por que têm passado as economias nacionais e regionais, a inovação tecnológica, as novas concepções de gestão das instituições, empresas ou não, onde foi sistematicamente introduzida maior flexibilidade, a globalização e o aparecimento em força de novos agentes económicos globais – empresas multinacionais e uma panóplia de novas organizações no contexto da esfera financeira mundial – alteraram significativamente todos os domínios do trabalho, inclusive nas suas formas de organização interna e externa. Um primeiro elemento digno de nota é a visível deterioração do ‘pacto social’ que vigorou desde o segundo pós-Guerra, substituído pelo neoliberalismo individualista, de consequências imprevisíveis.⁵⁹

Claro que o sindicalismo ameaçado e confrontado com esta realidade, que surgiu bruscamente nas sociedades mais desenvolvidas em finais dos anos 80, só dificilmente se tem conseguido adaptar. Pensando no nosso movimento sindical, relativamente mais recente quando comparado com outros países que nos estão próximos, verifica-se que foi apanhado a meio da tarefa de apoiar e ser catalisador da construção do Estado Social em Portugal. Dividido em duas grandes correntes, duas grandes centrais, foi surpreendido por esta vaga que, no mínimo, o ignora quando não o combate frontalmente em nome dos novos valores e da ‘inutilidade’ que representa depois da desintegração da URSS que era involuntariamente o escudo e garante do contrato social cada vez menos conforme e adequado à teoria e à prática da globalização.

Estas ideias de desconformidade do movimento sindical com a realidade da globalização e dos seus pilares estruturantes e a organização social anterior foi também estudada e caracterizada, entre outros, como se verá, por Robert Reich, tendo em consideração os «termos do acordo nacional de meados do século [passado]: primeiro as empresas (...) planeavam e realizavam a produção de grandes quantidades de mercadorias. A grande quantidade criaria economias de escala (...) reduzindo os custos de produção (...). Através da coordenação com outras grandes empresas, os preços poderiam ser estabelecidos a níveis suficientemente elevados de forma a garantir rendimentos substanciais. Uma parcela (...) seria reinvestida em novas fábricas e equipamentos, mas parte significativa seria destinada aos gestores intermédios e aos trabalhadores da produção. Em troca, os sindicatos evitariam greves e paralisações (...). Ambas as partes abster-se-iam de estabelecer os preços e salários a níveis tão elevados que desencadeassem a inflação.»⁶⁰

No entanto, mesmo considerando o fenómeno do reforço dos mercados oligopolísticos, a evolução do movimento sindical português tem muito a ver com o facto do que pode significar o enfraquecimento relativo da principal central, a CGTP – que continua a apostar num ‘sindicalismo de classe’ e a incluir no seu discurso uma ‘classe operária’ que hoje já não existe ou, pelo menos, já não tem o poder real e simbólico de que dispôs umas décadas atrás – e traduzir-se numa oportunidade para a UGT, mais flexível, mais pragmática porque menos marcada e mais tolerante do ponto de vista ideológico. Parece ser esse o sentido da posição de Elísio Estanque e A. Casimiro Ferreira quando defendem que «o movimento sindical se mostra hoje mais aberto e reconhece explicitamente a necessidade de renovar os seus métodos e estratégias de atuação perante a força crescente do capitalismo global.»⁶¹ A renovação dos métodos de atuação, do seu alcance em termos de missão e das estratégias para fixar novos desígnios constituem as questões centrais para encontrar respostas e vencer os novos desafios que significam as necessidades, e a premência, em que se inscreve e resulta a abrangência do sindicalismo do futuro.

Para o sindicalismo atual, tal como para as suas organizações, trata-se de transferir e aproveitar as suas energias e capacidades para outras formas de luta social, sem perder de vista as antigas, escolhendo causas que prossigam e prolonguem a nobreza dos seus objetivos históricos iniciais.

A questão afinal resume-se a ser ou não capaz de se adaptar e adequar às novas condições e exigências em que se exerce o trabalho no quadro das novas formas de que o capitalismo global, cada vez mais agressivo e desequilibrador, se tem revestido nestas últimas décadas, atropelando, as mais das vezes, as questões da justiça social, da distribuição da riqueza e do rendimento, em suma da qualidade de vida dos trabalhadores.

Recorrendo uma vez mais a Elísio Estanque e A. Casimiro Ferreira: «a construção de uma cidadania ativa passaria pela combinação entre um maior envolvimento direto do sindicalismo no espaço da produção (...) e uma maior intervenção [fora desse espaço] devendo esta articular-se com ‘outros movimentos sociais progressistas, movimentos de consumidores, feministas, etc. [...], as energias contestatárias do movimento sindical devem ser deslocadas para a articulação com estes outros movimentos’⁶². Na verdade, os chamados Novos Movimentos Sociais introduziram uma série de novos contributos (...). Além de terem alargado o leque da conflitualidade social para esferas exteriores à produção – a luta pela paz, o ambientalismo, a emancipação da mulher, os direitos dos consumidores, os direitos humanos, etc. –, o seu crescente protagonismo entrou, de certa forma, em concorrência com as velhas formas de luta de classes fundadas na ação operária.»⁶³

A RENOVAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

Por esta altura, com uma profundidade de análise diferente, mas mostrando o mesmo tipo de preocupações, num artigo publicado em setembro de 2001, intitulado *É preciso renovar o Movimento Sindical*, dois dirigentes sindicais, Carlos Marques (UGT) e Augusto Pascoal (CGTP), chamando a atenção para as especificidades do caso português, incluindo o seu movimento sindical e criticando a forma como tem vindo a ser gerida a integração do País na Europa Comunitária – «em Portugal gere-se a dependência económica e a aproximação da Europa desenvolvida a vários ritmos» – propõem que se faça «uma reflexão profunda sobre o papel dos sindicatos na sociedade atual e no futuro próximo [que questione] sem reservas, tudo o que parece não estar bem, em ordem a uma maior dignificação do trabalho, dos trabalhadores e dos sindicatos».

O artigo, apesar de curto, ilustra duas preocupações fundamentais que se justificam no âmbito do texto introdutório a esta segunda parte da História da UGT: a primeira tem a ver com a necessidade de proceder a um diagnóstico exaustivo e sem contemplações do movimento sindical; a segunda, embora económica nas palavras, leva longe a renovação pela qual se batem e consideram imprescindível para o seu sucesso, tal como para o sucesso da própria sociedade portuguesa. Aqueles dois sindicalistas vão assim ao encontro das propostas dos cientistas sociais que acima foram sendo defendidas, com a vantagem de estas serem produzidas por quem, sendo dirigente sindical ao mais alto nível, tem um conhecimento, forjado no terreno, mais profundo e circunstanciado, porque se debatem diariamente com o conjunto de problemas que identificam e para os quais procuram soluções.

O que sugerem e apresentam então Carlos Marques e Augusto Pascoal? Que é necessário regressar a um sindicalismo de base, (...) que saiba articular-se com outros movimentos sociais progressistas que pugnem pela qualidade de vida e pela cidadania, capaz de potenciar tudo o que interessa à unidade dos trabalhadores, à promoção da sua qualidade de vida (...). O sindicalismo do presente e do futuro precisa ocupar-se das condições de trabalho e dos aspetos culturais e sociais suscetíveis de gerar mais bem-estar e uma vida melhor, em articulação com os princípios progressistas propiciadores da igualdade de oportunidades e do exercício da cidadania». E será com este enquadramento que «os sindicatos, enquanto organizações de trabalhadores, poderão ser a vanguarda do debate para novas formas de organização da sociedade (...).⁶⁴

Parece haver consenso sobre a necessidade da renovação do movimento sindical que, para além de atuar sobre os problemas imediatos, do dia-a-dia, sejam os tradicionais ou de outra natureza, tem de acelerar o lançamento das sementes do futuro. O futuro constrói-se e o atentismo e o imediatismo reativo são exatamente o oposto do que se preconiza.

Para além do mais, em todos os momentos, o movimento sindical tem sido um dos pilares da coesão social; neste mundo agitado e atravessado por forças desagregadoras, a nível nacional, europeu e global os sindicatos têm de se manter como agentes decisivos dessa coesão: quanto maior for a exclusão e a desigualdade mais os sindicatos podem ser agentes de uma intervenção e obter «resultados que permitam às pessoas (...) sentirem que

participam solidariamente, (...) para qualquer coisa que transcende a sua situação pessoal isolada (...)»⁶⁵, surgindo como instituições empenhadas na modernização e inovação social no quadro daquela atitude pró-ativa, prospetiva e global; a imobilidade, ou melhor dito, a rotina da intervenção sindical, surge, por antítese, como uma forma de bloqueio social.

A OIT, OS SINDICATOS E FLAGELO DA ECONOMIA INFORMAL

A fechar os capítulos introdutórios deste segundo período da História da UGT deve ser assinalado um outro fenómeno que os sindicatos não poderão deixar de ter em conta na sua luta pela renovação e adequação aos novos tempos. Trata-se da importância crescente que vai sendo assumida pela ‘economia informal’ (muitas vezes designada por economia subterrânea) que, a juntar à globalização, aos avanços tecnológicos, ao que foi referido como a metamorfose das empresas e ao aparecimento de novos e poderosos agentes na economia global, se transformou também num adversário da organização sindical.

A acrescentar às alterações referidas, que obrigam a repensar seriamente e desde já os conceitos de trabalho, emprego, atividade sindical, esta renovada e cada vez mais sofisticada variável merece atenção redobrada. É o que propõe a OIT, segundo a qual a ‘economia informal’ ocupa mais de metade da mão-de-obra mundial. A organização pretende, através da sua ação e normas aprovadas facilitar a transição de milhões de trabalhadores empregados pela ‘economia informal’ para a economia formal; de acordo com as estatísticas oficiais, nas regiões em desenvolvimento 45 a 90% dos trabalhadores pertencem à ‘economia informal’ e, nas PME’s desses países, que «empregam 10 a 250 pessoas, não menos de 90% são trabalhadores informais.»⁶⁶

Tendo em conta este tipo de problemas que alastram por todo o Mundo, sobretudo nos países em desenvolvimento, mas também nos membros mais desenvolvidos da OCDE (para que se tenha uma ideia aproximada, a ‘economia informal’ em Portugal, segundo os últimos dados disponíveis rondará um valor entre os 20 e os 30%). A ‘economia informal’ constituiu, em boa verdade, um ciclo vicioso; quem entra, instituições, empresas ou trabalhadores, dificilmente consegue sair. Pelo con-

trário, procura esconder-se dissimulando-se no tecido económico do país ou da região por forma a passar despercebido. Atualmente, se não se atender ao fenómeno que representa, este comportamento justifica-se pelas dificuldades e penalizações que umas e outros sofrem quando são detetados ou pretendem legalizar-se. A inexistência de um quadro de recuperação destes agentes económicos dificulta cada dia que passa essa recuperação procurando cada um manter-se à margem da legalidade.

Neste contexto, sendo os trabalhadores os mais prejudicados, porque a sua permanência significa uma séria «negação dos direitos do trabalho, insuficiência de possibilidades de poder aceder a empregos de qualidade, proteção social inadequada [quando não inexistente], deficit de diálogo social e fraca produtividade (...)», compete também aqui aos sindicatos, designadamente pelos valores que professam e defendem, assumir um papel ativo como aquele que a OIT propõe seja adotado: «A nova norma do trabalho propõe estratégias e orientações práticas sobre as políticas e as medidas que podem facilitar a passagem da ‘economia informal’ para a economia formal»⁶⁷ por forma a criar ‘empregos dignos’ e empresas duráveis num quadro de legalidade. Esta poderá e deverá ser uma nova frente de luta que a UGT, como central sindical, pode tomar nas suas mãos nos vários âmbitos da sua atuação, em termos de objetivos através dos quais procurará enfrentar problemas que vão demorar anos a ser equacionados e resolvidos. Uma tarefa que podia ser encarada no quadro das instituições em que participa, designadamente em sede de concertação, em conjunto com os outros parceiros sociais.

Aliás, os objetivos da OIT sobre esta matéria são muito claros e assertivos: «facilitar a transição dos trabalhadores e das unidades económicas (...) para a economia formal respeitando os direitos fundamentais dos trabalhadores (...); promover a criação (...) de empresas dignas na economia formal [e manter] a coerência das políticas macroeconómicas, de emprego e de proteção social; prevenir a ‘informalização’ dos empregos da economia formal.»⁶⁸ Assinale-se a porosidade da fronteira entre esta ‘informalização’ e a própria precariedade.

Esta recomendação, como é afirmado no documento da OIT que tem vindo a ser citado, oferece um conjunto de orientações para a ação que assumem a forma de doze princípios diretores formulados «a partir de experiências realizadas com êxito e de boas práticas de alguns países (...)»⁶⁹

* * *

Estes são alguns dos desafios com que se confrontam as tradicionais organizações sindicais que, num misto de resiliência, de resistência à mudança e de nostalgia, têm vindo a reagir através do que se poderá designar por ‘persistência da memória’ em função da qual procuram aplicar o mesmo tipo de tratamento a realidades que se vão desvanecendo, mais ou menos lentamente, mas de uma forma impiedosa e irrevogável. Daí que sendo o trabalho, em última análise, a fonte de toda a problemática abordada, num registo mesclado de esperança e de pessimismo, esta parte introdutória se tivesse podido chamar ‘em busca do trabalho perdido’ ou ‘o trabalho: um valor em vias de extinção’, títulos de dois clássicos da literatura sobre o tema.⁷⁰

PARTE II:

PLANO POLÍTICO-SINDICAL

1990-1992: O PÓS-ACORDO ECONÓMICO E SOCIAL E A CRIAÇÃO DO CES

Este capítulo tem início em outubro de 1990, mês em que se celebrou o Acordo Económico e Social com o qual se fechava o primeiro volume da história da UGT. O capítulo termina nas vésperas do VI congresso, que teve lugar em maio de 1992.

Em Portugal, estava-se em pleno consulado de Cavaco Silva. O XI governo constitucional, o primeiro a completar a legislatura desde o 25 de Abril, iniciou funções em agosto de 1987 e terminou em outubro de 1991. O novo governo, saído das eleições que tiveram lugar a 6 de outubro desse ano, ganhas de novo pelo Partido Social Democrata, continuou a ser chefiado por Cavaco Silva. A pasta ministerial do Emprego e Segurança Social, nos anos de 1990 a 1992, foi ocupada por José Silva Peneda.

O período ficou marcado pela criação e início de funcionamento do Conselho Económico e Social (CES), órgão de consulta do Governo e de concertação no domínio das políticas económicas e sociais. Previsto na revisão constitucional de 1989, foi instituído em 1991 e iniciou funções em 1992. A sua criação criou viva controvérsia por receio de que o órgão especificamente criado para a concertação social acabasse diluído no âmbito do CES que, segundo a proposta legislativa, estava dotado de uma vocação mais alargada. Para alguns parceiros sociais, como se verá adiante, esta poderia ser a forma de desvalorizar o próprio conceito e a prática da concertação social. O Governo acabou por recuar, criando no CES uma comissão autónoma, a Comissão Permanente de Concertação Social, que herdou quase integralmente as funções e competências do extinto Conselho Permanente de Concertação Social.

Na sequência do Acordo Económico e Social de 1990, celebram-se mais três acordos de concertação, no prazo de ano e meio, uma dinâmica ímpar nesta matéria.

Externamente o mundo mudava de forma acelerada, na sequência da queda do muro de Berlim, em 1989, com o ruir dos dois blocos geopolíticos e o refazer das dinâmicas internacionais.

No que diz respeito à UGT, a década de 1990 ficou profundamente marcada pelas acusações de utilização indevida dos fundos comunitários destinados à formação profissional nos anos de 1988 e 1989. Foi um processo que se arrastou por muitos anos, em que, no final, não houve condenação judicial, mas que contaminou a vida interna da UGT e também a imagem da Central na sociedade portuguesa.

AS CONSEQUÊNCIAS DO AES

O cumprimento do Acordo Económico e Social celebrado em 19 de outubro de 1990 deu o mote para os anos seguintes, quer no que se refere ao cumprimento do texto do Acordo em si mesmo considerado, quer aos documentos futuros que teriam de dar sequência aos seus princípios.

O Acordo subiu salários mínimos e vários subsídios. Tendo-se acordado numa taxa de inflação esperada de 11% para o ano seguinte, consagrava para o primeiro trimestre de 1991 um aumento médio da tabela de salários de 13,5%, o aumento do salário mínimo nacional para a indústria, comércio e serviços de 40 100 escudos e para o serviço doméstico, para 33 500 escudos. A partir de 1 de dezembro, a pensão mínima passava para 20 000 escudos e o abono de família para 2 000 escudos, as restantes prestações da Segurança Social seriam aumentadas, em média, na ordem dos 15%, a partir do início de 1991. As pensões do regime geral iriam ser revistas em média em 15%, com um mínimo de aumento de 3000 escudos. O regime dos trabalhadores agrícolas e regimes não contributivos e equiparados iriam também ser reajustados aos 15%.¹

O Acordo previa outras importantes matérias como a Saúde, Higiene e Segurança, Formação Profissional, Segurança Social, pré-reforma e sistemas especiais de proteção para os trabalhadores dos setores em crise, redução e organização do tempo de trabalho (diminuição de uma hora por

ano para se fixar nas 40 horas em 1995), regime jurídico da negociação coletiva, justiça do trabalho, elevação da idade de admissão e trabalho de menores (imediate para os 15 anos e a prazo para os 16) e ainda outras áreas da legislação do trabalho, carecendo de negociações e acordos de concertação posteriores. Outra questão essencial foi a garantia de sobrevivência do Conselho de Concertação, que consta dos anexos ao Acordo, e que Cavaco Silva referiu² expressamente na sessão pública de assinatura do documento no Palácio Foz, em Lisboa.³

Recorde-se que o Acordo não foi assinado pela CAP e pela CGTP. A primeira discordava crescentemente da política do Governo na área laboral, pondo até a possibilidade de pedir a substituição do ministro Arlindo Cunha.⁴ Rosado Fernandes, Presidente da CAP, considerava assinar o Acordo bilateralmente com as centrais, excluindo o Governo, por considerar que este deveria ter concebido o documento com mais equilíbrio.⁵

A CGTP reconhecia que o Acordo correspondia no todo ou em parte às reivindicações apresentadas, mas Carvalho da Silva apontava duas questões fundamentais, a política de rendimentos adotada, «que não dá garantias seguras para se verificar o crescimento dos salários reais», e a alínea da cessação do contrato de trabalho por inadaptação, «cuja constitucionalidade é no mínimo duvidosa.»⁶ O Acordo, também muitas vezes designado Pacto Social, foi um fator de grande divisão na CGTP – no executivo, com 20 membros, houve um empate. Para evitar ruturas, não houve votação sobre a assinatura do documento, optando-se por uma fórmula de compromisso «reconhecer os contornos positivos do Acordo, mas sublinhar os seus aspetos negativos, para sustentar a tese de que, nas atuais condições, a CGTP não deve assinar o acordo, perspetivando a possibilidade de o vir a fazer no futuro, mediante certas condições (entre as quais avultam as negociações com o Governo na Administração Pública e a contratação no setor dos transportes)».⁷

Na reunião seguinte à celebração do Acordo, o Secretariado Executivo da UGT ouviu um ponto de situação feito por João Proença, que frisou o facto de a não assinatura por parte da CGTP se devia apenas a razões políticas, já que havia acordo total entre as posições das duas centrais.⁸ Foi deliberado elaborar um comunicado criticando a atuação daquela central sindical.⁹

Apesar desta crítica pública, a verdade é que a UGT entendia que a CGTP deveria estar implicada. Para tanto, deliberou o Secretariado Exe-

cutivo «marcar uma reunião com a CGTP para abordagem dos efeitos e acompanhamento do Acordo de Rendimentos em cuja negociação participaram ativamente embora não sejam formalmente signatários.»¹⁰ Dias depois seguiria uma carta propondo conversações bilaterais para convergência na aplicação do Acordo e outras matérias.¹¹

Na reunião realizada a 6 de novembro, o Presidente, Pereira Lopes, informou o executivo da manutenção dos contactos com o Governo tendo em vista a efetivação do Acordo e, por proposta do Secretário-geral, João Proença foi designado representante da UGT na Comissão de Acompanhamento para a aplicação do Acordo.¹² Em outros momentos, o Executivo escreveu ou solicitou encontros a vários membros do Governo por causa da aplicação do Acordo.¹³ Em quase todas as reuniões seguintes dos secretariados executivo e nacional há um ponto sobre o acompanhamento e realização prática dos compromissos constantes do Acordo.

Após a celebração do Acordo, o Governo anunciou a intenção de fixar o coeficiente de aumento das rendas de casa acima do valor estimado para a inflação que era de 11%. Esta intenção motivou um ofício da UGT, dirigido ao Ministro das Obras Públicas, com conhecimento a outros membros do Governo, em que se alertava de que seria «um péssimo sinal, de consequências imprevisíveis», podendo cair-se na «indesejável situação de grande parte da opinião pública entender que os 11% não são para valer.»¹⁴ Face a esta diligência, o Governo fixou em 11% o referido coeficiente, como se lê na cópia do ofício, em nota manuscrita por João Proença, datada de 7 de novembro.

Aproximava-se o tempo das eleições presidenciais. A UGT fez um comunicado de imprensa apelando ao voto dos trabalhadores no Dr. Mário Soares.¹⁵

Como já foi referido, o Acordo e o seu cumprimento marcaram o dia-a-dia da Central ao longo dos meses seguintes; é o que se observa em sucessivas reuniões internas: a realização de um plenário de sindicatos sobre o pacote laboral a 21 de janeiro de 1991;¹⁶ a apreciação realizada pelo executivo, a 8 de fevereiro, dos projetos de lei sobre a alteração ao regime jurídico das férias, da organização do tempo de trabalho e do trabalho de menores e a distribuição do documento «Diplomas derivados do AES – notas sobre a situação atual.»¹⁷ Em 27 de fevereiro, «o Presidente Pereira Lopes alertou o executivo para o facto da CGTP estar em grande atividade

na contestação à legislação emergente do AES, propondo uma ofensiva da Central, designadamente consubstanciada num desafio para um debate público sobre esta matéria¹⁸.»¹⁹

NOVO ACORDO SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL, SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A 18 de março, procedeu-se à análise de documentos preparatórios dos textos dos acordos sobre Formação Profissional, Saúde e Segurança no Trabalho, que viriam a ser celebrados em julho²⁰, e, em 9 de abril, o executivo analisou o parecer provisório da UGT sobre as questões respeitantes à Formação Profissional.²¹

Havia razões para todas estas preocupações e tomadas de posição. Em abril, o Tribunal Constitucional decidiu pronunciar-se pela inconstitucionalidade formal²² de todas as normas do Decreto n.º 302/V da Assembleia da República, que contemplava a autorização legislativa sobre o regime jurídico do trabalho de menores, das férias, do trabalho em comissão de serviço, do período experimental, da duração do trabalho e da cessação do contrato de trabalho por inadaptação do trabalhador e de salários em atraso, por preterição da audição dos sindicatos na elaboração da norma.²³ Este «revés» veio atrasar a concretização dos compromissos que vinham do AES, mas, suprida a falha através de uma discussão pública posterior, o processo legislativo prosseguiu.

Em 15 de março, o CPCS aprovou uma declaração conjunta, em sede de Comissão de Acompanhamento, que fez um balanço muito positivo do AES e dos trabalhos subsequentes então em curso, referindo a previsível celebração de acordos complementares para breve.²⁴ A CGTP não foi convocada para esta reunião, o que levou a uma enérgica tomada de posição – Carvalho da Silva escreveu ao Primeiro-Ministro solicitando a convocação do plenário do Conselho Permanente de Concertação Social, para sanar o incidente, que considerou ilegal e inconstitucional, entendendo que o facto de aquela central não ter subscrito o Acordo não podia excluí-la de toda a dinâmica subsequente.²⁵

ATIVIDADE POLÍTICO-SINDICAL

Para além deste acompanhamento, a UGT continuava a desenvolver outras atividades de natureza político-sindical, designadamente apoiando os sindicatos associados e aprofundando o conhecimento sobre a realidade laboral. São disso exemplo: a análise dos processos negociais da CP, da Carris²⁶, dos Seguros e da CEL-CAT²⁷; a assinatura pelo SETACOOOP, da construção civil, filiado na UGT e com o apoio da Central, de um acordo com as associações empresariais do setor, consagrando aumentos salariais superiores aos do AES, e a redução do horário para 44 horas (entre março e outubro) e para 42,5 no resto do ano²⁸; o seguimento e apoio à estratégia dos sindicatos ferroviários²⁹; a informação em sede de executivo que os juízos do trabalho não estavam a atribuir caráter de urgência aos processos de despedimento dos representantes dos trabalhadores, como estipulava a lei dos despedimentos (os juízes invocam sobrecarga de trabalho)³⁰; ou ainda o relatório, elaborado por Américo Thomati e Agostinho Roseta, sobre a situação social, que incidiu, em particular, sobre o funcionamento dos Tribunais e da Inspeção do Trabalho e sobre as novas formas de precarização do emprego;³¹ a reunião havida com o Secretário de Estado das Finanças para resolução dos conflitos laborais nos Seguros, na EDP e na Tabaqueira³²; e, finalmente, o acompanhamento dos trabalhos do Observatório das Privatizações.³³

Um tema marcante nesta Primavera de 1991 foi a «discriminação em função do sexo e a violação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres na política de admissões de pessoal prosseguida pelo BCP», tal como concluiu a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, e foi confirmado pelo Ministério do Emprego. Eram apenas 12 mulheres em mais de 12 000 trabalhadores. Torres Couto apresentaria queixas formais contra esta prática junto da Comissão Europeia e do Tribunal das Comunidades, visando «responsabilizar o Estado português pela existência, em Portugal, de instituições que funcionam à margem das diretivas comunitárias assinadas pelos Doze.»³⁴ Colocando-se problemas à aceitação formal destas queixas, nova ofensiva seria tomada em junho, junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e do Tribunal de Justiça.³⁵ Esta mesma questão seria analisada em outubro no Parlamento, após entrega de petição subscrita por mais de cinco mil funcionários ban-

cários condenando a alegada prática discriminatória na contratação de pessoal do BCP.³⁶

A IMPORTANTE ELEIÇÃO NO SBSI

Com eleições marcadas para 23 de abril, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, o todo poderoso SBSI, com 45 000 inscritos e um orçamento superior a 1 milhão de euros, gerou uma divisão interna clara na UGT. Torres Couto avalizou uma coligação PS/PCP³⁷, presidida por Barbosa de Oliveira, que se recandidatava, enquanto Pereira Lopes seria o mandatário nacional de uma lista do PSD, apoiada por alguns socialistas, com Miguel Pacheco, ex-presidente da UGT, como cabeça de lista.³⁸

Venceu a coligação PS/PCP: apesar de Barbosa de Oliveira ter registado uma pequena quebra de 7% em relação à eleição anterior, nesta contagem de votos a corrente socialista tinha conseguido assegurar um resultado confortável, afirmando-se como a principal corrente da UGT nos Bancários do Sul e Ilhas.³⁹ Esta coligação entre o PS e o PCP viabilizou um momento de convergência das duas centrais sindicais, que seria sublinhada no congresso dos bancários, realizado em junho seguinte: Torres Couto, secretário-geral da UGT e Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, estiveram lado a lado na abertura dos trabalhos, preconizando nos seus discursos a unidade de ação e criticando a precarização do emprego e a violação dos direitos sociais.⁴⁰

Voltando às eleições para o SBSI, a segunda força foi a abstenção, com 40%, o que foi lido como um sinal de descontentamento com a situação do sindicato; o PSD não chegou aos 30% e a lista ligada ao MRPP surpreendeu com 11,8%.⁴¹

Refiram-se também, neste período, as reuniões de trabalho da UGT com o Presidente da República⁴² e com o Primeiro-ministro, em abril de 1991, para análise dos documentos em preparação na Concertação Social e das «questões políticas que no entender da Central devem ser tidas em conta na preparação da Presidência portuguesa das Comunidades»⁴³, que iria acontecer no primeiro semestre de 1992.

ESTUDO DO MINISTÉRIO DO EMPREGO SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DAS DUAS CENTRAIS

Na sequência da divulgação, em janeiro, de um estudo do Ministério do Emprego, designado «A sindicalização e alguns comportamentos sindicais», abrangendo o período de 1974 a 1986, que apontava para uma taxa de sindicalização de 52% e omitia os números sobre as centrais⁴⁴, o Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, Jorge Seabra, solicitou aos serviços da Direção-Geral do Trabalho uma atualização para o período de 1989/1990 e, em particular, um cálculo da representatividade das centrais sindicais. Esses dados foram divulgados no início de maio, apontando para uma descida da taxa de sindicalização para 42%, e para uma representatividade de 57% para a CGTP e de 33% para a UGT, sendo os restantes 10% repartidos entre os sindicatos independentes e pela Confederação dos Quadros.⁴⁵

Ambas as centrais solicitaram o estudo, que não lhes foi facultado, o que lamentaram, pois dificultava a análise. De todas as formas, a CGTP entendia que os números foram estimados por defeito, e que a central representaria pelo menos dois terços dos trabalhadores. Já a UGT, entendia que representava, pelo menos, tantos trabalhadores como a outra central, e nunca menos de um milhão de pessoas.⁴⁶ Esta matéria mereceu, por parte do executivo da UGT, um comunicado sublinhando a sua representatividade junto dos trabalhadores portugueses e sugerindo a realização de votações nos locais de trabalho como único método rigoroso de avaliação deste indicador.⁴⁷

Como ia sendo habitual o 1.º de Maio voltou a trazer pouca convergência entre as centrais: «Do que Portugal precisa é de dar expressão social ao crescimento económico. É o que disseram ontem os dirigentes da CGTP e da UGT, nos comícios em que celebraram o 1.º de Maio por todo o país. Esta é a única tónica comum nos discursos dos dirigentes das duas centrais. Enquanto a UGT elegeu como pilar da sua orientação a Europa, a CGTP centrou a sua atenção na luta contra o pacote laboral. De resto, apenas uma nota comum: os comícios deste ano tiveram menor participação de trabalhadores.»⁴⁸ Em Lisboa, a UGT comemorou junto à Torre de Belém, com Torres Couto a referir-se à pretensão da CGTP entrar na Confederação Europeia de Sindicatos: «Para a CGTP entrar na Europa é preciso

que se imponha a Álvaro Cunhal». No Porto, a festa foi na Rotunda da Boavista, com a intervenção principal a cargo de José Mota.⁴⁹

Ainda em maio de 1991, a UGT emitiu um comunicado de saudação ao Papa João Paulo II, por ocasião da sua visita a Portugal⁵⁰. Nesse mesmo mês, preparava-se uma manifestação pela legalização da situação dos trabalhadores imigrantes oriundos dos países africanos de língua oficial portuguesa. A UGT e a CGTP apoiaram esta iniciativa.⁵¹ A 12 de maio João Proença foi reeleito presidente do SINTAP, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, no seu IV congresso; na sessão de encerramento, Torres Couto «recordou que já está há vários anos à frente da central e que é altura de começar a pensar na pessoa que o poderá substituir.»⁵²

Reivindicação de há muito era o apoio à imprensa sindical. Em junho de 1991, o Secretário de Estado da Comunicação Social concedeu aos órgãos de comunicação das centrais e sindicatos os mesmos benefícios da imprensa regional, tendo solicitado informação sobre as edições existentes e respectivas tiragens.⁵³

Voltando à concretização do Acordo Económico e Social, referência a uma moção, aprovada em Conselho Geral da UGT em 25 de maio, designada «Também em Portugal a dimensão social é subalternizada», em que se insta à concretização rápida dos compromissos assumidos naquele acordo.⁵⁴

APROVAÇÃO DO ‘PACOTE LABORAL’

Reparando a falta, que fora reputada de inconstitucional, a discussão pública do «pacote laboral» ocorreu entre 23 de abril e 23 de maio, tendo 330 estruturas de trabalhadores feito chegar a sua opinião à Assembleia da República. Na véspera da discussão do chamado pacote laboral, a 12 de junho, houve vigília frente ao Parlamento, organizada pela CGTP. «Finalmente, o Governo assentou o ‘pacote laboral’ em S. Bento. Custou a chegar, mas vai passar. Agora, está aberto o caminho a novas leis do trabalho em Portugal. A UGT aceita, mas diz-se atenta a eventuais desvios. A CGTP não aceita e aponta os malefícios para os trabalhadores.»⁵⁵ De todas as críticas apontadas, a mais gravosa para os trabalhadores seria a cessação do contrato por inadaptação dos trabalhadores, num tempo de choque profundo com as recentes «novas tecnologias». Boa parte dos

diplomas que integravam este «pacote» viriam a ser aprovados na reunião do Conselho de Ministros de 1 de agosto de 1991, designadamente os novos regimes do trabalho de menores, de férias, de trabalho em comissão de serviço, de período experimental, de duração do trabalho e de trabalho no domicílio.

O mês de junho ficou também marcado pelo desfile, no dia 25, dos agentes da PSP, à paisana, entre os Restauradores e o Terreiro do Paço, mobilizados pela Associação Sindical dos Polícias Portugueses, liderada por José Carreira e lutando por um sindicato e melhores condições de trabalho, reivindicação que uniu CGTP e UGT, que estiveram à frente da manifestação.⁵⁶ Os oficiais da PSP manifestaram, na sua maioria, apoio à luta dos polícias.⁵⁷

Nos transportes os conflitos continuavam. A CP, a CARRIS e a Rodoviária Nacional foram objeto de discussão no executivo da UGT.⁵⁸ O Verão começava quente com a chamada «revolta dos rurais», num choque dramático entre a realidade e as promessas da adesão à Europa: o país foi abalado durante seis dias, em que houve corte de estradas, uma explosão generalizada de descontentamento e várias intervenções da GNR.

«Esta autêntica Maria da Fonte dos anos 90 tem novos protagonistas. Lideram-na médios e grandes empresários agrícolas, em geral insuspeitos de simpatias pela esquerda, homens que apostaram no modelo de concorrência aberta subjacente à integração europeia, que investiram milhares de contos e se veem a braços com a inviabilização dos seus projetos e que levam atrás de si pequenos produtores, sobretudo de leite, carne e produtos hortícolas em situação cada vez mais aflitiva.

No fundo, toda esta gente se queixa de ter sido enganada. Em primeiro lugar, por as regras do jogo terem sido mudadas a meio: há empréstimos pedidos a um juro de 15% e cuja taxa já subiu para o dobro; depois, por o esquema estar viciado: o IFADAP, que centraliza os pagamentos dos dinheiros comunitários, paga tarde; os projetos andam para trás e para diante até serem aprovados; os preços dos adubos, do gásóleo e da eletricidade são fixados não no quadro de um esquema coerente de incentivo (...) mas por considerações de política orçamental de curto prazo (...).»⁵⁹

Em julho vem a público uma sondagem DN/Marktest sobre sindicalismo. A maioria dos portugueses considerava desejável a fusão da CGTP com a UGT (64,4%), menos de um quarto considerava indesejável (22,7%),

e 12,9 % não sabiam/não responderam. A sondagem revelava que as leis laborais eram pouco conhecidas, e que havia uma generalizada perceção da discriminação da mulher no mercado de trabalho.⁶⁰ Em setembro, seria publicada nova sondagem DN/Marktest, em que a maioria considerava os sindicatos mais importantes e mais influentes do que 10 anos antes: 48,2% era de opinião que tinham mais influência, 34,8% que tinham menos; por outro lado, a maioria considerava que os sindicatos eram agora mais dependentes dos partidos (45,2%), enquanto 39,5% entendia o contrário.⁶¹

Na última reunião antes das férias, o executivo da UGT analisou os acordos complementares sobre Formação Profissional, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho e o acordo específico sobre Segurança Social.⁶² No mesmo dia reunia-se o Secretariado Nacional para aprovação dos documentos, que seriam subscritos publicamente – os dois primeiros – a 30 de julho. Desta vez, a «Intersindical rende-se à Concertação», como refere o *Expresso*.⁶³ Estes acordos estiveram para ser assinados dias antes, sem a intervenção da CGTP. No entanto, após protesto de Carvalho da Silva, que considerou que a central estava a ser marginalizada e que pedia tempo para os órgãos dirigentes se pronunciarem, Torres Couto propôs a suspensão dos trabalhos por uma semana. Esta suspensão foi aceite e os acordos foram assinados por todos os parceiros sociais, incluindo, portanto, a CGTP e a CAP, que não tinham subscrito o AES em outubro do ano anterior.⁶⁴ Anote-se ainda a assinatura, no início de setembro, de um acordo bilateral entre a UGT e a CAP sobre a redução do horário de trabalho na agricultura.⁶⁵

NOVO GOVERNO, OS MESMOS PROBLEMAS

Em outubro de 1991 entrava em funções novo Governo. Tratava-se de um executivo de continuidade, já que o PSD ganhara as eleições e Cavaco Silva se mantinha como Primeiro-ministro. Aproveitando este momento para fazer um balanço e relançar a atividade, o executivo da UGT analisou a questão da política reivindicativa face ao programa de governo, deliberou emitir um comunicado sobre os despedimentos, pediu uma audiência ao Ministro do Emprego e agendou um plenário de sindicatos. Deliberou ainda pedir audiências ao Presidente da República e ao Primeiro-ministro.

Debateu a questão dos acordos pendentes no âmbito da Concertação Social e analisou a questão do salário mínimo no quadro da livre circulação de trabalhadores.⁶⁶

Os salários em atraso, entretanto, subiram fragorosamente – 77% em seis meses (30 de junho, face ao final do ano anterior), abrangendo 12,5 mil trabalhadores e 89 empresas. Tudo anunciava uma subida do desemprego, associado às inevitáveis reestruturações dos setores industriais, onde pontificava a indústria têxtil e o calçado.⁶⁷ Por parte do Governo, no quadro da Concertação Social, a intenção era conter a inflação, contrariando as perspectivas de aumento de salários defendido por ambas as centrais.⁶⁸

A expectativa face à primeira Presidência portuguesa, que teria lugar de janeiro a junho de 1992, levou a um período de tréguas entre as centrais: «A UGT e a CGTP abriram um período de tréguas durante seis meses, os relativos à presidência das Comunidades Europeias, para, unidas, defenderem as questões de âmbito social.»⁶⁹ Em reunião conjunta, Torres Couto anunciou o apoio à entrada da CGTP na CES – Confederação Europeia de Sindicatos. Declarou também a adesão ao minuto de silêncio por Timor, proposta pela CGTP, na sequência do massacre de Santa Cruz.⁷⁰

No início do ano de 1992, em fase de debate no CPCS, e na sequência da reunião havida a 26 de dezembro, a UGT reuniu o executivo para definir orientações:

- a) não aceitar negociar no CPCS os salários da Administração Pública – tal negociação é protagonizada pelos sindicatos;
- b) exigir que o SMN seja revisto à luz da lógica seguida nos últimos anos e repudiar tentativas de provocar a sua degradação;
- c) só é aceitável um Acordo positivo, se não houver acordo não há «drama», mas o Governo será responsável pela conflitualidade.

A UGT não abdica do integral cumprimento do AES, independentemente do sucesso, ou insucesso, das negociações para 1992.»⁷¹

Com o Governo a propor 9% de aumentos, as centrais sindicais reagiram prontamente, rejeitando a proposta na reunião do CPCS realizada a 3 de janeiro. Uma fonte da UGT declarava ao *Expresso*: «A proposta do Governo não serve de base para um futuro entendimento». Entretanto, o Governo

anunciava a intenção de acelerar a negociação com os parceiros sociais – tinha de ultimar o Orçamento para 1992, para apresentação à Assembleia da República e queria que o SMN entrasse em vigor ainda em janeiro, mas quanto a este ainda não apresentara qualquer proposta. A UGT reivindicava o valor de 46 500\$00 e a CGTP de 50 000\$00.⁷²

O mês de janeiro de 1992 foi longo e tenso. As negociações pareciam estar num impasse, numa guerra de valores sem acerto. No final da reunião de 14 de janeiro a UGT transmitiu ao Governo a sua posição «Só voltamos a reunir na Concertação Social mais uma vez: ou para assinar um acordo realmente aceitável ou para constatar a impossibilidade definitiva de obtê-lo»⁷³. O governo recuou e adiou *sine die* a reunião prevista para o dia seguinte. Falhado o *forcing* para ter acordo antes do Orçamento, a «intervenção do Primeiro-ministro começa a aparecer como única hipótese de travar uma onda de instabilidade laboral.»⁷⁴

No início de fevereiro, os trabalhos do CPCS foram de novo suspensos, tendo a UGT e a CIP feito um apelo à intervenção de Cavaco Silva no sentido de viabilizar a celebração de um Acordo sobre política de rendimentos.⁷⁵ As negociações prolongaram-se até ao próprio dia 15, com maratonas negociais, diálogos telefónicos, pressões de Mário Soares em Belém e de António Guterres, novo líder socialista, no sentido da não assinatura do Acordo por parte da UGT. A reunião do Secretariado Nacional da UGT realizou-se no dia 14 à tarde, e nessa sequência houve ainda um longo encontro com Cavaco Silva.⁷⁶ A decisão final foi tomada apenas no plenário do CPCS, no sábado, dia 15, depois de uma reunião bilateral entre parceiros sociais patronais e sindicais.

O Acordo, subscrito por todos com exceção da CGTP, fixava referenciais para o crescimento das tabelas de 10,75% no 1.º trimestre, 9,75 %, no 2.º e 8,50% no 3.º, de modo a traduzir um referencial médio ponderado de 9,75 % para o ano. O SMN para o comércio e serviços passou a 44 500\$00. Na cerimónia de assinatura, em S. Bento, Cavaco Silva manifestou o interesse em que a CGTP viesse a assinar o acordo, acrescentando: «Se mantiverem a sua atitude de recusa não poderão fazer parte da comissão de fiscalização que irá acompanhar a implementação destas medidas, o que seria lamentável.»⁷⁷

No que se refere à Administração Pública, houve um braço de ferro com o Governo, que fez publicar uma portaria que previa 8% de aumento,

mas que ficou prejudicada com a assinatura do acordo, uma vez que este previa valores superiores e também se aplicava à Administração – tal era a interpretação da UGT, conforme comunicado emitido a 20 de fevereiro:

«Repor a verdade

Dado que continua a ser alimentada uma campanha de desinformação, baseada numa versão errada dos factos relativos à Administração Pública, esclarece-se, uma vez mais, o seguinte:

1 – É falso que a UGT tenha acordado com o Governo algum aumento para os trabalhadores da Administração Pública.

A UGT não é, não foi, nem será parte na negociação coletiva da Administração Pública.

A UGT preocupou-se, isso sim, em que do Acordo geral, constasse expressamente a afirmação de que o mesmo se aplica à Administração Pública. (...)

2 – O Compromisso do Governo foi assumido exclusivamente por este, a UGT não se deu por satisfeita com ele – daí que tenha logo informado que mantinha o apoio à greve do dia 18.

A UGT manteve um fortíssimo braço de ferro com o Governo, para o obrigar a ir para além dos 8% e a retomar as negociações com os sindicatos. (...)

Portanto: *A UGT não encerrou a negociação da Administração Pública com o Governo, limitou-se a garantir que ele não pode, em caso algum, voltar atrás com um compromisso que já assumiu. (...)*

3 – A UGT, como se conclui não avalizou nenhuma forma de discriminação de parte dos trabalhadores. (...)⁸

A celebração do Acordo não evitou, pois, a greve geral da Administração Pública do dia 18 de fevereiro:

“O impacto da greve da função pública surpreendeu a generalidade dos observadores – incluindo os próprios dirigentes sindicais, que confessam que a adesão ultrapassou as suas melhores expectativas. ‘Foi a melhor greve de sempre na Administração Pública’, reconheceu João Proença, o número dois da UGT e secretário-geral do principal sindicato da central no setor. ‘Há muito que

não havia uma greve com tanto peso’, afirmou, por seu turno, Manuel Carvalho da Silva. Para o líder da CGTP, ‘se não tivesse havido o acordo na Concertação, a greve teria sido monumental’.

Convocada para protestar contra a portaria de aumento de oito por cento e para exigir do governo o recomeço das negociações, a greve do dia 18 fez-se sentir em todos os setores abrangidos: câmaras e freguesias, saúde e educação, justiça e recolha do lixo, museus e segurança social, ministérios e transportes. Neste último setor, o impacto foi substancialmente acrescido, com a greve simultânea em empresas públicas como a TAP, CP, Transtejo e Metropolitano.»⁷⁹

A situação da função pública acabou por ser resolvida com a fixação do aumento em 10%.

A par da celebração deste Acordo, outras ações complementares ao AES iam fazendo o seu caminho. A reforma do sistema de Segurança Social e fiscalização e justiça do trabalho foi objeto de um documento de monitorização, para uso do CPCS e dos parceiros sociais, que foi analisado pelo executivo da UGT.⁸⁰

Os últimos meses do mandato em curso – o Congresso da UGT realizava-se no final de maio de 1992 – foram marcados por um clima de grande conflitualidade laboral. Em balanço feito sobre o primeiro trimestre do ano, o jornal *Expresso* apontava 223 paralisações, o dobro do período homólogo, apontando o «fracasso parcial» do acordo celebrado a 15 de fevereiro: «o acordo deste ano, porém, não está a produzir os desejados frutos no plano das relações de trabalho. É certo que a política de austeridade seguida pelo Governo na área económica não tem propiciado a manutenção da paz social.»⁸¹ O descontentamento era especialmente sentido nos setores dos transportes e no dos professores.

A CRIAÇÃO DO CES E O LUGAR DA CONCERTAÇÃO SOCIAL

No que diz respeito à vida político-sindical entre 1990 e maio de 1992, há um tema que atravessa todo o período, e ao qual já se fez alusão no início deste capítulo – trata-se da continuidade do órgão de concertação social. O Conselho Permanente de Concertação Social foi criado em 1984. Em 1989, a revisão constitucional introduziu o Conselho Económico e Social.

O debate foi aceso, entre quem entendia que as funções do CPCS se subsumiriam no CES, e quem defendia a manutenção de um órgão autónomo de concertação social, como era o caso do CNEP (o Conselho Nacional de Empresas Portuguesas reunia a CIP, a CAP e a CCP):

«O CNEP defendeu ontem a manutenção do atual Conselho Permanente de Concertação Social, considerando-a uma medida política acertada para viabilizar um quadro que envolve a apreciação exclusiva pelos parceiros sociais das diversas matérias de natureza económica e social suscetíveis de influenciar mais diretamente os direitos e obrigações e os interesses de empregadores e trabalhadores.

Aquela posição do CNEP (...) consta de um documento entregue ontem ao ministro do Planeamento e Administração do Território, Luís Valente de Oliveira (...).

(...) as três confederações patronais (...) contestam a opção do Governo “por um modelo que confunde a concertação social em sentido restrito, e a concertação em sentido amplo, sendo que a primeira envolve a celebração de pactos sociais ou de convenções coletivas e a segunda reporta a questões mais gerais do que aquelas que constituem o objeto das convenções coletivas, e antes se podem referir praticamente a todas as questões de carácter económico e social”.

Caso o Governo, como anunciou, não venha a manter o Conselho Permanente de Concertação Social, o CNEP propõe soluções alternativas, destacando-se nomeadamente a criação da comissão especializada de concertação social.»⁸²

Como já é conhecido o Governo cedeu às pressões das confederações patronais, mas também das centrais representativas dos trabalhadores, e em particular da UGT. A lei 108/91, de 17 de agosto, aprovada por unanimidade na Assembleia da República, cria o CES e, como órgão deste Conselho, a Comissão Permanente de Concertação Social, que tem plena autonomia. Esta lei seria regulamentada pelo Decreto-lei n.º 90/92, de 21 de maio. A manutenção de um órgão autónomo de concertação social face ao CES não era, inicialmente, a intenção do Governo de Cavaco Silva, que teve de recuar perante a convergência de posições patronais e sindicais: «Esta foi, de resto, uma reivindicação de todos os parceiros sociais (receosos de se diluírem no que alguém já classificou como nova câmara corporativa), a que o Governo não pôde deixar de dar seguimento.»⁸³

PONTOS INTERNACIONAIS

- 12 a 16 de novembro de 1990. Visitou Lisboa uma delegação do Congresso dos EUA (do *General Accounting Office*) para avaliar a aplicação de apoio concedido à UGT, desde 1984.
- 12 de dezembro de 1990. Reuniu o Comité Executivo da CES em Madrid, com o objetivo, entre outros, de criar uma estrutura europeia de defesa dos consumidores. A UGT participou nesta reunião e, nessa sequência, foi criada a União Geral de Consumidores, que «nasceu» do Departamento UGT/consumidores, e que é uma organização associada da UGT.
- Janeiro de 1991. No quadro da CES foi deliberado constituir um Comité Sindical Inter-Regional Extremadura (Espanha) – Alentejo.
- Fevereiro de 1991. A convite da UGT, desloca-se a Portugal uma delegação da UNTG – União Nacional de Trabalhadores da Guiné-Bissau.
- 11 e 12 de fevereiro de 1991. Luís António Medeiros, chefiando uma delegação da futura central sindical do Brasil, Força Sindical, que seria criada em março de 1991, vem a Lisboa explicar a razão e as motivações da constituição desta nova Central, que contou com o apoio e solidariedade da UGT.
- Fevereiro/março de 1991. No quadro da CES foi decidido promover a candidatura de Helena André ao executivo daquela Confederação e intensificar os contactos necessários à sua eleição, que aconteceria no Congresso seguinte.
- Março 1991 (data não apurada). Visita de sindicalistas búlgaros à UGT.
- 13 de março de 1991. A UGT escreve carta ao Presidente da CES, Ernst Breit, manifestando a sua oposição à participação da CGTP, com o estatuto de organização observadora, no 7.º congresso da Confederação, de 13 a 17 de maio, no Luxemburgo. Nessa carta Torres Couto refere a dependência partidária e orgânica de um partido político «que ainda ignora os ventos da perestroika que varreram o Leste europeu» e lamentava as atitudes da CGTP, que contribuíam para a «divisão do movimento sindical», acrescentando que considerava «inoportuno e inconveniente que a CGTP possa participar».
- Abril de 1991. O Presidente da UGT, Pereira Lopes, faz uma visita oficial a Macau.
- 9 de abril de 1991. Jorge Santos e Nelson Guedes nomeados delegados técnicos à Conferência Internacional do Trabalho (OIT).
- 1991.5.24 – UGT declara bater-se por uma Europa Social no âmbito da revisão do Tratado Europeu.
- Junho de 1991. A UNTG – União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau solicitou a colaboração de dois técnicos da UGT para animar seminários de formação de quadros sindicais nas áreas do exercício da liberdade sindical, greve, negociações com o Governo, salários e convenções coletivas.

- Novembro de 1991. Uma delegação da DGB, a importante central alemã, visitou Portugal. Para além de uma conferência, realizada a 22 de novembro, houve vários encontros, onde se tratou de assuntos relacionados com a Comissão de Emigração, a possibilidade de apresentação de projetos conjuntos e ainda a visita de um grupo de sindicalistas portugueses à Alemanha.
 - Novembro de 1991. Na sequência do massacre de Santa Cruz e perante a difícil situação em Timor-Leste, Torres Couto escreve ao Primeiro-ministro da Austrália – que fora presidente da Confederação de Sindicatos Australianos e companheiro no Comité Executivo da CISL –, Bob Hawke, pedindo a sua intervenção para a restauração da paz em Timor: «Apelo-te pois para que desenvolvias todas as medidas que entendas por bem e que contribuam para o restabelecimento da paz e da ordem em Timor-Leste, onde a população deve ter o direito de escolher o seu futuro.»
 - 11 a 13 de dezembro de 1991. Visitaram Portugal Clive Purkiss (Diretor) e Eric Verborgh, da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Fundação de Dublin), em que foi estabelecido um conjunto de ações, no domínio da saúde e segurança, a ser realizado em Portugal durante o ano de 1992, Ano Europeu para a Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho.
 - Janeiro de 1992. Passou a existir liberdade de circulação dos trabalhadores portugueses e espanhóis, podendo estabelecer-se livremente em qualquer país da comunidade europeia, com exceção do Luxemburgo. A UGT congratulava-se, lamentando que não se aplicasse ao Luxemburgo, onde viviam muitos portugueses; alertava, no entanto, para o «facto de ser necessário desenvolver uma política de integração dos trabalhadores, isto é, de luta contra as desigualdades, quer os trabalhadores sejam oriundos de um Estado-membro, quer de países terceiros.»
 - Janeiro de 1992. Reunião da CES em Lisboa, na sede da UGT. A CES enviou uma delegação ao mais alto nível, com o presidente, Norman Willis (TUC britânicos), o secretário-geral, Emilio Bagaglio, o seu adjunto, Jean Lapeyre, o líder histórico da UGT espanhola, Nicolás Redondo e a secretária-confederal Helena André (antiga responsável da UGT – juventude). Por parte da UGT estiveram Torres Couto, Pereira Lopes, João Proença, Henrique Coelho e Rui Oliveira e Costa. Por parte da CGTP, teve uma «representação eclética»⁸⁴: Carvalho da Silva, José Luís Judas, Fernando Loureiro (socialista), Emília Trindade (Base FUT) e Américo Nunes (considerado um homem da linha dura do PCP).
 - 20 de janeiro de 1992 – Realização de cimeira ibérica.
- 1992.5.29 – VI Congresso da UGT repudia o genocídio do povo timorense por parte do exército indonésio.

PONTOS INTERNOS

1990.12.22 – Atendendo à função de deputado europeu de Torres Couto, João Proença é considerado porta-voz da UGT, passa a presidir às reuniões do secretariado executivo e assume as áreas decisivas como a negociação coletiva, concertação social, formação profissional e política internacional. É secundado por Rui Oliveira e Costa, responsável pela informação, e Agostinho Roseta, assessor do Secretário-geral. Por seu turno, Elisa Damião fica com as competências da organização, segurança social, higiene e segurança, ambiente e departamento de mulheres e reformados. O presidente da UGT, Pereira Lopes, torna-se responsável pela direção das reuniões do Secretariado Nacional e gestão das áreas administrativa e financeira.

1990.12.19 – A representação da UGT em órgãos internacionais é discutida e deliberada pelo Secretariado Executivo, ficando assim constituída: Comité Consultivo FSE – José Veludo e Pinto Coelho (suplente); Comité Consultivo Formação Profissional – Rui Santos Alves e Joaquim Martins (suplente); Comité Consultivo da Segurança Social e Trabalho Migrante – José Azevedo e Rui Oliveira e Costa (suplente); Comité Consultivo Livre circulação de trabalhadores – Pereira Lopes e Henrique Coelho (suplente); Comité Consultivo de Segurança, Higiene e Proteção da Saúde no Trabalho – Joaquim Arenga (efetivo); CECA – a designar pelo SIMA ou CGTP; Segurança e Saúde Minas Hulha – a designar pelo SINDEMINAS ou CGTP; Conselho de Administração do CEDEFOP – João Proença; Conselho de Administração da Fundação de Dublin – Elisa Damião e João Amoroso (suplente).

1991.02.01 – Na sequência das várias discussões havidas sobre a situação económica e financeira da Central, o Secretariado Executivo toma um conjunto de deliberações. O Presidente da UGT, Pereira Lopes, assume funções no âmbito da gestão administrativa, financeira e patrimonial da Central e suas organizações, após entendimento com o Secretário-geral e o executivo. O Tesoureiro Rui Teixeira Alves, secretário executivo, por impedimento profissional, deixa as funções, embora formalmente se mantenha, mas é o Secretário executivo José Veludo a assumir as funções na área administrativa e financeira da Central.

1991.02.27 – Entrada do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores na UGT.

1991.10.28 – Sob proposta do Secretariado Executivo, o Secretariado Nacional aprova as datas de 29 a 31 de maio para a realização do próximo congresso da UGT, «defendendo que a preparação do Congresso, coincidente com a Presidência portuguesa das Comunidades Europeias, poderá ser um elemento fundamental de pressão social (...)»

O VI CONGRESSO DA UGT

No dia anterior ao início do VI Congresso da UGT, a Comissão de Mulheres afirmava-se pela «luta» para a «igualdade de oportunidades dentro dos [...] sindicatos», contribuindo assim para «desburocratização» dos mesmos – «maioritariamente masculinos nos seus órgãos de decisão» e «conservadores». Nesse sentido, a comissão propunha-se acrescentar ao regime estatutário a defesa da «saúde física e psíquica dos trabalhadores, zelando para que tenham um ambiente de trabalho harmonioso, prevenindo e contrariando formas de pressão ou abuso de poder, nomeadamente, de carácter sexual».¹

Estava naturalmente prevista reeleição de Torres Couto, para secretário-geral, «em lista uninominal», e a de Pereira Lopes enquanto presidente da mesa do Congresso, do Conselho Nacional e da própria UGT.²

Como pano de fundo, e de acordo com a comunicação social, surgiam «novas acusações sobre eventuais desvios de fundos por parte da UGT».³

O evento realizou-se nos dias 29, 30 e 31 de maio de 1992, na Feira Internacional de Lisboa (FIL). Estavam presentes cerca de 600 delegados⁴ e todos os outros parceiros sociais com assento no Conselho Permanente de Concertação Social, inclusive a CGTP – «pela primeira vez» – com José Luís Judas, Florival Lança (no primeiro dia), Manuel Lopes, Ernesto Cartaxo (no segundo), Fernando Loureiro, Américo Nunes (no terceiro). A acrescentar a estes, contavam-se cerca de «80 delegações de centrais sindicais» de todo o Mundo, nomeadamente o presidente da Confederação Europeia de Sindicatos, Norman Willis. De acordo com a UGT, esta era «a maior representação de sempre num congresso sindical em Portugal».⁵

O Congresso ficou marcado pela integração de um dirigente sindical comunista, José Brás, do SNPVAC, no Secretariado Nacional da UGT

– «pessoalmente convidado por Torres Couto»⁶ – e pela entrada de Manuel Andrade, democrata-cristão, na vice-presidência da mesa do Congresso e do Conselho Geral.⁷ De acordo com o *Público*, pela «primeira vez» na história da UGT um militante comunista era «eleito em congresso para um cargo de direção». Rui Oliveira e Costa afirmaria então que aquele era «mais um passo no processo de passagem da UGT de central de tendências a central de sindicatos».⁸ De acordo com Brás, a sua entrada no SN correspondia, por um lado, «à vontade da própria central de mudar algumas coisas no seu modelo sindical e organizativo» e, por outro, à «participação ativa, positiva, realista e séria» sempre que foi convidado a participar no SN anterior.⁹ Outras vozes críticas também entravam no SN, nomeadamente o militante socialista José Simões, do SIMA, e o social-democrata Bettencourt Picanço, do STE. Este sindicalista viria progressivamente a distanciar-se da direção da UGT chegando ao ponto de questionar-se sobre a representatividade que a UGT tinha junto dos trabalhadores. Ao jornal *Público* questiona-se: «estarão alguns dos atuais dirigentes [...] dispostos a fazer uma inflexão necessária?».¹⁰

Na abertura do congresso, Torres Couto procurou atacar as propostas comunitárias da presidência portuguesa das Comunidades Europeias – particularmente a de «uma Europa a duas velocidades»¹¹ que «não tem pés nem cabeça».¹² O secretário-geral não aceitava o «fluxo de trabalhadores do Sul para o Norte, sem condições de trabalho e ganhando metade dos outros».¹³ Cavaco Silva foi visado pelo Secretário-Geral. De acordo com o fundador da UGT, na eventualidade de o Governo não mudar a sua linha política na Administração Pública e na Segurança Social, a central «estará indisponível para a renegociação e celebração de “acordos macro”». Mais ainda: a UGT avançaria mesmo com uma greve geral caso o Executivo de Cavaco Silva procurasse «restringir ou condicionar» a lei da greve. Para Torres Couto o Governo teria que se apressar no *terminus* «do acordo sobre a Reforma do Sistema de Segurança Social» e desenvolver um processo de «modernização da Administração Pública» que não passasse por «despedimentos» mas, sim, pela «concertação com os sindicatos». De acordo com o dirigente da UGT, este «aviso solene», como denominou, apenas seria entendido como «ultimatum» caso o Executivo mantivesse as «atitudes violadoras dos princípios da concertação». Para muitos, este discurso foi a forma que o secretário-geral utilizou para se distanciar do Primeiro-

-ministro, com quem assinou em fevereiro de 1992 o «polémico acordo de rendimento e preços» para aquele ano.¹⁴ Ainda no discurso de abertura, o secretário-geral haveria de reservar elogios à ação do Presidente da República, Mário Soares, que, enquanto primeiro-ministro, promoveu a concertação social apesar de muitas vezes não ter sido compreendido.¹⁵

Por fim, o sindicalista haveria ainda de reafirmar como «perfeitamente escusado»¹⁶ qualquer tipo de referendo sobre o Tratado de Maastricht (proposto pelo CDS)¹⁷ e de promover uma manifestação em defesa do povo de Timor-Leste aquando da reunião dos primeiros-ministros da CEE, em Lisboa, nos dias 25 e 26 de janeiro.¹⁸ Segundo o secretário-geral da UGT, a CEE não encaixava na sua política externa a defesa dos direitos humanos em Timor-Leste.¹⁹

Crítico do secretário-geral, Bettencourt Picanço classificou a «tomada de posição» de Torres Couto perante o Executivo de Cavaco Silva de «tardia e insuficiente».²⁰

Note-se igualmente que também a tendência pró-comunista criticava os «acordos de rendimento e preços» assinados pela UGT, classificando o sindicalismo da direção de «situacionista» e «ligado ao poder».²¹

Torres Couto foi novamente visado pelos delegados mais conotados com a esquerda comunista depois de afirmar que o fascismo e o *socialismo real* foram «duas» das «maiores monstruosidades que existiram à face da terra». Outro, José António Nunes, do SBSI, acusou Torres Couto de «se limita[r] a fazer encenações dramáticas sempre que precisa de aplausos», para além de não saber «o que é o fascismo».²²

Ainda antes de se concluir o primeiro dia de trabalhos, foi votada uma revisão estatutária de modo a filiar a Federação dos Portuários que envolvia 20 sindicatos.²³

Ao segundo dia de trabalhos, Torres Couto admitiu, enquanto apresentava o *programa de ação*, que «o futuro» obrigaria a que UGT e CGTP tivessem que «atenuar muitas das diferenças» que tinham entre si de forma a que «haja um esforço sério» para «formular propostas conjuntas».²⁴ Aliás, no último dia do congresso, Torres Couto admitiu mesmo que a UGT «está disposta a dar a mão a todas as outras organizações sindicais para fortalecer o pleno emprego e a eficácia da economia».²⁵ No entanto, José Ernesto Cartaxo, da CGTP, presente no congresso, salientava que «mais do que as palavras, interessam os atos».²⁶

Ainda no seu discurso sobre o *programa de ação* para os quatro anos seguintes, Torres Couto denunciou os «burocratas do sindicalismo» – apesar do próprio estar há 14 anos à frente da central. Também por isso, o secretário-geral salientou que os dirigentes sindicais deveriam ser «autênticos veículos de todo-o-terreno» envolvendo o movimento sindical nas questões cultural, ambiental e habitacional.²⁷ Ou seja, para Torres Couto, «o sindicalismo é um exercício multidisciplinar» e a concertação social não deveria ser o único meio de ação da UGT. A central sindical teria que trabalhar igualmente com os municípios e outras entidades de modo a melhorar a vida dos cidadãos: os mesmos que «gastam duas horas em cada sentido para chegarem ao emprego». Torres Couto questionava-se: «O movimento sindical não deve preocupar-se com isso? Qual pode ser a produção e que condições anímicas tem o trabalhador quando chega cansado à empresa, de tanto *stress* adquirido?»²⁸ Ainda no que diz respeito à qualidade de vida dos trabalhadores, o dirigente afirmou que a questão habitacional deveria ser discutida também em Bruxelas pois «não há coesão enquanto os trabalhadores viverem na promiscuidade». Por isso, diria que «o movimento sindical tem de se empenhar» igualmente «na melhoria da habitação, transportes e segurança social».²⁹

Torres Couto abordou igualmente temas como «a formação profissional dos sindicalistas, [...] a saúde, [...] a higiene industrial», «a eventual adesão» da central à Confederação Europeia de Sindicatos e a forma como o semanário *O Independente* visava constantemente a UGT e ele próprio.³⁰

Por fim, o secretário-geral defendeu «uma distinção» entre as empresas «que atuam à margem dos valores sociais dos trabalhadores» e as que não. Para o dirigente, haveria que existir «uma distinção em termos de acesso aos mercados e créditos» entre os dois tipos de forma a combater a exploração mais radical.³¹

No que diz respeito a outras intervenções, apesar de a larga maioria ter sido de apoio às palavras de Torres Couto, o «pequeno, mas aguerrido [...] grupo dos delegados “unitários”» não deixou de se fazer ouvir, tal como Bettencourt Picanço, do STE, que não esquecia o acordo de rendimento e preços para o ano de 1992.³²

Na sessão de encerramento, Torres Couto declarou «a UGT [...] como o grande espaço de pluralismo sindical em Portugal»³³, apostado «no diálogo e na concertação» e na edificação de «um Portugal de progresso europeu

mas em tudo e para todos os portugueses». ³⁴ Em todo o caso, recusava a hipótese de a «concertação» ser «um passe de mágica» para o governo ou uma «manobra eleitoralista». ³⁵

Torres Couto voltou também a visar «o Governo e a Assembleia da República». Caso estes alterassem a lei da greve sem o consentimento da UGT e de todos os outros parceiros sociais, a central sindical avançaria para a greve geral ³⁶, nomeadamente em unidade com a CGTP. ³⁷

Manuel Lopes, em representação da CGTP, e em declarações ao *Diário de Notícias*, afirmou que «alterar a lei da greve é acentuar o desequilíbrio que já existe nas relações entre os trabalhadores e o patronato». O dirigente sindical não teve por isso reservas em afirmar que a CGTP procuraria sempre «ações de unidade em defesa dos interesses dos trabalhadores, mantendo a independência de cada uma das centrais», nomeadamente em greves gerais. ³⁸

Ainda sobre a lei da greve e a sua revisão, André Marques, do SITESE, considerou «ser contra a proposta de revisão nos termos em que ela foi apresentada» apesar de reconhecer ser «necessário concretizar-se uma revisão». ³⁹

No final da sua declaração, Torres Couto apontou à situação internacional mostrando-se, por um lado, apreensivo com a crise jugoslava e o avanço da extrema-direita em alguns países europeus e, por outro, esperançado na edificação da democracia em Angola e Moçambique. ⁴⁰

Quanto ao texto apresentado pelo Secretariado Nacional, note-se, por um lado, a crítica ao «capitalismo real» que «não responde aos anseios da maioria» da Humanidade, promovendo «desigualdades, miséria e fome» ⁴¹ e, por outro, a apologia dos «ventos de democracia e liberdade que varreram a Europa do Centro e do Leste». ⁴²

Como era esperado, Torres Couto foi reeleito secretário-geral sem concorrência com 510 votos a favor, 54 contra e 36 nulos. Pereira Lopes também foi reeleito presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral da UGT. ⁴³

Manuela Teixeira, da FNE, Manuel Martins e João Raimundo dos Escritórios, assim como Alexandre Gonçalves dos Portuários, ⁴⁴ Wanda Guimarães do SBSI e Agostinho Roseta, ex-assessor de Torres Couto e «um dos porta-vozes da UGT» ⁴⁵, entravam no SN. No final, «praticamente todos» os dirigentes no Secretariado Nacional foram reeleitos. ⁴⁶ Mesmo

registrando 70 votos contra, o que constituía uma pequena minoria, contra os 483 votos a favor. Todos os socialistas, à exceção de Delmiro Carreira – então na administração dos serviços sociais do SBSI – «foram [...] reeleitos».47

O Secretariado Executivo – que passava de 14 a 20 membros – e a nova Comissão Permanente – «que fará a gestão corrente da central» e que contaria com cerca de oito elementos – seriam «escolhidos na primeira reunião do Secretariado Nacional»48 – que passava de 41 a 50 membros49 – após o Congresso, sob proposta do secretário-geral50. Assim como os novos vice-secretários-gerais – indicados «para substituir Torres Couto nas suas ausências e impedimentos» devido ao cargo de deputado no Parlamento Europeu51 – que poderiam vir ser mais do que três elementos.52 Neste cargo não ficaria, desde logo, Manuela Teixeira, que tinha recusado o convite de Torres Couto.53

1992–1996: OS ÚLTIMOS ANOS DOS GOVERNOS DE CAVACO SILVA. MUDANÇA DE CICLO POLÍTICO

Este capítulo abarca o período que vai do termo do VI Congresso da UGT, em maio de 1992, até abril de 1996, vésperas do VII Congresso.

Em Portugal decorriam os três derradeiros anos do XII Governo constitucional, o último dos governos liderados por Cavaco Silva. Em outubro de 1995 as eleições dariam maioria relativa ao Partido Socialista. António Guterres seria o Primeiro-ministro do XIII Governo.

A pasta do Emprego e Segurança Social foi ocupada por Silva Peneda, até 7 de dezembro de 1993, substituído por Falcão e Cunha, que terminou a legislatura. Com o novo governo, de António Guterres, a pasta passou a ser designada por Ministério para a Qualificação e o Emprego, e a nova responsável seria Maria João Rodrigues.

O Conselho Económico e Social começou a funcionar precisamente em maio de 1992, tendo a Comissão Permanente de Concertação Social como órgão autónomo. Até ao final da governação de Cavaco Silva, marcada neste mandato pela crise económica e por muita crispação política e social, não houve nenhum acordo de concertação – todas as negociações, por vezes duras e longas, se goraram. Foi já com António Guterres, em janeiro de 1996, que se retomou a dinâmica da concertação, com a celebração do Acordo de Concertação Social de Curto Prazo.

Estes foram anos em que o trabalho infantil, em Portugal, foi alvo de severa condenação externa e de preocupações políticas internas: a caminho do ano 2000 era inaceitável o significativo número de crianças que trabalhavam para além de, ou em vez de, irem à escola.

Externamente, o mundo reajustava as dinâmicas à nova realidade – sem URSS, os dois blocos antagónicos com que vivemos durante décadas tinham desaparecido. Já a Europa das Comunidades dava lugar à União

Europeia, na sequência do Tratado de Maastricht, celebrado em janeiro de 1992 e em vigor a partir do início do ano de 1993, e com ele lançavam-se as bases da moeda única.

A UGT, para além da agitada vida política e sindical, viveu este período sob o signo do chamado processo do FSE – Fundo Social Europeu, que vinha de trás e continuava sem conclusão. Intermitentemente este assunto vinha a lume, com grande impacto na comunicação social, afetando as dinâmicas internas e a credibilidade da Central.

Foi durante este período que o histórico – e único até ao momento – Secretário-geral da UGT, Torres Couto, deixou funções, em janeiro de 1995, sendo substituído, até ao congresso seguinte, por João Proença.

* * *

O discurso do Secretário-geral, na primeira reunião do Secretariado Nacional depois do Congresso, aponta três grandes linhas de preocupação do momento político-sindical. Em primeiro lugar, saúda os novos Secretários, desejando «um bom trabalho e um exercício de mandato que demonstrasse que o sindicalismo não está em crise, a exemplo da vitalidade e empenho revelado durante os debates do próprio congresso.»¹ Em seguida, alerta os presentes para as «responsabilidades que se colocam ao movimento sindical face aos desafios da construção duma Europa Social, no respeito pelas liberdades e garantias dos trabalhadores.»² Finalmente, e face às alterações da lei da greve, propostas pelos grupos parlamentares do PSD e CDS, declara que «qualquer limitação, inibidora ou redutora, desse último direito de defesa dos interesses dos trabalhadores, encontrará na UGT uma oposição levada às últimas consequências.»³

A LEI DA GREVE

Nesta sequência, Torres Couto propôs a realização de uma manifestação, em frente ao Centro Cultural de Belém, durante a Cimeira de Lisboa, que coincidia com o final da presidência portuguesa – recorde-se que Portugal ocupava, pela primeira vez, a presidência da Comunidade –, manifestação que demonstrasse a posição da UGT face às alterações da lei da greve e de repúdio sobre a ocupação de Timor pela Indonésia.⁴

As negociações entre as centrais sindicais para uma manifestação conjunta falharam. A CGTP pretendia que a jornada se iniciasse com concentrações separadas, convergindo depois para um mesmo local, a UGT não estava de acordo; a UGT defendia que fossem oradores, além do Secretário-geral da CES – Confederação Europeia de Sindicatos, os dois responsáveis máximos das centrais portuguesas, a CGTP recusava essa possibilidade.⁵ Apesar das tentativas de entendimento, não foi possível o acordo: «Sindicatos – A unidade falhada»⁶, sublinhava o *Expresso*, que relatava os episódios do desentendimento.

A CGTP fez do dia 26 de junho o seu dia de luta, com greves durante a tarde, na metalurgia, construção civil, hotelaria, ferroviários e administração local, vários plenários de trabalhadores e concentrações ao nível de fábrica. A manifestação, junto ao Palácio de Belém, encerrou a jornada, com Carvalho da Silva a criticar a presidência portuguesa por não ter trazido nenhum avanço significativo no plano social e a apelar à UGT para a unidade de ação necessária para combater a revisão da lei da greve. Já a UGT decidiu promover um debate público sobre a lei da greve e a Europa Social, que não se realizaria naquela data por impedimento de Jorge Leite e Monteiro Fernandes, dois dos intervenientes, especialistas em direito do trabalho.⁷ No dia 27, os principais dirigentes da UGT foram fazer entrega à Comissão Europeia de um manifesto sobre a Europa Social.⁸

As «tréguas» entre as centrais e o clima de bom entendimento que marcou o início da presidência portuguesa, que referimos no capítulo anterior, cedo ficou pelo caminho, apesar das lutas comuns contra a revisão da lei da greve e o diploma sobre os disponíveis da função pública. No entanto, o momento era grave e exigia pontes e convergência – estava em causa a alteração da lei da greve, que vinha intacta do já longínquo ano de 1977.⁹ Para a UGT e a CGTP, o projeto do CDS era inconstitucional; já o do PSD, em análise pelas centrais, era considerado mais moderado.¹⁰ A UGT entendia que o Governo e o PSD não respeitavam o compromisso de privilegiar a concertação social nos processos de alteração da legislação do trabalho, como era o caso da lei da greve, que passava à margem do recém instituído CES – Conselho Económico e Social. Para discussão destas questões foi marcada uma cimeira CGTP-UGT, que tinha como pano de fundo a possibilidade de uma greve geral conjunta para defesa do direito de greve.¹¹

O projeto de lei do PSD foi aprovado no Parlamento, embora com recuos face à versão inicial. Como consequência, as duas centrais voltaram a reunir-se, e pediram uma audiência conjunta ao Presidente da República¹², cujo envolvimento era intenso, tendo, nas vésperas da discussão no parlamento, chamado a Belém representações da CGTP, dos TSD (a estrutura laboral do PSD), da UGT e dos sindicatos representativos dos trabalhadores aduaneiros.¹³

Mário Soares não promulgaria o diploma, solicitando ao Tribunal Constitucional a apreciação preventiva da constitucionalidade, por alegados vícios no procedimento e por alegada inconstitucionalidade material – o aumento do período dos pré-avisos de greve poderia consubstanciar uma limitação ao direito à greve, garantido pela Constituição.¹⁴ O Tribunal Constitucional decidiu não se pronunciar pela inconstitucionalidade do diploma.¹⁵

Os órgãos da UGT fizeram da luta contra a revisão da lei da greve uma bandeira. A Comissão Permanente, no dia em que foi conhecido o acórdão do TC, analisou a questão, concluindo que, não havendo impedimento constitucional, se tratava de matéria exclusivamente de natureza política.¹⁶ O Secretariado Nacional aprovou por unanimidade a moção «Contra a restrição do direito de greve»¹⁷, que seria tomada pelo Conselho Geral a 25 de setembro:

«Abusando de uma maioria absoluta, pretende-se limitar um direito fundamental dos cidadãos, enquanto trabalhadores – o direito de greve.

O diploma que o PSD (com o apoio do CDS) fez aprovar, pretende restringir drasticamente as condições para o efetivo exercício do direito de greve (...)

O Conselho Geral da UGT reafirma as conclusões do VI Congresso e decide: Lutar contra o diploma de revisão da lei da greve (...);

Organizar a oposição dos trabalhadores e dos sindicatos filiados (...) recorrendo às formas de luta que se mostrem mais eficazes, incluindo, se necessário, a desobediência civil;

Que a UGT deve acompanhar diretamente todos os processos grevistas (...).
(...)

A UGT nunca aceitará os resultados desta revisão da lei da greve. Lutaremos contra ela agora e até que a mesma seja revogada.

Quem semeou ventos, colherá tempestades.»

A verdade é que o diploma, a lei 30/92, de 20 de outubro, veio mesmo a ser publicado, numa versão mitigada do que era o projeto original do PSD, e incluindo a existência de serviços mínimos nos setores-chave.

Neste período devem também referir-se as censuras de Torres Couto a Mário Soares, «a ponto de lhe dirigir críticas em público»¹⁸. No dia 12 de outubro, em reunião da tendência sindical socialista, realizada no Rato, as críticas foram tantas que António Guterres, então Secretário-geral do Partido Socialista, teve que pôr «água na fervura».¹⁹ O facto de Mário Soares não se ter demarcado de forma clara do texto da lei da greve, a previsível promulgação da lei dos disponíveis na função pública²⁰, e até a responsabilidade da lei dos excedentes, da autoria de um governo socialista liderado por Soares, tudo foi alvo das «bicadas»²¹ de Torres Couto.

* * *

Com a assinatura do Tratado de Maastricht no início do ano de 1992 e a liberalização das fronteiras a partir de 1993, os trabalhadores ligados aos despachantes oficiais fizeram uma longa paralisação perante a ameaça do desemprego. A manifestação dos aduaneiros em Vilar Formoso foi impedida por dezenas de efetivos da GNR.²² O bloqueio económico foi grande, com as federações de comércio e associações de transportadores a exigir medidas de exceção «perante a situação caótica vivida nos postos fronteiriços e terminais de carga do país.»²³ O Ministério das Finanças emitiu um despacho que permitiu a simplificação dos procedimentos de desalfandamento das mercadorias, libertando muitas das cargas que estavam para entrar no país, incluindo produtos perecíveis e perigosos.²⁴ Os despachantes insurgiram-se contra esta medida, considerando que houvera violação do direito à greve.²⁵ A seis meses da entrada em vigor do Ato Único, dizia o *Expresso*, «os trabalhadores aduaneiros não sabem ainda o que os espera»²⁶, quando se estimava a redução da sua atividade em 80%.

A CONVERGÊNCIA COM A UE EXIGE CONCERTAÇÃO SOCIAL

Aquando da entrega dos documentos do último congresso da UGT ao Primeiro-ministro, Cavaco Silva, Torres Couto alerta para a necessidade de se ser realista quanto à previsão dos valores da inflação: «É necessário

levar por diante o processo de desinflação, mas não à custa dos salários dos portugueses, que ficam muito aquém dos salários europeus.»²⁷ Esta recomendação ganha ainda mais sentido com a divulgação das Grandes Opções do Plano, apresentadas no CES a 24 de setembro, com o Governo a querer «moderar» salários e inflação em 1993, no intuito de acelerar o processo de convergência nominal para a média comunitária.²⁸

Perante este cenário, a UGT aprova por unanimidade um documento, «Orientações para a negociação coletiva e a concertação»²⁹, que serviu de orientação nos meses seguintes.³⁰

Preocupado em baixar a inflação, o Ministro das Finanças, Braga de Macedo, avançou, antes das férias de Verão, com uma atualização salarial de 4,5% para a função pública, o que, a somar à lei da greve e dos disponíveis que estavam na ordem do dia, veio aumentar o mal-estar na função pública. A proposta foi considerada inaceitável e inegociável pelas organizações sindicais, por significar uma acentuada perda do poder de compra dos funcionários.³¹ A situação agravou-se ao longo dos meses seguintes, levando os sindicatos da CGTP, da UGT e o STE (Sindicato dos Quadros Técnicos, afeto aos TSD) a dar uma conferência de imprensa conjunta, a 22 de outubro, convocando para uma greve geral no dia 13 de novembro, em resposta à «posição irredutível do Governo.»³²

Segundo as organizações sindicais, a greve mobilizou mais de 400 000 trabalhadores, contra o aumento salarial de 4,5%, considerado insultuoso, e contra a lei dos disponíveis. O Governo recusou comentar as afirmações dos sindicalistas, mantendo-se irredutível na proposta e justificando a razoabilidade do aumento com a previsão da inflação para 1993, que situava entre 5 e 7%.³³

O processo seguia o seu curso na Comissão Permanente de Concertação Social, num clima de grande tensão, que se foi agravando ao longo dos meses. A 30 de novembro, por carta dirigida ao Primeiro-ministro, na condição de presidente da CPCS, e com conhecimento a todos os membros daquela Comissão, a UGT suspendeu a participação no processo de negociação, alegando que o mesmo era apenas uma «descarada tentativa de imposição da visão unilateral da CIP e das outras confederações patronais»³⁴, secundada pelo Governo.

Tendo suspenso a sua participação, a UGT não compareceu à reunião de 15 de dezembro, na CPCS, marcada de véspera, data em que o Secre-

tariado Nacional aprovara um documento, «O Governo aliou-se ao patronato para tentar reduzir os salários em 1993», endurecendo as posições e exigindo que o referencial mínimo para os aumentos fosse de 9%, correspondente à taxa de inflação passada³⁵. Por sua vez, a CGTP abandonou os trabalhos. As duas centrais deixaram Braga de Macedo a falar com as centrais patronais. Carvalho da Silva considerou que a posição do Governo era de rutura com os trabalhadores. A UGT entendia que o Governo não queria negociar, mas sim impor. Concluía o *Expresso*: «Prevêem-se tempos difíceis para a concertação social, que está agora dependente da vontade das centrais sindicais e do Governo reiniciarem, a partir do nível zero, as conversações.»³⁶

O processo de concertação social para 1992 encerrar-se-ia apenas em fevereiro de 1993. O Secretariado Nacional e o Conselho Geral da UGT aprovaram uma violenta resolução constatando o impasse negocial e fazendo exigências de mudanças nas políticas do Governo, designadamente a subida do salário mínimo nacional, a subida dos salários, de modo a não existir perda de rendimento, reforço dos meios de combate ao trabalho infantil, salários em atraso, fraudes e fugas ao fisco e segurança social.³⁷ Foi em vão. Dias depois, Torres Couto comunicou ao Governo que punha ponto final³⁸ nas negociações: «A Concertação Social, por este ano, acabou-se. Não haverá acordo de rendimentos e preços para 1993 e a responsabilidade pertence ao Governo e à sua inflexibilidade.»³⁹ A ausência de acordo estaria a revelar-se mais vantajosa para os sindicatos, «segundo a CGTP, mais de 120 000 trabalhadores do setor privado já negociaram aumentos entre os 9 e os 12,3%.»⁴⁰

Marcando o termo deste longo e falhado processo, o Secretariado Nacional da UGT aprovou uma resolução que responsabilizava o «Governo e o Patronato pela não celebração de um acordo de política de rendimentos para 1993, pelo agravamento da conflitualidade e pelos impactos negativos na evolução da inflação que daí derivarão.»⁴¹ Nesse documento faziam-se várias exigências, entre as quais pontificava a reivindicação de um salário mínimo único de 50 000\$00, com efeitos a 1 de janeiro.

* * *

A par das negociações nas altas esferas, o país real fazia o seu caminho, numa adaptação difícil à convergência com a Europa. O desemprego cres-

cia, a precariedade também. E muito desemprego, na indústria, ficava oculto por cursos de formação profissional fictícios ou por baixas fraudulentas, que mascaravam os números. Na agricultura, um ano de seca agravou o cenário, com os trabalhadores sazonais a não serem contabilizados nas estatísticas oficiais do desemprego. No Algarve do turismo, dirigentes sindicais, entidades oficiais e empresários consideravam que a crise tinha vindo para ficar e com graves custos sociais. Na construção ainda era «mais difícil quantificar o desemprego, já que uma grande parte dos trabalhadores a operar são oriundos do Norte, para onde regressam em tempos de crise. Muitas empresas estão a contratar trabalhadores clandestinos vindos dos PALOP por preços muito inferiores aos seus congéneres portugueses, situação que poderá suscitar conflitos, caso se venha a agravar o desemprego no setor.»⁴²

DIFICULDADES NA CGTP

No seio da CGTP, a posição quanto ao Tratado de Maastricht, que entraria em vigor a 1 de janeiro de 1993, trazia um grande incómodo, suscitando divergências entre a ala mais ortodoxa e as outras tendências. Terá sido esta uma das razões para uma reunião que teve lugar a 14 de dezembro de 1992, do Secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, com os 60 militantes comunistas do Conselho Nacional da CGTP, composto por 99 elementos. Outra questão era o convite à UGT e à CES para participarem no congresso da CGTP, a ter lugar em março seguinte. O setor ortodoxo da central fazia depender a ida da UGT da sua atitude quanto à negociação para um acordo salarial para 1993. José Luís Judas, já então dissidente do PCP, esteve contra, argumentando que, se a UGT não estivesse presente, a CES também não iria, o que iria inviabilizar a adesão da CGTP àquela confederação sindical. Ainda em dezembro, a CGTP apresentaria o seu pedido formal de adesão à CES, tendo Torres Couto declarado que não poria a ela nenhum obstáculo, mas sublinhando que «a adesão à CES pressupõe que a CGTP esteja de acordo, no essencial, com o Tratado de Maastricht.»⁴³

Em fevereiro seguinte, o PCP decide sanear José Luís Judas e não recua perante o risco de rutura na CGTP. Nem Carvalho da Silva escapa às

críticas – era a «Caça às Bruxas na Intersindical».⁴⁴ José Luís Judas, marginalizado na direção, a 28 de fevereiro, demite-se da Central, o que, em vésperas do congresso, originou o isolamento da Europa sindical. Judas era o responsável internacional da central desde 1986, e praticamente o único interlocutor dos grandes sindicatos europeus. Emilio Gabaglio, Secretário-geral da CES, apesar de ter confirmado a sua presença, informa que «dadas as atuais circunstâncias, lamento não poder participar, como estava previsto, na última sessão do Congresso da CGTP.»⁴⁵ Nessas circunstâncias, a CES solicitou à UGT que representasse aquela confederação europeia, como observadora, no Congresso da CGTP.⁴⁶

Muitas das outras organizações sindicais internacionais acabaram por não comparecer, manifestando o seu desagrado.⁴⁷ Foi um retrocesso «no processo de abertura e europeização da central.»⁴⁸ No final do Congresso ficava a dificuldade da substituição de Judas no departamento internacional e o adiamento da desejada entrada na CES.

A JORNADA EUROPEIA DE 2 DE ABRIL DE 1993

Convocada pela CES, planeava-se uma jornada de luta europeia para dia 2 de abril de 1993, pelo emprego, contra o racismo e a xenofobia. As duas centrais portuguesas reuniram várias vezes para acertarem o programa.⁴⁹ Ficou decidida uma concentração conjunta no Largo de Camões, em Lisboa, durante a qual seria aprovada uma moção, a ser entregue ao primeiro-ministro no final de um desfile até à residência oficial, em S. Bento. Havia também outras iniciativas inseridas na jornada, como paralisações simbólicas, plenários em algumas empresas, debates públicos nos Açores e Madeira. A UGT preparou também um pré-aviso de greve, aprovado pelo Secretariado Nacional⁵⁰, que permitia a presença dos trabalhadores na concentração. A mobilização foi grande, juntando trabalhadores das duas centrais, o que constituiu uma exceção rara nas dinâmicas sindicais nacionais, talvez graças ao chamamento europeu. No entanto, nem tudo correu como esperado pela UGT: na reunião do Secretariado Executivo seguinte, João Proença acusou a CGTP de não ter cumprido na íntegra o combinado, com inclusão de palavras de ordem não acordadas, promovendo miniconcentrações de sindicatos seus em

diferentes locais e desrespeitando a composição das primeiras filas da manifestação, o que iria levar à marcação de uma reunião conjunta entre as duas centrais.⁵¹

O DRAMA DO TRABALHO INFANTIL

O trabalho infantil continuava a grassar na sociedade portuguesa, envergando as estatísticas e desmentindo a evolução para padrões sociais europeus. Entendendo que as medidas em vigor eram insuficientes para diminuir o trabalho infantil, o Ministério do Emprego e Segurança Social avançou com a preparação de legislação mais penalizadora para os prevaricadores.⁵² Os números oficiais revelavam, entretanto, que o trabalho das crianças triplicara em Portugal no primeiro trimestre, face aos números do ano anterior. Os distritos mais afetados eram os do Porto (49,7%), Braga (26,6%), Viana do Castelo (11,9%) e Aveiro (7,9%), que concentravam mais de 96% dos menores de 15 anos em situação irregular de trabalho.⁵³

A legislação pretendia regular o fenómeno, mas o seu sentido nem sempre foi unívoco. Foi publicada a lei n.º 42/91, de 27 de julho, que estabelecia como princípios fundamentais do trabalho de menores assegurar um equilibrado desenvolvimento físico, mental e moral do menor, salvaguardando a sua segurança e saúde, e garantir a educação escolar, a formação profissional e a proteção social. O decreto-lei n.º 396/91 veio regulamentar a lei, prevendo que as crianças de 14 anos que completassem o ensino obrigatório iriam poder fazer «trabalhos leves», deixando para posterior portaria⁵⁴ as atividades e condições em que o trabalho leve é prestado. O conceito que a lei viria a consagrar seria: «Entende-se por trabalho leve a atividade integrada por tarefas simples e definidas que pressuponham conhecimentos elementares e não exijam esforços físicos ou mentais que ponham em risco a saúde e o desenvolvimento global do menor.»⁵⁵ Não sendo clara e precisa a definição, temia-se o recrutamento indiscriminado de menores de 14 anos e o aumento do trabalho clandestino de menores, o que significava, de algum modo, a liberalização do trabalho infantil.

As centrais sindicais reagiram a esta perspetiva de retrocesso na campanha contra o trabalho infantil. A UGT, pela voz de Júlio Fernandes,

referiu a «possibilidade de, no futuro, as empresas voltarem a ter os menores com 14 anos à vista da Inspeção do Trabalho, dizendo que estão a fazer trabalhos leves, passando a ser legal o que era clandestino.»⁵⁶ Entretanto, as estatísticas do INE, a partir de 1992, passaram a considerar como população ativa apenas os maiores de 14 anos, o que tornava oficialmente ocultos os menores trabalhadores com menos dessa idade e tornava ainda mais difícil ter números credíveis sobre o trabalho infantil.⁵⁷

AGRAVAMENTO DA CRISE E O RELANÇAMENTO DA CONCERTAÇÃO SOCIAL

A comemoração do 1.º de Maio de 1993 foi palco de duras críticas contra o Governo. A CGTP, depois da manifestação, fez o habitual comício da Alameda, quase enchendo aquele espaço. Carvalho da Silva falou da deterioração das condições de vida e disse tudo estar em crise: «a produção agrícola corre o risco de desaparecer», a «desindustrialização acentua-se», as pescas «encontram-se em profunda crise» e o setor mineiro «está atualmente a ser desativado».⁵⁸ A CGTP previa uma jornada intensa de luta para o dia 5 de junho. A UGT comemorou o 1.º de Maio junto à Torre de Belém, com Torres Couto a prometer uma greve geral para o Outono, caso Cavaco Silva não alterasse a política seguida. Referindo o desemprego e os salários em atraso, o líder da UGT entendia que «só o Governo vê o oásis quando os portugueses se sentem cada vez mais empurrados para o deserto».⁵⁹ Dias depois, o *Expresso* fazia o balanço da jornada: «1.º de Maio: todos contra Cavaco.»⁶⁰ O Secretariado Nacional da UGT, reunido a 14 de maio, solicitou uma reunião urgente ao Primeiro-ministro, atendendo à evolução da situação económica e social.⁶¹

Na reunião da CPCS, no início de junho, Torres Couto propôs ao Primeiro-ministro a criação de um Plano Nacional de Emprego, que teria como objetivos principais a criação de postos de trabalho e novos investimentos em áreas sensíveis e de carência, como era o caso da habitação social. Nesta reunião, a delegação da UGT abordou ainda a questão das taxas de juro, a cimeira europeia de Copenhaga, que era entendida como um ponto de partida para a Europa social, e a falta de espírito de diálogo em algumas empresas públicas, como a TAP.⁶²

Cerca de um mês depois Cavaco regressou à CPCS, a 5 de julho, para explicar as conclusões da Cimeira de Copenhaga sobre o combate à crise económica e ao desemprego. Note-se que nesta Cimeira surgiu, pela primeira vez, uma referência clara ao diálogo social, e a assunção da necessidade de concertação social a nível europeu. Esta iniciativa de Cavaco Silva foi entendida como um primeiro sinal de retoma da concertação social, parada havia meses. Quanto ao plano apresentado pela UGT ao Primeiro-ministro, foi visto como um possível ponto de partida para as negociações.⁶³ Este plano contemplava treze medidas, das quais se destacavam o financiamento imediato de projetos de habitação das cooperativas e das autarquias, programa de Turismo Social de apoio à hotelaria, generalização do ensino pré-escolar com ativação de 900 creches e jardins infantis e programas ocupacionais de interesse público para atividades de caráter esporádico – como limpeza e vigilância de florestas, limpeza de praias, apoio a bombeiros e apoio domiciliário a pessoas sós. Para além deste plano, estava em cima da mesa da concertação a «auscultação da disponibilidade dos parceiros sociais para a abertura de um processo de Concertação Social para 1994.»⁶⁴

Perante a crise económica e social instalada, e o desgaste que acusava a governação do PSD, Torres Couto, em entrevista, referiu que partilhava a posição de Mário Soares e defendeu a constituição de um Governo PS-PCP, dizendo que «os comunistas já não são o papão de outrora e que é fácil ganhá-los para esse combate à direita.»⁶⁵ Para Torres Couto prefiguravam-se duas figuras dentro do PS para assumirem responsabilidades, Guterres para S. Bento e Sampaio para Belém.

Em resposta à questão sobre a crise económica, mostra-se preocupado: «(...) mesmo que a situação económica melhore na Europa, a crise subsistirá em Portugal. As causas não são exclusivamente conjunturais, mas estruturais. Hoje temos mais auto-estradas, mas elas só estão a possibilitar que as importações de Espanha se façam com mais fluidez e mais velocidade. Não se criaram condições para haver um desenvolvimento harmonioso da economia portuguesa polarizado à volta dessas infra-estruturas físicas e sociais. O Governo falhou.»⁶⁶

Face ao documento de reflexão «pela Esquerda», proposto pelos sampaístas – então ala minoritária dentro do PS, posicionada à esquerda e liderada pelo então Presidente da Câmara de Lisboa, Jorge Sampaio – Torres

Couto diz ser bem-vindo, se servir para estimular o debate vivo de ideias sobre o que é a esquerda hoje, perante a crise nacional e internacional. Outra era a posição de Rui Oliveira e Costa, outro dirigente da UGT, que não só se manifestou contra o «esquerdismo sampaísta», como escreveu um documento de reflexão denominado «Pelo centro esquerda». Para Rui Oliveira e Costa a correção de rota do PS deveria ser feita no sentido preconizado por Guterres: «O PS não deverá ser uma ‘Casa comum das esquerdas’ resultante de uma média aritmética entre o somatório da tradição do socialismo democrático e várias correntes e personalidades de esquerda em trânsito, após o fracasso das suas variadas experiências políticas.»⁶⁷

A crise «veio para ficar como a Toyota», dizia o *Expresso*, ao sublinhar que o desemprego e os salários em atraso atingiam já 10% da população ativa portuguesa. Para cada lugar no mercado de trabalho existiam, pelo menos, 54 candidatos. Estimava-se que os salários em atraso abrangessem 26 000 trabalhadores, só no setor têxtil. Várias grandes empresas tinham recebido balões de oxigénio dos fundos comunitários, através da formação profissional, mas dessas muitas fecharam e outras reduziram substancialmente a sua atividade.⁶⁸

O Governo prometia até final de julho de 1993 a definição das linhas gerais de um plano contra o desemprego, com efeitos a partir do segundo semestre. Torres Couto manifestou regozijo com a passagem dos discursos às ações, e referiu que a UGT tinha um plano e exigia medidas concretas.⁶⁹

Contudo, a par destas medidas, o Governo preparava um diploma que iria diminuir os subsídios de desemprego. Depois das alterações ao cálculo das reformas, vinham as alterações ao regime de atribuição dos subsídios de desemprego, que em muitos casos faria diminuir o seu valor. O desemprego foi discutido várias vezes em sede de Conselho Económico e Social durante o ano, tendo a legislação sido publicada apenas em dezembro.⁷⁰

* * *

Da responsabilidade de Alan Stoleroff e Reinhard Naumann, foi publicado, em 1993, um estudo sobre a sindicalização em Portugal que originou uma grande polémica nos meios sindicais.⁷¹ Os autores apontavam para uma taxa de sindicalização inferior a 40%, e estimavam que a CGTP representasse 74% dos trabalhadores sindicalizados; a UGT teria 20%, cabendo o

remanescente aos sindicatos independentes. O Secretário-geral da UGT pôs em causa a independência e a isenção do estudo, bem como a sua credibilidade científica e metodológica.⁷² Já os autores, após uma circunstanciada defesa do seu trabalho, também publicada no *Expresso*, consideraram as acusações da UGT como difamatórias e as insinuações não fundamentadas.⁷³

... E O FALHANÇO PARA 1994

«Situação de pré-catástrofe e de mal a pior» – foi com estas palavras que Torres Couto caracterizou a situação da economia portuguesa, avisando o Governo de que a assinatura de um acordo social dependeria da alteração da política macroeconómica, que tinha de atender à situação real das empresas e aos índices de desemprego.⁷⁴ Os avanços e recuos que a concertação sofreu durante o segundo semestre de 1993 reconduzem-se sempre a esta tensão. Os títulos dos jornais falam por si:

«Salários ao lume – Suspense. Como serão os aumentos salariais para 1994? Patrões e trabalhadores não se entendem. Em jogo está muito mais do que descer a inflação ou ficar mais perto da comunidade. Investimento e desemprego são as variáveis âncora que seguram o barco»⁷⁵

«Concertação interrompida – dinheiro a menos, desemprego a mais.»⁷⁶

«Silva Peneda – Sem concertação poderá diminuir a proteção social»⁷⁷

«Silva Peneda – Não tenho dúvidas em optar pela descida dos salários reais»⁷⁸

«Salários por um canudo»⁷⁹

«Sombras na concertação – pairam sombras na concertação social, com patrões e sindicatos cada vez mais radicais»

«A sedução fiscal – Cavaco Silva anunciou uma redução de impostos (mas condiciona a sua generosidade à realização de um acordo social)»⁸⁰

Atento, o Secretariado Nacional da UGT tomou várias posições, de que se destaca a resolução de 13 de outubro,⁸¹ em que repudiava o que designa chantagens do Governo, denunciava os comportamentos patronais na defesa de uma liberalização selvagem e o que isso significava de regressão social. Em suma, a UGT, nesse documento, afirmava que não era possível «qualquer acordo com base na proposta/*ultimatum* do Governo, nem nas propostas do patronato», e denunciava «a manipulação da opinião pública ensaiada pelo Governo».⁸² Não havia qualquer hipótese de entendimento.

O Outono foi cheio de avanços e recuos. Basta percorrer os títulos dos jornais: «A última tentativa»⁸³, «A grande ilusão»⁸⁴, «UGT e Governo à beira do acordo»⁸⁵, «O pacto por um fio»⁸⁶. No dia 28 de outubro, o Governo apresentou uma nova proposta, *in extremis*, que contemplava 4% de aumento salarial, acrescido de uma redução da carga fiscal (ajustamento dos escalões do IRS, que Cavaco Silva sustentava que traria um aumento de 1% no rendimento disponível). Para João Proença os seus princípios eram inaceitáveis, para Carvalho da Silva a proposta não tinha «ponta por onde se pegue.»⁸⁷ No dia 2 de novembro o Secretariado Nacional reúne para análise da situação político-sindical à luz das discussões da concertação social, mas sem quaisquer possibilidades de entendimento negocial.⁸⁸

Certo é que na reunião seguinte da CPCS, que teve lugar a 3 de novembro, o longo processo terminou. Não houve concertação social para 1994.

O mal-estar que esta situação criou teve repercussões nacionais e provocou uma demissão de peso na Central. Pereira Lopes, Presidente da UGT, militante e deputado do PSD, em final de outubro revelou que iria suspender o mandato e que perspetivava para mais tarde um abandono definitivo.⁸⁹ Este gesto foi lido como um protesto contra a recusa da Central em celebrar um pacto social para 1994. Aliás, Pereira Lopes, crítico, comentava: «Há muito tempo que se tornou patente que a UGT não tem estratégia nem objetivos definidos.»⁹⁰

Em carta dirigida a Torres Couto, a 15 de novembro, Pereira Lopes formalizava o pedido de suspensão de funções. Na origem da sua decisão estava o facto de considerar que «as ambições partidárias que se foram instalando entre muitos de nós» [terem aberto] «brechas por onde alguns partidos políticos se sentiram atraídos para ingerências negativas.»⁹¹ Em sua opinião, a ida para o Parlamento Europeu de Torres Couto teria sido

negativa para a Central, bem como a indigitação de João Proença, um sindicalista que era também um importante dirigente partidário, como seu substituto.

Pereira Lopes punha como condição para regressar às suas funções que o Conselho Geral da UGT declarasse incompatíveis os cargos de presidente, secretário-geral, vice-secretários gerais e secretários nacionais com o de dirigente nacional ou regional de qualquer partido político. Para além disto, a planeada conferência de organização da UGT deveria ter lugar entretanto, tornando incompatível o cargo de dirigente da central com o de deputado. Pereira Lopes regressava, por ora, a militante de base.⁹²

Perante o malogro das negociações para um acordo social, a tensão sindical subia de tom. Ainda em dezembro, numa reunião plenária da TAP, o Secretário-geral da UGT avisara que, se não houvesse mudanças de política, estava na calha uma greve geral.⁹³ Preparando várias iniciativas ao longo de janeiro, com paralisações planeadas na Função Pública e na Carris, as duas centrais sindicais convergiam na ameaça de greve geral, se a situação económica e social continuasse a agravar-se e a negociação coletiva não fosse desbloqueada.⁹⁴ A UGT, quebrando a tradição, marcou mesmo uma manifestação de rua, com desfile da sede da CIP até ao Ministério do Emprego, na Praça de Londres, para o dia 21 de janeiro.⁹⁵ Nesse mesmo dia, de manhã, reuniu o Secretariado Nacional para análise da situação económica e social, em especial da negociação coletiva e do emprego.⁹⁶

As concentrações, no início e no fim da manifestação, estavam autorizadas, o desfile entre ambas não. Ainda assim, a UGT concretizou o desfile, apesar da notificação em contrário por parte da PSP. Era o protesto contra a «severa política salarial posta em prática quer pelo patronato, quer pelo Governo.»⁹⁷ No mesmo dia a CGTP promovia uma conferência sobre os direitos dos trabalhadores, com a presença do Presidente da República, no Fórum Picoas. No dia seguinte, 22 de janeiro, reunião das cúpulas das centrais, sobre a greve nacional da função pública e a paralisação parcial da Carris, marcadas para dia 25, e sobre a possibilidade de uma greve geral, ainda sem data.

Embora o Governo ignorasse a greve da Função Pública, UGT e CGTP reivindicam uma adesão média de 85%, tendo afetado em especial o funcionamento de autarquias, escolas e hospitais. Com o encerramento das negociações por parte do Ministério das Finanças, ao propor um aumento

de apenas 2,5%, os funcionários públicos planeavam protestos menos convencionais, como cortar as entradas em Lisboa, a suspensão de cobrança de impostos e da portagem da ponte 25 de Abril, ou ainda a não recolha de lixo.

AGUDIZA-SE A TENSÃO SOCIAL: O BUZINÃO DA PONTE

As notícias sobre o desemprego eram cada vez piores. «Desemprego vai ultrapassar os 7%», «O discurso oficial ‘apagou’ o elogio dos baixos níveis de desemprego e, mesmo no ano da retoma, o mercado de trabalho continuará a degradar-se», «Desemprego – o regresso da tormenta», «O mercado de trabalho vai substituir a inflação em 1994 como ‘estrela’ principal dos debates sobre política económica.»⁹⁸

Falcão e Cunha, ministro do Emprego e Segurança Social, em entrevista, reconhece os números do desemprego, que subiam em flecha, fala de ‘moderação salarial’, admite que o salário mínimo é insuficiente, reconhece o peso dos salários em atraso e do trabalho infantil, apesar de entender que o cenário está a melhorar... Não eram afirmações tranquilizadoras, vindas do ministro responsável pelo Trabalho.

Outra questão, de natureza diferente, veio contribuir para tornar o ambiente mais pesado. Silva Peneda prometera dinheiro aos parceiros sociais para ações no âmbito do diálogo social, medida aprovada por Pinto Cardoso, Secretário de Estado do Emprego, a ser paga pelo orçamento do Instituto do Emprego e Formação Profissional. CGTP, UGT e CAP candidataram-se e houve quem gastasse na expectativa desse financiamento. Manuel Lopes, da CGTP, afirma que a CGTP já gastara uma grande parte da verba que pedira (100 mil contos). A UGT não teria gastado dinheiro a contar com os reembolsos. Pinto Cardoso recusou o pagamento das verbas, por serem demasiado altas e por alegadamente não se destinarem a ações de formação para o diálogo social. Instalou-se o «pânico e a revolta. Diz-se que se trata de vingança política, por não ter havido concertação social. E já agora aproveitam alguma pressão para os parceiros ‘se portarem’ bem nas próximas negociações, dizem.»⁹⁹

Entretanto os contactos da CGTP e UGT continuaram. Reunidos a 4 de março, agendaram uma semana de luta conjunta, com destaque para

os transportes. Torres Couto admitiu uma greve geral «se o Governo pretender concretizar qualquer alteração na legislação laboral»; Carvalho da Silva diz: «se o movimento sindical está a meter o corpo todo, vai ter de meter também a cabeça.»¹⁰⁰

As reestruturações de empresas, assentes nos despedimentos, fazem a ordem do dia. O Secretariado Nacional aprova uma moção a condenar essa estratégia, seguida de subcontratações precarizadoras do emprego. Denuncia os casos da Lisnave/Solisnorte/Setenave, da Siderurgia Nacional e da Torralta, que só em Setúbal ameaçavam lançar no desemprego 6000 trabalhadores.¹⁰¹

A crise eclodia por todo o lado. Desemprego aumentava, salários reais baixavam, os sindicatos e as centrais uniam-se em torno de várias formas de luta, a crispação subia de tom entre os cidadãos anónimos. É todo este ambiente que explica os acontecimentos da ponte 25 de Abril, no dia 26 de junho de 1994, momento considerado o princípio do fim do poder de Cavaco Silva e do PSD.

«A 24 de Julho de 1994 começava o fim do cavaquismo – que em 1994 exercia o seu segundo mandato como primeiro-ministro. O bloqueio da Ponte 25 de Abril foi considerado o episódio que levou a isso, já que foi um dos maiores movimentos de desobediência civil desde a Revolução dos Cravos, em 1974. Em causa estava o aumento das portagens de cem para 150 escudos (50 a 75 cêntimos), de forma a custear a futura Ponte Vasco da Gama. Para protestar, os utentes organizaram um buzinao e manifestaram o seu desagrado pagando as portagens com notas de mil escudos (cinco euros). O acesso à ponte foi bloqueado durante dez horas por seis camiões, automóveis e motos. Uma carga policial, arremesso de pedras à polícia e tiros disparados pelas autoridades recordam as inúmeras horas que o protesto durou.»¹⁰²

O buzinao da ponte foi muito mais do que o protesto contra o aumento das portagens. Era um país que deixara de acreditar e que vinha para a rua. Como dizia o *Expresso*, em longo artigo da Revista¹⁰³, era «A Nação contra o Estado», «a revolução cavaquista que ameaçava agora devorar o seu autor»¹⁰⁴. «O pacato cidadão que ainda há escassos meses acreditava no discurso do oásis começou a desesperar das promessas do fim da crise e resolveu vir para a rua buzinar contra o aumento da ponte. No dia seguinte

eram milhares a exigir na rua a solução imediata dos seus problemas. Amanhã quantos serão?»¹⁰⁵ Falava-se de explosão social, do regresso a Aljubarrota, de panela de pressão na Educação, com profundo descontentamento nos professores e alunos, da guerra das propinas.

ADIAMENTO DA GREVE GERAL E TENTATIVA DE CONCERTAÇÃO

Contrariando as expectativas geradas pelo êxito da comemoração dos 20 anos do 25 de Abril e também pelo clima de grande instabilidade social, que faziam prever um 1.º de Maio forte, tal não sucedeu, com ambas as centrais a reconhecê-lo.¹⁰⁶ A mobilização fora menor, com sindicalistas das duas centrais a tentarem justificá-lo com o calor que se fizera sentir. A verdade é que, com este revés, a aproximação das eleições para o Parlamento Europeu, as férias de Verão à porta, a greve geral ficou adiada, «na melhor das hipóteses, quando da elaboração do orçamento de Estado», segundo um alto responsável da UGT.¹⁰⁷

Na sequência do 1.º de Maio, o Secretariado Nacional da UGT emitiu um comunicado¹⁰⁸ em que reafirmava as mensagens de Torres Couto no seu discurso, exigindo uma política de emprego, crescimento dos salários reais e melhoria da situação dos reformados, declarava apoiar as lutas dos sindicatos pelo desbloqueamento da negociação coletiva, reafirmava a exigência de revisão imediata do salário mínimo e dos salários dos trabalhadores da Administração Pública. E acrescentava, numa crítica às posições tomadas pela CGTP: «Recusar manifestações ou jornadas de luta declaradas unilateralmente. (...) Decisões vanguardistas e voluntaristas ao arrepio da consensualização prévia, firme, mas serena, entre as duas centrais sindicais inviabilizarão sempre a tão necessária unidade na ação.»¹⁰⁹

Entretanto, na CPCS as reuniões prosseguiram, com vista a alcançar um acordo – designado Pacto Social – que o Governo pretendia fosse para os cinco anos seguintes, até 1999, desdobrado em sete tópicos: legislação laboral (tendo em vista a flexibilização do mercado laboral), política de rendimentos (plurianual, contendo as derivas inflacionistas), segurança social, recursos humanos e emprego, eficiência da administração pública, estímulo às estratégias empresariais para aumentar a competitividade externa e desenvolvimento local.

O Governo apostava forte, as centrais sindicais não queriam ouvir falar em mexer nas leis laborais; para a CIP, a CAP e a CCP a palavra de ordem era rever a legislação do trabalho – os parceiros sociais estavam desconcertados.¹¹⁰ Até ao início de setembro de 1994, numa fase considerada decisiva da negociação, tinham-se realizado 50 reuniões, o Governo mostrava-se otimista, mas patrões e sindicatos consideravam que se estava na ‘estaca zero’.¹¹¹ Perante a apresentação de boas perspetivas de recuperação do crescimento económico em 1995, por parte do Governo, a CGTP refere que desaparecia a razão para a «política salarial extremamente restritiva durante os anos da recessão.»¹¹²

Analisada a discussão em curso na concertação social, o Secretariado Nacional da UGT, a 19 de setembro, aprovou uma resolução. Partindo da verificação de que a situação social e económica se degradava continuamente, com mais desemprego, precarização, trabalho clandestino e más condições de vida, o secretariado responsabilizava o «Governo e as confederações patronais pelo bloqueamento do processo negocial e pelo maniqueísmo das suas posições (...)» Apontava depois várias propostas, integradas em quatro grandes objetivos: redução do desemprego, crescimento real dos salários e das pensões de todos os trabalhadores, reforma da Segurança Social e combate ao trabalho clandestino.¹¹³

O Governo tinha como data limite para assinatura do acordo o dia 15 de outubro. A UGT inclinava-se para a sua assinatura, previstos que estavam aumentos salariais da ordem dos 5%, mas só queria assiná-lo mais para o final do mês, ganhando algum poder negocial acrescido.¹¹⁴ António Guterres, líder do PS, criticou a UGT por ter colocado a fasquia nos 5% e avançou com uma proposta autónoma, aumentos de 6%; por outro lado, acusa de duplicidade Torres Couto, que criticara o PS por não ter sabido aproveitar os conflitos na Ponte 25 de Abril, mas estava disposto a assinar um acordo de concertação, fixando uma margem de aumento insuficiente.¹¹⁵ O PSD reagiu, acusando os socialistas de demagogia.¹¹⁶

As negociações avançaram, com CIP e UGT à procura do consenso. Noitadas de discussão poliram arestas. O ministro Falcão e Cunha e o seu gabinete empenharam-se na maratona. Finalmente, o ministro estava convicto de que haveria 95% de hipóteses de haver acordo.¹¹⁷ A 15 de outubro, Cavaco, regressado dos Estados Unidos, recebe a UGT, para uma reunião considerada decisiva. Antes de discutir os aumentos salariais,

Torres Couto levantaria um ponto prévio: a falta de condições de Cunha Rodrigues, Procurador Geral da República, para concluir as investigações sobre as alegadas irregularidades cometidas pela UGT¹¹⁸ nos processos de formação profissional, em 1988 e 1989.¹¹⁹ As queixas do PGR tinham sido tornadas públicas pelo próprio em entrevista ao *Expresso*.¹²⁰

AFINAL NÃO HAVIA ACORDO

Inesperadamente Cavaco entra «com ar fechado» e disse que não havia acordo, o que era uma pena. Adiantou que o seu Governo não pactuaria com medidas que pusessem em causa «a política macroeconómica do país. Sem falar em números. Só depois de concluída a rutura se falou em números.»¹²¹ Cavaco deixou todos desconcertados: «Falcão e Cunha só soube do desacordo sábado de manhã em S. Bento. E não gostou nada. A Catroga aconteceu o mesmo. Afinal, foi tudo para o lixo. Horas de trabalho e centenas de papéis.»¹²² Já os parceiros sociais ficaram perplexos: «Guerra é guerra – as coisas não vão ser fáceis para Cavaco em 1995. Sentindo-se enganados, os parceiros sociais artilham as suas baterias viradas para o Governo. Paz social não haverá e esse é um trunfo que pode custar votos. E não compensar os votos que o primeiro-ministro pensa ganhar com benesses.»¹²³

Extremaram-se posições e agora estavam todos contra o Governo, sindicatos e patrões, deixando antever um ano de eleições cheio de conflitualidade social. Torres Couto, depois da reunião¹²⁴ do Secretariado Nacional destinada ao balanço do processo de concertação na sequência do fracasso na negociação do Acordo, afirmou que nunca mais negociaria ano a ano, mas sim por períodos de legislatura. Já a CGTP, pela voz de Manuel Lopes, não apresentou reservas a acordos de curta duração, desde que trouxessem vantagens para o país. Ambas as centrais faziam um balanço negativo, considerando que a negociação fora penalizadora para a esmagadora maioria dos trabalhadores.¹²⁵ Por iniciativa de Carvalho da Silva, as duas centrais retomariam o diálogo, após o fracasso negocial para 1995, em 17 de novembro de 1994.¹²⁶

No rescaldo da desilusão, o Secretariado Nacional da UGT reuniu-se a 11 de novembro de 1994, reunião aberta à participação dos responsáveis da negociação coletiva ou de técnicos que as direções entendessem dever

participar. Nesta reunião foram divulgados dois documentos importantes: um sobre Negociação Coletiva para 1995, com informação sobre o passado e orientações para os negociadores, e um outro, «Salários e Competitividade – vamos a contas», que concluía da seguinte forma «Em 1995, os salários podem crescer em termos reais, na generalidade dos setores, sem que a competitividade das empresas seja posta em causa. Pelo contrário, um crescimento real do rendimento disponível das famílias e da procura interna, constitui condição para que o crescimento se revele suficientemente forte e capaz de reduzir o desemprego.»¹²⁷

As relações de Torres Couto com Guterres ficaram marcadas por acusações recíprocas, durante e após as negociações que fracassaram. O Secretário-geral da UGT ficou ofendido com as acusações de duplicidade, já o Secretário-geral do PS considerava que o acordo era mau para os trabalhadores, e que a UGT não agira bem.¹²⁸ Pondo, pela sua parte, fim à contenda, Torres Couto subscreve um artigo, «Concertação e Calúnias», em que esclarece a sua dupla condição, não incompatível, de membro do PS e dirigente da UGT:

«Em relação ao Partido Socialista, do qual sou militante desde 1974, sempre dispus da maior autonomia e independência, não conquistada por mim, mas garantida pelo PS. Então não foi um dos maiores combates do PS a luta contra a unicidade sindical e o controlo partidário do movimento sindical?

Nunca o facto de ser militante do PS me obrigou a qualquer tipo de duplicidade no exercício das minhas funções, sindicais e políticas; a luta contra as injustiças sociais, a pobreza, o desemprego, a exclusão social, são também património inalienável do PS. A defesa dos direitos dos trabalhadores, da liberdade e da democracia fazem parte do acervo do PS. (...)

É esta a grandeza democrática da UGT que muitos teimam em ignorar ou silenciar. É esta a UGT que, pela sua constituição plural, nunca ficará prisioneira da dependência político-partidária de qualquer dos seus dirigentes, nem que seja o seu secretário-geral, dirigente e deputado europeu do PS.»¹²⁹

Encarando a realidade noutra perspetiva, o desemprego sobe como nunca no final de 1994. Pior do que na década de oitenta, o desemprego sobe para 412 000 inscritos no IEFP, em novembro de 1994, um recorde absoluto. Desde agosto de 1991, o desemprego registado subira 45%. O minis-

tro Falcão e Cunha desvaloriza os números do IEFP, contrapondo-lhes os do INE, que apontavam para uma taxa de 6,8% de desemprego, o que corresponderia a cerca de 311.000 pessoas sem emprego. As centrais sindicais manifestaram grande preocupação. Carvalho da Silva entendia que os números pecavam por defeito, e acreditava que o desemprego se agravaria ainda mais, caso não houvesse alteração de política. Já a UGT, em comunicado, referia que os números eram tanto mais preocupantes «quanto é certo que, desde o início do ano, foram eliminados 212 246 desempregados dos ficheiros do IEFP.»¹³⁰

LIDERANÇA DA UGT: JOÃO PROENÇA SUBSTITUI TORRES COUTO

No final de janeiro, no Conselho Geral da Póvoa de Varzim, Torres Couto abandona a vida sindical e passa o testemunho a João Proença, que era o seu número dois desde 1992. Na primeira entrevista¹³¹ que dá, assume-se como candidato ao lugar de secretário-geral no congresso da Primavera de 1996, e não como mero líder de transição, e traça as primeiras linhas da sua atuação.

João Proença apresentara a sua demissão de membro do secretariado nacional do PS a Guterres no dia 30 de janeiro, por considerar que a Central exigia uma grande disponibilidade. Perante a proximidade de eleições legislativas afirma:

«Queremos fazer uma concertação estratégica para quatro anos com o Governo que sair das eleições, e que terá como ponto fundamental garantir um crescimento significativo dos salários reais que nos aproxime dos salários europeus. Queremos também inverter o aumento do desemprego, melhorar as condições de trabalho e a proteção social, e garantir aos reformados pensões e condições de vida dignas; e ainda debater o problema da informação e participação dos parceiros sociais na tomada de decisões. Antes das eleições iremos apresentar uma proposta aos partidos políticos. Em termos salariais, vamo-nos bater, este ano, por aumentos da ordem dos cinco por cento.»¹³²

Quanto às relações com a CGTP, espera que sejam «relações descomplexadas e normais entre duas centrais sindicais que são capazes de se mover

única e exclusivamente pela defesa dos interesses dos trabalhadores.» E acrescentava: «para mim, não está em causa, no curto prazo, a fusão das duas centrais. (...). Fundamental é a procura da unidade na ação.» Quanto ao que se passava no terreno, sublinhava que os sindicatos da CGTP dificilmente celebravam acordos, e que por vezes «apanhavam boleia» dos acordos celebrados pela UGT, obtendo os mesmos aumentos para os seus filiados.¹³³

A SITUAÇÃO SOCIAL CONTINUA A AGRAVAR-SE

Perante o agravamento dos números do desemprego, patente nos números dos desempregados inscritos no IEFP, mas também nas estatísticas oficiais do INE, a UGT toma posição, em moção,¹³⁴ aprovada a 24 de fevereiro de 1995, «A UGT não se conforma com o inadmissível crescimento do desemprego», em que sublinha o drama do desemprego e da precariedade, exige o retomar do funcionamento da concertação social e a elaboração de um Plano Nacional de Emprego. No meio deste difícil quadro, há duas razões de esperança: contabilizavam-se em mais de milhão e meio de trabalhadores abrangidos por negociações salariais findas, com acréscimos nominais médios de 5 e 5,5%. Por outro lado, a UGT e os seus sindicatos da construção civil haviam celebrado um Acordo Social para a Expo 98, que tinha como objetivos principais erradicar o trabalho clandestino e fazer cumprir os direitos dos trabalhadores e as regras de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho.¹³⁵

O desemprego atinge quase 430 000 desempregados inscritos nos centros de emprego em março de 1995. Em Setúbal, a taxa de desemprego chega aos 15%, «uma percentagem que não deverá ter paralelo noutra distrito industrializado e que é mais do dobro da média nacional.»¹³⁶ As novas fábricas não querem velhos desempregados: apesar das grandes contrapartidas do Governo, a Renault e a AutoEuropa nem sequer cumprem as previsões iniciais de criação de postos de trabalho, ficando muito longe das metas.

A Igreja manifesta preocupação com a situação social nos distritos de Évora e de Setúbal, referindo casos dramáticos de fome e de ausência de capacidade das famílias para pagar despesas básicas, com intervenção direta

e pessoal dos bispos das duas dioceses. As organizações católicas de solidariedade social não tinham mãos a medir, com a Cáritas Diocesana de Setúbal a atingir, no final do primeiro trimestre, o número total de atendimentos do ano anterior.

A avaliação do combate oficial contra o desemprego revelava enormes fragilidades. Os pacotes legislativos, designadamente o chamado ‘pacote das 40 medidas’ (1993), obtiveram resultados fracos e desajustados. As pessoas abrangidas ficaram sempre muito aquém dos objetivos, os valores disponibilizados foram subutilizados, as empresas não foram mobilizadas. Elisa Damião, dirigente da UGT e deputada do PS, defendia que metade das 40 medidas não tinham sido sequer regulamentadas, e que as empresas não estavam a receber apoios. Em março de 1995, o Governo lançava mais um pacote de medidas contra o desemprego, envolvendo 17 milhões de contos, com o objetivo de criar 50 000 postos de trabalho. Elisa Damião considerava que o Governo estava a repetir medidas, que não eram ajustadas às características sociais do desemprego, pois privilegiava o combate ao desemprego jovem, quando na altura havia uma situação mais grave entre os indivíduos com mais de 45 anos.¹³⁷

O Presidente do Conselho Económico e Social, Nascimento Rodrigues, previa mais desemprego. Considerava que a taxa de desemprego jovem em Portugal (15,7%) não era elevada face aos valores médios da União Europeia (21%), mas alertava para o facto do nosso país ainda não ter feito uma reestruturação económica: «Quando o fizer, o desemprego irá aumentar e só voltará a diminuir quando forem, depois, criados novos postos de trabalho.» Manifestava-se, contudo, muito mais preocupado com os trabalhadores a partir dos 40 anos. «A moda das pré-reformas é um erro, porque se perde o capital de experiência profissional e de vida desses trabalhadores, e a reconversão individual parece fácil na teoria, mas na prática é muito complicada. É preciso pensar antecipadamente como é que se faz uma reestruturação económica sem causar traumas. Infelizmente, ainda nenhum país descobriu a solução.»¹³⁸

A dureza dos números do país real, que testemunhavam a crise, terá gerado no Governo ‘tentações edulcorantes’ e manipulações estatísticas.¹³⁹

Entretanto a UGT é abalada pelo desaparecimento, em maio de 1995, do «mais talentoso sindicalista da atualidade.»¹⁴⁰ Agostinho Roseta nasceu na Covilhã em 1946. Foi técnico do Sindicato dos Lanifícios do distrito

de Lisboa, um dos organismos que esteve na base da emergência da Intersindical, em 1970, durante a Primavera marcelista. Fundador do MES – Movimento de Esquerda Socialista a seguir ao 25 de Abril, foi uma figura de proa da Intersindical durante os primeiros anos da Democracia. Contudo, as divergências com a CGTP foram surgindo, a par de uma «crescente incompatibilidade com a corrente sindical comunista e com a sua tentação hegemónica»¹⁴¹, o que o levou à rutura com aquela central, após o congresso de 1983.

Convidado por Torres Couto para trabalhar na UGT, como seu assessor, foi primeiro visto com desconfiança, dadas as suas origens sindicais. No entanto, a sua impressionante capacidade de trabalho e de negociação, testemunhadas por todos os que com ele conviveram, tornaram-no uma peça-chave na central. Foi um hábil negociador na Concertação Social, e uma das figuras mais importantes e representativas da UGT, a par de Torres Couto e João Proença, quer no plano interno – tendo chegado, no Congresso de 1992, à Comissão Executiva –, quer externo.

A Central homenageou Agostinho Roseta dando o seu nome à Escola Profissional, bem como à Associação criada para a gerir.¹⁴²

O FIM DO LONGO CONSULADO DE CAVACO SILVA. AS VÉSPERAS DA MUDANÇA

De um lado António Guterres, do outro Fernando Nogueira, por parte dos dois maiores partidos políticos, preparavam-se para a disputa eleitoral de outubro de 1995. Pondo em prática a estratégia que anunciara logo em janeiro, João Proença pretende negociar antes das eleições¹⁴³: a redução por via legislativa do horário semanal de trabalho para 40 horas, e a aceitação da redução gradual para as 35 horas, a adoção de uma política ativa de emprego (reclamando a criação de 200 000 postos de trabalho até ao final do século), um aumento sustentado e progressivo do poder de compra dos assalariados, com vista a diminuir o fosso que separava os trabalhadores portugueses da média da UE. Estas linhas gerais do que se pretendia fosse um pacto de legislatura foram apresentadas ao Conselho Geral da UGT no início de junho de 1995¹⁴⁴ e aprovadas, após contributos, na reunião do Secretariado Nacional de 3 de julho.¹⁴⁵ O documento deveria

ficar pronto até ao início de julho, para depois ser apresentado aos líderes do PSD e do PS.

A meta da redução do horário de trabalho, por via da negociação coletiva, para 40 horas, em 1995, fora fixada no Acordo Económico e Social de outubro de 1990, celebrado entre o Governo, a UGT, a CIP e a CCP. No entanto, esta situação estava longe de se verificar, pelo que se impunha conseguir esse desiderato por via legislativa.

A versão provisória da proposta para a celebração de um Acordo Económico e Social para o ano 2000, apresentada aos líderes dos partidos, foi largamente desenvolvida, em sete grandes áreas – Emprego, Educação e Formação, Rendimentos, Segurança Social, Condições de Trabalho e de Vida, Participação e Europa Social. Aprovada pela Comissão Permanente da UGT em 11 de setembro, contemplava propostas – nas áreas do emprego, educação e formação, ou condições de trabalho – para um horizonte de quatro anos, inaugurando uma nova era, em que se pretendia fazer concertação de médio prazo, coincidente com a legislatura. Exceção seria a política de rendimentos, em que se previa uma negociação anual.

Para a negociação coletiva para 1996, a UGT propunha aumentos de 6,5%, mas a fásquia poderia baixar até aos 5%, se houvesse mais investimento na criação de emprego. A redução do desemprego era fixada em metade para o ano 2000, o que implicava a criação de 250 000 novos postos de trabalho. O horário semanal de trabalho deveria ser fixado, por lei, em 40 horas, em janeiro de 1996, devendo descer até às 36 no ano 2000. O salário mínimo nacional deveria ser sempre superior em 1,5 % ao referencial proposto para a negociação coletiva. As pensões e reformas deveriam subir também 6,5%. No quadro da política fiscal, advogava-se uma reforma despenalizadora dos rendimentos do trabalho, com atualização dos escalões do IRS, e orientada contra a fuga e a fraude fiscal. A UGT defendia uma aposta na educação e na formação como bases para o desenvolvimento económico e social e a melhoria das condições de vida e de trabalho, com destaque para o combate ao trabalho clandestino e ao trabalho infantil. Contemplavam-se ainda nesta proposta de acordo para a legislatura áreas como o combate à pobreza, exclusão social, racismo e xenofobia, a promoção da igualdade de oportunidades para as mulheres e de uma política para a juventude, bem como a melhoria do ambiente e o desenvolvimento da participação dos sindicatos.¹⁴⁶

ELEIÇÕES GERAIS: VIRAGEM À ESQUERDA

Em 1 de outubro de 1995, realizaram-se eleições legislativas, que deram maioria relativa ao Partido Socialista (43,76%). O PSD recolhia 34,12% dos votos. Nesta sequência, António Guterres, a 28 de outubro, torna-se Primeiro-ministro, chefiando o XIII Governo constitucional, e pondo termo a dez anos de liderança de Cavaco Silva (1985-1995). Na Economia, Daniel Bessa, na Qualificação e Emprego, Maria João Rodrigues, na Solidariedade e Segurança Social, Eduardo Ferro Rodrigues, eram os ministros com relação mais direta com a vida sindical.

Depois de um longo período de tensão política e crispação social, correspondente aos anos finais da governação de Cavaco Silva, a eleição de Guterres prometia redenção e pacificação. Esperava-se que o diálogo social não fosse palavra vã. Médicos, professores, trabalhadores da TAP, da Renault, da Portugal Telecom esperavam impacientemente para ver o comportamento do novo Governo quanto à satisfação das suas exigências, transformadas em promessas eleitorais nos últimos meses, num período de curtas tréguas. A função pública em geral, e os seus sindicatos, causticada por anos consecutivos de perda de poder de compra, aguardava expectante:

«O comportamento do novo Estado patrão irá estar na mira do mundo sindical, depois de anos de duras negociações transformadas em braços-de-ferro que, invariavelmente, foram ganhos pelo Governo PSD. Enquanto ultimam as propostas a apresentar ao futuro executivo – o que será feito assim que for conhecido o novo interlocutor –, responsáveis pelas três estruturas sindicais da administração pública afirmam que, para tudo correr bem, bastará que sejam cumpridas as promessas eleitorais.»¹⁴⁷

Dias depois da posse do Governo, a 28 de outubro, João Proença critica duramente o discurso do novo Ministro das Finanças, Sousa Franco, na Madeira, num seminário para banqueiros estrangeiros, em que apresentou as suas previsões para 1996. Em causa estava o seu apelo à moderação salarial e a necessidade de manter a inflação em 3%, que o secretário-geral da UGT considerou política idêntica à da governação anterior, com prejuízo de trabalhadores e pensionistas. João Proença declarou na mesma

ocasião esperar que o novo Governo assumisse uma posição de «moderador e dinamizador do diálogo»¹⁴⁸ entre trabalhadores e empresários. Quanto aos critérios de convergência com a Europa, defendia que deveriam ser aplicados gradualmente, «acompanhando as políticas de emprego, de forma a que as condições de vida dos trabalhadores sejam tomadas em conta.»¹⁴⁹

Uma das grandes bandeiras do novo Governo foi a criação do Rendimento Mínimo Garantido¹⁵⁰ (RMG), mais tarde alterado para Rendimento Social de Inserção¹⁵¹ (RSI), uma prestação social não contributiva e um programa de inserção social. Pela primeira vez, em Portugal, instituía-se uma prestação para quem não tem um mínimo de meios de subsistência, integrada na política social, ultrapassando a tradição da assistência social discricionária. A atribuição da prestação pressupõe um acordo entre o Estado e o cidadão e a sua família, que visa dar resposta a uma série de necessidades que se encontram no domínio da ‘ativação social’ – saúde, educação, trabalho, etc.

A conceção e a instituição da nova prestação social implicavam não só o Estado central, como as autarquias locais, IPSS, outras instituições da sociedade civil. O sistema assentaria em comissões locais, de base concelhia, de participação plural. A primeira reunião oficial do novo ministério, liderado por Ferro Rodrigues, acolheu as «solidariedades capilares» da sociedade portuguesa: a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a União das Misericórdias e a União das Mutualidades.¹⁵²

A ACALMIA DURA POUCO

Sindicatos contra Governo: a função pública fica em brasa após a primeira ronda negocial no início de dezembro. A proposta de subida de apenas 0,5% face à proposta inicial de 3,5% deixa irritados os sindicatos. Frente Comum, FESAP, SQTE todos de acordo em que era inaceitável o aumento proposto. Bettencourt Picanço (SQTE) condena a proposta que se ficava por intenções gerais: «não há nada sobre a reestruturação das carreiras, não se aponta para a revogação pura e simples do diploma dos disponíveis, e pretende-se alargar os contratos a prazo (...)»¹⁵³. O alargamento da dura-

ção dos contratos a prazo para 30 meses é, para Carlos Mamede (Frente Comum), como «apagar fogo com gasolina», e acrescenta: «Entrámos na reunião animados por uma grande expectativa e saímos com uma enorme deceção.»¹⁵⁴ Nobre dos Santos (FESAP) assegura que as negociações vão endurecer, principalmente na parte salarial, «porque se a abertura ao diálogo por parte do Governo parece ser real, a verdade é que o importante é chegar aos objetivos.»¹⁵⁵

E patrões contra o Governo. A CIP ameaça abandonar a Concertação Social se o Governo fixar por via legislativa as 40 horas como duração máxima do trabalho. Nogueira Simões afirma que a CIP só aceitará discutir a redução do horário de trabalho a nível setorial ou por empresa e tendo sempre como contrapartida a «flexibilização das leis laborais (polivalência de funções, novas definições de turnos e do trabalho nocturno, fazer depender o número de dias de férias das baixas verificadas e desconto no vencimento das pausas para cafés ou lanches).»¹⁵⁶

Entretanto, a pressão internacional aperta no que respeita ao flagelo do trabalho infantil, logo nos primeiros dias do novo Governo. Na sequência de um relatório do Ministério da Justiça, coordenado por Eliana Gersão, do Centro de Estudos Judiciários, o Comité dos Direitos das Crianças da ONU, após um debate havido em Genebra a 9 e 10 de novembro de 1995, preparava-se para fazer recomendações ao Governo português sobre o combate ao trabalho infantil. O relatório fazia uma súmula da legislação portuguesa e apontava «numerosos casos de trabalho infantil clandestino, sobretudo no Norte do país, nas indústrias de vestuário e confeção, calçado, construção civil, mobiliários e têxtil»¹⁵⁷, situação particularmente difícil de controlar, considerando a pequena dimensão de muitas unidades produtivas e mesmo o recurso ao trabalho no domicílio. As áreas mais preocupantes para a ONU eram, precisamente, a Inspeção e a prevenção do trabalho infantil.

A QUESTÃO DAS 40 HORAS

Guterres iria respeitar esse compromisso eleitoral, apresentando-o na primeira reunião da Concertação Social, que teve lugar a 2 de dezembro de 1995, no Centro Cultural de Belém, em cerimónia formal: «A opção

pela realização de uma cerimónia formal para abrir a concertação simboliza a importância que o Governo socialista atribui à negociação. Uma importância que, aliás, já foi evidenciada pelas prévias rondas de audiências entre António Guterres, e posteriormente Maria João Rodrigues, e os parceiros sociais.»¹⁵⁸

Carvalho da Silva, quanto à posição da CIP, refere que só faltava os patrões portugueses quererem o direito à escravatura.¹⁵⁹ E acrescenta que não há nada a negociar quanto ao horário de trabalho, já que se tratava de um compromisso que vinha de 1990. Já João Proença aguardava a fixação das 40 horas por via legislativa, sendo um anterior compromisso da negociação coletiva, e uma promessa eleitoral do Partido Socialista.

Seria necessário esperar por julho do ano seguinte para que a lei fosse publicada¹⁶⁰, e mais tempo ainda para que a sua aplicação fosse generalizada, uma vez que trouxe bastante conflitualidade em alguns setores da economia, designadamente na indústria do calçado e do têxtil, no Norte do país.

AS NOVAS IDEIAS DA NOVA MINISTRA DE UM NOVO MINISTÉRIO

A nova ministra, Maria João Rodrigues, tem 40 anos, e uma longa e prestigiada carreira em matéria de trabalho e emprego. O próprio nome do ministério é novo, Ministério para a Qualificação e o Emprego, anunciando um tempo em que seria dada uma importância capital ao esforço de qualificação para a promoção do emprego. O esforço de qualificação deveria partir dos centros de formação e das escolas, mas também das empresas e dos indivíduos, sendo que «o futuro de Portugal e a posição que poderá adquirir no jogo internacional dependem muito fortemente do grau de qualificação da população.»¹⁶¹

A concertação social, para o novo Governo, constituía uma verdadeira prioridade, devendo desenvolver-se por patamares. Um primeiro, de curto prazo, assente em aspetos de política de rendimentos e preços e algumas condições de trabalho associadas. Mas seria necessário trazer os parceiros sociais à discussão e consenso sobre os desafios do país, articulando as políticas setoriais, a educação e a formação, a política de emprego – esta seria a concertação estratégica, uma forma de acelerar a mudança. Dese-

jável seria haver acordos sociais globais a par de acordos setoriais, carecidos de medidas específicas. A concertação seria, pois, mais do que um conjunto de episódios, um processo permanente de diálogo. Falar de uma nova forma de funcionamento da concertação significava um peso maior das confederações patronais e das centrais sindicais, em detrimento do Governo, que até então dominava o CES: «O CES tem de ser um espaço de expressão da sociedade civil e deve ser repensado para cumprir essa função.»¹⁶²

A previsão era que o processo de concertação estratégica se iniciasse em janeiro e terminasse em junho de 1996. O acordo de concertação social de curto prazo seria assinado em 24 de janeiro; o acordo de concertação estratégica apenas em 20 de dezembro de 1996, resvalando seis meses relativamente aos planos iniciais da ministra.

No que respeita às 40 horas, a ministra preferia a via do diálogo e da negociação em detrimento da imposição por via de lei, mas não excluía essa possibilidade, como veio a acontecer meses depois.

A luta contra o desemprego de longa duração era também um desafio maior. Evitar que os desempregados, pelo tempo de permanência no desemprego, se tornassem de longa duração, exigia detetar onde existiriam processos de reestruturação e construir planos sociais e programas de reconversão profissional. Era também necessário recentrar o serviço público de emprego, fazendo atendimento personalizado a estes públicos. Para os jovens era necessário agilizar os serviços de orientação profissional, nas escolas e centros de emprego, para poderem fazer escolhas informadas. Por outro lado, era necessário um trabalho de fundo sobre as necessidades de formação e os perfis profissionais, de modo a proporcionar formação profissional adequada.

Outra ideia nova era a do Mercado Social de Emprego (MSE). Era uma solução que pretendia explorar oportunidades de criação de emprego em áreas sociais por satisfazer, ao nível local e ao nível dos serviços de proximidade. Pressupunha uma articulação virtuosa entre autarquias locais, centros de emprego, IPSS's, para ocupação de públicos vulneráveis do ponto de vista laboral, mas capazes de exercer as funções propostas.

Quanto a recursos financeiros, a ministra acreditava que a canalização dos fundos europeus existentes permitiria enfrentar a situação. Seria necessária uma gestão mais eficiente, eficaz e virada para a solução dos proble-

mas, que eram muitos. Uma população pouco qualificada profissionalmente e pouco escolarizada exigiria soluções criativas de formação capazes de responder às duas dimensões.

A avaliação da recém-chegada ministra quanto à utilização dos fundos europeus era profundamente crítica. O Fundo Social Europeu teria sido utilizado, em muitos casos, mais para «comprar apoios políticos» e para «amortecer problemas do que para construir soluções» e não para «pôr de pé uma política consistente e integrada de formação de recursos humanos», que seria o seu objetivo primordial.¹⁶³ A ministra estimava em 30 milhões de contos o descontrolo financeiro nos fundos, desde 1986.¹⁶⁴ Para resolver a situação, o FSE iria sofrer uma revisão, de modo a que a aplicação dos recursos financeiros estivesse assente em quatro eixos: «a qualidade da formação profissional, a sua relevância estratégica, a co-responsabilização dos parceiros sociais envolvidos no processo e a coordenação entre os seus gestores.»¹⁶⁵

As afirmações de Maria João Rodrigues sobre as utilizações abusivas dos fundos comunitários levaram o PSD a pedir à Procuradoria Geral da República a abertura de um inquérito, anunciada por Luís Filipe Menezes¹⁶⁶. A Comissão Parlamentar de Trabalho iria ouvir a ministra sobre este assunto em 20 de dezembro seguinte, data em que a governante iria anunciar algumas linhas da planeada reforma da formação profissional.¹⁶⁷

POSIÇÃO DA UGT. UMA REFLEXÃO DE JOÃO PROENÇA

Para além da sua participação nos órgãos da UGT e nas reuniões da concertação social, o secretário-geral da UGT teve um importante papel na reflexão sobre o momento que se vivia em Portugal em matéria de emprego, trabalho e concertação social, no início de funções do Governo Guterres. Sob o título «Política de emprego e convergência nos países do Sul da Europa», João Proença publicou um artigo de fundo em que, iluminando as principais diferenças entre o Norte e o Sul da Europa, reflete sobre o caminho de concertação estratégica que se impõe fazer.¹⁶⁸

A sua reflexão assenta em quatro eixos. Percorre o problema da convergência nominal e real das economias europeias, defendendo a articulação das duas convergências, para um desenvolvimento económico e social

equilibrado. Defende a articulação das políticas ativas e passivas do mercado de trabalho, e o reforço do investimento público em ambas, identificando um vasto conjunto de medidas que considera essenciais, que deveriam merecer o consenso de todos os parceiros sociais. Analisa a questão da duração e organização do tempo de trabalho, considerando que as 35 horas semanais são um objetivo realizável apenas a médio prazo, e defendendo que a questão dos horários deve ser vista globalmente – o horário semanal, o anual, o trabalho suplementar, o acesso voluntário ao trabalho parcial, sem discriminações nos direitos sociais e reversível. Finalmente, quanto à flexibilidade, entende que, em Portugal, a flexibilidade real das relações de trabalho é muito mais elevada, no plano dos salários e do emprego, do que a flexibilidade formal implícita nas normas jurídicas. Defende, assim, que é no domínio da «flexibilidade positiva, e da sua articulação com o desenvolvimento, qualitativo e quantitativo, das políticas ativas de emprego e da satisfação de necessidades sociais reais, que é necessário encontrar soluções para criar mais empregos e evitar o aumento do desemprego estrutural (...)»¹⁶⁹

JANEIRO DE 1996: DO DESACORDO AO ACORDO

Com o país em plena disputa eleitoral para a Presidência da República, entre Cavaco Silva e Jorge Sampaio, que viria a ser eleito à primeira volta, a 14 de janeiro de 1996, o ano novo entra sob o signo do desacordo em matéria de concertação social. UGT e CGTP não aceitam o documento governamental, considerando «inaceitáveis» e «impensáveis» as propostas sobre polivalência de funções e horários de trabalho, acusando o Governo de promover a desregulamentação a troco das 40 horas a prazo, só no ano de 1998.¹⁷⁰

O mês de janeiro foi muito tenso, com todos os parceiros em desacordo e a CGTP e a CIP a radicalizarem posições, de tal modo que o próprio Ministro da Solidariedade e Segurança Social, Ferro Rodrigues, duvidava da possibilidade de consenso. Em causa estava a calendarização da redução do horário de trabalho e as medidas de flexibilização dos horários e polivalência de funções, que deveriam acompanhar aquela redução.¹⁷¹ As questões salariais acabaram por ficar relegadas para segundo plano, e na opinião

do ministro «se houvesse consenso quanto ao horário, não seria pela matéria salarial que não haveria acordo.»¹⁷²

Depois de dois adiamentos sucessivos, o Acordo acabou por ser assinado na residência oficial do Primeiro-ministro, no Palácio de S. Bento, no dia 24 de janeiro, mas mesmo em cima da hora esteve por um fio, havendo diferendos a sanar, entre as posições da CIP e da UGT. Por esta razão, Guterres teve de esperar mais de uma hora para subscrever o Acordo, por causa dos acertos de última hora. A CGTP não participou no Acordo, por considerar que era «gravoso» para os trabalhadores. Foi também esta a razão pela qual o PCP votou contra os dois votos de congratulação apresentados, pelo PS e PSD, pela celebração do acordo, a 25 de janeiro, no Parlamento. No entanto, Ferro Rodrigues garantiu que o Governo contava que a CGTP fosse um parceiro ativo na concertação estratégica, e salientou que considerava positivo que, no mesmo dia em que não assinou o acordo, os seus sindicatos tivessem dado o sim ao acordo da administração pública.¹⁷³

Algumas linhas fundamentais do acordo de concertação social de curto prazo¹⁷⁴: cenário económico – inflação média esperada 3,5%; política salarial – aumentos 4,5%, salário mínimo nacional 54 600\$ (geral) e 49 000\$ (serviço doméstico), generalização do direito ao subsídio de Natal; política de emprego – combate ao trabalho ilegal e infantil, fiscalização dos direitos sindicais nas empresas; redução e adaptação do horário de trabalho – redução para as 40 horas em 1997, faseada; segurança social – prolongamento do subsídio social de desemprego para os trabalhadores entre os 45 e os 54 anos, início em 1996 do período experimental do rendimento mínimo garantido; política fiscal – atualização diferenciada dos escalões do IRS não inferior à inflação esperada, implantação da rede informática das contribuições e impostos; outras matérias – participação dos parceiros na gestão do FSE, reunião mensal dos parceiros sociais que assinaram o acordo (comissão de acompanhamento).

A vitória que constituiu a assinatura deste acordo foi «ensombrada» pela «confusão total que reina na preparação da proposta do Orçamento de Estado para 1996»¹⁷⁵ e das Grandes Opções do Plano, com divisões dentro do próprio Governo, patenteadas por comunicados oficiais divergentes (do Ministério das Finanças e da Presidência do Conselho de Ministros).

Já quanto à concertação estratégica – de médio e longo prazo – a primeira reunião interministerial aconteceu a 7 de fevereiro, com as presenças dos ministérios das Finanças, Planeamento, Solidariedade, Economia e Agricultura, além do ministério e da ministra anfitriã, Maria João Rodrigues.¹⁷⁶

... E O DESACORDO NO ACORDO

Dias depois da assinatura do acordo, veio o desacordo. A CCP deu uma indicação aos seus associados para negociarem aumentos salariais com base numa percentagem inferior àquela que resultou do acordo, o que suscitou reações por parte do Governo, CIP, CAP e UGT, que consideraram haver desrespeito pelo resultado negocial.¹⁷⁷ Perante as críticas bastante contundentes, da parte de Governo e demais parceiros, a CCP defende que não está a desrespeitar o acordo: «Não recomendamos aos associados que rompam o acordo, mas que tenham em atenção as novas previsões» – como o Governo apresentara um cenário macroeconómico em que a inflação era de 3,25% e não de 3,5%, a CCP estava a sugerir um ajuste unilateral ao acordo, com aumentos de 4,25 e não de 4,5%, conforme o estipulado.¹⁷⁸

Na Administração Pública as negociações, iniciadas em fevereiro, incluíam 13 temas diferentes (dentre os quais avultavam a revisão do regime de carreiras, a lei da negociação coletiva e a precariedade do emprego) e iriam desdobrar-se em 39 mesas negociais. Na verdade, a Frente Comum (afeta à CGTP) não aceitou sentar-se com a FESAP e com o STE, pretendendo negociar separadamente com o Governo. Para Nobre dos Santos, coordenador da FESAP, esta exigência da Frente Comum era «uma forma de boicotar todo o processo, porque põe em causa o seu desenvolvimento e pode até inviabilizar o acordo, dado que vai ser difícil a obtenção de consensos e o cumprimento dos prazos estipulados para cada um dos temas», e culpava o Governo por ter acedido à exigência da Frente Comum.¹⁷⁹

Em março foi lançado o Programa de Ação Imediata para o Emprego. Para a UGT este Programa violava o Acordo celebrado em janeiro (por não ter havido auscultação dos parceiros sociais quanto ao novo sistema de incentivos financeiros para a contratação de desempregados de longa

duração e de jovens à procura do primeiro emprego), não continha medidas suficientes para poder ser considerado um verdadeiro pacote de emprego e os 40 milhões de contos de que dispunha não chegavam para criar os anunciados 80 000 postos de trabalho. O próprio conceito de pacote de medidas era posto em causa por João Proença: «O PSD apresentou vários pacotes de emprego que nunca cumpriu, o que deixou más memórias. Vamos ver se este Governo não se fica só pelas declarações de intenções, porque apesar das medidas apresentadas serem globalmente positivas, é difícil visualizar o que vai ser feito.»¹⁸⁰ Nestas críticas as duas centrais sindicais convergiam, com Manuel Lopes, porta-voz da CGTP, a tecer duras apreciações ao novo Programa.

Para a UGT segue-se uma breve pausa na atividade político-sindical. Todos se mobilizam para a organização do Congresso, que teria lugar em Lisboa a 19, 20 e 21 de abril de 1996.

PONTOS INTERNACIONAIS

– Junho de 1992 – Nascimento Rodrigues, ex-Ministro do Trabalho dirigiu, em junho, os trabalhos da Conferência Internacional do Trabalho, o que acontecia pela primeira vez desde 1919, data da fundação da Organização.

1992.9.7 – Comissão Permanente da UGT manifesta «acordo de princípio» quanto à entrada da CGTP na CES.

1992.9.24 – Aprovada por unanimidade pelo Secretariado Nacional moção «A Europa social não pode esperar».

1992.11.13 – Seminário «Crise dos Partidos ou Crise da Democracia» organizado pela Fundação Friedrich Ebert e pela Fundação José Fontana.

1992.12.9 – Discurso de João Proença na Assembleia da República sobre Tratado de Maastricht.

1993.2.5 – Jornada de Luta Europeia.

1993.3.17 – CP da UGT nomeia Wanda Guimarães e Victor Hugo Sequeira como conselheiros técnicos da UGT à 80.ª Sessão da Conferência da OIT.

1993.4.3 – Manifestação convocada pela CES. UGT e sindicatos filiados aderem.

1993.5.28 – Por unanimidade e aclamação o CG da UGT aprova moção pela liberdade de Xanana Gusmão, por iniciativa dos representantes do SINDEL no CG da UGT.

1994.1.27 – CP da UGT apoia adesão da CGTP à CES mas apenas no quadro da seguinte reunião da Confederação Europeia de Sindicatos, em 1995.

1995.5.6 – UGT saúda ONU pelo acordo que consagra o direito à autodeterminação do povo timorense.

1995.12.4 – CP da UGT, tal como todo o movimento sindical europeu, defende inclusão do trabalho na revisão do Tratado da UE.

1996.3.27 a 30 – João Proença, em representação da CES, discursa no «Fórum Europeu sobre a Política Social», com foco na questão do emprego.

1996.4.19 – UGT declara pretender «reforçar a sua presença na CISL».

PONTOS INTERNOS

1992.6.6 – Secretariado Nacional da UGT nomeia João Proença, Barbosa de Oliveira, Elisa Damião, José Barbosa Mota, José Simões, José Manuel Veludo, Araújo dos Santos, Manuela Teixeira e Victor Hugo Sequeira como vice-secretários-gerais. A Comissão Permanente fica composta por Agostinho Roseta, Henrique Coelho, João Amorofo, José Meirinho de Jesus, Pina Correia, Oliveira e Costa e Viriato Augusto.

1993.5.28 – Francisco Osório Gomes substitui José Barbosa Mota no cargo de vice-secretário-geral. Júlio Fernandes substitui Pina Correia na Comissão Permanente.

1995.7.3 – Comissão Permanente vota entrada da FNE na UGT.

VII CONGRESSO DA UGT

O VII Congresso da UGT realizou-se na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, durante os dias 19, 20 e 21 de abril de 1996, sob o lema «Emprego – Solidariedade». Esperava-se um congresso «pacífico» – até pelo facto de a sua preparação ter sido «mais cuidada».¹ Para isso, todos os documentos a serem debatidos foram entregues a todos os sindicatos afetos à central e João Proença fez questão de reunir com as diferentes estruturas sindicais acrescentando os contributos que pretendiam ver discutidos durante o congresso.²

Torres Couto, que se havia demitido após a abertura do processo relativo ao FSE, era esperado como delegado pelo Sindicato dos Seguros do Sul e Regiões Autónomas e não pela tendência sindical socialista. Eram igualmente esperadas 60 delegações estrangeiras.³

Ao evento, Jorge Sampaio, Presidente da República, enviou uma mensagem na qual afirmava «aguardar com interesse as decisões tomadas, certo de que elas serão orientadas pela preocupação de reforçar a solidariedade social e a coesão nacional».⁴

Na abertura do congresso – que contou com cerca de 700 delegados⁵ –, já se sabia que Torres Couto, «um dos maiores animais políticos da nossa praça»⁶, não se recandidataria ao cargo de secretário-geral. João Proença foi o substituto que herdou o caso do FSE – e uma central sindical «falida»⁷ – e que teria de dirigir uma UGT que não recebia verbas da UE desde a acusação da Procuradoria Geral da República relativa às «alegadas irregularidades». A acrescentar a isso, a central acumulava «dívidas a alunos» e a «empresas», o que, no total, significava «quase um milhão de contos».⁸

A direção cessante encontrava-se também ela em crise. A deputada socialista e dirigente sindical Elisa Damião explicou que «houve [...] uma má

estratégia» da qual «a política de avestruz e as provocações ao procurador» foram o melhor exemplo. Mas, para a socialista, a UGT devia igualmente «ter confrontado suficientemente o Governo anterior [PSD] pela gestão ambígua do FSE». Em sua opinião, «as responsabilidades do Governo PSD não estão suficientemente evidenciadas no processo».⁹ Sobre o secretário-geral demissionário Elisa Damião lembrou que aquele foi «um líder político criativo, fascinante e polémico», com quem gostou «imenso de trabalhar». Já João Proença era considerado como a «antítese disso», sendo rigoroso, «nem sempre popular», mas portador de «uma postura moderada».¹⁰

Seria o próprio João Proença a dirigir a abertura do Congresso, agradecendo a Torres Couto todo o seu empenho político e sindical, em particular na liderança da luta contra a unicidade sindical. Logo depois, no quadro do relatório do Secretariado Nacional, o secretário-geral interino salientou uma conjuntura «marcada por acentuadas dificuldades para os trabalhadores portugueses». Os quatro anos anteriores tinham sido «anos de crise, com acentuado crescimento do desemprego e da insegurança no emprego, aumento das desigualdades e agravamento da pobreza e da exclusão social».¹¹

Mas a crise afetava também uma UGT em «rotura financeira em cadeia», nas palavras de João Proença. Por isso o futuro não se adivinhava risonho visto estarem em falta 600 mil contos em letras, 150 mil contos de facturas relativas a fornecedores e 125 mil contos de dívidas a alunos. «A situação», disse, «é insustentável». No que diria ainda respeito ao caso do FSE, Proença salientou que a central «cometeu erros, mas temos plena consciência de não ter cometido irregularidades».¹²

Perante um congresso repleto de gravatas e trabalhadores de colarinhos brancos,¹³ Proença visou igualmente os parceiros sociais denunciando o alegado «radicalismo» da CGTP após o Acordo de Concertação de Curto Prazo.¹⁴ Ainda no relatório do Secretariado Nacional, Proença acusou a CGTP de «imobilismo» ao não discutir «soluções», pondo «em risco a capacidade de adaptação das empresas e, consequentemente, o emprego». Apesar das críticas à Central Sindical dominada pelo PCP, João Proença mostrava-se favorável à unidade na ação com a CGTP.¹⁵

Assim, à UGT acrescia uma «maior responsabilidade» perante a Concertação Social.¹⁶ Algumas críticas seriam também dirigidas à CIP e à CCP ao procurarem alegadamente «bloquear ações de divulgação do Acordo de

Concertação». Por isso, a central sindical não aceitava a retoma das negociações e denunciava «algumas tentativas patronais de conduzir a interpretações erróneas do Acordo». ¹⁷ À CIP apontavam-se as críticas para com «o comportamento sistemático [...] de oposição à celebração de acordos a nível europeu». ¹⁸

À margem do Congresso, em conversa com o jornal *Público*, Torres Couto, fundador da UGT, ex-secretário-geral e então eurodeputado pelo PS, lembrou o seu papel na fundação da UGT, em particular quando a sua criação já não interessara mais a Mário Soares e ao PS depois destes saírem do Governo. Ou seja, segundo Torres Couto, «já não estando no poder, o PS já não era castigado pela CGTP»: já não era necessária uma central sindical não controlada pelo PCP. Mário Soares deixara, assim, de apoiar a criação da UGT. Parte da então futura direção da UGT sentiu mesmo que o PS, como afirma o *Público*, «lhes estava a tirar o tapete». Torres Couto lembrou, assim, o «grupo enorme de pessoas» do PS «que não acreditava no projeto da UGT». Por isso não aceitava que o PS e Mário Soares fossem considerados os «pais» da UGT. Na verdade, disse, «eles não deixaram foi os ‘miúdos’ avançar sozinhos». Ainda assim, Torres Couto lembrou Salgado Zenha e o seu famoso discurso contra a unicidade sindical. Também como nota de agradecimento, lembrou o papel de Frank Carlucci, ex-embaixador dos Estados Unidos, o da central sindical AFL-CIO igualmente norte-americana, assim como os sindicatos alemães e escandinavos. ¹⁹

Sobre o novo secretário-geral, Torres Couto lembrou ao *Público* que «João Proença foi sempre» o seu «número dois, pelo que ele pode ser associado a tudo de bom e mau» que o próprio Torres Couto fez na central. Recordando alguns ‘louros’, afirmou igualmente que tinha sido o próprio «a fazer uma greve geral com a CGTP e a viabilizar a entrada da CGTP na Confederação Europeia de Sindicatos». ²⁰ Por fim, falando como eurodeputado, e depois de culpar os políticos europeus pelo «egoísmo», pelas «mentiras» e pela política liberal, Torres Couto foi perentório: «Com vinte milhões de desempregados, os sindicatos não têm nada a ceder». ²¹

Ainda no primeiro dia do congresso, o relatório do SN foi aprovado com trinta e dois votos contra e quatro abstenções. ²²

O segundo dia de trabalhos ficou marcado pelo abandono da Corrente Sindical Unitária – com cerca de 30 delegados ²³ – depois de protestar «contra a rejeição de duas propostas contra o acordo de concertação social

de curto prazo e o processo de privatizações». De acordo com a comunicação social, tudo começou quando Manuel Andrade, militante do CDS e membro da mesa do congresso, durante a manhã, «advertiu» por incoerência aquele setor. No entanto, a rutura propriamente dita deu-se à tarde depois de Sebastião Fagundes, vice-presidente do SBSI, acusar os dirigentes da UGT de «alta traição» ao assinarem o Acordo de Concertação. Para o sindicalista, a central sindical compactuou naquele que considerava ser «o ataque mais radical aos direitos dos trabalhadores» após o 25 de Abril. O bancário criticou ainda a direção da UGT, por censurar «quem está contra a proposta de lei do Governo sobre a polivalência e flexibilidade». Mas Fagundes não se ficou pela crítica à sua direção. A crítica foi também dirigida ao Governo socialista que alegadamente tinha, «em matéria de trabalho, o mesmo comportamento dos governos de direita do professor Cavaco Silva». ²⁴

Vítor Hugo Sequeira visou também o Executivo de Guterres. De acordo com o socialista, «é bom que o Governo leve a sério» as intenções da central em promover «as negociações de um acordo de concertação estratégica» até «para finalmente [o] Governo começar a governar». ²⁵

A CGTP e a própria tendência pró-comunista da central seriam igualmente atingidas, ainda que implicitamente. Para Vítor Hugo Sequeira, «hoje temos o pragmatismo da reivindicação duma proposta de concertação estratégica. Não queremos ter razão sobre os escombros da demolição de empresas falidas, não queremos uma legião nacional de desempregados». ²⁶ Segundo o próprio, «é isto que distingue a UGT», ou seja, «a sua recusa face ao imobilismo [da CGTP], a sua repugnância quanto à instrumentalização político-partidária [PCP] dos trabalhadores [...]». ²⁷ Sequeira haveria ainda de acusar as próprias estruturas patronais. De acordo com este, «a UGT [...] não está mais disposta a relacionar-se cordialmente com as direções da CIP, da CCP ou da CAP» depois de, por um lado, «assistir às tropelias [...] que os filiados destas desencadeiam dentro das empresas contra os seus trabalhadores» e, por outro, ver os «dirigentes sindicais [...] desconsiderados ou ignorados quando no terreno têm que concretizar os acordos em sede de concertação social» – ao mesmo tempo que são «perseguidos e ameaçados ou despedidos». ²⁸

Ainda no segundo dia foi aprovada a resolução programática na qual é referida a pouca qualificação profissional dos trabalhadores em Portugal.

Para a UGT, «os sistemas de formação inicial e contínua não respondem às necessidades». Ainda assim, as «habilitações» do patronato «são em média muito inferiores às dos trabalhadores». ²⁹

O congresso aprovou a substituição de dirigentes caso faltassem três vezes a reuniões sem justificação e a criação estatutária das comissões UGT de empresas (com a abstenção da Corrente Sindical Unitária) e das comissões consultivas de apoio ao secretário-geral e ao Secretariado Nacional no que diz respeito a áreas como as das Relações Internacionais ou da Educação. ³⁰

No último dia de trabalhos, a CGTP voltaria a ser referida, desta vez por Araújo dos Santos, «na sua primeira intervenção como presidente da UGT». Para o social-democrata, aquela Central Sindical deveria colocar-se «finalmente» num caminho «comum» com a UGT, «sem interferências, em todas as etapas da concertação social». Nesse sentido, o novo presidente apelou à direção da CGTP para que «assuma o processo de negociações em sede de concertação». Na parte final da sua intervenção, Araújo dos Santos acabou por deixar um alerta a alguns setores no seio da Central afirmando que «está mais forte e determinada no combate a quem se coloque fora da boa-fé negociada». Se por um lado a afirmação pode ser considerada como um aviso aos setores mais à esquerda, como a alguns delegados afetos ao SBSI, por outro, o «tom [...]» pode prenunciar a vontade dos sociais-democratas de assumirem um maior protagonismo na vida da UGT. ³¹

No último discurso do já Secretário-geral eleito João Proença foram fortes as críticas ao Governo. Nesse sentido, com a intenção de ver o desemprego diminuir para metade até ao ano 2000, exigiu ao executivo de António Guterres «medidas que mobilizem a sociedade para o combate ao desemprego». Proença exigia medidas gerais «para que os trabalhadores e empresários saibam com o que [podem] contar» e não medidas de caráter pontual tomadas *ad hoc*. As críticas ao Governo centraram-se nos «sucessivos atrasos na apresentação do documento para a concertação social de médio e longo prazo». ³² Proença aproveitou ainda para incitar o Governo a reformar o sistema da Segurança Social. No entanto, esta reforma só deveria ser concretizada tendo o apoio «dos parceiros sociais, que são quem financia o sistema». ³³

Por fim, o secretário-geral defendeu que a UGT deveria também ter mais influência na sociedade portuguesa. ³⁴

Também Elisa Damião, em jeito de despedida, aproveitou para dar o seu apoio público ao novo secretário-geral eleito e, no quadro da resposta aos novos desafios do sindicalismo, promover o rejuvenescimento dos quadros na UGT. A deputada socialista aproveitou a oportunidade para se dirigir aos delegados que ainda não tinham deixado de lado aquilo a que chamou «sindicalismo de folha de salário» por um «sindicalismo da cidadania», ajudando assim o movimento sindical português a sair da crise que considera ser, «fundamentalmente, de valores».³⁵

Por fim, Pereira Lopes, que deixava o cargo de presidente da central, salientou o «cansaço» relativo aos mais de dez anos de liderança, o que não o impediu de salientar o seu contínuo e pleno apoio à central. O então ex-dirigente «apelou ao [...] fortalecimento do movimento sindical» com o objetivo de completar «a sua intervenção» na realidade social nacional.³⁶

Note-se que, após este congresso, ao Secretariado Nacional – que passou de 50 para 55 membros³⁷ – era reservada a escolha dos cinco novos vice-secretários-gerais. Apesar da escolha só acontecer durante a primeira reunião do SN, de acordo com a imprensa, era de presumir que os nomes fossem Barbosa de Oliveira, José Simões e Vítor Hugo Sequeira, do PS, e Manuela Teixeira e José Veludo, do PSD.

A nova Comissão Permanente, também escolhida após o congresso, deveria incluir, entre outros, Oliveira e Costa, Júlio Fernandes e Henrique Coelho, «para além de João Proença e dos cinco vice-secretários-gerais já referidos».³⁸

Neste congresso, a UGT acabou com o órgão Secretariado Executivo. A Comissão Permanente, que passou de cinquenta para cinquenta e cinco membros, tornou-se Comissão Executiva.

Saliente-se, por fim, que, de acordo com João Proença, apesar de as dívidas relativas aos pagamentos da formação profissional comportarem «uma situação de rutura em cadeia»,³⁹ e de a UGT se encontrar «falida»⁴⁰, a situação financeira da central era «equilibrada na sua atividade direta».⁴¹

Anote-se que a UGT saída deste congresso seria «bem diferente» daquela que saiu do anterior, nomeadamente com a criação das comissões UGT de empresa e das comissões de acompanhamento.⁴²

1996–2000: SOB O SIGNO DA CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICA

Este capítulo começa no termo do VII Congresso da UGT, que teve lugar em abril de 1996 e termina em maio de 2000, com a realização do VIII Congresso.

Em Portugal, este período corresponde ao XIII Governo constitucional, liderado por António Guterres, que tinha sido eleito em outubro de 1995. Nas eleições de outubro de 1999 o Partido Socialista renova a maioria relativa – fica a um deputado de conquistar a maioria absoluta, uma vez que obtém tantos mandatos como a oposição toda em conjunto. Guterres continuará Primeiro-ministro, agora do XIV Governo constitucional.

Maria João Rodrigues ocupa a pasta da Qualificação e do Emprego, Ferro Rodrigues a da Solidariedade e Segurança Social, desde o início da legislatura até 25 de novembro de 1997, momento em que o Ministério passa a agregar as duas áreas e a designar-se do Trabalho e da Solidariedade, sob a direção de Ferro Rodrigues. Com a entrada do novo Governo, em outubro de 1999, a pasta ministerial e o seu responsável mantêm-se. Paulo Pedroso, Secretário de Estado do Emprego e Formação (1997-1999) passa a Secretário de Estado do Trabalho e Formação (1999-2001), assumindo-se como uma figura central nas políticas de emprego.

O Governo socialista retomou a dinâmica da concertação, em janeiro de 1996, com o Acordo de Concertação Social de Curto Prazo, dinâmica que fora deixada de lado nos últimos anos da governação de Cavaco Silva. Seguir-se-ia o Acordo de Concertação Estratégica, celebrado em dezembro de 1996 e cujo alcance temporal ia até 1999.

Muitos dos compromissos decorrentes deste Acordo, de largo alcance, ficaram por cumprir. Outros concretizaram-se, como alterações várias à legislação laboral, porém com atrasos significativos face ao previsto inicialmente.

Em Portugal, foram tempos de crescimento económico, mas também de crescimento do desemprego e do emprego precário. Tempos de tensão social, de ajustes dolorosos à globalização, de convergência com a Europa para entrarmos no pelotão da frente do euro. Mas nos salários e condições de vida dos trabalhadores a convergência com a média dos outros países era uma miragem longe da realidade.

A Ponte Vasco da Gama, a Expo 1998 e o Nobel de José Saramago encheram-nos de orgulho, a par desse final feliz para a aventura além do rectângulo, a independência de Timor-Leste.

«QUE CENTRAL SOMOS NÓS?»

Esta a pergunta feita pelo novo Secretário-geral, a 21 de abril de 1996, no encerramento do Congresso. João Proença, que substituíra Torres Couto em janeiro de 1995, foi eleito pela primeira vez como Secretário-geral da UGT, vendo a sua legitimidade reforçada por um resultado obtido por clara maioria.

No discurso final João Proença faz a pergunta e responde: «como a central é a mais representativa nos serviços e nos quadros, e estes empregam 55% da população ativa, se calhar estamos a assumir que somos a central mais representativa.»¹ A verdade é que, apesar do desejo de João Proença, as estimativas existentes apontavam para uma distância grande, com a CGTP a representar bastante mais do dobro dos trabalhadores sindicalizados², que estariam organizados em 148 sindicatos, enquanto a UGT tinha 61 sindicatos. João Proença queria aumentar o número dos sindicalizados e diminuir o dos sindicatos. Esta era, aliás, uma das prioridades da Resolução de Organização, *Renovar, Trabalhar, Fortalecer a UGT*, aprovada pelo Congresso. A intenção era concentrar esforços, evitando a proliferação de pequenos sindicatos e a competição entre eles e estimular a fusão. Para conseguir mais 85 000 filiados, o objetivo para o quadriénio, o projeto passava pela criação de Comitês UGT de empresa, que deveriam funcionar como «alavanca da campanha de sindicalização.»³

Segundo o próprio João Proença, era a UGT a refletir sobre a estrutura sindical, que já não corresponderia aos desafios atuais. Pretendia-se uma revolução no interior da Central e uma resposta eficaz aos problemas

dos trabalhadores, designadamente ao desemprego, que continuava a subir.

Em 1996, a CGTP comemorou o Dia do Trabalhador na Cidade Universitária e a UGT na Torre de Belém. Neste ano, o *Expresso* convidou um jovem da UGT a participar na festa da CGTP e vice-versa: Jorge Napoleão, de 28 anos, dirigente do SITESE – Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços, e Célia Portela, de 24 anos, dirigente do CESL – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços do distrito de Lisboa.

Célia Portela não aceitou: «Nós temos o nosso 1.º de Maio e os nossos jovens não estão ganhos para acompanharem e comentarem o da UGT» e acrescentava «Como é que podemos estar juntos num dia festivo como o 1.º de Maio e trocar ideias se, para falar muito claramente, a UGT está a atrair os trabalhadores? Isto inviabiliza o diálogo».⁴

Jorge Napoleão trocou a festa de Belém pela da Alameda da Cidade Universitária. E não gostou. Segundo declarou, tudo nas comemorações lhe fazia lembrar a atitude de confronto da CGTP, que pretendia criar instabilidade.

O *Expresso* sublinhava que o conflito não era de gerações e que «as feridas do mundo sindical português não só estão longe de sarar, como foram avivadas pelo Acordo de Concertação Social»⁵, que introduzia a flexibilidade e a polivalência.

O ARRANQUE FORMAL DO PROCESSO DE CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICA

Depois do Acordo de Curto Prazo, celebrado em janeiro, era necessário dar um impulso forte à concertação, para se alcançar um Acordo de maior abrangência e duração. Já se partia com atraso e a apenas um mês da data prevista para a sua conclusão, embora os trabalhos preparatórios, como a elaboração do documento do Governo «Concertação Estratégica para modernizar Portugal – linhas de força para o Emprego, a Competitividade e o Desenvolvimento», que apresentava os pontos fortes e fracos do país, e que ficou concluído em maio, justificasse, de alguma maneira, este resvalar das metas inicialmente consideradas. Para este impulso, António Guterres, e os seis ministros que participavam nas matérias da Concerta-

ção, estiveram em bloco na sessão formal do Conselho Económico e Social para marcar este arranque, a 6 de maio de 1996.⁶

Nesta reunião, o Primeiro-ministro pôs em discussão a possibilidade de se substituir o grande acordo de médio prazo por vários pequenos acordos parcelares, de geometria variável. Sabendo que «é impossível conseguir que todos os parceiros estejam de acordo sobre tudo resolveu abrir a porta aos consensos possíveis.»⁷ A Ministra que coordenava o processo de concertação, Maria João Rodrigues, esclarecia que poderia optar-se por um só acordo económico e social mais geral ou «por um programa-quadro que consagre objetivos estratégicos e grandes linhas de atuação no longo prazo, seguido de acordos por temas.»⁸ Os parceiros sociais comprometeram-se a enviar, até dia 16 de maio, contrapropostas que traduzissem o tipo de acordo que consideravam mais adequado, bem como os temas prioritários para cada parceiro, a metodologia e o calendário dos trabalhos. Em nova reunião, a realizar a 22 de maio, o Governo apresentaria a síntese destas propostas.

A UGT, ainda durante a reunião inicial, rejeitou esta ideia, dizendo que se assinaria tudo ou nada. João Proença considerou mesmo «um absurdo entender a concertação estratégica como um somatório de pequenos acordos.»⁹ Este assunto foi detalhadamente analisado em Comissão Executiva¹⁰ da Central, que considerou o documento muito teórico e necessitando de uma quantificação e qualificação de medidas, embora reconhecesse a sua existência como um fator positivo. Na posição, aprovada por unanimidade, a comissão rejeitava a possibilidade de acordos parcelares, não excluindo, porém, a negociação de acordos complementares em aspectos setoriais ou complementares; concordava com a constituição de grupos de trabalho temáticos e aceitava o *timing* avançado pelo Governo para o final das negociações em setembro, a tempo de o Orçamento de Estado refletir o Acordo. Esta posição foi transmitida à CPCS por ofício, subscrito pelo Secretário-geral.¹¹

Já a CGTP manteve-se em silêncio na reunião, como forma de protesto pela cedência do Governo ao patronato no Acordo de curto prazo, em matérias como a flexibilidade e polivalência, como referia José Ernesto Cartaxo, que remetia para o Congresso da Central, a realizar no final de maio, a decisão sobre a participação nas negociações de concertação. Dias depois, a 8 de maio, em debate organizado pela CGTP, Jorge Leite, João

Correia, Garcia Pereira e José João Abrantes convergiram nas críticas ao Acordo de curto prazo, considerando que a sua concretização desequilibraria as relações de trabalho a favor do empregador, uma posição que as confederações patronais expressamente rejeitaram.

A par do esforço negocial, o Governo avançou com iniciativas legislativas na área do trabalho, sem consultar os parceiros sociais. Um projeto de diploma contra a utilização abusiva dos recibos verdes publicado no *Boletim do Trabalho e do Emprego*, a aprovação em Conselho de Ministros de diplomas de combate ao trabalho temporário por empresas ilegais e de um outro relativo à cessação e justificação dos contratos a prazos, provocaram uma reação formal da CIP e da CCP, que escreveram à ministra Maria João Rodrigues.¹²

Nogueira Simões, vice-presidente da CIP, avança mesmo: «Ou negociamos tudo ou não negociamos nada. A política do facto consumado é péssima e não admitimos mais imposições. Por isso, vamos pedir ao Primeiro-ministro que fiquem bem expressas, num protocolo, todas as regras de funcionamento das negociações na concertação social.»¹³

A ministra, e também o secretário de Estado do Trabalho, Monteiro Fernandes, explicaram às confederações que os diplomas se destinavam apenas a clarificar a lei e que todas as alterações de fundo iriam ser discutidas na concertação social. Mas CIP e CCP não aceitaram as explicações e continuaram a afirmar «que se está perante matérias estruturantes da legislação laboral.»¹⁴

Além das entidades patronais, também os inspetores do trabalho fizeram sentir o seu desagrado, queixando-se de não terem sido ouvidos sobre a nova legislação, relativa à flexibilidade e polivalência, recibos verdes, contratos a prazo e cessação do contrato de trabalho. A APIT – Associação Portuguesa dos Inspectores de Trabalho considerava positivas as mudanças na lei laboral, mas entendia que as leis «deviam prever mecanismos de fiscalização, para os quais os inspetores podiam ter dado um contributo relevante se o assunto tivesse sido antecedido de um período de esclarecimento dos parceiros sociais, com vista à efetivação das normas.»¹⁵

Quanto à Função Pública, a celebrada vitória do Acordo de janeiro de 1996 deu lugar ao desencanto e ao protesto menos de seis meses depois. A Frente Comum de Sindicatos (ligada à CGTP) ameaçou denunciar o

acordo e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado manifestou-se insatisfeito. Apenas a Frente Sindical da Administração Pública (FESAP-UGT) entendia que o acordo estava «no bom caminho, e que o importante é negociar com o Governo»¹⁶, embora avançasse de forma muito lenta.

O facto de existirem 39 mesas negociais, uma por cada entidade sindical, a multiplicar pelas 13 medidas, era desde logo uma dificuldade agravada para a celeridade e operacionalidade negocial.

Anote-se, por esta altura, a realização de mais um Congresso da CGTP.¹⁷ Pela primeira vez, desde 1977, as direções partidárias, com exceção do PP, foram convidadas a estarem presentes no congresso, o que foi lido como uma afirmação da independência do movimento sindical face aos partidos políticos.

Muito embora mantendo o equilíbrio existente entre comunistas, socialistas, católicos e independentes, o número de membros do Comité Central do PCP aumentou na nova Comissão Executiva, com a entrada de Arménio Carlos, coordenador da União de Sindicatos de Lisboa. A Comissão Executiva passaria a ter 23 elementos, dos quais 15 comunistas (oito pertencentes ao Comité Central do PCP) e oito não comunistas.¹⁸

A CRIAÇÃO DE UMA SEGURADORA DA ECONOMIA SOCIAL

Ainda em junho de 1996, foi apresentada a Euresap, uma seguradora sem fins lucrativos, da iniciativa da CGTP e da UGT, mas integrando outras organizações sindicais, cooperativas e autarquias, designadamente a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Mútua dos Pescadores, a Federação Nacional de Crédito Agrícola Mútuo e a Federação Nacional das Cooperativas de Consumo.¹⁹ Além dos parceiros nacionais, a empresa era participada por seguradoras que representavam o movimento da economia social no plano europeu.

Alfredo Bruto da Costa assumiu a direção da Euresap, reclamando para a nova instituição os valores da economia social: a solidariedade, transparência e qualidade a preços justos, sem que o lucro fosse a sua primeira finalidade.

A UGT detinha uma quota de 5%, que foi realizada através de um empréstimo, que deveria ser amortizado, sob pena de a quota reverter a

favor do credor. A amortização deveria ser efectuada recorrendo à participação dos sindicatos.²⁰

Em abril de 2002, a Fundação Oriente criou uma seguradora vocacionada para a economia social, a Sagres Seguros. Esta nova empresa resultou da compra pela Fundação de 51% do capital social da Euresap Portugal em dezembro de 2001. A UGT e a CGTP, bem como outras organizações ligadas à área social e sindical, continuaram a fazer parte do projeto.²¹ Mais tarde, a Sagres foi adquirida pela Macif Portugal (2009), que comprou grande parte da participação da Fundação Oriente. A UGT continua a deter uma pequena participação nesta seguradora, tal como outras entidades ligadas à economia social.

A PUBLICAÇÃO DA LEI DAS 40 HORAS

A introdução, no Acordo de curto prazo, celebrado em janeiro, dos critérios da flexibilidade e polivalência, a par da redução do horário de trabalho para as 40 horas, foi um tema recorrente nas discussões político-sindicais no ano de 1996. O Parlamento discutiu e aprovou o diploma em maio²²; a lei²³ seria publicada em julho, suscitando a mais viva controvérsia e muitas dificuldades de aplicação, sobretudo a partir da sua entrada em vigor a 1 de dezembro, pela tensão no terreno que suscitou e também a respeito do conceito de pequenas pausas e da sua contabilização, ou não, para o cumprimento do horário de trabalho. Seria necessário esperar quase um ano para a situação se pacificar, com a aceitação das pausas de curta duração como integrantes do horário de trabalho efetivo, como se verá mais adiante.

A CAMINHO DA MOEDA ÚNICA

Depois do impacto da adesão às então Comunidades Europeias, em 1986, caminhava-se para um novo e porventura mais violento impacto: a moeda única. Cumprir os critérios de convergência com a Europa, controlar o deficit público, desenvolver o país, diminuir as diferenças sociais e económicas face aos países mais avançados, eram objetivos a cumprir, numa equação difícil de resolver. Na proposta do Governo para 1997, os aumen-

tos para a Função Pública ficavam por 2,25 a 2,5%, apenas para compensar a inflação, mantendo o poder de compra. As linhas do Orçamento de Estado que se foram conhecendo apontavam para a contenção dos gastos na Administração Central e um ligeiro reforço do investimento.²⁴

João Proença, referindo-se ao Orçamento de Estado, classificou-o como o Orçamento da Moeda Única, reafirmando a posição da UGT e também da Confederação Europeia dos Sindicatos sobre esta matéria. Considerava que este documento, apesar de reduzir as despesas, o fazia em áreas que «não afetam muito os trabalhadores, que de algum modo beneficiam com o anunciado combate à fraude.»²⁵

No que diz respeito ao desemprego, considerava-se elevada a taxa de 7,2 %. De um lado sindicatos, do outro patrões, visões habitualmente opostas quanto à solução para o problema: uns opondo-se à flexibilidade e polivalência dos trabalhadores, que traziam todos os males, outros diabolizando a legislação laboral, cuja suposta rigidez seria contrária ao crescimento do emprego e à diminuição do desemprego, e que seria fundamental tornar mais flexível.²⁶

Os ventos que vinham da vizinha Espanha não eram favoráveis aos trabalhadores. Dois anos após a reforma laboral, uma sentença do Tribunal Supremo tornava mais fáceis, e mais baratos, os despedimentos: «os empresários espanhóis estão quase eufóricos, graças a uma sentença do Tribunal Supremo que obrigará praticamente os tribunais a interpretar de maneira mais flexível as causas objetivas necessárias para que os despedimentos dos trabalhadores possam ser declarados procedentes.»²⁷ Para os empresários esta decisão judicial vinha no bom caminho, contribuindo para a competitividade das empresas. Para os sindicatos espanhóis era preciso uma nova reforma, que estimulasse a estabilidade contratual, num país em que 33,5% dos trabalhadores eram contratados a prazo e em que a taxa de desemprego ascendia a 22% da população ativa.²⁸

Entretanto o CES, a 10 de outubro de 1996, aprovou as Grandes Opções do Plano [GOP] para 1997. Todavia, o Conselho, na altura presidido por Silva Lopes, em parecer da autoria de Manuela Morgado, tecia mais críticas que elogios ao documento, da responsabilidade do Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, João Cravinho. A começar pela sua existência, nos moldes em que era feito – não poderia circunscrever-se ao enquadramento pormenorizado do PIDDAC. Depois,

pela pequeníssima antecedência com que era submetido à apreciação do CES, sugerindo-se que esta apreciação fosse feita em duas etapas, uma preliminar, após coordenação interministerial, e uma final, já com intervenção do Ministério das Finanças. Quanto ao documento em análise propriamente dito, o CES apontava várias fragilidades e omissões, designadamente a falta de concretização de medidas, a exiguidade de propostas em matéria de emprego e segurança social, a falta de referência expressa a objetivos de convergência real, que justificassem os sacrifícios impostos em nome da convergência nominal.²⁹

A LONGA MARCHA PARA O ACORDO DE CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICA

Os meses entre maio e outubro³⁰ foram ocupados com trabalhos intensos nas várias mesas da concertação estratégica, dos quais resultou uma síntese, com 80 páginas, «Bases para um Acordo de Concertação Estratégica», distribuído pelo Governo a 5 de novembro. Neste documento, discutido pela primeira vez no plenário de 8 de novembro, contemplavam-se iniciativas para a economia e para as empresas, aumento da produtividade e melhoria das condições de trabalho, políticas ativas de emprego, reforma da segurança social, reestruturação do sistema fiscal e modernização da administração pública.

No texto, o Governo previa um crescimento médio anual de 3,2% para a economia, um aumento de 0,8% para o emprego e 2,4% para a produtividade. O aumento do produto e do emprego até ao ano 2000 pressupunha o compromisso do Governo de garantir um ritmo de crescimento do investimento público de 10% e impunha às confederações patronais a garantia de um aumento médio do investimento privado da ordem dos 8%. No mercado de trabalho previa a revisão do sistema, a atualização dos valores das sanções e a realização de um plano de combate ao trabalho ilegal. Nas políticas ativas de emprego inscrevia-se a dinamização das áreas do artesanato e da proteção da natureza. Planeava-se identificar e difundir novos perfis profissionais e novas áreas de criação de emprego, contando-se para tal com o Instituto para a Inovação na Formação (INOFOR), que estava a nascer.³¹ Em matéria fiscal, pretendia-se substituir a sisa por um outro imposto, mais moderno.³²

As respostas dos parceiros sociais ao Governo eram esperadas até dia 20 de novembro, uma vez que a reunião plenária seguinte estava agendada para dia 22. CCP, CGTP e UGT cumpriram o prazo. Para a UGT o documento não respondia a questões fundamentais em termos de quantificação do emprego, política de rendimentos, combate à precariedade, ao trabalho ilegal e ao trabalho clandestino.³³ Entendia que se deveria avançar mais em matéria de salários e emprego: propunha, por isso, um referencial de aumento de 3,8% para 1997 (2,5% relativos à taxa de inflação e 1,3% de ganhos de produtividade) e o aumento do salário mínimo para 57 100\$ (aumento de 4,6%, acima dos demais). A UGT advogava ainda a assinatura de um compromisso escrito para a criação de 165 000 empregos nos três anos seguintes, o que pressupunha um crescimento anual médio de 3,5%, e não os 3,2% propostos pelo Governo que, no entender da Central, iriam agravar o desnível quantitativo existente face à Europa.

A CGTP surpreendeu com a apresentação de uma proposta de acordo. Privilegiava o crescimento do emprego, a melhoria dos salários e dos rendimentos do trabalho e a garantia dos direitos laborais e sociais dos trabalhadores e, em concreto, propunha a subida do salário mínimo para 60 000\$00 e o objetivo de revisão das pensões mínimas do regime geral, para que não pudessem ser inferiores a 60% do salário mínimo nacional. Admitia a discussão da legislação laboral, propondo a criação de uma comissão técnica para a sua análise e criação de «um articulado coerente e harmonioso, para posterior apreciação tripartida.»³⁴ A CGTP defendia ainda a redução de horas extraordinárias como estímulo à criação de postos de trabalho e a regulamentação dos dois dias de descanso semanal «para possibilitar a abertura dos espaços comerciais na tarde de sábado com a ressalva de que seja dada aos trabalhadores a faculdade de dispensa, mediante invocação de motivo atendível.»³⁵

A CCP considerava escandaloso o facto de o acordo não prever alterações a nível da legislação laboral, que, segundo Luís Faria, porta-voz daquela Confederação, deveria deixar de ser um tabu. Defendia uma maior clarificação quanto às condições de financiamento das empresas nacionais, bem como outros estímulos à competitividade das empresas, sublinhando a necessidade de um compromisso de redução fiscal para a média europeia, com fixação de uma taxa reduzida de IRC para as microempresas com lucros diminutos ou que se desloquem para zonas economicamente des-

favorecidas e ainda a redução efetiva do imposto automóvel para as viaturas de menor cilindrada.³⁶

As semanas passavam, mas as negociações pareciam estar num impasse. A UGT ameaçou mesmo abandonar o processo de concertação estratégica caso o Governo não apresentasse soluções concretas para o emprego, política de rendimentos, participação e combate ao trabalho ilegal até 10 de dezembro.³⁷ Tendo havido evolução nos últimos dias, a UGT reuniu o seu Secretariado Nacional no dia 18 e o Conselho Geral a 19 de dezembro, para analisar a última formulação do Acordo e tomar as deliberações necessárias à sua assinatura, que viria a acontecer no dia seguinte.³⁸

A CGTP, por seu turno, abandonara as negociações, apresentando como razão imediata a entrada em vigor da lei sobre as 40 horas de trabalho, conhecida como a lei da polivalência e da flexibilidade. A interpretação da comissão de acompanhamento do Acordo de curto prazo, a coberto do qual fora publicada a lei 21/96, de 23 de julho, era de que as pequenas pausas deveriam ser descontadas no horário, contrariando a posição defendida pela CGTP. E não só deixara a negociação como pedira a cabeça do Secretário de Estado do Trabalho, Monteiro Fernandes, e iniciara um ciclo de contestação nas ruas.³⁹

A União dos Sindicatos do Porto exigia que a Assembleia da República esclarecesse o alcance da lei, tendo feito uma ocupação simbólica das instalações naquela cidade do Ministério para a Qualificação e o Emprego, no dia 20 de dezembro. Mas também a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal (FESETE) saiu à rua no dia seguinte. E os trabalhadores têxteis e da cordoaria dos distritos do Porto, Aveiro e Braga fizeram também greve no dia 21 de dezembro.⁴⁰

Apesar da agitação social em torno da lei das 40 horas, o Acordo seria assinado, sem a CGTP, no dia 20 de dezembro, na residência oficial do Primeiro-ministro.

Pedro Ferraz da Costa, Presidente da CIP, considerou o Acordo omisso em questões fundamentais como o reequacionamento dos apoios ao investimento produtivo, ou a forma de reduzir o défice nos anos seguintes. E afirmava que a CIP tinha assinado o Acordo apenas para ter uma voz ativa na reforma fiscal. Para a CCP o Acordo ficava aquém das expectativas, por não ter havido uma revisão profunda da legislação laboral,

embora o texto consagrasse a possibilidade da sua revisão, o que era valorizado. Vasco da Gama, presidente daquela confederação, sublinhava que seria necessário ganhar a batalha da produtividade para ganhar a batalha do emprego. A CAP, através de José Manuel Casqueiro, referia que o Acordo era da maior importância para o país, mas mostrava-se apreensiva pela não assinatura por parte da CGTP. Salientava também como uma vitória dos agricultores portugueses a existência no Acordo de um capítulo dedicado à agricultura.⁴¹

Quanto à UGT manifestava o seu regozijo pelo acordo alcançado. João Proença considerava-o o ‘acordo do emprego’, em termos quantitativos e qualitativos, e destacava o ganho para os trabalhadores no ativo, desempregados, reformados, empresas e para o país.⁴² Na reunião seguinte, realizada a 18 de janeiro de 1997, o Conselho Geral tomou conhecimento da resolução do Secretariado Nacional que revelava bem a importância do acordo: «O Secretariado Nacional da UGT analisou a atual situação político-sindical, em particular nas áreas do emprego e da negociação coletiva, tendo decidido: (...) Manifestar o empenhamento de toda a estrutura sindical da UGT no cumprimento do Acordo de Concertação Estratégica. Aprovar a campanha de divulgação do Acordo, a iniciar nos dias 18 e 19, com um Encontro de 200 dirigentes sindicais, a nível nacional, a que se seguirão Encontros em todas as delegações regionais. Os sindicatos deverão organizar Encontros dos seus dirigentes e reuniões nas empresas. A UGT fornecerá os materiais adequados.»⁴³

O Governo, apesar das reticências dos parceiros, estava de parabéns pela conclusão do processo e pela assinatura do Acordo de médio prazo.

1997: A CGTP AMEAÇA NÃO DAR TRÉGUAS AOS PATRÕES E AO GOVERNO

Logo no início de 1997 Carvalho da Silva avisou que os trabalhadores não dariam tréguas aos patrões e ao Governo. A irritação vinha em crescendo: o Acordo de curto prazo com a introdução da flexibilidade e da polivalência, a publicação da lei em julho de 1996 e a sua entrada em vigor em 1 de dezembro, a interpretação contrária à da CGTP quanto ao conceito de pequenas pausas, a celebração do Acordo de médio prazo que, na opinião

da CGTP, continha várias benesses para o patronato, facilitando os despedimentos em vez de apresentar medidas para um combate sério ao desemprego. Neste sentido, Carvalho da Silva ia afirmando que 1997 seria um ano de contestação social: «Nós não somos agitadores nem fazemos greves por prazer; mas há uma determinação forte por parte dos trabalhadores de não aceitar este acordo.»⁴⁴

Do outro lado ficavam a UGT e as confederações patronais, subscritoras do Acordo. No meio ficava o Governo e, em especial, o Ministério do Emprego.

Para a Ministra Maria João Rodrigues, a CGTP não acompanhava o sindicalismo europeu, que aliava a reivindicação à proposta de soluções, e não tinha condições para assinar um acordo, pois ser-lhe-ia difícil «admitir que tem de haver cedências e algumas perdas para poder haver ganhos, ou seja, tem dificuldade em aceitar esta lógica de negociação de um contrato.»⁴⁵ Com esta posição, na perspetiva da ministra, a CGTP perdia e fazia perder os trabalhadores que representava.

Quanto ao Acordo, que pressupusera 100 reuniões preparatórias, cinco versões diferentes e uma discussão linha a linha na Concertação Social, tinha o inequívoco mérito de enunciar linhas gerais e medidas concretas reunindo o consenso e o compromisso de todos os outros parceiros quanto a uma série de temas muito vastos. Mais importante que o Acordo seria o pós-acordo, ou seja, a aplicação de todas as medidas dentro do calendário proposto, concretizando-o na base de processos de concertação em cada setor e em cada região. Colocada perante os grandes desafios da redução do desemprego e da criação de emprego, Maria João Rodrigues afirmava que o país iria viver uma reindustrialização e sublinhava a importância da Formação Profissional para gerar emprego: «Temos de conseguir formar as pessoas para ir ao encontro dos postos de trabalho que estão em perspetiva de surgir em Portugal, mas a formação também implica propiciar que esses postos de trabalho apareçam. Por isso, tem de se deixar no terreno um sistema de formação com capacidade de auto-sustentação, que seja credível e esteja voltado para as necessidades de formação real do país.»⁴⁶

A LEI LABORAL CONTINUAVA A GERAR POLÉMICA

A lei das 40 horas entrou em vigor em 1 de dezembro de 1996. A sua interpretação revela-se cheia de dificuldades. Nas orientações dadas pela UGT para a negociação coletiva, aprovadas pelo Secretariado Nacional e analisadas pelo Conselho Geral em 18 de janeiro de 1997, referia-se taxativamente: «Através da negociação coletiva deve ser prosseguida a adaptação e redução dos atuais tempos de trabalho. Os horários de trabalho, com a lei 21/96, que fixa a redução do trabalho efetivo para as 40 horas, devem ter sido reduzidos em 1/12/1996 em 2 horas, se à partida iguais ou superiores a 42 horas de trabalho efetivo, ou até às 40 horas, nos restantes casos. A negociação coletiva pode fixar condições melhores e clarificar dúvidas de interpretação (...).»⁴⁷

A discussão sobre o conceito de pequenas pausas mantinha-se. A Comissão de Acompanhamento do Acordo de curto prazo esclarecera alguns pontos, mas a contestação à lei era grande, porque o seu texto era confuso e quanto a isto Governo, sindicatos e juristas estavam de acordo.⁴⁸

O Provedor de Justiça, Menéres Pimentel, «considera que a lei está mal feita, é confusa e precisa de ser clarificada, nomeadamente no que toca à definição das pausas.»⁴⁹ Na recomendação enviada à ministra o Provedor defendia que as pequenas pausas ligadas à produtividade, segurança e saúde do trabalhador deveriam ser consideradas como trabalho efetivo e ainda que se deveria consagrar que da aplicação da lei não podiam resultar prejuízos para a situação económica dos trabalhadores.

Mesmo os trabalhadores sociais-democratas, através do seu Secretário-geral, Arménio Santos, tencionavam apresentar uma proposta de clarificação da lei, contra a vontade expressa da direção nacional do PSD.⁵⁰ Quanto a este texto, o Secretariado Nacional da UGT aguarda para analisar. Aliás, o Secretariado deliberou também pedir reuniões ao Presidente do PSD e aos grupos parlamentares do PS, PSD e CDS, no sentido de se conseguir um consenso e ultrapassar as dificuldades de interpretação da lei.⁵¹

Esta tentativa de clarificação do conceito surgiu através de despacho do Secretário de Estado do Trabalho, Monteiro Fernandes, no qual se determinava que as pausas impostas por normas de segurança e higiene, as pausas técnicas por interesse da empresa e aquelas em que o posto de

trabalho continue a funcionar e o trabalhador esteja disponível para qualquer necessidade, deviam integrar a noção de trabalho efetivo. Isto significava que as idas à casa de banho, um dos pontos altos da controvérsia, não poderiam ser descontadas. A CGTP considerava o despacho uma aberração jurídica ao prever situações de exceção em que, por acordo das partes envolvidas, as pausas não contavam, abrindo portas à aplicação da vontade patronal, com prejuízo dos trabalhadores.⁵²

O Provedor de Justiça, não vendo atendida a sua recomendação à ministra no sentido de ser publicada uma norma que eliminasse todas as dúvidas, solicita-a à Assembleia da República. Defende que seja elaborada uma lei interpretativa, que «defina conceitos como o de trabalho efetivo» e cuja necessidade era ainda maior «por estar já em curso o processo de transposição para o direito nacional da diretiva comunitária relativa à organização do tempo de trabalho.⁵³

O PROBLEMA DO AVAL DO ESTADO À UGT

Um dos temas quentes do ano de 1997 prendia-se com o aval do Estado a um empréstimo de 600 000 contos contraído pela UGT, para o pagamento de dívidas relacionadas com o caso da Formação Profissional.⁵⁴

Com uma dívida de cerca de um milhão de contos, a fornecedores, formadores e à banca, a UGT teve de contrair um novo empréstimo, «com a finalidade da consolidação de passivos bancários e liquidação de dívidas a formandos e a fornecedores resultantes da promoção de ações de formação profissional»⁵⁵. Recusado o crédito pela Caixa Geral de Depósitos, recorreu ao aval do Estado como garantia. Desse modo, a CGD emprestou o montante solicitado, em condições excepcionais – o pagamento da dívida e juros só começaria daí a dois anos, com um período de amortização de mais 120 meses. Este empréstimo foi objeto de reunião extraordinária da Comissão Executiva da UGT.⁵⁶

A grande questão era a ausência de garantias solicitadas pelo Estado à UGT, sendo bastante a confiança na instituição, ao contrário do que acontecia em casos semelhantes. Este aval foi visto como um favor político à UGT. Como a concessão do aval foi feita na sequência da assinatura do Acordo de Concertação Estratégica e já estava anteriormente a ser nego-

ciada, alguns setores da sociedade portuguesa insinuaram uma hipotética troca de favores.

João Proença responde com um rotundo não a estas acusações, desafiando «quem quer que seja a apontar no Acordo de Concertação Estratégica quais as cedências da UGT.»⁵⁷ E explica: «A central deve muito mais dinheiro do que o seu património, mas são tudo dívidas decorrentes de empréstimos à banca por não terem sido pagos à UGT, como resultado da acusação da Procuradoria-geral da República, cerca de 600 000 contos de comparticipação do Fundo Social Europeu relativa à Formação Profissional feita entre 1994 e 1996. Esse endividamento à banca já nos fez pagar, desde 1988, mais de um milhão de contos em juros. No entanto, os 200 e tal mil contos de quotizações dão para funcionar sem problemas e com dignidade.»⁵⁸ A esperança residia na resolução dos problemas judiciais em Portugal, com o recebimento dos dinheiros devidos, e na devolução das verbas comunitárias, entretanto suspensas.

Avançou um inquérito parlamentar à decisão do ministro das Finanças, que mandou suspender a concessão de avales do Estado a todas as empresas públicas e privadas em situação económica difícil até à conclusão daquele inquérito parlamentar ao caso UGT. Esta decisão punha em risco as 321 empresas concorrentes ao Plano Mateus, ao retirar-lhes a possibilidade de beneficiar dos 450 milhões de contos previstos no Orçamento de Estado. Também a Lisnave, a preparar-se para sair do estado de falência iminente, e a RTP, que aguardava subsídio para renegociar as suas dívidas, poderiam ser muito prejudicadas com a decisão.⁵⁹

O aval dado à UGT foi declarado ilegal pela Procuradoria-Geral da República⁶⁰, e impugnado o despacho do ministro das Finanças junto do Supremo Tribunal Administrativo.⁶¹ Por sua vez, a Direção-geral do Tesouro deu parecer negativo à concessão do aval, por a central não ser uma empresa privada, não estando, pois, no âmbito de aplicação da lei sobre esta matéria. Já o Instituto de Gestão do Crédito Público deu parecer favorável ao aval.⁶²

Perante a comissão parlamentar de inquérito, a 21 de julho, Sousa Franco voltou a sustentar o aval à UGT, referindo que nada impedia o Governo de o fazer, uma vez que não se tratava de um empréstimo, mas tão só de uma garantia de pagamento. João Proença, ouvido no Parlamento no dia seguinte, considerou que a concessão do aval não configurou nenhum

favor.⁶³ Apesar dos argumentos esgrimidos a favor, a comissão parlamentar concluiu pela ilegalidade da concessão do aval à UGT.⁶⁴

Este foi um processo que se alongou no tempo. O Procurador-geral da República interpôs um recurso contencioso de anulação do aval junto do Supremo Tribunal Administrativo. Na contestação, apresentada em março de 1998, Sousa Franco acusa o PGR de ter uma interpretação inconstitucional da lei e de o seu recurso contencioso conter construções absurdas. O seu entendimento era que a lei sindical permitia às confederações sindicais o exercício de atividades empresariais direta ou indiretamente relacionadas com a prossecução do respetivo objeto social, o que legitimava a concessão do aval.⁶⁵ A posição do Ministério das Finanças prevaleceu.

O 1.º DE MAIO DE 1997

A UGT comemorou com uma festa popular junto à Torre de Belém, como habitualmente. João Proença defendeu o Acordo celebrado e exigiu o seu cumprimento ao Governo, apelando ao Governo e aos patrões para que o mesmo fosse cumprido. Reclamou medidas governativas que acabassem com a violação da lei das 40 horas, e deu dois meses ao Governo para que a lei estivesse efetivamente a ser aplicada no terreno, sob pena de «atitudes drásticas.»⁶⁶ Proença defendeu também, ao lado do movimento sindical europeu, a redução do horário de trabalho para as 35 horas.

A CGTP manifestou-se entre o Campo Pequeno e a Alameda da Universidade. Carvalho da Silva fez um ataque cerrado ao Governo e ao que designou «ministério da desqualificação e do desemprego», condenando a aplicação da lei das 40 horas e o Acordo de Concertação Estratégica. No Porto, Vítor Ranita abordou os mesmos temas.⁶⁷

Ainda no rescaldo do 1.º de Maio, a Ministra Maria João Rodrigues aconselhou as centrais sindicais a mudarem de discurso. Considerou normal que os assuntos salários e emprego continuassem no centro das atenções, porque não estavam resolvidos, mas entendia que o ataque da CGTP à lei das 40 horas servia apenas para prolongar artificialmente o conflito, referindo que as centrais deveriam dar especial atenção ao combate ao trabalho ilegal, às condições nas empresas, e à necessidade de esforços concertados para a promoção do emprego.⁶⁸

A INTENÇÃO DE ACABAR COM OS «RECIBOS VERDES»

Um dos projetos do Ministério do Emprego era a conversão dos recibos verdes ilegais em contratos de trabalho. A proposta para acabar com os falsos recibos dividiu inevitavelmente patrões e sindicatos. Os patrões consideravam que seria impossível as empresas absorverem a totalidade desses trabalhadores, pelo que seria previsível um aumento do desemprego – passar-se-ia de um trabalho precário para um ‘não trabalho’. Para a UGT e CGTP seria normal a transição desses profissionais de um estatuto ilegal para um estatuto legal de trabalhadores dependentes.⁶⁹

A questão vinha do ano anterior de 1996. A proposta inicial do Governo consagrava a presunção da existência de trabalho subordinado, mas não foi avante, pois as confederações patronais ameaçaram sair das negociações do Acordo de Concertação. O novo documento, apresentado em abril de 1997, previa um período de regularização excecional, que consistia na transformação do falso contrato de prestação de serviços num contrato a termo por um período de um ano não renovável. Era uma situação intermédia, que se destinava a prevenir os riscos de desemprego.⁷⁰ Outra novidade da proposta era a inversão do ónus da prova: passava a ser o patrão a ter de provar que o trabalhador pago a recibo verde não se encontrava, de facto, numa situação de trabalho subordinado.⁷¹

No setor privado, apesar dos debates, dos avanços e recuos, o movimento de conversão dos falsos recibos verdes em contratos de trabalho prolongou-se no tempo, pela renitência das associações patronais e pelos riscos de desemprego. No setor público ocorreu uma movimentação real, que se iniciou no ano de 1996 e levou à regularização da situação de milhares de trabalhadores que prestavam serviço na Administração Pública, como a consulta da imprensa deste período abundantemente testemunha.⁷²

PROJETO DE REFORMA DA SEGURANÇA SOCIAL

A Comissão encarregada de estudar a reforma da Segurança Social⁷³, que iniciou funções em março de 1996, publicou, em junho de 1997, um Livro Verde, preliminar, que antecedeu o Livro Branco, publicado em janeiro

de 1998. Os parceiros sociais pronunciaram-se todos, críticos cada um à sua maneira.

Analisado o Livro Verde, João Proença e Arménio Santos deram uma conferência de imprensa conjunta UGT/TSD, exigindo medidas do Governo e em que criticavam a filosofia liberalizadora do documento. Para os TSD as propostas afetavam os direitos e expectativas dos trabalhadores e visavam beneficiar os interesses das seguradoras. A UGT considerava perigosa a via da liberalização e privatização, e lembrava que a reforma da Segurança Social deveria basear-se também no Acordo de Concertação Estratégica.⁷⁴ Esta posição conjunta fundava-se, no que respeita à UGT, nos debates internos tidos na Comissão Executiva, em que designadamente Manuela Teixeira mostrava apreensão e preocupação pelo caminho que os trabalhos levavam.⁷⁵

A CCP também criticava o Livro Verde, propondo, entre outras medidas, a integração progressiva dos funcionários públicos no regime geral da Segurança Social, a eliminação da taxa social única para as empresas, introduzindo taxas mais reduzidas para as pequenas e microempresas, bem como outros critérios além do fator trabalho na determinação das contribuições das empresas.⁷⁶

Para a CGTP, a Comissão traçou cenários demasiado liberais, concentrando-se excessivamente em dois caminhos, um público e outro privado. Defendia a inclusão de uma verba destinada a amortizar ou a pagar os juros da dívida do Estado à Segurança Social no Orçamento para 1998, a alteração ao regime de pensão mínima, mas era contra as propostas de criação de uma segunda pensão e de uma seletividade nas pensões sociais.⁷⁷

CONFLITUALIDADE LABORAL: O ACORDO DESILUDE OS PARCEIROS

Muitas empresas debatiam-se com graves problemas e conflitos laborais. Muitos outros setores da economia estavam instáveis, alguns por causa de situações pontuais e de resolução possível, outros por causa do inelutável desenvolvimento e dos custos a ele associados.

Os mineiros de Aljustrel, com trabalho suspenso desde maio de 1993, exigiam o direito ao trabalho e aumentos salariais, mas a mina não poderia reabrir antes de concluídas as prospeções que demorariam três anos; meses

depois voltam a manifestar-se junto do Palácio de S. Bento. Os mineiros de Neves Corvo não aceitaram o novo regime de laboração contínua e entraram em greve, colocando a empresa na iminência de entrar em situação económica difícil. Por sua vez, os taxistas ameaçavam com uma greve nacional, em luta por melhores condições de segurança dentro das viaturas, que passaria por criar sistemas de videovigilância. Outro problema dos taxistas, que diziam enfrentar uma redução de 30% na procura, era o surgimento de carros particulares que lhes faziam concorrência. O conflito na Gás de Portugal levou a emissões de gás reduzidas na zona de Lisboa, com anunciados riscos de explosões, e à ameaça de corte total de abastecimento. Os trabalhadores do Chiado, desempregados na sequência do grande incêndio de 1988, avançavam para uma greve de fome se o Governo não atendesse às suas reivindicações. Nos CTT vivia-se um clima de profundo descontentamento, com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações a denunciarem a redução de pessoal, a sobrecarga dos restantes trabalhadores e a falta de formação dos contratados a prazo. A Inspeção-Geral do Trabalho anunciava 56 empresas abrangendo 116 trabalhadores com salários em atraso, número de que UGT e CGTP duvidavam, «porque os métodos para as elaborar não são absolutamente fiáveis», nas palavras de João de Deus, dirigente da UGT; por outro lado, eram detectados mais casos de trabalho infantil. A CP fez greve, em luta pelo pagamento de subsídios de risco, prémios de produtividade e dignificação de carreiras dentro da empresa. Os Cabos Ávila entraram em greve por salários em atraso, acusando a administração de gestão ruínosa.⁷⁸

A este quadro, pontuado por situações de crise e conflitos laborais um pouco por todo o lado, deve juntar-se um pano de fundo que trouxera esperança numa mudança global, capaz de fazer avançar o país – o Acordo de Concertação Estratégica. Mas a lentidão com que se avançava acabou por frustrar as expectativas de muitos.

Seis meses passados sobre a sua celebração, o Governo, através da ministra Maria João Rodrigues, era o único subscritor que fazia um balanço muito positivo – das 300 medidas do Acordo já teriam sido executadas 93, estariam em apreciação 33 e em preparação nos ministérios 70.

Todos os outros parceiros tinham muitas críticas e «a hipótese de deixarem cair o documento, mesmo que não o denunciem formalmente, está em cima da mesa.»⁷⁹ A CIP fazia um balanço muito negativo, a CCP ia no

mesmo sentido – o documento era vago e genérico e se não lhe fosse dado conteúdo tinha sido uma oportunidade perdida.

A UGT manifestava-se muito crítica relativamente ao andamento dos trabalhos. João de Deus afirmava que das «dez medidas sobre legislação laboral previstas para o primeiro trimestre deste ano, há uma única acordada no grupo técnico»⁸⁰ em que participava, o da legislação laboral. Para este dirigente da UGT o Governo considerava que ao entregar propostas o seu dever estava cumprido, quando deveria procurar alternativas e conciliar as partes e, em caso de impasse, o Governo deveria cumprir o acordo, publicando legislação. Na Comissão Executiva de 23.06.1997, preparando uma reunião com o Primeiro-ministro, o clima era de insatisfação e foi deliberado fazer um documento-base, identificando todas as falhas ocorridas no cumprimento do Acordo.⁸¹ Aliás, este descontentamento vinha de trás – já em março o Secretariado Nacional registava a «grande lentidão na implementação das medidas»⁸² e disso deu conta a direção da UGT em reunião havida com o Primeiro-ministro, em março de 1997.

Cerca de mês e meio depois da referida reunião da Comissão Executiva, no início de agosto, a direção da CAP escreveu ao Primeiro-ministro exigindo que «o Governo leve em consideração as propostas e críticas feitas pela confederação. Caso contrário, abandona definitivamente o Acordo de Concertação.»⁸³ Entretanto, suspende a sua participação. Esta atitude tinha tudo a ver com fortes divergências com o Ministro Gomes da Silva, que a CAP acusava de não ter poder negocial em Bruxelas. De todas as formas, esta eventual saída da CAP do Acordo não preocupava os demais parceiros, já que a CAP delegava na CIP todas as matérias não exclusivamente agrícolas e a UGT garantia que iria exigir o cumprimento do Acordo quanto às questões agrícolas.⁸⁴

Em setembro, UGT e CIP decidiram elaborar uma proposta de prioridades e calendarização para a concretização do Acordo, porque a quase totalidade das medidas que o compunham não tinham tido tradução prática.⁸⁵ A CIP, em outubro, foi o primeiro parceiro social a divulgar as 28 medidas que considerava prioritárias, nas quais se incluía a legislação laboral.⁸⁶

Como nada mexia, a 23 de outubro, a UGT tomou uma posição de força e dava três meses para que mudanças efetivas e condições globais acontecessem, caso contrário a UGT denunciaria o Acordo. Claro que, sem a presença de um parceiro sindical, o Acordo terminaria, o que constituiria

uma profunda derrota para Guterres, cuja bandeira principal estava no diálogo social.⁸⁷

Os parceiros convergiam nas críticas ao Governo, dizendo que a maior parte das medidas não fora executada, e que o grande responsável era o Governo. Este devolvia as críticas, argumentando com a dificuldade de obtenção de consenso entre os parceiros sociais. A 27 de outubro uma reunião com todos os parceiros iria tentar uma nova metodologia de acompanhamento do acordo, que envolvia reuniões com os ministérios responsáveis por cada área. Nessa reunião a CCP apresentaria as sete medidas cruciais para regressar ao processo, reservando a UGT para mais tarde a apresentação das matérias prioritárias.⁸⁸

Em dezembro, a CIP tomou a iniciativa de apresentar uma proposta de reformulação do Acordo, retirando-lhe parte das matérias que constavam do documento inicial. A reação dos outros parceiros não se fez esperar: a CCP opôs-se, pois considerava que a iniciativa não tinha qualquer sentido e a UGT rejeitou a proposta porque considerava que consubstanciaria um outro acordo, minimalista. Todos concordam num ponto: «ou o ACE avança já, ou vai parar à gaveta.»⁸⁹ Um ano depois de aprovado, o grande documento que iria permitir modernizar Portugal estava à beira do fracasso. Tudo leva a crer que este facto pesou na remodelação ministerial que, como se verá, teve lugar em novembro de 1997.

AS GOP E O OE PARA 1998

As Grandes Opções do Plano foram aprovadas pelo Conselho Económico e Social a 13 de outubro de 1997. No entanto, tal como no ano anterior, as críticas foram muitas, para além do atraso no envio do documento que possibilitasse uma análise cuidada pelo CES. Falta de apresentação e de calendarização de reformas de fundo, documento muito genérico, sem medidas de política concreta, atrasos na reforma fiscal anunciada há muito, persistência de deficiências significativas no ensino, impondo-se medidas preventivas do abandono escolar. Na área do Emprego, o CES deixa duas perguntas para reflexão: que fazer perante a libertação de mão-de-obra decorrente da modernização da economia portuguesa e face ao falhanço das receitas tradicionais para a criação de emprego.⁹⁰

Quanto às primeiras informações sobre o Orçamento de Estado para 1998, a opinião dos parceiros era de que se tratava de um instrumento suficiente para colocar Portugal na primeira fase da moeda única, o que, na altura, era um desígnio nacional. A luta contra a evasão fiscal unia os parceiros, que consideravam haver uma política ativa e eficaz. Já quanto à introdução de uma coleta mínima, as opiniões divergiam, com a CIP a considerar um mal menor, a CCP a considerá-la absolutamente inaceitável, a CGTP a defendê-la e a UGT a aceitá-la «num quadro global de combate à fraude, que tem de incluir os métodos indiciários e um melhor funcionamento da administração fiscal e dos tribunais fiscais.»⁹¹ Para João Proença, num país como Portugal, em que mais de dois terços das empresas não pagavam IRC, esta coleta mínima serviria para as obrigar, bem como aos profissionais liberais, a pagarem um mínimo de imposto.⁹²

A REMODELAÇÃO DO GOVERNO: A SAÍDA DE MARIA JOÃO RODRIGUES

No final de novembro, Guterres remodelou o Governo. Augusto Mateus, Alberto Costa e Maria João Rodrigues foram afastados, nenhum reconhecendo ‘justa causa’ na demissão. No caso da ministra, o Primeiro-ministro ter-lhe-ia referido que não tinha nenhuma crítica a fazer-lhe, mas que via vantagem em fundir os ministérios para a Qualificação e o Emprego e o da Solidariedade e Segurança Social num só, designado do Trabalho e da Solidariedade, que ficaria com Ferro Rodrigues.

Quanto aos argumentos mais apontados como estando na origem da sua demissão, a lei das 40 horas e a execução insuficiente do Acordo, a ex-ministra replica: «os dados demonstram o contrário: que 224 das 300 medidas do acordo estão a ser aplicadas e que a lei das 40 horas já vigora em quase todo o país.»⁹³ Para Maria João Rodrigues a sua saída prendia-se com o facto de ter feito a reforma do Fundo Social Europeu, que valia 150 milhões de contos/ano, e que colidiria com muitos interesses instalados.⁹⁴

Maria João Rodrigues teve um papel fundamental na Cimeira do Luxemburgo, de 21 de novembro, coincidindo com os seus últimos dias no cargo de ministra. O seu empenho foi decisivo para o nascimento da Estratégia Europeia para o Emprego, que se fundava em três vetores fundamentais: a qualificação, a empregabilidade e a formação ao longo da vida. Na

sequência dessa estratégia iriam ser concebidos e postos em prática os Planos Nacionais de Emprego de cada um dos países europeus, que deveriam ser aprovados em Cardiff, em julho de 1998.⁹⁵

Nesta altura existiam 18 milhões de desempregados nos quinze países que constituíam a União Europeia. Os portugueses eram o povo com maior deficit de qualificações, 65% não tinham sequer a escolaridade básica completa, que era de nove anos nesse tempo, o que, além de ser um péssimo indicador sobre as qualificações, limitava extraordinariamente a empregabilidade e qualquer adaptação à mudança.⁹⁶

Na sequência da sua saída do Governo, logo no início de janeiro de 1998⁹⁷, Maria João Rodrigues passou liderar o Comité de Peritos de Alto Nível da União Europeia, que iria propor aos chefes de Estado e de Governo as políticas a desenvolver em matéria de emprego, no quadro da entrada na moeda única. Para além destas funções na Europa, aceitou ser consultora pessoal do Primeiro-ministro para as áreas dos Assuntos Europeus e da Estratégia do Desenvolvimento Nacional.

Voltando à questão da lei das 40 horas, assinala-se que além das dificuldades na aplicação da lei, havia concomitantemente que transpor para o ordenamento jurídico português a diretiva europeia sobre limitação do horário de trabalho a 40 horas semanais. Para esse fim, no início de novembro de 1997, o Governo e a bancada do PS puseram-se de acordo.⁹⁸

Continuavam a ouvir-se as reações positivas e negativas dos parceiros sociais e de algumas associações setoriais, designadamente na hotelaria e no têxtil. No cômputo geral o balanço não era demasiado negativo.

A questão da contabilização das pausas de curta duração como tempo efetivo de trabalho só ficou final e definitivamente resolvida⁹⁹ com a aprovação na generalidade, no Parlamento, do texto que transpunha a diretiva comunitária para o ordenamento jurídico português, no início de abril de 1998. O texto baixou depois à Comissão de Trabalho, e só viria a ser publicado em novembro.¹⁰⁰

O AUMENTO DO SMN PARA 1998

Na reunião da Comissão Permanente de Concertação Social, realizada a 13 de janeiro, discutiu-se o aumento do Salário Mínimo Nacional.¹⁰¹

A CGTP reivindicava 61 000\$00, a UGT 59 500\$, ambas as centrais sublinhando a exigência do Acordo de Concertação Estratégica de a progressão do SMN ser superior à do salário médio.

O valor acordado foi de 58 900\$00 para os trabalhadores por conta de outrem, e de 54 100\$00 para os trabalhadores do serviço doméstico.¹⁰² Do preâmbulo do diploma destaca-se o cruzamento das razões que estão na origem deste aumento, e a importância do SMN como referencial:

«Por um lado, existe a necessidade de revalorizar as remunerações mínimas de forma a permitir que os trabalhadores por conta de outrem de mais baixos rendimentos possam beneficiar dos bons níveis atingidos pelo crescimento da economia e da produtividade.

Por outro lado, e atendendo à importância destas remunerações que em muito ultrapassa o número de destinatários diretos, já que o seu crescimento assume a natureza de referencial para níveis salariais próximos, há que ter em conta a preocupação com a manutenção de situações favoráveis ao investimento e à competitividade para a generalidade das empresas.

A atualização a que agora se procede assegura o aumento das remunerações em termos superiores aos de há um ano atrás, tem em conta as previsões quanto à taxa de inflação para o ano de 1998 e é compatível com a manutenção de situações favoráveis à competitividade das empresas, considerando as expectativas quanto à evolução da produtividade.

Prossegue-se, entretanto, a aproximação gradual dos valores de remuneração mínima garantida, através da continuação da política de atualização diferenciada dos valores correspondentes à generalidade dos trabalhadores e ao serviço doméstico.»

As centrais sindicais lamentaram que o salário mínimo continuasse a ser dos mais baixos da Europa.¹⁰³

LIVRO BRANCO DA SEGURANÇA SOCIAL

Em janeiro de 1998 foi publicado o Livro Branco da Segurança Social, na sequência dos trabalhos preliminares já referidos, que constavam do ‘Livro Verde’, lançado em junho anterior. O Livro Branco, que ouvira 17 perso-

nalidades ligadas ao setor, constituía um repositório muito rico de informações sobre o sistema e continha um conjunto vasto de propostas de mudança da Segurança Social. No entanto, os acréscimos financeiros previstos com a reforma, que eram diferentes consoante os projetos a pôr em prática, não estavam aí claramente assinalados.

A CGTP entendia que as alternativas previstas no Livro Branco quanto à reforma do sistema assentavam em pressupostos duvidosos e punham em causa todo o sistema existente, criticando o que considerava como a abolição do princípio de que todos têm direito à Segurança Social.¹⁰⁴

A UGT saudou a publicação do Livro Branco, considerando-o, relativamente ao Livro Verde, mais técnico, menos alarmista, abordando matérias fundamentais e apresentando várias alternativas.¹⁰⁵ Os princípios que a reforma deveria observar, de «modo a garantir a confiança dos atuais pensionistas e contribuintes», eram os seguintes:

«Uma Segurança Social Pública e Universal;
O respeito pelos direitos adquiridos e em formação;
A convergência real com as pensões comunitárias, tendo em conta as convergências dos salários;
Reformas graduais que tenham em conta a sustentabilidade financeira do sistema, baseadas em dados e previsões credíveis;
Reforço da participação, em especial dos representantes legítimos dos contribuintes, trabalhadores e empresas, ou seja, as respetivas confederações;
Participação do Orçamento de Estado no financiamento da Segurança Social, de acordo com o estipulado na Lei de Bases da Segurança Social e com compensação gradual dos montantes em dívida.»¹⁰⁶

As reformas graduais deveriam prever soluções que contemplassem:

- «1 – Alternativas de financiamento de modo a privilegiar o emprego – revisão da taxa social única.
- 2 – Mecanismos complementares que incentivem a negociação coletiva.
- 3 – Revisão do regime de proteção no desemprego, alargando a sua cobertura em função da idade do contribuinte e do número de anos da carreira contributiva.

- 4 – A introdução de mecanismos de reforma flexível.
- 5 – Revisão das pensões degradadas em situações de longas carreiras contributivas.
- 6 – Incentivar o combate à fraude e ao trabalho negro.
- 7 – Continuar o combate à pobreza e à exclusão social.»¹⁰⁷

A UGT, através do seu Conselho Geral, assumia a complexidade da reforma e dispunha-se a participar numa ampla discussão com os parceiros sociais.

No depoimento incluído no próprio Livro, Medina Carreira, vogal da Comissão, defendia que o Ministério das Finanças tivesse um papel central, definindo os limites financeiros dentro dos quais a solução da Segurança Social teria de ser encontrada.¹⁰⁸ Ora, na Comissão não existia representante daquele ministério, o que para Medina Carreira era inaceitável. Ao *Expresso*, dizia mesmo: «Debate da Segurança Social é inútil sem Sousa Franco».¹⁰⁹ O ministro das Finanças, por sua vez, em nome dos compromissos que Portugal assumiria com a entrada no Euro, não queria fazer reformas estruturais, defendia um aumento dos impostos e recusava fazer cortes nas despesas. Quanto à Segurança Social, «pôs de parte que qualquer reforma possa contribuir para diminuir a despesa, e neste ponto o Livro Branco não adiantou nada.»¹¹⁰

Por conta própria, Medina Carreira fez as contas ao crescimento económico e nível de fiscalidade necessários para sustentar as medidas propostas na reforma da Segurança Social, num quadro de consolidação orçamental exigente – manter o deficit a menos de 3% do PIB, com a meta a 1,5% no ano 2000. Entregou essas contas à Comissão, que integrava, a Sousa Franco e a António Guterres. Os «números terão levado o Primeiro-ministro, com o apoio total do ministro das Finanças, a congelar o Livro Branco, encomendado por Ferro Rodrigues.»¹¹¹

Apesar de lentos, os trabalhos da reforma da Segurança Social foram prosseguindo. Em setembro de 1998 conseguiu-se um acordo de princípios¹¹² e em 2000 foi possível o consenso em torno de uma nova lei de bases da solidariedade e segurança social.¹¹³

O PLANO NACIONAL DE EMPREGO (PNE)

Na cimeira extraordinária sobre o emprego, realizada no Luxemburgo, em novembro, ficou decidida a elaboração de planos nacionais de emprego, com aprovação prevista para junho, em Cardiff. Estes planos deveriam observar as diretrizes europeias, que passavam por melhorar a integração profissional, desenvolver o espírito empresarial, incentivar a capacidade de adaptação das empresas e dos seus trabalhadores e reforçar as políticas de igualdade de oportunidades. CCP e CGTP, em janeiro de 1998, pronunciaram-se sobre estas diretrizes, apontando dificuldades na sua tradução prática.¹¹⁴

Conhecidas as principais linhas do PNE português, que deveria ser entregue até dia 15 de abril, a CCP e a CGTP voltaram à carga nas críticas ao documento. Passar das medidas passivas de promoção do emprego a medidas ativas de empregabilidade era a pedra de toque das diretrizes europeias, e, por razões opostas, CCP e CGTP estavam em desacordo.¹¹⁵

A UGT, em resolução do Secretariado Nacional, afirmava estar de acordo com as diretrizes europeias, que mereciam o apoio do movimento sindical, que participaria ativamente na elaboração do plano e que o mesmo devia ser enquadrado pelo Acordo de Concertação Estratégica.¹¹⁶

Na reunião de 2 de abril da CPCS, a UGT, já perante uma proposta governamental do PNE, criticava o documento, afirmando que este «ignora quase totalmente o espírito e a letra»¹¹⁷ da resolução do Conselho Europeu. E mais, considerava o documento totalmente omissivo quanto aos recursos humanos, técnicos e financeiros a afetar às medidas preconizadas, bem como quanto à calendarização e quantificação de metas, e ainda quanto ao conteúdo das medidas, coordenação das mesmas e formas de financiamento. A CGTP lamentava a ausência de medidas quantificadas e adiantava que o plano «não peca por aquilo que tem, mas por aquilo que não tem. O plano só por si não resolve os problemas, porque o emprego gera-se com desenvolvimento económico e com a redução do horário de trabalho.»¹¹⁸ Quanto às confederações patronais só a CCP se pronunciou, considerando o plano desequilibrado, não tendo medidas concretas; e acusava as que existiam de «serem escassas, muito vagas e insuficientes.»¹¹⁹

O PNE seria aprovado em Conselho de Ministros a 8 de abril de 1998, para vigorar por cinco anos, e contava com um investimento global de 211 milhões de contos.¹²⁰



IMPASSE NA CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICA

As dificuldades na Concertação Estratégica mantiveram-se, designadamente no quadro da aplicação prática da lei das 40 horas no que se referia ao cumprimento da lei e também à consensualização do conceito de pausas e de trabalho efetivo.

A CIP suspendeu a participação nas reuniões da concertação em fevereiro de 1998. Para esta confederação a credibilidade do Governo seria testada com a lei que faria a transposição da diretiva comunitária sobre a organização do tempo de trabalho e que visaria também clarificar os aspetos polémicos da lei das 40 horas. Para Ferraz da Costa, presidente da CIP, o Governo negociava uma coisa, a Assembleia da República fazia outra e assim não valia a pena estar na concertação. Para a CIP a chave do sucesso seria acabar de vez com o ACE ou definir a concretização de algumas medidas só para salvar a face.¹²¹ Esta posição foi criticada pela UGT, que considerou estar a CIP a tirar a credibilidade às negociações.¹²²

Para a UGT, o Acordo de Concertação Social de Curto Prazo, celebrado em janeiro de 1996, e que deu origem à lei das 40 horas, estava encerrado:

«A UGT saúda a proposta de lei de transposição da diretiva do tempo de trabalho e espera que a Assembleia da República assuma uma posição que contribua para a clarificação de conceitos, nos termos do parecer desta Central.

A UGT considera completamente encerrado este dossier, recusando qualquer tentativa de rediscutir esta matéria em sede de concertação social. As tentativas da CIP de bloquear a concertação estratégica por causa das 40 horas não são mais do que uma tentativa do presidente da CIP para desviar atenções.»¹²³

A CAP, em colisão com o ministro da Agricultura, desinteressou-se do processo. A UGT e a CCP faziam depender a sua disponibilidade para novas negociações da concretização de medidas do ACE, mas nem entendimento havia sobre quais as medidas prioritárias. Entretanto, o ministro da Economia, Pina Moura, responsável pela Concertação Estratégica, sem renegar o Acordo, avançou com uma Estratégia para o Euro, que deveria ser negociada a partir de março e que funcionaria como um acordo para vigorar até 2002.¹²⁴

A CIP e a CAP nem sequer se deslocaram ao Ministério da Economia para a reunião da Concertação, que teve lugar a 25 de fevereiro, em que se

deveriam definir as medidas prioritárias do ACE, a concretizar até julho, enquanto a UGT, reagindo, exigiu que CIP e CAP definissem se estavam ou não no ACE, acrescentando «quem quiser denunciar o Acordo que denuncie». ¹²⁵ João Proença reafirmou a intenção de participar na negociação de um pacto para o Euro apenas se o ACE fosse cumprido, caso contrário não haveria credibilidade para estabelecer outro acordo. ¹²⁶ A CCP também exigia a clarificação dos outros parceiros sociais. Pina Moura reconheceu o contratempo, mas defendeu que, independentemente do mesmo, o processo de «relançamento da concertação estratégica vai avançar. Na próxima semana será conhecida a listagem definitiva das medidas prioritárias e a CPCS reunirá a 11 de março para iniciar a discussão da Estratégia para o Euro.» ¹²⁷

Entretanto, tendo em vista da entrada no Euro, a política de apoio às empresas teve um volte-face em fevereiro de 1998. O ministro da Economia decidiu alterar o Plano Mateus, criado em 1996, para impedir a falência de empresas em situação económica difícil, e criar um novo plano destinado a incentivar as empresas saudáveis. Era um anti-Plano Mateus, justificado por uma fonte do Ministério da Economia pela existência de uma situação macroeconómica diferente daquela que existia em meados de 1996. ¹²⁸

AS COMEMORAÇÕES DO 1.º DE MAIO DE 1998

A CGTP comemorou o Dia do Trabalhador na Alameda da Cidade Universitária, após desfile que se iniciou no Campo Pequeno, e a UGT na Torre de Belém, ambas as centrais reclamando maior adesão que no ano anterior. Para além dos discursos político-sindicais, o mesmo ambiente de festa popular.

João Proença usou um tom moderado, mas lançou «alguns avisos à navegação socialista no Governo» ¹²⁹, exigindo novo impulso nas reformas estruturais e o cumprimento do Acordo de Concertação Estratégica. Considerou ser importante e urgente o combate aos recibos verdes, o alargamento da cobertura da proteção no desemprego e o aumento das sanções laborais. Reclamou do executivo uma convergência real dos salários e das pensões relativamente à média europeia, e uma redução do IRS dos trabalhadores

por conta de outrem. Carvalho da Silva assumiu o compromisso de evitar que o projeto do Governo, de alargar de três para quatro anos o prazo dos contratos, avançasse. Condenou o projeto do trabalho a tempo parcial e exigiu aumentos dos salários e pensões.

Saliente-se a sintonia existente entre as duas centrais: o combate ao trabalho infantil, a redução do horário de trabalho para as 35 horas, o combate ao desemprego e as críticas ao plano de emprego apresentado pelo Governo junto da Europa.

A CRIAÇÃO DA CPLP SINDICAL

Em 7 e 8 de maio de 1998, por iniciativa da UGT, foi criada a Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa. Foram membros fundadores treze centrais sindicais, dos sete países da CPLP, reunidos em Lisboa, na 1.ª Conferência Sindical dos PALOP. O grande objetivo desta comunidade era o trabalho conjunto, com vista a estreitar os laços políticos, culturais, económicos, sociais e sindicais, na defesa da paz, da democracia e dos direitos humanos, políticos e sindicais. O primeiro Presidente da CPLP Sindical foi João Proença, cujo impulso foi decisivo para a constituição desta Organização.¹³⁰

UMA APARENTE ACALMIA POR CIMA DE UM VULCÃO DE PROBLEMAS

A memória dos que viveram as últimas décadas do século XX conserva 1998 como um ano globalmente positivo para Portugal. Tudo parecia correr bem, numa espécie de tréguas com o destino do país, cheio de fados, alguns malfadados: a inauguração em março da Ponte Vasco da Gama; a Expo que decorreu no Verão, no Parque das Nações, com o êxito que todos reconheceram e, mais tarde, a atribuição do prémio Nobel da literatura a José Saramago.

A par desta aparente acalmia, subsistiam muitos conflitos laborais. A CGTP e a UGT admitiam mesmo que a realização da Expo 98 seria uma ótima oportunidade para os sindicatos e os trabalhadores forçarem o Governo e as entidades patronais a cederem às suas exigências.¹³¹ Júlio

Fernandes, da UGT, fala de ‘tentação’, Arménio Carlos, da CGTP, considera natural que os trabalhadores aproveitem o evento para pressionarem as entidades patronais.¹³²

E se assim se previa, assim aconteceu. Como titulava o *Expresso*, «Greves durante a Expo 98 rendem mais – as lutas laborais estão a alcançar uma maior adesão do que é habitual e a conquistar aumentos salariais muito acima da inflação.» CP, Metro, empresas da antiga Rodoviária Nacional, a hotelaria, os pilotos de barra, os guardas prisionais, os trabalhadores dos museus e palácios, os médicos¹³³, os paramédicos, os serviços gerais de saúde, os carteiros, os guardas e vigilantes da Natureza, os transportes pesados de mercadorias, os mineiros de Aljustrel, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, entre outros, ficaram marcadas por conflitos laborais e greves.¹³⁴

As greves dos motoristas de camiões de substâncias perigosas (camiões cisterna) e dos pilotos de portos e barras quase paralisaram o país em julho. Como afirmava Sérgio Figueiredo no seu jornal, «se há coisa que esta greve nos confirma é que o poder dos governantes, gente ilustre e bem-falante, pouco pode diante de centenas de milhares de camiões perfilados numa estrada, bloqueados por outros tantos indivíduos de aspeto humilde (...)»¹³⁵. «Ruptura à vista no abastecimento de combustíveis»¹³⁶, «Gasolina a conta-gotas» e «Últimas gotas de combustível»¹³⁷ eram alguns dos títulos do *Diário de Notícias* por aqueles dias, em que o país parou. As greves foram quase totais e não era clara a definição dos serviços mínimos, por os setores não estarem incluídos no grupo dos que satisfaziam «necessidades sociais impreteríveis.»¹³⁸ No entanto, eram responsáveis por intransponíveis dificuldades de abastecimento: sem combustíveis, não há transportes; sem portos não há mercadorias importadas.

Estas duas greves trouxeram «algo de novo ao panorama da conflitualidade laboral»¹³⁹, que foi a superação transitória das fronteiras sindicais – os pilotos de barra foram ao plenário da CGTP, sem serem filiados na central, como referiu Manuel Lopes; Júlio Fernandes, da UGT, apesar de reconhecer o predomínio da CGTP na classe dos motoristas, «enaltece a abolição das barreiras sindicais quando se tratou de parar: foi também um exemplo do que chamamos unidade na ação.»¹⁴⁰

Outra greve, ilimitada no tempo, merece destaque – trata-se da fábrica da Sodía, ex-Renault, em Setúbal, que antecipava o fim anunciado da mon-

tagem de veículos da marca francesa em Portugal, deslocalizando-a para a Eslovênia.¹⁴¹ A fábrica da Ford, na Azambuja, estava também em risco de fechar, «face à situação de excesso de capacidade de produção na Europa», mas estudavam-se hipóteses de solução para os 400 postos de trabalho em causa, num diálogo que envolvia os responsáveis da empresa, a comissão de trabalhadores e os chefes de departamento. João Proença esteve também reunido com os trabalhadores e a direção, a 17 de julho.¹⁴² Mais tarde, seria a Siemens a anunciar a venda de três fábricas em Portugal, duas em Évora e uma em Vila do Conde.¹⁴³ E ainda a TISEP, detida pela Texas Instruments e a Samsung Electronic, na Maia, anunciava o fecho e lançava 740 trabalhadores no desemprego, com o Governo a exigir que a empresa resolvesse o problema social e a devolução dos subsídios, uma vez que o contrato assinado com as multinacionais só terminava em 2004.¹⁴⁴ Tudo evidências inequívocas da globalização em marcha.

Outra face da realidade do país era o trabalho infantil. A deslocalização das atividades para o domicílio, onde a fiscalização tinha acesso dificultado, constituía uma forma nova de exploração. Nos distritos do Porto e de Braga, os dois distritos com mais casos registados de trabalho infantil, multiplicam-se as situações de trabalho no domicílio, no setor do calçado e do têxtil. E dentro de casa, ao abrigo dos olhares públicos e das autoridades responsáveis, muitas crianças trabalhavam em vez de, ou para além de, irem à escola.

Em Genebra, a OIT juntava nesse ano, durante os primeiros dias da Conferência Internacional do Trabalho, no início de junho, jovens de todo o mundo para uma marcha global contra a exploração da mão-de-obra de crianças, numa altura em que começava a discussão sobre a adoção de uma convenção sobre a matéria.¹⁴⁵ De Portugal, foram quatro menores:

«(...) Francisco Sequeira, de 15 anos, natural de Braga, que começou a trabalhar aos oito anos de idade numa oficina de carpintaria, estando presentemente acolhido numa instituição social onde frequenta o 4.º ano da escolaridade obrigatória. Já Nelson Ferreira, de 16 anos, nascido no Porto, continua a trabalhar na oficina de automóveis onde começou há dois anos. Tem o 9.º ano e gostava de tirar um curso relacionado com a profissão. Da Madeira, vieram o Márcio Veloso, de 16 anos com o 4.º ano de escolaridade e o Rafael Teixeira, de 15 e com mais três anos de escolaridade. Ambos entraram no mercado de

trabalho como vendedores de rua, o Márcio com 11 e o Rafael com 10 anos, e atualmente nenhum estuda.»¹⁴⁶

Meses mais tarde, em setembro, avançou um estudo para a caracterização e a quantificação do trabalho infantil, envolvendo inquéritos aos agregados familiares e aos menores, da responsabilidade do Governo, em colaboração com a OIT. Além da quantificação, pretendia-se caracterizar todos os fatores determinantes e explicativos do fenómeno. O trabalho prosseguiria em 1999, com inquéritos às escolas, professores e alunos e a entidades da sociedade civil.¹⁴⁷ Os resultados chegaram meses depois: perto de 43 000 crianças em idade escolar trabalhavam, das quais 9000 faziam-no por conta de outrem, e 34 000 em empresas ou explorações agrícolas familiares. Cerca de 66% eram rapazes e era no Norte que se registava um maior volume de trabalho infantil (61,3%).¹⁴⁸ O setor que mais absorvia crianças era a agricultura, e o dia de maior volume o sábado, o que evidencia bem a ténue fronteira, mesmo para as famílias, entre a ajuda legítima no seio da família e a exploração do trabalho infantil.

AINDA A LEGISLAÇÃO LABORAL

Em cumprimento do Acordo de Concertação Estratégica, de dezembro de 1996, embora de forma bastante lenta, estavam em preparação alterações várias à legislação laboral, designadamente a regularização das situações de falso trabalho autónomo (com a inversão do ónus da prova, passando a caber ao empregador provar que se trata de verdadeiro trabalho autónomo), a revisão do regime jurídico de férias, a flexibilização da idade da reforma, o trabalho noturno, o trabalho temporário (num tempo em que o recurso a trabalho temporário, dentro ou fora dos limites legais então estabelecidos, conquistava o mercado¹⁴⁹), a licença parental e o novo sistema de sanções laborais. O Conselho Geral da UGT, em julho de 1998, aprovou uma resolução exigindo ao Governo o rápido cumprimento dos compromissos assumidos, em face do atraso que levavam.¹⁵⁰ O Governo concluiu os projetos e remeteu-os à Assembleia da República ainda em setembro.¹⁵¹

A CGTP manifestou-se de imediato contra o chamado ‘pacote laboral’. Considerava que o processo de revisão da legislação tinha profundas impli-

cações na negociação coletiva, dado que os projetos «incentivam o patronato a não negociar e a introduzir novos fatores de bloqueamento na contratação coletiva.»¹⁵² A central ameaçava desencadear ações de luta, como greves e manifestações, se o Governo não alterasse as suas posições.¹⁵³ E organizou uma marcha jovem contra a revisão da legislação, por considerar que penalizava quem ingressava no mercado de trabalho.¹⁵⁴ Dias depois, a CGTP voltou à rua, contra o ‘pacote laboral’, tendo desfilado entre a Praça da Figueira e S. Bento.¹⁵⁵ Em novembro, mobilizava os trabalhadores junto do Parlamento, aquando da discussão sobre o trabalho a tempo parcial¹⁵⁶, e ameaçava fazer greves, no setor público e privado, se o diploma fosse aprovado.¹⁵⁷ Repare-se a este propósito, e neste caso concreto, como funcionavam no terreno as duas centrais, fiéis aos seus princípios e também aos seus preconceitos: para a CGTP a concertação social fazia-se sobretudo em manifestações e protesto nas ruas, numa perspetiva de antagonismo de classe, de certa forma semelhante, embora de sinal contrário e praticado por outros métodos, adotada na altura por duas confederações patronais, a CIP e a CAP; mas a UGT procurava levar até ao limite as virtualidades da negociação.

Uma das medidas previstas no ACE era o alargamento dos contratos a prazo de três para quatro anos, que seria concedida, com caráter excecional, para responder ao previsível aumento do desemprego, para os contratos com fim agendado para 1998 e 1999. Sobre esta medida, a incluir no pacote laboral, o Governo decidiu recuar, por considerar que o andamento positivo da economia portuguesa já não a justificava. As confederações patronais reagiram de forma muito negativa, com a CIP a ameaçar boicotar mesmo o diploma relativo às sanções laborais, em jeito de retaliação, e a CCP a considerar que esta posição do Governo revelava um desrespeito muito grave pelo compromisso constante do ACE, e ainda que «o argumento de que a saúde da economia está boa [era] completamente esquizofrénico.»¹⁵⁸

As centrais sindicais saudaram a medida. Manuel Lopes, da CGTP, referiu que o Governo não tinha outro caminho senão deixar cair este compromisso, atendendo ao crescimento económico a que se assistia. Já a UGT, pela voz de João de Deus, entendia que, tendo os prazos sido todos ultrapassados, e com o desemprego a descer, não havia alternativa, e que este recuo também se devia a razões políticas, porque se tratava de uma medida impopular e se estava a um ano das eleições legislativas.¹⁵⁹

Dentro da UGT alguma tensão, com os TSD a manifestarem a sua estranheza pela «complacência» da UGT face às alterações da legislação laboral, e acusarem a central de uma «inaceitável submissão ao Governo socialista».¹⁶⁰

AVANÇOS NA SEGURANÇA SOCIAL

O Rendimento Mínimo Garantido, uma das mais fortes bandeiras do Governo Guterres, que dera os primeiros passos em 1996, afirmava-se como um instrumento eficaz contra a pobreza e a exclusão social. Para o Orçamento de 1999, previa-se uma dotação de 37 a 40 milhões de contos, para fazer face aos processos entrados, que prefigurava a existência de cerca de 400 mil beneficiários.¹⁶¹

Para a Segurança Social, além das verbas previstas para o RMG, o Orçamento de Estado previa um valor entre 380 e 385 milhões de contos¹⁶², ao abrigo da lei de bases do sistema, cumprindo a obrigação do Estado de garantir o financiamento da ação social e dos regimes não contributivos e escassamente contributivos. Foi esta previsão que permitiu a Ferro Rodrigues anunciar um aumento extraordinário das reformas mais baixas, o que mereceu elogio unânime¹⁶³, e ainda a intenção de aproximar do SMN as pensões do regime contributivo geral. No quadro de negociação com a função pública, em dezembro, o Governo veio também a propor a equiparação das pensões degradadas dos funcionários aposentados, que se estimavam em mais de cem mil, ao SMN.¹⁶⁴

Quanto à reforma da Segurança Social, em preparação desde o início da legislatura, sofreu algum atraso com a turbulência associada ao Livro Branco, divulgado em janeiro, ao qual faltava a dimensão orçamental para enquadrar as propostas que trazia. Em setembro, por pressão do CDS-PP, que agendou a sua Lei de Bases no Parlamento, o PS acelerou a definição da sua proposta, tendo os projetos do PSD e do PCP chegado a plenário nessa sequência. O cruzamento de abstenções levou a que todas as versões da reforma fossem admitidas na generalidade, ficando as divergências para depois. A fase de discussão pública sobre os projetos terminou a 12 de novembro, data em que a UGT entregou o seu parecer.¹⁶⁵ O andamento dos trabalhos levou o ministro Ferro Rodrigues a acreditar que seria possível aprovar a Lei de Bases ainda na legislatura em curso, o que não veio a acontecer.

Ainda a propósito da reforma da Segurança Social, adensavam-se preocupações quanto ao subsídio de desemprego, e ao peso que representaria na despesa pública. Ribeiro Mendes, Secretário de Estado da Segurança Social e das Relações Laborais, assinalava: «O desenvolvimento do fenómeno do desemprego estrutural expõe os segmentos menos qualificados e mais idosos da população ativa a um risco de desemprego totalmente diverso do desemprego conjuntural associado ao ciclo económico.»¹⁶⁶ E acrescentava: «Dada a dimensão dos problemas e dificuldades que o sistema enfrenta, há que acentuar ainda mais o fundamento solidário que deve basear a segurança social. Ao mesmo tempo importa reconhecer a indissociabilidade das três dimensões em que a solidariedade se expressa – a nacional, a de base laboral e a intergeracional.»¹⁶⁷

REIVINDICAÇÕES DA UGT PARA 1999

Chegou o tempo de discutir o novo Orçamento de Estado. A UGT, pronunciando-se sobre o OE para 1999, colocou então algumas exigências que tinham a ver com a realização de reformas estruturais na Saúde, Segurança Social, Educação e Administração Pública. Advogava o desagravamento da carga fiscal dos trabalhadores por conta de outrem, da ordem dos 5% no IRS, e um referencial de 4% para a atualização salarial¹⁶⁸, em vez dos 2,7% propostos pelo Executivo. O valor deste referencial foi considerado o mínimo aceitável para não haver perda de poder de compra dos trabalhadores e pensionistas, já que a taxa de inflação prevista pelo Governo era de 2%, e a UGT estimava que chegasse aos 2,4%.¹⁶⁹ Por outro lado, a UGT exigia do Governo «medidas concretas para controlar aumentos especulativos de preços», tendo em vista o não agravamento da inflação.¹⁷⁰

O peso do IRS no conjunto dos impostos e o seu impacto no rendimento das famílias constituía uma preocupação dos órgãos da UGT, que acompanhavam em detalhe as negociações do Orçamento para 1999.¹⁷¹

A proposta de atualização das rendas de casa de 2,3% foi contestada pela Central, considerando que o aumento idêntico ao da taxa da inflação prevista iria retirar poder de compra aos trabalhadores que viviam em casa arrendada.¹⁷²

O Governo, preocupado com a elaboração de um Orçamento compa-

tível com as prescrições comunitárias em termos de adesão ao Euro, tinha dificuldade em acolher muitas destas reivindicações. Assim, no início de 1999, o valor do salário mínimo nacional subiria para 61 300\$, e quanto ao serviço doméstico a subida seria para 56 900\$, representando um aumento de 4%.¹⁷³ Na Função Pública, como se viu, o Governo propunha um aumento de 2,7%, com uma majoração de 0,5% para as pensões degradadas, e a criação de um sistema de pensões mínimas de aposentação e sobrevivência. As estruturas sindicais iriam analisar a proposta, mas à partida recusavam que o aumento ficasse pelos 2,7%.¹⁷⁴ Quanto aos funcionários no ativo, de acordo com o Governo, os aumentos salariais não poderiam ultrapassar os 2,95%, para «evitar novas pressões inflacionistas». O Executivo tentava jogar com os ganhos fiscais conseguidos em sede de IRS para compensar os funcionários deste aumento limitado.¹⁷⁵ No final das rondas negociais, o aumento foi fixado em 3%.

O FIM DO ACE?

O Governo preparava-se para fechar o Acordo de Concertação Estratégica no dia 25 de janeiro, em sede de CPCS. A UGT, pela voz de João Proença, adoptando uma atitude consequente com tomadas de posição anteriores, discordava frontalmente: «O Governo não pode pura e simplesmente declarar o fecho do ACE, porque há matérias muito importantes que ainda não foram cumpridas. O que pode fazer é denunciar o ACE, assumindo assim as suas responsabilidades.»¹⁷⁶

Vítor Ramalho, secretário de Estado adjunto do ministro da Economia, entendia que muito fora feito no quadro do ACE, destacando, no caso da Economia, as alterações nos setores da energia e do comércio e anunciava para a reunião seguinte da CPCS o início da discussão da política de rendimentos para 1999, a par do debate do Pacto para o Euro: «Trata-se de um pontapé de saída para um debate aprofundado de conceitos e princípios tendo em vista novos desígnios nacionais, e o facto de o euro ser agora um elemento estruturante da nossa economia», e acrescentava: «O Pacto para o Euro não tem como objetivo a celebração de um acordo, mas tentar aproximar posições diferentes.»¹⁷⁷

Para João Proença, o facto de o Governo não querer alcançar um acordo

queria apenas dizer que não havia condições para o obter. E sustentava que a própria discussão sobre o Pacto para o Euro, que fora anunciada há muito, surgia de forma absurda devido às dificuldades de implementação do Acordo. A verdade é que o ACE foi, de algum modo, deixado para trás, tendo avançado a Agenda 2000, sem intuito de firmar um acordo. No final de fevereiro, o Primeiro-ministro ouviu os parceiros sociais com assento na CPCS sobre a referida agenda, tendo todos defendido a manutenção do nível de transferências dos fundos estruturais e expressado a sua preocupação com as negociações da Política Agrícola Comum.¹⁷⁸

A CONFLITUALIDADE MARCA O ANO DE 1999

Mas a conflitualidade social, que havia de marcar todo o ano de 1999, surgiu imediatamente a seguir. Entre os protestos pelas alterações da legislação, vulgo «pacote laboral», as lutas específicas dos setores profissionais e das empresas, os protestos pelas consequências da globalização, o ano de 1999 ficou marcado por uma grande turbulência, de que dá conta a comunicação social da época.¹⁷⁹ O XIII Governo, que prometera diálogo e descrispação, acabou por ser fortemente fustigado por uma forte e arrasada onda de contestação social que ensombrou o seu último ano de vigência. Aliás, após um pequeno período de acalmia, respeitado pelas duas centrais sindicais, tempo de eleições europeias, o ‘forcing’ para a independência de Timor-Leste e, por fim, as eleições legislativas de outubro, as reivindicações recrudesceram. O novo Governo, saído destas eleições, não foi poupado, debatendo-se com o descontentamento da população, praticamente desde que entrou em funções.

No segundo semestre de 1999, o nível de conflitualidade manteve-se, envolvendo trabalhadores de múltiplos setores de atividade: têxteis, bancários, museus e palácios, administração local, trabalhadores do fisco, maquinistas da CP, pescadores, correios, enfermeiros, tribunais, portos, transportes, entre outros.¹⁸⁰

O 1.º de Maio foi comemorado pela UGT, como habitualmente, junto à Torre de Belém, desta vez sob o lema «Mais Emprego e Mais Solidariedade». Já a CGTP regressava à Alameda D. Afonso Henriques, por terem terminado as obras naquela área. O desfile iniciou-se no Martim Moniz,

terminando na Alameda. Este ano, o lema era «Por Abril, Direitos, Salários e Emprego – Hoje e no Futuro».¹⁸¹

Estava-se num ano de especial significado, uma vez que se comemoravam os 25 anos do 25 de Abril e outros tantos de liberdade sindical, mas, na verdade, o que uniu as vozes de uns e outros, UGT e CGTP, foram os apelos à paz em Timor-Leste e no Kosovo. O chamado «pacote laboral» serviu para marcar as diferenças, com a CGTP a aprovar um novo período de luta, a decorrer entre 17 e 26 de maio.

Por ocasião do dia do trabalhador, o *Expresso* divulga uma sondagem sobre questões sindicais, feita junto dos trabalhadores por conta de outrem. 79% estavam convencidos da indispensabilidade dos sindicatos, embora só 39% estivessem sindicalizados; mais de dois terços não sabiam o que estava em causa nas alterações à legislação laboral; mais de 90% dos inquiridos gostavam da sua profissão, dos quais quase 60% não gostaria de ter outra e quase a mesma percentagem (58,8%) não mudaria mesmo de emprego.

A PERSPETIVA DOS LÍDERES SINDICAIS

Perante estes dados, o *Expresso* entrevistou João Proença e Carvalho da Silva. O líder da UGT desdramatiza o facto de 60% dos inquiridos não estarem sindicalizados: «Isso revela um estado de espírito espantoso. Mesmo muita gente que não paga regularmente as quotas, (...) mantém-se ligada ao movimento sindical. As pessoas sentem que se não houver sindicatos não haverá negociação coletiva e toda a gente prefere ter uma protecção adicional se tiver um dia um conflito individual na empresa. Mesmo assim a nossa taxa de sindicalização é das mais altas da Europa do Sul e rondará os 30% (...).»¹⁸² Carvalho da Silva concordava. «Mas eu leria este resultado ao contrário! Haver 40% a declarar que está sindicalizado é uma taxa muito boa, das melhores da Europa do Sul! E atenção, muitos dos não sindicalizados não estão desatentos do movimento sindical. (...).»¹⁸³

Quanto ao Pacote laboral, Carvalho da Silva considerava que se assistia a uma «espécie de negócio»: «O que nós nos opomos é a um negócio de ciganos – há a ideia de que, como o Governo, antes até de ser eleito, acordou com alguns setores patronais certas mudanças, agora nos competiria,

a nós, movimento sindical, aceitar certos ‘equilíbrios’. Nós dissemos que não pode ser assim.»¹⁸⁴ Já João Proença considera que a CGTP politizou demasiado o debate e «ao fazer um ataque generalizado ao ‘pacote laboral’ e ao maximizar, em termos de opinião pública, as discordâncias, está a dar um alibi ao Governo, aos partidos políticos e aos patrões para evitarem a aprovação de certa legislação.»¹⁸⁵ Na sua opinião, esta posição radical da CGTP estava a prejudicar os trabalhadores. Quanto à concertação estratégica, considerava que o modelo estava esgotado: «Penso que o Acordo de Concertação Estratégica foi uma ideia generosa, mas que se esgotou. Um acordo igual ao último, não nos interessará mais. A nosso ver, deve ser preparado e concertado um acordo-quadro e depois feitas as negociações anuais.»¹⁸⁶

Quanto à comemoração conjunta do 1.º de Maio, tema recorrente, João Proença referia que estava na mesa há muito tempo, que fora reafirmado e reformulado e que não o fazia de novo. Carvalho da Silva afirmava: «Não nos foi feita pela UGT nenhuma proposta, nem formal, nem mesmo informal para este 1.º de Maio.»¹⁸⁷ Dois discursos diferentes que sublinham uma única vontade, a de não comemorar em conjunto o Dia do Trabalhador.

O PACOTE LABORAL É UM LENTO CAMINHO

Recorde-se que o chamado «Pacote laboral» era o conjunto de alterações na legislação do trabalho previsto no Acordo de Concertação Estratégica celebrado em dezembro de 1996, subscrito pela UGT – a CGTP, como oportunamente se referiu, ficou de fora do acordo. Mais de dois anos passados, esta Central continuava a lutar contra a aprovação destes diplomas e a agir em conformidade, convocando semanas de luta e manifestações.

No que respeita ao trabalho ilegal, a UGT exigiu também ao Governo o rápido agendamento das propostas, por considerar que era urgente atuar nesse domínio.¹⁸⁸ O projeto de lei respetivo, sobre as contra-ordenações laborais, que fixava as coimas para as sanções cometidas, veio a ser aprovado na generalidade a 29 de abril, sendo publicado em agosto seguinte.¹⁸⁹

Quanto ao novo regime de férias e ao novo conceito de retribuição, a UGT considerava que estando perto as eleições para o Parlamento Euro-

peu, e vindo de seguida as legislativas, seria melhor a discussão dos diplomas ser adiada, para evitar riscos de politização do debate. De todas as formas, a ideia seria, caso não fossem discutidos na legislatura em curso, transitarem para a seguinte.¹⁹⁰

Mas qual o ponto de situação¹⁹¹ dos diplomas mais polémicos do «Pacote laboral»?

Trabalho nocturno – O diploma foi publicado a 23.03.1999.¹⁹² Consagrou a redução do conceito de trabalho noturno: passava a abranger o prestado num período com a duração mínima de 7 horas e máxima de 11 horas, que incluía o intervalo entre as 0 e as 5 horas. Se tal não for fixado por convenção coletiva, vigora o período entre as 20 e as 7 horas.

Trabalho a tempo parcial – Definia o regime jurídico do trabalho a tempo parcial, com proporcionalidade de direitos em relação ao tempo completo. Para combater o desemprego, alargava a concessão de incentivos à contratação de trabalhadores neste regime. Previa-se a aprovação deste normativo na especialidade no início de maio.

Conceito de retribuição – Disciplinava as retribuições variáveis alterando o conceito de retribuição: este deixa de abranger, até um limite de 20% ou outro definido em convenção coletiva, as retribuições variáveis sujeitas a regras objetivas de atribuição e ligadas ao comportamento profissional dos trabalhadores e cuja verificação não esteja previamente garantida. Este diploma estava a aguardar o agendamento da discussão na Assembleia da República.

Férias – Para os contratos celebrados a partir do segundo semestre de 1999 a duração das férias passava a ser determinada em função da assiduidade dos trabalhadores, podendo atingir os 24 dias úteis de férias. Era necessário prestar pelo menos dois meses de serviço para se ter os 10 dias úteis de férias. Os trabalhadores não abrangidos podiam optar por este regime. Tal como o anterior, este diploma estava a aguardar o agendamento da discussão na Assembleia da República.

Sobre todas estas questões, o Secretariado Nacional da UGT¹⁹³ deliberou que seria necessário fazer um balanço do ACE, que refletisse a razão dos atrasos no cumprimento do estabelecido. Regozijou-se, no entanto,

com os diplomas aprovados, designadamente sobre sanções laborais, a que atrás já se aludiu, e sobre trabalho a tempo parcial, entretanto aprovado¹⁹⁴, e que seriam publicados em breve.

Assinale-se ainda uma alteração relevante ocorrida no seio da UGT, a designação de uma nova Presidente da Central. Manuel António Santos, antigo presidente do Sindicato dos Bancários do Norte, que ocupava o lugar de presidente da UGT desde 1996, deixava a central para presidir à Casa do Douro; avançou então Manuela Teixeira, que era Vice-secretária-geral há seis anos, e que João Proença considerava a pessoa mais indicada para o lugar, por ser «uma figura consensual que recolhe apoios em todas as tendências da UGT e tem provas dadas no movimento sindical.»¹⁹⁵

Manuela Teixeira era a líder da FNE (Federação Nacional dos Sindicatos da Educação) e representante da tendência social-democrata da UGT, condição necessária para assumir o cargo de presidente, uma vez que o acordo da UGT prevê que o cargo de secretário-geral seja ocupado por um elemento da tendência socialista e o de presidente da tendência social-democrata. Manuela Teixeira, disponível para o lugar, fazia depender a sua aceitação do apoio dos dirigentes sociais-democratas e do secretário-geral dos TSD. Por sua vez, Arménio Santos não se comprometia com a escolha: «existem muitos dirigentes sindicais que poderão ocupar o lugar de presidente da UGT. Poderá ser Manuela Teixeira como qualquer outro.»¹⁹⁶

Com a aprovação do Secretariado Nacional e depois do Conselho Geral da UGT, em maio, viria a confirmar-se Manuela Teixeira como Presidente da UGT, cargo que desempenharia até 2004.

ELEIÇÕES EUROPEIAS, TIMOR NO CENTRO DO MUNDO E A DESPEDIDA DE MACAU

Mudança de página. As questões sindicais foram provisoriamente postas em segundo plano. A agenda política do País, neste histórico ano de 1999, estava agora dominada por dois acontecimentos maiores: o das eleições para o Parlamento Europeu em vésperas da concretização da moeda única e, particularmente para Portugal, a fase final do doloroso processo da independência de Timor-Leste, onde o País empenhava todo o seu prestígio internacional e a capacidade e competência da sua diplomacia.

De facto, a 13 de junho de 1999 realizavam-se eleições para o Parlamento Europeu. Em Portugal, vence o Partido Socialista com 43% dos votos. Mas o tema omnipresente no coração dos portugueses na pátria e na diáspora, o tema no centro do mundo em 1999, era Timor. Aberta a possibilidade de independência de Timor em janeiro de 1999, em março e maio celebraram-se acordos entre Portugal e a Indonésia, realizou-se a consulta popular ao povo timorense a 30 de agosto, e a transferência de soberania aconteceu a 28 de setembro. Durante o Verão, muitos episódios de uma luta desigual, episódios de violência que justificaram a intervenção de forças da ONU, manifestações em Portugal de apoio e solidariedade com o povo de Timor Leste. Foi um longo Verão, com um final feliz. Por fim, em dezembro, Macau passou definitivamente para a soberania chinesa. Acabava antes do final do século e do milénio o que restava do Portugal colonial.

NOVAS LEIS DO TRABALHO: PROIBIÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO E RECIBOS VERDES COM SEGURO OBRIGATÓRIO

Em agosto de 1999 foi publicado um importante diploma contra a discriminação, com especiais implicações na área laboral. Proíbe as discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.¹⁹⁷

Previsto desde 1997, o seguro de acidentes de trabalho obrigatório para os trabalhadores independentes¹⁹⁸ foi concretizado quase dois anos depois, com a publicação da regulamentação da lei¹⁹⁹, e entraria em vigor no dia 1 de janeiro de 2000. De acordo com o diploma, através do seguro de acidentes de trabalho pretendia-se garantir aos trabalhadores independentes e respetivos familiares, em caso de acidente de trabalho, indemnizações e prestações em condições idênticas às dos trabalhadores por conta de outrem e seus familiares. Os trabalhadores independentes, que a UGT estimava em 900 mil, passavam a ter de efetuar um seguro, igual ao que as empresas tinham de fazer aos seus funcionários para cobrir os riscos do trabalho. O capital coberto podia ser fixado pelos trabalhadores, mas não poderia ser inferior a 14 vezes o valor do SMN, que era de 61 300\$00 em 1999. Ambas as centrais sindicais, UGT e CGTP, aplaudiam a medida, mas apontavam o dedo à existência de falsos recibos verdes, que poderiam

abranger quase meio milhão de trabalhadores, em que deveriam ser as empresas contratantes a assumir esta despesa, a que acrescia o valor descontado para a Segurança Social, e não os próprios trabalhadores, falsamente independentes.²⁰⁰

Esta polémica coincidiu com a publicação pela UGT de um relatório a denunciar a precariedade no nosso país. Apesar da descida do desemprego, a UGT sustentava que o aumento da população empregada se fazia à custa de formas precárias de emprego, de contratações a termo e trabalhadores independentes, que representavam 24,7% de trabalhadores do total, mais do dobro da média comunitária, muitos deles certamente falsos independentes.²⁰¹

IMPORTANTE ENTREVISTA DE MANUELA TEIXEIRA

Cerca de dois meses depois da posse, Manuela Teixeira concedeu ao *Expresso* uma entrevista em que afirmava «Temos de ser mais lutadores»²⁰² e fazia um ponto da situação político-sindical do momento. Reconhecia o papel desempenhado pelo ministro Ferro Rodrigues no plano da solidariedade social, com o Rendimento Mínimo Garantido à cabeça. No entanto, lamentava que, quanto ao ACE, existissem tantas medidas que se concretizaram muito tardiamente, com um impacto praticamente nulo. E quanto ao emprego, avisava que a UGT seria muito reivindicativa nessa matéria:

«Queríamos que o emprego se transformasse numa prioridade tão forte como são os critérios de convergência que conduziram ao Euro e que se procurasse fazer verdadeiramente convergência social na Europa. Mas vemos desconsolados e maldispostos que todas as intenções sobre o emprego não são mais do que puras aspirações sem grande conteúdo. Não nos convence o modo como se fala da diminuição do desemprego, porque não foi tão grande quanto poderia ser, nem tão consistente quanto deveria.»²⁰³

Defendendo o papel da concertação social, entendia que deveria haver um acordo-quadro, mas com obrigação de serem feitos acordos anuais, pelo menos quanto à política de rendimentos, que considerava uma base mínima para as negociações coletivas. Acusava o Governo de não se ter empenhado

na prossecução do acordado no ACE e considerava «dois grandes fracassos» o facto de, nos últimos dois anos, não se terem celebrado acordos de política de rendimentos, responsabilizando o Governo e a própria UGT, por não ter sido mais dura a esse nível: «É uma grande falha, uma coisa que fizemos mal.»²⁰⁴

Tendo assumido no Conselho Geral em que fora eleita, em maio, não ter «vocação para figura decorativa», perguntava o *Expresso* se defendia uma altera o aos Estatutos da UGT, uma vez que o cargo de Presidente era menos operacional que o de Secretário-geral:

«Não. Os estatutos da UGT são muito claros: o presidente tem a primeira representa o nas questões institucionais de c pula, dirige o conselho geral e o congresso, e tem assento na comissão permanente e no secretariado nacional.   o número dois da Central. Procurarei sempre em diálogo com o secretário-geral da UGT discutir as orienta es que vamos seguir e naturalmente que terei, como sempre tive, uma voz ativa. Discuto muito com o João Proença, sou muito amiga dele, sei que ele também   muito meu amigo, mas nem sempre concordamos.»²⁰⁵

AS ELEI OES DE OUTUBRO DE 1999

Na perspetiva da realiza o das elei es legislativas, PSD e CDS-PP tentaram durante alguns meses um acordo para cria o de uma nova AD, desta feita, Alternativa Democrática. As tentativas falharam em maio e Marcelo Rebelo de Sousa acabou por abandonar a liderança dos sociais-democratas, sucedendo-lhe José Manuel Durão Barroso.

Com o Governo em vésperas de elei es, era tempo de pressão por parte das centrais sindicais. A UGT reagiu aos valores da infla o, que deveria ficar, em 1999, entre 2,5 e 3%, quando as atualiza es tinham tido por base uma proje o de 2%, exigindo uma revisão das pensões (aumento de 1%) e uma redu o do peso do IRS em 2000, que para os trabalhadores por conta de outrem deveria ser de 5%.²⁰⁶

No que respeita   negocia o coletiva, a UGT desafiou os partidos a apresentarem nos seus programas eleitorais para as legislativas solu es com vista ao seu reforço, o que fez através de um documento, «Privilegiar

a contratação coletiva», em que dava conta de que os seus sindicatos tinham subscrito 153 das 252 convenções coletivas existentes, abrangendo um milhão e 200 mil trabalhadores no país.²⁰⁷ Estimando a inflação entre os 2,2 e os 2,4%, e considerando o crescimento da produtividade do trabalho, a UGT reclamava um aumento de 5%.²⁰⁸

As eleições realizam-se a 10 de outubro de 1999, com o PS a vencer e a obter 115 deputados, tantos quantos os da oposição, ficando, pois, a um deputado da maioria absoluta. António Guterres voltou a formar Governo, o XIV constitucional, com algumas caras novas e a promessa de uma nova geração de políticas sociais, que passavam por gerar mais e melhor emprego, melhorando a produtividade e desenvolvendo as políticas ativas de emprego; valorizar as pessoas, continuando a investir na educação e formação; apoiar as famílias e prevenir e diminuir fraturas sociais.²⁰⁹

Já após as eleições, e aproveitando o seu aniversário, no final de outubro, a UGT apresentou um documento, «Exige-se ao próximo Governo uma maior preocupação com o social», reclamando medidas nos primeiros 100 dias do novo Executivo. Aumentos das pensões entre 5 e 10,4% e de 6% para o salário mínimo.²¹⁰ Quanto à Função Pública, a Frente Comum, afeta à CGTP, exigia 6% de aumento, complementada pela garantia de que nenhum trabalhador teria um aumento inferior a cinco contos.²¹¹

Sem prejuízo destas exigências imediatas, as duas centrais mostravam-se otimistas quanto ao resultado das legislativas no que respeitava às reformas a realizar. Para Ulisses Garrido, da CGTP, os resultados davam «alento e confiança ao movimento sindical e reforçam a necessidade de se corresponder aos anseios dos trabalhadores»²¹², sublinhando a necessidade das reformas na fiscalidade, segurança social e saúde. A UGT, por seu turno, privilegiava as reformas da fiscalidade e da segurança social, mas também do emprego e do sistema de relações laborais. Para Júlio Fernandes, dirigente desta Central, as reformas que estavam presentes nos programas dos partidos criavam a expectativa de que agora se viabilizassem; simultaneamente mostrava a disponibilidade da UGT para a negociação de um grande acordo de concertação estratégica.²¹³

Até o patronato veio a jogo exigir reformas. Os empresários consideravam que o facto de Guterres não ter conseguido vencer com maioria absoluta não deveria constituir entrave à realização de reformas estruturais. Rocha de Matos, da AIP (Associação Industrial Portuguesa), Ludgero

Marques da AEP (Associação Empresarial de Portugal) e Vasco da Gama, da CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal) concediam ao Governo o benefício da dúvida, e aguardavam expectantes a realização das reformas estruturais necessárias à competitividade da economia portuguesa. Por sua vez, Nogueira Simões, da CIP (Confederação da Indústria Portuguesa), mostrava-se descrente relativamente à existência de vontade política para fazer as reformas.

O CONGRESSO DA CGTP E A PREPARAÇÃO DO CONGRESSO DA UGT

Sob o lema «Valorizar o trabalho, dignificar os trabalhadores», reuniu o IX congresso da CGTP, a 10 e 11 de dezembro, na Feira Internacional de Lisboa. A substituição da figura de coordenador nacional pela de secretário-geral foi uma das mais importantes alterações aos estatutos, justificada pela necessidade de atualizar a designação, facilitando as relações institucionais a nível internacional. No entanto, sublinhava-se que seria sempre um membro de um coletivo, e que o seu compromisso era com todos. Outra das alterações aprovadas foi o alargamento dos mandatos de três para quatro anos.

Em entrevista anterior à realização do congresso²²², Carvalho da Silva afirmava que este seria o congresso mais importante desde 1977, o ano do Congresso de todos os sindicatos. Pretendia-se que fosse um marco importante nos processos de reestruturação, rejuvenescimento e fortalecimento da CGTP.

As então recentes declarações do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e do líder da bancada parlamentar, Octávio Teixeira, sobre os erros das sociedades socialistas, «não constituem um choque para mim», afirmava Carvalho da Silva, assinalando que os documentos da CGTP «de há muito tempo chamam a atenção para o fracasso do modelo que foi ensaiado nessas sociedades.»²²³ No congresso seria debatida a filiação internacional da CGTP, com inclinações para a CISL (Conferência Internacional dos Sindicatos Livres), vista por alguns como pró-americana, em detrimento da FSM (Federação Sindical Mundial), próxima dos países de Leste.

Outra mudança seria a renovação à força do Conselho Nacional da CGTP, com a entrada de 12 jovens dirigentes sindicais com menos de 30

anos, que seria um alerta aos mais velhos «no sentido de dizer que se chegou ao limite e que tem mesmo de haver mudanças.»²²⁴ Por outro lado, um maior peso do setor dos serviços e a participação de grandes federações, como a FENPROF, eram outras novidades relevantes, que correspondiam a uma nova correlação de forças dentro da central.

Com uma renovada CGTP, Carvalho da Silva pretendia que a central dissesse ao Governo «algumas coisas que deve fazer e outras que tem de fazer»:

«É hoje evidente que o caminho seguido pelo anterior executivo na estruturação do chamado Acordo de Concertação Estratégica quanto aos seus conteúdos, objetivos e *timings* não pode ser repetido. A sociedade portuguesa está numa fase de outras exigências e a área reivindicativa vai sofrer uma mudança muito grande. Tem de haver separações claras do que é negociação coletiva, concertação social e diálogo social e outro tipo de compromissos. Isto é um salto enorme.»²²⁵

Os dois dias do congresso terminaram com a eleição do novo Conselho Nacional e a aprovação de vários documentos, dos quais constava uma plataforma reivindicativa que elegia o ano 2000 como o ano de luta pela melhoria dos salários e contra a precariedade no emprego. Outro dos objetivos aprovados foi a sindicalização de 200 000 trabalhadores durante os quatro anos do mandato que então se iniciava.²²⁶

* * *

O ano 2000 arrancou com uma reunião da Comissão Permanente de Concertação Social, a 5 de janeiro. Procurava-se assim recuperar tempo perdido e simultaneamente regressar ao diálogo social, que tinha estado quase paralisado nos últimos anos. Guterres apostava agora nos acordos setoriais, depois do quase fracasso do Acordo de Concertação Estratégica, de grande ambição mas pouco alcance.²²⁷ As áreas prioritárias a discutir no novo processo de Concertação Social seriam a coesão e sustentabilidade do sistema económico, a qualidade no trabalho e, por pressão da UGT e da CCP, a segurança social.²²⁸

Com o congresso marcado para o início de maio, grande azáfama na UGT com a preparação desse acontecimento, que mobiliza energias e recursos durante meses.

Tendo por horizonte o congresso, os TSD – Trabalhadores Sociais-Democratas, procurando marcar pontos e ganhar posições, através do seu secretário-geral, Arménio Santos, manifestaram um enorme mal-estar com a direção da central sindical: «Ou a UGT se assume como força sindical voltada para o terreno ou os TSD repensam muito claramente a sua posição na central.»²²⁹ Apontando um défice de credibilidade à central, associa esta situação ao facto de João Proença ser do PS, que estava no Governo. Ao mesmo tempo, Arménio Santos considerava que a CGTP estava a avançar em áreas onde não seria previsível e que o Governo privilegiava esta central, em detrimento da UGT. Fazia esta leitura pelo facto de os referenciais salariais não estarem em cima da mesa das negociações da Concertação, tendo sido remetidos para os acordos coletivos de cada sindicato, o que era uma «clara cedência a uma reivindicação antiga da CGTP.»²³⁰

Esta interpelação, em modos inusuais, tinha raízes em pequenas rivalidades que sempre se foram verificando ao longo da vida da UGT entre as suas duas principais correntes e mesmo divergências que se foram mantendo entre o líder dos TSD e o Secretário-geral da UGT. Mais recentemente o relacionamento entre TSD e UGT agravara-se, com as eleições para o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, por causa de um desentendimento quanto à constituição da lista comum entre as tendências socialista e social-democrata.

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA E CIMEIRA EUROPEIA DE LISBOA

No primeiro semestre de 2000 era portuguesa a presidência da União Europeia. O momento alto decorreu em 23 e 24 de março, com a reunião extraordinária do Conselho Europeu, de que saiu a Estratégia de Lisboa, cujo objetivo era tornar a Europa na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de gerar um crescimento económico sustentável com mais e melhores empregos e maior coesão social.

Na véspera do início da Cimeira, a 22 de março, reuniu em Lisboa o Comité Executivo da CES – Confederação Europeia de Sindicatos, que aprovou uma resolução para que a Cimeira de Lisboa significasse uma fronteira, uma verdadeira mudança nas políticas económica e de emprego da União Europeia e um avanço no sentido de um Pacto Europeu pelo

Emprego. Em Lisboa reuniu também a UNICE – União das Confederações da Indústria e de Empregadores da Europa, por sua vez exigindo maior flexibilidade e liberalização.²³¹

Entretanto, ao longo dos primeiros meses de 2000, registam-se protestos, greves e ameaças de greves, em vários setores da sociedade portuguesa, como a consulta de imprensa abundantemente testemunha. O Governo propôs 2,2% de aumentos salariais na Função Pública, muito longe dos 5% da UGT e dos 6% da CGTP²³², o que levou os trabalhadores para a rua, por melhores salários, a 26 de janeiro²³³ e a ameaçar uma greve geral quando o Governo subiu a proposta apenas 0,2%, para 2,4%, com a CGTP a avançar mesmo para a greve a 18 de fevereiro.²³⁴ O Governo subiu mais 0,1%, para 2,5%, mas tal foi considerado insuficiente por todas as estruturas sindicais.²³⁵ O processo ficou encerrado nos 2,5%, com protestos de rua não só da CGTP, mas também das organizações afetas à UGT, todos reivindicando aumentos superiores e acentuando a falta de credibilidade das projeções do Governo para a inflação, sempre ultrapassada nos últimos anos.²³⁶ Mas não era só a Função Pública. Também a Carris, o Metro de Lisboa, os CTT, os notários, os pescadores, os resineiros, entraram em processos de reivindicação

Aproveitando a realização da Cimeira Europeia do Emprego em Lisboa, a CGTP convocou uma manifestação para 23 de março, que juntou 50 000 trabalhadores de todo o país. O desfile partiu do Mosteiro dos Jerónimos e terminou junto ao Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL), onde decorria a Cimeira. Defendia-se a melhoria da qualidade do emprego, o combate à precariedade e ao trabalho clandestino e ainda a redução progressiva do horário semanal de trabalho para as 35 horas.²³⁷

Anunciado pelo Governo, em final de março, um extraordinário aumento dos combustíveis, a Comissão Executiva da UGT reuniu de emergência, e emitiu uma nota de imprensa em que exigia ao Governo a revisão da meta da inflação e o aumento de salários:

«É evidente para nós que a meta da inflação não vai ser alcançada. Tal exige que o Governo assuma as suas totais responsabilidades na revisão da meta de inflação e na correção dos salários, em especial da Administração Pública e das pensões e salários mínimos, fixados na base dos 2% anteriormente previstos.»²³⁸

Dias depois, paralisações convergentes nos transportes afetam profundamente a vida da capital: Carris, Metro, CP param Lisboa. A repercussão social é enorme.²³⁹ Aumentos salariais, redução de horários de trabalho, renovação dos recursos humanos, estão na base de um conflito que, uma vez mais, se arrastou durante alguns meses.

O 25 DE ABRIL E O 1.º DE MAIO DE 2000

A novidade das comemorações do 25 de Abril deste ano 2000 foi o facto de se associarem à tradicional manifestação na Avenida da Liberdade, entre o Marquês de Pombal e os Restauradores, efetivos da PSP e GNR, vestidos à paisana, mas com cartazes a identificarem-nos como membros da Associação dos Profissionais da Guarda e da Associação Socioprofissional da Polícia. Exigiam direitos associativos e horários dignos. No Porto, elementos da GNR também saíram à rua, em solidariedade com dois colegas detidos.²⁴⁰

A CGTP comemorou o Dia do Trabalhador na Alameda D. Afonso Henriques e a UGT na Torre de Belém. Carvalho da Silva criticou a situação laboral do país, chamando a atenção para a má qualidade do emprego e para a precariedade. Mas também João Proença criticou o Governo, acusando o Primeiro-ministro de fazer estimativas da inflação irrealistas para, dessa forma, limitar os aumentos dos salários. Ambas as centrais se mobilizavam para a greve geral, marcada para 9 de maio.²⁴¹

Por ocasião do 1.º de Maio e nas vésperas do congresso da UGT, que teria lugar em Lisboa, de 5 a 7 de maio, na Culturgest, João Proença deu uma longa entrevista ao *Expresso*. Agudizando o seu discurso, exigia que o Governo infletisse a sua política para com os trabalhadores e afirmava que os ministros estavam demasiado assoberbados com a União Europeia para tratarem dos assuntos laborais do país: «O Governo (...) tem de governar». Considerava que o arranque da Concertação Social, no início do ano, tivera como que uma falsa partida, uma vez que ainda não se chegara à discussão dos assuntos, estava-se ainda numa fase prévia de discussão metodológica. Pôs o dedo na ferida dos recibos verdes, que considerava o cúmulo da precariedade, e exigiu medidas que pusessem cobro a essa situação. Alertava para a imigração ilegal e o trabalho sem direitos que

trazia, por arrastamento. No que dizia respeito ao Congresso, anuncia a entrada de mulheres e jovens para cargos dirigentes, com vista a uma renovação da Central.²⁴²

Esta entrevista coincidiu com dias de crispação social crescente, com as greves dos transportes a abalar o país. Guterres participa numa reunião com a UGT, para fazer a defesa intransigente da política económica e social do Governo, necessárias em nome do cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento e do controlo do défice público, mantendo-se inflexível em matéria de aumentos salariais. João Proença riposta, acusando o Governo de estar a comprometer o poder de compra dos trabalhadores. E até a estratégia governativa de colar as greves dos transportes a manobras do PCP indignou os socialistas da UGT, que estavam, em muitos pontos, em convergência com as reivindicações da CGTP no Metro e na Carris.²⁴³

Por ocasião do 1.º de Maio, foi também publicada uma sondagem sobre os jovens (entre os 16 e os 30 anos) e o sindicalismo. Sem espanto, porque os tempos eram outros, concluía que a esmagadora maioria dos jovens não estava sindicalizada, que mais de 80% nunca haviam participado nas comemorações do Dia do Trabalhador e nunca tinham feito greve.²⁴⁴

Com a greve geral marcada para 9 de maio, as centrais a convergirem nas críticas ao Governo e a endurecerem as suas posições, Guterres a deixar a UGT a falar sozinha e a faltar à CPSC, estava criado o caldo para um congresso da UGT extraordinariamente contundente para com o Governo socialista. Assim aconteceu.

PONTOS INTERNACIONAIS

1996.4.19 – VII Congresso da UGT apela a todos as delegações sindicais estrangeiras presentes «que pressionem os respetivos governos para que exijam a retirada das forças de ocupação indonésias» do território timorense.

1997.2.27 – UGT organiza seminário «União Europeia – A Livre Circulação dos Trabalhadores».

1997.6.16 – UGT reclama uma revisão do Tratado de Maastricht que tenha por base a questão do direito ao trabalho e na qual os trabalhadores se revejam.

1997.11.20 – Manifestação da CES no Luxemburgo. UGT marca presença com 150 trabalhadores.

1998.5.7 – Fundação da CPLP Sindical. João Proença é eleito Secretário-geral.

1999.3.16 – Cimeira Sindical Ibérica, em Lisboa.

1999.3.18 – UGT apela ao Primeiro-ministro português para intervir na defesa de uma Europa mais social no quadro do Conselho Europeu de 24 e 25 de março.

1999.5.7 – I Conferência Sindical dos Países de Língua Portuguesa tem lugar em Lisboa.

1999.5.13 – UGT organiza seminário internacional «Políticas de Emprego e Diálogo Social na Europa».

1999.5.28 – UGT publica moção saudando Acordo assinado na ONU que consagra o direito à autodeterminação do povo de Timor.

1999.7.2 – João Proença eleito vice-presidente da CES. É o primeiro português a assumir tal cargo.

1999.9.7 – UGT marca presença na manifestação pela paz em Timor em frente à representação da ONU. CES e CISL apoiam manifestação.

1999.9.13,14 e 15 – UGT organiza a Conferência Sindical União Europeia – América Latina. Para a Central é a «mais importante reunião sindical que teve lugar em Portugal».

1999.9.18 – João Proença eleito vice-presidente da CES.

1999.9.22 – Secretariado Nacional da UGT reafirma o seu apoio ao povo timorense e saúda a libertação de Xanana Gusmão.

1999.11.15 – Secretário-geral da CISL, Bill Jordan, profere intervenção no Secretariado Nacional da UGT.

2000.3.16 – 2.ª Cimeira Sindical Ibérica, em Lisboa. UGT, CGTP, CCOO e UGT-E participam na cimeira.

2000.3.21 e 22 – Reunião do Comité Executivo da CES, em Lisboa, organizada pela UGT e pela CGTP.

2000.4.5 – João Proença intervém no Congresso da CISL. UGT apresenta forte delegação.

PONTOS INTERNOS

1996.4.29 – Secretariado Nacional nomeia para os cargos de vice-secretários-gerais Barbosa de Oliveira, Manuela Teixeira, Victor Hugo Sequeira, José Veludo e José Simões. Para a Comissão Permanente de Concertação Social são nomeados João Proença, Manuela Teixeira e Jorge Santos. Wanda Guimarães é a coordenadora da Comissão de Mulheres.

1996.6.5 – Secretariado Nacional, no quadro dos grupos temáticos da CPCS, nomeia Manuela Teixeira, Rui Oliveira e Costa e Paula Bernardo para o grupo «Emprego, Educação e Formação», João Proença, José Veludo e Paula Bernardo para o grupo «Política Macroeconómica, Política de Rendimentos e Política Fiscal», Jorge Santos, João de Deus e Paula Bernardo para o grupo «Economia e Empresas», Júlio Fernandes, Evaristo Guerra de Oliveira e Cristina Aleixo para o grupo «Proteção Social», Vítor Hugo Sequeira, João de Deus e Américo Thomati para o grupo «Produtividade, Condições de Trabalho e de Participação» e José Veludo, Júlio Fernandes e Américo Thomati para o grupo «Desburocratização e Relações dos Trabalhadores e das Empresas com a Administração Pública».

2000.3.28 – Comissão Executiva define grupos de trabalho na Concertação Social. João Proença insere-se em todos os grupos e divide os grupos «Educação, Formação e Emprego» e «Salários e Produtividade» com Manuela Teixeira. Guerra de Oliveira é o segundo nome na «Proteção Social», assim como João de Deus no grupo «Higiene e Segurança no Trabalho/Sinistralidade».

VIII CONGRESSO DA UGT

O VIII Congresso da UGT teve lugar na Culturgest, em Lisboa, durante os dias 5, 6 e 7 de maio de 2000, sob o lema «Por um País Desenvolvido e Solidário». De acordo com o *Público*, o evento marcaria a sobrevivência da central à polémica relativa aos fundos europeus.¹ No entanto, a sobrevivência da central passava muito pela persistente manutenção de alguns dirigentes em cargos decisivos. Guerra de Oliveira, secretário-executivo da UGT, lembrava que não tinha «a quem entregar a pasta» apesar de estar «cheio de vontade de [a] passar». O próprio mostrava-se «cansado de ver sempre as mesmas caras» e preocupado com uma «renovação» que não observava. Para Luís Cardoso, líder do Sindicato da Energia, havia que «criar aliciantes para que os jovens assegurem o futuro do movimento sindical».²

Na abertura do congresso João Proença aproveitou para uma vez mais denunciar a orientação do Governo de António Guterres perante a concertação social. De acordo com o secretário-geral, havia por parte do Executivo «falta de consideração» e desrespeito pela concertação social e pela negociação coletiva. No último biénio «o Governo mudou de posição», pautando-se por «um papel dúbio» ao «não cumprir pontos importantes do acordo [de concertação social]. Mais: para João Proença, António Guterres não se mostrava disposto a «negociar saídas para os conflitos» ao faltar à última sessão extraordinária do Conselho Permanente de Concertação Social – curiosamente depois de o próprio Primeiro Ministro incitar «os parceiros apresentarem projetos concretos, disponibilizando-se a discuti-los». O Executivo já não apostava, então, na concertação social. Por isso, Proença lembrou «a importância da concertação» em 1996 e 1997, «anos em que houve acordos de rendimentos», «as metas da inflação

foram respeitadas» e, segundo o próprio, «não houve conflitualidade social»³ – ao contrário do que se observava na sociedade portuguesa de então. Nesse sentido, compreendia-se que a recente atitude do Governo tivesse gerado as «tensões sociais» que se iam observando.⁴

As críticas não se resumiam, no entanto, ao papel desenvolvido pelo Governo no plano da concertação social. O secretário-geral da UGT não se esqueceu de lembrar a inflação que nos dois anos anteriores «ultrapassou as metas previstas» pelo Executivo e que fez com que os trabalhadores perdessem «1,1 por cento» no seu poder de compra.⁵ Neste contexto de desaprovação da política governativa, João Proença aproveitou o discurso para apoiar a greve do dia 9 de maio na Administração Pública,⁶ convocada pelos três sindicatos da Função Pública.⁷

O socialista lembrou ainda ao Governo a questão da precariedade que assola um em cada cinco trabalhadores e os problemas da segurança no trabalho.⁸ As carências do Sistema Nacional de Saúde, o adiamento da reforma fiscal⁹ e da Segurança Social¹⁰ e a redução do horário semanal para 35 horas foram outros temas abordados por João Proença.¹¹

Por fim, apesar de classificar de «globalmente positiva» a presidência portuguesa da UE, Proença lembrou que a economia portuguesa não estava a «crescer o suficiente» de forma convergir de facto com outros países europeus. Apesar das críticas, o Secretário-geral afirmava que «nunca estaremos ao serviço de qualquer oposição», o que não significava também que a UGT estivesse algum dia «ao serviço» de algum «governo».¹²

No segundo dia do congresso foi debatido e aprovado o relatório do Secretariado Nacional, assim como os estatutos e a resolução programática para os quatro anos seguintes. Ao longo do dia «os congressistas centraram-se [...] na necessidade de reorganização sindical face à globalização dos mercados», nas críticas à comunicação social por «só dar publicidade ao escândalo» – e não às questões sociais –, na «ideia de que nos seus setores [...] nada foi feito» pelo Governo e, alguns, na intenção de unidade na ação com a CGTP. No entanto, esta proposta haveria de dar origem a uma «troca de ditos» que, de acordo com o jornal *Público*, finalizaria com a tendência sindical unitária a sair da sala do congresso.¹³

Segundo o jornal *Público*, «o principal foco de atenção» foi a crítica a um Governo que, apesar de socialista, procurava alegadamente apenas governar para os patrões. Um dos delegados, no quadro da discussão da resolu-

ção programática e muito aplaudido pelos demais, criticou aqueles que na UGT atuavam mais como militantes do partido do Governo do que como sindicalistas. Ainda segundo o diário, o mesmo delegado afirmou: «Não estamos ao serviço do Largo do Rato. [...] Não podemos estar a olhar para os trabalhadores e ao mesmo tempo para o partido. Não podemos estar com um pé ao lado do patronato e um pé ao lado dos trabalhadores». Ainda segundo o delegado em causa, a UGT tinha que «apostar na unidade dos trabalhadores» mesmo que isso significasse a unidade com o PCP e a CGTP. Mais a mais, como afirmaria outro delegado, «a CGTP também está a mudar».¹⁴

Noutro âmbito, outras intervenções versaram sobre a crítica à «globalização sem rosto» que promove os ricos e sobre a «luta à sociedade globalizada». Nesse sentido, um dirigente afirmou que a prática do sindicalismo no início do século XXI teria que passar necessariamente por «sindicatos globalizados», de modo a combater a ideia de que «os trabalhadores [são] meramente [...] peça estatística».¹⁵

As críticas mais contundentes à direção da UGT voltaram a surgir por «alguns dos bancários» do SBSI que tiveram em João Pascoal o seu porta-voz. O bancário criticou a «política de concertação que obriga a central a mendigar». Mais: o caráter conciliador da UGT estava já tão vincado que, para aquele delegado, a Central, por um lado, já não tinha sequer «o cheirinho a operário» e, por outro, era já praticamente toda dirigida por «burocratas sindicais».¹⁶ Como é dito atrás, este grupo de delegados acabaria por abandonar os trabalhos.

Durante os trabalhos do congresso, João Proença reiterava a sua insatisfação em relação à recusa do Governo em se sentar à mesa das negociações salariais para a Função Pública. Por isso, o Secretário-geral reeleito não estava com meias-medidas para com o Executivo de Guterres. «O governo» havia que «escolher»: ou «a via do acordo ou a via do conflito». Era «inaceitável» a posição do Governo que, com a sua política, fomentava o «aumento dos lucros» e a «desigual repartição dos rendimentos».¹⁷ De acordo com o secretário-geral, «é inaceitável que o Governo continue a confundir as empresas com os empresários, limitando-se a dialogar e a favorecer estes, e não ouvindo o conjunto dos que trabalham nas empresas».¹⁸

Em lugar de fomentar a desigualdade social, Proença reclamava um país que se aproximasse «gradualmente das condições de vida dos restantes

membros» da União Europeia. Sem excluir o reforço da unidade na ação com os sindicatos afetos à CGTP.¹⁹

Num tom de contestação, Proença apresentou uma moção de urgência pela participação de todos os trabalhadores na manifestação convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos agendada para 19 de junho, no Porto. Por ocasião da cimeira europeia a decorrer naquela cidade, a UGT esperava então «a maior manifestação de sempre em Portugal desde o 1.º de Maio de 74» – visto não participarem apenas trabalhadores portugueses – com a intenção de «dar conteúdo ao que foi discutido na cimeira do emprego». O secretário-geral da UGT acreditava numa «manifestação de grande visibilidade» para pressionar os governos europeus.²⁰

Na sua intervenção Manuela Teixeira também elevou o tom da crítica. Segundo a sindicalista, a UGT tem «sido um parceiro fiel na busca de soluções para o País» mas lutaria sempre «quando os interesses daqueles por quem lutamos não são acautelados».²¹ Ainda antes do fim do congresso, Manuela Teixeira alertou os delegados que «a UGT vai ter de lutar muito fortemente nos próximos tempos contra a política de contenção salarial do Governo e a forma como está a funcionar a concertação social»²²

No Congresso esteve presente João Carrascalão, vice-presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense e presidente da União Democrática Timorense. A convite da UGT, discursou contra as «injustiças tremendas» sofridas pela classe trabalhadora timorense, nomeadamente parte da que trabalha «nas instalações de organizações estrangeiras», e «o desespero» da maioria da juventude que não consegue trabalho. Segundo o líder político timorense, essa situação estava longe de ser resolvida pois, afirmou, «não existe qualquer hipótese de intervirnos, uma vez que não dispomos de qualquer instrumento para fazer face ao problema» já que «está tudo nas mãos das Nações Unidas».²³

Neste Congresso, os estatutos foram alterados, tendo em vista o «alargamento» do Secretariado Nacional, do Secretariado Executivo e a criação de uma Comissão Permanente.²⁴

No último dia foram eleitos o Secretariado Nacional, o Conselho de Disciplina e o Conselho Fiscalizador de Contas.

O Congresso aprovou também o programa para os quatro anos seguintes que se centrava na luta pela «criação de emprego com qualidade», pela «convergência dos salários e pensões», pela «promoção dos direitos sociais»,

pela «valorização do trabalho», pela «redução do horário semanal de trabalho para as 35 horas», pelo «reforço do diálogo social» e pelo «combate ao trabalho ilegal», «infantil» e precário». ²⁵

Longe de ter uma visão meramente classista dos problemas que enfrentava a economia portuguesa, a UGT considerava essencial: «a valorização dos recursos humanos» e «a criação de empregos, em quantidade e com qualidade» tendo em vista o «Pleno emprego». ²⁶

No início do século XXI, a central sindical confirmava a necessidade da ação reivindicativa mas conjugada com o «compromisso», o «diálogo» e a «concertação». ²⁷

João Proença foi reeleito secretário-geral e Manuela Teixeira, com 450 dos 511 votos totais, foi reeleita presidente da UGT ²⁸ e da Mesa do Congresso. ²⁹

Apesar do tom crítico das diversas intervenções, dos delegados ao secretário-geral, a UGT saiu do VIII congresso novamente como a central sindical do «sindicalismo de bom senso». ³⁰

2000-2004: CONTINUIDADE DA CONCERTAÇÃO E, MAIS TARDE, O CÓDIGO DO TRABALHO

Um novo capítulo desta História tem início no VIII Congresso da UGT, que teve lugar em maio de 2000 e termina com a realização do IX, em outubro de 2004.

Apenas para contextualizar a sequência de governos, deve notar-se que, em Portugal, o período abarca três ciclos governativos. O primeiro corresponde ao XIV Governo constitucional, liderado por António Guterres, de outubro de 1999 a abril de 2002. Após a demissão do Primeiro-ministro, na sequência do desaire das autárquicas de 2001, realizaram-se eleições em março de 2002, que foram ganhas pelo PSD. Seguiu-se Durão Barroso, que governou com base num acordo de incidência parlamentar com o CDS-PP e, finalmente, o XV Governo constitucional, que caiu com a demissão do Primeiro-ministro, escolhido para presidente da Comissão Europeia, em julho de 2004. Foi então chamado a formar governo Pedro Santana Lopes, iniciando funções o XVI Governo constitucional.

Ferro Rodrigues foi o ministro do Trabalho e Solidariedade até 10 de março de 2001, data em que transitou para a pasta do Equipamento Social. Seguiu-se-lhe Paulo Pedroso até ao final da governação Guterres. Com a entrada do Governo de Durão Barroso, em abril de 2002, o ministério passou a ser designado da Segurança Social e do Trabalho, e o novo ministro António Bagão Félix. Com o Governo Santana Lopes, a área laboral foi integrada no ministério das Atividades Económicas e do Trabalho, tendo como ministro Álvaro Barreto. A área social ficaria na pasta da Segurança Social, Família e Criança, a cargo de Fernando Negrão.

O CONGRESSO ACABOU, E AGORA?

Apesar da contestação laboral, a aposta da UGT continua a ser no sindicalismo de proposição e no valor estruturante da Concertação Social. Foi esta a grande mensagem do congresso e do Secretário-geral da UGT. Embora o ambiente geral fosse difícil, não se celebrando acordos desde 1996, de o Primeiro-ministro ter faltado à última reunião da CPCS, em que a UGT exigia a sua presença, de o País estar a viver um clima de tensão social e laboral, ou talvez por tudo isto, a UGT reafirmava a sua aposta na concertação social.

Os anos de 1996 e 1997, apesar das dificuldades, tinham trazido aumento de salários e metas da inflação respeitadas, em consequência dos acordos celebrados. Criticando duramente o Governo por não se ter empenhado nas negociações em 1998 e 1999, João Proença lamentou, nesses anos, a perda de poder de compra dos trabalhadores, a subida da inflação fora das previsões, o que ainda agravou mais a perda do poder de compra, o aumento da conflitualidade laboral. Para o ano em curso, Proença alertava de novo para a falta de credibilidade das metas da inflação e para o aumento dos combustíveis, que estavam a criar uma onda inflacionista, declarando o apoio da central às greves marcadas para vários setores para o mês de maio.¹

As críticas ao Governo estiveram presentes em todos os discursos que marcaram o VIII congresso da UGT, que aprovou uma resolução, «Por um país desenvolvido e solidário», onde se reafirmavam os valores do diálogo social europeu e se inscreviam as lutas contra a precariedade e os desafios impostos pela nova economia no centro das preocupações sindicais.

Na sequência do Congresso, o Secretário-geral foi recebido pelo Primeiro-ministro, a 12 de maio, reunião em que expressou as principais preocupações da Central. Desde logo, a Concertação Social, que estava quase paralisada, mas que Guterres pretendia reativar logo que terminasse a presidência portuguesa em junho. E ainda as dificuldades na negociação coletiva, em particular na Administração Pública, a derrapagem da inflação e a consequente perda do poder de compra dos trabalhadores e a conflitualidade na Carris e no Metro.²

Este mês de maio começou com a greve geral da função pública, no dia 9, que mobilizou a UGT e a CGTP. Entretanto, os funcionários ameaçam

voltar às ruas e continuar a lutar contra os 2,5% de aumento fixado pelo Governo, considerando a possibilidade de nova greve. A determinação do Governo em não reabrir o processo negocial gerou um braço de ferro: Carvalho da Silva afirmou que era «uma asneira persistir numa atitude que é de profunda injustiça contra os trabalhadores, o que só vai agravar as coisas, porque provoca uma revolta cada vez maior»³; João Proença acusou o Governo de provocar um «descontentamento profundo, pelo que, se não houver diálogo para encontrar soluções, é evidente que os sindicatos manterão as formas de protesto e de luta.»⁴

Depois desta paralisação da Função Pública, anunciava-se greve na Carris e no Metro para o dia 16. Professores no dia 29; os enfermeiros e os metalúrgicos também se preparavam para a greve. UGT e CGTP convergiam nas críticas ao Governo, assegurando que não se tratava de um esquema de paralisações concertado, nem a preparação de uma greve geral, mas que os protestos dos sindicatos se inseriam no caminho normal da negociação coletiva: «as greves em curso são autónomas, visam a celebração de acordos, e logo que os houver é evidente que o processo de greves parará»⁵, assinalava João Proença.

LEGALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE IMIGRANTES ILEGAIS

A existência de inúmeros trabalhadores ilegais no país levou o Governo a iniciar a concessão de vistos de trabalho, para regularizar essas situações que se estimava atingissem 30 000 pessoas. As autorizações de residência contra a apresentação de um contrato de trabalho seriam concedidas por um ano e renováveis até cinco.

Esta medida visava combater o problema da falta de mão-de-obra na construção civil nos anos seguintes, com as obras dos estádios do Euro 2004, o Alqueva, o Metro do Porto e ainda a autoestrada para o Algarve a pressionarem o setor, já de si carenciado de recursos.

No entanto, o problema do trabalho ilegal na construção civil transcendia a legalização dos operários. Na verdade, muitos dos imigrantes já legalizados continuavam a trabalhar ilegalmente no País, raramente descontando para a Segurança Social e muito menos para o fisco.⁶ Meses depois, declarações de Albano Ribeiro, presidente do Sindicato dos Tra-

balhadores da Construção Civil do Norte, sublinhavam esta situação: «Num universo que ronda os 500 000 trabalhadores (...) há cerca de 145 000 precários, o que significa que a segurança social e o fisco estão a ser altamente defraudados.»⁷ Este responsável alertava também para verdadeiras situações de escravatura, em particular de trabalhadores provindos do Leste europeu.

Entretanto, por ocasião do Conselho Europeu da Feira, que marcou o fim da presidência portuguesa da União, a 19 de junho, os trabalhadores europeus manifestaram-se no Porto, entre a Rotunda da Boavista e a Praça General Humberto Delgado, transformando o Porto na capital europeia do trabalho. Esta manifestação foi convocada pela CES – Confederação Europeia dos Sindicatos, reclamando a aplicação aos níveis nacional e europeu de políticas económicas tendentes ao pleno emprego, bem como o incremento das políticas ativas de emprego, com o respetivo reforço de financiamento necessário.

Esta manifestação foi organizada conjuntamente pela CGTP e pela UGT⁸ e, além dos trabalhadores portugueses, teve a participação de cerca de 10 000 trabalhadores europeus, provenientes de Espanha, França, Itália e Polónia.⁹

Meses mais tarde, a publicação de mais um diploma regularizador¹⁰ da imigração ilegal trouxe, a partir de janeiro de 2001, muitas soluções, mas também muitos problemas aos imigrantes. O Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Sul recebeu em três semanas mais de 500 operários cujos patrões se recusaram a fazer-lhes o contrato de trabalho, necessário para a autorização de residência em Portugal. A CGTP, representada por Carlos Trindade, fazendo um balanço do processo, referia que as entidades patronais procuravam fugir à celebração dos contratos. O SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, perante a pressão enorme dos operários, disponibilizou-se a desbloquear a situação daqueles que não conseguissem obter um contrato de trabalho escrito e válido; para tanto, deveriam apresentar-se na Inspeção-geral do Trabalho, fazendo prova testemunhal da sua situação, o que, comunicado ao SEF, seria aceite como pedido de visto de trabalho.¹¹

A situação era muito complicada por todo o País, o que levou a UGT a abrir 50 centros de apoio a imigrantes ilegais, aproveitando a sua rede de sindicatos. A ação incluía ainda a distribuição de folhetos¹² informati-

vos e a circulação de um autocarro ao domingo, pelos bairros mais procurados pelos imigrantes.¹³

A situação da imigração ilegal constituía uma grande preocupação para os órgãos da UGT. O Secretariado Nacional pedia a definição de uma política muito dura contra a imigração ilegal, com reforço da fiscalização, uma vez que «estão já legalizados setenta mil trabalhadores imigrantes, mas, devido à grande permissividade da administração, continua a importação de trabalhadores através dos expedientes mais diversos, o que nos faz prever uma expectativa ultra desreguladora a curto prazo.» E expressava a sua grande preocupação com a possibilidade da ocorrência de fenómenos de racismo e xenofobia, associados a esta situação.¹⁴

A NOVA LEI DE BASES DA SEGURANÇA SOCIAL

Culminando um longo e atribulado processo de discussão, foi finalmente aprovada no Parlamento a nova Lei de Bases da Segurança Social.¹⁵ A lei, viabilizada pelos partidos à esquerda, previa o processo faseado de convergência do valor das pensões mínimas para o salário mínimo nacional, o que trazia custos elevados, estimados em 55 milhões de contos em 2001, que seriam pagos por fundos públicos. Outra novidade era a alteração do período fixado para a formação da pensão, passando dos 10 melhores dos últimos 15 anos para a totalidade da carreira contributiva. Em termos do financiamento do sistema e de novas formas de sustentabilidade a lei não apresentava grandes alterações face ao diploma que veio substituir. Depois da sua aprovação, seria necessário negociar a respetiva regulamentação, e para tal era necessária disponibilidade por parte do Governo e dos demais parceiros, para além da UGT.¹⁶

A CIP manifestou-se contra o diploma, suspendendo a sua participação no grupo de negociação criado para acompanhar o processo na Concertação Social. Ferraz da Costa, presidente daquela confederação, lastimou a oportunidade perdida para «se reformar alguma coisa».¹⁷ João Proença considerou absurda a atitude da CIP de se afastar do processo negocial, desvinculando-se dos consensos a fazer em matéria tão decisiva na sociedade portuguesa.

REIVINDICAÇÕES PARA O ANO DE 2001

Considerando a derrapagem da inflação durante o ano 2000, a UGT veio propor que fosse corrigido o seu valor estimado, em sede de Concertação Social, antes da apresentação do Orçamento de Estado, em setembro. João Proença, em conferência de imprensa realizada a 29 de agosto, afirmou que o rendimento dos trabalhadores foi muito prejudicado pelas previsões erradas do Governo, que estimava a taxa de inflação em 2%. E como esta situação era uma repetição dos últimos anos, os trabalhadores tinham já perdido, no mínimo 1,6% no seu rendimento.¹⁸

A UGT entendia que as tabelas para 2001 deveriam considerar, além da taxa de inflação esperada, também os ganhos de produtividade e a situação económica das empresas.

Quanto ao salário mínimo nacional, a UGT reivindicou um aumento de 7,4% para a agricultura, indústria, comércio e serviços, e a equiparação do SMN para o serviço doméstico. Também reivindicava um aumento das pensões entre 10 e 5,5%, horário semanal máximo de 40 horas, cinco semanas de férias para todos os trabalhadores e um desagravamento fiscal de 10% sobre os rendimentos dos trabalhadores, para corrigir os desvios da inflação nos anos anteriores.¹⁹

Já a CGTP, em conferência de imprensa realizada a 7 de setembro de 2000, exigia aumentos salariais de 5,5%, que nenhum trabalhador tivesse um aumento inferior a seis mil escudos, sem esquecer o aumento das pensões mínimas para 36 000\$. Para Carvalho da Silva, «a política da mão-de-obra barata e pouco qualificada não leva o país a lado nenhum. Não há hipótese de haver crescimento económico com este tipo de modelo de desenvolvimento.»²⁰

O valor do salário mínimo passou de 63 800\$00 para 67 000\$00 (+5%), e o dos trabalhadores domésticos de 60 000\$00 para 64 300\$00 (+7,2%), aumentos que ficaram aquém do reclamado pelas duas centrais, que se manifestaram contra a sua insuficiência.

Apresentado o Orçamento de Estado, ambas as centrais sindicais vieram criticá-lo, por considerarem que existia necessidade de uma maior convergência real entre Portugal e a União Europeia. As duas centrais defenderam ainda que o referencial da inflação deveria ser revisto, pois o valor previsto pelo Governo, entre 2,7 e 2,9%, era irrealista.²¹ Quanto

aos salários e pensões da Administração Pública, a FESAP (UGT) reclamava 6% de aumentos. A Frente Comum (CGTP) viria a abandonar as negociações com o Governo por recusar os 3,5% propostos, uma vez que a sua base mínima seriam os 5%, percentagem idêntica à da subida do SMN.²² O valor ficou fixado em 3,71%, por acordo entre o Governo e a FESAP.²³

Apesar de tudo o clima era de conflitualidade e ambas as centrais se movimentavam, defendendo as suas posições. Sendo, porém, quase sempre difícil a convergência, registre-se a intenção da UGT neste momento: «(...) Teremos de admitir que haverá lutas em que, sem complexos, devemos tomar como parceiros a CGTP, mas sem esquecer que somos organizações diferentes, com políticas diferentes e com autonomia própria.»²⁴

A REFORMA FISCAL: UGT E CIP COM POSIÇÕES ANTAGÓNICAS

Por esta altura estava também em discussão uma reforma fiscal. A UGT, em 20 e 21 de novembro, promoveu um debate com deputados de todos os grupos parlamentares e com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.²⁵ Aprovada quase no final do ano, com a abstenção do PCP e do Bloco de Esquerda, a reforma avançou, contemplando uma descida na taxa do regime simplificado, destinada a contribuintes em IRC com menos de 30 000 contos de facturação, que passam a ter uma taxa efetiva de 4% a partir de 1 de janeiro. Estabelecia uma presunção de rendimentos mínimos para os profissionais liberais, vulgo ‘recibos verdes’. Os lucros dos *offshore* passaram a estar sujeitos a imposto. Concretizava-se a abertura do sigilo bancário, embora de forma cautelosa e muito limitada. Os bancos tinham de fornecer ao Estado o valor dos pagamentos em cartões de crédito e multibanco, efectuados em proveito de contribuintes que auferissem das categorias B, de IRS e IRC, embora sem identificação dos titulares dos referidos cartões.²⁶

Para a UGT, tratava-se de uma reforma globalmente positiva, mas era um primeiro passo e aguardava-se a reforma da Administração da Justiça, da Justiça Tributária e da Tributação do Património.²⁷

Não foi esse o ponto de vista da Confederação da Indústria, que acusou o Primeiro-ministro de ter faltado à promessa que fizera em 1999, de

manter as regras do sigilo bancário e que não alteraria a lei geral tributária. Em conferência de imprensa, a CIP condenava a reforma fiscal Pina Moura e alertava para as consequências negativas que teria no investimento a deslocalização das empresas para outros países fiscalmente mais favoráveis.²⁸

Por sua vez a ANC – Associação Nacional de Contribuintes alertou para o aumento do risco dos contribuintes que emitiam recibos verdes, mas têm baixos rendimentos. A presunção de um mínimo de 490 contos anuais determinava o pagamento de 160 contos de imposto, não existindo um limiar de isenção, o que colocava em risco os cidadãos de muito baixos rendimentos. A ANC admitia que estes contribuintes viessem formalmente a cessar atividade, usando subterfúgios para se manterem a trabalhar.²⁹

OS NÚMEROS DE PRECARIIDADE

No final do ano 2000, um quinto dos trabalhadores assalariados, mais de 750 000 pessoas, tinha uma situação laboral instável. Um estudo do CIES³⁰, encomendado pelo Ministério do Trabalho confirmava o crescimento do trabalho precário em Portugal e o aumento da contratação a termo como uma das formas mais visíveis da degradação das condições laborais no país. As mulheres, os jovens, os grupos com escolaridade média e os trabalhadores menos qualificados seriam os mais atingidos. O trabalho a tempo parcial vinha também aumentando, sendo, porém, um trabalho involuntário e desqualificado, ao contrário do que acontecia em outros países da União. Outras formas de vínculo laboral com expressão em Portugal analisadas pelo estudo foram o trabalho temporário, sazonal, ocasional, no domicílio, em regime de subemprego e prestado por falsos trabalhadores por conta própria. O estudo terminava com um conjunto de recomendações ao Governo, com vista à melhoria da informação prestada a estes trabalhadores e o reforço da sua proteção.³¹

A denúncia da precariedade foi constante em todas as manifestações sindicais, em particular nas comemorações do 1.º de Maio.

O REGRESSO DA CONTRATAÇÃO COLETIVA E DA INFLAÇÃO

A 9 de fevereiro de 2001 retomava-se a dinâmica da celebração de acordos, com a assinatura do Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação e do Acordo sobre Condições de Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e Combate à Sinistralidade. Tratava-se de acordos parcelares, que talvez por isso foram assinados por todos os parceiros sociais, incluindo a CGTP, em cerimónia presidida pelo Primeiro-ministro.³²

O acordo sobre condições de trabalho visava a conciliação da modernização do tecido empresarial com a adoção de medidas que tinham em vista a melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho, a difusão e o fomento de uma cultura de prevenção dos riscos profissionais e a diminuição do número de acidentes de trabalho e de doenças profissionais. Destaque aqui para a constituição de comissões de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho nas empresas, sufragadas pelos seus trabalhadores. O acordo sobre Educação e Formação pretendia combater os défices de escolarização e de qualificação profissional, promover a qualidade do emprego e dar uma resposta ao desemprego através de políticas ativas integradas de emprego, formação e trabalho. Deste último acordo, destaque para o crédito de horas de formação para ativos e a consagração de um tempo substancial de formação para os jovens entre os 16 e os 18 anos no mercado de trabalho.³³

A UGT preparou folhetos para distribuição aos sindicatos e aos associados sobre as matérias previstas nestes acordos.³⁴

Logo em janeiro a inflação disparou, atingindo uma taxa média anual de 3,1%, acima das estimativas de 2,7 a 2,9% que tinham servido de base às negociações salariais para a função pública. A UGT reagiu a estes valores, emitindo um comunicado de imprensa em que considerava claramente ultrapassadas as previsões do Governo e exigia a revisão da meta inscrita no Orçamento.³⁵ A Frente Comum, afeta à CGTP, veio exigir um aumento salarial intercalar de 3 contos para a função pública, como compensação pela perda de poder de compra.³⁶

Perante novo cenário de derrapagem da inflação, para valores entre os 2,9 e 3,3%, assumido no início de abril pelo ministro das Finanças, a função pública quis renegociar os salários para 2001. Agora são a FESAP, a

Frente Comum e o STE – Sindicato dos Quadros Técnicos a convergir na luta pela revisão dos 3,71% acordados, não aceitando que sejam os salários a pagar a fatura. Nobre dos Santos, da FESAP (UGT), defendia que a credibilidade do Governo só se manteria se fosse cumprida a promessa de revisão dos salários em caso de deslize da inflação. Pina Moura, por sua vez, informou os parceiros sociais que não estava disponível para nenhuma compensação intercalar: «Isso seria estarmos a alimentar as próprias raízes da inflação»³⁷.

Para o Secretariado Nacional da UGT era clara a «falta de visão política do Governo ao fixar referenciais irrealistas.»³⁸ E não se vislumbrando a possibilidade da revisão dos salários da administração pública, alvitrava-se exigir a diminuição fiscal em sede de IRS, como forma de compensação pelos efeitos da inflação sobre o poder de compra.³⁹ Mais tarde, o Secretariado Nacional retomou o assunto, exigindo um aumento intercalar dos salários e pensões mínimas e a revisão para todos no IRS, expressando a sua apreensão pela possibilidade de agravamento da derrapagem da inflação por efeito da entrada em vigor do euro em janeiro seguinte.⁴⁰

Os protestos não cessaram. A 16 de maio foi a vez de a Frente Comum se manifestar em S. Bento a exigir a abertura de um processo negocial extraordinário. Os manifestantes aprovaram uma resolução, reivindicando um aumento intercalar não inferior a três contos.⁴¹ A 7 de junho, jornada de luta nacional da CGTP, reivindicando a reposição do poder de compra, as 35 horas de trabalho e um aumento intercalar para a função pública.⁴²

Tendo por base as estatísticas do Eurostat, a CGTP, em comunicado, denunciava que os salários portugueses eram os mais baixos da União Europeia, sendo apenas de um terço da média comunitária. E insurgia-se contra o que considerava ser uma forte campanha contra os aumentos salariais, com o objetivo de que seja o «único fator a pagar os problemas estruturais da economia portuguesa».⁴³

A UGT, perante o agravamento da crise económica e social, pediu uma audiência ao Presidente Jorge Sampaio, para sublinhar a sua preocupação com a crescente pressão inflacionista e a perda do poder de compra dos trabalhadores.

O 1.º DE MAIO DE 2001

A festa da UGT decorreu junto à Torre de Belém, como habitualmente. O discurso de João Proença ficou marcado pelas críticas à política económica e laboral do Governo e pela exigência de compensações pelas falhas sucessivas nos cálculos da inflação nos anos de 1998, 1999 e 2000. Criticando asperamente Pina Moura, o Secretário-geral da UGT não admitia que o crescimento da inflação fosse pago à custa dos salários e pensões e que a redução da despesa pública fosse feita à custa do investimento e da poupança nas políticas sociais. Proença falou também da precarização do emprego, dos altos índices de sinistralidade laboral, da imigração ilegal, da necessidade de avançar para as 35 horas e ainda dos riscos da globalização, não deixando de apelar à participação sindical como meio fundamental para a defesa dos interesses dos trabalhadores.⁴⁴

A CGTP organizou o seu desfile entre o Martim Moniz e a Alameda D. Afonso Henriques, com um comício no final. Carvalho da Silva condenou duramente a política económica do Governo; contestou a moderação salarial imposta, considerando que a mesma era uma forma de favorecer o capital; criticou os altos níveis de precariedade; reclamou aumentos intercalares dos salários e pensões e a redução do horário semanal de trabalho para as 35 horas.⁴⁵

SUCESSÃO NA CIP

Após 20 anos na direção da CIP, Ferraz da Costa deixou a presidência da Confederação. À sucessão candidataram-se Nogueira Simões, Vice-Presidente, e Manuel Gamito, antigo presidente da Confederação do Comércio. Ferraz da Costa tentou, sem sucesso, forçar a fusão das duas tendências.⁴⁶ Nogueira Simões foi eleito Presidente da CIP, cargo que ocuparia menos de um ano, uma vez que adoeceu pouco depois, vindo a morrer em 2002. Para garantir estabilidade, evitando a convocação de eleições antecipadas, a direção da CIP optaria, em abril de 2002, por escolher um Vice-presidente, Francisco van Zeller, para liderar a Confederação.⁴⁷

No discurso de tomada de posse, em julho de 2001, Nogueira Simões criticou os efeitos da «má gestão das finanças públicas, com o aumento da

despesa pública no PIB»⁴⁸ e apontou o euro, o alargamento da UE e a dificuldade de articulação entre uma economia competitiva e uma sociedade solidária como as realidades a ter em conta na atuação governamental. Pedia ao Governo sinais que permitissem aos agentes económicos o restabelecimento da confiança e uma reforma geral e efetiva da administração pública.

DE NOVO A AUSTRERIDADE: O PACOTE DE CONTENÇÃO DA DESPESA PÚBLICA. REMODELAÇÃO DO GOVERNO

Com a despesa pública a crescer sem cessar, Pina Moura apresentou, a 22 de junho de 2001, 50 medidas que constituíam o Programa da Reforma da Despesa Pública. Funcionários públicos, militares, Serviço Nacional de Saúde e autarquias, todos, de um modo ou de outro, iriam sentir o efeito destas medidas. Era uma travagem às quatro rodas nos gastos públicos.⁴⁹ Previam-se poupanças acima dos 100 milhões, podendo chegar aos 200 milhões de contos.

Retomava-se uma medida do tempo de Cavaco Silva, a imposição de um teto de 4% para o crescimento da despesa primária, ajustado pela inflação. Esta era considerada a ‘mãe de todas as medidas’, e implicava o congelamento dos salários da função pública em 2002. Por cada quatro funcionários que se reformavam passa a só poder entrar um. Iria ser feita uma lista de organismos a extinguir e proibida a criação de novos. Suspendia-se a incorporação de jovens no Serviço Militar Obrigatório e avançava a gestão empresarial de vários hospitais. As autarquias veriam limitada a sua capacidade de endividamento. Quanto a grandes investimentos, seriam suspensos para reapreciação até final do ano o TGV, a terceira travessia do Tejo ou o aeroporto da Ota.

Pina Moura demitiu-se logo após a apresentação deste programa, alegando que já não tinha condições para continuar em funções. Guterres pediu que ficasse até à aprovação do Orçamento retificativo. Mas, logo em seguida, no final de junho, Pina Moura saiu mesmo, precipitando, com este facto, a remodelação governamental que se esperava pudesse vir a ocorrer apenas a seguir às eleições autárquicas, marcadas para dezembro de 2001. Guterres, apesar do discurso oficial de que não havia alterações

de fundo na orientação global do Governo, fez uma profunda remodelação, substituindo seis ministros. Guilherme de Oliveira Martins ocupou o lugar de Pina Moura, nas Finanças, e prometeu executar o Programa de Redução da Despesa Pública. Na Economia, Braga da Cruz pretendia levar a cabo um programa de flexibilização das condições de trabalho e medidas para atração do investimento estrangeiro.⁵⁰

No primeiro Conselho de Ministros após a remodelação, foi anunciada a ponderação das taxas sobre as mais-valias nas transações bolsistas, medida muito aplaudida pelos empresários, e reiterou-se a intenção de adiamento de grandes projetos de investimento público.

A Frente Comum manifestou-se publicamente contra as medidas que iriam afetar a função pública, condenando o recuo na tributação das mais-valias das ações e sugerindo, em alternativa, a redução de efetivos dos gabinetes ministeriais e a diminuição dos «vencimentos principescos».⁵¹

A UGT reuniu-se com o Primeiro-ministro para pedir aumento dos salários e a descida dos impostos que incidiam sobre o trabalho, tendo em conta os valores atingidos pela inflação.⁵²

Perante a listagem das estruturas públicas a extinguir, anunciada pelo Governo, a resistência da Administração Pública comprometia os cortes programados. Vários serviços anunciaram que não tinham condições para cumprir as medidas. Entre os economistas crescia o ceticismo sobre a eficácia do Programa. Ao mesmo tempo que extinguia e fundia serviços, o Governo criava mais dois institutos públicos, o Instituto Geográfico Português e o Instituto do Ambiente.⁵³

A UGT manifestou-se preocupada com os funcionários dos serviços sujeitos a alterações, instando o Governo a dialogar com os sindicatos e a patrocinar a mobilidade voluntária dos trabalhadores, promovendo uma espécie de concurso para os excedentários.⁵⁴

Reclamada há muito pelas estruturas sindicais, foi finalmente prevista em lei a forma de cobrança das quotas sindicais.⁵⁵ A instituição de sistemas de cobrança e entrega de quotas sindicais, nos termos da lei aprovada, obrigava a entidade empregadora a proceder à dedução do valor da quota sindical no salário do trabalhador e a fazer a sua entrega ao sindicato em que este estivesse inscrito.

A NOVIDADE DO SINDICALISMO ONLINE. E O VELHO SINDICALISMO

A movimentação virtual dos trabalhadores era ainda uma novidade. Na Petrogal, um *chat* interno «tornou-se um caso sério e inédito de sindicalismo *on-line*»⁵⁶, levando ao afastamento das instalações de um dos mais populares sindicalistas do fórum virtual e à confiscação do seu computador. Tratava-se de João Tunes, antigo militante comunista e preso político, quadro superior da Petrogal, cuja ação foi entendida pela administração como tendo denegrido a imagem da empresa e de alguns membros dos seus órgãos sociais. A suspensão preventiva do trabalhador precedeu a instauração de um processo disciplinar, o que foi considerado ilegal pelo Tribunal de Trabalho de Lisboa.⁵⁷

O fórum, criado em 1999, para troca de mensagens internas dentro da Petrogal, tornara-se, pouco a pouco, um espaço importante de debate sobre os problemas da empresa. Os dirigentes sindicais intervinham a título pessoal, mas não deixavam de fazer valer as suas opiniões e reunir apoiantes para as suas teses. Depois do levantamento do processo disciplinar a João Tunes, os trabalhadores ficaram receosos da ‘petronet’ e afastaram-se da rede interna, passando a discutir no *Expresso on-line*.⁵⁸ Trabalhadores e dirigentes sindicais denunciaram publicamente, a 25 de setembro de 2001, na Baixa de Lisboa, o ambiente de repressão vivido na Petrogal, que condicionava os direitos e liberdades sindicais.

Alan Stoleroff, professor no ISCTE, ouvido sobre o fenómeno antevia a comunicação eletrónica nas empresas como uma forma de «reativar o sindicalismo» e considerava o caso da Petrogal como «um fenómeno pioneiro de e-sindicalismo em Portugal.»⁵⁹

A par do novo sindicalismo, existia o «velho» sindicalismo, como era o caso no setor vidreiro. Na Marinha Grande, as empresas Mandata e Jorgen Mortensen estavam em dificuldades. Salários em risco ou em atraso, processos de recuperação com sobressaltos, trabalhadores em luta pela manutenção dos postos de trabalho – esta foi uma tensão que se prolongou por vários meses do Outono de 2001.

Nos dias 26 e 27 de setembro os ânimos exaltaram-se, e os trabalhadores ocuparam vários edifícios públicos (Câmara Municipal, Finanças, CTT e Caixa Geral de Depósitos) e fizeram cortes de estradas, o que levou a intervenção das forças de segurança.⁶⁰ A 1 de outubro, 150 traba-

lhadores das duas empresas manifestam-se junto ao Palácio de S. Bento, em Lisboa, reclamando a intervenção do Governo para a resolução urgente dos problemas financeiros das duas fábricas.⁶¹ A 10 e 15 de outubro, com o mesmo propósito, cortaram a estrada nacional n.º 242 e a linha ferroviária do Oeste.⁶² Dias depois, a 29 de outubro, iniciaram uma marcha, da Marinha Grande até Lisboa, ao Palácio de Belém, com vista a reclamarem a intervenção do Presidente da República junto do Governo, para impedir o fecho das duas fábricas de vidro.⁶³ A Mortensen voltaria a laborar em novembro, depois de dois meses de greve contínua e de manifestações de rua, perante a promessa de pagamento dos salários em atraso.⁶⁴

Em setembro, como habitualmente, surgiram as reivindicações para o ano de 2002 que se aproximava. Os trabalhadores sociais-democratas, pela voz de Arménio Santos, alegando que os trabalhadores e pensionistas vinham sendo penalizados pela «política enganosa do Governo»⁶⁵, exigiam aumentos salariais de 6,2% para 2002, de 7,5% para o salário mínimo nacional e de 8,8% para o SMN do serviço doméstico.⁶⁶ A UGT reclamava 5,3% de aumentos. A CGTP 6%.

O Governo, porém, avançou com uma proposta de aumento de 2,5% para a administração pública que, não abrangendo o setor privado, acabou por funcionar como um referencial para a negociação coletiva.⁶⁷ Pressionado pelo Banco de Portugal, que reclamava a travagem das despesas de pessoal, e pelo teto de 4% para o crescimento das despesas correntes primárias imposto pelo Programa de Reforma da Despesa Pública, da responsabilidade do próprio Governo, a margem para os aumentos nunca poderia ir além de um máximo de 3%.⁶⁸

Esta proposta de 2,5% de aumentos para 2002 desencadeou uma greve geral da função pública, no dia 27 de novembro de 2001, que afetou sobretudo os serviços de saúde, educação e autarquias locais.⁶⁹ Os sindicatos reclamavam aumentos bastante superiores, em face da inflação prevista (a OCDE estimava em 3,5% a inflação para 2002, em Portugal), e em face da perda sucessiva do poder de compra dos trabalhadores da função pública nos anos anteriores.⁷⁰

Na sexta ronda negocial, realizada a 12 de dezembro, o Governo subiu 0,1% na sua proposta – de 2,5 para 2,6%, o que foi encarado como uma ofensa pela parte sindical.⁷¹

Quanto ao SMN para 2002, o Governo fixá-lo-ia, em setembro, em 69 770\$ e para o serviço doméstico em 68 410\$, momento em que também foram aumentadas as pensões sociais mínimas para os regimes não contributivos da segurança social.⁷² A UGT considerou estes aumentos insuficientes, muito abaixo da proposta da Central, tanto mais quanto se previa que a inflação atingisse os 4% no final do ano.⁷³

NOVO ACORDOS DE CONCERTAÇÃO SOCIAL

Após longas negociações, de mais de um ano, subsequentes à publicação da lei de bases da Segurança Social, em julho de 2000, a que atrás já se aludiu, em 20 de novembro de 2001 foram finalmente celebrados dois acordos sobre estas matérias: o Acordo sobre a modernização da proteção social e o Acordo sobre a introdução de limites opcionais às contribuições para o sistema de repartição.⁷⁴

Para a UGT tratava-se de um assunto central, amplamente debatido nos órgãos internos e com os membros do Governo, designadamente o Primeiro-ministro e o Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social.⁷⁵ Internamente não foi um assunto pacífico, nomeadamente a possibilidade de assinatura de um só acordo ou de dois acordos, como veio a acontecer.⁷⁶

Os acordos foram subscritos pela UGT, CAP e CCP, além do Governo. A CIP participou no processo negocial, mas fez depender a sua assinatura do acordo do compromisso de redução em 1% da taxa social única em 2002. O custo seria violento: uma diminuição de receitas da Segurança Social de 70 milhões de contos. Para Guterres, a razão da não assinatura por parte da CIP fora um «pequeno detalhe», mas com uma grande implicação financeira, pelo que a CIP ficou de fora.⁷⁷

No âmbito do Acordo sobre modernização social ficou fixada uma nova forma de cálculo das pensões, para dar mais sustentabilidade ao sistema de pensões pagas pelo Estado e criando incentivos aos complementos de reforma privados. No segundo acordo previa-se a criação de um teto contributivo acima dos 12 salários mínimos nacionais, que constituiria o incentivo da lei ao reforço das contribuições para fundos de pensões das empresas a favor dos seus trabalhadores. Para o cálculo do valor da

pensão, passava a contar toda a carreira contributiva, por igual, e essa era a principal novidade do novo regime.

Paulo Pedroso, sobre quem deixara de incidir a pressão sobre a Segurança Social, uma vez que o sistema seria agora sustentável até 2035, referindo-se à posição da CIP, afirmou preferir um bom acordo sem aquela confederação a um mau acordo com ela. O ministro congratulava-se com o que se tinha alcançado, que permitia prolongar a sustentabilidade do sistema, mantendo ou subindo a maioria das pensões e sem necessidade de aumentar as contribuições para a Segurança Social. Alertava, por outro lado, para a necessidade de reexaminar as projeções de sustentabilidade de dez em dez anos.⁷⁸

Já Durão Barroso, líder do PSD, prometia uma «verdadeira reforma» quando chegasse ao Governo. Para o PSD, a solução do problema da sustentabilidade financeira do sistema público de repartição passava por abri-lo ao setor privado, criando um plafonamento que estimulasse os trabalhadores a aplicar parte das suas quotizações em regimes de capitalização.⁷⁹

Contrariamente a estes acordos, que chegaram a bom termo, o previsto acordo sobre organização do trabalho, produtividade e salários não passou da fase negocial, facto que a UGT lamentou.⁸⁰

O DESAIRE DAS AUTÁRQUICAS... E O ADEUS AO ESCUDO

A realização das eleições autárquicas em dezembro trouxe um volte-face inesperado à política nacional. O PS perdeu as eleições e António Guterres demitiu-se, invocando, como razão, o facto de não querer deixar o país num «pântano político».

Dissolvida a Assembleia da República, o Governo do PS ficou em gestão corrente e o Presidente Jorge Sampaio convocou eleições antecipadas para 17 de março de 2002.

Quanto a este período, de um previsível abrandamento governativo, enquanto as eleições não se realizassem e não houvesse novo executivo, a UGT manifestava a sua preocupação em dois planos. Por um lado, a negociação coletiva na função pública deveria prosseguir, e ficar concluída, uma vez que o Governo tinha Orçamento aprovado; não faria sentido

suspender o processo e concluí-lo apenas com o novo Governo, só talvez em maio. Por outro lado, deveria também prosseguir a regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social, nos termos do acordado na Concertação Social.⁸¹

Nas vésperas da substituição total dos escudos pela nova moeda europeia, que reforçaria os laços de 300 milhões de consumidores europeus, era otimista o clima que se vivia. A previsível estabilidade das taxas de juro garantiria maior capacidade de acesso ao crédito, o que era visto como um efeito de sinal positivo da nova moeda. A recolha dos escudos seria feita num curto período de tempo, durante o mês de janeiro de 2002. Era uma importante página que se virava, cheia de interrogações, de expectativas e de... otimismo. A História recente veio pôr em causa, como é sabido, muito desse otimismo e dessas expectativas.

CONSTITUIÇÃO DOS SINDICATOS DE POLÍCIA

Culminando um longo processo de luta pelos direitos de liberdade sindical e negociação coletiva, com mais de vinte anos, os polícias viram finalmente consagrado em lei este direito.⁸² As associações profissionais de polícia podiam transformar-se em sindicatos, e rapidamente puseram em marcha os processos de mudança.

A nova lei, de fevereiro de 2002, definia direitos aos polícias no plano sindical, mas continha várias restrições atendendo à sua natureza de forças de segurança: não podiam integrar-se nas centrais sindicais, UGT ou CGTP, apenas podendo federar-se em associações compostas exclusivamente por polícias; não podiam fazer greve, nem manifestações envergando a farda; não podiam participar na definição legal da estrutura, atribuições e competências da PSP.

Estas restrições não agradaram aos dirigentes das associações existentes, a Associação Socioprofissional da Polícia (ASPP) e a Associação dos Profissionais de Polícia (APP) e a mais três associações que congregavam grupos específicos de chefias policiais. Apesar das reservas, consideraram esta lei um primeiro passo e um incentivo a continuar a bater-se por mais direitos e melhores condições de trabalho.⁸³

O primeiro sindicato da polícia surgiu em março de 2002, o que moti-

vou uma saudação do Secretariado Nacional e da Comissão Permanente da UGT.⁸⁴ As estruturas sindicais criadas foram oito, sendo a mais representativa a Associação Sindical dos Profissionais de Polícias, seguindo-se o Sindicato dos Profissionais da Polícia; existiam ainda mais seis estruturas organizadas em torno de postos profissionais (oficiais, chefes, agentes...). O nono sindicato nasceu em janeiro de 2004, por dissidência do Sindicato dos Profissionais de Polícia, ficando a designar-se Sindicato Nacional da Polícia.⁸⁵

Como consequência, a 16 de abril, em Lisboa, manifestaram-se agentes da GNR de todo o país, reclamando o reconhecimento do associativismo profissional e a desmilitarização da corporação. Esta movimentação não teve a participação dos oficiais da GNR, por estes considerarem que a desmilitarização da força levaria à sua extinção, uma vez que a força de segurança civil é a PSP. Por outro lado, defendiam que já era permitido associativismo profissional na Guarda, por via da lei do associativismo das Forças Armadas.⁸⁶

LEGISLATIVAS DE MARÇO DE 2002: NOVO GOVERNO

Na sequência da dissolução da Assembleia da República em dezembro anterior, realizaram-se eleições a 17 de março. A maioria foi alcançada pelos partidos de centro-direita, PPD/PSD e CDS-PP, e o governo, liderado por Durão Barroso, tomou posse a 6 de abril, pondo termo a um período de indefinição política, que naturalmente ocorreu a partir da demissão de António Guterres.

O controlo orçamental, a contenção da despesa com vista ao equilíbrio das contas públicas, reformas estruturais, dentre as quais a reforma da Administração Pública, constituía o denominador comum da visão dos empresários, que desejavam um governo de coligação entre PSD e CDS que fosse forte o suficiente para enfrentar os desafios que se lhes apresentavam.⁸⁷

A coligação governamental concretizou-se. Bagão Félix na Segurança Social e Trabalho e Manuela Ferreira Leite nas Finanças protagonizaram muitas das políticas que modificaram a vida dos portugueses no plano social e, em particular, no plano laboral: a alteração da lei da Segurança

Social, a substituição do Rendimento Mínimo Garantido pelo Rendimento Social de Inserção, o Código do Trabalho.

Pouco depois da tomada de posse do novo Governo, a 28 de abril, comemorava-se pela primeira vez, em Portugal, o Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho, na sequência de uma Resolução da Assembleia da República.⁸⁸

Este dia é comemorado anualmente em todo o mundo como Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho e tem como objetivo homenagear as vítimas de acidentes de trabalho e de doenças profissionais e simultaneamente alertar para a dimensão do problema da Segurança e Saúde no Trabalho e para a necessidade de uma cultura de prevenção. Em Portugal, na sequência da referida Resolução, o Governo deveria realizar uma campanha de informação, formação e prevenção com o objetivo de reduzir os acidentes de trabalho coincidindo com a comemoração da data.

Neste ano de 2002, foi agendada uma conferência sobre o tema, que se realizou a 6 de maio, promovida pelo IDICT – Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, com a participação da CES – Confederação Europeia de Sindicatos e da UNICE – União das Confederações Europeias de Industriais e Empregadores.

A UGT desempenhou um papel importante na institucionalização deste dia ao chamar a atenção para a importância do assunto junto dos grupos parlamentares. No primeiro ano da comemoração do dia nacional, que calhou a um domingo, a UGT escreveu ao Cardeal Patriarca de Lisboa para pedir que fossem recordadas, nas cerimónias litúrgicas desse dia, as vítimas de acidentes de trabalho.⁸⁹

Anote-se que, na sequência da participação nos trabalhos da Conferência Internacional do Trabalho, em junho, em Genebra, o Secretário-geral informou que iria ser aberto um escritório da OIT em Lisboa, formulando o desejo que tal possibilitasse o desenvolvimento de uma política comum para os países lusófonos.⁹⁰ O Acordo entre Portugal e a OIT foi celebrado em Lisboa, a 8 de julho de 2002.⁹¹ O Escritório foi inaugurado em 6 de maio de 2003, com a presença do Primeiro-ministro, Durão Barroso, sendo o seu primeiro diretor Carlos Castro-Almeida.

NOVAS MEDIDAS DE AUSTERIDADE E A RESPOSTA DOS SINDICATOS E DA OPOSIÇÃO

Em pouco tempo o Governo tomou várias medidas impopulares, e anunciou outras, tendentes ao controlo da despesa pública e ao reforço das receitas e à atração do investimento estrangeiro. O aumento do IVA de 17 para 19%, o fim da tributação dos lucros obtidos em bolsa, a suspensão das admissões para a função pública, a iminente não renovação de milhares de funcionários públicos contratados a prazo, a criação de um quadro de ‘excedentes’ na função pública, que remetia para os ‘disponíveis’ do tempo de Cavaco Silva, a proibição do endividamento dos municípios, a eliminação do crédito bonificado, a extinção de vários institutos, alterações no Rendimento Mínimo, que passou a Rendimento Social de Inserção, com novas e mais apertadas regras de acesso e fiscalização e previsivelmente menor abrangência.

O enquadramento orçamental destas medidas, através de um orçamento retificativo, e a anunciada subida dos impostos, que contrariava o anunciado em campanha eleitoral pelo PSD, aceleraram a contestação social, que subiu de tom a partir de maio.⁹²

O Secretariado Nacional da UGT analisou a situação económica do País e o ambiente de crise que se vivia, após a entrada em funções do novo Governo e na sequência da preparação do seu programa. Para a UGT, a quebra de um terço dos acordos fechados relativamente ao ano anterior era já uma consequência negativa das medidas tomadas na negociação coletiva em curso. Quanto aos acordos de concertação fechados no ano anterior, urgia defendê-los, designadamente o referente à Segurança Social. Para tanto, considerava o Secretariado Nacional necessário fazer um apelo ao diálogo social, «como um instrumento de mudança e não como um objetivo em si mesmo.»⁹³

A contestação às medidas do Governo não se fez esperar. Num muito concorrido 1.º de Maio, o Secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, fez questão de comparecer às manifestações das duas centrais sindicais, revelando o seu sonho de vir a participar num 1.º de Maio conjunto. Esta ideia reabriu a discussão entre os sindicalistas: unicidade *versus* unidade sindical, tudo voltava a estar em aberto, num momento de convergência na luta contra a austeridade.⁹⁴

Pina Moura dera o mote, declarando que o caminho da renovação sindical passaria pela criação de uma estrutura coordenadora entre as centrais, como acontecia no lado patronal.⁹⁵ Carvalho da Silva referia que estava disponível para fazer tudo a favor da construção de um «máximo de unidade»⁹⁶. Para João Proença, porém, a questão nem se colocava, mostrando as diferenças: «Hoje, a CGTP actua numa frente anti Governo e nós não estamos claramente nessa posição. Estamos, sim, interessados em desbloquear os problemas e em negociar».⁹⁷ Mas, ao mesmo tempo, avisava que a UGT daria luta sempre que estivessem em causa grandes questões, como as da Segurança Social ou das leis laborais.

Para Paulo Pedroso, braço-direito de Ferro Rodrigues, o PS não queria ver o país atravessado pela conflitualidade, mas se o Governo avançasse no sentido da liberalização dos despedimentos no contrato individual de trabalho, ou a destruição do sistema público de segurança social, nesse caso o PS iria para a linha da frente da contestação.⁹⁸

ALTERAÇÃO NA SEGURANÇA SOCIAL

Desde a entrada em funções do novo Governo, com Bagão Félix à frente do Ministério, até dezembro, data em que foi publicada a nova Lei de Bases da Segurança Social⁹⁹, a tensão foi grande e ocupou, juntamente com as mudanças nas leis laborais, boa parte do espaço da luta sindical e também do espaço mediático.

Logo em abril o ministro anunciou a limitação dos descontos para a Segurança Social, do nível aprovado pelo Governo socialista, fixado em 12 salários mínimos, para um valor mais baixo, de modo a ser gradualmente aproximado dos cinco SMN indicados nos cálculos do Livro Branco da Segurança Social. Para o governante, esta era uma medida importante por ser um sinal dado aos trabalhadores mais jovens de que a sua futura pensão teria de ser construída numa base mista, pública e privada, com o apoio de poupanças canalizadas para sistemas complementares.¹⁰⁰ A indexação das pensões mais baixas ao SMN era também um desígnio do Ministro, por constituir «uma transformação política irreversível na sociedade portuguesa, pois, a partir do momento em que for aplicada, ninguém desindexará do SMN as pensões mais baixas.»¹⁰¹

A proposta da lei de bases foi aprovada pela maioria parlamentar a 11 de julho, com os votos contrários de toda a oposição, passando depois à comissão da especialidade. A sessão foi interrompida devido a protestos de sindicalistas, que criticavam o reforço do peso dos privados na Segurança Social, e o debate foi agitado, com acusações mútuas entre a maioria e a oposição.¹⁰² Note-se que, tendo havido um compromisso de que a lei, antes de ser discutida no parlamento, seria apreciada em sede de concertação social, tal não foi cumprido, o que causou indignação no Secretariado Nacional da UGT, que queria ver fixada uma metodologia para a discussão da lei e o respeito pelo acordo sobre a matéria assinado no ano anterior.¹⁰³

A UGT propôs, e foi incluído no projeto de revisão da lei, a possibilidade de as associações sindicais se candidatarem à gestão de fundos de pensões, a par do Estado, das empresas, e outros. Para a CGTP, esta era uma tentativa do Governo no sentido de «comprar os sindicatos».¹⁰⁴ Ouvida na Comissão de Trabalho, a UGT entregou o seu parecer ao projeto de lei, com reservas várias às matérias que vinham «em prejuízo dos trabalhadores».¹⁰⁵

A lei seria aprovada ainda em outubro e publicada em dezembro, entrando em vigor em 20 de janeiro de 2003. Ficava aberta a porta à entrada dos privados no sistema – a partir desta lei, cada trabalhador afeto ao regime da Segurança Social poderia, caso ganhasse seis SMN ou mais, optar por descontar para o sistema privado, a partir daquele montante. A lei introduzia, assim, os regimes complementares de pensões e os tetos máximos contributivos para o sistema público. A forma de cálculo das pensões de reforma não sofreu alterações relativamente à lei anterior.

O ARRANQUE DA CODIFICAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Mais polémico e controverso, até pelos valores que estavam em causa, foi o processo que conduziu às alterações nas leis laborais. Neste ponto, para além do ministro Bagão Félix, foi protagonista o Secretário de Estado do Trabalho, Luís Pais Antunes.

A primeira novidade foi mesmo a sistematização da legislação laboral, até ali dispersa por cerca de 60 leis, num código único. As principais

mudanças incidiriam na mobilidade laboral, funcional e geográfica e, em parte, iriam aproveitar o trabalho já realizado pela comissão de análise e sistematização da legislação do trabalho, criada pelo Governo socialista. O ministro tranquilizou a opinião pública, afirmando e reafirmando que não se tratava de «liberalizar os despedimentos»¹⁰⁶, mas a desconfiança era enorme por parte dos trabalhadores e dos sindicatos.

O anteprojeto de lei previa a flexibilização do horário de trabalho, aumentando de quatro para seis meses o período de referência para a determinação das horas prestadas pelo trabalhador para apuramento da média, que não podia exceder as 8 horas/dia e as 40h/semana. Previa também a intervenção de árbitros na revisão dos contratos coletivos se estes entrassem em situação de impasse – limitando a possibilidade de impedir a revisão dos contratos por parte de sindicatos ou patrões, o que, na visão dos sindicatos, limitava a negociação coletiva. Quanto aos despedimentos, alargavam-se as razões de despedimento com justa causa por facto imputável ao trabalhador – a baixa fraudulenta, os atrasos reiterados (que causassem prejuízos graves para a empresa, ou que fossem superiores a 30 minutos e atingissem 12 em cada ano), as faltas injustificadas, seguidas ou interpoladas (que passaram de 5 e 10 para 4 e 8, respetivamente). Alargaram-se os casos de admissibilidade de contratação a termo. Reduziu-se o período noturno, com início às 23 e não às 20 horas. Aumentou-se a amplitude de mobilidade funcional e geográfica. Estava também contemplada no anteprojeto a introdução dos direitos de personalidade no trabalho, além do direito à privacidade, à defesa da integridade física e moral, a proteção de dados pessoais e a interdição de testes médicos de esterilidade e de gravidez e de doenças infeto-contagiosas.

Todos os parceiros apontaram defeitos ao anteprojeto de Código do Trabalho. Para a UGT, o novo texto «desequilibra o atual quadro das relações de trabalho em Portugal»¹⁰⁷. No que toca aos despedimentos, João Proença considerava que as alterações propostas violavam «os compromissos assumidos, a precariedade do trabalho por conta de outrem e o aumento do arbítrio patronal, que subvertem profundamente a atual relação entre trabalhadores e empregadores.»¹⁰⁸ Entendia também que o anteprojeto punha em causa o direito à negociação coletiva, à organização sindical e à greve, e não era claro no combate às violações da lei; e ainda que faltava compatibilizar o equilíbrio da legislação laboral com medidas

concretas que melhorassem a competitividade e o emprego.¹⁰⁹ A CGTP assumia uma posição ainda mais radical e frontalmente contra o anteprojeto do Código. A adversidade e a luta contra o que era considerado um inimigo comum levou as duas centrais a concertarem esforços e a reunirem-se ao mais alto nível, o que não acontecia há mais de três anos, equacionando até a possibilidade de uma greve geral conjunta.¹¹⁰

Por sua vez, pelas razões inversas, os parceiros patronais, CIP e CCP, criticavam o texto, por considerarem que estava aquém das expectativas e que faltara coragem política para uma verdadeira mudança nas leis do trabalho.

O anteprojeto foi analisado em Concertação Social no início de setembro e em novembro. Após a reunião de setembro, João Proença, no Secretariado Nacional, declarou: «(...) quando recebemos as primeiras nove páginas sobre esta matéria e que nos deixou muito apreensivos, essa era uma visão cor-de-rosa do que aparece consubstanciado na proposta de Código de Trabalho agora apresentada.»¹¹¹ Alertava para a visão anti-sindical que atravessava o documento, com especial atenção para o enquadramento da negociação coletiva. E manifestava a disponibilidade da Central para propor alternativas ou até novas matérias, de modo a que o documento a ser submetido ao Parlamento fosse significativamente melhorado em relação à sua primeira versão.¹¹²

No grupo, criado em sede de Concertação Social, apreciava-se ponto por ponto o documento, tendo por base as propostas dos parceiros sociais. A UGT considerava, porém, mais de mês e meio depois do início dos trabalhos, que se tinha evoluído muito pouco. E o Secretário-geral, ao fazer uma síntese da evolução das negociações ao Secretariado Nacional, manifestava desagrado pela posição «muito fundamentalista e desreguladora»¹¹³ do Secretário de Estado, Pais Antunes, que representava o Governo nesse grupo, «pelo que dele não há muito a esperar»,¹¹⁴ e continuava afirmando não acreditar em alterações das grandes questões, apesar de o Primeiro-ministro afirmar que ainda estava tudo em aberto. Neste quadro, comunicou ao Secretariado Nacional que, depois da entrega do documento pelo Governo na Assembleia da República, iria haver uma reunião UGT/CGTP para decisão sobre a greve geral.¹¹⁵

Os ecos na opinião pública foram muitos. Uma sondagem feita para o *Expresso* e Rádio Renascença revelava que, para 70% dos portugueses, o

novo Código beneficiava mais os patrões.¹¹⁶ Ouvido um conjunto de especialistas, entre os quais se contava Monteiro Fernandes, Garcia Pereira e Pedro Portugal, todos se mostravam desagradados com os termos do anteprojeto.¹¹⁷ Sob a epígrafe «O Código que desequilibra», Nicolau Santos publicou um artigo, convergente com a opinião de muitos setores da sociedade portuguesa, de que transcrevemos o parágrafo final:

«(...) é de apoiar o Código pela racionalização das leis laborais e por apostar na adaptabilidade e flexibilidade. É ainda de apoiar a revitalização da contratação coletiva. Mas ir mais além disto já não é aceitável, porque rompe, em desfavor dos trabalhadores, o modelo social que até agora vigorou no país – e não é só do lado laboral que está o busílis para a nossa atual pouca produtividade.»¹¹⁸

Até os bispos católicos vieram a terreiro, condenando os contratos de trabalho precário e as estratégias empresariais que não contemplassem investimento de formação profissional e salários condignos. A Conferência Episcopal Portuguesa, em nota pastoral enviada ao Parlamento, ao Presidente da República e ao Primeiro-ministro, alertou para que nenhuma lei laboral devia considerar o trabalhador «como mero instrumento e fator de produção»¹¹⁹ e sublinhava que devia ser reconhecido um papel interventivo aos sindicatos e às comissões de trabalhadores.

Estando o texto em apreciação pública e ainda muito distante de uma versão considerada aceitável pela UGT, foi solicitado o alargamento do prazo da discussão pública de 16 de dezembro para 8 de janeiro, o que foi aceite pela Assembleia da República. A UGT comprometera-se a não avançar para a greve até ao fim das negociações e respeitou essa posição. Não foi esse o procedimento da CGTP, que fez uma convocatória unilateral marcando uma greve geral para o dia 10 de dezembro, sem previamente ter discutido esta posição nas reuniões bilaterais que se realizaram entre as duas centrais.¹²⁰ Neste momento tenso, em que a UGT considerava que se assistia a uma tentativa de dividir o movimento sindical, pondo em causa a UGT e os seus sindicatos, o Secretariado Nacional aprovou uma resolução¹²¹ que reafirmava o seu empenho na negociação, que recusava a greve geral por não se ter esgotado o período negocial, e que no fim desse período, ou antes se houvesse rotura negocial, reuniria com a CGTP para então discutir a realização de uma greve geral.¹²²

A LONGA CONTESTAÇÃO DOS TRABALHADORES: A GREVE GERAL DE 10 DE DEZEMBRO

A entrada em funções do novo Governo, trazendo para a agenda política os disponíveis na administração pública, as alterações na Segurança Social e, sobretudo, na legislação laboral, com a flexibilização dos horários de trabalho e o congelamento de salários, criou um ambiente de críspação social, terreno fértil para greves e outras manifestações de descontentamento. Este ambiente adensou-se ao longo do ano, como a consulta da imprensa documenta, agravando-se no final do ano, catapultado sobretudo pelos debates em torno do Código do Trabalho.

Logo antes do Verão, a 7 de junho, houve uma manifestação nacional dos trabalhadores da administração pública e a 20 de junho uma jornada nacional de luta da CGTP, a que se associaram outros sindicatos e associações, para além de várias greves setoriais.¹²³ Por sua vez, esquecendo as divergências, STE, FESAP e Frente Comum uniram-se para lutar contra a não prorrogação dos contratos a prazo e a criação de disponíveis na função pública¹²⁴; convergiram em várias iniciativas ao longo do ano e fizeram uma greve geral da função pública a 14 de novembro, em protesto contra a lei dos supranumerários, a aprovação sem participação sindical de um novo Estatuto de Aposentação e o projeto do Código do Trabalho.¹²⁵ Esta greve da função pública foi vista como o balão de ensaio para a greve geral que estava em preparação.

Tudo faria crer que a greve geral seria convocada pelas duas centrais sindicais. Porém, como atrás se referiu, a prorrogação do prazo de discussão do projeto para janeiro fez a UGT adiar a possibilidade de greve, por defender até ao limite uma solução negocial. A CGTP avançou sozinha. Esta situação não foi pacífica dentro da UGT, com vários sindicatos filiados a pretenderem avançar contra a decisão da Central.¹²⁶

A decisão da UGT criou também uma crise no relacionamento com o Partido Socialista. A participação de Paulo Pedroso, porta-voz do PS, num tempo de antena da CGTP destinado a apelar à greve geral, «irritou profundamente» o líder da UGT¹²⁷, que considerava que um partido que pretendia ser governo não poderia associar-se a greves gerais, desvalorizando a negociação que estava em curso. Manuel Alegre e Narciso Miranda também intervieram no mesmo tempo de antena. A Comissão Política

do PS, em comunicado datado de 5 de dezembro, dava abertura à greve geral da CGTP, ao reconhecer motivos para o «desencadeamento de formas de luta.»¹²⁸

Além da CGTP, mais de 50 sindicatos independentes e alguns da UGT emitiram pré-avisos de greve, numa grande mobilização, que punha à cabeça a contestação ao Código do Trabalho. A greve teve uma boa cobertura mediática, preenchendo todos os noticiários do dia 10 de dezembro.¹²⁹ Carvalho da Silva considerou a greve «um grande sucesso, pela sua expressão e mobilização»¹³⁰, considerando que tinham estado envolvidos um milhão e 700 mil trabalhadores. O Governo, por seu turno, afirmou que tinha sido essencialmente uma greve dos transportes, e que não tinha ido além dos 15%. Depois da greve, independentemente da sua real dimensão, certo é que o ministro Bagão Félix assumiu a pretensão de chegar a um acordo com a UGT até dia 8 de janeiro.¹³¹

Este turbulento ano de 2002 não terminaria sem a consagração de um novo parceiro social. Correspondendo ao epílogo de uma estratégia de médio-prazo definida pela Confederação do Turismo Português, esta Confederação foi aceite como parceiro social na Comissão Permanente de Concertação Social. Assim, passando os representantes das entidades patronais de seis para oito, o número de representantes sindicais passou de três para quatro para ficarem equiparados.

Noutro plano, o Secretariado Nacional da UGT, face à pressão da Confederação dos Sindicatos Independentes para ser considerada parceiro social, rejeitando qualquer representatividade àquela organização, afirmou que, se essa possibilidade fosse considerada, a UGT e a CGTP sairiam da CPCS.¹³²

O anúncio público da decisão de promover a entrada da CTP na Comissão Permanente de Concertação Social foi feito pelo ministro da Economia, Carlos Tavares, a 4 de novembro de 2002.¹³³ A entrada da CTP como parceiro social na CPCS ocorreu em maio de 2003.

Com os argumentos habituais, no que diz respeito aos aumentos para o novo ano que se aproximava (2003), a reivindicação da CGTP era de 5,5%, para compensar a inflação e as perdas salariais e ainda para aproximar os salários portugueses ao nível médio da União Europeia e a subida do SMN para 378 euros.¹³⁴ A UGT exigia 5% de aumento e a fixação do SMN em 370 euros, para recuperação do poder de compra perdido e atendendo

à inflação prevista para 2003.¹³⁵ Por sua vez, a AIP propôs 3,75% de aumentos salariais, um valor de referência que deveria ser adaptado casuisticamente pelos setores e empresas, em função da realidade de cada um.¹³⁶

Correspondendo ao discurso de Manuela Ferreira Leite, ministra das Finanças, que vinha apelando à moderação salarial, e ficando muito aquém das reivindicações dos trabalhadores, o Governo fixou o SMN em 356.60 euros (323.20 para o serviço doméstico), o que correspondia a uma atualização de 2,47%.¹³⁷

CONTROVÉRSIAS SOBRE O CÓDIGO DO TRABALHO

O ano começou com muitas dúvidas, por parte da UGT, quanto ao entendimento sobre o Código do Trabalho. Ao aproximar-se o fim do prazo das negociações, João Proença considerava provável, mais do que possível, o avanço para a greve geral.¹³⁸ Na reunião da Comissão Permanente de 3 de janeiro, quanto ao previsível cenário de greve, as tendências socialista e social-democrata manifestaram o seu apoio.¹³⁹

No entanto, quando já poucos acreditavam no acordo, a verdade é que foi possível o entendimento. O Governo, a CIP e a UGT fizeram reuniões e trocaram textos, cederam e transigiram, mas conseguiram. No Secretariado Nacional da UGT, realizado a 9 de janeiro, João Proença apontou o saldo positivo e fez um detalhado ponto de situação:

«(...) o Governo entregou ontem um documento de quarenta e uma páginas que, se analisarmos bem, basicamente consubstancia uma resposta às reivindicações da UGT, porque retém a grande maioria das nossas propostas.

Pela primeira vez se avançou no combate ao trabalho ilegal (...).

Tudo isto foi possível porque a CIP tem um Presidente que protege as empresas na legalidade.

No capítulo dos direitos individuais, cai a revisão da Lei dos Despedimentos, mas mantém o princípio da não reintegração em empresas com menos de dez trabalhadores. Nos contratos a termo também tem alterações significativas. Há uma classificação na especificidade das situações dos jovens, o que permite uma efetiva fiscalização dos contratos a prazo, pela IGT. No caso de mulheres grávidas havia um recuo que se repôs. Também na adaptabilidade há a possi-

bilidade de ser acordada por negociação coletiva. Há a clarificação do período de trabalho noturno com o compromisso do Governo de que não acontecerá redução do salário. Nas pausas, está garantido o respeito pela Diretiva Comunitária.

Quanto aos Direitos Coletivos, está prevista a arbitragem nos Serviços Públicos. Quanto aos serviços mínimos, a proibição de recrutar empresas para substituição de trabalhadores em greve. Manteve-se a cláusula da chamada paz social. No capítulo da negociação coletiva, foi muito discutido o problema da caducidade, situação provocada pelo imobilismo da CGTP, mas também a questão da representatividade e independência sindicais. Batemo-nos para que não se criasse um vazio e pelo respeito pela Diretiva da OIT sobre a matéria. A caducidade está ligada ao problema da mudança. Durante o ano de dois mil e três vamos ter o novo Código do Trabalho e vamos ter de nos preparar para o início de dois mil e quatro, quando entrar em vigor.

Tivemos muitas dificuldades em negociar um quadro que dê um mínimo de garantias quanto à representatividade e independência sindicais, e o problema da adesão dos trabalhadores não sindicalizados. Por isso nos opusemos frontalmente à possibilidade das Comissões de Trabalhadores negociarem. Foi extremamente difícil negociar com a CIP.

Não é o método que nós pretendíamos, que implica muita responsabilidade dos Parceiros Sociais e do Governo, mas pusemos uma cláusula em que o Ministério do Trabalho assumia a responsabilidade de promover a negociação coletiva. Tínhamos pedido que ficasse consagrado o princípio do globalmente mais favorável que não ficou consagrado, mas temos de melhorar este ponto.

Também este Código era atravessado por uma estratégia anti-sindical que se alterou, mas que não está vencida.

Também houve avanços em termos de Formação Profissional e de Higiene e Segurança no Trabalho, adoptando os princípios fundamentais da Diretiva-Quadro.

Em suma quando compararmos este Código com a legislação atual, é globalmente pior, havendo situações em que é melhor. Achamos que valeu a pena o nosso empenhamento, mas continua a não ser a nossa proposta e não merece a nossa concordância. Por isso esperamos, ainda na Assembleia da República, introduzir algumas alterações. (...).

As alterações são positivas, mas vamos continuar a bater-nos pelas nossas propostas, indo até ao Presidente da República por causa das inconstitucionalidades.

Depois do Código aprovado vai haver dezenas de matérias para regulamentar. Temos de assegurar que por via da regulamentação se cumpram os compromissos assumidos. Vamos continuar em sede de CPCS a procurar consensos.»¹⁴⁰

A resolução foi aprovada por maioria, com quatro abstenções. Neste documento ficava clara a posição da Central, mas que não representava a concordância com a proposta de Código do Trabalho.

Aprovado na generalidade a 9 de janeiro, com os votos do PSD e CDS, o Código do Trabalho teve os votos contra do PS, PCP e Bloco de Esquerda. Paulo Pedroso apresentou as condições para a aprovação final do diploma: reforço da negociação coletiva em detrimento da individualização; o facto de os contratos a prazo poderem chegar aos seis anos; a adaptabilidade do horário de trabalho por adesão individual; a possibilidade de um patrão poder opor-se à reintegração de um trabalhador despedido sem justa causa.¹⁴¹

Nos meses seguintes, houve debate intenso no Parlamento:

«O Governo andou muito tempo a fugir ao debate, e daí a entrada da proposta de autorização legislativa e também a criação de um clima favorável ao debate. Este debate que está em curso é a garantia de que é possível apresentar propostas o que se deve muito à pressão da Central. Nós sempre pensamos que era possível um debate o mais alargado possível e a demonstrá-lo está o facto de todos os Partidos terem apresentado propostas.»¹⁴²

Apesar das tentativas de entendimento, na votação final global, a 10 de abril, o sentido de voto foi idêntico. Todos os partidos da oposição votaram contra, encontrando eco da sua posição no violento protesto dos sindicalistas presentes nas galerias.¹⁴³ A quem lutava contra o avanço do novo Código, ou por alterações que o melhorassem¹⁴⁴, restava ainda uma esperança: o envio, por parte do Presidente da República, para o Tribunal Constitucional para apreciação preventiva da constitucionalidade.

Assim veio a acontecer. As dúvidas de Jorge Sampaio incidiam em sete pontos: a possibilidade de o empregador poder opor-se à reintegração do trabalhador, mesmo quando haja declaração de ilicitude por parte do tribunal; a hipótese de acordar convenções coletivas ou regulamentos administrativos que afastem a aplicação de direitos e garantias; a possibilidade

de reabrir um procedimento disciplinar contra um trabalhador dispensado que impugne judicialmente a validade do processo de despedimento; o direito de exigir aos trabalhadores informações sobre o seu estado de saúde e gravidez, invocando que as justificações foram demasiado vagas; a determinação da caducidade das convenções coletivas em vigor, sem estar assegurada a sua substituição; a adesão individual dos trabalhadores a convenções celebradas por sindicatos de que não são filiados e das convenções celebradas pelos sindicatos que os representem; a possibilidade de limitações do direito à greve, aceites pelos sindicatos nas convenções coletivas.¹⁴⁵ Para o Secretário-geral da UGT, o pedido do Presidente ia ao encontro das preocupações da Central.¹⁴⁶

O Tribunal Constitucional pronunciou-se a 25 de junho.¹⁴⁷ Dos sete pontos controvertidos, quatro mereceram a reprovação do Tribunal Constitucional. As alterações ao diploma, na sequência do acórdão, foram as seguintes: as convenções coletivas podiam afastar os regulamentos de condições mínimas estabelecidas no Código do Trabalho, mas não os regulamentos do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (emitidos na inexistência de convenções coletivas); o empregador só podia aceder a informação sobre o estado de saúde do trabalhador mediante autorização deste por escrito; o candidato a emprego e os trabalhadores possuíam controlo total sobre os seus dados pessoais; os trabalhadores eram livres de declarar greve em qualquer circunstância; se o sindicato incorresse em incumprimento da convenção coletiva só ele seria responsabilizado à face da lei – o trabalhador em greve não seria responsabilizado.

Para o Governo, o balanço era «francamente positivo».¹⁴⁸ Mas as centrais sindicais podiam também reclamar vitória, por a versão final do código ser muito mais equilibrada «entre os desejos dos patrões e a resistência dos sindicatos.»¹⁴⁹

Após a aprovação e publicação¹⁵⁰ do Código, era tempo de concentrar esforços na sua regulamentação.

AGRAVAMENTO DA CRISE: SUBIDA DO DESEMPREGO

O desemprego não parava de subir. A crise estava instalada. Para Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, os portugueses estavam

mesmo a viver o pior ano da crise.¹⁵¹ A somar às falências, as deslocalizações para o Leste europeu, Índia e China conduziram ao encerramento de muitas unidades industriais, em particular na área do calçado: depois de ter fechado a fábrica de Arouca, em 2001, que dava trabalho a 368 pessoas, a Clarks encerrou a fábrica de Castelo de Paiva, com 588 trabalhadores, a Schuh fechou a fábrica na Maia, a Ecco iria iniciar um programa de redução de trabalhadores.¹⁵² A Jefar começou a subcontratar na Índia, de forma a aproveitar os baixos salários.¹⁵³ Na Rhode, cerca de 900 trabalhadores, entraram em suspensão temporária do trabalho com redução do salário (*lay off*), tendo os funcionários pedido a intervenção da Inspeção Geral do Trabalho.¹⁵⁴ Como em quase todo o mundo ocidental, os sindicatos portugueses mostravam-se impotentes para estancar este movimento de destruição de postos de trabalho.

Deste modo, os números do desemprego, quer os dos inscritos no IIEFP, quer os das estatísticas do INE, subiam mês após mês. No Secretariado Nacional esta era uma preocupação constante:

«O Secretário Geral começou por uma referência especial ao Desemprego (...) verificando-se a um ritmo crescente como reflexo do clima de falta de confiança que se instalou na sociedade portuguesa. Todos os dias assistimos ao encerramento de empresas, na maior parte dos casos de forma ilegal, com a venda de património e sem perspectiva de recuperação no futuro.

Todos estes sinais são indicadores de preocupação para o futuro continuando o Governo a ignorar a situação e a não tomar iniciativas que possam inverter esta tendência de crise. Não foram até agora anunciadas políticas ativas de emprego, continuando numa postura neoliberal à espera que o mercado regule o emprego.

Apesar das declarações de que estão em preparação medidas na área do Emprego e da Formação Profissional, estas matérias têm sido sucessivamente adiadas. Na UGT há muito que reclamamos medidas na área da reestruturação industrial. Estamos a viver uma situação perfeitamente previsível e nada é feito em termos de antecipação dos acontecimentos para evitar ou minimizar o crescimento do desemprego apontando medidas para a criação de empregos alternativos. (...) apesar da legislação prever algumas medidas, a situação exige repensar o que fazer aos desempregados que têm mais de cinquenta anos.»¹⁵⁵

Dias depois, o ministro Bagão Félix apresentou o Programa de Emprego e Proteção Social,¹⁵⁶ que contemplava várias medidas, de que se destaca: pagamento imediato de um subsídio de desemprego provisório, equivalente a metade do último salário; em determinadas condições, antecipação da reforma para os 58 anos; subsídio de desemprego desde os 270 dias de trabalho; aumento do subsídio de desemprego parcial. João Proença considerou as medidas positivas, mas avulsas – a Central reclamava políticas ativas de emprego e de reestruturação das empresas. Já a CGTP entendia que este programa era apenas um «adesivo para tapar a ferida do desemprego.»¹⁵⁷

Estando o crescimento da economia perto do zero, verificando-se um crescimento constante do desemprego, sucedendo-se o encerramento ilegal de empresas e as deslocalizações, perante a inexistência de uma atuação eficaz das autoridades, a UGT apontava a necessidade de o Governo ter uma visão mais global:

«O Governo definiu como prioridade o combate ao deficit, que é necessário reduzir, mas como noutros países, é necessário fazer acompanhar esta política de algum crescimento económico. Conciliar as políticas económicas com o crescimento e o emprego. Por isso é necessário lembrar ao Conselho Europeu que está reunido o que era a orientação de Lisboa, de políticas viradas para o crescimento e o emprego.»¹⁵⁸

A tensão entre crescimento e o controlo do deficit, associada ao desemprego galopante¹⁵⁹, agravado pelas deslocalizações que a globalização originara, constituía o cenário que justificava muitas das medidas tomadas. O Banco de Portugal considerava essencial a moderação salarial para sair da recessão e travar o desemprego, sugerindo até o Governador, Vítor Constâncio, a criação de um PEC interno que, assente num orçamento plurianual, compromettesse todo o setor público com tetos de despesa. A existência de um Pacto de Estabilidade Interno seria um garante do cumprimento do PEC europeu, a que o país estava vinculado.¹⁶⁰

Uma curta referência para a TAP, cujos problemas surgiam de forma cíclica, e que marcou o panorama laboral do primeiro semestre de 2003. Embora as contas caminhassem para o equilíbrio e se previssem lucros nesse ano, havia tensão na empresa, com os TSD – Trabalhadores Sociais

Democratas a porem em causa a liderança de Fernando Pinto e o Governo a pretender baixar os salários dos gestores.¹⁶¹ Com a greve que paralisaria a TAP quatro dias interpolados em abril, temiam-se os reflexos nas contas da empresa.¹⁶²

A REFORMA DA FUNÇÃO PÚBLICA

A contenção salarial, considerada pelo Governo como essencial para arrumar as contas públicas, marcou as negociações salariais da administração pública.¹⁶³ O princípio consagrado foi de aumento zero para todos os trabalhadores e aposentados com rendimentos superiores a 1000 euros, com aumentos de 1,5% para os que auferissem menos do que aquele montante, o que colidia fragorosamente com os 5% e os 5,5% reclamados respetivamente pela UGT e CGTP. Em alguns casos, porém, os aumentos por via das promoções e progressões trariam aumentos aos trabalhadores.

Mais do que as questões salariais, porém, a planeada reforma da função pública trouxe grande agitação ao País e aos sindicatos. Trabalhar por objetivos, ser avaliado pelo desempenho e disso depender a renovação das comissões de serviço e a evolução das carreiras, generalizar a contratação através do regime do contrato individual de trabalho a todas as carreiras em que tal fosse possível, excluindo, pela sua natureza, as forças de segurança e as magistraturas, entre outros casos especificados na lei, mas que constituiriam a exceção – eram algumas das medidas preconizadas pelo Governo, que deveriam ser objeto de publicação em seis diplomas legais até ao final do ano. E o cumprimento dos prazos era firme intenção do executivo, que não fazia questão absoluta de obter o acordo dos sindicatos, segundo uma fonte do próprio Ministério das Finanças.¹⁶⁴

Para a UGT, o documento do Governo sobre esta reforma

«[é] um documento genérico, mas que nos traz muitas preocupações. Desde logo não fala em Negociação Coletiva e diz apenas que subsequentemente à discussão pública haverá discussão com os Sindicatos, o que é inaceitável. Também o regime do Contrato Individual de Trabalho nos oferece muitas dúvidas visto que este regime não pode aplicar-se em serviços ligados à autoridade do Estado e é um regime que pode levar à partidarização dos Serviços

Públicos. É um documento que tem como objetivo principal a redução de salários e a privatização de Serviços.»¹⁶⁵

Os primeiros três diplomas foram apresentados aos sindicatos a 31 de julho de 2003. O fim dos concursos para escolha dos dirigentes intermédios da administração, a redução da administração direta do Estado a funções mínimas, a abertura do caminho para a privatização da administração indireta do Estado, eram as questões mais polémicas. Bettencourt Picanço (STE) e Nobre dos Santos (FESAP) insurgiram-se contra a lógica das nomeações dos dirigentes por escolha. Todas as estruturas sindicais se prepararam para reagir.¹⁶⁶ Um dos projetos mais polémicos era o diploma sobre contratos individuais de trabalho, cuja constitucionalidade foi posta em dúvida por todos os sindicatos, por poder configurar violação do princípio da igualdade.¹⁶⁷

João de Deus Pinheiro, antigo comissário europeu e antigo ministro, foi designado em julho, encarregado da missão de acompanhamento da chamada «reforma das reformas» do Governo de Durão Barroso.¹⁶⁸ Com uma pequena estrutura, deveria monitorizar a reforma, cujo prazo de execução era apertado. Para Deus Pinheiro, era preciso «músculo político e muita disciplina» para avançar com as medidas.¹⁶⁹

Repudiando a reforma e estando contra as alterações introduzidas no estatuto da aposentação, a Frente Comum (CGTP) convocou uma greve geral dos funcionários públicos para dia 21 de novembro. Nas contas da central, aderiram à greve 70% dos funcionários públicos, o que a Secretária de Estado, Suzana Toscano, considera «absolutamente irrealista.»¹⁷⁰ Previstas estavam outras formas de protesto reunindo também as estruturas sindicais da UGT, cujo Secretariado Nacional refletia:

«Quanto à Administração Pública, cuja reforma prossegue sem diálogo com os Sindicatos, vão ser aprovados os primeiros três diplomas que se referem à Administração Direta do Estado, sobre o qual há aparentemente uma possibilidade de entendimento. (...) quanto à Gestão dos Institutos Públicos, que traduz uma fobia privatizadora e relativamente aos Dirigentes, que apresenta uma filosofia de nomeações por escolha, merece o nosso total repúdio.»¹⁷¹

O ACORDO SOBRE COMPETITIVIDADE E EMPREGO. REIVINDICAÇÕES PARA 2004

O Governo pretendia celebrar, até ao final do ano de 2003, um acordo de concertação incidindo sobre as matérias da competitividade e o emprego, tendo para o efeito desafiado os parceiros sociais, «embora dizendo que é para reduzir o IRC aos empresários».¹⁷² A UGT manifestou-se disponível para negociar, mas internamente expressava a sua desconfiança: «o Governo fala em moderação salarial e isso para nós significa ganhos acima da inflação, repartindo os ganhos de produtividade. Claro que para o Governo isso significa perda do poder de compra dos salários.»¹⁷³

A Central apresentou a 3 de setembro as suas reivindicações para o ano de 2004, que se situavam, em média, nos 4,5%.¹⁷⁴ João Proença partia pessimista para as negociações, convencido que seria difícil chegar a acordo sobre a política de rendimentos, e acusava a ministra das Finanças de estar a atrasar o contrato social para a competitividade e o emprego.¹⁷⁵ Para a UGT, as prioridades para 2004 eram o combate ao desemprego e a recuperação salarial – em 2003, segundo o Secretário-geral, não aconteceu moderação salarial, mas sim perda dos salários reais.¹⁷⁶

Numa longa entrevista, Manuela Ferreira Leite, questionada sobre a dificuldade da elaboração do Orçamento de Estado para 2004, admitia que, dos que já fizera, este fora «de longe, e sem nenhuma espécie de comparação», o mais difícil.¹⁷⁷ Sobre os aumentos na função pública, a margem do Orçamento não dava para grandes dúvidas, a contenção orçamental era para continuar. As variações no setor público não tinham de ser seguidas pelo privado, mas tradicionalmente os aumentos na função pública constituíam uma referência para a generalidade da economia.

O salário mínimo nacional aumentou 2,5%, para 365,60 euros, a partir de janeiro, deixando de haver diferenciação entre o serviço doméstico e as outras atividades.¹⁷⁸ A CGTP reclamara um aumento de 4,5% e a UGT de 6,5%, pretendendo que o novo SMN fosse fixado em 380 euros.

Para o Secretário-geral da UGT os trabalhadores estavam sujeitos «a um ataque ideológico do Governo e dos patrões para, em nome da competitividade das empresas, tentarem reduzir os salários reais dos trabalhadores e considerava que havia condições para sustentar um crescimento interno, embora moderado.»¹⁷⁹

LEI DE BASES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Entretanto o anteprojeto da Lei de Bases da Formação Profissional tinha sido apresentado pelo Governo em maio. Contemplava a criação de um sistema nacional de formação profissional; a articulação da formação profissional com a formação vocacional (a primeira destinada à população ativa, a segunda aos estudantes); a definição de objetivos concretos a serem atingidos pela política de formação profissional; a criação de contratos-programa por setor de atividade; e o financiamento dos centros de formação do IEFP em função do desempenho alcançado e avaliação por parte de entidades externas.

Este texto foi muito contestado pelas centrais sindicais. João Proença perguntava-se o que a lei trazia de novo, em termos de valor acrescentado, e considerava o texto uma série de generalidades, não se constituindo como um instrumento articulador. Apontava ainda a falta de ligação entre o sistema de ensino e o sistema de formação profissional.¹⁸⁰ No Secretariado Nacional dizia mesmo que a lei era omissa em matérias essenciais, pelo que a posição da central era negativa.¹⁸¹ A CGTP condenava o facto de a nova lei olhar para as pessoas como meros «instrumentos produtivos» e a desarticulação com o sistema de ensino, considerando que estavam a ser subvertidos os direitos à educação e à formação.¹⁸²

ENTRADA EM VIGOR DO CÓDIGO DO TRABALHO

A 1 de dezembro de 2003 entrava em vigor o Código do Trabalho. «Foram precisas 130 horas de Concertação Social, mais de cem debates públicos, uma greve geral decretada pela CGTP e, finalmente, quatro declarações de inconstitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional»¹⁸³, afirmava o *Expresso*, referindo a satisfação de Bagão Félix por ter chegado à meta.

Entre a publicação do diploma e a sua entrada em vigor, indo mesmo para além desta data, continuaram os debates sobre a regulamentação da lei, sendo esta uma grande preocupação dos órgãos da UGT:

«Estão em causa mais de quarenta matérias, designadamente algumas que nós conseguimos introduzir e que só entram em vigor após a aprovação da sua regulamentação. O Secretário Geral enumerou as medidas mais emblemáticas desta reforma e também as que se revestem de maior gravidade para os trabalhadores e para os Sindicatos, designadamente, as facilidades para o exercício da atividade sindical. Como abordar a questão da dimensão da Empresa e dos Sindicatos, uma preocupação que procuraremos encaminhar no exercício do diálogo com todos os intervenientes neste debate.»¹⁸⁴

Nas vésperas da entrada em vigor do Código, no Secretariado Nacional, o Secretário-geral chamava a atenção

«para o facto da entrada em vigor do novo Código de Trabalho que introduz a caducidade dos Contratos, alertando para a possibilidade de, a partir do próximo dia um de dezembro, podermos vir a ser confrontados com propostas de revisão apresentadas pelas entidades patronais.

Recordou que este Código não é o nosso Código, mas temos de saber explorá-lo. Quanto à sua regulamentação, terminou o diálogo em sede de Concertação Social, diálogo esse que consideramos insuficiente. Prevalecem muitas dúvidas e interrogações e vamos agora voltar-nos para a sua discussão pública, procurando encetar o diálogo com os Partidos na Assembleia da República. Temos reclamado que haja discussão, e que para o efeito o período de Natal não deve contar como tempo útil para esse debate.»¹⁸⁵

A CONTESTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS EM 2004

A perspetiva de mais um ano de congelamento salarial¹⁸⁶, uma nova lei de aposentação e a intenção de uma reforma global do setor levaram todas as estruturas sindicais da função pública à greve no dia 23 de janeiro de 2004. Bettencourt Picanço, dirigente do STE, afirmava ter sido a maior greve que se fez na Administração Pública, que teria contado com 80 a 90% de adesão. Nobre dos Santos, da FESAP, criticava asperamente o Governo, por querer dismantelar os serviços do Estado e eleger como alvo os funcionários públicos. A Frente Comum, pela voz de Paulo Trindade, falava de uma sexta-feira negra para o Governo.¹⁸⁷

Pelo Governo falou a Secretária de Estado Suzana Toscano, apelando à serenidade. Os números da Direção-geral da Administração Pública apontavam para 24 a 25% de adesão.

A greve geral era «um passo, e não um fim»¹⁸⁸, sublinhava Bettencourt Picanço, na hora do balanço, reiterando que a guerra era para continuar. Reunidos após o dia de greve, os sindicalistas entenderam dar uma trégua de 30 dias ao Governo para repensar as suas políticas e dar sinais de querer inverter «a política errada, cega e prepotente»¹⁸⁹ que seguia nas relações com o funcionalismo público.

No dia 23 de fevereiro terminava, pois, o prazo dado pelos sindicatos ao Governo, findo o qual seriam decididas novas formas de luta. Por esses dias eram atingidos vários outros prazos, que geraram enorme expectativa: a 28 de fevereiro terminava a discussão pública dos diplomas regulamentadores da legislação laboral (onde estavam consagrados os direitos das comissões de trabalhadores e dos sindicatos; férias, feriados e faltas; despedimentos ilícitos e greves); a 25 reunia a Concertação Social para debate da proposta do Governo do Acordo Social para a Competitividade e o Emprego; a 26 era a data limite para a apresentação da nova versão da lei de bases da formação profissional; esperava-se também que dessem entrada em Belém, no início de março, dois diplomas sobre a função pública, o que previa o contrato individual de trabalho e o sistema de avaliação de desempenho. Quanto ao primeiro destes diplomas, João Proença apelara ao Presidente da República para o vetar politicamente, alegando a sua inconstitucionalidade e a ameaça de partidarização que, no seu entender, consubstanciava.¹⁹⁰

O Tribunal Constitucional deu razão aos sindicatos, reprovando algumas normas do contrato individual de trabalho.¹⁹¹ O Presidente da República devolveu o diploma ao Parlamento para ser expurgado das inconstitucionalidades e a UGT aproveitou para pedir aos deputados para introduzirem outras alterações que visassem a igualdade de acesso à Administração Pública e evitarem a sua partidarização ou clientelização.¹⁹²

As manifestações de descontentamento por parte dos trabalhadores continuaram. Organizado pela Frente Comum, em 20 de maio, um desfile de trabalhadores contestava a reforma da Administração Pública, a privatização dos serviços públicos, a revisão das tabelas da ADSE e reivindicavam um aumento extraordinário de 50 euros no segundo semestre do ano.¹⁹³

O CONGRESSO DA CGTP: ALGUMAS MUDANÇAS

No final de janeiro, a 30 e 31, realizou-se na antiga FIL, em Lisboa, o X congresso da CGTP. Numa inédita disputa, socialistas, renovadores comunistas, católicos e bloquistas, tendências minoritárias dentro da central, lutavam pela sua representatividade na direção – decidia-se uma alteração estatutária que pretendia introduzir o método de Hondt na eleição do Conselho Nacional, que em seguida elege a Comissão Executiva, que é o órgão de direção da Central.

A avançar esta votação, «mais do que uma contagem de espingardas entre as várias tendências políticas»¹⁹⁴, permitiria ver quem assumia uma posição de rutura com o sindicalismo centralista. E caso fosse aprovada, permitiria refletir as várias tendências dentro do órgão, em vez da lista única, em que estas forças eram incluídas, por negociação com a força dominante, os sindicalistas comunistas. A proposta chegou à fase da votação, no primeiro dia do congresso, tendo tido apenas 50 votos a favor em mais de 900 delegados, o que mostra a desproporção de forças. Ainda assim, Ulisses Garrido destacava a situação inédita de se ter «discutido durante duas horas uma alteração estatutária referente à representação das minorias».¹⁹⁵

Carvalho da Silva levou, pois, ao segundo dia do congresso, uma lista única para o Conselho Nacional, fechada por negociação e acordo com as várias tendências dentro da central, cujos membros, depois da respetiva eleição, elegeriam o secretário-geral e a comissão executiva.

O reeleito Secretário-geral, há 18 anos à frente da central, consolidava neste congresso a sua liderança e aparentemente a autonomia face ao PCP, contribuindo de forma decisiva para que a Central deixasse de ser vista como uma ‘correia de transmissão’ do Partido, o que foi possível graças ao seu trabalho e diálogo permanente dentro e fora da CGTP. Um pequeno passo que, no entanto, teve repercussões em todo o movimento sindical português, contribuindo para o seu reforço e consolidação.

O CONTRATO SOCIAL PARA A COMPETITIVIDADE E O EMPREGO

O Contrato social para a competitividade e o emprego, inicialmente proposto pelo Governo em junho de 2003, com o objetivo de acelerar a con-

vergência do país com a UE, continuava o seu caminho, cheio de sobresaltos. A UGT concordava com a importância de discutir estes temas, desde que associados à política de rendimentos e ao combate ao trabalho ilegal.¹⁹⁶

A Confederação do Comércio e Serviços, discordando do relatório sobre o combate à fraude e evasão fiscais, por não consubstanciar uma verdadeira reforma da área fiscal, pôs como condição para assinar o acordo o fim dos Pagamentos Especiais por Conta (PEC), por configurar uma tributação de rendimentos apenas presumidos, ameaçando sair das negociações.¹⁹⁷

A coincidência de posições entre os parceiros quanto à baixa de impostos (redução do IVA e mudanças nos escalões do IRS), a recusa da moderação salarial para dinamização da procura interna e mais estímulo ao investimento, que iam contra a intenção do Governo, permitiam antever um acordo bilateral, excluindo precisamente... o Governo, que lançara a ideia.¹⁹⁸ Apenas a UGT se mostrava indisponível para debater o desagravamento fiscal, dada a situação de crise orçamental, e o facto de ser matéria de competência reservada da Assembleia da República. Uma matéria em que todas as confederações patronais convergiam, e eram acompanhadas pela UGT, era a criação de um prazo para que os agentes ilegais a operar no país regularizassem a sua situação. Para Manuela Teixeira, Presidente da UGT, era de admitir «analisar as condições de entrada na legalidade das empresas clandestinas que o Estado não conhece nem tributa».¹⁹⁹

O isolamento do Governo redundou num impasse, o Acordo não saiu nunca do papel, apesar das boas intenções. Já depois da tomada de posse do novo Governo, em julho seguinte, o ministro Álvaro Barreto, com a tutela do Trabalho, informou a UGT de que queria reiniciar o processo deste Acordo e lançar de novo a discussão sobre a política de rendimentos²⁰⁰, o que não chegou a acontecer; o Governo Santana Lopes cairia pouco depois.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA: O CONTRATO-TIPO. A REGULAMENTAÇÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO

A negociação coletiva era vista, pela UGT, como uma atividade prioritária no ano de 2004, considerando-se um desafio: «A postura das entidades

patronais é para não negociar nada. Ficam-se pelas tabelas salariais, mas mesmo estas pretendem aplicá-las por ato de gestão, fugindo assim à sua publicação por causa da cláusula de caducidade.»²⁰¹

Em função das alterações introduzidas pelo Código do Trabalho, com a obrigatoriedade de renegociação dos contratos coletivos, sob pena de caducidade, a UGT começou a preparar os seus sindicalistas para esta previsível fase de dinamismo negocial. Para tanto, além de formação ministrada, preparou um ‘contrato-tipo’²⁰², uma espécie de guia, destinado aos sindicalistas encarregados da negociação, para garantir que os novos contratos fossem globalmente mais favoráveis aos trabalhadores. A ideia era que os direitos consagrados se mantivessem ou melhorassem, e ainda que houvesse introdução de novas cláusulas em áreas como a proteção da família, a promoção da igualdade entre géneros, a higiene e segurança no trabalho ou até esquemas complementares de Segurança Social.²⁰³

A discussão no Parlamento da regulamentação do Código do Trabalho ficou agendada para 4 de março. Foi um plenário com baixo quórum, sem contestação de rua, e com as bancadas praticamente vazias, o que contrastava com o que sucedera menos de um ano antes, com a apreciação e votação do Código. Bagão Félix, garantida a aprovação da lei com os votos da maioria, queria as normas regulamentadoras em vigor a partir de abril.

No entanto, eram vastas as áreas objeto de mudança. Patrões descontentes com o ‘protecionismo’ da maternidade e assistência à família²⁰⁴ tiveram a promessa do Ministro de isenção da TSU dos trabalhadores que fossem substituir mulheres em licença de parto, desde que fossem desempregados. Já os sindicatos estavam particularmente atentos, entre outros aspectos, à obrigatoriedade de negociação das convenções coletivas, à limitação em horas e em número de trabalhadores em atividade sindical, à reformulação das comissões de trabalhadores, aos serviços mínimos a prestar em caso de greve, à limitação do estatuto do trabalhador-estudante aos alunos com aproveitamento.

O ambiente de discussão com o Ministério do Trabalho azedou várias vezes. Para a UGT, o Ministro era credor de respeito e até simpatia, já o Secretário de Estado, Pais Antunes, era visto com enorme desconfiança:

«Realizou-se uma reunião com o Ministro da Segurança Social e do Trabalho, que começou por querermos discutir o comportamento anti-sindical do Ministério, o que originou alguma tensão. Trata-se de uma posição assumida pelo Secretário de Estado do Trabalho, numa reunião que teve com a Associação Portuguesa de Bancos, onde disse que pagar dirigentes sindicais a tempo inteiro é crime. Aproveitamos para afirmar que crime é este tipo de análise, visto que se trata de uma matéria de negociação coletiva. Ficou claro que esta interpretação daquele membro do Governo não tinha sentido.»²⁰⁵

As discussões arrastaram-se. Para a UGT tratava-se de «uma regulamentação má, mas que não altera com novas disposições o Código do Trabalho.»²⁰⁶ O diploma regulamentador do Código do Trabalho foi publicado pela lei n.º 35/2004, de 29 de julho.

DURÃO BARROSO VAI PARA A CE. O GOVERNO DE SANTANA LOPES

As eleições europeias, realizadas a 13 de junho, infligiram uma pesada derrota à coligação PSD/CDS. Durão Barroso apostou numa remodelação, tão rápida quanto possível, no final do Euro 2004 que estava em curso, dominando todas as atenções, para fazer face ao evidente descontentamento dos portugueses.²⁰⁷ Aproveitando o campeonato europeu de futebol e o impacto adicional que traria, realizaram-se também várias greves setoriais: Carris, trabalhadores da hotelaria e restauração, casinos, funcionários judiciais, entre outros trabalhadores, reivindicavam melhorias nas suas condições de trabalho, designadamente remuneratórias.

O volte-face na política interna surgia pouco depois, com a escolha de Durão Barroso para presidir à Comissão Europeia. O Primeiro-ministro anunciou a decisão de abandonar o Governo a 29 de junho.

No período de impasse sobre o rumo a tomar, a UGT «entendeu dever apoiar o Presidente da República numa decisão que garantisse um Governo e batemo-nos por mudanças nas políticas. Na segunda-feira passada reiteramos a confiança e reafirmamos que queremos mudanças das políticas, com mais dimensão social.»²⁰⁸

A solução governativa encontrada pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, foi a indigitação de Pedro Santana Lopes, então Vice-Presidente

do PSD e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Este novo Governo tomou posse em 17 de julho de 2004. A sua lei orgânica passou a área do Trabalho para o Ministério das Atividades Económicas e do Trabalho, cujo ministro era Álvaro Barreto. Bagão Félix passou da Segurança Social e Trabalho para as Finanças.

Os três dirigentes das organizações sindicais da Função Pública, Bettencourt Picanço, Nobre dos Santos e Paulo Trindade (respetivamente, STE, FESAP e Frente Comum), traçaram um quadro negro da situação das estruturas do Estado, com a mudança de Governo, algumas medidas incompletas, as férias de Verão, a crise orçamental, apontando como o caso de maior desorientação o antigo Ministério da Segurança Social e do Trabalho, que via a sua lei orgânica publicada no dia de tomada de posse do novo Governo, que por sua vez dividiria em dois aquele ministério. Portanto, logo no dia da publicação, a lei orgânica estava desatualizada. Por outro lado, a reforma da Administração Pública ficava adiada, pois tinha apenas em execução o diploma da avaliação do desempenho, e não totalmente, porque não tinha havido, por parte de muitos organismos, definição de objetivos, sem os quais era impossível avaliar. Deus Pinheiro, o encarregado de missão da reforma, tinha ido para o Parlamento Europeu, e não havia substituto, depois de uma fugaz passagem pelo lugar de Manuel Lancastre, que também fora para o Governo.²⁰⁹

Fernando Negrão era o novo ministro da Segurança Social. Previa terminar as alterações aos regimes do subsídio de desemprego e das reformas antecipadas, começadas por Bagão Félix, e tê-las em funcionamento no início do ano. Pretendia alterar o plafonamento das reformas, que ainda não estava em vigor, de dez para doze salários mínimos o valor do teto a partir do qual as reformas do setor privado deixavam de ser responsabilidade do Estado.²¹⁰

Três meses depois da tomada de posse do novo Governo, e ainda antes do Congresso da UGT, que se realizaria no final de outubro, o Secretariado Nacional era muito crítico da solução governativa:

«As declarações produzidas pelos membros do Governo, revelam alguma desorientação. O que se passa com a colocação dos Professores, as anunciadas medidas para o utilizador pagador na saúde, e a colocação da ex-Ministra da Justiça na CGD, ilustram bem essa desorientação.

Relativamente à Comunicação Social, verifica-se hoje uma brutal pressão política de que é expoente máximo terem calado a voz incómoda do Professor Marcelo Rebelo de Sousa, na TVI.

Enfim, o Governo diz que faz, e não faz, ou então faz confusão. O que é anunciado sobre a fiscalidade é preocupante. Acaba-se com os benefícios fiscais nos planos poupança e põe-se em prática o plafonamento da Segurança Social, anunciada pelo Ministro das Finanças, que se esqueceu que já não é Ministro da tutela. O fim dos benefícios fiscais tem atrás de si um negócio com a Banca pois vai obrigar os portugueses a fazerem um seguro de saúde.

Também este anúncio de acabar com os benefícios fiscais para as Empresas lança ainda mais confusão nos empresários.

No Quadro do que está a acontecer com o Governo, houve uma primeira reunião na Concertação Social, em que o Primeiro Ministro não apareceu. O Governo ficou de apresentar uma primeira proposta sobre o Acordo Social para a Modernização e Emprego, até meados de outubro, para que as negociações fiquem concluídas até final do ano. Mas será que com este Governo, desorientado e incompetente, vale a pena?

Nós temos que encarar os Acordos como uma questão estrutural e não conjuntural. Temos que ver se contêm medidas concretas. Porque se forem só umas declarações de intenções, isso seria fazer um jeito ao Governo, o que a UGT não fará.

Também, em termos de Negociação Coletiva, o momento é de grande preocupação. A maioria dos contratos celebrados foi aplicada por ato de gestão, o que é pouco, e há alguns comportamentos patronais à boleia do Governo. Há que apresentar propostas globais.»²¹¹

O patente mal-estar com o Governo, em várias frentes da atividade política, deu origem a várias resoluções do Secretariado Nacional, de que destacamos a que versava o poder e a liberdade de expressão, aprovada por unanimidade.²¹²

É neste ambiente, de grande tensão com o Governo, que a UGT vai preparando o seu IX congresso, que se realizou em Lisboa, de 22 a 24 de outubro de 2004.

PONTOS INTERNACIONAIS

2000.5.5 – UGT organiza conferência internacional sobre cooperação e desenvolvimento, na Culturgest, em Lisboa. Dirigentes da CES, CILS, TUAC e OIT compõem painel de oradores.

2000.6.19 – Manifestação da CES, no Porto. UGT é a organização responsável pela organização. O lema é «Por uma Europa do Pleno Emprego».

2000.12.6 – Manifestação da CES, em Nice, França. UGT marca presença.

2001.2.26 e 27 – UGT apoia fundação da Central Sindical de Timor – KSTL.

2002.03.14 – Manifestação da CES, em Barcelona, Espanha. UGT marca presença.

2002.5.22 – Substituição de Manuel António dos Santos, membro do CES da UE, por Alfredo Manuel Vieira Correia.

2002.7.2 – Reuniões conjuntas com as várias centrais da CSPLP em Lisboa.

2002.7.8 – Inaugurado escritório da OIT em Lisboa, em estreita cooperação com a UGT.

2003.3.21 – UGT apoia Candido Mendez (UGT-E) ao cargo de secretário-geral da CES.

2003.5.3 – Forte delegação da UGT no X Congresso da CES, em Praga. Helena André continua no Secretariado da CES enquanto Secretária-geral Adjunta.

2003.6.25 – João Proença candidato a presidente da FIAET.

2003.10.1 – Reuniões conjuntas com as várias centrais da CSPLP em Lisboa.

2003.10.2 e 5 – UGT organiza, em Albufeira, o Congresso da FIAET e seminário «A Globalização e o Direito de Saber». Vice-Presidente da FIAET de 1992 a 2003, João Proença ascende à Presidência desta Federação, cargo que ocupará até 2007.

2003.10.4 – Manifestação da CES, em Roma, Itália. UGT marca presença.

2004.7.15 – Secretário-geral da UGT, João Proença, apoia a «ratificação da Constituição Europeia».

PONTOS INTERNOS

2000.5.25 – Secretariado Nacional da UGT elege como vice-secretários gerais Delmiro Carreira, do SBSI, Leodolfo Bettencourt Picanço, do STE, Pato Ribeiro, do SINDEL, Viriato Augusto Baptista, do SBSI, e Vítor Hugo Sequeira, do SITESE. Evaristo Guerra de Oliveira, do SNET, João de Deus Gomes Pires, do SEMM, Jorge Manuel Vale Alves Pereira, do STE, José Manuel Meirinho, do SITESE, Júlio Fernandes, do SBSI, Rui Oliveira Costa, do SITESE, Sérgio Monte, do SITRA, Wanda Guimarães, do SBSI, são eleitos para a Comissão Permanente. Alice Martins, do SBSI, é nomeada para coordenadora da Comissão de Mulheres.

2000.10.19 – Vítor Hugo Sequeira é eleito Presidente da Secção de Mercado Interno da CES.

2000.10.19 – Sérgio Monte abandona Comissão Permanente. Luís Lopes é o substituto. Em consequência desta alteração é feito um reajustamento nos pelouros de alguns membros da Comissão Permanente, como segue: Luís Lopes, HSST, Ambiente e Qualidade; João de Deus – Condições de Trabalho; da área da Organização encarregar-se-ão quatro membros da Comissão Permanente: João de Deus, Jorge Pereira, Luís Lopes e Wanda Guimarães.

2001.6.19 – SIMA sai da UGT.

2002.5.28 – Fusão do Sindegraf no Sindetelco.

2002.7.9 – Alfredo Correia e Vítor Hugo Sequeira reconduzidos como representantes da UGT no Comité Económico da UE.

2002.10.8 – Guerra de Oliveira e Wanda Guimarães abandonam Comissão Permanente e são substituídos por Barbosa de Oliveira, Leonor Santos e Teresa Resende.

2002.10.28 – O Secretariado Nacional da UGT elege para vice-secretários-gerais Delmiro Carreira, do SBSI, Jacinto Pereira, do SISEP, Jorge Nobre dos Santos, do SINTAP, José Azevedo, do Sindicato dos Enfermeiros, Vítor Duarte, do SINDEL, Vítor Hugo Sequeira, do SITESE, Viriato Augusto Baptista, do SBSI. Paula Esteves, do SBSI, é nomeada coordenadora da Comissão de Mulheres. Barbosa de Oliveira, José Manuel Cordeiro, José Manuel Meirinho, Leonor Santos, Luís Lopes, Mendes Dias, Paula Bernardo e Paula Esteves são eleitos para a Comissão Permanente.

2002.12.11 – Pedido de adesão do SISEP, que veio a ser admitido.

2004.7.15 – A adesão da FENSIQ à UGT é aprovada por maioria.

IX CONGRESSO DA UGT

À entrada para o IX Congresso, a UGT contava com 58 sindicatos (entre os quais os recém admitidos SISEP e SINDAV)¹, três federações – «que indiretamente filiam mais de 22 sindicatos»² – e cerca de 510 mil filiados. De acordo com a Direção, o número de sindicalizados na central tinha crescido 4 por cento nos quatro anos anteriores. Do total, pouco mais de um quarto estava vinculado à Função Pública. Os setores da indústria, agricultura, energia e construção civil asseguravam o segundo lugar em termos de representatividade. O comércio, serviços e turismo representavam 18,5 por cento, logo seguidos do setor financeiro com 17,3 por cento.³

No que diz respeito à situação financeira, a UGT apresentava-se livre das sombras relativas ao final da década anterior visto conseguir ter «excedentes anuais, com os quais» ia «amortizando uma dívida elevada» resultante do «processo com a gestão de fundos da formação profissional».⁴

O congresso decorreu nos dias 22, 23 e 24 de outubro de 2004, no Centro de Congressos de Lisboa, sob o lema «Desenvolvimento com emprego de qualidade e solidariedade». Em missiva, o Presidente da República, Jorge Sampaio, salientava que o congresso da UGT se «realiza numa fase histórica conturbada», resultado de «fundamentalismos», da «degeneração do sistema económico» e do «agravamento das desigualdades». Nesse sentido, Sampaio pedia aos dirigentes sindicais para se mantivessem «fiéis ao seu passado», ou seja, lutando «no quadro do desenvolvimento humano, integral e integrado, em que o sindicalismo e a concertação social encontram o seu melhor espaço de realização».⁵ O Presidente da República não esqueceu os princípios fundamentais» da central, nomeadamente «a vinculação incondicional à dignidade e direitos dos trabalhadores; o pluralismo democrático, sem imposição de ideologias; e a aposta firme na concertação

social». Era exatamente por isso que alegadamente se tinha atingido «a otimização possível das condições de trabalho e dos níveis salariais».⁶

Logo de seguida, e ainda antes da intervenção de abertura, Manuela Teixeira, que dirigia os trabalhos do congresso, aproveitou o momento para se despedir da central e do sindicalismo, o qual tinha abraçado em maio de 1974. A antiga presidente da UGT e do Sindicato dos Professores da Zona Norte afirmou que «nunca deixará de acompanhar o quotidiano social e os problemas dos trabalhadores».⁷

Na intervenção de abertura – que durou «quase uma hora»⁸ –, o secretário-geral João Proença denunciou as maiorias parlamentares de direita e os seus governos – que não cumpriam os acordos de concertação social – por alegadamente fomentarem a «desregulação social, pondo em causa direitos individuais e coletivos» e o próprio «funcionamento das estruturas sindicais». Nesta sua primeira intervenção, Proença lembrou à audiência que «Portugal foi o País da UE em que a taxa de desemprego mais rapidamente subiu». De acordo com o líder sindical, «um em cada 10 trabalhadores [...] não tem emprego» e, no que se refere àqueles que conseguem tê-lo, «muitos» têm-no sob um regime precário e «mal remunerado». O secretário-geral reeleito lembrou ainda que «nada foi feito para combater a grave crise de desemprego dos licenciados».⁹ Se tudo isto era, por um lado, consequência de «uma grave crise económica e social», consequência de uma «situação internacional desfavorável», por outro, era também resultado «de prioridades e políticas erradas do Governo», que cortava no investimento público, ao contrário de governos como o francês ou o alemão – que «respondiam à crise com políticas viradas para o crescimento». Ainda assim, João Proença defendia que a UGT se apresentasse «fiel a um projeto sindical de proposição».¹⁰

No programa de ação aprovado, a UGT comprometia-se, a nível internacional, a «lutar por uma globalização diferente» com base nos «valores da justiça e da solidariedade», a «defender o aprofundamento da construção europeia» e, a nível nacional, a «defender o pleno emprego, na linha da Estratégia de Lisboa», e a «lutar pelo desenvolvimento económico e social, em convergência com a média comunitária».¹¹ Central no congresso e no documento supracitado é a discordância «com o resultado da revisão da legislação laboral por esta» não ir ao encontro dos interesses dos trabalhadores (nem mesmo de patrões). Por isso, a UGT «compromete-se a lutar»

nos quatro anos seguintes «pela caducidade dos contratos de trabalho coletivos» e contra a «precariedade» e a «ilegalidade».¹²

Ainda no primeiro dia de congresso, a tendência *Mudar* – constituída por bloquistas, ex-comunistas e socialistas, e afeta ao SBSI (que constituía, de longe, a maior delegação no congresso)¹³ – leu uma declaração na qual a direção era acusada de «não contribuir para o combate ao Código do Trabalho» e de promover uma «política que vai no sentido oposto aos interesses dos trabalhadores».¹⁴

No segundo dia, estes sindicalistas denunciaram também «o facto de alguns dirigentes da UGT serem [...] quadros partidários». Na sua perspectiva, aqueles dirigentes não conseguiam, por isso, «atuar no movimento sindical com distanciamento». Em resposta, João Proença afirmou que os delegados da tendência *Mudar* «apenas» se limitavam a criticar e não promoviam a «união» da central. Felizmente, para o secretário-geral, a «UGT está no bom caminho por apostar num sindicalismo não ideológico».¹⁵

Também no segundo dia de congresso, a FESAP «exigiu [...] ao Governo a abertura imediata do processo de negociação salarial» para o ano seguinte – «num processo caracterizado pela transparência» – e «a suspensão do diploma da avaliação de desempenho».¹⁶

A FESAP voltou a estar no centro do debate quando Luísa Ferreira avançou com a proposta de uma «única frente sindical da UGT na Administração Pública». Segundo a oradora, a intenção era dar «força ao movimento sindical». No entanto, Bettencourt Picanço, do STE, achou que a proposta, para além de já analisada, a ser realizada, significaria o «afunilamento» do próprio movimento sindical. Para aquele militante do PSD, a «convergência» seria suficiente, quando necessária, e a opção mais razoável.¹⁷ A frente sindical abordou ainda outras questões tais como «a modernização da Administração Pública, o combate à desregulamentação e a privatização e concessão de serviços públicos, em benefício de ‘lobbies’ privados».¹⁸

No terceiro e último dia dos trabalhos, João Proença haveria de criticar novamente o Executivo de Santana Lopes. Segundo o secretário-geral, o governo apoiado pelo PSD e pelo CDS era «cúmplice» do patronato, que apostava, de acordo com o jornal *Público*, «na caducidade automática dos contratos coletivos de trabalho [...] para não os renegociar». No que ao contrato coletivo de trabalho dizia respeito, salientou, perante o ministro

das Atividades Económicas, que «as empresas mais competitivas são as que têm uma maior participação dos trabalhadores e os melhores salários, e não as que têm uma prática autoritária, trabalhadores em situação precária e baixos salários». Nesse sentido, aproveitou para lembrar ao patronato que, caso o seu posicionamento antinegocial continuasse, os conflitos sociais se agravariam.¹⁹ Outro apontamento crítico dirigido ao Governo foi a alegada inação deste perante a fraude e a evasão fiscal. De acordo com João Proença, «não se compreende porque é que não existem mecanismos de combate à fraude fiscal». Para o secretário-geral, «não se percebe por que é que a administração fiscal não funciona devidamente», particularmente a «nível informático». Por fim, o secretário-geral, reeleito com 87,6% dos votos, reclamaria ainda a revisão do Código de Trabalho.²⁰

O congresso haveria ainda de votar maioritariamente o apoio à greve dos funcionários da Caixa Geral de Depósitos. Em causa estava a entrada do Fundo de Pensões da Caixa na Caixa Geral de Aposentações.²¹

Além desta moção de urgência, os congressistas votaram também outras duas, nomeadamente contra a então nova Lei do Arrendamento e contra «a nebulosidade de influências do poder político e económico na área da informação».²²

O congresso representou alterações na hierarquia política da central. João Dias da Silva, que se encontrava à frente da FNE, tomava o lugar de presidente, substituindo assim Manuela Teixeira, que foi então homenageada.²³ João Proença manteve-se como secretário-geral.²⁴

A UGT, «independente» e livre de tutelas partidárias²⁵, como pretendia João Proença, propunha-se aumentar o número de «filiados em 10% até 2008», o número de trabalhadores jovens sindicalizados e a participação sindical feminina.²⁶

2004–2009: GOVERNO DE MAIORIA ABSOLUTA DO PS. NOVA DINÂMICA NA CONCERTAÇÃO SOCIAL

O termo do IX congresso da UGT, que teve lugar em outubro de 2004, abre um novo período desta história. Note-se que, em julho de 2007, se realizou um congresso extraordinário, o X, mas que se destinou apenas a formalizar o direito de tendência.

Em Portugal, este período corresponde a dois ciclos governativos. O IX congresso, de outubro de 2004, realizou-se durante o curto período de vigência do XVI governo constitucional, liderado por Pedro Santana Lopes. Dissolvida a Assembleia da República e convocadas eleições para fevereiro de 2005, o Partido Socialista vence com maioria absoluta. Toma posse o XVII governo constitucional, com José Sócrates como Primeiro-ministro. Vieira da Silva foi o ministro do Trabalho e Solidariedade Social durante os quatro anos da legislatura.

O OUTONO QUENTE DE 2004

Nas vésperas do IX Congresso o ambiente no país era de grande tensão política e social. Nas actas da UGT, exprimem-se, de forma veemente, as dúvidas sobre o Governo e as dificuldades governativas, em várias dimensões. No Partido Socialista, José Sócrates, em disputa com Manuel Alegre e João Soares, ganhou as eleições internas e foi eleito o novo Secretário-geral.

Bagão Félix, que transitara da Segurança Social e Trabalho para as Finanças, desdobrou-se em medidas para fazer face às dificuldades das contas públicas e para conter o descontentamento crescente. Aumentar a função pública em pelo menos 2,2%, subir os escalões do IRS para dimi-

nuir o imposto, aumentar os impostos sobre o tabaco e outros bens não essenciais, congelar as dotações dos ministérios, introduzir taxas moderadoras em função do rendimento – eram algumas das medidas a tomar.¹ Mais tarde, para tentar controlar o deficit abaixo dos 3%, o Ministro deu ordem para congelar, em novembro e dezembro, todas as despesas de funcionamento e de investimento dos serviços da Administração Central que ultrapassassem a média do ano, mesmo que para o efeito existisse dotação.²

Os gastos do Estado com pessoal trouxeram problemas graves. Bettencourt Picanço, dirigente do STE, falava de congelamentos irracionais em alguns setores e do recurso a todos os expedientes para pagar salários, incluindo as verbas do PIDDAC destinadas a investimentos: «trata-se de uma situação irregular, mas infelizmente não inédita.»³ O Sindicato afirmou que as medidas de contenção da função pública foram desgarradas e «conduziram a uma situação dramática e comprometedora do futuro do país»⁴ e defendia a realização de um recenseamento geral de todos os recursos humanos da função pública.

O desemprego continuava a subir e atingia os 6,8% no terceiro trimestre de 2004 – eram quase 376 mil pessoas sem trabalho, o valor mais elevado desde 1998.⁵ Além destes desempregados, havia muitos trabalhadores descontentes com os baixos salários e com o posto de trabalho ameaçado que se manifestaram: a 11 de novembro milhares de trabalhadores desfilaram até ao Parlamento para exigir o aumento real dos salários e pensões e o aumento do SMN, para além de outras reivindicações.⁶ A 24 de novembro, centenas de trabalhadores da Bombardier, MB Pereira da Costa e Cometna desfilaram por Lisboa, entre S. Bento e Belém, em defesa dos seus postos de trabalho.

Na PSP a tensão estava ao rubro. Alberto Torres, presidente da Associação Sindical dos Profissionais de Polícia (ASPP-PSP), o maior dos sindicatos da polícia, com cerca de 10 000 associados, falava mesmo de «um barril de pólvora» e de «total pobreza», tal a crise dentro da instituição. Os polícias estavam fartos e punham mesmo a hipótese de se manifestarem fardados.⁷

A última semana de novembro é a semana *horribilis* do Governo. Jorge Sampaio é confrontado com o descontentamento dos empresários com a situação política e económica; gera-se uma enorme confusão com a posse

de novos secretários de Estado e, afinal, há também ministros remodelados; Henrique Chaves, ministro adjunto do Primeiro-ministro, demite-se depois do ‘discurso da incubadora’ (em que Santana Lopes compara o Governo a um bebé numa incubadora, cuja família lhe dá pontapés). Existe uma manifesta falta de coordenação dentro do Governo. Perante todos estes incidentes o Presidente da República, a 10 de dezembro, decide dissolver a Assembleia da República e convocar eleições para 20 de fevereiro.⁸

Entretanto, a partir de setembro de 2004 sucedia-se a apresentação de reivindicações para o novo ano. A UGT reclamava 4,5% nos salários e 5,3% no SMN, que passaria para 385 euros. Para as pensões reclamava aumentos nas mesmas proporções, sendo a fronteira o valor do SMN.⁹ A União dos Sindicatos Independentes queria uma atualização mínima de 3,8%, e de 4% para o SMN (380 euros), exigindo um aumento de 50 euros para todos os funcionários públicos.¹⁰

As pensões foram aumentadas a partir de 1 de dezembro, entre 2,3 e 9%. O Governo afirmava que se trata de um passo importante para equiparar as pensões ao SMN. A UGT considerava que os aumentos «são claramente insuficientes, estando em causa a recuperação das pensões mais baixas»¹¹ e a CGTP, por seu turno, afirmava que mais de dois milhões de pensionistas não iriam ter um aumento real.¹²

O salário mínimo para 2005 seria fixado em 374,70 euros, correspondendo a um aumento de 2,4%.¹³

Apesar do empenho do Governo de Durão Barroso até julho de 2004 e da reafirmação da intenção por parte do de Santana Lopes¹⁴ de firmar um acordo de concertação visando a competitividade e o emprego, certo é que não foi possível chegar a um acordo tripartido. A surpresa chegou com o ano novo e a assinatura de um acordo bilateral, envolvendo todas as confederações, patronais e sindicais, tendo em vista a dinamização da contratação coletiva, sem intervenção do Estado, o que acontecia pela primeira vez no regime democrático.¹⁵

Patrões e sindicatos comprometeram-se a criar grupos bilaterais para intervenção em situações de impasse na negociação coletiva e a darem maior importância a conteúdos contratuais como a produtividade, qualificação e inovação, nos instrumentos a negociar de futuro.¹⁶ No Acordo havia três pontos de recomendação ao Governo: melhorar a informação estatística e a intervenção dos serviços do Ministério do Trabalho e pro-

mover a criação de um Centro Tripartido das Relações de Trabalho. Também se recomendava que se operacionalizasse rapidamente a Arbitragem, prevista no Código do Trabalho.

A situação de crise orçamental mantinha-se grave. Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, faz o diagnóstico e prescreve a receita: é preciso efetuar conjuntamente um aumento de impostos e uma redução de despesas.¹⁷ Era este o desafio para o novo Governo que saíria das eleições de fevereiro. Jorge Sampaio falava da «densificação da compreensão dos problemas nacionais pelos portugueses»¹⁸, que era importante para enfrentar os tempos difíceis que aí vinham.

Em período pré-eleitoral, a Confederação Empresarial de Portugal¹⁹ (CEP) envia aos partidos um documento de 10 páginas e 29 medidas consideradas «fundamentais e imprescindíveis para recuperar de vez o país da depressão em que mergulhou».²⁰ Ludgero Marques e Rocha de Matos desafiavam o novo Governo a promover a flexibilidade do mercado de trabalho, acertar os salários com a produtividade, adotar um Orçamento plurianual, manter os investimentos, praticar uma política de contenção salarial, fazer uma profunda reforma da administração pública, promover o emagrecimento do Estado, transferir funções e recursos para os privados – estas e outras medidas consubstanciavam um ‘pacto para o futuro’ que os empresários consideravam essencial.²¹

A MAIORIA ABSOLUTA DO PS. NOVO GOVERNO, ALGUMAS MUDANÇAS

As eleições realizaram-se a 20 de fevereiro e deram a primeira maioria absoluta ao Partido Socialista. O PS ficou com 121 deputados, o PSD com 75, o PCP com 14 – tornando-se a terceira força mais votada, o que foi considerado uma vitória eleitoral e permitia renovar um partido em perda há vários anos, o CDS com 12 deputados²², e o Bloco de Esquerda com oito.

O novo ministro do Trabalho e Segurança Social foi José Vieira da Silva, com Fernando Medina no Emprego e Formação Profissional, Pedro Marques na Segurança Social e Idália Moniz na Reabilitação.

Para reduzir o desemprego e reanimar a economia, o Governo estabeleceu como prioridade os grandes investimentos públicos – o aeroporto na Ota e o TGV, vistos como a alavanca para o desenvolvimento de que o país

necessitava.²³ Simultaneamente, o Primeiro-ministro garantia que não haveria aumento de impostos, mas em breve estes objetivos ambiciosos foram confrontados com a realidade do país e, na prática, abandonados.

O Secretariado Nacional da UGT estava esperançado: «Há um resultado eleitoral que nós já saudamos e temos presentes os compromissos eleitorais nas áreas do Emprego, Políticas Sociais e Legislação do Trabalho. Não aceitamos o discurso da tanga número dois. Sabemos que o País tem uma situação difícil, mas é necessário encontrar caminhos para relançar a confiança e para isso é necessário um aumento moderado do consumo.»²⁴ No mesmo dia, o Secretariado Nacional aprovava um projeto de resolução, que enviou ao Governo, apresentando as reivindicações da Central.²⁵

DESEMPREGO E DESLOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

O crescimento da taxa de desemprego mantinha-se, alimentado pela deslocalização das empresas para Leste. Divulgado um relatório da Comissão sobre a qualidade das relações industriais na Europa, fica-se a saber que os trabalhadores portugueses eram os que se sentiam mais precários e inseguros, num clima persistente de instabilidade laboral. Mais de 10% dos contratos de trabalho temporários existentes ultrapassam os dois anos de duração. Paula Bernardo, da UGT, sublinhou que muitos dos empregos a prazo se tornam permanentes, mas sempre em situação precária, o que corresponde a uma determinada cultura empresarial.²⁶

Pior que a precariedade, o desemprego. A taxa subiu para 7,5% da população ativa, regressando a valores de 1997. Mais de metade dos desempregados estavam nessa situação há mais de um ano.²⁷ Fábricas de têxteis e de calçado a deslocalizarem para a Europa de Leste e a crise na construção contribuíam para estes números. Para os parceiros sociais, por razões distintas, o Código do Trabalho veio favorecer este estado de coisas. Para a CGTP, a subida do desemprego é o fracasso do Código, sendo cada vez mais difícil o regresso ao mercado de trabalho. Para João Proença, o Código foi apresentado como um caminho aberto às contratações, mas não foi o que aconteceu – «a legislação do trabalho é, sobretudo, usada como álibi pelos empresários.»²⁸ Para a CCP o Código ficou muito aquém do necessário em matéria de flexibilização dos contratos, enquanto AIP

e CIP entendiam que era demasiado cedo para assacar responsabilidades ao Código.²⁹

Pressionada pela globalização, a *General Motors* deslocaliza. A sua única fábrica na Europa em que não foi possível um acordo de empresa foi a Opel da Azambuja, o que punha em risco a manutenção da fábrica e dos seus 1200 postos de trabalho. Em março e em maio, a greve paralisou a produção – em causa estava um aumento de 75 euros por trabalhador, reivindicado pelos sindicatos, contra um aumento de 2% proposto pela administração.³⁰ Ao fim de seis meses de negociações, foi alcançada a paz social, com um acordo plurianual para os anos de 2005-2007, estabelecido entre a maioria dos trabalhadores e a direção da fábrica, que consagrava os aumentos propostos pelo conselho de gerência e não os reivindicados pelos sindicatos e comissão de trabalhadores.³¹ Estava em causa a permanência da Opel em Portugal, e os trabalhadores acabaram trocando o aumento de salário pretendido por maior segurança quanto à continuidade do emprego, o que foi lido como uma cedência da estratégia dos sindicatos e da comissão de trabalhadores.

O AJUSTAMENTO NECESSÁRIO

Campos e Cunha, o ministro das Finanças, tinha pouca margem de manobra, e, para baixar o défice, teve mesmo de subir os impostos. Aumento excecional dos impostos sobre combustíveis, subida do IVA de 19 para 21%, subida do escalão máximo do IRS, subida do imposto sobre o tabaco, aumento da idade da reforma na Administração Pública – tudo converge para o ‘apertar do cinto’.³²

Quanto à proteção social na função pública estavam também em preparação várias medidas, como a taxa social única no mesmo valor para funcionários públicos e privados, desaparecimento a prazo da Caixa Geral de Aposentações, fim dos regimes especiais de reforma para polícias, professores e enfermeiros, fim dos subsistemas de saúde dos militares, PSP e Justiça, entre outras medidas.³³ Contrariando o discurso inicial do Governo, no Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, apresentado em junho, o maior esforço de ajustamento orçamental era conseguido não através da contenção da despesa, mas do aumento de impostos.³⁴

As medidas de austeridade contempladas no quadro agora apresentado geraram uma enorme contestação. Os professores decidiram fazer greve aos exames do 9.º e 12.º, inaugurando uma interminável ‘guerra’ com a ministra Maria de Lurdes Rodrigues³⁵; polícias manifestam-se, enfermeiros também, juízes e magistrados do Ministério Público admitem recorrer à greve geral – alterações ao estatuto da carreira docente, o aumento da idade da reforma para os 65 anos³⁶, o fim de subsistemas de saúde – são vários os motivos que unem os funcionários públicos, vistos como uma unidade, ou cada carreira de *per si*, em luta contra o Governo.³⁷

A situação era de tal ordem que os sindicatos da função pública, afetos à CGTP e à UGT, não contam parar nas férias de Verão de 2005.³⁸ João Proença acusava o Governo de ter instalado um clima de instabilidade social, sobretudo na função pública. No Secretariado Nacional, fazia uma síntese dos vários pontos de tensão: «É neste quadro que vivemos um momento muito complicado. Em termos de União Europeia, o Orçamento não foi aprovado e temos o problema do PEC. Neste contexto, pedem-se medidas mais duras contra os trabalhadores». Em cima da mesa estava, depois de manifestações várias, a possibilidade de realização, em julho, de uma greve geral dos funcionários públicos.³⁹

Do lado do Governo, acreditava-se que havia «desagrado», mas não «revolta social».⁴⁰ José Sócrates manifestava-se confiante na reação da opinião pública quanto às políticas restritivas que o Governo se vira forçado a adotar.⁴¹

OS SINDICALISTAS «PROFISSIONAIS» E A CRIAÇÃO DE UM NOVO SINDICATO DOS BANCÁRIOS

Uma das frentes de ataque do novo Governo é o destacamento para atividade sindical, onde haveria alguns excessos, com um sindicalista por cada cem trabalhadores na Educação e Saúde: entre os professores, mais de 1300 destacados (muitos a tempo inteiro), cerca de 700 na Saúde (aqui apenas 20 a tempo inteiro). Outras áreas como a polícia, os funcionários judiciais, os transportes tinham situações equiparáveis. O Governo começou pelos professores, anunciando reduzir o número de destacados para menos de metade, para cerca de 450.⁴² A UGT não contestou a medida:

«Relativamente ao destacamento de Professores nos Sindicatos, o Ministério resolveu implementar algumas regras para evitar abusos. Feitas as contas havia perto de mil e trezentos professores em destacamento, mais de mil a tempo inteiro, tendo o Ministério, após reunião, atribuído a possibilidade de requisição de cento e oitenta para cada uma das Centrais e noventa para os Sindicatos Independentes. Realizou-se uma reunião com todos os Sindicatos, para se fazer um rateio, mas há ainda algumas discordâncias da parte do SINDEP e do SINAPE, que vamos tentar ultrapassar.»⁴³

Aproveitando o descontentamento geral, a CGTP promoveu a criação de um sindicato paralelo no setor bancário. Assim, em julho de 2005 nasce o SINTAF – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Financeira, de âmbito nacional. Começou a ser preparado no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, dentro das chamadas ‘listas unitárias’. Delmiro Carreira reagiu, denunciando a manobra da CGTP em carta que endereçou a todos os filiados no histórico SBSI.

O coordenador da comissão diretiva do SINTAF, Gastão Barros, assumia que o principal objetivo do novo sindicato era dinamizar a luta sindical no setor bancário, pois «há muito que as direções deixaram de estar em contacto com os trabalhadores. E os bancários estão a perder direitos, sem capacidade de reivindicação.»⁴⁴ Na ocasião, o Secretariado Nacional da UGT limitou-se a tomar conhecimento da criação desta nova estrutura sindical afeta à CGTP.⁴⁵

A REVISÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO

Correspondendo a uma grande pressão da parte sindical, o novo Governo comprometeu-se a rever o Código do Trabalho no quadro da Concertação Social:

«(...) haverá uma Comissão presidida pelo Prof. Monteiro Fernandes, que vai apreciar o impacto da sua aplicação, devendo ter pronto um livro verde até novembro e um livro branco até março, esperando-se que a revisão possa acontecer lá para setembro do próximo ano. Na próxima segunda feira, prevê-se que seja possível um consenso sobre uma primeira revisão. Nós sempre

dissemos que há muitas questões a rever. Mas há uma matéria, muito urgente, que tem a ver com a Negociação Coletiva. Os Patrões não queriam rever nada. O Governo apresentou uma primeira proposta, que é um texto claramente positivo, que na generalidade das situações responde às preocupações da UGT, que claramente melhora o Código, do ponto de vista sindical. Houve uma reação dos Patrões que nalguns casos chegou ao bloqueamento de negociações que estavam em curso. O texto foi sendo construído pretendendo-se uma concordância tripartida. Está em causa a concordância dos Patrões, que estão num quadro defensivo para evitar males maiores. As vantagens é que pode ser um texto de muito maior eficácia para a Negociação Coletiva.»⁴⁶

Este processo, contudo, não foi tão rápido quanto a UGT desejaria. O projeto de revisão foi inicialmente posto à discussão pública em outubro, mas estava atrasada «a preparação do Livro Branco e do Livro Verde, diferindo assim o prazo previsto para a sua revisão global.»⁴⁷

* * *

Entretanto o desemprego continuava a aumentar. E quase 50% dos desempregados não recebia subsídio.⁴⁸ A contestação social perante o «ajustamento», eufemismo para duras medidas de austeridade, sobe de tom. No Secretariado Nacional a preocupação era evidente:

«Relativamente ao emprego, neste período marcado com as medidas de combate à crise orçamental e face às recentes previsões do Banco de Portugal, é provável que o desemprego continue a aumentar. As medidas restritivas, que têm muito a ver com as despesas públicas, já provocaram greves. Para a UGT, o caminho da luta não é a greve pela greve. Nós consideramos que é necessário abrir um espaço de negociação no sentido de salvaguardar conquistas importantes para os trabalhadores. É necessário abrir a negociação e então enquadrar formas de luta.»⁴⁹
«(...) reconhecendo que estamos perante um cenário macroeconómico do País em que o crescimento é muito reduzido e o desemprego, que foi algo contido no Verão, vai continuar a crescer.»⁵⁰

Mas o ambiente continuava a piorar e um mês depois:

«(...) o Secretário Geral começou por referir que a situação político-sindical está fortemente condicionada pela contestação que se está a verificar na Admi-

nistração Pública, com lutas em curso e agendadas, o que demonstra o grande descontentamento social, num momento em que o Governo apresenta o Orçamento do Estado e faz declarações sobre os salários. É neste quadro que temos de reagir à incapacidade de diálogo do Governo que se prepara para, mais uma vez, adotar salários de miséria na Administração Pública, enquanto o setor privado, em nome da competitividade das empresas, quer seguir aproveitando este clima. Por outro lado, nós queremos um crescimento significativo no Salário Mínimo e aguardamos o agendamento deste debate.»⁵¹

Do lado do Governo pretendia-se criar um clima de «confiança e competitividade empresarial»⁵², lançando o Programa de Investimentos em Infra-estruturas Prioritárias (PIIP), e anunciando a criação de 120 000 empregos até 2009. A Confederação do Turismo e a CIP pronunciaram-se, muito pessimistas, sobre esta intenção, sublinhando o Presidente da CIP, Francisco Van Zeller, que «o emprego não se cria por decreto.» Já Eugénio Rosa, economista ligado à CGTP, dizia que as medidas mais importantes do PEC – Plano de Estabilidade e Crescimento apontavam para a redução e não para o crescimento do emprego. Poucos acreditavam neste plano laboral.⁵³

A greve da função pública, realizada a 15 de julho de 2005, foi mais um passo na ofensiva sindical. Contra o congelamento das carreiras, o aumento da idade da reforma e a redução da proteção na doença, Frente Comum e STE (UGT) marcaram o início de um período de contestação, em todos os azimutes, bem patente nos títulos da comunicação social da época.

POLÍTICA REIVINDICATIVA PARA 2005

No início de setembro, em Secretariado Nacional, a UGT aprovou a política reivindicativa para o novo ano:

«Consideramos razoável e realista, face à situação económica do País, apresentar como reivindicação da Central para os salários uma média de três e meio por cento, num intervalo de três a quatro e meio, deixando assim margem aos Sindicatos para apresentarem as suas propostas de acordo com a capacidade económica dos setores de atividade.»⁵⁴

Quanto ao SMN, a CGTP defendia um aumento de 25,30 para os 400 euros, a UGT um aumento de vinte euros.⁵⁵ Este referencial seria fixado em 385,90 euros (aumento de 3%, 11,20 euros).⁵⁶ As centrais sindicais consideraram o aumento insuficiente, a CAP e a CCP aplaudiram, a CIP e a CTP mostraram reticências.⁵⁷ O aumento das pensões sociais e das pensões do regime geral varia entre 3 e 10,6%, tendo as duas centrais sindicais manifestado que se tratava de uma subida insuficiente.⁵⁸

No que respeita à Administração Pública, o Governo propôs um aumento de 1,5% para todos. No caso das pensões, apontou para 2,5% para as pensões abaixo dos mil euros, 1,5% para as pensões entre mil e três mil euros e o congelamento nas pensões acima desse valor. A Frente Comum tinha reivindicado aumentos de 5,5% e a FESAP e STE de 3,5%.⁵⁹

Entretanto o Governo anunciou a desindexação de 40 prestações (pensões e apoios sociais) do SMN. Esta dependência, que tinha um grande impacto orçamental, iria terminar a partir de 2007. O ministro Vieira da Silva declarou que o objetivo é «libertar o salário mínimo das suas consequências orçamentais, para que ele possa funcionar como instrumento de regulação do mercado de trabalho.»⁶⁰ Tornava-se necessário encontrar uma alternativa que garantisse a justiça social. Para a CGTP, este tipo de prestações deveria aumentar na mesma medida da inflação; enquanto a UGT recomendava «uma adequada e justa atualização daquelas prestações.»⁶¹

REAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ÀS MUDANÇAS ANUNCIADAS

O projeto de diploma que visava alterar o regime de aposentação dos corpos especiais da função pública suscitava as maiores reservas. Os médicos protestaram, pois passariam ao regime geral (40 anos de serviço e 65 de idade), enquanto os enfermeiros continuariam a ter um regime de exceção (reforma com 36 anos de serviço). Surgiram os protestos habituais: a FESAP lamentou não terem sido aceites as propostas dos sindicatos, o STE acusou o Governo de fazer tábua rasa da negociação coletiva e a Frente Comum não chegou sequer a iniciar qualquer negociação.⁶²

A convergência do regime de proteção social na Administração Pública com o regime geral da Segurança Social foi discutida no Parlamento a 21

de outubro. Para o PSD, o Governo estava a converter os funcionários públicos em «bodes expiatórios da crise.»⁶³

As perspetivas sombrias para a função pública precipitaram uma corrida às reformas. Nobre dos Santos, da FESAP, lamentava que se tenha criado «entre os funcionários públicos, uma grande desconfiança, preocupação e, sobretudo, saturação. É este o resultado de tudo isso.»⁶⁴ E o resultado de que fala é a referida corrida às reformas, na Segurança Social, nas Finanças, nos professores, que já começava a afetar serviços-chave.⁶⁵

Aliás, a maior contestação surgiu dos sindicatos dos professores. As suas federações rejeitaram as propostas do Governo para o ano letivo seguinte, designadamente a colocação dos professores nas escolas por períodos de três a quatro anos.⁶⁶

O alargamento do horário das escolas do 1.º ciclo até às 17.30, as aulas de substituição (que acabavam com os ‘furos’), a fixação de parte do tempo não letivo a ser passado obrigatoriamente na escola, além da reforma aos 65 anos e o congelamento das carreiras, anunciados antes do Verão, justificaram a convocação da greve, pela FENPROF e pela FNE, para o dia 18 de novembro. Na maratona que antecedeu a greve, o ministério convenceu a FNE. Dias da Silva, líder desta federação, afirmou, justificando-se: «encontrámos condições para fechar um acordo com a equipa, pois abriram-se novos caminhos.»⁶⁷ Nesta sequência, foi criado um grupo de trabalho, com representantes do Governo, da FNE e de mais duas organizações sindicais, que teria de apresentar conclusões e propostas para solucionar as situações mais críticas até final do ano.⁶⁸

Segundo a FENPROF, que manteve a convocação, participaram na greve cerca de 100 mil professores, fecharam milhares de escolas e, mesmo nas que abriram, 70% dos docentes fizeram greve. Por sua vez, o Governo fala em 42% das escolas fechadas.

De qualquer forma o desemprego não parava de subir e sobre esse fenómeno o Secretariado Nacional pronunciou-se, alertando para a situação, cada vez mais difícil de controlar. No discurso da UGT surgiam alguns elementos novos: o desemprego de jovens licenciados, o aumento constante do tempo de desemprego e, pela primeira vez, a possibilidade de se atingir o número simbólico de meio milhão de desempregados.⁶⁹

A CGTP, por seu lado, enfatizava o facto de o desemprego real ser «muito superior ao desemprego oficial».⁷⁰ Se considerados os trabalhadores

em situação de desemprego ‘invisíveis’, a taxa de desemprego aproximava-se dos 10%. E muitas das pessoas sem trabalho tinham baixas qualificações escolares e profissionais, o que dificultaria a sua reentrada no mercado de trabalho – uma porta aberta para a exclusão social.⁷¹

* * *

Passada a campanha eleitoral e as eleições presidenciais, realizadas no início de 2006, o país voltava ao ritmo habitual. No Secretariado Nacional da UGT, a grande preocupação continuava a ser a subida do desemprego, aprovando-se por unanimidade uma resolução sobre essa matéria: «Crescimento preocupante do desemprego exige medidas urgentes».⁷² Também com apreensão, este órgão verificava que a discussão sobre a alteração da legislação do subsídio de desemprego estava parada.⁷³

A situação na Segurança Social gerava também, como sempre, uma especial tensão. Declarações alarmantes proferidas pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, referindo que o sistema estaria falido em 2015, obrigaram Vieira da Silva a vir a terreiro explicar-se – estaria deficitário, e não falido, em 2015, caso não fossem introduzidas alterações ao sistema. E essas alterações estavam em curso, como a correção para a saída precoce do mercado de trabalho, uma maior eficácia na cobrança das contribuições e no combate à fraude nas prestações, ou em vias de serem adotadas, como seria a alteração na fórmula de cálculo nas pensões de reforma, que seria antecipada.⁷⁴ Bagão Félix, que tinha sido ministro do setor, e mais recentemente ministro das Finanças, defendia que a sustentabilidade do sistema tinha muitos diagnósticos, mas que era difícil atuar; advogava a necessidade da complementaridade de sistemas privados de capitalização relativamente ao sistema público e deixava escapar o receio de que o dinheiro público estivesse a ser canalizado «forte e feio» para a Ota, o TGV e as Scut, em prejuízo, entre outros, da Segurança Social.⁷⁵

O ACORDO BILATERAL SOBRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Correspondendo ao termo de negociações que vinham do ano anterior, em 8 de fevereiro de 2006 celebrou-se o Acordo bilateral sobre a Formação Profissional, entre todas as confederações patronais e sindicais.⁷⁶

Verificando os deficits da formação escolar e profissional da população portuguesa, patrões e sindicatos acordaram num conjunto vasto de princípios e medidas, no quadro da formação profissional inicial e contínua e do reconhecimento e validação de competências escolares e profissionais, tendendo a superar esses deficits e a contribuir, como fim último, para a melhoria do desempenho das empresas e da economia portuguesa.

Para além de outros objetivos, estava em causa, também, fazer cumprir o determinado pelo Código do Trabalho em matéria de horas de formação. E operacionalizar a meta estabelecida de 1 milhão de ativos qualificados no Programa Novas Oportunidades, uma meta ambiciosa e que pressupunha a boa colaboração entre trabalhadores e suas entidades patronais, no caso dos trabalhadores empregados.

O texto terminava com o convite das confederações ao Governo para se associar ao Acordo, seguindo a prática iniciada em 2001, fazendo apelo à «valorização da formação profissional inicial e contínua»⁷⁷. Para a UGT, tratava-se de um «um bom Acordo, esperando agora que o Governo se possa envolver numa discussão mais alargada sobre a matéria.»⁷⁸

ACORDO SOBRE ALTERAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

Em discussão desde setembro de 2005, a revisão do novo regime jurídico do subsídio de desemprego seria objeto de acordo em sede de concertação social em abril de 2006, embora o diploma só fosse publicado em novembro.⁷⁹ O consenso foi obtido entre o Governo e os parceiros sociais, com exclusão da CIP, por manifestar reservas quanto às limitações previstas para as rescisões amigáveis.⁸⁰

O Secretário-geral da UGT, junto dos membros do Secretariado Nacional, fazia o ponto da situação:

«Relativamente ao Subsídio de Desemprego, em discussão, referiu-se às questões mais preocupantes como o papel dos Serviços Públicos de Emprego, o Emprego Conveniente e o respeito pelas competências do trabalhador, pelos IRCT's e a Lei. A relação entre o Subsídio de Desemprego e a carreira contributiva. O limite às rescisões por mútuo acordo. A Comissão de Recurso das decisões do IEFP e o Regime Transitório.»⁸¹

Num tempo de subida do desemprego, as obrigações a cumprir pelos desempregados tornavam-se mais exigentes. O dever de procura ativa de emprego, a especificação do conceito de «emprego conveniente», a anulação da inscrição com corte de subsídio como consequência direta da maior parte dos incumprimentos previstos na lei, como a recusa de emprego ou trabalho socialmente necessário, ou a falta a uma convocatória do centro de emprego – implicavam um reforço na estrutura e na qualidade dos serviços públicos de emprego e determinaram a criação de um órgão independente da hierarquia do IEFP, a Comissão de Recursos, para análise e decisão sobre os recursos interpostos pelos desempregados que vissem o seu subsídio de desemprego cessado por anulação da inscrição, devido ao incumprimento da lei.

As novas regras do subsídio de desemprego entrariam em vigor no início do ano de 2007.

O LIVRO VERDE SOBRE AS RELAÇÕES LABORAIS. A FLEXIGURANÇA

Finalmente publicado em abril de 2006, o *Livro Verde das relações laborais*⁸², da responsabilidade de uma equipa coordenada por António Dornelas, a quem fora encomendado o diagnóstico do Trabalho em Portugal, surpreendeu por vários motivos. Desde logo, porque o número de trabalhadores abrangidos por contratos coletivos de trabalho se reduzira para metade logo em 2004, ano da entrada em vigor do Código do Trabalho, mostrando que, em lugar de flexibilizar as relações laborais, o Código contribuiu para a redução do papel dos sindicatos. Depois, porque demonstrava que apenas 6% das relações de trabalho eram abrangidas por convenções coletivas, uma representatividade muito pequena. Mais ainda, as poucas matérias contratadas eram pouco respeitadas na prática – «não se paga o que se promete e não se trabalha o que fica escrito»⁸³, nem os patrões se sentem obrigados a cumprir, nem os sindicatos se mostram capazes de exigir.

Numa marcha inexorável, os sindicatos perdiam trabalhadores (de 59% em 1984 para 24,3% em 1997), sendo os precários os menos representados nas estruturas sindicais, justamente aqueles que mais necessitariam de apoio. Dispersos por muitos sindicatos, os trabalhadores estavam muito divididos, o que diminuía a sua força.

Este Livro Verde seria o ponto de partida da comissão técnica, presidida por Monteiro Fernandes⁸⁴, que iria elaborar o Livro Branco, que, por sua vez, serviria de fundamento à alteração da legislação do trabalho. Era intenção do Governo reduzir o peso desta legislação, com vista ao reforço da contratação coletiva, necessitando para tal de um amplo acordo entre estruturas sindicais e patronais.⁸⁵ Acreditava-se num modelo virtuoso, importado do Norte da Europa, e que deveria ser adaptado à realidade portuguesa: o modelo da ‘flexisegurança’⁸⁶, que combinava a flexibilidade e a proteção e a promoção do emprego.

Esta era uma matéria central para a UGT, que sobre ela refletia em sede de Secretariado Nacional:

«Relativamente ao Código de Trabalho, foi distribuído o Livro Verde que se debruça sobre as Relações de Trabalho, apresenta dados sobre a Negociação Coletiva, mas poderá haver dados que não estejam certos. (...) Em Portugal os custos do trabalho têm evoluído favoravelmente, mas as Empresas perdem competitividade. Nos últimos cinco anos, os salários contratuais para os salários reais, estão na razão direta de cem para cento e sessenta, o que pode representar uma técnica do patronato para diminuir o poder dos Sindicatos e isto implica uma reflexão sobre o que se passa com os patrões. A Negociação Coletiva não está a ser tão eficaz como desejamos. É necessário discutir esta matéria para uma nova dinâmica da Negociação Coletiva.»⁸⁷

Interna e externamente, na Europa, depositava-se esperança neste neologismo, que combinava flexibilidade laboral com segurança. Promover a mobilidade e a polivalência no emprego, facilitar os despedimentos, dando uma retaguarda adequada aos trabalhadores, no plano da Segurança Social, em nome da competitividade e da reestruturação da economia, era a equação que se pretendia resolver, sem criar convulsões sociais. Gestores e analistas convergiam na necessidade de pôr em prática a «fórmula mágica»:

«A flexi-segurança traz problemas, como todas as coisas novas. Mas não pode haver empresas com gestores e trabalhadores inamovíveis e por formar. Isto obriga as empresas a qualificarem-se para sobreviver. Fazer isto em Portugal é um trabalho de Hércules.»⁸⁸

Na UGT, a questão era vista com desconfiança:

«Está em debate o Livro Verde das Relações de Trabalho proposto pela Comissão Europeia ou, se quisermos, a Flexigurança, sobre o qual o Governo e os Parceiros Sociais já deram pareceres. Espera-se um Livro Branco para junho e talvez venha a ser aprovado durante a Presidência Portuguesa.⁸⁹ Nós dizemos que não há modelos importados, variando de país para país e, por exemplo, nós temos tudo ao contrário da Dinamarca.»⁹⁰

Para João Proença, já existia flexibilidade elevada por via da precariedade laboral, falsos recibos verdes e incumprimento da lei em contratos a prazo e temporários, pelo que o modelo dinamarquês não era aplicável. Muito criticamente, o Secretariado Nacional expressava a sua visão:

«Para a UGT o documento facilita o desempenho das empresas à custa do trabalho sem nada lhes ser pedido em troca e faz a apologia do despedimento fácil e sem encargos.»⁹¹

A PERCEÇÃO DO PAPEL DOS SINDICATOS: DUAS SONDAgens

Realizada pela Eurosondagem para o *Expresso/Sic/Renascença*, uma sondagem sobre o papel e o poder dos sindicatos mostrava o espírito do tempo que se vivia. Quase metade dos trabalhadores afirmavam não pertencer a nenhum sindicato (48,9%), mais de metade nunca recorreu à ajuda de um sindicato (58,7%), 40% dos inquiridos achavam-nos pouco eficazes e 15,5% consideravam-nos sem qualquer utilidade.⁹²

Outra sondagem, realizada pela mesma empresa, para o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, dizia, todavia, que 45% dos trabalhadores inquiridos considerava que a situação do país seria pior se não existissem sindicatos, 30% achava que seria a mesma, e apenas 12% considerava que seria melhor.⁹³

Refletindo sobre estas sondagens, o editorial do *Expresso* da semana seguinte, dando como exemplo negativo a Opel da Azambuja, por contraponto à situação na Ford-VW em Palmela, apontava o dedo aos sindicatos:

«Organizar os trabalhadores e as suas reivindicações como se o mundo estivesse inalterado desde os anos 1970 é manifestamente desapropriado. O mundo mudou muito e os sindicatos, para sobreviverem, terão de antecipar as tendências e não resistirem *ad nauseam* a qualquer mudança no complexo quadro das relações laborais modernas, em que todo o mundo – e não apenas uma região ou país – compete pela criação de postos de trabalho e por transferências de tecnologia. Aspectos em que o papel dos sindicatos é também decisivo.»⁹⁴

No Secretariado Nacional da UGT, a situação da Opel foi também objeto de análise, apontando-se a «irresponsabilidade dos dirigentes dos trabalhadores»⁹⁵ como estando na origem de muitos problemas, que levava a empresa a fechar ainda no final de 2006 e a deslocalizar parte da sua produção para Espanha.⁹⁶

CONTESTAÇÃO NA FUNÇÃO PÚBLICA. A GREVE DE JULHO DE 2006

A contestação na Função Pública foi crescendo continuamente. Os diplomas que regulavam os regimes jurídicos, em particular o da mobilidade, o da criação dos supranumerários, o da contratação individual de trabalho (reduzindo drasticamente a contratação de ‘funcionários públicos puros’, com vínculo definitivo ao Estado), que decorrem da reorganização dos serviços do Estado (Programa PRACE, que visava a Reestruturação da Administração Central do Estado), criavam um sentimento de grande mal-estar entre os funcionários. Nobre dos Santos, do SINTAP, a 2 de junho, após reunião com a equipa do Ministério das Finanças, anunciou a possibilidade de se virem a «preparar grandes jornadas de luta, que se podem traduzir em greves gerais.»⁹⁷

Na Educação, em particular, a ministra Maria de Lurdes Rodrigues estava debaixo de fogo. O projeto de revisão da carreira do pessoal docente, entregue no final de maio, bem como as declarações da Ministra na Maia, a 29 de maio, que foram lidas como uma tentativa de responsabilização dos docentes pelo insucesso dos estudantes, fizeram a FENPROF convocar greve para o dia 14 de junho e para o arranque do ano letivo. Dias da Silva, da FNE, dizia-se aberto a negociações e que a paralisação não estava no topo das prioridades.⁹⁸

Congregando as estruturas sindicais mais representativas, afetas à CGTP e UGT, Frente Comum, STE e Frente Sindical da Administração Pública, os trabalhadores decidem avançar para a greve, no dia 6 de julho, por considerarem que o Governo apenas quer reduzir o número de funcionários públicos. Esta decisão foi analisada no Secretariado Nacional da UGT, que aprovou um projeto de resolução:

«O Secretário Geral começou por referir-se à Greve na Administração Pública enumerando os motivos que a justificam, a começar pelo Projeto de Diploma sobre a Mobilidade, que mais não é do que de pré-despedimentos. Nesse sentido, apresentou o Projeto de Resolução no sentido de reafirmar a solidariedade do Secretariado Nacional com aqueles trabalhadores.»⁹⁹

OS ACORDOS SOBRE A REFORMA DA SEGURANÇA SOCIAL

A proposta de reforma da Segurança Social foi apresentada pelo Governo em 19 de junho de 2006, depois de ouvidos, numa primeira fase, os parceiros sociais. Vieira da Silva queria levar a reforma ao Parlamento ainda antes das férias de Verão. Os sindicatos criticaram duramente as mudanças propostas: Carvalho da Silva falava de perdas inequívocas para os trabalhadores e punha em causa a constitucionalidade das propostas, João Proença considerava-as como altamente penalizadoras para os pensionistas, atuais e novos.¹⁰⁰

No Secretariado Nacional da UGT, esta matéria foi analisada por várias vezes e aprovada por unanimidade uma proposta, a 23 de junho de 2006:

«Relativamente à Reforma da Segurança Social, recordou que hoje em dia é o tema chave na generalidade dos países da Europa, onde vêm ocorrendo mudanças mais ou menos profundas, tendo em vista o chamado envelhecimento ativo visto que o número de Reformados é cada vez maior que os ativos e é necessário encontrar caminhos para garantir a sustentabilidade da Segurança Social. Recordou que o Acordo de oitenta e um comporta efeitos positivos, a médio e a longo prazo, mas induz efeitos negativos a curto prazo e, por isso, se justificam algumas mudanças. Explicou as propostas do Governo tendo em vista essas mudanças necessárias, designadamente, a alteração das regras de cálculo

das pensões, ajustando os métodos preconizados no Acordo referido. A necessidade desta Reforma foi acelerada pelo aumento dos custos da Energia e aumento do Desemprego. Apesar disso, o Sistema continua equilibrado, embora muito à justa e à custa de parte do aumento do IVA.

Nesse sentido, a UGT diz sim à Reforma da Segurança Social. Mas que Reforma? Vamos negociar. O Governo apresentou um primeiro e um segundo documentos onde propõe medidas altamente penalizadoras. Concordamos que é necessário diminuir as despesas, através de mecanismos de moralização do Sistema, e aumentar as receitas, designadamente através do combate à fraude fiscal.

O Secretário Geral prosseguiu uma explicação sobre as medidas propostas, o seu enquadramento na Reforma e a posição da Central para cada uma delas e as propostas da Central, contidas no documento em discussão e que vamos votar. (...).

Findo o debate, a mesa procedeu à leitura do texto: ‘Posição da UGT sobre a Proposta de Reforma da Segurança Social apresentada pelo Governo em 19.06.2006’, esclarecendo que se consideram integradas todas as propostas suscitadas pelas intervenções havidas e, procedendo à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.»¹⁰¹

As medidas com mais impacto constantes da proposta eram o chamado ‘fator de sustentabilidade’, que consubstanciava a resposta ao aumento da esperança média de vida, e a antecipação da nova fórmula de cálculo, que contabilizava toda a carreira contributiva, e ainda as medidas de combate à fraude e evasão contributivas.¹⁰²

Perante as discordâncias dos parceiros sociais, em particular dos sindicatos, o processo negocial intensificou-se e, em julho de 2006, foi firmado um acordo preliminar, o chamado ‘Acordo sobre as linhas estratégicas da reforma da Segurança Social’, entre Governo e parceiros sociais, de que a CGTP se auto-excluiu por estar totalmente contra a aplicação do fator de sustentabilidade e a redução das pensões para a generalidade dos pensionistas.¹⁰³

Este acordo desdobrava-se em catorze pontos, de que se destacam os seis primeiros, por terem maior impacto no sistema: «1 – Introdução de um Fator de Sustentabilidade ligado à Esperança de Vida no cálculo das futuras pensões; 2 – Aceleração da Transição para a Nova Fórmula de

Cálculo das Pensões; 3 – Proteção das Longas Carreiras Contributivas; 4 – Novas Regras para a Indexação e Atualização das Pensões; 5 – Introdução de um princípio de limitação às pensões mais altas 6 – Promoção do Envelhecimento Ativo.»¹⁰⁴

O Governo pretendia encerrar o processo negocial da reforma da Segurança Social, em curso na CPCS, mas a UGT manifestou a sua «indisponibilidade»¹⁰⁵ para o efeito, por faltarem ainda vários debates regionais e uma reunião do Secretariado Nacional. Em reunião deste órgão, João Proença fez o ponto de situação:

«Referiu que, em termos de conteúdo, há ainda muitas matérias em discussão, algumas das quais deverão ser finalizadas, mas outras, pela sua especificidade, terão de ficar para discussão futura, como é o caso de questões como a natalidade e das taxas sociais reduzidas, que são mais de trinta regimes diferentes e que deverão ser discutidas, uma a uma, também com os representantes diretos dos interessados. Os trabalhadores independentes e os falsos recibos verdes são outra dor de cabeça.

Relativamente às matérias a acordar, nalguns casos ainda estamos longe de um acordo, como é o caso da fórmula para atualização das pensões, das reformas flexíveis, dos incentivos à permanência no trabalho ativo ou dos benefícios às longas carreiras contributivas.

Também a questão da capitalização e neste quadro importa perceber a proposta do PSD que ainda não entendemos muito bem, mas que vamos estudar melhor. Nós pomos duas condições de partida que são: não pôr em causa a sustentabilidade do sistema e que haja benefícios a médio e longo prazo e isso terá de ser provado.»¹⁰⁶

A verdade é que o processo negocial se acelerou em setembro, e o texto do Acordo foi aprovado em Secretariado Nacional da UGT, apenas com uma abstenção:

«Apresentação do Projeto final do Acordo da Reforma da Segurança Social, o Secretário Geral começou por referir-se ao texto entregue pelo Governo e que já contempla algumas correções, recentemente aprovadas pela Comissão Permanente e que por uma questão de eficácia entendemos não divulgar. Recordou que em boa medida as melhorias introduzidas foram propostas da UGT,

que, na generalidade, foram acolhidas, mas que ainda vamos tentar reforçar com pequenos ajustamentos. Explicou a seguir o objetivo e o alcance das medidas consignadas no texto, nomeadamente o fator de sustentabilidade, que tem que ver com a esperança média de vida, a alteração da nova fórmula de cálculo das pensões, a proteção das longas carreiras contributivas, o indexante para as novas pensões, o princípio das pensões mais altas, a promoção do envelhecimento ativo, a convergência dos regimes de proteção social, as pessoas com deficiência, o método de financiamento da Segurança Social, o limite da base de incidência, as taxas reduzidas, os trabalhadores independentes, as profissões de desgaste rápido, os regimes das pensões complementares, os incentivos à natalidade e a organização do Sistema de Segurança Social, entre outras questões, concluindo que a UGT considera este documento um bom Acordo. Recordou que fizemos Plenários para debate desta matéria, em todas as regiões do País, incluindo Açores e Madeira, notando-se, apesar da pouca informação de que as pessoas dispunham, uma boa receção à forma como as negociações foram conduzidas e à importância do papel da Central, na Concertação Social. Lembrou que estamos numa situação em que são necessárias medidas sérias que promovam um equilíbrio entre as despesas e as receitas para garantir a sustentabilidade do sistema. Lembrou ainda que é evidente que a expectativa da reforma daqui a trinta anos será inferior, mas na atualidade as pensões vão continuar a ter os seus aumentos, embora vão crescer menos do que se não houvesse nenhuma medida. Seguidamente, explicou a metodologia aprovada para o cálculo das pensões considerando todas as variáveis previstas pelo sistema, bem como a expectativa da sua evolução até ao ano dois mil e cinquenta.»¹⁰⁷

O Acordo sobre a Reforma da Segurança Social acabou por ser assinado a 10 de outubro de 2006, com a presença do Governo e dos parceiros sociais, exceção feita à CGTP.¹⁰⁸ Tratava-se de um acordo que tinha por objetivo o «reforço da coerência estrutural do sistema da Segurança Social, bem como da sua sustentabilidade social, económica e financeira.»¹⁰⁹. Desdobrava-se em dezoito linhas de ação, que detalhavam e aprofundavam o documento preliminar assinado em julho anterior.

A Lei de Bases da Segurança Social, que refletia e incorporava os princípios acordados, foi publicada a 16 de janeiro do ano seguinte.¹¹⁰

«SÓCRATES, ESCUTA, VEM AÍ MAIS LUTA»

Este e outros *slogans* prometiam um Outono com muita contestação na rua. Os professores, no dia 5 de outubro, feriado e dia mundial do professor, encheram os 3 km da Avenida da Liberdade, em Lisboa, entre o Marquês de Pombal e o Rossio, «uma coisa nunca vista»¹¹¹, nas palavras de Paulo Sucena. A discussão sobre o Estatuto da Carreira Docente prolongou o debate e, em alguns meios, já se considerava que a agitação nas escolas estava a pôr o ensino em segundo plano.¹¹² Quanto à manifestação, o Secretariado Nacional da UGT veio saudar «os Sindicatos dos Professores pela extraordinária manifestação promovida no passado dia cinco de outubro.»¹¹³

O PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, a reforma da Segurança Social, o projeto de lei das Finanças Locais, o encerramento das urgências dos hospitais em vários pontos do país e as suas previsíveis consequências, criaram um ambiente de crispação e contestação ao Governo. No dia 12 de outubro, uma semana depois da manifestação dos professores, em Lisboa, 70 a 100 000 pessoas voltaram à rua, protestando contra as políticas do Governo, servindo de teste a uma futura greve geral.¹¹⁴

Aliás, a segunda greve geral da função pública em menos de quatro meses foi convocada pelas principais estruturas sindicais, afetas à UGT e CGTP, para 9 e 10 de novembro. O fracasso da negociação salarial, a reestruturação dos serviços e o congelamento das carreiras fizeram perder a paciência aos sindicatos. Nobre dos Santos, da FESAP, foi muito crítico: «O Governo não pode ser autista e tem de perceber que estas greves espelham a indignação dos trabalhadores, mesmo de quem não pode aderir por ter baixos rendimentos.»¹¹⁵ Os sindicatos falam em 80% de adesão, o Governo em 11%.

O Secretariado Nacional da UGT faz um balanço positivo da luta, mas mantém a preocupação de fundo:

«Nobre dos Santos referiu-se mais uma vez à situação na Administração Pública considerando que tudo o que se diz também afeta a qualidade dos serviços que presta. Considera que está a acontecer uma descapitalização e que o futuro é bastante cinzento e por isso é necessário tentar que haja uma plataforma de entendimento entre os Sindicatos da UGT no setor.

Carlos Chagas fez algumas considerações sobre a situação de alguns serviços

onde os trabalhadores exercem a sua atividade em condições penosas, propõe a realização de uma Conferência Nacional onde cada um possa exprimir a sua visão sobre o que se passa na Administração Pública.»¹¹⁶

E quanto às questões dos professores, cuja luta continuava, João Dias da Silva, da FNE, vem

«saudar e agradecer a participação e a presença solidária do Secretário Geral da UGT e do Coordenador da FESAP na vigília que os Professores fizeram junto do Ministério da Educação. Acrescentou que não havendo propriamente uma mudança de atitude do Ministério os Sindicatos continuam a não abdicar da discussão do Regulamento das Carreiras, entre outros instrumentos em discussão.»¹¹⁷

No que se refere aos professores, ao fim de oito versões, duas marchas de protesto e duas greves nacionais, o Governo, após algumas cedências às pretensões sindicais, encerrou a revisão do Estatuto da Carreira Docente.¹¹⁸ Jorge Pedreira, Secretário de Estado-adjunto da Educação, assevera que o pico dos protestos já passou, mas o pingue-pongue com os sindicatos ainda não acabara.¹¹⁹

* * *

Noutro contexto, não menos importante, ocorria o debate em concertação social sobre o novo salário mínimo, que durou alguns meses. O Secretariado Nacional da UGT manifestava algum receio relativamente à Remuneração Mínima Mensal Garantida sobre a qual subsistiam divergências entre a posição da Central e a posição dos empregadores. O Governo comprometeu-se a realizar encontros bilaterais no sentido de tentar uma aproximação de posições.¹²⁰

O Acordo sobre a fixação e evolução da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) foi celebrado a 5 de dezembro de 2006, entre o Governo e todos os parceiros sociais.¹²¹ O valor do salário mínimo passou para 403 euros (4,4% de aumento), mas a grande novidade foi a fixação de um aumento progressivo até 500 euros em 2011.

Este acordo foi possível pela desindexação do SMN do subsídio de desemprego e das pensões, a que já se aludiu, e à criação de um Indexante de Apoios Sociais (IAS), autónomo.

UGT: BALANÇO DO ANO DE 2006

Antes do final do ano, a UGT divulgou uma nota de imprensa em que fazia o balanço. 2006 foi um ano de elevado desemprego, numerosas falências e aumento da precariedade do emprego. Houve também encerramentos e deslocalizações de empresas e uma evolução insuficiente e até negativa do poder de compra dos trabalhadores, com novas situações de pobreza e exclusão social.

Na verdade, apesar do saldo nacional positivo de 7200 empregos, 2006 foi um ano marcado pela destruição de emprego na área da indústria. A Opel da Azambuja fechou no fim do ano, lançando 1200 trabalhadores para o desemprego – a administração da *General Motors* decidiu mudar a produção para Saragoça.¹²² A multinacional americana *Johnson Controls*, da área do ar condicionado, refrigeração e componentes para automóveis, deslocalizou para o Leste da Europa e fechou as duas fábricas em Portugal, em Nelas e Portalegre, deixando no desemprego quase 900 pessoas.¹²³ Também a Lear, Delphi, Yasaki, da área dos componentes para automóveis, reduziram a produção ou fecharam mesmo.¹²⁴ A Alcoa, igualmente produtora de componentes auto, no Seixal, onde trabalhavam 489 pessoas, deslocalizaria para a Hungria no início de 2007. Mas não foi só o setor automóvel que contribuiu para a destruição de postos de trabalho – no setor das telecomunicações e correios e no financeiro desapareceram 2750 postos de trabalho.¹²⁵

O Secretariado Nacional da UGT debateu estes encerramentos e deslocalizações e as exigências que traziam ao movimento sindical: «A internacionalização da economia e a globalização exigem novas respostas dos sindicatos e do movimento sindical internacional.»¹²⁶ A subida do desemprego exigia a discussão das políticas ativas de emprego, no seio do Conselho de Administração do IEFP e da CPCS. A «elevada precariedade» impunha uma reflexão dos órgãos da central.¹²⁷

Quanto à criação de emprego situava-se nas áreas do comércio, transporte e armazenamento, responsáveis por mais de 85% dos postos de trabalho criados. A Abertis, gigante espanhol da logística, fizera um investimento avultado, que se previa vir a criar até 7000 postos de trabalho.

ACORDO PARA A REFORMA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Formação Profissional, vista como uma medida de política ativa de emprego, estava no centro das atenções neste início de 2007. O Acordo para a Reforma da Formação Profissional foi celebrado em 14 de março¹²⁸, entre os parceiros sociais com assento na CPCS, com exceção da CGTP. A UGT empenhou-se muito na redação do documento, que foi validado pelo Secretariado Nacional por unanimidade.¹²⁹

O Acordo, partindo de um conjunto de considerandos que faziam o diagnóstico da situação nacional em matéria de educação/formação, estabelecia um ambicioso quadro de objetivos estratégicos:

- «1. Generalizar o nível secundário como patamar mínimo de qualificação (...);
2. Promover a expansão das vias profissionalizantes de nível secundário (...);
3. Garantir que toda a oferta de cursos profissionalizantes de jovens permita a obtenção de uma dupla certificação, escolar e profissional, e combater o insucesso e o abandono escolar precoce;
4. Elevar a formação de base dos ativos, empregados e desempregados, (...) articulando as respostas formativas com as necessidades das empresas, dos indivíduos e do mercado de trabalho;
5. Garantir uma oferta de formação ajustada às necessidades de modernização das empresas, visando uma alteração no perfil produtivo português (...);
6. Assegurar igualmente uma oferta de formação ajustada às necessidades dos trabalhadores (...);
7. Reforçar o papel do dispositivo de reconhecimento, validação e certificação de competências (...);
8. Combater a economia informal e os comportamentos lesivos das boas práticas empresariais (...);
9. Promover a efetivação do direito individual a um número mínimo anual de horas de formação (...);
10. Elevar a formação dos empresários (...);
11. Promover a formação para o diálogo social, nomeadamente para o reforço da contratação coletiva, através do apoio à formação de negociadores sindicais e empresariais (...).»

Seguiam-se metas e medidas concretas destinadas a prosseguir estes objetivos. A elevação para o 12.º ano do patamar mínimo de qualificação, o incremento da dupla certificação, escolar e profissional, o desenvolvimento da formação da população ativa, combinando o reconhecimento e validação de competências adquiridas ao longo da vida com os complementos de formação, a formação de empresários, permitiram a convergência que deu lugar ao acordo. Para a UGT, o documento era uma garantia e criava condições que permitiam o cumprimento das leis do trabalho, designadamente a obrigação da formação anual dos trabalhadores, consagrada no Código do Trabalho. As Confederações reviam-se também no acordo celebrado, aplaudindo a previsão da formação de empresários e o envolvimento de 35 mil PMEs em programas de consultoria, entre 2007 e 2013. Para a CGTP, os compromissos e garantias não eram suficientes, não sendo explícito o direito às 35 horas anuais de formação.¹³⁰

LEGISLAÇÃO LABORAL: DO LIVRO VERDE AO LIVRO BRANCO

Os trabalhos da Comissão liderada por Monteiro Fernandes, para revisão da legislação laboral, seguiam o seu curso. No início de junho, João Proença, no Secretariado Nacional, fazia o ponto da situação:

«(...) informou também que há notícias de que já foi entregue ao Governo o Relatório Preliminar para a revisão do Código do Trabalho. Ainda não o recebemos, mas é uma matéria que temos de discutir em grande profundidade. Para preparar esse debate, criamos um Grupo de Trabalho, com Juristas e Técnicos dos Sindicatos, e logo que tenhamos o documento vamos enviá-lo a todas as Organizações.»¹³¹

Pelo que se sabia, as alterações iam no sentido do reforço da contratação coletiva, assentando numa «articulação poderosa entre o mundo empresarial e o mundo sindical», em que seria possível deixar à discussão e acordo entre as partes matérias tão sensíveis como horários de trabalho, regras de contratação e despedimento.¹³²

Com a divulgação deste primeiro esboço do que seria o Livro Branco, «estalou o verniz entre sindicatos, patrões e Governo.»¹³³ Para João Proença

era um «mau pontapé de saída para a revisão das leis laborais» e o caminho apontava para uma «flexibilidade sem segurança», para Carvalho da Silva tratava-se de um «cardápio de maldades para os trabalhadores». Em contrapartida, para Francisco Van Zeller, da CIP, o preconizado era «insuficiente para reduzir a rigidez laboral em Portugal.»¹³⁴ Seguia-se um longo caminho negocial, em que Vieira da Silva iria tentar os consensos possíveis, embora avisando que, de todas as formas, o Governo não deixaria de legislar.

A REFORMA DA FUNÇÃO PÚBLICA

Embora lenta, a reforma na função pública prosseguia. Em final de janeiro de 2007, o Governo apresentava a proposta de reforma das carreiras. Tendo por referência o setor privado, o modelo evoluía para a possibilidade de despedimentos individuais com justa causa (por exemplo, por duas avaliações negativas consecutivas) e rescisões amigáveis. As progressões na carreira passavam a depender do tempo e avaliação na carreira, mas estavam condicionadas pelas disponibilidades orçamentais dos serviços. O novo regime de vínculos, carreiras e remunerações era visto, consoante os olhares, e em medidas variáveis, como uma forma de modernizar a administração ou apenas como um instrumento para cortar a despesa pública nas rubricas de pessoal.¹³⁵ Uma das grandes alterações foi a redução do vínculo por nomeação às funções nucleares do Estado (soberania, justiça, por exemplo); nas áreas não nucleares os funcionários passavam a contrato de trabalho em funções públicas, equiparado ao contrato individual de trabalho do setor privado. As negociações com os sindicatos só terminaram em junho, depois de cedências do Governo quanto às progressões, que levaram ao acordo da FESAP (UGT)¹³⁶, mas o diploma ainda teria um longo caminho a percorrer.¹³⁷

As questões da avaliação do desempenho (com a revisão do SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação e Desempenho da Administração Pública, que vinha de 2004), e as da mobilidade especial (que visava os trabalhadores considerados excedentários), eram as que suscitavam maiores controvérsias.¹³⁸ O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e a Frente Comum avançaram mesmo para o pedido de apreciação da constitucionalidade do diploma sobre a mobilidade especial¹³⁹, enquanto nos serviços decorria a reorganização orgânica, com elaboração das temidas

listas dos trabalhadores excedentários.¹⁴⁰ O STE suscitaria também a inconstitucionalidade das alterações ao Estatuto da Aposentação na Administração Pública, por acreditar que a convergência com o regime geral assentava em «discriminações».¹⁴¹

* * *

Se o ambiente na função pública estava cinzento, com todas as alterações em curso, o país estava em brasa com o encerramento de urgências hospitalares. Para o ministro da Saúde foi a tempestade perfeita. Correia de Campos enfrentava uma onda de contestação sem precedentes.

Por outro lado, o emprego não crescia e o desemprego subia. Os 150 mil empregos prometidos até 2009 estavam longe de terem sido criados, e aumentar a taxa de crescimento potencial da economia acima dos 3%, outra meta de José Sócrates, parecia agora irrealista.¹⁴² Já o desemprego atingia 8,4%, a taxa mais elevada dos últimos 15 anos – eram quase 470 mil pessoas sem trabalho. E a pergunta pairava no ar, se este desemprego «é o resultado de uma profunda reestruturação do tecido produtivo, que cria produtos com muito mais valor, ou se é o espelho da decadência da nossa capacidade produtiva»¹⁴³?

A meio da legislatura, longe do cumprimento das promessas eleitorais, e nas vésperas de um duro segundo semestre, com a Presidência da União Europeia em Lisboa, o Primeiro-ministro prometeu acelerar as reformas estruturais, designadamente as alterações à legislação laboral.¹⁴⁴

CGTP: NOVA LIDERANÇA NA FENPROF E CONVOCAÇÃO DE GREVE GERAL

Depois de 13 anos à frente da FENPROF, Paulo Sucena reformou-se e decidiu sair, deixando a Federação dividida quanto à sua sucessão.¹⁴⁵ De um lado Mário Nogueira, rosto da contestação contra a ministra Maria de Lurdes Rodrigues, sindicalista conhecido; do outro Manuela Mendonça, dirigente do Sindicato dos Professores do Norte, surgia com o apoio dos dois maiores sindicatos da FENPROF, Lisboa e Porto, que representavam mais de 60% dos votos. A eleição, em abril de 2007, foi ganha, apesar da diferença de votos com que contavam à partida, por Mário Nogueira, cuja capacidade de liderança e notoriedade foram os trunfos para a vitória.¹⁴⁶

A contestação da CGTP subia de tom ao longo do primeiro semestre de 2007. A política laboral do PS terá juntado mais de cem mil manifestantes dos setores público e privado em Lisboa, no dia 2 de março.

Neste ano, a UGT comemorou o 1.º de Maio em Loures, e a CGTP voltou à Cidade Universitária.

Apesar da contestação interna, e da oposição inicial do próprio Carvalho da Silva, que entendia não se estar no momento político adequado para o efeito e que votou vencido no Conselho Nacional da CGTP, a Central avançou para a greve geral, convocada para o dia 30 de maio. Na base da greve estava assumidamente a precariedade no trabalho, que se teria agravado nos setores público e privado; as alterações em curso no Código do Trabalho, que trariam a liberalização dos despedimentos e a temida *flexi-segurança*; as mudanças para pior na Saúde, Educação e Segurança Social; o agravamento do custo de vida e ainda as políticas económicas e sociais neoliberais.¹⁴⁷

Apesar de tudo, na UGT, a decisão fundamentada foi de não adesão à greve:

«Relativamente à Greve Geral da CGTP, as posições na UGT estão muito claras, como o demonstram os resultados dos debates sobre essa matéria com uma votação, por unanimidade, no Secretariado Nacional e, com um voto contra e uma abstenção, no Conselho Geral. Mas há dois ou três casos anómalos em Sindicatos da UGT. O mais visível é o STE. Depois o SINAPSA e também o SITEMAQ que fez declarações em conjunto com outros Sindicatos dos transportes fluviais. O STE é o caso mais anómalo, visto que os Sindicatos da UGT na Administração Pública há muito que tinham decidido o não à greve do dia trinta. Até eticamente a posição do STE é ambígua, visto que não participaram em reuniões e não tiveram uma palavra para com o Secretário Geral. A partir de agora a UGT não vai dar realce à Greve Geral e, quando questionados pela Comunicação Social, diremos que há riscos desta greve ser um tiro no pé do Movimento Sindical, uma vez que não se luta por objetivos concretos.»¹⁴⁸

A CGTP optou por não revelar o número final de adesões à greve, uma decisão inédita. Embora a posição oficial não o assumisse, e Carvalho da Silva declarasse que os números do Governo e do patronato eram menti-

rosos, a verdade é que a greve ficou muito longe das expectativas da central, que abriu internamente o debate sobre «o que falhou.»¹⁴⁹

Para João Proença, esta greve geral «parece disparatada. Não havia uma razão objetiva, a não ser motivações político-partidárias que acabaram por enfraquecer a luta.»¹⁵⁰ Por seu turno, o ministro Vieira da Silva sublinhava que «os sindicatos que a convocaram devem fazer uma leitura profunda sobre a evidência dos resultados.»¹⁵¹

X CONGRESSO DA UGT (EXTRAORDINÁRIO)

O X Congresso (Extraordinário) da União Geral dos Trabalhadores foi «o congresso mais rápido da sua história», durando apenas a tarde do dia 16 de junho de 2007¹⁵¹. A reunião surgiu na sequência da acusação do Ministério Público, em 2006, «que propôs a nulidade dos estatutos» da UGT «alegando a não regulamentação do direito de tendência dos associados, a ilegalidade do processo previsto para a desvinculação dos sócios e a violação das regras relativas à convocação do congresso e do conselho geral»¹⁵². Ou seja, para o Ministério Público, a UGT não respeitava o Código do Trabalho.¹⁵³ O que não deixava de ser curioso, pois «foi por causa dessa matéria [o direito de tendência] que nasceu» a central.¹⁵⁴ O processo – que estava suspenso – tinha mesmo como objetivo a «extinção da UGT, nos termos do Código do Trabalho».¹⁵⁵ Apesar de a Central Sindical considerar o «processo instaurado [...] ilegítimo» fez questão de avançar para um congresso extraordinário que alterasse o artigo relativo ao direito de tendência, que, a partir de então, «determina que a regulamentação deste direito fica [a fazer] parte integrante dos estatutos».¹⁵⁶

Além desta alteração, registou-se igualmente a redução de «60 para 30 dias [d]o prazo de antecedência com que tem de ser comunicada a vontade de desvinculação dos associados» e a necessidade de «tanto os congressos como os conselhos gerais» passarem «a ser convocados nos termos da lei aplicável às associações sindicais»¹⁵⁷. No que diz respeito à «desvinculação dos associados», a central achou a notificação absurda pois faz-se a «extrapolação para a Central de normativos referentes aos associados dos Sindicatos» tratando-os como «*pessoas* quando se sabe que os associados da Central são Organizações».¹⁵⁸

Apesar da realização do congresso, João Proença «discorda frontalmente» da acusação do Ministério Público, lembrando que o I Congresso da UGT aprovou precisamente um regulamento sobre o direito de tendência.¹⁵⁹ Mais: a central estranha o facto de «a CGTP e os seus Sindicatos» não serem, «aparentemente, contestados»:

«Acontece ainda que o Ministério do Trabalho analisa apenas o que sobre os Estatutos dos Sindicatos é publicado e o Ministério Público segue o mesmo critério, o que significa que aqueles que não regulam o Direito de Tendência, se nunca publicarem os Estatutos, nunca o problema se põe. É aquilo a que chamámos uma ‘fraude legal’».¹⁶⁰

Nesse sentido, para a UGT «há, portanto, um tratamento discriminatório do Ministério do Trabalho que trata de modo claramente diferente coisas que até nem são iguais porque o que está nos Estatutos doutros [...] é claramente pior que nos da UGT». Mais: a UGT mostrava-se duplamente discriminada visto que os Estatutos do próprio Sindicato dos Magistrados do Ministério Público não têm «qualquer referência a esse direito».¹⁶¹ Concluindo, João Proença «achou bem a proposta de se ponderar a apresentação à OIT duma queixa contra o Estado Português».¹⁶²

O sentimento de que o processo em causa tinha motivações políticas levou o Congresso a aprovar a seguinte resolução:

«O X Congresso da UGT (Extraordinário) decide mandar os Órgãos da UGT para proceder de todas as formas necessárias para que seja feita justiça, no quadro de um Estado de Direito, para o que deverão:

- a) acompanhar a auditoria aos Serviços competentes do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, com as consequências que dela decorram;
- b) acompanhar a execução das recomendações do Sr. Provedor de Justiça no seguimento do processo em curso;
- c) exigir o fim de todas as práticas discriminatórias, quer por parte do Ministério do Trabalho quer por parte do Ministério Público;
- d) bater-se para que, na revisão do Código do Trabalho, fiquem devidamente clarificados os mecanismos para garantir a liberdade e democracia sindicais e sejam fixados prazos para as alterações necessárias dos Estatutos das Organizações Sindicais;

- e) alertar as autoridades competentes para a necessidade de tomar medidas para garantir o Estado de Direito;
- f) aprofundar a análise do conteúdo e fundamentos das acusações feitas à UGT e seus sindicatos e procurar garantir justiça através da intervenção dos Tribunais competentes;
- g) defender intransigentemente os valores da Democracia, da Justiça e da Liberdade Sindical.»

A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE. A QUESTÃO DA FLEXIGURANÇA

A presidência portuguesa da União Europeia correspondeu ao segundo semestre de 2007. Logo no início, de 5 a 7 de julho, os ministros do Emprego e Assuntos Sociais reuniram-se informalmente em Guimarães, com o objetivo de estabelecer um conjunto de princípios-base da *flexisegurança*. Pretendia-se que este conceito contaminasse as relações laborais, a nível europeu, combinando flexibilidade laboral com elevados índices de formação profissional e forte proteção social no desemprego, o que deveria constituir um novo pilar social na Europa.

Nas reuniões, que envolveram representantes dos Governos, além dos próprios ministros, mas também parceiros sociais e ONGs, houve consenso quanto à necessidade de aprofundar o conceito, a nível europeu, mas também quanto às diferenças dos 27 países, no que respeita ao mercado laboral e à proteção no desemprego, que eram vistas como o principal obstáculo a ultrapassar no caminho desta reforma.

Para a Confederação Europeia de Sindicatos, em que estão filiadas a UGT e a CGTP, as matérias prioritárias para a presidência portuguesa eram a negociação do novo tratado europeu, a preparação da segunda fase da Estratégia de Lisboa e a revisão do mercado interno. Para a CES a discussão da *flexigurança* era essencial, pois se, em vez de se conseguir um real equilíbrio entre as dimensões da flexibilidade e da segurança, estivesse em causa a proteção do emprego, então a Confederação não estaria disponível para o debate. Já para a *Businessseurope*, Confederação Europeia de Empresas, onde se filiavam a CIP e a AIP, também presente na reunião de Guimarães, era essencial a flexibilidade do mercado laboral europeu, designadamente quanto à contratação e despedimento,

tendo em vista o aumento da produtividade e competitividade da União Europeia.

No início do encontro, a 5 de julho, uma manifestação encheu as ruas de Guimarães. Apesar de toda a esperança depositada no conceito, para estes trabalhadores a *flexigurança* significava apenas *flexidespedir*.¹⁶³

REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A SUA TERCEIRA GREVE GERAL E A REVISÃO DA LEGISLAÇÃO LABORAL

Embora de forma mais lenta do que o desejado pelo Governo, a reforma da Administração Pública foi avançando.

Após várias rondas negociais, em julho de 2007, a FESAP e o STE, afetos à UGT, viabilizaram o acordo referente ao novo sistema de avaliação da Administração Pública. As exigências feitas foram escutadas quanto à maior transparência e fiabilidade dos critérios de avaliação, ao reforço da participação dos trabalhadores no processo, à criação de comissões paritárias com caráter consultivo. No braço de ferro com o Governo não houve cedência no que respeita às quotas, e esta era uma questão fundamental para a Frente Comum (CGTP), que ficou de fora do acordo. Para Nobre dos Santos, da FESAP, «era preciso melhorar o sistema de avaliação e isso foi conseguido, apesar de não termos conseguido convencer o Governo a ceder na questão das quotas.»¹⁶⁴

O diploma sobre a avaliação na função pública, vulgarmente conhecido pela sua sigla, SIADAP, saíria no final do ano, depois da apreciação parlamentar e respetiva aprovação.¹⁶⁵

Quanto ao diploma da mobilidade especial e à sua aplicação, foram interpostas em tribunal inúmeras providências cautelares por parte do STE. Apontavam-se várias irregularidades na elaboração das listas dos excedentários: ausência de critérios objetivos, métodos de seleção irregulares e violação dos princípios de justiça.¹⁶⁶ Dos cerca de 4100 funcionários identificados inicialmente como potenciais excedentários em setembro de 2006, cerca de um ano depois já só estavam na mobilidade especial, ou sinalizados para tal, 1519.¹⁶⁷

Com vista à aceleração da reforma do Estado, e com o intuito de reduzir 75 mil funcionários públicos até ao final da legislatura (ia apenas em

15 mil), o Governo propôs, em novembro de 2007, alterações ao regime da mobilidade especial e da aposentação antecipada, facilitando o acesso e incentivando ambas. Neste diploma previa-se ainda a proteção no desemprego dos trabalhadores da Administração Pública, até aí inexistente. Esta legislação veio a ser publicada apenas em fevereiro de 2008.¹⁶⁸

* * *

Um ano depois da última greve geral da função pública, foi convocada nova greve, pelas três estruturas sindicais (FESAP e STE, afetos à UGT, e Frente Comum, afeta à CGTP), para o dia 30 de novembro, por o Governo se mostrar intransigente¹⁶⁹ nas negociações salariais para 2008.¹⁷⁰ O impacto da greve foi enorme; porém, como de costume, os números divergem significativamente: os sindicatos falam em 80% de adesão, enquanto o Governo fala em 20%. Esta era a terceira greve geral do Governo Sócrates.¹⁷¹

Outra improvável «combinação», que não chegou a concretizar-se, foi a de uma greve geral que poria do mesmo lado sindicatos e patrões. José António Silva, presidente da Confederação do Comércio Português, propôs a Carvalho da Silva um encontro para pensarem ações conjuntas contra o aumento do desemprego, que incluía o apoio a uma greve geral. Na base desta contestação estava o aumento das falências, alegadamente precipitadas pela lei do licenciamento comercial, e do desemprego no comércio, e seria apresentado a outras confederações.

Esta iniciativa particular, que não teve sequência, não foi vista com bons olhos por João Proença, que considerou «um bocado surrealista» isso de uma confederação patronal apoiar uma greve geral. Para o presidente da Confederação do Turismo uma ação conjunta patronal-sindical em matéria de desemprego era um absurdo, o que seria importante era flexibilizar a rigidez da legislação laboral.¹⁷²

* * *

Finalmente, em novembro de 2007 foram entregues ao ministro Vieira da Silva, pela respetiva Comissão, as conclusões do Livro Branco das Relações Laborais, que deveriam servir de base à revisão do Código do Trabalho. Sublinhava-se a ideia que vinha de trás: era importante dar espaço à contratação coletiva, deixando muitas matérias do direito do trabalho à

negociação entre patrões e trabalhadores/sindicatos. No fundo, a lei deveria funcionar como um menor denominador comum, fixando os direitos mínimos, cabendo à negociação a fixação de quadros mais favoráveis. Quanto ao despedimento por justa causa, a Comissão propunha que o trabalhador que não estivesse de acordo com a medida comunicasse ao tribunal, cabendo ao empregador intentar uma ação nesse sentido e ao trabalhador contestar. A Comissão propunha o reforço dos mecanismos preventivos e dos meios da Inspeção do trabalho, bem como a intervenção ativa das partes sindical e patronal na gestão da ACT – Autoridade das Condições de Trabalho.¹⁷³

O trabalho da Comissão do Livro Branco¹⁷⁴ fazia um diagnóstico surpreendente do mundo laboral português, reduzindo «a pó sete mitos da economia portuguesa»¹⁷⁵, a saber: o de que a economia não mexe (as taxas de criação e destruição de empregos eram próximas das dos outros países); o mito da força dos sindicatos (os portugueses revelam grande simpatia pelos sindicatos, mas não praticam o sindicalismo); o mito da falta de diálogo com os patrões (existe diálogo entre empregador e empregados); o mito de que todos ganham o mesmo (a remuneração muda de forma clara consoante a formação académica e profissional); o mito dos horários laborais adaptáveis (Portugal estava na frente dos países com maior regularidade dos horários de trabalho); o mito da flexibilidade dos trabalhadores portugueses (o Livro Branco vinha pôr em causa a flexibilidade e capacidade de adaptação dos trabalhadores portugueses) e, finalmente, o mito da segurança no trabalho (a generalidade dos trabalhadores ouvidos estava preocupada com a possibilidade de perder o emprego).¹⁷⁶

A Comissão chamava a atenção para um outro fenómeno, em crescimento silencioso, o do trabalho informal, que, segundo as suas estimativas, abrangeria um quinto da população ativa, correspondendo a uma elevada taxa de economia paralela. Para combater este fenómeno, que prejudicava os trabalhadores e a economia, importava, segundo a Comissão, reforçar os mecanismos de fiscalização e controlo, mas também envolver intensamente sindicatos, as empresas e associações patronais e também os tribunais. Quanto aos recibos verdes ilegais, a Comissão propunha a conversão em contratos de trabalho, desde que verificados os requisitos de subordinação hierárquica e de pagamentos periódicos aos

supostos ‘trabalhadores independentes’. No que respeita aos contratos a termo, alargava a sua possibilidade, dentro de determinadas condições, até aos seis anos.¹⁷⁷

Os parceiros sociais só tiveram conhecimento do teor das propostas do Livro Branco durante a sua apresentação. Do lado sindical, muitas reservas e alertas: «Vamos ler na perspectiva de minas e armadilhas»¹⁷⁸, dizia João Proença. Já a CIP e a CCP, através de Gregório Rocha Novo e de José Carlos Pinto Coelho, lamentavam que não se tivesse ido mais longe, pois era necessária uma nova abordagem.

REIVINDICAÇÕES PARA 2008

Como habitualmente, foi na primeira reunião pós-férias de Verão que foram analisadas e aprovadas pela UGT, por unanimidade, as reivindicações para o ano seguinte:

«O Secretário Geral referiu-se detalhadamente a todos os itens, Inflação, Crescimento Económico, Desemprego, salários, rendimentos e desigualdades, concluindo que o quadro central das reivindicações apresentadas pode ser resumido a quatro linhas principais: mais Emprego, menos Desemprego; mais Salário, menos Precariedade, concluindo pela necessidade de promover o combate à Pobreza lutando contra as Desigualdades. Seguidamente, referiu-se às propostas concretas, (...) designadamente, os referenciais para o aumento dos salários, da Retribuição Mínima Mensal Garantida, das Pensões e das Prestações Sociais. Também medidas políticas visando o crescimento e o emprego, os compromissos sobre a formação profissional, o combate às desigualdades e os rendimentos das classes mais desfavorecidas mereceram uma atenção especial na sua intervenção.»¹⁷⁹

Neste ano, a subida da Retribuição Mínima Mensal Garantida estava condicionada pela celebração do Acordo sobre a matéria em dezembro do ano anterior, que fixava em 450 euros a RMMG em 2009. Apesar deste acordo, houve discussões na CPCS sobre este assunto, tendo mesmo a Confederação do Turismo emitido um comunicado em que se manifestava contra o cumprimento do acordo caso não se verificasse, através da reivi-

são do Código de Trabalho, uma maior flexibilização laboral.¹⁸⁰ Assim, o valor ficou em 426 euros para 2008.¹⁸¹

As preocupações expressas nos órgãos da UGT eram recorrentemente as mesmas. O desemprego, a precariedade, a perda de poder de compra, os baixos salários, a subida dos impostos – não é fácil ser trabalhador em Portugal. Os dados apontavam para quase 450 mil desempregados, dos quais metade de longa duração, ou seja, desempregados há mais de um ano.

As mudanças levadas a cabo pelo Governo de José Sócrates afetavam o dia-a-dia dos portugueses. O novo regime da Segurança Social, o agravamento dos impostos, as taxas de internamento dos hospitais, o encerramento de urgências e maternidades – tudo era fonte de contestação. Os funcionários públicos tinham novas regras de aposentação, menos favoráveis, vinham perdendo poder de compra sistematicamente e poderiam cair no grupo dos excedentários. No setor privado, o medo do desemprego, as consequências do trabalho clandestino ou permanentemente precário, afetavam todos, menos ou mais qualificados. O pequeno comércio sofria o embate da concorrência esmagadora das grandes superfícies, que nasciam como cogumelos, inviabilizando e eliminando pequenos estabelecimentos de proximidade e postos de trabalho.¹⁸²

TENSÃO NA CGTP. O CONGRESSO DE 2008

A CGTP estava nas vésperas de mais um congresso, marcado para fevereiro de 2008. Carvalho da Silva, há longos anos à frente da Central, no seu papel de responsável máximo da CGTP vinha acusando o Governo de um ataque sem precedentes aos direitos dos trabalhadores e à liberdade sindical, temendo a revisão da legislação laboral que sairia da reflexão do Livro Branco.¹⁸³ Na preparação da manifestação de 18 de outubro, a realizar no quadro da presidência portuguesa, foi mesmo o mediador entre o Bloco de Esquerda e o PCP para o delinear de uma estratégia comum.¹⁸⁴ A manifestação reuniu em Lisboa dezenas de milhares de trabalhadores, tendo a CGTP reclamado um «recorde de presenças num protesto contra o Governo Sócrates.»¹⁸⁵

Fortemente pressionado para continuar, Carvalho da Silva põe condições prévias. A primeira tinha a ver com a sua disponibilidade, com a

hipótese de ter atividades académicas na área em que se doutorara em julho anterior. A segunda prendia-se com o programa da Central, que deveria, demarcando-se de discursos mais radicais e demagógicos, abordar «problemas concretos e menos discussão de adjectivos.»¹⁸⁶ Elencava em seguida um conjunto de seis questões que urgia debater, nas quais se incluíam a necessidade de reforço institucional no plano do diálogo social, a manutenção dos equilíbrios dentro da central e a possibilidade de adesão à Confederação Sindical Internacional, numa clara posição de maior abertura internacional.¹⁸⁷

O Congresso realizou-se a 15 e 16 de fevereiro. Os tempos imediatamente anteriores foram de grande tensão entre as cúpulas da central e Carvalho da Silva. A margem de autonomia face ao PCP – recorde-se o fracasso da greve de 30 de maio, «imposta» pelo partido, com a qual o Secretário-geral estava em desacordo –, a posição das minorias – cujo espaço Carvalho da Silva queria ver respeitado –, a recusa da filiação internacional da CGTP na Confederação Sindical Internacional, vista como um serôdio respeito pela Federação Sindical Mundial, ligada aos ex-países socialistas – tudo eram pontos de discórdia. Por outro lado, com a aplicação da regra dos 60 anos, que levava ao afastamento de muitos sindicalistas, saíam dois elementos da Comissão Executiva que eram indefectíveis apoiantes de Carvalho da Silva, além de históricos do PCP, José Ernesto Cartaxo e Florival Lança.¹⁸⁸

Apesar destas circunstâncias adversas, que de algum modo consubstanciavam uma luta surda entre a autonomia da central, que Carvalho da Silva defendia, e a hegemonia do PCP, a decisão deste foi no sentido de continuar à frente da CGTP. Nas suas palavras: «A determinante não foi a minha disponibilidade pessoal, foram os apelos coletivos das diversas correntes, internas e externas à central.»¹⁸⁹ Terão pesado na decisão a opinião de setores académicos, católicos e mesmo de algumas personalidades, como Mário Soares.

Arménio Carlos, do Comité Central do PCP desde 1988 e da Comissão Executiva da CGTP desde 1996, coordenador da União de Sindicatos de Lisboa, passa a número dois da CGTP, ficando responsável por um departamento importante, que aglutinou áreas antes distribuídas por vários setores, como a política reivindicativa, as relações institucionais, a formação profissional e o desenvolvimento sustentado. Para muitos, esta promoção

de Arménio Carlos era também um teste e desafio às suas capacidades para a substituição de Carvalho da Silva, o que veio a acontecer.¹⁹⁰

Na nova Comissão Executiva, eleita no Conselho Nacional saído do Congresso, a relação de forças tradicional manteve-se: vinte membros do PCP, dos quais nove do Comité Central, um renovador, cinco do PS e três independentes. O Bloco continuou a não ter representação neste órgão.¹⁹¹

No Secretariado Nacional da UGT, o congresso da CGTP foi também tema de análise:

«(...) o Secretário Geral começou por referir-se ao Congresso da CGTP, considerando que o que se passa na Central nossa concorrente tem também que ver connosco. Considerou que, do ponto de vista da Comunicação Social, teve pouco impacto visto que se tornou mais claro o controlo do PCP sobre aquela Central. A continuidade de Carvalho da Silva à frente da CGTP resulta de um acordo entre este e Jerónimo de Sousa, em que fez as necessárias cedências. Foram afastados os dirigentes mais leais a Carvalho da Silva pela imposição do limite de idade de sessenta anos aos dirigentes. Os pelouros mais importantes ficam nas mãos de militantes mais ortodoxos do PCP e as outras correntes ficam mais enfraquecidas, como declarou na imprensa Ulisses Garrido. Para o Conselho Nacional, foram vetados alguns nomes de sindicalistas com mais visibilidade, como é o caso do Coordenador da Comissão de Trabalhadores da Autoeuropa, pelo facto de não serem comunistas. Do ponto de vista internacional, a CGTP não é independente. Contrariando a posição de Carvalho da Silva, não venceu a tese da filiação na CSI e a sua opção pela FSM é cada vez mais clara, como o atesta a recente eleição do Presidente do seu Sindicato dos Ferroviários, naquela Federação Internacional.»¹⁹²

A CONTESTAÇÃO DOS PROFESSORES

A tensão entre professores e ministra Maria de Lurdes Rodrigues mantinha-se numa espiral de crescimento sem fim. A avaliação de professores e o novo modelo de gestão das escolas estavam no centro dos debates, com o Primeiro-ministro a intervir diretamente nos dossiês, em apoio da ministra.¹⁹³ Durante o mês de fevereiro de 2008, o diálogo com estruturas da Educação, os debates com responsáveis socialistas no Rato, as intervenções públicas de Maria de Lurdes Rodrigues, algumas concessões nos modelos

legislativos previstos, vieram aliviar algumas tensões, mas não foram suficientes para evitar a enorme manifestação de professores em Lisboa, no dia 8 de março. Juntando, segundo observadores, cerca de cem mil professores, estiveram lado a lado FENPROF, FNE, SINDEP, UGT e CGTP, dirigentes históricos e atuais – «na marcha da indignação dos professores viram-se todas as cores políticas.»¹⁹⁴

A suspensão da avaliação dos professores estava na ordem do dia. Em abril, o Ministério, não suspendendo o processo, cedeu, estabelecendo um regime transitório simplificado para vigorar no ano letivo em curso, para a avaliação dos professores, o que foi bem acolhido no Secretariado Nacional da UGT:

«(...) positiva uma clara alteração da postura do Ministério da Educação para a negociação considerando muito positivo o entendimento havido com os Sindicatos, o que não pode ser confundido com um acordo porque isso significaria avaliar matérias que nos merecem muitas reservas, designadamente em termos do Estatuto da Carreira Docente. Conseguiu-se estabelecer uma regra transitória sobre a avaliação dos Professores. Reafirmou ainda que os Sindicatos dos Professores da UGT consideram que a avaliação dos Professores é um fator importante para a melhoria do sistema de ensino, mas há quem não queira.»¹⁹⁵

Esta cedência do Ministério da Educação, negociada com a intervenção do ministro Vieira da Silva e de Carvalho da Silva, foi obtida a partir de um conjunto de rondas negociais, realizadas no Ministério do Trabalho. As tréguas, obtidas com este regime simplificado acordado com os sindicatos, constituíam apenas um adiamento da contestação, pois o ministério não abdicava de levar o regime de avaliação definido até ao fim, no ano letivo seguinte.

FUNÇÃO PÚBLICA: DOS ANTAGONISMOS AO ACORDO

O processo de colocação de funcionários nas listas de excedentes prosseguiu em 2008. O ministério da Agricultura continuava a ser o mais inflexível, com 1400 pessoas nessa situação desde o início do processo.¹⁹⁶

Finalmente, em fevereiro foi publicada a lei que estabelecia os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exerciam funções públicas.¹⁹⁷ O Governo considerou então completo o quadro para a reforma da Administração Pública: PRACE, mobilidade especial, e agora esta lei, que criava regras totalmente novas. A partir de então a nomeação de funcionários públicos passava a ser uma exceção, apenas para órgãos de soberania e forças de segurança; os demais trabalhadores do Estado deixavam de ter o estatuto de funcionários e passam a ter um vínculo considerado mais 'ligeiro', o contrato de trabalho em funções públicas; são criadas três carreiras gerais, estando também previstas algumas especiais; a remuneração terá três componentes, base, suplementos e prémios, que dependem da avaliação; duas avaliações negativas levam a procedimento disciplinar¹⁹⁸; os serviços e os dirigentes passam a ser também avaliados.

Para Nobre dos Santos, da FESAP, o diploma merecia a confiança, depois de expurgadas duas inconstitucionalidades, mas criticava a falta de diplomas complementares, como os relativos ao contrato de trabalho em funções públicas, a tabela dos vencimentos e as carreiras gerais, que tornavam a reforma «coxa».¹⁹⁹

A CGTP, discordando mais uma vez, avançou para a greve, no dia 14 de março. Contra a lei dos vínculos, carreiras e remunerações, a favor da estabilidade do emprego, a defesa da revisão intercalar dos salários, contra o congelamento dos escalões e a imposição de quotas no sistema de avaliação. Para a CGTP, a nova lei era uma forma encapotada de baixar os salários dos funcionários públicos.²⁰⁰

No quadro da reforma, porém, é a reavivada negociação coletiva na Administração Pública que o Secretariado Nacional da UGT saúda:

«(...) começou por formular uma saudação aos Acordos celebrados na área da Administração Pública pelos Sindicatos da UGT e que parece trazerem várias vantagens para os trabalhadores do setor. São três Acordos: um sobre Proteção Social, com abertura da ADSE a todos os trabalhadores; outro sobre Vínculos, Carreiras e Remunerações e outro sobre o Contrato Individual de Trabalho, que inclui o Estatuto Disciplinar. A UGT considera que foi conseguida uma melhoria relativamente à situação atual em várias matérias que asseguram uma redução drástica da precariedade; consagram a Negociação Coletiva em várias frentes e reforçam a organização sindical.

Seguidamente, para melhor explicar o alcance dos Acordos na Administração Pública, foi dada a palavra a Nobre dos Santos, Secretário Geral da FESAP, que começou por afirmar que foi extremamente reconfortante ter sido possível um entendimento alargado entre os Sindicatos da UGT no setor, o que permitiu valorizar os Acordos alcançados e deixar isolados os Sindicatos afetos à CGTP, que, como é sabido, não querem negociar e nem apresentaram propostas. Com estes Acordos foi possível salvaguardar todos os direitos dos trabalhadores, designadamente dos que estão nas retas finais das suas carreiras, que não viram frustradas as suas expectativas. É um marco na modernização das relações de trabalho na Administração Pública e a tabela remuneratória única vai induzir ganhos indiretos em muitas carreiras. Por outro lado, cria instrumentos para o combate à precariedade, designadamente nas cerca de cento e dezassete mil situações de irregularidade que compete agora à Inspeção Geral de Finanças fiscalizar e resolver. Foram também criadas condições para os Sindicatos poderem trabalhar.»²⁰¹

Foi possível celebrar estes acordos, no final de maio, com base em cedências mútuas: os contratos a prazo na função pública passam de seis para três anos, findos os quais os serviços podiam abrir procedimento para a sua integração; penalização dos dirigentes que contratem falsos recibos verdes (sendo a Inspeção Geral de Finanças a fiscalizar); manutenção do despedimento por inadaptação, mas apenas justificado através do sistema de avaliação; possibilidade de os acordos coletivos serem negociados pelos sindicatos da Administração Pública e não apenas pelas centrais sindicais. Para a CGTP, o acordo firmado pela FESAP e pelo STE «é uma traição», como afirma Ana Avoila.²⁰²

Na reta final da Reforma do Estado, faltava discutir e aprovar os diplomas sobre o contrato de trabalho em funções públicas²⁰³, o estatuto disciplinar²⁰⁴ e as carreiras e tabela salarial.²⁰⁵ Para o STE e a FESAP, as alterações em curso, que tinham como horizonte a convergência do regime público com o do privado, poderiam agravar a situação dos precários no Estado.²⁰⁶

ACORDO DE CONCERTAÇÃO SOCIAL SOBRE A REVISÃO DAS LEIS LABORAIS

O novo ano começou sob o signo da revisão das leis laborais. Quanto ao diagnóstico feito pelo Livro Branco, os parceiros sociais estavam todos de acordo. Já quanto às suas propostas, a oposição entre os dois blocos era evidente. Os patrões consideram que a reforma não era suficiente quanto à almejada flexibilidade do mercado de trabalho; as centrais sindicais entendiam que as recomendações do Livro Branco vinham dar mais força ao patronato: a CGTP acusava as propostas de virem agravar a situação laboral. João Proença manifestava-se contra o relatório, que considerava ter uma «postura anti-sindical»²⁰⁷, por visar promover a flexibilidade e os despedimentos com base na relação direta entre empregador e trabalhador, não havendo qualquer reforço da negociação coletiva.

O processo de revisão arrastou-se durante meses. No Secretariado Nacional da UGT o assunto voltou a ser tratado:

«Relativamente à revisão do Código do Trabalho, a nossa posição é clara. Queremos a revisão. Este Código não é o nosso, mas temos lá muito de nós. A CGTP diz que apenas se justificam algumas alterações cirúrgicas. Nós queremos um maior reequilíbrio no sentido dos direitos dos trabalhadores e também da economia. As empresas reclamam mais flexibilidade, nós entendemos que devemos aceitar, mas por via da Negociação Coletiva. Há situações que o Livro Branco ignora, nós entendemos que o Código do Trabalho é importante para o futuro e estamos abertos a estudar e debater. Relativamente às Portarias de Extensão, teremos de ter uma posição clara. Temos de debater questões como a representatividade, a caducidade, os instrumentos únicos. Saber se o atual sistema é favorável aos trabalhadores e ao Movimento Sindical. Clarificar se a situação atual serve ou se devemos definir uma óptica ofensiva. Enfim, ter uma estratégia de reforço da Negociação Coletiva»²⁰⁸.

Vamos receber das mãos do Primeiro Ministro a proposta do Governo para a revisão do Código do Trabalho, que ainda não conhecemos. A ideia que temos é que será mais favorável do que as propostas contidas no Livro Verde das Relações de Trabalho e que venha já influenciada positivamente pela UGT que, como é sabido, se baterá pelo combate à precariedade, pelo reforço da Negociação Coletiva e pelo cumprimento da Lei e dos Acordos. O Secretário

Geral prosseguiu aprofundando cada uma destas três ideias mestras no quadro das propostas da Central, esclarecendo que não vamos discutir o Código propriamente dito, mas os princípios que enquadram a revisão. Depois desta discussão, o Governo aprovará uma proposta que seguirá o curso normal do processo legislativo». ²⁰⁹

Várias rondas de debates depois, o processo de celebração do acordo aproxima-se do final. A 19 de junho, o Secretariado Nacional aprovou um documento enquadrador da reforma, que ainda não era a proposta legislativa. A reunião da CPCS em que foi celebrado o Acordo Tripartido ²¹⁰ para a revisão do Código do Trabalho teve lugar a 25 de junho, sendo ratificado no dia seguinte pelo Secretariado Nacional, por maioria e com dois votos contra, em reunião expressamente convocada para o efeito. No Secretariado, João Proença referia que

«(...) se trata de um bom Acordo, favorável aos Trabalhadores, em toda a linha. É evidente que houve cedências e compromissos, contudo a UGT não cedeu em matéria de fundo e respeitou escrupulosamente as orientações dos seus Órgãos. Seguidamente o Secretário Geral apresentou o texto do Acordo, ponto por ponto, e foi esclarecendo as opções tomadas pela central em cada momento, recordando as dezenas de reuniões realizadas e o impacto das propostas da UGT no documento final. Por isso fazemos um balanço positivo para os trabalhadores, do resultado obtido. Igualmente, consideramos um resultado positivo para as Empresas. Consideramos que o Acordo não visa prejudicar a atividade sindical visto que reforça a Negociação Coletiva, o que implica que os sindicatos terão de preparar-se para novos desafios, ao mesmo tempo que teremos de ser capazes de levar a nossa mensagem até aos locais de trabalho.» ²¹¹

As novas regras, fruto de cedências recíprocas previstas no Acordo, que mais tarde levaria à revisão da legislação laboral, são as seguintes: contratos de trabalho a termo limitados a um período máximo de três anos; agravamento de três pontos nas contribuições do empregador sobre contratos a prazo e redução de um ponto nos contratos sem termo; as empresas passavam a descontar 5% para a Segurança Social sobre os recibos verdes; isenção de 50% das contribuições para a Segurança Social nos

trabalhadores contratados sem termo nos primeiros seis meses, e de 100% se forem desempregados de longa duração ou se tiverem menos de 30 anos; contra-ordenação muito grave para falsos recibos verdes; criação de banco de horas; aumento das licenças de parentalidade; a contratação coletiva caduca ao fim de cinco anos e a arbitragem obrigatória.

A CGTP ficou de fora, com Carvalho da Silva a declarar que o Acordo representava «uma oferta muito boa ao patronato.»²¹²

A revisão do Código do Trabalho iria, apesar deste acordo, prolongar-se até ao ano seguinte²¹³, entre avanços e recuos. A proposta de lei foi aprovada na generalidade em meados de setembro. O Secretário Geral da UGT, em novembro, no dia da votação do diploma na especialidade, fez um balanço positivo do processo negocial e dos resultados obtidos.²¹⁴

No final deste longo percurso, o Presidente da República enviou o Código para apreciação preventiva da constitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional, requerendo a fiscalização da norma que passava o período experimental de 90 para 180 dias. O Tribunal deu razão a Cavaco Silva, pelo que o Código voltou ao Parlamento no final de dezembro. Esta decisão do Tribunal Constitucional indignou os patrões, que acusaram a Constituição de «travar o país»²¹⁵, mas foi lida como uma vitória contra a precariedade por parte dos sindicatos.

A CRISE INTERNACIONAL E A CONTESTAÇÃO INTERNA

Como já foi referido, o ano de 2008 representou uma rutura no mundo tal como o conhecêramos. Existindo uma interrelação entre todos os países, afetando-os e tornando-os permeáveis às convulsões externas, Portugal ressentia-se destes acontecimentos de forma particular. A crise financeira internacional, o preço elevado do barril de crude, acima dos 100 dólares, e a forte valorização do euro traziam grandes preocupações às empresas portuguesas. No ano anterior, 2007, fecharam portas 50 mil PME, das quais quase 20 mil faliram. A Banca estava a ser muito fustigada pela crise que se iniciara nos Estados Unidos. Os setores exportadores, têxteis e calçado, sentiam-se em risco, na perspetiva do abrandamento das vendas, considerado o valor do euro e das taxas de juro. A construção estava também ameaçada pelos juros. O valor elevado dos combustíveis

repercutia-se nas várias áreas da economia, prejudicando duramente os setores agrícola e florestal.²¹⁶

Em junho de 2008, estalou a contestação dos camionistas. Depois de algumas marchas lentas, um bloqueio dos camionistas durante três dias deixou o país quase parado: gasolinhas sem combustível, risco no abastecimento de algumas escolas, prisões e hospitais, população insegura. O bloqueio só terminou após negociação com o Governo, através do ministro Mário Lino, que propôs a majoração de 20% sobre a factura do gasóleo, o que reduziria o pagamento do IRC das empresas, proposta que foi aceite. Mas não era apenas este setor em contestação: os pescadores paralisaram durante seis dias, com confrontos em Olhão e em Matosinhos; os maquinistas da CP estavam em greve; mais de 500 militares fizeram um desfile silencioso em Lisboa; os automobilistas preparavam um buzinao nacional.²¹⁷

Percorrer os títulos dos jornais basta para dar conta da crise que se vivia lá fora e cá dentro. «Crise internacional complica contas do Governo até ao final do mandato»²¹⁸ – está cada vez mais longínqua a criação líquida de 150 mil empregos, prometidos por Sócrates. «Beneficiários do ‘Rendimento Mínimo’ são cinco vezes mais – 340 mil pessoas recebem rendimento social de inserção, mais 427% que em 2004. «Portugal continua com o pior índice de pobreza da UE.»²¹⁹ «Salários de novos trabalhadores estagnados ou a cair desde 2000»²²⁰. «151 mil com menos de 310 euros por mês.»²²¹ «Empresas do PSI 20 perdem 35,6 mil milhões»²²², numa semana considerada uma das piores de sempre das bolsas, em outubro de 2008. «A maior derrocada desde 1974»²²³. «Desemprego vai chegar a profissões de topo – banca, imobiliário e serviços não vão escapar aos efeitos da crise sobre o emprego»²²⁴. «Sinais de abrandamento multiplicam-se.»²²⁵

No Secretariado Nacional a preocupação com a crise económica e social é uma constante:

«(...) estamos perante uma crise económica que parece estar para ficar. Em termos de crescimento económico, estamos perante previsões em baixa que apontam para um por cento do PIB. Tudo aponta para que a Inflação baixe no próximo ano. Estamos confrontados com subidas no valor das taxas de juro com um peso dramático para as empresas e as famílias. Com este crescimento económico é evidente que há pouco emprego e é mau.»²²⁶

«Relativamente à crise económica que começou no setor financeiro, que se generalizou à economia e cujos contornos dos seus efeitos é ainda cedo para determinar, impõem-se medidas de combate à crise, sendo de registar que pela primeira vez as previsões do Governo são realistas.»²²⁷

«Relativamente à crise económica há muitas preocupações. Portugal poderá entrar em recessão técnica já no quarto trimestre deste ano. Neste cenário, com fábricas e empresas a encerrar, prevê-se um decréscimo do produto e, por consequência, mais desemprego. Por outro lado, a inflação baixa e é possível que os preços diminuam também (...).»²²⁸

Foi neste quadro que se realizou uma reunião do Comité Executivo da CES, que tentava encontrar estratégias sindicais europeias para fazer face à crise. A direção da UGT solicitou uma reunião com o Primeiro-ministro, a quem, relativamente às medidas de combate à crise, referiu a necessidade de tomar medidas idênticas às do setor Automóvel, para o Têxtil, Vestuário, Calçado e Cerâmico, mas com a participação dos Sindicatos. Nessa reunião, voltou-se ao Acordo sobre a Segurança Social e à possibilidade de revisão de algumas medidas e foi sublinhada a necessidade de voltar a discutir as Políticas Ativas de Emprego. Foi também pedida uma reunião da CPCCS, para discutir a crise.²²⁹

EDUCAÇÃO: GUERRA ABERTA COM A MINISTRA

A tensão entre professores, sindicatos e Maria de Lurdes Rodrigues, que abrandara em abril, com a aprovação de um regime de avaliação simplificado transitório, recrudescu com o novo ano letivo e a perspetiva da entrada em vigor do regime de avaliação.

A 8 de novembro, à semelhança do que acontecera em março, os professores – estimados em mais de 120 mil – encheram a cidade de Lisboa, pedindo uma suspensão do modelo de avaliação. Na semana seguinte a Ministra foi recebida com ovos em Fafe, sucedendo o mesmo ao Secretário de Estado da Educação, numa escola de Lisboa. No dia 14, milhares de estudantes manifestam-se no país. O Presidente da República apela à «serenidade» e a «um esforço de desanuviamento.»²³⁰ Nesta sequência, o Governo aprovou, a 20 de novembro, uma simplificação do regime de

avaliação, contestada por professores e sindicatos, que consideram a medida um «remendo» inaceitável.²³¹ A 3 de dezembro os professores avançam para uma greve geral: para os sindicatos, houve 90% de adesão (135 mil professores), para o Governo foram 85 mil aderentes.²³²

O Presidente da UGT e líder da FNE, João Dias da Silva, fez uma intervenção no Secretariado Nacional sobre a luta na Educação:

«(...) considerando que a avaliação é difícil em qualquer setor, pelas angústias que gera, arbitrariedades, subjetivismo e falta de isenção ou justiça nos processos. Acresce que nos Professores está em causa a dimensão do grau de inaplicabilidade do modelo adotado. Aquilo que nos pode satisfazer, no mau sentido, é certo, é dizer que tudo isto foi apontado em devido tempo desde o início da negociação que foi surda no que aos Professores diz respeito. Queremos um modelo de avaliação que se pautar pelos princípios do rigor, da justiça e da exigência. É nosso dever contribuir para a redução das margens de subjetividade. Para termos bons profissionais têm que existir mecanismos para reconhecer os melhores e encontrar as soluções adequadas aos casos menos conseguidos.»²³³

Na mesma reunião o Secretário-geral, relativamente à situação neste setor, afirmou que «a avaliação é para prosseguir e que deve ser justa e discutida com os Sindicatos.»²³⁴

UGT: AS REIVINDICAÇÕES PARA 2009

O Secretariado Nacional da UGT aprovou a política reivindicativa para 2009 na reunião realizada a 9 de setembro. Na primeira parte do documento, relativa à situação económica e social, constatava-se o baixo crescimento do PIB e o alto nível de desemprego e pobreza nalguns segmentos sociais do país. Quanto às reivindicações salariais, considerava-se «justa uma banda de três e meio a quatro e meio por cento.»²³⁵ Já quanto à Retribuição Mínima Mensal Garantida, a UGT não fazia reivindicações, uma vez que havia um Acordo de Concertação Social, que se esperava fosse cumprido, passando este patamar para os 450 euros.²³⁶

Quanto às reformas de invalidez e velhice foram atualizadas para 2009

para 2,9% (pensões até 628,83), 2,4% (entre esse valor e 2 515,32), e 2,15% (entre esse valor e 5 030,64). As pensões superiores não teriam aumento.²³⁷

No que respeita ao setor público, o STE reivindicava 4%, a FESAP 4,4%, a Frente Comum 5%, com vista a compensar a inflação de 2,5% prevista pelo Banco de Portugal e ainda a sucessiva perda de poder de compra dos anos anteriores.²³⁸ O ministro das Finanças avançou com um aumento de 2,9%, valor que os sindicatos consideraram inaceitável²³⁹, mas que foi o que veio a ficar consagrado.

* * *

O país entrou no ano de 2009 incrédulo com a dureza da crise. Os encerramentos de empresas subiram 25%, «e nem as lojas chinesas escaparam.»²⁴⁰ A CGTP estimava que houvesse 191 milhões de euros de salários e indemnizações em atraso, afetando 20 mil trabalhadores, dos setores têxtil, vestuário, metalurgia, cerâmica e comércio e serviços. O Presidente da ANPME (Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas), Fernando Morais, salientava o dramatismo da situação, calculando que houvesse 400 mil penhoras a PMEs, pondo em risco quase um milhão de postos de trabalho.²⁴¹ Os processos de insolvência e falência aumentaram 67% no ano de 2008, prevendo-se que continuassem crescendo.²⁴²

Uma vaga de despedimentos coletivos veio para ficar: a Peugeot-Citroën vai despedir 400 trabalhadores em Mangualde, a Sonae Indústria também avança com despedimentos em fábricas em Paredes e Alcanede, a fusão da Sumolis com a Compal leva à dispensa de 120 trabalhadores, a Philips negocia com os últimos 70 trabalhadores em Portugal a rescisão dos contratos de trabalho, por fecho da unidade que ainda mantinha em Portugal. Até a centenária fábrica Bordalo Pinheiro, de Caldas da Rainha, está com salários em atraso e em risco de fechar as suas portas.²⁴³ A Qimonda, em Vila do Conde, fecha, deixando 1800 trabalhadores no desemprego, a Euronadel, de Albarraque – Sintra, fecha de surpresa, e com ela desaparecem 182 postos de trabalho, a Tyco Electronics, em Évora, suspende o contrato de um terço dos seus trabalhadores, mais de 1500. São muitas mais as empresas a fechar, ou com problemas graves, de Norte a Sul do país. Findo o mês de janeiro, estima-se em mais de 100 pessoas despedidas por dia.²⁴⁴

De 9 a 13 de fevereiro realizou-se em Lisboa a 8.^a Conferência Regional Europeia da OIT, que apelou nas suas conclusões para a necessidade de respostas coordenadas para a crise económica.²⁴⁵ Ninguém sabia o que fazer, ninguém tinha noção de quão fundo iria a crise. Juan Somavia, Diretor-geral da OIT, antecipava que na Europa o desemprego poderia atingir mais oito milhões de pessoas, só no ano de 2009.

No Secretariado Nacional da UGT, a preocupação era uma constante:

«(...) o Secretário Geral começou por recordar que cada vez somos confrontados com previsões mais agravadas relativamente à crise que se abateu nas economias a nível global. Referiu que, apesar das taxas de juro de referência do BCE baixarem, assiste-se a um ligeiro aumento em função do risco que é mais elevado.

Relativamente aos salários, para quem os tiver, a situação não é tão dramática uma vez que com a inflação a baixar aumenta o poder de compra. Ainda não há esse risco, mas a deflação é uma hipótese a médio prazo.

Considerou que a questão mais importante que se coloca às famílias é o aumento do desemprego. Hoje um em cada sete trabalhadores corre o risco de perder o emprego, situação que é provocada pela diminuição do crescimento económico. Também na área do Desemprego, em meados de dezembro foram anunciadas medidas de combate à crise. O Subsídio Social de Desemprego, que está ligado ao Salário Mínimo e ao qual os desempregados que não têm tempo para ter direito ao Subsídio de Desemprego podem ter acesso e que é uma medida que há muito tempo vinha a ser reclamada pela UGT.

O Governo, no seguimento do Conselho Europeu, anunciou medidas que ainda não estão em vigor. Recebemos agora, para Parecer, os projetos de seis Portarias (...).»²⁴⁶

E poucas semanas depois, João Proença reforçava:

«(...) estamos confrontados com uma gravíssima crise financeira, económica e social, com desemprego crescente, começando a avolumar-se os riscos de uma explosão social. Desde logo os Bancos a patinar, o que cria fortes condicionamentos às empresas visto que, sem crédito, a economia pára. À redução no investimento e no consumo os setores produtivos reduzem a produção, alguns

casos atingindo já cerca de quarenta por cento, correndo-se o risco de entrarmos em deflação. O crescimento económico afunda-se e o desemprego sobe. Há uma brutal insegurança relativamente ao futuro. Há hoje muitas empresas a reagir excessivamente face à crise. Nós temos de reagir e ter uma política para isso. Vamos criar um Grupo de Trabalho, com os dirigentes máximos dos Sindicatos mais envolvidos nos setores mais afetados para tentar definir como é que nós, em termos de Central, vamos acompanhar a situação. Vai haver uma reunião da CPCS para discutir a crise.

O Secretário Geral comentou ainda as medidas anunciadas para combater a crise e minimizar os seus efeitos junto das empresas e das famílias, mas considerou que as mesmas tardam a chegar ao terreno.»²⁴⁷

CONTESTAÇÃO NA RUA: OS PROFESSORES E MUITOS MAIS

O ano de 2009 começou com a discussão da revisão do Estatuto da Carreira Docente e com mais episódios do ‘folhetim avaliação’. Depois de Cavaco Silva ter promulgado o regime simplificado de avaliação de professores, o PSD pretendia suspender o regime, levando ao Parlamento uma proposta nesse sentido, que seria chumbada.²⁴⁸

Nas escolas os professores apostam tudo em bloquear a avaliação, não entregando as suas propostas de objetivos individuais, sem as quais o processo não se iniciaria.²⁴⁹ Outros, recorrem à Justiça, interpondo ações em tribunal, «mais de mil processos».²⁵⁰

A 19 de janeiro, nova greve mobiliza os professores. Mário Nogueira reivindica 90% de adesão: «É de uma dimensão extraordinária», sublinhou, frisando que os professores entenderam ser uma «greve fundamental» quando se prepara a revisão do Estatuto da Carreira Docente, «imposto pelo Ministério da Educação há dois anos». Na sua perspetiva, apesar de ser uma greve destinada a contestar o Estatuto, a rejeição ao modelo de avaliação também se manifesta na reação dos professores.²⁵¹

Os professores não são os únicos descontentes. Os funcionários públicos em geral estão contra a reforma da Administração, nas suas múltiplas vertentes, os trabalhadores do setor privado protestam contra algumas dimensões do Código do Trabalho, que foi publicado em fevereiro de 2009. E o ambiente geral é de crise, uma profunda crise económica e

social, de abrangência global, porventura mais dolorosa num pequeno país, permeável e dependente das influências externas. Todo este contexto explica a enorme manifestação realizada em Lisboa a 13 de março de 2009, onde teriam estado mais de 200 mil pessoas, causando o caos na cidade.

Convocada pela CGTP, aderiram a este protesto muitos milhares de pessoas que não estariam ligadas àquela Central. Para Carvalho da Silva, «a crise não é resultado de um vírus que nos contaminou. Os bloqueios a que se chama crise são a expressão dos resultados das práticas patronais e das políticas seguidas ao longo dos últimos anos»²⁵², como afirmou na intervenção, na Praça dos Restauradores, em Lisboa.

A contestação subia de tom. José Sócrates associou a manifestação ao PCP e à pré-campanha eleitoral, em ano de eleições autárquicas, legislativas e europeias, causando reações violentas por parte dos sindicalistas do PS integrados na CGTP. E até Mário Soares veio a terreiro: «Num momento em que vai tudo para pior e em que há muitas razões para indignação, o primeiro-ministro não deveria estar a polemizar.»²⁵³

A UGT EM VÉSPERAS DE CONGRESSO

Com o Congresso marcado para março, as preocupações do Secretariado Nacional vão em boa parte para a preparação dos vários documentos que serão analisados e votados nesse momento, bem como para as questões administrativas relativas à participação dos sindicatos, quotizações, delegados, logística e organização.

Para além da crise económica e social, refletida em todas as reuniões do Secretariado do início do ano de 2009, uma palavra também para a negociação coletiva. Vítor Coelho intervém e faz o ponto de situação:

«Da análise dos resultados da Negociação Coletiva nos últimos dois anos fica demonstrado que a atividade dos Sindicatos tem estado mais próxima dos trabalhadores ao verificar-se uma diminuição das Convenções Setoriais e um aumento dos AE e ACT. Também se verifica uma melhoria dos conteúdos dos Contratos. Recordou que dois mil e quatro, o ano em que se repercutiram os efeitos da entrada em vigor do Código do Trabalho, foi o pior ano deste século,

no que respeita ao número de Convenções publicadas e ao número de trabalhadores abrangidos, pelo que há uma fundada expectativa quanto ao desempenho de dois mil e nove com a entrada em vigor do novo Código. Concluiu, recordando a importância de conhecermos bem a situação no terreno e nos prepararmos para o que aí vem, face à previsão das dificuldades acrescidas resultantes da crise com que estamos confrontados atualmente.»²⁵⁴

A UGT avançou para o congresso em ambiente de grande crise social e económica, mundial e nacional, num país crispado, expectante quanto às reformas laborais feitas nos setores público e privado, e em ano de todas as eleições.

PONTOS INTERNACIONAIS

2004.12.5 – UGT marca forte presença no 18.º Congresso da CISL, em Miyazaki, Japão.

2005.1.26 e 31 – UGT marca presença no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Brasil.

2005.3.19 – Manifestação da CES em Bruxelas, Bélgica. Delegação da UGT marca presença.

2005.6.23 – UGT prepara cimeira entre UGT-E, CGTP e CCOO e conferência dos PALOP.

2005.10.27 – Central sindical espanhola USO é admitida na CES.

2005.11.1 – Fundação da Confederação Internacional Sindical consequente da fusão entre Confederação Internacional de Sindicatos Livres e da Confederação Mundial do Trabalho.

2006.2.16 – Manifestação da CES, em Estrasburgo, França.

2006.11.21 – UGT saúda fundação da CSI.

2007.7.4 – No âmbito da Presidência portuguesa da UE, UGT entrega ao Primeiro-ministro documento sobre as prioridades da CES na área político-social.

2008.4.5 – Manifestação da CES em Liubliana, Eslovénia. UGT marca presença.

2008.6.19 – No quadro da vitória do «não» no referendo irlandês ao Tratado de Lisboa, UGT considera necessário «um esforço da União [Europeia] no sentido de tornar viável a aplicação» daquele tratado.

2008.12.16 – Manifestação da CES em Estrasburgo, França. UGT marca presença.

2009.1.27 a 2009.2.1 – UGT marca presença no Fórum Social Mundial, em Belém do Pará, Brasil.

PONTOS INTERNOS

2006.11.21 – Secretariado Nacional da UGT nomeia como vice-secretários-gerais Delmiro Carreira, do SBSI, Jacinto Pereira, do SISEP, Jorge Nobre dos Santos, do SINTAP, José Correia Azevedo, do SE, do Vítor Hugo Sequeira, do SITESE, e Viriato Augusto Baptista, do SBSI. Ana Paula Esteves, do SBSI, Ana Paula Bernardo, da UGT, António Luís Correia, do SISEP, Joaquim Mendes Dias, do SBSI, Manuel Jesus, do SITESE, José Manuel Cordeiro, do SINDEP, Luís Lopes, do SINDEP, e Vítor Coelho, do SITESE são eleitos para a Comissão Permanente.

2007.9.6 – Devido a razões profissionais, Luís Lopes e Mendes Dias saem da Comissão Permanente e entram, em substituição, Wanda Guimarães, do SBSI, e Manuel Xavier, do SNE.

2007.11.22 – Manuel Xavier sai da Comissão Permanente devido a razões de ordem pessoal. Em sua substituição entra Maria Emília Apolinário, do SINDEP.

2008.2.21 – Primeira discussão no Secretariado Nacional sobre a constituição de federações sindicais.

2008.4.22 – Sede da UGT passa situar-se na Avenida Gago Coutinho, em Lisboa.

2008.12.10 – Referendo no SINAPSA que prevê a saída daquele sindicato da UGT. Federação dos Engenheiros envia à Central declaração de adesão.

2009.1.22 – Federação dos Engenheiros admitida na UGT por unanimidade. SINAPSA envia carta a comunicar a decisão de se desvincular da Central.

2009.3.3 – Dá entrada na UGT o pedido de filiação da FEBASE. A filiação desta federação na Central é aprovada por unanimidade e aclamação.

XI CONGRESSO DA UGT

O XI Congresso da UGT teve como lema «Vencer a Crise, Construir o Futuro com Emprego e Solidariedade» e teve lugar na Aula Magna da Universidade de Lisboa, durante os dias 20 e 21 de março de 2009. Entre os «documentos base a apresentar ao congresso» estavam o *Projeto de revisão dos Estatutos da UGT*, a *Política Reivindicativa* e o *Programa de Ação*.¹

Apesar de a principal reivindicação da central se centrar no aumento do salário mínimo para 600 euros, a resolução programática aprovada contava com mais 99 *Propostas para Mudar Portugal*.²

A central sindical aprovou ainda «18 medidas de «emergência», entre as quais se encontram o aumento «imediato» de 300 de funcionários nos centros de emprego, a «inscrição dos estagiários remunerados na Segurança Social» – tendo em vista a sua «proteção no desemprego» e a sua reforma –, a entrada de desempregados no mercado de trabalho «através de programas de estágios», o «acesso prioritário de todos os desempregados ao programa novas oportunidades e a garantia de que todos os licenciados terão direito a um estágio remunerado nos primeiros três anos de emprego». No mesmo documento é exigido o «reforço aos agregados familiares com mais de um membro desempregado» e o «alargamento do direito à reforma antecipada dos desempregados para os 55 ou 60 anos». ³

A banca foi igualmente criticada. Ainda no documento supracitado, a UGT exigiria a proibição dos «despedimentos em bancos apoiados pelo Estado». ⁴

Curiosamente, é mesmo «de um grupo de delegados» afetos ao SBSI que se ouviram as maiores críticas à direção da central sindical, nomeadamente no que diz respeito ao «acordo para a revisão do Código do Trabalho

e a alegada falta de ação da central sindical». António Grosso, militante do Bloco de Esquerda, dirigente do SBSI e afeto à tendência *Mudar*, perguntou à direção: «onde está a ação da UGT fora dos gabinetes quando os bancos estão a despedir trabalhadores?». A resposta não se fez esperar e pela voz do próprio Secretário-geral João Proença.⁶

A resposta do ministro Vieira da Silva quanto à proposta de subida do salário mínimo para 600 euros até 2014 também não se fez esperar e o ministro do Trabalho «mostrou-se [...] aberto a discutir» aquele aumento – ao contrário da CIP, da CCP e da CTP.⁷

A central aprovou ainda uma moção de urgência na qual «defende que os despedimentos coletivos devem passar a ser autorizados pelo Estado», agindo este enquanto árbitro quanto à viabilidade da empresa em causa e proibindo «despedimentos para aumentar lucros». Nesta questão, no entanto, o ministro do Trabalho não se mostrou tão aberto à proposta de «os despedimentos coletivos» começarem a «ser autorizados pelo Estado», pois, diria, «quem faz o despedimento é a empresa».⁸

No último dia de trabalhos João Proença lançava o repto à participação na manifestação no Dia do Trabalhador e, perante o ministro do Trabalho e os secretários de Estado, reivindicava um maior «acompanhamento» por parte das estruturas sindicais na «execução das medidas» laborais.⁹

Apesar da divisão patente entre tendências ao longo do último dia de congresso, João Proença encerrou os trabalhos apelando à unidade (não ao «unanimismo», como diria) e à «concertação». Mais: o secretário-geral reeleito convocou o sindicalismo afeto à UGT a mergulhar nas pequenas e médias empresas de modo a cobrir «todo o tecido empresarial» português.¹⁰

João Proença foi reeleito como Secretário-Geral, para aquele que seria o seu último mandato, e João de Deus Pires foi eleito presidente da UGT.

PARTE III: QUESTÕES TEMÁTICAS

AS MULHERES NA UGT: REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Nascida quatro anos depois do 25 de Abril, em 1978, a UGT não teve, nos primeiros anos de vida, qualquer representação institucional das mulheres no seu seio¹. Foi por pressão internacional, primeiro da CISL e depois da CES, confederações internacionais de que a UGT fazia parte, que o processo arrancou. Torres Couto, Secretário-geral, e Henrique Coelho, Secretário Internacional, constituíram um grupo² que teve como missão elaborar uma moção sobre igualdade de oportunidades a apresentar ao III Congresso, que teria lugar na Primavera de 1984.

OS PRIMEIROS TEMPOS

Deste Congresso nasceu o COMTRA – Comité de Mulheres Trabalhadoras, a primeira organização de mulheres da UGT. O nome suscitou polémica, porque houve quem entendesse que era um movimento *contra* os homens – não era essa a intenção, mas o nome ficou, embora por pouco tempo. Nesta altura, não se constituiu como Departamento, era apenas uma área de responsabilidade, sendo a sua primeira coordenadora Elisa Damião, do Secretariado Nacional.³ Em 1986 o COMTRA passa a OM – Organização de Mulheres da UGT. No Congresso de fevereiro de 1988 a Comissão de Mulheres passa a ter consagração estatutária como departamento, continuando da responsabilidade de Elisa Damião até final do mandato, em 1992.

Data deste período o 1.º Encontro das mulheres trabalhadoras, que se realizou em Lisboa, no Hotel Alfa, a Sete Rios, em dezembro de 1985. Elisa Damião fala com emoção desse momento. Foi um encontro memorável,

que reuniu umas centenas de mulheres trabalhadoras, estando presentes representantes internacionais da CES, que ficaram impressionadas com a qualidade dos debates. Escolheu um hotel de cinco estrelas para dignificar o evento, e viu entrar uma multidão de mulheres de todo o país e algumas operárias têxteis e conserveiras descalçavam os sapatos para pisar a alcatifa. Wanda Guimarães, que participou no encontro, um marco por ser um primeiro encontro de mulheres, comove-se também ao lembrar este episódio das mulheres descalças a entrarem num outro mundo desconhecido, um mundo ao qual antes não lhes fora permitido aceder.

É também durante a liderança de Elisa Damião que a Comissão de Mulheres lança a iniciativa da revisão dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, à luz do critério da igualdade de tratamento e de oportunidades. Esta proposta teve repercussões imediatas nos sindicatos afetos à UGT, com a pronta adesão dos sindicatos técnicos e de serviços, alargando depois aos sindicatos de setor; só mais tarde os sindicatos afetos à CGTP adeririam. Esta foi uma mudança cultural que revolucionou a negociação coletiva.

Com o VI Congresso, que teve lugar em Lisboa, em maio de 1992, Wanda Guimarães, do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, sobe ao Secretariado Nacional e será a responsável pelo Departamento de Mulheres até 2000, cumprindo dois mandatos. A sua designação foi muito contestada por um grupo de mulheres que mostrou a sua oposição num encontro com o Secretário-geral, Torres Couto. Este, na reunião do Secretariado Nacional, avançou com o nome de Wanda e pediu que quem discordasse o dissesse; certo é que ninguém se manifestou e a liderança concretizou-se.

O Congresso de 1992 marca uma fronteira, ao aprovar uma norma estatutária sobre assédio sexual⁴. Daqui saiu também uma recomendação aos sindicatos filiados para uma maior representatividade das mulheres nos seus órgãos dirigentes e o compromisso da Central em assegurar uma representatividade das mulheres nos seus órgãos superior à média existente nos sindicatos. No congresso de 1996, por proposta do Secretário-geral, João Proença, quanto à forma de constituição das listas, a percentagem de mulheres no Secretariado Nacional passou de 13 para quase 20%, o que constituiu uma mudança significativa.

A luta pela igualdade de género, assumida dentro da UGT através de um órgão próprio a partir de 1984, e liderada por Elisa Damião, prosseguiu

nos oito anos seguintes, entre 1992 e 2000, com Wanda Guimarães. Seguir-se-iam, à frente deste órgão, Alice Martins entre 2000 e 2004 e Paula Esteves entre 2004 e 2009.

AS VÁRIAS DIMENSÕES DO TRABALHO

A luta pela igualdade de género é uma luta de todas e todos. Na participação pública, nas empresas, na vida política, na dimensão pessoal e familiar, longos são os caminhos percorridos e longos os que ainda falta percorrer. O trabalho desenvolvido pela Comissão de Mulheres, ao longo do tempo, faz-se em várias dimensões e em vários planos, que se interpenetram: a da dimensão interna, da organização da UGT quanto à igualdade de género e sua repercussão na organização dos sindicatos aderentes, a da luta político-sindical, a dimensão da representação nos órgãos públicos nacionais e em eventos realizados no país, a participação em organismos internacionais e em projetos transnacionais.

AS MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS

As instituições, até mesmo as sindicais, que por natureza talvez devessem definir-se por uma maior abertura, evoluíram lentamente, mesmo no seu quadro estatutário. Na UGT, e apesar de a igualdade de oportunidades aparecer nomeadamente como um dos valores essenciais do Sindicalismo Democrático na Declaração de Princípios⁵ aprovada no seu Congresso fundador de 1978 e das recomendações feitas em congressos posteriores, só em 1996 surgiu uma norma nos Estatutos relativa à igualdade de oportunidades na vida interna da Central, e ainda assim com uma formulação pedagógica e não injuntiva:

«Nos órgãos e estruturas de decisão da UGT, a representação dos homens e das mulheres deve fazer-se de forma equilibrada, com o objetivo de vir a atingir-se uma real parceria entre os dois sexos.»⁶

No Congresso de 2009 avançou-se um pouco mais, sendo este o texto aprovado no que respeita à Igualdade de Género:

«1 – Nos Órgãos e estruturas de decisão da UGT, a representação dos homens e das mulheres deve fazer-se de uma forma equilibrada, com o objetivo de se vir a atingir uma real parceria entre os dois sexos, de modo que sejam o reflexo da composição dos associados integrados nos Sindicatos.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior:

- a) As associações sindicais filiadas, na sua representação ao Congresso e ao Conselho Geral, deverão procurar que pelo menos 30% dos delegados pertençam a cada um dos sexos;
- b) Pelo menos 30% dos membros eleitos do Secretariado Nacional devem pertencer a cada um dos sexos;
- c) Pelo menos três membros do Secretariado Executivo devem pertencer a cada um dos sexos, sendo obrigatoriamente um deles o Secretário Geral ou um dos Secretários Gerais Adjuntos.»⁷

A consagração destas normas tem importância diretamente na organização, mas também nas estruturas dos sindicatos que a constituem, sendo de assinalar que, no que foi possível investigar, todos eles adotaram normas ou recomendações sobre as questões do género e da paridade.

Na sua formulação atual, os estatutos da UGT, no artigo 61.º estabelecem que:

«A Comissão de Mulheres tem como principal objetivo promover a igualdade de oportunidades e a eliminação de todo o tipo de discriminação em função do sexo, funcionando junto do Secretariado Executivo e apoiando os Órgãos da UGT na definição das políticas necessárias à prossecução dos fins enunciados.»

Refira-se ainda que a Presidente da Comissão de Mulheres integra, por inerência, o Secretariado Executivo da UGT, embora sem direito de voto.⁸

Mais, o Regulamento da Comissão de Mulheres da UGT estabelece complementarmente os seguintes objetivos, dos quais decorrem as suas linhas de atuação:

«Contribuir de forma ativa para que o tratamento igual para homens e mulheres, no acesso ao emprego, à formação e à promoção profissional, seja uma prática efetiva;

Denunciar e combater todas as formas de discriminação salarial e promoção profissional, assédio e/ou violência a que as mulheres são particularmente sujeitas;

Promover, defender e dinamizar junto dos sindicatos a participação proporcional entre homens e mulheres nos órgãos ou estruturas de decisão de modo a refletir a filiação das(os) associadas(os) nos mesmos sindicatos;

Assegurar que nos órgãos e demais estruturas da UGT a representação de homens e mulheres se faça de uma forma equilibrada a fim de se atingir uma verdadeira parceria entre os dois sexos;

Contribuir, pela sua ação, para uma igualdade de oportunidades, na prática com o objetivo de se alcançar uma democracia paritária.»

AS ATIVIDADES POLÍTICO-SINDICAIS

Muitas das atividades realizadas destinavam-se, simultaneamente, a públicos internos e externos. A participação no 1.º de Maio, com um pavilhão próprio, com debates sobre vários temas. A comemoração do 8 de março, depois transformada na Semana da Mulher⁹, com diversas iniciativas e, mais recentemente, com comemorações descentralizadas no País. A promoção de colóquios e debates, com cientistas, escritores e outras figuras públicas. A realização de plenários, alguns deles temáticos. A intervenção em momentos-chave, como a alteração da legislação laboral ou a discussão sobre as quotas na política. Ações de rua e distribuição de propaganda.

Uma breve nota para um momento quente, em que foi decisiva a posição das mulheres da UGT. Em 1997, houve uma sucessão de episódios relacionados com a posição do banqueiro Jardim Gonçalves de não contratação de mulheres para os seus quadros, polémica que se arrastava há vários anos. Afrontando a Constituição e a lei, o Banco Comercial Português discriminava as mulheres. Esta foi uma grande luta travada e ganha pela sociedade portuguesa, tendo tido Wanda Guimarães e a UGT uma posição de relevo neste processo. A mobilização da opinião pública, através de campanhas publicitárias dirigidas à população em geral e aos clientes do banco, e a posição tomada pela CITE foram determinantes para a mudança operada naquela instituição.¹⁰

A REPRESENTAÇÃO JUNTO DOS ORGANISMOS PÚBLICOS

Logo desde 1984 é de sublinhar a participação das mulheres do COM-TRA nos organismos públicos portugueses ligados à causa da igualdade de género. A Comissão da Condição Feminina, que vinha do período revolucionário, transformou-se em Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres em 1991, dando mais tarde lugar à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2006). A Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, criada em 1979, e que permanece, apesar das mudanças entretanto operadas pela lei, com a mesma designação e fundamentalmente as mesmas atribuições.¹¹

Estas duas Comissões e o seu funcionamento implicavam, ontem como hoje, uma participação ativa dos e das sindicalistas da UGT. Registe-se também a realização de projetos e iniciativas pontuais conjuntas entre a Comissão de Mulheres da UGT e estas organizações.

A PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL

Em termos internacionais a Comissão de Mulheres tem estado sempre presente, desde 1984. Na CISL – Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, que se converteria, em 2006, na CSI – Confederação Sindical Internacional, participando em congressos, seminários, e fazendo parte dos seus órgãos. Wanda Guimarães pertenceu mesmo ao executivo mundial da CISL, como representante do Comité de Mulheres, tendo sido eleita em 1996.

Também na CES – Confederação Europeia de Sindicatos, a presença das representantes da UGT nos respetivos Comités de Mulheres, e consequentemente nos seus congressos e conferências, era uma constante, sendo também de sublinhar a sua participação em diversas manifestações europeias pelo emprego.

De assinalar ainda a presença em várias Conferências Internacionais do Trabalho (OIT), na 4.^a Conferência da ONU e Fórum das ONG's sobre a mulher (Pequim, 1995). A Comissão de Mulheres da UGT foi também parceira em projetos transnacionais, de que se menciona, a título de exemplo, um projeto liderado pela UGT – Espanha, subordinado ao

tema «Eliminação dos estereótipos de género no mundo laboral e nos sindicatos».

* * *

A atividade da Comissão de Mulheres da UGT prosseguiu sem grandes desfalecimentos, nem interrupções. A seu crédito podem contar-se muitos eventos, projetos, ideias, mudanças postas em prática. Muitas destas iniciativas terão deixado semente. Por agora fica um breve registo para a história da Central daquilo que foi e é a matriz da Comissão de Mulheres e o seu contributo para um mundo do trabalho melhor e mais justo.

O CASO DO FUNDO SOCIAL EUROPEU

O ISEFOC

Dando cumprimento ao plano de ação aprovado no III congresso da UGT, realizado em 1984, foi lançado, em dezembro de 1985, o Instituto Sindical de Estudos, Formação e Cooperação – ISEFOC, uma entidade juridicamente autónoma da central que deveria prosseguir um conjunto de atividades, entre as quais o desenvolvimento de ações de formação profissional.

Estava-se em meados dos anos 1980. A adesão às Comunidades Europeias estava em curso e teria lugar a 1 de janeiro de 1986. O país beneficiava das ajudas de pré-adesão; em seguida, entre 1986 e 1988, chegavam financiamentos comunitários geridos com base no chamado «antigo fundo»; vieram depois o primeiro e o segundo quadros comunitários de apoio (1989-1993 e 1994-1999), que viabilizaram a realização de inúmeras iniciativas de desenvolvimento, das quais se destacam as ações de formação profissional, que visavam diminuir ou colmatar o profundo deficit de qualificações da população portuguesa.¹

A UGT, a partir de 1986, candidatou-se e beneficiou do apoio dos fundos comunitários para desenvolver um programa alargado de formação profissional, cujos beneficiários eram maioritariamente jovens à procura do primeiro emprego e adultos desempregados, referindo claramente que a formação iria ser realizada pelo ISEFOC.

O longo processo judicial, conhecido como ‘Caso UGT – FSE’, que atravessou durante quase duas décadas a sociedade portuguesa, teve por base a atividade desenvolvida pelo ISEFOC nos anos de 1988 e 1989, em que alegadamente teria havido utilização abusiva de fundos comunitários. Embora entidades juridicamente autónomas, com órgãos e titulares dis-

tintos, o ISEFOC nasceu a partir da UGT, e esta ligação esteve sempre presente e em causa em todos os capítulos da longa história que então se iniciava.

O ECLODIR DA POLÉMICA

A primeira vez que se falou de eventuais irregularidades sobre a formação profissional realizada pelo ISEFOC foi pela voz de José Brandão, então sindicalista do SITRA – Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes, nas críticas que dirigiu à UGT e a Torres Couto, aquando da celebração do AES – Acordo Económico e Social, em outubro de 1990. Aliás, nos documentos internos da UGT esta matéria começa por ser designada como o «caso Brandão».²

Em declarações ao *Expresso*, José Brandão dizia: «Vou entregar na Polícia Judiciária uma queixa-crime contra Torres Couto e irei pedir uma indemnização tão pesada que chegue para pagar aos trabalhadores do setor dos transportes a diferença entre os 13,5 de aumento que deveriam ter e os 11,5 que vão ter»³, o que demonstra o peso do AES na guerra que estalou por esses dias na UGT. As acusações foram graves e de parte a parte, motivando a apresentação de queixas-crime.

Contudo, se o ambiente era tenso por causa da contestação ao AES no setor dos transportes, foi um conflito interno no SITRA, em torno de uma cooperativa de táxis, a Volancoop, que levou a acusações de irregularidades sobre a gestão das verbas da formação profissional. E da sua contestação ao secretário-geral do sindicato e das críticas ao Pacto, José Brandão passou à crítica sobre a utilização indevida do Fundo Social Europeu, por parte da UGT, o que levou a Procuradoria-Geral da República a tomar a decisão de investigar.⁴

O primeiro documento interno a mencionar este caso é a ata do Secretariado Executivo, que singelamente referia ter sido abordada a «questão da polémica levantada pelo José Brandão e definida a orientação a ter em conta pela Central na gestão de todo este processo.»⁵ Dias depois reuniu extraordinariamente o Secretariado Nacional para «análise da situação político-sindical e, nomeadamente, da campanha de calúnias desencadeadas contra a UGT»⁶, tendo deliberado que o Departamento de Comunicação Social emitiesse um comunicado sobre a matéria:

«O Secretariado Nacional da UGT reunido em Lisboa para proceder à análise da atual situação político-sindical decidiu:

1 – Manifestar o mais veemente repúdio por acusações caluniosas, infundadas e irresponsáveis, vindas a público contra a UGT e o movimento sindical português.

2 – Denunciar junto de todos os trabalhadores portugueses e da opinião pública os objetivos visados por quem profere tão graves insinuações e por quem lhes dá acolhimento, que consistem em denegrir os sindicatos portugueses, tentativa de reduzir o peso da sua intervenção na sociedade.

3 – Reafirmar o total empenhamento na defesa sem limites do reforço, da independência e democraticidade dos sindicatos e a disponibilidade em lutar contra todos os que pretendem destruir o movimento sindical português.

4 – Apelar à mobilização de todos os trabalhadores para o combate político sem quartel que temos de dar, face à convergência tática das forças inimigas dos sindicatos portugueses que se escondem por detrás de quem os calunia.

5 – Repudiar que alguém, ainda militante sindical, se comporte à revelia de todos os valores e princípios do sindicalismo democrático, designadamente a verdade, a responsabilidade e a solidariedade.

6 – Transmitir a solidariedade do Secretariado Nacional ao Torres Couto, Secretário-geral da UGT, e a Casimiro Gomes, Secretário-geral do SITRA».⁷

A CAMPANHA DO *INDEPENDENTE*

A questão das alegadas irregularidades cometidas pelo ISEFOC nos anos de 1988 e 1989 chegou ao domínio público, como atrás se referiu, no Outono de 1990. Desde então, a PGR levou a cabo investigações e as ações de formação profissional realizadas pelo ISEFOC foram escrutinadas por diversas auditorias dos organismos públicos intervenientes na gestão do FSE.

Ano e meio depois, na Primavera de 1992, as questões relacionadas com a formação profissional realizada pelo ISEFOC – muitas vezes tornado invisível, associando-se a formação diretamente à UGT – foram trazidas à ordem do dia, por força do semanário *O Independente*: «Quem assina quer casinha – O Governo já deu à UGT um terreno em Alfragide para que a central sindical construa a sua sede e uma quinta na Costa da Caparica para fazer formação profissional. Diz-se agora que foram ‘benesses’ pela assina-

tura dos acordos de concertação social»⁸ era uma primeira notícia sobre a UGT, que não entrava ainda pela matéria da formação profissional.

Seguia-se uma manchete de primeira página: «Escândalo: relatório acusa UGT de fuga ao fisco e desvio de verbas. O Couto do Vigário – Vem tudo em dois relatórios secretos da Inspeção Geral de Finanças. A UGT usou dinheiros da formação profissional indevidamente. Através de empresas paralelas, a central sindical pagou o congresso, milhares de quilómetros em viagens e estadias dos seus dirigentes em todo o mundo.»⁹

A UGT reagiu com veemência. Em entrevista ao *Expresso*, Torres Couto dizia sobre as alegadas irregularidades na UGT: «Preferia ter levado um tiro.»¹⁰ Na síntese feita pelo jornal, Torres Couto

«passa ao ataque. Nega todas as acusações da Inspeção-geral de Finanças, acusa o Estado de estar a dever à UGT 250 mil contos, sublinha que a Inter recebeu 500 mil contos do Ministério da Indústria e lembra que ao patronato têm sido dados muitos milhões do Orçamento de Estado e dos fundos comunitários.»¹¹

No Secretariado Executivo de 1 de abril de 1992¹², e depois a 8 de abril¹³, discutiu-se o texto que seria divulgado, em resposta à «campanha» de *O Independente*, cujo título seria: «A verdade sobre as atividades de formação Profissional promovidas pela UGT».

Nesta mesma altura, a 9 de abril, por solicitação da UGT aos grupos parlamentares e aos partidos políticos, foi apresentado por um conjunto de deputados à Assembleia da República um requerimento de inquérito parlamentar¹⁴, a fim de averiguar:

- A natureza, base legal, critérios e os montantes das verbas do FSE concedidas nos anos de 1988 e 1989 à UGT;
- O modo como o Ministro do Emprego e Segurança Social e os serviços competentes agiram ao conceder e depois para fiscalizar a utilização dos referidos fundos;
- A avaliação feita pelo Ministério do Emprego e da Segurança Social sobre a mesma utilização de fundos;
- O pagamento de impostos devidos pela UGT relacionados com esta utilização;

– A avaliação feita pelo Ministério das Finanças sobre o comportamento fiscal da UGT.

A composição da Comissão Eventual da Assembleia da República que iria averiguar a utilização das verbas do Orçamento e do Fundo Social Europeu pela UGT, em 1988 e 1989, só foi aprovada em final de julho de 1992, na última reunião plenária antes de férias, pelo que o inquérito só começaria na reabertura do Parlamento.¹⁵

Nos órgãos da UGT, faziam-se pontos de situação sobre o processo em curso:

«Coube ao José Veludo fazer um sucinto historial da questão surgida em torno da aplicação dos fundos do FSE e da campanha pública difamatória em que a UGT se viu envolvida (...). Haverá que referir (...) que se mantém em aberto o procedimento administrativo-financeiro adotado pela UGT em relação à execução pelo ISEFOC das ações de formação profissional. Sobre o inquérito parlamentar, cuja comissão já está constituída, foi decidido agendar para uma próxima reunião da Comissão Permanente o total esclarecimento das questões em aberto.»¹⁶

«O José Veludo deu conhecimento do despacho governamental (...) relativamente aos dossiês de 1988 e 1989 da Formação Profissional, nos quais se demonstra que a UGT em nada é devedora, antes continua credora do Estado Português e da Comunidade.»¹⁷

Meses mais tarde a divulgação pública de notícias sobre o processo voltava à Comissão Permanente, que considerou gravíssima a fuga de informações da Procuradoria Geral da República, entidade a quem competia a investigação.¹⁸ Note-se que esta era a convicção dos órgãos da UGT, mas também dos seus principais atores.¹⁹

Em fevereiro de 1994, a Comissão Permanente da UGT tomava conhecimento do andamento do processo e das «iniciativas da UGT para reposição da verdade e defesa dos princípios de idoneidade e lisura na utilização dos fundos», bem como do conjunto de audiências que se iriam realizar com os grupos parlamentares.²⁰

Embora sempre latente e aparecendo a espaços, o caso da Formação Profissional voltava à atualidade em abril de 1995. *O Independente* trazia um

exclusivo²¹, imediata e incessantemente replicado nas rádios e televisões, que abria assim: «Caçados. A UGT entrou esta semana em pânico. Todos os dirigentes da central receberam notificações do Procurador que investiga as fraudes do Fundo Social Europeu. Passaram a arguidos e começaram a ser ouvidos em série. Mais: dois dirigentes da UGT viram as suas casas revistadas pelas autoridades judiciais. A acusação a Torres Couto vem aí e é bem pesada. O líder histórico da UGT é acusado de burla agravada. Um crime que dá até oito anos de prisão. Tudo por causa de 400 000 contos de fundos europeus.» No mesmo número do jornal, um outro artigo sobre a CGTP: «Mãos falsas – A CGTP pode ser alvo de um processo-crime, instaurado pelo Ministério Público por suspeita de emissão de faturas falsas numa campanha do PEDIP. O que começou por ser um litígio a propósito do pagamento de dívidas está a tornar-se um caso sério para a Central.»

Voltava a campanha pública contra a UGT e o ISEFOC. Da reunião de emergência do Secretariado Nacional²² para análise da situação resultou uma violenta carta subscrita por membros deste órgão, dirigida a todos os sindicatos da UGT, e um comunicado:

«Novamente a UGT foi brindada com a mesma notícia, tantas vezes repetida no semanário *O Independente*, e resultante de ‘fuga ao segredo de justiça’.

Trata-se de um processo de averiguações sobre a formação profissional dada pelo ISEFOC em 1988 e 1989. Passados cinco anos de investigações e dois anos de avocação do processo pelo Senhor Procurador-Geral da República, a UGT vem afirmar que:

- Nunca nenhum dirigente da Central foi ouvido como declarante ou testemunha;
- No entanto, foram até agora constituídos como arguidos vários dirigentes e ex-dirigentes da UGT, sem que lhes tenha sido dado conhecimento das acusações contra si formuladas;
- As buscas domiciliárias ou quaisquer outras ações de investigação não nos intimidam;
- Pretende-se fazer um julgamento da UGT na praça pública com o objetivo de atacar esta Central.

A UGT reitera que a formação profissional foi dada pelo ISEFOC e com qualidade.

E recorda ainda que:

- Na sequência de um recurso interposto pela UGT, o Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu certificou o processo de formação promovido pela UGT, considerando-o administrativa e financeiramente correto, dando-nos, pois, razão;
- Sobre o mesmo processo se pronunciou o Tribunal Administrativo confirmando as nossas razões;
- O inquérito parlamentar foi-nos igualmente favorável;
- O envio para Bruxelas pelo Estado Português dos dossiês apresentados pela UGT, relativos à formação profissional, atesta a regularidade de todo o processo.

Assim, a UGT reafirma:

«Queremos justiça.

Temos confiança na atuação dos tribunais.»²³

A DEDUÇÃO DA ACUSAÇÃO POR PARTE DA PGR

Finalmente, a 20 de julho de 1995, a Procuradoria Geral da República dava a conhecer a acusação contra a UGT e contra 36 pessoas, nas quais se incluíam sete dirigentes da UGT, acusados de, conjuntamente, nos anos de 1988 e 1989, terem agido em nome da central desviando subsídios para financiamento da própria central sindical.

Este documento justificava a reunião extraordinária do Secretariado Nacional a 24 de julho de 1995, com o ponto único «Análise à acusação da Procuradoria Geral da República à UGT, no quadro do processo do FSE e preparar a resposta da Central».

Havia que analisar e «ponderar seriamente o tipo de resposta a dar pública e oficialmente. Em paralelo, João Proença trouxe ao conhecimento e apreciação do Secretariado Nacional as acusações de que são alvo sete elementos que pertencem ou já pertenceram aos órgãos sociais da UGT e que, por força da sua responsabilidade nos órgãos sociais do ISEFOC, foram, também, envolvidos no âmbito deste processo.»²⁴ O debate foi «empenhado» e envolveu a quase totalidade dos presentes, uns «reiterando a sua confiança pessoal aos membros acusados», outros contribuindo para

uma resposta esclarecedora. Desta reunião saiu uma proposta e uma moção, aprovadas por unanimidade, que, pela sua importância, se transcrevem:

«Após cinco anos de investigações e dois anos de processo avocado pelo Sr. Procurador Geral da República foi ontem (...) deduzida nota de acusação à UGT e a sete dos seus dirigentes. (...)

Não há acusação a nenhum deles de terem obtido dinheiro para benefício pessoal.

Sempre a UGT constatou, mesmo antes da investigação se iniciar, já tinha sido considerada culpada por alguns. Do mesmo modo se verificaram sucessivas tentativas de julgamento na praça pública, sem possibilidade de defesa.

Por isto esta Central Sindical regista como positivo o aparecimento da acusação. Vamos ter finalmente possibilidade de nos defendermos e demonstrar que não há, nem nunca houve, criação de estruturas para desvios de fundos. Estamos confiantes que a Central procedeu corretamente e no respeito pela lei.

O que acontece, como foi claramente afirmado no inquérito realizado pela Assembleia da República, é que a Central deu formação a milhares de jovens e trabalhadores no ativo, com qualidade e de modo a dar a todos uma qualificação profissional reconhecida. Formação essa financiada por fundos públicos.

O arranque deste processo começou verdadeiramente em 1988, com todas as dificuldades do início, que levaram com certeza a erros administrativos, que esperamos estarem hoje totalmente corrigidos, como o atestam aliás as constantes inspeções realizadas pelos serviços públicos. (...)

Estamos a analisar com o maior cuidado a nota de acusação da Procuradoria Geral da República.

Parece-nos que o corpo fundamental dos argumentos se baseia em factos já claramente desmentidos pela Central e objeto de julgamento administrativo favorável à UGT.

De qualquer modo e da análise do resultado das investigações da PGR tiraremos as devidas consequências, introduzindo as correções que se revelarem necessárias.

Aguardamos, pois, com serenidade o julgamento.

Um comentário e um apelo final.

Como é evidente, esta acusação vai ter custos políticos muito elevados para a

Central Sindical e dificultar a sua ação futura. Muitos dos inimigos da UGT – Central Sindical Democrática verão nesta acusação uma oportunidade de limitar a ação reivindicativa dos trabalhadores. Não nos deixaremos amedrontar, porque quem não deve não teme.

A UGT é uma instituição fundamental para a democracia e os trabalhadores portugueses.

Por isso o apelo aos dirigentes sindicais da UGT e aos trabalhadores por esta representados: mantenham a serenidade; recusem as provocações, reforcem a ação sindical.»

E a moção:

«Finalmente, após cinco anos de graves suspeitas levantadas contra a UGT e alguns dos seus dirigentes, são formalmente conhecidos os termos da acusação. Ao clima de especulação gerado e de várias tentativas de julgamento na praça pública, sem qualquer hipótese de defesa, podem agora, a Central Sindical e estes dirigentes, responder perante a justiça.

Assim o Secretariado Nacional da UGT, realçando a importância desta organização para a democracia e para a defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses, na sua reunião de hoje, 24 de julho de 1995, delibera:

- 1 – Reafirmar a sua confiança de que a Central Sindical procedeu corretamente e no respeito pela lei;
- 2 – Manifestar a sua total solidariedade ao Secretário geral em exercício e demais dirigentes sindicais arguidos no processo, não aceitando, consequentemente, qualquer pedido de demissão;
- 3 – Apelar a todos os dirigentes sindicais e aos trabalhadores por estes representados, para solidariamente continuarem a luta pelo projeto da UGT, reforçando ainda mais a ação sindical.»

Ainda neste ano, a 28 de outubro de 1995, realizou-se um Conselho Geral no Porto em que foi aprovada, sem votos contra, uma moção sobre este tema, que tomou as seguintes deliberações:

- a) Que não devem ser iniciadas novas atividades de formação FSE/QCA II, salvo se resultantes de compromissos já assumidos, em particular na conclusão de todos os cursos já iniciados;

- b) Que deve ser salvaguardada a situação dos trabalhadores da UGT afetos à formação, bem como que a UGT deve apoiar o ISEFOC na resolução dos problemas dos seus trabalhadores afetos à realização de programas de formação da UGT;
- c) Que deve ser exigida a corresponsabilização do Estado na resolução da situação desses trabalhadores;
- d) Que o Secretário Geral e a Comissão Permanente deverá apresentar relatório escrito sobre a situação da formação da UGT ao próximo Conselho Geral, com base em Relatório escrito que deve ser solicitado à Direção do ISEFOC, em particular no relativo à situação de execução do programa de formação e das responsabilidades financeiras resultantes.

O ENCERRAMENTO DO ISEFOC E O NASCIMENTO DO CEFOSAP

Em consequência das investigações à atividade realizada pelo ISEFOC em 1988 e 1989 e perante a confusão na opinião pública e até nos órgãos da administração entre essa entidade e a UGT, foram suspensos os pagamentos devidos àquele instituto, não só quanto àquele período, mas também quanto à formação realizada mais tarde, já no âmbito dos QCA I e II. A situação financeira tornou-se complicada, pois as despesas com as ações de formação foram realizadas e o ressarcimento foi suspenso por parte das autoridades nacionais e comunitárias.

Em janeiro de 1995, Torres Couto deixou a UGT, sem terminar o seu mandato, sendo substituído por João Proença. Uma das primeiras medidas que o novo Secretário geral tomou foi levar aos órgãos da Central o encerramento do ISEFOC, para acabar de vez com a confusão estabelecida entre as duas entidades e que gerara tantos problemas. Foi garantida a conclusão dos cursos em funcionamento, foram feitos os pagamentos aos formandos, encontraram-se soluções para os funcionários do ISEFOC. No mesmo momento, aprovou-se uma outra solução para dar continuidade à missão da UGT de promover a formação profissional e a qualificação dos trabalhadores.

Em 1996 nascia o CEFOSAP – Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional, por protocolo celebrado entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a União Geral de Trabalhadores.

res (UGT).²⁵ Este protocolo tinha em vista a formação de dirigentes e quadros sindicais e ainda, numa perspetiva transversal da atividade económica, promover ações de formação profissional que possibilitassem, por um lado, que os desempregados e desempregados de longa duração adquirissem as capacidades e conhecimentos que lhes permitissem a integração no mundo do trabalho e, por outro, dotar os ativos empregados de conhecimentos e técnicas que permitissem o seu aperfeiçoamento, reciclagem ou reconversão profissional.

O centro veio juntar-se ao conjunto de centros já existentes, criados no quadro do decreto-lei n.º 165/85, de 16 de maio, que instituiu o regime de formação profissional em cooperação entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional e as diversas entidades do setor público, privado ou cooperativo que pretendam desenvolver ações de formação profissional. Uma das formas de promoção da formação profissional em cooperação consiste na celebração de protocolos através dos quais são criados centros de formação profissional com a finalidade de responder às necessidades permanentes de formação num ou vários setores da economia.

Cerca de dois anos depois seria criado o centro homólogo, o INOVINTER – Centro de Formação e de Inovação Tecnológica, por protocolo entre o IEFP e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN).²⁶

O AVAL DO ESTADO AO EMPRÉSTIMO FEITO PELA UGT

A situação em que a Central se encontrou, após anos sem receber do FSE as verbas despendidas, e tendo de honrar os compromissos com os formandos, formadores, mas também com as empresas prestadoras de serviços, levou à venda de património da central e também à contratação de um empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos no montante de 600 000 contos.

Este empréstimo teve um aval do Estado, a que se aludiu na Parte II deste livro. O aval veio a ser considerado ilegal por parte do Tribunal Constitucional, por violar o princípio da independência das associações sindicais.²⁷ Apesar das vicissitudes por que passou esta garantia dada por parte do Estado, certo é que o pagamento da dívida à CGD foi honrado pela UGT.

OS JULGAMENTOS

Como atrás se referiu a acusação foi deduzida em julho de 1995. Em 1998, houve despacho de pronúncia por parte do Tribunal de Instrução Criminal, por crime de burla. Os agora arguidos sempre negaram o aproveitamento fraudulento de cerca de 358 mil contos (1,8 milhões de euros) das verbas do FSE que se destinavam às ações de formação profissional. Em 1999 o processo foi enviado para julgamento, no Tribunal da Boa Hora. O julgamento foi inicialmente marcado para maio de 2000, mas houve sucessivos adiamentos, sobretudo devido à falta de notificação de alguns arguidos.

Depois de várias tentativas para se iniciar o julgamento, a 21 de março de 2002 o processo foi declarado parcialmente prescrito, deixando de fora alguns arguidos.²⁸ O Ministério Público recorreu, o recurso foi julgado procedente pelo Tribunal da Relação de Lisboa e o julgamento veio a repetir-se com todos os arguidos, tendo-se iniciado em setembro de 2006.²⁹

A SENTENÇA JUDICIAL³⁰

O processo chegaria ao final em dezembro de 2007, 18 anos depois, e com cerca de 200 volumes, abrangendo 900 factos. A sentença³¹ absolveu todos os arguidos da prática dos crimes de fraude na obtenção de subsídio, pela qual tinham sido pronunciados. A única exceção foi a de José Manuel Monteiro Veludo, conforme se refere mais adiante, mas que também não foi condenado. Por outro lado, o coletivo de juízes julgou totalmente improcedente o pedido de indemnização civil deduzido pela União Europeia formulado contra os arguidos, situação de que esta não recorreu.³²

O tribunal considerou não provadas a maioria das acusações relacionadas com a utilização de fundos europeus para formação profissional. A sentença considerou que não era possível extrapolar que a falsificação de documentos (por empresas subcontratadas) «era do conhecimento do ISE-FOC [instituto de formação profissional ligado à UGT] ou dos demais arguidos no âmbito de um plano criminoso mais vasto»³³.

Quanto ao pedido de indemnização por parte da central foi considerado improcedente, «porque os pagamentos à UGT suspensos pelo Fundo Social Europeu são de valor bastante superior aos prejuízos apurados.»

A sentença deu como não provada a existência de um plano criminoso para lesar entidades portuguesas e comunitárias, como se dizia no despacho de pronúncia, afirmando que na generalidade das situações ficou provado que os cursos foram realizados e a formação profissional foi ministrada. Entendeu o tribunal que não havia prova bastante quanto a um conluio entre os arguidos para os considerar cúmplices nos factos.

O tribunal deu como provadas quatro situações de irregularidades, relativas a ações de formação faturadas e não realizadas, à apresentação de aulas teóricas como se de práticas se tratasse e à atribuição a cinco pessoas da formação realizada por uma, permitindo recebimentos superiores aos devidos. Estas irregularidades foram praticadas por empresas subcontratadas, tendo o tribunal admitido que não houvesse conhecimento desses factos por parte do ISEFOC e da UGT.

O Tribunal assinalou que as empresas subcontratadas tinham como sócios pessoas com experiência em formação profissional ou contrataram serviços de formadores experientes, destacou a legitimidade de as empresas, bem como o ISEFOC, extraírem lucros dessa atividade – distinguindo com clareza que o ISEFOC era uma entidade juridicamente autónoma da UGT, que pela sua natureza não poderia ter lucros – e afirmou que o facto de não terem formadores do quadro (efetivos) não constituiu exceção à lógica do mercado.

Não ficou também provada a existência de lucros abusivos ou preços excessivos, ou que houvesse condutas irregulares no aluguer de instalações e equipamentos para formação profissional, tanto mais que não existia regulamentação e legislação comunitária ou nacional que definisse critérios de razoabilidade dos valores e não existiam valores de mercado para se fazer a comparação. O tribunal referiu ainda, na sentença, que a regulamentação sobre várias questões «era escassa» nos anos oitenta e só surgiu nos anos noventa.

Considerou ainda que, nos anos oitenta, quem se candidatava a ações de formação profissional apoiadas pelo FSE não era obrigado a possuir instalações ou equipamentos ou a adquiri-los e o promotor das ações não carecia de ter os meios necessários à sua realização. Por tudo isto, entendeu o tribunal que o modelo utilizado na formação profissional promovida pela UGT não era considerado como ilícito no momento dos factos porque não resultava da legislação aplicável a sua exclusão.

A sentença reconhecia que o ISEFOC planeou e coordenou as ações de formação profissional e prestou outros serviços, pelos quais podia ser remunerado.

Quanto às quatro situações irregulares provadas só foi possível quantificar em duas os benefícios, que foram de 4.680 contos num caso e de 6.618 contos no outro. A vantagem obtida foi num caso inferior a 0,8 por cento do saldo global da ação de formação e no outro de 0,7 por cento.

Dos 36 arguidos, sete eram dirigentes da UGT. Quanto a seis destes dirigentes, entre os quais alguns também dirigentes do ISEFOC, e o diretor do ISEFOC, não ficou provado que tivessem conhecimento dos factos e absolveu-os, admitindo apenas que José Veludo, pela conjugação das suas funções na UGT e no ISEFOC, poderia ter conhecimento deles.

Quanto a José Veludo, os juízes entenderam que o crime seria qualificado como burla qualificada – e não fraude –, porque os valores excediam 1.500 contos, mas na forma tentada, uma vez que não houve lesão patrimonial dos fundos europeus, devido à retenção de transferência em valor superior ao apurado. E o procedimento foi extinto, por ter havido prescrição.³⁴

O FIM DO PROCESSO E AS REAÇÕES DA UGT

O final deste processo suscitou inúmeras reações por parte da Central. João Proença reagiu em conferência de imprensa, afirmando que se assistira a uma clara tentativa para destruir ou minimizar a organização e que se quisera condenar a UGT na praça pública, tendo para isso contribuído as constantes fugas de informação da PGR para os jornais na fase de investigação do processo. O teor da declaração lida na conferência de imprensa é o seguinte:

«Passados mais de 20 anos sobre o início dos factos constantes da acusação, o Tribunal de 1.^a instância deu hoje a sentença final e a sentença é clara:

- A UGT está inocente;
- Não houve qualquer plano criminoso;
- Todos os arguidos foram considerados inocentes da acusação de “fraude na obtenção de subsídio”.

O processo só termina quando transitado em julgado, mas, desde já, a UGT se quer pronunciar sobre este processo e a sentença que acaba de ser lida.

Como é evidente, a UGT regozija-se com o desenlace do processo (...). Consideramos que justiça foi feita ao absolver a UGT e oito dos seus atuais ou anteriores dirigentes dos crimes de que vinham acusados.

Mas, como bem demonstra a história dos principais factos do processo, (...) a UGT não pode deixar de considerar que assistimos a uma clara tentativa para destruir ou minimizar a Central Sindical.

Disso são prova as constantes fugas ao segredo de justiça durante a fase de investigação, com o objetivo de condenar a UGT na praça pública; o excesso de zelo manifestado pelo Ministério Público até à fase de julgamento, diversas vezes orientado ao mais alto nível, tudo de par com discutíveis orientações jurisprudenciais que pareciam ser sobretudo dirigidas à autojustificação do sistema judicial pelo intolerável atraso que o processo sofreu.

A UGT soube reagir e contou sempre com o apoio da maioria da opinião pública para a ação que desenvolve em defesa dos trabalhadores, como contou sempre com o apoio dos Sindicatos filiados e dos trabalhadores neles sindicalizados.

Mas a UGT não pode deixar de considerar que se assistiu durante 20 anos a uma clara tentativa de condenar a UGT na praça pública e que muitos dos prejuízos são irreparáveis:

– Para as pessoas e instituições atingidas na sua idoneidade. Destruíram-se projetos pessoais e causaram-se grandes prejuízos na imagem pública e até nos rendimentos;

– Para a UGT em que:

- Tentaram pôr em causa a sua capacidade reivindicativa, mas não conseguiram;
- Tentaram mesmo destruir o sindicalismo democrático, mas não conseguiram.

Como é evidente, os ataques brutais de que fomos vítimas, perante a opinião pública e nas próprias empresas, deixaram marcas.

Este processo também causou grandes prejuízos financeiros e obrigou a reformular completamente a política de formação da UGT, mas continuamos claramente empenhados em desenvolver a qualificação dos trabalhadores, área que consideramos prioritária na intervenção da Central, tanto na definição das políticas, como também na sua execução.

Termino agradecendo:

- Aos Sindicatos e aos trabalhadores neles sindicalizados, por todo o seu apoio e confiança;
- Às nossas famílias que sofreram o desgaste de 12 anos de acusação;
- Aos muitos amigos e a todos aqueles que nos manifestaram a sua solidariedade durante este longo processo.

Termino também saudando as organizações, empresas e seus dirigentes que foram arguidos no processo, acusados de cumplicidade com a UGT, todos totalmente absolvidos de tal cumplicidade.

E, por fim, uma palavra de agradecimento aos nossos advogados, Dr. Magalhães e Silva e Dr. Rícon Peres aqui presentes e ao Dr. João Nabais que hoje não pôde estar presente (...). Sem eles não poderia, como aconteceu, ser feita justiça.»

No Secretariado Nacional fez-se o rescaldo do processo:

«O Secretário Geral, João Proença, começou por referir que se eventualmente a UGT e o Secretário Geral tivessem sido condenados poderíamos estar numa situação de crise e a ponderar mudanças na Direção da Central. Felizmente, como se esperava, fez-se justiça. Tivemos que assumir os riscos ao convocar uma conferência de imprensa, mas valeu a pena. Recordou que a demissão do Secretário Geral anterior, que já assumiu que foi um erro, se deveu a ter tomado conhecimento de que viria aí um Processo Judicial contra a Central.

Seguidamente, recordou todo o envolvimento da Procuradoria Geral da República, à data dirigida pelo Procurador Cunha Rodrigues, que durante cinco anos ouviu muitas centenas de formandos e outras pessoas, mas nunca ouviu nenhum dos arguidos da UGT, não esquecendo que estes serviços estavam fortemente condicionados. Particularmente este ataque à UGT servia interesses dos concorrentes da UGT e daí a atividade que se seguiu, de fugas de informação constantes e a afixação de notícias nas Empresas. (...)

A seguir João Proença fez todo o enquadramento deste processo maquiavélico. Recordou as decisões tomadas em mil novecentos e noventa e cinco, em função da gravíssima situação financeira devido à Formação Profissional, dívidas essas que ainda hoje a UGT está a pagar.

Historiou toda a tramitação do processo, a nomeação dos Coletivos, os julgamentos a que houve lugar e, finalmente o Acórdão que, de forma categórica, considerou inocentes a UGT e todos os seus dirigentes dos crimes de que

vinham acusados. Por um erro administrativo de uma verba ridícula, recaiu sobre o então responsável dos dossiês financeiros uma acusação por fraude na obtenção de subsídios, na forma tentada.

O Acórdão do Tribunal Coletivo foi considerado brilhante e pensamos que não haverá recursos, mas teremos de aguardar que a decisão transite em julgado.»³⁵

Em seguida tomaram a palavra vários dirigentes, começando pelo Presidente da UGT, João Dias da Silva, que se congratulou por ter sido feita justiça, e recordou também «que as forças interessadas em desacreditar a UGT são poderosas e quiseram fazer passar a ideia de que estávamos em presença duma maquinação, na tentativa de cozer em lume brando a UGT e os seus Dirigentes.»³⁶

Das várias intervenções salienta-se a de Conceição Alves Pinto, que terminava questionando-se «sobre se não será possível pôr alguém em Tribunal pelos prejuízos causados ao sindicalismo democrático com este Processo. Será que todo este comportamento da Procuradoria Geral da República não tem consequências? Será que não podemos fazer valer os nossos direitos?»³⁷ Já Wanda Guimarães sublinhava que «a sobrevivência da UGT é devida ao esforço e à persistência de João Proença e recordou o seu gesto quando candidato a Deputado, e ao ter conhecimento de que era arguido, e resignou.»³⁸

No final do ponto, João Proença considerava que o processo marcara todas as pessoas envolvidas. Que foi um julgamento que começou na praça pública e que visava condenar a UGT e limitar a sua capacidade de intervenção. Referiu-se ainda aos advogados que patrocinaram a UGT: Magalhães e Silva, João Nabais e Américo Thomati, este mais tarde substituído por Emílio Rícon Peres, cujo trabalho saudou.

Declarou ainda o Secretário geral: «a batalha ainda não acabou. Temos sempre a desconfiança criada na opinião pública. Continuamos a ser julgados e temos de ter moderação. A sentença permite todas as especulações e nós, nas Empresas, temos de ter uma atitude sem arrogância e muito pedagógica.» Recordou também que, após este processo, a UGT ficava numa situação financeira muito pior do que estava em 1980.

AS CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS DO PROCESSO

Como atrás se referiu, as consequências do chamado ‘caso do FSE’ foram multidimensionais, afetando seriamente a Central. Para além das questões da credibilidade e do bom nome, a dimensão financeira foi pesadíssima para a UGT.

A suspensão dos pagamentos do FSE quanto às ações realizadas em 1988 e 1989 e também quanto às realizadas nos Quadros Comunitários de Apoio I e II, trouxe enormes dificuldades à Central para honrar os compromissos com os formandos, formadores e fornecedores. Note-se que, desde logo, o crédito da UGT de 251 mil contos, relativo às ações realizadas no final dos anos 1980, foi transformado num débito de 200 mil contos, por via das auditorias realizadas e cujos factos verificados vieram a ser cabalmente esclarecidos, a favor da UGT, com o fim do processo judicial. Por outro lado, a confusão entre o ISEFOC e a UGT, só dissipada com a sentença, impedia o recebimento de verbas por parte daquele instituto.

A UGT teve de contrair vários empréstimos. O próprio edifício sede, situado na Rua Buenos Aires, à Estrela, em Lisboa, foi entregue ao BES, em 2000. Depois dessa data a Central tornou-se arrendatária do imóvel, pagando uma renda de oito mil euros. O Conselho Geral da UGT deliberou sair do edifício sede, em dezembro de 2007, com o objetivo de regularizar dívidas à banca.

João Proença declarava: «A UGT ficará sem dívidas, mas também sem património»³⁹, aquando da decisão de entrega da sede da UGT, ao mesmo tempo que referia pretender reclamar um milhão de euros⁴⁰ referentes só a ações de formação entre 1988 e 1989, após o conhecimento da sentença que absolvía a Central.⁴¹ A estas verbas acresceriam outras, referentes aos dois primeiros quadros comunitários e cujo pagamento havia sido suspenso.⁴²

Em resultado do julgamento, o próprio DAFSE demandou a UE para receber os valores que tinham ficado retidos por Bruxelas, superiores a 900 mil euros, relativos às ações realizadas pela UGT em 1988 e 1989.

Aqui fica uma brevíssima síntese do chamado ‘caso FSE’, que perdurou por quase 20 anos na sociedade portuguesa, afetando duramente a UGT, em diversos planos, como atrás se evidenciou. O mais relevante a dizer, ao



concluirmos este ponto, é que a sentença judicial veio dar razão à Central e aos seus dirigentes, de forma inequívoca, pondo fim a várias campanhas persecutórias que fizeram parte deste longo processo.

A COMUNIDADE SINDICAL DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

O início da cooperação da UGT com os países africanos de língua oficial portuguesa e o aprofundar de relações com organizações sindicais brasileiras está registado no ano de 1987¹. Desde então as ligações da UGT com os países de língua oficial portuguesa estreitaram-se, quer no plano bilateral, quer em fóruns internacionais.²

Esta aproximação no plano sindical inscrevia-se num quadro mais vasto de estabelecimento de pontes no plano político, económico e social entre os países de língua portuguesa. Coroando um longo processo, cujas origens remontavam ao início da década de 1980, realizou-se, em julho de 1996, em Lisboa, uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo em que se constituiu a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunindo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Mais tarde, em maio de 2002, após a sua independência, Timor-Leste tornar-se-ia o oitavo país membro da Comunidade.

Dois anos depois da constituição da CPLP, a cooperação entre as centrais sindicais dos países que constituíam a Comunidade aprofundou-se, e sob o forte impulso da UGT, que convocou as suas congéneres dos demais países lusófonos para uma reunião em Lisboa, nas instalações do ISEFOC-UGT, veio a constituir-se a Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa, em maio de 1998. Foi o primeiro congresso, em que participaram as seguintes confederações sindicais, membros fundadores da CSPLP:

- CCSL – Confederação Cabo-verdiana de Sindicatos Livres, de Cabo Verde;
- CGSILA – Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola;

- CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores, do Brasil (em 2007, na sequência da unificação de várias centrais sindicais daria lugar à UGT – Brasil);
- CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, de Portugal;
- CUT – Central Única dos Trabalhadores, do Brasil;
- FS – Força Sindical, do Brasil;
- ONTSTP – Organização Nacional dos Trabalhadores de S. Tomé e Príncipe;
- OTM – Organização dos Trabalhadores de Moçambique;
- UGT – União Geral de Trabalhadores, de Portugal;
- UGT/STP – União Geral de Trabalhadores de São Tomé e Príncipe;
- UNTA – União Nacional dos Trabalhadores Angolanos;
- UNTC – União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde;
- UNTG – União Nacional dos Trabalhadores Guineenses.

Após a independência de Timor Leste, foi constituída a central sindical KSTL – Confederação de Sindicatos de Timor Lorosae que passou a integrar a CSPLP, sendo considerada também seu membro fundador.³ Além destes, fazem hoje parte da CSPLP a Central sindical moçambicana Consilmo – Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique⁴, a CIG-GALIZA – Confederación Intersindical Galega⁵, a CGSI-GB – Confederação Geral dos Sindicatos Independentes da Guiné-Bissau e a CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.⁶ Com estatuto de observador, encontra-se a ATFPM – Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau.⁷

João Proença, Secretário-geral da UGT neste período, assinalou o entusiasmo que rodeou a criação desta Comunidade Sindical e apontou o facto curioso de ser a primeira vez que os três presidentes das centrais brasileiras mais representativas – Vicente Paulo da Silva, conhecido como Vicentino, da CUT; Paulo Pereira da Silva, conhecido como Paulinho, da FS e Enir Severino da Silva, da CGT⁸ – se encontrarem fora do seu país.⁹

Pela sua importância, transcrevemos a Declaração da Constituição:

«Nós, as Centrais Sindicais dos Países de Língua Portuguesa abaixo indicadas, reunidas na 1.^a Conferência Sindical, em Lisboa, em 7 e 8 de maio de 1998,

declaramos a Constituição da Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa – CPLP Sindical.

Profundamente empenhadas em estreitar os laços políticos, culturais, económicos, sociais e sindicais que unem os nossos Países, trabalharemos em conjunto na procura de soluções, tendo em especial atenção:

- A defesa da paz, da democracia, dos direitos humanos, políticos e sindicais;
- O respeito pela diferença e pela independência dos Países e das Organizações;
- A autonomia do movimento sindical face às religiões, aos partidos políticos, aos Governos e às organizações patronais;
- O reforço dos laços de fraternidade, amizade, solidariedade e cooperação entre os trabalhadores dos nossos Países, onde quer que estes se encontrem;
- A promoção do diálogo intercultural e da língua portuguesa;
- A luta por melhores condições de educação, saúde e proteção social;
- O respeito pelos direitos das crianças, combatendo todas as formas de exploração, em particular o trabalho infantil;
- A promoção da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens face ao trabalho e o combate a todas as formas de discriminação e exploração, em particular o trabalho escravo;
- A luta contra a discriminação racial e contra a xenofobia;
- A melhoria das condições de vida e de trabalho dos filiados e dos trabalhadores em geral, no ativo, desempregados ou aposentados.

Como Organizações Sindicais representativas dos trabalhadores dos nossos Países empenhar-nos-emos no desenvolvimento da CPLP, valorizando o que nos é comum e que resulta de uma convivência secular – uma Língua, uma História, uma Comunidade – no respeito pela diversidade dos nossos Estados e das nossas culturas».

O primeiro Presidente da CPLP Sindical foi João Proença, eleito no congresso fundador.

De acordo com os Estatutos, a sede da CSPLP coincide com a da CPLP, pelo que fica em Lisboa, na sede da UGT, passando a alternar com a sede da CGTP, em função da Central a quem compete o Secretariado Executivo, a partir do congresso de Bissau, em 2006.

1998-2000 E A II CONFERÊNCIA, MAPUTO 2000¹⁰

Neste período, realizou-se, a 2 e 3 de novembro de 1998, na Praia, em Cabo Verde, a primeira reunião da Comissão Executiva, em que foram aprovadas as admissões como observador associado do CNRT – Conselho Nacional da Resistência Timorense e, como observador associado, da CONSILMO – Confederação dos Sindicatos Independentes de Moçambique; o Estatuto de Observador da CPLP Sindical; o Regimento do Fundo de Solidariedade Sindical; uma Resolução sobre programas e projetos de cooperação conjuntos; o programa de atividades até ao ano 2000; a realização da 2.^a conferência sindical em 2000 em Moçambique. Esta reunião realizou-se em articulação com a conferência sindical dos PALOP, «Os desafios do sindicalismo no limiar do século XXI», organizada pela UNTC, com o apoio da UGT e com um seminário organizado pela OIT, destinado a dirigentes sindicais dos PALOP e com um seminário «União Europeia, políticas e funcionamento», apoiado pela Comissão Europeia.

A segunda reunião da Comissão Executiva realizou-se em Lisboa, em maio de 2000, em articulação com o congresso da UGT, tendo ficado decidida a admissão como observador convidado da Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau e ainda que, no congresso de 2000, seria discutido o funcionamento, orçamento e estrutura da CPLP Sindical.

Imediatamente antes do congresso de Maputo, a 14 de novembro de 2000, reuniu o Secretariado e a Comissão Executiva para aprovação das propostas que ali seriam apresentadas (regimento do evento, relatório e contas do biénio).

No que respeita a atividades de cooperação, neste período, foi aprovado em Cabo Verde o projeto «Democracia e intervenção sindical», que teve a participação da UGT Portugal, da CGSILA e da UNTA, de Angola, da CSSL e da UNTC de Cabo Verde, da UNTG, da Guiné-Bissau; da OTM de Moçambique e da ONTSTP e da UGT de São Tomé e Príncipe. Com base neste projeto montou-se uma rede informática, permitindo a comunicação virtual entre todas as confederações e realizaram-se três seminários, com a duração de uma semana, em cada um dos países africanos de língua oficial portuguesa. Desenvolveram-se também várias ações de cooperação bilateral nas áreas da formação sindical e profissional.

Durante este período foram traduzidos para a língua portuguesa, com o apoio do CEFOSAP, vários documentos internacionais sobre trabalho e sindicalismo. Houve articulação com o centro de formação da OIT – Turim para desenvolvimento de formação para os países de língua portuguesa. A convite da UGT, os seis filiados na FIAET participaram no respetivo congresso, que teve lugar em agosto de 2000, em Helsínquia.

Finalmente, importa referir que o Presidente da CPLP Sindical, João Proença, reuniu com todos os filiados, várias vezes. Por ocasião da presença no congresso da CUT, reuniu com a CGT e FS (Brasil), CCSL e UNTC (Cabo Verde), UNTG (Guiné-Bissau) e OTM (Moçambique).

No que se refere à atividade político-sindical, o relatório referente a este período aponta para um difícil relacionamento com a CPLP, por «claras deficiências no funcionamento desta», mas ainda assim existiram contactos vários, de que se destaca o pedido de estatuto de observador da CPLP Sindical junto da CPLP, durante o Conselho de Ministros que se realizou em julho de 1998, em Cabo Verde. Registem-se ainda as diligências feitas pela CSPLP para apoiar o processo de paz na Guiné-Bissau e o processo de independência de Timor-Leste.

Precedendo o encontro da CSPLP, realizou-se nos dois dias anteriores, 15 e 16 de novembro de 2000, em Maputo, o seminário internacional «Cooperação, desenvolvimento e globalização – os desafios para a educação e formação», que teve o apoio da UGT. A II conferência da Comunidade Sindical dos Países de Língua Oficial Portuguesa teve lugar a 17 e 18 de novembro seguintes, naquela cidade. A sessão de abertura contou com a presença do Primeiro-ministro de Moçambique; além deste governante, usaram da palavra nesta sessão Joaquim Fanheiro, Secretário-geral da OTM (Moçambique), João Proença, Presidente da CSPLP e Secretário-geral da UGT e Zeferino Martins, Secretário Executivo Adjunto da CPLP.

O programa de atividades aprovado pela II conferência da CPLP Sindical assume como compromisso a concretização das conclusões do seminário internacional¹¹ que se realizou nos dias anteriores, propondo ainda o desenvolvimento de duas linhas: a política reivindicativa, que se desdobra em atividades de cooperação, diálogo social, imigração/emigração/libre circulação, política da língua portuguesa, direitos dos trabalhadores, educação e formação; quanto à política organizativa, visa pôr em prática as linhas da política reivindicativa, acrescentando-lhe uma dimensão de orga-

nização interna, passando pelo funcionamento da sede da CSPLP, a divulgação das suas atividades e elementos constitutivos e ainda a entrada em funcionamento do Fundo de Solidariedade Sindical.

Nesta II conferência foram ainda aprovadas várias resoluções: sobre Timor-Leste (que se congratulava pela independência, que estava em curso, e manifestava o apoio à criação de um movimento sindical livre, democrático e representativo naquele país); sobre a Guiné-Bissau (lamentando os conflitos armados na região, apelava à paz e manifestava o seu apoio e solidariedade aos trabalhadores e ao movimento sindical); sobre Angola (manifestava a todo o povo angolano a sua solidariedade e exortava as partes em conflito a encontrar a paz duradoura); sobre o combate à SIDA (unindo esforços para enfrentar essa luta); sobre os direitos das mulheres (que defendia políticas de combate à desigualdade da mulher no trabalho e advogava uma maior participação das mulheres na direção dos sindicatos, confederações sindicais e da própria CSPLP); finalmente, uma resolução sobre imigração, cidadania e livre circulação de pessoas e trabalhadores no espaço da CPLP (apoiando a iniciativa da CPLP neste domínio e manifestando o seu empenho em todas as medidas de cooperação no sentido de uma maior igualdade entre os nacionais dos países lusófonos).

Foi aprovada também uma alteração estatutária, com vista a um reforço da Organização. Os órgãos da CSPLP seriam, a partir de agora, o Congresso, o Comité Executivo e a Comissão Fiscalizadora.¹² Eleitos os novos órgãos, Joaquim Fanheiro, Secretário-geral da OTM – Moçambique, seria o Presidente da CSPLP para o biénio seguinte, passando João Proença a ser o primeiro Vice-presidente da organização. Registe-se ainda o agradecimento público feito a João Proença, o primeiro presidente, no termo do seu mandato enquanto tal, pelo importante trabalho desenvolvido.

2000-2002 E O III CONGRESSO BRASÍLIA 2002

O III congresso da CSPLP (o órgão, como atrás se referiu, passara a designar-se assim, substituindo a anterior conferência) realizou-se a 29 e 30 de julho de 2002, em Brasília.

As atividades do período 2000-2002 constam do relatório aprovado no congresso, de que se fará agora uma breve síntese. Quanto à política rei-

vindicativa, referia-se a luta para promoção de um relacionamento mais efetivo com a CPLP, com reconhecimento do estatuto de observador e aberturas de espaço nas suas realizações, bem como o apoio aos programas de cooperação sindical; a luta pela instauração do Conselho Económico e Social na CPLP; a defesa da ratificação das convenções fundamentais da OIT pelos países lusófonos; a defesa do diálogo tripartido em cada membro, com a promoção das ações de formação profissional e sindical – tudo objetivos ainda incumpridos, apesar dos passos dados pela Organização e por cada um dos países membros. Como grande conquista apresentava-se a reabilitação e reestruturação do centro de formação metalomecânica da OTM, em Maputo, que passou a ter uma gestão tripartida e beneficiou do apoio da UGT Portugal, IEFP e Governo português.

No ponto da política organizativa, mencionava-se o funcionamento da rede de comunicação que facilitou muito o contacto entre todas as centrais. A realização de dois seminários em Lisboa, patrocinados pela UGT: o primeiro em setembro de 2001, sobre igualdade de oportunidades e a CSPLP, em que participaram representantes das estruturas das mulheres trabalhadoras; o segundo, em julho de 2002, sobre os programas de formação sindical e profissional. Lamentava-se o forte condicionamento financeiro das centrais sindicais que limitavam as ações de cooperação e destacava-se a necessidade de persuadir os Governos a apoiarem a atividade da CSPLP. Ainda neste ponto, realizara-se em Lisboa, em setembro de 2001, o Comité Executivo, fazendo o relatório aprovado uma descrição detalhada dos assuntos tratados.

Uma palavra para a participação de João Proença, na qualidade de Vice-presidente da CSPLP, no Congresso da Confederação Internacional de Sindicatos Livres – Organização Regional Africana, que se realizou no Quênia, de 23 a 25 de maio de 2001, e nos congressos sindicais realizados no Brasil e em Timor-Leste. Houve também representação da CSPLP no congresso da Confederação Intersindical galega, em Santiago de Compostela, em 12 e 13 de maio de 2001, e no congresso da central UGTSTP, de São Tomé e Príncipe.

O documento manifestava o regozijo da Comunidade perante a paz alcançada em Angola e sublinhava a importância do apoio do movimento sindical na reconstrução do país e na luta contra a pobreza absoluta.

Por último, um ponto sobre as dificuldades, que basicamente se cen-

travam na falta de financiamento, que afetava todo o funcionamento e a necessidade de melhorar a organização e a articulação entre os órgãos da CSPLP.

Considerando que os objetivos traçados no programa adotado pela conferência sindical realizada em Maputo permaneciam válidos, propunha-se que as ações fossem revistas, atualizadas e adotadas como base de organização e funcionamento da CSPLP no período seguinte, não havendo lugar a um programa de atividades construído de novo.

Neste congresso foi eleito como Presidente Desejado Lima da Costa, da UNTA, passando todas as Centrais a ter um Vice-Presidente. Como primeiro Secretário Executivo foi eleito João Proença.

2002-2006 E O IV CONGRESSO BISSAU 2006

O IV congresso da CSPLP realizou-se em Bissau, em 15 e 16 de julho de 2006. Na sessão de abertura, além dos dirigentes sindicais, estiveram presentes o Ministro do Trabalho da Guiné-Bissau e o Primeiro-ministro, em representação do Presidente da República.

Realizando-se este congresso nas vésperas da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que teve lugar em Bissau, no dia 17 de julho, a resolução aprovada pelo congresso para ser presente a esta conferência constitui-se, porventura, como o documento mais relevante, que parcialmente se transcreve:

«A Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP) reunida em Bissau, no seu 4.º congresso, nos dias 15 e 16 de julho de 2006:

Considerando (...)

Decide

- 1 – Saudar a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP (...).
- 2 – Apelar a que sejam aprovadas iniciativas concretas que promovam a realização dos objetivos do Milénio e, em particular:
 - O combate às formas de pobreza extrema;
 - A universalização do ensino básico;
 - A promoção da igualdade de género, em particular no acesso da mulher ao trabalho e ao emprego;

- O combate à mortalidade infantil e a melhoria dos cuidados básicos de saúde quer no parto, quer no combate às doenças endémicas;
 - a promoção do trabalho decente.
 - 3 – Apelar a que sejam assumidas iniciativas concretas na eliminação da dívida dos países mais pobres, com especial atenção aos casos da Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Moçambique, em atenção também a Cabo Verde, no quadro da execução do programa para o desenvolvimento económico e social sustentável e sustentado.
 - 4 – Manifestar a importância da participação do movimento sindical em muitas iniciativas, ligadas ao funcionamento da economia formal e informal.
 - 5 – Reivindicar a criação do Conselho Económico e Social no espaço da CPLP.
 - 6 – Reiterar que seja concedido à CSPLP o Estatuto de Observador Consultivo da CPLP.
- E decide por fim:
- II – Manifestar o seu interesse em estreitar a cooperação com a Organização Internacional do Trabalho, e em particular com os Escritórios de Lisboa, Brasília, Dakar, Harare e Yaoundé.
- (...)»

Foi também aprovada uma Resolução sobre os movimentos migratórios no espaço lusófono que reiterava anteriores deliberações da CSPLP sobre a matéria e que decidia «reivindicar que em cada país se adotem políticas de imigração, de integração e de prevenção e combate ao racismo e à xenofobia, promovendo (...) o progresso económico e a coesão social no espaço lusófono» e «colocar à CPLP a necessidade de se proceder à discussão e aprovação do Estatuto do Cidadão Lusófono que favoreça a livre circulação de trabalhadores nos países da CPLP». Esta resolução assumia ainda a «importância e a necessidade de, em cada país», as Confederações Sindicais apoiarem e integrarem em condições de igualdade os imigrantes dos outros países da CPLP.»

O combate à exploração do trabalho infantil no mundo de língua portuguesa e o combate à SIDA no espaço da CPLP foram, na esteira de encontros anteriores, objeto de resolução por parte do Congresso de Bissau.

O Presidente reeleito da CSPLP foi Desejado Lima da Costa. Foi eleito como Secretário Executivo da CSPLP um elemento da CGTP, respei-

tando a alternância que ficara acordada entre as duas Centrais sediadas em Lisboa.

2006-2010 E O V CONGRESSO LUANDA 2010

O congresso seguinte realizou-se em Luanda, em 16 e 17 de julho de 2010, integrando-se na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que se realizava na semana seguinte em Angola. Precedendo o congresso a 15 de julho, teve lugar um Seminário sobre o trabalho infantil.

A sessão de abertura do V congresso, para além dos dirigentes sindicais, contou com a presença do Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social de Angola.

Foram também aprovadas as linhas gerais para o programa de atividades da CSPLP para o biénio 2010-2012, desenvolvendo-se em prioridades políticas e prioridades organizativas.

O presidente eleito da CSPLP foi agora Manuel Augusto Viage, da UNTA, e como secretário executivo novamente João Proença.

* * *

Ao longo dos 20 anos que tem de vida, a CSPLP constituiu-se como um fórum de discussão entre os países de língua portuguesa, contribuindo para a formação de uma consciência sindical e de um modelo de relações laborais e de cidadania social. Tem sido também um veículo de difusão da legislação do trabalho e de proteção social entre os países membros, o que constitui um motor de desenvolvimento de políticas sociais.

A atividade da CSPLP está intrinsecamente ligada à da CPLP, e ambas são tributárias, no plano dos valores, mas também no da execução de programas e projetos, da Organização Internacional do Trabalho. Por acordo celebrado¹³ entre Portugal e a OIT foi instalado em Lisboa um Escritório desta Organização, tendo por objetivo, no que por agora interessa, o reforço da colaboração no domínio da cooperação técnica e ainda a melhoria qualitativa através da expansão da presença da OIT em países de língua oficial portuguesa.¹⁴

Nessa sequência, em novembro de 2004, é assinado um Memorando de Entendimento entre a OIT e a CPLP¹⁵, que é seguido da celebração de

um Protocolo de Colaboração entre a CPLP e o Escritório da OIT em Lisboa, em 4 de agosto de 2005.¹⁶ Este Protocolo estabelece os termos da cooperação em vários domínios: político-diplomático, divulgação de documentos em língua portuguesa, intercâmbio de informações e desenvolvimento de projetos conjuntos. No que diz respeito a estes projetos, as áreas a privilegiar seriam:

- O fenómeno da globalização e a sua dimensão social;
- As questões da saúde no meio laboral, em particular o estabelecimento de campanhas de informação e prevenção no domínio das pandemias;
- A promoção do diálogo social, nomeadamente através do estabelecimento de instrumentos de diálogo e concertação social nos países da CPLP;
- Colaborar no estabelecimento e mobilização de recursos para programas de desenvolvimento socioeconómico;
- Colaborar em programas de formação profissional e de promoção do emprego;
- Colaborar no domínio do aperfeiçoamento da legislação laboral e proteção dos trabalhadores.

A sedimentação dos laços de cooperação da UGT com as centrais sindicais dos países lusófonos ocorre, assim, em vários espaços. Desde logo, o da Comunidade Sindical, mas também no âmbito da ligação entre a CPLP e a OIT e no apoio às ações desenvolvidas pelo Centro de Formação de Turim da OIT, e ainda no quadro de uma forte relação bilateral que a UGT estabeleceu com cada uma das suas congéneres.

Percorrendo os relatórios de atividades da UGT apresentados aos Congressos é possível observar evidências desta dimensão.¹⁷ No relatório do ano 2000 refere-se o «incremento notável» da cooperação, a participação de sindicalistas dos PALOP em cursos de formação da OIT, a aprovação pela Comissão Europeia de um amplo programa de formação para as centrais africanas e a criação de um centro de formação tripartida com a OTM de Moçambique e ainda a realização de 15 ações, três por país, para todas as centrais sindicais, em áreas diversas, como a informática, a internet e a negociação coletiva.¹⁸ Nos discursos de João Proença na Conferência Internacional do Trabalho, em junho de 1996 e 1998, foi sublinhada a impor-

tância da OIT e do trabalho desenvolvido nos domínios da cooperação e formação, surgindo a UGT como entidade de formação que recebia para a parte prática os formandos africanos provindos do Centro de Formação de Turim.¹⁹

Já no Relatório apresentado ao Congresso de 2004²⁰ encontram-se referências às reuniões conjuntas com várias centrais, que tiveram lugar em julho de 2002, em Lisboa, e outubro de 2003, em Albufeira. Também se menciona a criação da Associação para a Formação dos Sindicalistas e Aperfeiçoamento Sindical, em São Tomé e Príncipe, com o apoio da UGT e do CEFOSAP. Esta associação dispunha de um centro de formação sindical e profissional, que foi inaugurado pelo Presidente da República de S. Tomé e Príncipe, com a presença de vários membros da Governo. Assinala-se também a presença da UGT em todos os Congressos das suas congéneres dos países de língua portuguesa.

Em 2009, em jeito de balanço, o Relatório de Atividades²¹ menciona a realização de 276 ações de formação em cooperação, que envolveram 4850 trabalhadores. A UGT continuava a receber em Lisboa formandos dos cursos do Centro de Formação de Turim, assegurando a formação prática de numerosos formandos oriundos das centrais sindicais dos PALOP.

Fazer a história da Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa, e dentro dela contar o que foi o papel inicial da OIT e a sua função dinamizadora, implicaria reportar centenas de iniciativas, programas e projetos que se realizaram nos últimos vinte anos. Mais difícil, mas porventura mais desafiante, seria medir o papel desempenhado por estas organizações na circulação internacional de ideias, no caso dentro do espaço lusófono, divulgando conceitos e valores, como o do trabalho digno, para defesa dos trabalhadores e dos seus direitos.

Uma referência final para o associativismo patronal dentro da CPLP, que surgiu mais tardiamente. Na verdade, o Conselho Empresarial da CPLP²² nasce em junho de 2004, e transformou-se, em março de 2010, na Confederação Empresarial da CPLP, congregando Associações Empresariais e de Empresas oriundas da CPLP.

Ambas as confederações, sindical e patronal, são observadores consultivos da CPLP.

A UGT E A CONCERTAÇÃO SOCIAL

NO PRINCÍPIO O DIÁLOGO SOCIAL

O diálogo como fonte e condição necessária ao desenvolvimento equilibrado das sociedades desenvolvidas contemporâneas encontra o seu lugar de eleição nos vários órgãos dedicados à concertação. A sua importância decorre da possibilidade de encontrar formas de convivialidade que viabilizem acordos estabilizadores a vários níveis e tornem sustentável o futuro das nossas sociedades dinâmicas e fragmentadas, cada vez mais confrontadas com desafios de complexidade crescente.¹

Em Portugal, esta metodologia, que ajudou a estabelecer o ‘contrato social’ que nos rege, só chegou e foi viabilizada depois da reimplantação da Democracia após 25 de Abril de 1974. Só na base de valores e princípios democráticos é possível à sociedade civil organizar interesses divergentes, confrontá-los, debatê-los e negociá-los, com regras previamente estabelecidas, e procurar através de cedências mútuas chegar a consensos que se traduzem em acordos de natureza variável, mais ou menos globais, aplicáveis e tornados vigentes em toda a sociedade. Daí a relevância do tema e, conseqüentemente, o cuidado com que o assunto tem de ser encarado, partindo do princípio basilar de que, nos pontos que constituem a sua razão de ser, nunca nada está definitivamente adquirido. Por razões semelhantes não pode ser tratado de forma segmentada porque o todo social e cada um dos elementos ou corpos que a constituem são entidades globais e complexas, portadoras de um dinamismo próprio e abrangente onde cada um desses elementos, consoante o momento e a forma como se inserem no tecido social, representa, suporta e defende interesses potencialmente conflitantes que é necessário fazer convergir em nome de objetivos que, afinal, todos prosseguem.

A concertação surgirá então como uma espécie de ‘ponto de acumulação’ para onde todos esses interesses convergem a partir de um diálogo gerador de confiança que, por sua vez, constituiu o cimento através do qual se constroem as bases da organização e se fixam as regras que regulam o funcionamento da sociedade.

CONDIÇÕES EM QUE NASCEU EM PORTUGAL A CONCERTAÇÃO SOCIAL

Em Portugal sentiu-se a necessidade de instituir as práticas da concertação social tripartida – Governo, sindicatos e associações patronais – quando noutros países ela já estava a perder força. A nossa Democracia ainda não tinha completado a sua primeira década e num momento em que o País, debatendo-se com mais uma crise económico-financeira, estava pela segunda vez intervencionado pelo FMI e por ele sujeito a um duríssimo conjunto de políticas austeritárias.

Entretanto, em 1978-79, tinha sido fundada a UGT, cuja ideia matricial era a de uma «conceção sindical de diálogo social e de concertação» e que pelo simples facto de ter passado a existir tinha alterado profundamente o paradigma social e sindical do País: onde prevaleciam as «teses então bem-pensantes do conflito social e sindical»² passou a estar no terreno um novo conceito, essencialmente reformista, que contrapõe ao confronto sistemático a ideia de negociação e compromisso.

Foi neste contexto que o Governo de então, do chamado ‘Bloco Central’, fruto de convicções profundas, mas também de um ingente estado de necessidade e no seguimento da criação da nova Central sindical,³ procurou encontrar na concertação a forma de discutir com os diversos atores sociais a anuência contratualizada dessas duras políticas restritivas que pesavam sobre as empresas, mas, acima de tudo, sobre os trabalhadores. Como se interroga Nascimento Rodrigues, com «que objetivos, que estratégias, que concessões recíprocas ocorrem na intercambiação das três partes? E que articulações se estabelecem, ou não, com a contratação coletiva a nível setorial, regional ou de empresa? Quais as conexões com o sistema partidário?»⁴

De facto, até à criação da UGT, que veio ocupar um vazio e fazer o contraponto ao sindicalismo da CGTP, que por princípio recusava o diá-

logo aberto e se horrorizava com o compromisso, não existiam condições para incluir no sistema democrático as práticas de concertação em toda a sua amplitude e cobrindo todas as suas virtualidades. Em boa verdade, por estes tempos, numa posição que naturalmente lhe assistia, a CGTP, protagonizando um sindicalismo de conflitualidade e de confronto, tendo por princípio, implícito mas inalienável, a ‘luta de classes’, não era o parceiro ideal para o início de práticas concertativas. Essencialmente anticapitalista, todas as razões eram boas para combater o sistema. Daí o seu permanente posicionamento conflitual e a sua predisposição para o confronto. Parece ser claro que esta posição não era compatível com cedências nem com negociações, enfim com a essência da própria concertação. Por isso a rejeitava como algo que traía os interesses dos trabalhadores. Só que a realidade mutante é progressivamente mais complexa e as relações entre as partes mais imbricadas; a sobrevivência de ambas obrigava a olhar o outro não como um inimigo a abater, mas como uma parte a ter em conta e indispensável àquela sobrevivência.

O QUE É E PARA QUE SERVE A CONCERTAÇÃO SOCIAL⁵

Passados em revista alguns aspetos prévios importa agora circunscrever o conceito de forma inequívoca: a concertação social é constituída por um conjunto de «manifestações distintas e com diferentes graus, que têm em comum o procurarem uma coordenação de interesses, relativamente a objetivos económicos e sociais comumente aceites, podendo levar a uma harmonização de condutas, o que afeta tanto as atuações públicas como as privadas no campo próprio da autonomia privada.»⁶

Ernâni Lopes, então Ministro das Finanças do Governo do ‘Bloco Central’, foi quem, pressionado pelas drásticas medidas previstas na carta de intenções enviada ao FMI⁷, mais cedo compreendeu a necessidade de informar os parceiros sociais do que estava em jogo e, num processo tendencialmente concertativo, procurou sensibilizá-los para a gravidade da situação do País conseguindo, da mesma forma, legitimar muitas das medidas que teve de tomar ao abrigo do programa de assistência celebrado com o Fundo.

Foi o mesmo Ernâni Lopes que em 1993⁸ produziu um ensaio «de apresentação sistematizada de conceitos teóricos básicos sobre o processo de

concertação social (...) e de uma tentativa de leitura interpretativa da realidade portuguesa numa óptica centrada na concertação social e de reflexão sobre algumas reminiscências pessoais»⁹, onde mostrou com clareza a importância daquele mecanismo de concertação para o estabelecimento de compromissos entre as várias partes interessadas.

Considerando que o conceito «é um elemento simultaneamente simples e complexo das sociedades europeias modernas», E. Lopes justifica a primeira característica com o facto de melhor ou pior as sociedades terem de ‘funcionar’ através de mecanismos de acerto de interesses mesmo que antagónicos «com maiores ou menores custos, (...) em melhores ou piores condições de eficiência na obtenção de resultados», porque, acrescenta, «a história não conhece impasses».¹⁰

E complexo, como se refere acima, na medida em que o conceito de concertação social resulta de dois fatores essenciais: um de natureza doutrinária de que derivam «mecanismos de aceitação/rejeição» e um outro de natureza analítica que «situa (...) a concertação social em zonas de interface, para as quais o ferramental tradicional de análise está, frequentemente, menos adaptado». O certo é que «perante a inexorabilidade do funcionamento das sociedades, a noção de concertação social assume o pressuposto seguinte: os problemas gerais das sociedades modernas são melhor geridos numa base de cooperação concertação do que numa abordagem de conflito/luta de classes». O conceito reforça o seu carácter de complexidade porque a concertação social se constitui como o lugar onde convergem e onde se cruzam, «em cada sociedade concreta», os planos «do económico, do social e do político.»¹¹

No trabalho que se vem referindo, o autor responde à pergunta que ele mesmo formula: ‘para que serve a concertação social?’¹² E resumidamente dá a resposta circunscrevendo-a a oito funções primordiais, procurando, assim, demonstrar as potencialidades do método tendo em vista os objetivos prosseguidos:

- *Difusor privilegiado de informação tratada* que sirva de base ao diálogo tripartido;
- *Estabilizador da sociedade*, que reconduza «as tensões sociais (...) a níveis suscetíveis de ser geridos sem criação de roturas (...);»;
- *Quadro institucional de negociação política de rendimentos e preços;*

- *Amortecedor dos custos sociais da modernização*: o «único mecanismo horizontal que permite fazer face (...) aos custos sociais e às oportunidades sempre associadas às transformações estruturais que a modernização das economias implica (...);
- *Compatibilizador de estratégias*, «função que se apresenta como a mais complexa» mas constitui «um pressuposto básico de qualquer ação séria sobre o conjunto da economia»;
- *Promotor de níveis mais altos de consciencialização dos agentes económicos e sociais* «traduzindo o processo (...) de assunção, em termos teóricos e conceptuais sólidos, das responsabilidades dos agentes económicos e sociais e, por essa via, a adoção de comportamentos e estratégias consistentes com os objetivos associados ao próprio desenvolvimento económico e social (...);
- *Detonador de reformas*, o que «decorre da resposta às necessidades de modernização (...);
- *Gerador de corpos intermédios* cuja importância se compreende quando se encara a importância desses corpos intermédios na consolidação e estabilização das sociedades contemporâneas.

No nosso País, estas ideias vieram a concretizar-se e a encontrar o quadro institucional adequado através da criação, em 1984, do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), Decreto-Lei n.º 74/84 de 2 de março, em plena crise económica e financeira que, como já foi referido, conduziu à segunda intervenção do FMI em pouco mais de cinco anos, durante o IX Governo Constitucional, uma coligação PS/PSD, chamado do 'Bloco Central'. O CPCS teve a sua primeira sessão de trabalho a 20 de março de 1984 e acabou por se constituir na formalização de uma prática de diálogo social que as confederações sindicais e patronais já tinham iniciado e vinham mantendo desde os primeiros anos da década de 80, a exemplo do que era prática habitual em países da Europa Comunitária.¹³

Aceitar o desafio e os pressupostos da concertação social representa uma vontade de modernização, de preservação da ordem social, da vontade de resolver os diferendos pelo diálogo para atingir compromissos que beneficiem todas as partes. Nesse sentido, aceitar esse desafio representa alguma dose de coragem e de determinação além de constituir a manifestação de uma vontade de integrar, melhorando, o sistema de organização

social e a assunção das responsabilidades correspondentes. No fundo, é aceitar aquela ideia de Ernâni Lopes de encarar a concertação «como quadro geral de compatibilização de estratégias.»¹⁴

Mário Pinto vai um pouco mais longe na reflexão que faz a propósito da questão do CPCS afirmando que «com a criação deste órgão consuma-se como que uma revisão constitucional do subsistema sindical, na medida em que pode ver-se aí uma opção pelo paradigma da concertação social contra a prática de antagonismo ideológico do modelo do ‘pluralismo conflitual, sem dúvida preferido pela CGTP/IN. A crítica desta central à ideia de concertação social, e a recusa de tomar o seu lugar no CPCS, como que contraprova o significado da criação desta instituição.»¹⁵

Em relação ao nosso País, que, como se viu, chegou tarde aos mecanismos da concertação social, há a acrescentar ainda uma relativa originalidade: o papel que o Governo, então em estado de necessidade (mas que se prolongou até à atualidade), veio a desempenhar no desencadear do processo, quer reservando para si um lugar central e um papel de coordenação, quer outorgando-se o poder de definir quais seriam os parceiros sociais que haviam de ter assento no CPCS. Mais, «neste processo há a sublinhar a particularidade de o modelo de relações de trabalho e de concertação se ter desenvolvido por razões políticas, com fraca regulação autónoma por parte dos atores sociais, num quadro económico e social de crise e de mudança e não de crescimento económico e de estabilidade.»¹⁶

Por iniciativa do Governo foram apontados como parceiros sociais e como tal aceitaram fazer parte do CPCS três confederações patronais, CAP, CIP e CCP, e uma sindical, a UGT. Por razões que acima se deixaram explícitas, ideológicas e de princípio, a CGTP, que era a maior central sindical, opôs-se à sua inclusão no órgão. Saliente-se neste quadro a importância da UGT: sem ela não existiria sequer a concertação social tripartida e teria sido inútil criar o Conselho: «É aqui de sublinhar que a UGT desempenha neste processo (...) o papel decisivo e legitimador da concertação social (...). Sem a UGT não existiria órgão de concertação, porque da sua existência depende a representação tripartida.»¹⁷ Para além destes aspectos essenciais deve referir-se, a finalizar, que a UGT, constituída em contraponto à corrente sindical onde se insere a CGTP, não só fez jus aos seus princípios e valores de procura permanente do compromisso como apro-

veitou bem a oportunidade para se impor como parceiro social imprescindível, que a CGTP, nos primeiros tempos, se negou a ser.

Em termos institucionais, já no X Governo Constitucional de maioria PSD, liderado por Cavaco Silva, e na sequência da revisão constitucional de 1989, foi constituído o CES – Conselho Económico e Social, ao qual foram atribuídas competências de âmbito muito alargado, entre as quais «promover o diálogo e a concertação entre os parceiros sociais».¹⁸ «O projeto legislativo que o Governo apresentou para apreciação extinguiu o CPCS, avocando as funções que este Conselho vinha desempenhando (...)». Os parceiros sociais opuseram-se então a esta fórmula que diluía a concertação social num órgão de competências muito alargadas, mas também muito vagas. Perante esta reação o Governo recuou criando no CES uma comissão autónoma que ficou com a mesma sigla do antigo Conselho e à qual foram cometidas as mesmas funções e, praticamente, todo o seu conteúdo. Ao Conselho Permanente de Concertação Social sucedia, agora no CES, a Comissão Permanente de Concertação Social.¹⁹

O INÍCIO DA EXPERIÊNCIA E O PRIMEIRO GRANDE INSTRUMENTO DE CONCERTAÇÃO: O ACORDO ECONÓMICO E SOCIAL DE 1990

Como já refere Ernâni Lopes, por razões conhecidas, pressionados pela dureza das medidas de política económica impostas pelo acordo celebrado entre o Governo português e o FMI, «do ponto de vista da concertação social os anos de 1983 e 1984 constituíram um ponto de viragem»²⁰, tendo as negociações para a institucionalização dos mecanismos de concertação começado discreta e prudentemente por forma a evitar sobressaltos na execução do programa de estabilização. Para o ex-Ministro «os principais fatores que se afiguram terem concorrido para a evolução verificada podem sintetizar-se em três grandes grupos:

- O empenhamento do Governo;
- A gravidade da situação económica e financeira portuguesa;
- A compreensão, por parte dos parceiros sociais, da necessidade de um esforço conjunto de concertação para enfrentar as dificuldades e o seu empenhamento para se encontrar vias de solução para o futuro.²¹

Foi neste quadro que surgiu o CPCS e, ainda assim, de forma faseada: primeiro através de consultas individualizadas dos cinco parceiros sociais – CAP, CIP, CCP, UGT e CGTP; logo a seguir a «apresentação e discussão do texto do anteprojeto», para finalmente, já em reuniões conjuntas, se chegar ao projeto de decreto-lei que havia de instituir o Conselho. Foi nesta última fase que a CGTP, marcando a sua discordância com o método, abandonou os trabalhos.

Anote-se que depois de, praticamente, todos os parceiros terem mostrado o seu ceticismo quanto à viabilidade e utilidade do processo, a sua posição foi mudando: da desconfiança inicial os parceiros sociais, presumivelmente por se terem apercebido de que a sua presença podia ser usada para reforço das posições próprias, fizeram questão de mostrar a sua importância no contexto geral da concertação e do seu incontornável protagonismo. Assinale-se também que, como era de esperar, a posição das confederações sindicais era menos entusiasta e mais reivindicativa enquanto a parte patronal se foi sempre mostrando recetiva às propostas tendencialmente mais favoráveis aos seus pontos de vista. Mas, num caso e noutro, as negociações nunca foram fáceis. As posições endureciam a cada passo, procurando cada uma das partes fazer valer os seus interesses, mostrando também uma diferente percepção da realidade económico-financeira que se ia vivendo.²²

Apesar dos bons augúrios e do razoável nível de funcionamento do CPCS, durante a sua existência, só durante os governos liderados por Cavaco Silva «a experiência de concertação social se concretizou significativamente. Primeiro com dois acordos de Política de Rendimentos, de 1986 e de 1987, para valerem nos anos seguintes e, finalmente, mesmo no termo de 1990, com o Acordo Económico e Social [já extensamente tratado quer no primeiro volume desta História quer nos capítulos precedentes deste tomo], que é um pacto excecionalmente amplo sobre políticas sociais e económicas.»²³ Apenas mais um comentário: o AES constituiu uma espécie de ‘momento fundador’ da concertação social em Portugal, a sua matriz. E daí a sua importância quer no que concerne às áreas abrangidas quer no que «respeita à integração entre o económico e o social (...) aí problematizados e defrontados como interdependentes»²⁴ e no qual os «parceiros sociais e o Governo reconhecem, livre e responsabilmente, essa interdependência (...) mas, sobretudo, como base de um programa de políticas

que consensualmente enunciam e contratualmente se [comprometem] a seguir.»²⁵

Mais, o AES de 1990, além de mostrar a vontade e a premência de a sociedade civil, através dos parceiros sociais, fazer um renovado contrato social adequado à sociedade portuguesa, depois de toda a instabilidade naturalmente gerada após a queda do Estado Novo, ao PREC que se lhe seguiu e ao vazio que, finalmente, ficou com o esgotamento desse processo revolucionário, foi bem mais longe do que os primeiros acordos de rendimentos e preços, acabando por fazer doutrina sobre um enorme conjunto de áreas sociais. É neste conjunto de questões abordadas pela primeira vez desde o fim da Primeira República, passando por Abril de 1974, que Mário Pinto, como já se referiu, equipara o Acordo a uma nova ‘revisão constitucional’ específica para essas áreas sociais.

Estavam em causa questões tão importantes como as que seguidamente se enumeram e dizem apenas respeito à área laboral: «reforma do sistema de segurança social; criação de um regime jurídico para a pré-reforma (...); reforma do regime de segurança social para os trabalhadores atingidos pelo desemprego provocado pela reestruturação industrial; reforma em matéria de higiene, saúde e segurança no trabalho; acordo no domínio da educação e da formação profissional; revisão da legislação sobre a suspensão do contrato de trabalho e redução do período normal de trabalho; elevação da idade de admissão de menores ao trabalho; regulamentação do trabalho no domicílio; revisão do regime jurídico das férias e das licenças sem vencimento para formação; alterações ao processo de regularização das dívidas à Segurança Social; regime de trabalho em comissão de serviço; revisão do regime de contratação coletiva (...); alteração do período experimental; reforma da fiscalização e da justiça do trabalho; acordo sobre a adaptação contratualizada da redução e organização do tempo de trabalho; acordo sobre as condições e garantias da cessação do contrato de trabalho por inadaptação; acordo de princípio sobre programas de acesso à habitação; acordo de princípio sobre a adaptação dos princípios enunciados na Carta comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores (...).»²⁶

Assim se foi construindo uma nova ordem social através da celebração do AES e, nem que fosse só por isso, não seria demais reforçar a ideia da importância e do papel fundamental desempenhado pela UGT nesse

avanço societal: com a criação da UGT criaram-se condições para o aparecimento de «uma importante alternativa de programas e estratégias sindicais» (...) e «com ela mudou potencialmente o paradigma social do País».²⁷

AS DIVERSAS FASES POR QUE PASSOU A CONCERTAÇÃO SOCIAL NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX E NA PRIMEIRA DO SÉCULO XXI

Ao longo dos capítulos referentes à história político-sindical que constituem a parte anterior deste trabalho foram sendo descritos, cronologicamente, os principais momentos da Concertação Social ao longo destas duas décadas, assinalando a celebração de acordos e as tentativas goradas, bem como os tempos de diálogo profícuo entre parceiros, apesar da inexistência de instrumentos escritos e os tempos de ausência de diálogo. Tentar-se-á agora, com base nestes momentos, e nos tipos de acordos celebrados²⁸, fazer uma síntese, distinguindo os níveis de atividade da Concertação, na sua relação com os ciclos políticos.

XI E XII GOVERNOS — CAVACO SILVA (1987-1995)

No final da década de 1980, foram celebrados dois acordos de política de rendimentos (tipo I), a que já se aludiu, inseridos numa estratégia de contenção da inflação. Seguiu-se o Acordo Económico e Social de 1990, de vasto alcance (tipo II), que inaugura uma fase ativa da Concertação Social, com a celebração de três acordos:

- de Política de Formação Profissional, 1991 (tipo III)
- de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, 1991 (tipo III)
- de Política de Rendimentos para 1992 (tipo I)

Os dois primeiros acordos, sequenciais ao AES, foram celebrados ainda durante o mandato 1987/1991, o terceiro foi assinado logo no início do mandato 1991/1995, em fevereiro de 1992, não havendo qualquer outro instrumento de concertação acordado até ao fim do consulado de Cavaco Silva.

Os anos de 1992 a 1995 foram marcados pela crise económica e por um clima de crispação política e social crescente, tendo fracassado várias tentativas de concertação. O longo processo de concertação social para 1993, que visava um acordo de rendimentos e preços (tipo I), rompeu-se definitivamente em fevereiro desse ano, tendo a UGT saído com estrondo e acusado o Governo de inflexibilidade negocial, prevendo um agravamento da inflação e da conflitualidade social. Meses mais tarde, em junho, a UGT propôs a criação de um Plano Nacional de Emprego, com várias medidas, que foi visto na CPCS como um possível ponto de partida para as negociações; no entanto, apesar de avanços e recuos o processo negocial terminou em novembro, não havendo concertação para 1994. Durante este ano avançou novo processo negocial, tendente à celebração de um Pacto Social para o período 1995-1999, um pretendido acordo de regulação económica e social (tipo II). Centenas de reuniões, contactos, versões vistas e revistas, levaram o Ministro Falcão e Cunha a acreditar fortemente na possibilidade de acordo; no entanto, o Primeiro-ministro, em meados de outubro de 1994, pôs fim ao processo, anunciando que não haveria acordo, por alegadamente não aceitar medidas que pusessem em causa o equilíbrio das contas do País, o que deixou todos desencantados, patrões e sindicatos. Prenunciava-se um ano de eleições, 1995, socialmente turbulento.

Nos Governos de Cavaco Silva passou-se de um ponto de grande intensidade negociadora, apesar das tentativas, para um nível quase inexistente.

XIII E XIV GOVERNOS — ANTÓNIO GUTERRES (1995-2002)

Com as eleições marcadas para outubro de 1995, a UGT preparou um longo documento, uma versão provisória do que seria um Acordo Económico e Social para o ano 2000 (pacto de legislatura), e apresentou-o aos dois candidatos a Primeiro-ministro, António Guterres e Fernando Nogueira. A ideia, consensual nos órgãos da UGT, seria haver concertação estratégica de médio prazo coincidente com a legislatura e uma negociação anual para a política de rendimentos. Guterres e o PS venceram as eleições, e a primeira reunião da Concertação Social realizou-se no Centro Cultural de Belém, numa cerimónia formal, que pretendia simbolizar a importância do diálogo social para o novo Executivo. A Concertação deve-

ria ser um processo permanente de diálogo, materializando-se em acordos estratégicos (tipo II), de maior alcance e duração, complementando-se com acordos de curto prazo (tipo I e III).

Esta intenção ficou materializada em dois acordos celebrados em 1996, no início e no final do ano, correspondendo a um nível alto de concertação:

- Acordo de Concertação Social de Curto Prazo – 1996 (tipo II)
- Acordo de Concertação Estratégica 1996-1999/1996 (tipo II)

Note-se que, neste caso, o Acordo de curto prazo, com medidas consideradas mais urgentes e o objetivo das 40 horas, precedeu o Acordo estratégico, que implicou uma longa preparação e demoradas negociações.

Apesar de outra ser a intenção, seguiu-se um longo período em que não houve novos acordos, correspondente a mais de metade do primeiro mandato e à parte inicial do segundo mandato de Guterres. Claro que, estando em causa um acordo para a legislatura, muito se passaria no quadro da sua concretização, mas os acordos de política de rendimentos não chegaram a ser celebrados, e esses deveriam ter uma periodicidade anual. E à ausência de novos instrumentos de regulação deve somar-se a operacionalização – ou a falta dela – dos acordos previamente celebrados. Na verdade, e todos concordavam, o grande desafio, para além da celebração dos acordos, estava na sua concretização. No caso do ACE, a UGT manifestou-se muito crítica quanto ao andamento dos trabalhos e, no Outono de 1997, ameaçou mesmo denunciar o acordo, o que significaria o seu fim, por ausência de parceiro sindical. Meses mais tarde, perante a proposta de negociação de um Pacto para o Euro, a UGT pôs como condição o cumprimento do ACE, sem o qual não haveria credibilidade para negociar um novo instrumento. Em janeiro de 1999, o Governo queria fechar o ACE na Concertação Social, intenção a que a UGT se opôs, por considerar que, se havia dificuldades na sua concretização, o Governo deveria denunciar o Acordo e desse modo assumir as suas responsabilidades. A verdade é que o ACE, no quadro do qual muito fora avançando, prosseguiu caminho, mas concomitantemente arrancou a Agenda 2000, ligada às questões da Europa e da moeda única, sem intuito de firmar um acordo formal.

António Guterres e o PS venceram novamente as legislativas de outubro de 1999, recriando um ambiente de esperança. A UGT reafirmou a

disponibilidade para a concertação estratégica. No relançar do diálogo social, em janeiro de 2000, na reunião da CPCS, o Primeiro-ministro preconizou a aposta nos acordos setoriais, depois da experiência do ACE, de grande ambição, mas cuja concretização ficara aquém do desejado.

A dinâmica de celebração de acordos seria retomada em 2001:

- Acordo sobre política de emprego, mercado de trabalho, educação e formação 2001 (tipo III)
- Acordo sobre condições de trabalho, higiene e segurança no trabalho e combate à sinistralidade laboral 2001 – (tipo III)
- Acordo sobre a modernização da proteção social 2001 (tipo III)
- Acordo sobre a introdução de limites opcionais às contribuições para o sistema de repartição 2001 (tipo III)

Os dois primeiros acordos tiveram a particularidade de serem assinados por todos os parceiros sociais, incluindo a CGTP. Assinale-se que todos eram acordos temáticos, de inegável importância, mas de âmbito circunscrito.

O Governo caiu na sequência da demissão de António Guterres, depois do desaire das autárquicas de dezembro de 2001. Nos seis anos em que esteve no poder a retórica quanto à Concertação Social manteve-se, sublinhando-se o diálogo social como um instrumento privilegiado. Em termos de nível efetivo de celebração de instrumentos, temos um primeiro impulso, em 1996, que revela grande atividade. Seguem-se anos de intenso acompanhamento do Acordo de Concertação Estratégica, que ao pretender constituir um pacto de legislatura dispensaria outros acordos, pelo que a medição do nível concertativo se transfere para jusante, para a concretização na prática do ACE.²⁹ Segue-se um segundo impulso, materializado na celebração de novos instrumentos, já em 2001, com quatro acordos de alcance temático.

XV E XVI GOVERNOS — DURÃO BARROSO E SANTANA LOPES (2002-2005)

Entre março de 2002 e março de 2005, período de três anos que corresponde aos governos de Durão Barroso e Santana Lopes, não houve nenhum acordo de concertação celebrado. Houve uma tentativa de negociar um

acordo de concertação sobre as matérias da competitividade e do emprego, no entanto as posições dos parceiros eram inconciliáveis com as intenções do Governo, que ficou isolado – o acordo nunca saiu do papel.

Note-se, contudo, a assinatura de um Acordo bilateral, em que o Governo não interveio:

– Acordo Bilateral visando a dinamização da contratação coletiva 2005

Este acordo, tal como o que veio a ser subscrito no ano seguinte, são atípicos. Talvez por se tratar de acordos parcelares, foram subscritos por todos os parceiros sociais, incluindo também a CGTP.

A atividade da CPCS como *locus* tripartido manteve-se, tendo tido como epicentro, neste período, a aprovação do Código do Trabalho e da sua regulamentação que foram objeto de concertação, como se referiu no capítulo sobre a história político-sindical neste período.

XVII GOVERNO — JOSÉ SÓCRATES (2005-2009)

Logo no início do primeiro Governo liderado por José Sócrates, celebrou-se um acordo, em sede de CPCS, que, não consubstanciando um documento típico, visava alterações ao Código do Trabalho, que entrara recentemente em vigor. Tratava-se do Acordo que se reportava ao conteúdo da revisão parcial das normas do Código do Trabalho. No início do ano de 2006, foi celebrado novo Acordo bilateral, entre parceiros sindicais e patronais, desta feita sobre formação profissional.

Deixando de parte estes dois Acordos, atípicos, são os seguintes os instrumentos de concertação social tripartidos celebrados até ao final da década, no período em que José Sócrates foi Primeiro-ministro (do XVII Governo constitucional entre 2005 e 2009, e a partir de 2009, do XVIII):

- Acordo sobre as linhas estratégicas da reforma da Segurança Social 2006 (tipo III)
- Acordo sobre a reforma da Segurança Social 2006 (tipo III)
- Acordo sobre a fixação e evolução da Retribuição Mínima Garantida (RMMG) 2006 (tipo I)
- Acordo para a reforma da Formação Profissional 2007 (tipo III)

- Acordo para um novo sistema de regulação das relações laborais, das políticas de emprego e da proteção social 2008 (tipo III)

Com o Governo socialista saído das eleições de 2005 foi retomada a dinâmica da celebração de acordos de concertação. Em 2006, dois acordos materializam as mudanças que se queriam introduzir na Segurança Social, depois de longas negociações, e, no mesmo ano, novo acordo sobre a retribuição mínima. Segue-se o acordo sobre a Formação Profissional, em 2007. No ano seguinte, novo acordo consensualiza as alterações que se pretendiam no Código do Trabalho, cuja materialização em letra de lei só ocorreria no ano seguinte. Sublinhe-se que não voltou a ser negociado nenhum acordo de regulação económica e social global, como foi ambição em 1990 e 1996.

ALGUMAS NOTAS E POSSÍVEIS LEITURAS

Feita esta correspondência entre a atividade de concertação e os ciclos políticos, importa referir o seguinte:

- A atividade de concertação não se confina nem se reconduz apenas aos acordos firmados, pelo que uma análise da atividade terá de ir mais além, estudando os entendimentos e avanços que se obtiveram no CES e na CPCS.
- O desigual alcance dos instrumentos: os pactos de legislatura projetam os seus efeitos nos anos seguintes, implicando uma medição do nível concertativo ao nível do acompanhamento da concretização do acordo em causa;
- Focando a análise nos acordos celebrados, se excluirmos os Governos entre 2002 e 2005 (Durão Barroso e Santana Lopes), durante os quais não houve acordos tripartidos, certamente com explicações diferentes, encontramos alguma regularidade durante os Governos de Cavaco Silva, António Guterres e José Sócrates: a um pico alto de atividade segue-se um abrandamento, situação que no Governo Guterres se inverte no segundo mandato, que regista um segundo pico de atividade.³⁰ Note-se porém, como se já se referiu, que, estando em causa acordos de legislatura, este «abrandamento» na celebração de novos

instrumentos era expectável e até desejável se o facto significasse estar em curso a materialização do acordo quadro.

- Os acordos de concertação estratégica (1990 e 1996), tipo II, não tiveram réplicas futuras. Sem diminuir os efeitos que tiveram direta e indiretamente na sociedade portuguesa, certo é que os ecos do primeiro se fizeram sentir em três instrumentos, sequenciais, ficando aquém do alcance que os seus subscritores desejavam. O segundo introduziu diversos temas e mudanças estruturais, forçou as práticas concertativas para se alcançar a sua concretização, o que introduziu importantes dinâmicas na sociedade portuguesa, no entanto muitos consideraram que o seu desígnio de pacto de legislatura e instrumento de mudança assente num acordo global tripartido não foi cabalmente cumprido.
- Os consensos alcançados na Concertação foram vertidos na legislação, influenciando diretamente a ordem jurídica; contudo, o seu impacto na negociação e contratação coletivas foram menores, não refletindo nas empresas, de modo proporcional, os consensos obtidos a montante.³¹
- O nível de concertação depende do poder político³² e da visão que o Governo e os governantes têm do diálogo social tanto quanto dos actores concretos que, em cada momento, dirigem cada confederação sindical ou patronal e da relação entre todos, mas também da realidade política, económica e social que o país foi atravessando. A possibilidade de consensos dependia de uma multiplicidade de fatores, alguns da ordem das emoções, que nem sempre se inscrevem na esfera do imediatamente inteligível.

O PAPEL DA UGT

Ao longo dos capítulos sobre a história político-sindical descreveu-se o papel e a importância da UGT no diálogo social em Portugal, não só na Comissão Permanente de Concertação Social e na celebração dos acordos, como no Conselho Económico e Social.

Surgindo como defensora do pluralismo sindical, por fractura com a Intersindical, ainda nos anos 1970, a UGT construiu um património em

que o diálogo constitui o seu mais valioso ativo e assumiu uma dimensão identitária da Central, moldando uma visão de sindicalismo.

Presente em todos os momentos da dinâmica da Concertação em Portugal, negociando, propondo, trabalhando os documentos, fazendo pontes com outros parceiros e com o Governo, a UGT foi um dos artífices principais da concertação tripartida, já que, atendendo à atitude de confronto e litigância que a CGTP habitualmente assumia, contrária à celebração de acordos, sem a UGT não haveria, de facto, diálogo e concertação social no nosso País.

Este diálogo ‘para fora’, com os diversos actores externos, implicou um permanente diálogo e negociação ‘para dentro’, com os vários órgãos da UGT, de forma a consensualizar as posições da Central, o que nem sempre foi óbvio ou fácil, considerando as tendências presentes no seu seio, para além da normal divergência de opiniões e de posições dentro das instituições.

Por tudo isto, o posicionamento da UGT, diretamente e através dos seus sindicatos, na sociedade portuguesa, quer tomando a iniciativa quer pela abertura demonstrada à concertação, fizeram da Central uma força omnipresente e imprescindível na construção de consensos e da Concertação Social em Portugal.

* * *

A concertação social, criada em 1984 e desde agosto de 1991 alojada no CES como comissão autónoma, foi fazendo o seu caminho e a resposta à pergunta se «há futuro para a concertação social?»³³ só pode ser respondida positivamente. O modelo escolhido, fruto das circunstâncias e das permanências estruturais e culturais do País, pode não ter sido o mais eficaz. Mas, em boa verdade, apesar das divergências e da dureza de que se revestiram as negociações de alguns dos acordos aprovados, tem constituído um decisivo contributo da sociedade civil, um esteio da solidez das instituições da República e um importante pilar da estabilidade política e da paz social que o País, apesar de todas as crises, tem conseguido preservar nas últimas três décadas. E, justiça seja feita, também apesar das dificuldades internas e externas pelas quais foi passando, a UGT foi parte decisiva desse sucesso, dando provas de uma persistência assinalável. Nesta perspetiva, nunca desistiu de ser um baluarte da defesa dos

interesses dos trabalhadores nem de afirmar os valores do sindicalismo democrático onde genérica e umbilicalmente se encontra incrustado e onde sobressai a vontade de construir uma sociedade mais igualitária e mais justa, negociando com as outras partes para chegar a um compromisso. Em suma, para ocupar o imprescindível lugar que, também nessa sede, por direito lhe pertence.

DEPOIMENTOS

ANTÓNIO BAGÃO FÉLIX

Tive oportunidade de me relacionar intensamente com a UGT e seus dirigentes em áreas laboral e socialmente relevantes da governação: como Secretário de Estado da Segurança Social (1980-1983), como Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional (1987-1991), ministro da Segurança Social (2002-2004) e ministro das Finanças e Administração Pública (2004-2005).

Tempos diferentes, assuntos distintos, contextos evolutivos. Em todos eles, entendi o papel da UGT como essencial para a construção positiva do diálogo e concertação sociais, para o futuro sustentado e socialmente harmonioso do nosso País e, enfim, para a procura incessante do bem-comum.

Nesses anos, vi na UGT uma central sindical democrática que escutava e respeitava perspectivas e soluções diferentes ou mesmo divergentes, que assumia, com frontalidade e independência política, as suas posições, partindo para a discussão e negociação dos assuntos sem preconceitos limitativos e aberta à busca de compromissos em que o resultado fosse superior (para o país) à mera soma dos interesses das partes. Para isso, jamais me apercebi de que a UGT tivesse de renunciar aos seus princípios fundacionais.

Destaco, aqui, dois pontos na minha relação com a UGT: o Código de Trabalho e a cooperação no domínio dos Centros Protocolares de Formação Profissional. Quanto ao primeiro, enfrentei um duro e difícil empreendimento, com muitas divergências, mas que com boa-fé negocial, persistência e maturidade da parte da direção da central foi possível acordar a

primeira versão legislativa do Código do Trabalho, acabando com uma legislação avulsa, retalhada, incoerente e de diferentes regimes e momentos políticos. Além de mais, a procura de um acordo foi uma posição corajosa e profundamente responsável, face à posição da outra central sindical e à greve geral por esta promovida. Em política social e laboral, não há ótimos sociais, mas pode e deve haver boas soluções na moderação das divergências. Houve quem tivesse visto nos consensos alcançados, vencedores e derrotados, recuos e cedências, como se se tratasse de um jogo de xadrez onde o objetivo é o xeque-mate de uma qualquer parte. O certo é que não houve contabilidade enviesada de negociação. Por isso, o resultado final foi superior à soma da posição das partes, como uma expressão de amadurecimento político, social e laboral. Ficou provado que, com muita vontade, autenticidade nos propósitos, firmeza reformista e persistência no método é possível obter bons resultados em nome do interesse geral e do bem comum.

Quanto ao segundo, tratou-se de construir um pilar essencial para a qualificação dos trabalhadores e para o aumento da produtividade, num ambiente solidário e renovado de gestão da formação de jovens e adultos.

Durante estes anos, vi na UGT um parceiro que sempre entendeu a concertação como um ativo público que permite dar grandes passos em frente e que promoveu a ideia de que a cultura e a prática de negociação saudável, mesmo que dura e incisiva, é mais proveitosa que a prática de pura confrontação.

Ainda voltando ao Código do Trabalho, refiro alguns pontos, onde nem sempre houve consenso de meios, mas que sempre vi e respeitei como trave-mestras de uma central sindical virada para o futuro e não paralisada pelo imobilismo. Assim:

- A ideia de cooperação solidária no seio da empresa. De facto, é necessário não esquecer que entre o empregador e o trabalhador há a empresa. Que entre a empresa e o emprego há o trabalho. Que entre o empregador e a empresa há a responsabilidade social;
- O justo equilíbrio entre competitividade económica, personalismo laboral, coesão social e justiça distributiva;
- A modernização das nossas empresas e da nossa economia tendo em atenção as exigências da mundialização das trocas, da deslocalização empresarial e do enquadramento europeu;

- A necessidade de responder a novas formas de trabalho e a novas categorias de trabalhadores, como sejam os que trabalham a tempo parcial, os tele-trabalhadores, os jovens pais e mães trabalhadores, as situações de cedência ocasional ou de trabalho temporário, os trabalhadores deficientes ou com menor capacidade, bem como a consideração específica das empresas de menor dimensão, em regra boas geradoras de novos empregos;
- A justa, responsável e harmoniosa conciliação entre direitos e deveres de todas as partes no seio das empresas;
- A contribuição para um dos mais decisivos desafios de uma economia humana e humanizada: a melhor partilha entre o trabalho, a família e os tempos livres das pessoas;
- O reconhecimento da adaptabilidade, da flexibilidade e da organização do tempo de trabalho como fatores imprescindíveis numa economia em permanente mutação empresarial, gestonária e profissional;
- O reforço e revitalização da contratação coletiva, como sede, por excelência, da livre e responsável formação de vontade das partes, eliminando bloqueios ao seu ajustamento e desenvolvimento, como, aliás, é a regra nos países mais desenvolvidos da Europa;
- A salvaguarda da efetividade da lei e da defesa do Estado de Direito, que erradique o sentimento de impunidade resultante do acentuado grau de incumprimento das normas laborais, desincentive formas de emprego clandestinas, previna abusos, sancione irregularidades e penalize a irresponsabilidade, o desleixo e o absentismo;
- A consideração da formação profissional, do reforço de condições de higiene, saúde e segurança laboral como investimentos estratégicos e verdadeiros ativos das empresas e dos trabalhadores e não como meros exercícios formais sem consistência.

Enfim, a UGT tem consciência de que o mundo do trabalho e o contexto da sociedade exigem respostas novas para novas questões. Tem-no feito, na minha opinião, alargando o espectro das suas atividades e dos seus objetivos. Com obstáculos internos e externos, com o imperativo de renovação e «aggiornamento» do sindicalismo, mas também com estudo, seriedade, independência e qualificação.

JOSÉ ANTÓNIO VIEIRA DA SILVA

Vivemos um momento de grandes desafios sociais e económicos no plano nacional e de grandes incertezas no plano europeu e global, as quais terão necessariamente impacto no nosso país.

Ao mesmo tempo, as mudanças estruturais e tecnológicas colocam desafios sem precedentes às empresas, com impacto nos direitos e relações laborais e nos métodos tradicionais de representação e negociação de trabalhadores e empregadores.

Em todos estes desafios há um lugar insubstituível para o movimento sindical em todas as dimensões da sua ação. Um diálogo social bem-sucedido, nas suas diversas componentes, pode ser um importante acelerador na construção das respostas aos desafios que coletivamente enfrentamos.

A postura dialogante, a persistente procura de soluções concertadas é da maior importância, sobretudo no momento em que nos encontramos, em que a globalização intensificou a concorrência, acelerou o ritmo das transformações tecnológicas, gerou novas interdependências, aumentou as desigualdades, tornou os mercados ainda mais segmentados.

O atual ambiente de mudança – exigente e com grande potencial disruptivo – deve implicar que os parceiros sociais sejam capazes de assumir um papel social de maior relevo, que não sejam meros porta-vozes de grupos setoriais, porque a amplitude e complexidade dos desafios que temos em mãos exigem mais do que soluções setoriais. Requerem, sim, forte ambição e uma visão integrada e de longo-prazo que contemple e saiba dar resposta às múltiplas questões setoriais.

O Governo de que faço parte conta com a UGT para que seja um agente ativo destas respostas. E o país conta com a UGT para continuar a desempenhar um papel-chave no diálogo social em Portugal. Na sua independência mas também no seu compromisso cívico com o progresso e a coesão, o sindicalismo que a UGT representa será decerto um pilar da resposta às exigências do futuro.

Também no plano europeu, a UGT tem sido um protagonista constante do empenhamento de Portugal na ambição de construir uma União Europeia onde a competitividade económica se funde com um modelo

social onde a liberdade, os valores democráticos e a luta pela coesão e pela igualdade são referências maiores. Uma União Europeia que nasceu e se desenvolveu também sob a influência determinante do papel do diálogo social.

Conhecemos e valorizamos o empenhamento da UGT no projeto europeu, conhecemos a maneira como se revê nessa dimensão decisiva do modelo social europeu que o diálogo social representa. Confiamos na sua determinação como agente ativo na construção das respostas que urgem. Na construção de políticas europeias que promovam a convergência, que preservem a dimensão universalista e inclusiva e que possam afirmar o pilar dos direitos sociais como pedra basilar do projeto europeu.

A UGT tem uma história de permanente presença no esforço de concertação social e estou certo que assim continuará a ser.

JOSÉ SILVA PENEDA

A UGT pede-me um depoimento sobre o período 1990/2010, com base na minha experiência de contacto com a Confederação Sindical, especialmente tendo em conta as funções à época de Ministro do Emprego e da Segurança Social.

A primeira observação que me ocorre é que o início da década de noventa foi muito rico na consolidação da concertação social no nosso País e a UGT teve um papel determinante nesse processo.

Nos finais da década de oitenta participei nos primeiros acordos de concertação social negociados no então chamado Conselho Permanente de Concertação Social, sendo que o primeiro data de 1987 e intitulou-se «*Recomendação sobre Política de Rendimentos*» e o segundo já foi designado de «*Acordo sobre Política de Rendimentos para 1988*».

O Acordo Económico e Social assinado no mesmo Conselho em 19 de outubro de 1990 por todos os parceiros sociais, com exceção da CGTP, é o primeiro grande acordo de concertação social do nosso País e representa de facto um marco histórico principalmente por duas razões. Em primeiro lugar, porque foi possível obter um compromisso, logo dois anos após uma greve geral e, em segundo lugar, pela amplitude das matérias abrangidas naquele acordo.

Vale a pena atentar na dimensão e profundidade das matérias tratadas nesse acordo, que se dividiu em duas partes. A primeira diz respeito à política de rendimentos e preços, em que foi incluída uma recomendação para a contratação coletiva, bem como a definição quantificada de rendimentos mínimos e prestações sociais. A segunda parte aborda a política económica e social, abrangendo os seguintes temas: proteção e segurança social; antecipação da idade legal de reforma para trabalhadores com profissões de rápido desgaste físico e psíquico; extensão ao cônjuge sobrevivente do direito à pensão de sobrevivência. Foi também acordado a aplicação dos regulamentos comunitários visando assegurar a proteção social dos agricultores e assalariados agrícolas, designadamente em caso de reforma antecipada.

O acordo abrangeu ainda os seguintes temas: regime jurídico da pré-reforma; proteção social nos casos de reestruturação de setores; higiene, segurança e saúde no trabalho; educação e formação profissional; lay-off; trabalho de menores; regime de trabalho em comissão de serviço; negociação coletiva; período experimental; fiscalização e justiça no trabalho; redução e organização do tempo de trabalho; trabalho suplementar; cessação do contrato de trabalho por inadaptação; e ainda, a dinamização do setor habitacional.

Na sequência deste acordo foi criada uma dinâmica muito interessante de negociação permanente que conduziu à assinatura de mais dois acordos, subscritos em julho de 1991 por todos os parceiros sociais, incluindo a CGTP, um sobre Política de Formação Profissional e outro sobre Segurança, Higiene e Saúde.

Já em fevereiro de 1992 os parceiros sociais, com exceção da CGTP, acordaram num texto sobre Política de Rendimentos.

Deste modo, acabei por ser interveniente ativo no início do processo de concertação social já que estive diretamente envolvido nos primeiros seis acordos negociados e acordados em sede de concertação social e nos quais é conhecido e reconhecido o papel fundamental que a UGT teve nesse processo. Diria mesmo que a UGT, com o papel desempenhado nos primeiros anos de concertação social, soube construir um património que faz parte do seu ADN, qual seja a procura do diálogo como forma primeira na busca de soluções para os problemas e desafios com que o País se depara.

Na década de noventa, na sequência da revisão constitucional de 1989, foi criado o Conselho Económico e Social, através da Lei 108/91, de 17 de agosto e do Decreto-lei 90/92, de 2 de maio, processo em que participei de forma ativa e para o qual a UGT colaborou com observações de grande valia. A UGT, além de ao longo desta década ter-se afirmado como um parceiro ativo nos processos de negociação em sede de concertação social, não o foi menos no desenho institucional que conduziu à implementação do Conselho Económico e Social e da Comissão Permanente de Concertação Social.

Embora tenha saído do governo em meados da década de noventa, continuei a acompanhar de forma interessada as atividades relacionadas com a concertação social e até 2010 noto que foram negociados e acordados mais dez acordos sobre diferentes matérias e em todos eles a UGT deixou bem registada a sua marca identitária.

Trabalhei com os Secretários Gerais da UGT da época, José Manuel Torres Couto e João Proença. Sendo personalidades distintas, guardo deles boas recordações, mesmo nos momentos mais tensos que aparecem sempre em processos de negociação complexos, como foram alguns em que intervimos e conjuntamente fomos capazes de superar.

A partir de 2010 continuei a conviver com a UGT na qualidade de Presidente do Conselho Económico e Social e até 2015 também a experiência, não só foi muito enriquecedora, mas também muito gratificante e mais uma vez testemunhei que a UGT continuou fiel ao seu ideal na busca de sólidos compromissos com o governo e com todos os outros parceiros sociais.

CRONOLOGIA POLÍTICO-SINDICAL

Para a realização desta cronologia utilizaram-se diversos órgãos de comunicação social, nomeadamente o *Diário de Notícias*, o *Diário Económico*, o *Expresso*, o *Jornal de Negócios*, o *Jornal de Notícias*, *O Independente*, o *Público*, o *Semanário* e ainda o *El País*.

1990

- 10 de janeiro – Conselho de Ministros decide atualizar os valores do salário mínimo nacional fixando-os em 35 mil escudos para o setor da indústria, comércio e serviços. 34.500 contos para a agricultura e 28 mil escudos para o serviço doméstico. UGT e CGTP consideram aumentos insuficientes.
- 12 de janeiro – Patrões e centrais sindicais podem formar ‘frente comum’ contra Governo – Presidente da CIP, Pedro Ferraz da Costa, estabelece contactos telefónicos com os líderes da UGT e CGTP, Torres Couto e Carvalho da Silva, combinando um encontro entre as organizações para agirem em conjunto e de forma organizada contra o Governo de forma a que não seja extinto o Conselho Permanente de Concertação Social. Torres Couto e Carvalho da Silva aceitam o convite.
- 14 e 15 de janeiro – Numa reunião realizada em Sesimbra, Torres Couto propõe à UGT que a Central faça um apelo público a Mário Soares no sentido de se candidatar a um 2.º mandato como Presidente da República. Daqui sai também a recusa a um Acordo sobre Política de Rendimentos para 1990.
- 20 de janeiro – Governo declara pretender extinguir Conselho de Concertação Social. A proposta de extinção consta de um documento da presidência do Conselho de Ministros entregue a 17 de janeiro aos parceiros sociais. Apresenta

- uma anteposta de lei sobre a organização e funcionamento do Conselho Económico e Social, substituindo também as funções dos conselhos do Plano, Rendimentos e Preços, e de Concertação Social.
- 22 de janeiro – Cavaco Silva, Primeiro-ministro, reúne com a UGT e manifesta disposição de não extinguir o Conselho Permanente de Concertação Social e discutir a articulação com o futuro Conselho Económico e Social.
- 26 de janeiro – Greves totais e parciais atingem de novo aviões da TAP, comboios e barcos da CP.
- 27 de janeiro – Torres Couto ameaça não participar no Conselho Económico e Social (CES) se o Governo não modificar a quota que reservou aos sindicatos.
- 27 e 28 de janeiro – Reunião do Conselho Geral da UGT. Elisa Damião desafia Torres Couto, colocando algumas questões sobre as tarefas que lhe foram confiadas por este Conselho. O Secretário-Geral conseguiu estabilizar as divergências mostrando-se confiante no desempenho de Elisa Damião.
- 30 de janeiro – Cimeira entre UGT, CGTP e Conselho Nacional das Empresas Portuguesas (CNEP) na sede do Conselho Permanente de Concertação Social. Decidida a adoção de uma posição conjunta face à proposta do executivo sobre o futuro Conselho Económico e Social.
- 6 de fevereiro – UGT e CGTP recusam proposta do Governo para redução do horário de trabalho semanal para 44 horas, sustentando que deverá ser fixado em 40 horas.
- 8 de fevereiro – UGT emite comunicado rejeitando a criação de uma terceira central sindical, acusando-a de artificial.
- 9 de fevereiro – Segunda Cimeira na sede do CPCS, CIP, CAP e CCP propõem às centrais sindicais uma revisão global da legislação de trabalho. UGT e CGTP rejeitam a proposta. As centrais sindicais dispõem-se a elaborar um documento a apresentar na cimeira a realizar dia 20 de fevereiro.
- 14 de fevereiro – Reunião entre UGT e CGTP para afinar os últimos pormenores do documento a apresentar às entidades patronais para serem discutidas na Cimeira de 20 de fevereiro.
- Continuam as greves dos Controladores de Tráfego Aéreo, levando o Conselho de Ministros a decretar a requisição civil dos controladores aéreos, contrariando recomendações da OIT.
- 19 de fevereiro – UGT e CGTP entregam à CIP, CAP e CCP um documento de cinco páginas com algumas condições consideradas prioritárias para a modernização da economia.

- 20 de fevereiro – Terceira Cimeira entre CIP e centrais sindicais. O Presidente da CIP ataca dirigentes da UGT, nomeadamente João Proença e Elisa Damião e vice-versa. Acordo entre sindicatos e patronato comprometido.
- 1 de março – UGT e CGTP reúnem-se novamente com a CIP, CAP e CCP na sede do CPCS para ultrapassar os obstáculos surgidos na última cimeira. Patronato apresenta documento de 14 páginas e é mal recebido pelos sindicatos, que recusam trocar direitos por melhores salários e mostram-se muito céticos relativamente à possibilidade de um acordo. UGT e CGTP ficam de apresentar uma contra-proposta.
- 6 de março – 11 Sindicatos independentes, afetos à UGT, constituem a Federação Nacional de Transportes.
- 9 de março – Reunião de emergência, do Secretariado Nacional da UGT. Torres Couto ameaça romper negociações com o patronato. Reivindica aumentos salariais de 4 a 5% e 40 horas de trabalho semanais. UGT admite mesmo uma greve geral se o Governo tentar alterar pacote laboral, introduzindo a alínea que visa o despedimento de trabalhadores sem justa causa.
- 10 de março – UGT defende a convivência entre os dois conselhos, o Económico e Social e o de Concertação.
- 14 de março – Confederações patronais (CNEP) reúnem-se pela 6.^a vez com a UGT e CGTP na sede do CPCS para apreciar a proposta conjunta das Centrais Sindicais sobre os aumentos salariais, redução dos horários de trabalho e livre negociação e formação profissional. Negociações falham.
- 15 de março – Governo desmente a existência de um anteprojeto de nova legislação laboral e da lei dos despedimentos. Torres Couto escreve carta a Cavaco Silva para convocação urgente do Conselho Permanente de Concertação Social.
- 18 de março – UGT considera que as GOP – Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado estão já desajustados e completamente postos em causa, devido aos resultados da taxa de inflação de fevereiro.
- 19 de março – Maquinistas da CP perfazem o 57.^o dia de greve parcial por aumento de salários, reformas antecipadas e novo regulamento de carreiras.
- 6 de abril – Realiza-se a primeira reunião do Ministro das Finanças, Miguel Beza, com a UGT. Torres Couto discute a política orçamental, as privatizações, as questões de ordem social, a definição da política de rendimentos e a questão da União Económica e Monetária.
- 7 de abril – Silva Peneda, Ministro do Emprego, em entrevista à TSF, considera que a fusão das duas centrais sindicais pode ser positiva.

- 9 de abril – UGT está interessada no investimento na Guiné-Bissau, designadamente nos setores das pescas, agricultura, turismo e formação profissional.
- 10 de abril – Torres Couto protagoniza uma polémica ao aludir a uma eventual fusão das duas centrais sindicais. Surpreende todos com essa intenção. Sociais-democratas e parte dos socialistas estão contra. A CGTP rejeita a intenção de fusão.
- 13 de abril – Elisa Damião, dirigente sindical da UGT, responsável pelo setor do trabalho do PS, afirma que o anúncio feito por Torres Couto da possibilidade de unificação das duas centrais sindicais foi precoce e não foi debatido nos órgãos da UGT.
- 1 de maio – UGT e CGTP celebram separadas em todo o País. Torres Couto revela que quer central única até ao ano 2000. Propõe também celebração de um pacto social para os anos 90.
- 4 de maio – Direção da CGTP formaliza por carta a proposta de uma ação conjunta na última semana de junho pela redução da jornada de trabalho e espera também marcar uma reunião com a UGT para Torres Couto confirmar as suas intenções relativamente a uma ‘fusão’ das duas centrais.
- 18 de maio – UGT propõe novo pacto. Torres Couto sugere aos parceiros sociais e Governo novo ‘pacto de progresso’ participado e partilhado.
- 25 de maio – Sindicato dos Seguros do Norte passa a ser dirigido por uma coligação de comunistas e socialistas e põe termo a um «reinado» de 12 anos de sociais-democratas,.
- 2 de junho – UGT confirma financiamentos da Fundação alemã Friedrich Ebert, canalizado pela fundação José Fontana e destinado a apoiar a ‘formação sindical’.
- 2 de junho – Os trabalhadores sociais-democratas ameaçam sair da UGT caso se repitam as alianças PS/PCP no âmbito dos sindicatos.
- 25 a 30 de junho – Jornada nacional de luta pela redução do horário de trabalho, uma iniciativa conjunta entre a UGT e a CGTP. Reuniões entre as duas centrais são realizadas na sede do Conselho Permanente de Concertação Social.
- 9 de julho – Última reunião das duas centrais sindicais na sede do CPCPS. As futuras cimeiras serão realizadas alternadamente, na sede de cada uma das organizações. Torres Couto propõe o Pacto de Progresso Partilhado e Participado e pede à Inter uma contribuição para o seu aprofundamento. As duas organizações estabelecem um calendário de reuniões conjuntas, sobre a evolução da economia, contratação coletiva e segurança social.

- 27 de julho – Nova reunião entre as duas centrais para preparar eventuais ações conjuntas a partir de setembro, no CPCS.
- 22 de agosto – UGT e CGTP não aprovam o novo programa económico PESAN – Progresso Económico e Social para os anos 90. UGT considera que o documento governamental é omissivo em matéria de segurança social, educação e formação profissional e também no que diz respeito ao exercício dos direitos coletivos e ao reforço do papel dos parceiros sociais.
- 25 de agosto – Governo apoia o Programa de Apoio à Contratação (PAC/90) para incentivar o emprego dos trabalhadores em situação de desemprego de longa duração e jovens desempregados através de contrato de trabalho sem termo.
- 28 de agosto – Torres Couto volta a afirmar que a fusão entre as duas centrais sindicais pode estar para breve.
- 4 de setembro – Reunião do Conselho Permanente de Concertação Social, onde Torres Couto e Carvalho da Silva deixaram transparecer a ideia de que o Governo, através do ministro das Finanças, evidenciara pouca convicção na negociação de um acordo para os anos 90, parecendo não querer assumir responsabilidades a longo prazo.
- 10 de setembro – UGT e CGTP concordam em reclamar os mesmos valores para o salário mínimo nacional, pensões de reforma e abono de família. O valor exigido é de 42,5 mil escudos.
- 14 de setembro – Reunião do Secretariado Nacional da UGT onde existem algumas divergências entre os que defendem um acordo económico e social com o Governo (ala dos sociais-democratas e alguns socialistas) e os que consideram que um pacto social será um importante trunfo eleitoral do Governo do PSD.
- 15 de setembro – Governo e os parceiros sindicais dão passos para celebração de um acordo económico e social.
- 21 de setembro – Reunião na sede do CPCS sobre o Pacto Social. Está presente o secretário de Estado do Tesouro. As negociações sofrem um impasse quando se entra na problemática dos salários. Os patrões admitem a hipótese de um aumento salarial para esse ano até aos 17%. CGTP reclama 17,5%, mais 1 ponto percentual que a UGT.
- 24 a 28 de setembro – Ronda de negociações conjuntas na função pública. As duas centrais decidem preparar uma estratégia conjunta, com a perspetiva de uma greve nacional da administração pública.

- 2 de outubro – As Comissões negociadoras das frentes sindicais da Administração Pública ligadas à CGTP e UGT, reúnem-se em Lisboa e tecem ‘sérias críticas’ à atuação do Governo nas negociações salariais em curso. As duas estruturas ‘rejeitaram’ firmemente as propostas governamentais.
- 5 de outubro – Conselho Geral da UGT mandou o secretariado executivo da Central para assinar o acordo social com o Governo e outros parceiros sociais.
- 13 de outubro – UGT e CGTP reúnem-se com Cavaco Silva, Primeiro-ministro. As duas centrais sindicais defendem um aumento salarial de 15%, o Governo não está disposto a ir além dos 13,5 ou 14%. As entidades patronais não se pronunciaram sobre os valores.
- 15 de outubro – Governo reúne com as confederações empresariais e sindicais para tentar ultrapassar o impasse criado em torno do acordo social para 1991.
- 17 de outubro – Sindicatos e Governo chegam a acordo sobre as 40 horas semanais de trabalho, a regulamentação do trabalho domiciliário e o combate ao trabalho infantil.
- 19 de outubro – Acordo Económico e Social – Política de rendimentos e preços. Política Económica e Social. (Conselho Permanente de Concertação Social). Pacto Social assinado pelo Governo, UGT, CIP e CCP. Não o aprovam a CAP e a CGTP.
- Novo pacote laboral garante a sobrevivência do Conselho de Concertação e entre outras medidas, o acordo determina ainda que o salário mínimo (pela primeira vez comum à agricultura e indústria) passa para 40.100 escudos.
- 22 de outubro – Pacto social divide a CGTP ao meio. Dez votos a favor da assinatura e dez contra.
- 10 de novembro – José Brandão, presidente do SITRA/UGT declara guerra a Torres Couto. Acusações de corrupção por parte de Brandão levam a que a Procuradoria-geral da República tome a decisão de investigar.
- 17 de novembro – ‘Caso Brandão’ abre crise nas relações UGT/PS. José Brandão insiste em afirmar que a UGT recebeu verbas para a formação profissional como contrapartidas por ter assinado o Pacto Social.

1991

- 5 de janeiro – Governo anuncia o investimento a fazer no Programa de Inserção de Jovens na Vida Profissional (IJOVIP) para 1991: 5,7 milhões de contos, beneficiando 12.800 jovens.

- 11 de janeiro – 50% dos trabalhadores portugueses estão sindicalizados, segundo estudo do Ministério do Emprego. Criação da UGT em 1979 permitiu ‘revitalizar a sindicalização’ mas dos 19 maiores sindicatos em 1986, 15 eram filiados na CGTP.
- 4 de janeiro – No âmbito do CPCS, a UGT pede uma entrevista a diversos membros do Governo, designadamente responsáveis pela Educação, Saúde e Habitação.
- 24 de janeiro – PS vence na Lisnave – A lista B, afeta ao PS e apoiada pela UGT, venceu as eleições para a Comissão de Trabalhadores da Lisnave. A lista vencedora obteve 1609 votos, enquanto a lista conotada com o PCP e apoiada pela Inter alcança 1364 votos. A lista C da UDP consegue apenas 94 votos. Desde 1986 que os socialistas são maioritários na CT dos estaleiros.
- 26 de janeiro – Torres Couto anuncia a reestruturação da UGT. Líderes dos sindicatos filiados e os membros do secretariado executivo reúnem-se na sede da Central para a reflexão da reestruturação da UGT, onde Torres Couto defende uma profunda reorganização dos órgãos dirigentes da central.
- 13 de fevereiro – Torres Couto, João Proença e Henrique Coelho estão na Alemanha para um encontro com Heinz Meyerm presidente da DGB, a central alemã e a maior organização sindical da Europa Ocidental. A UGT solicita o apoio da DGB para inviabilizar um eventual convite à CGTP para participar, como observadora, no congresso da Confederação Europeia dos Sindicatos – CES, que vai decorrer no mês de maio, no Luxemburgo.
- 4 de março – Mário Soares, presidente da República, envia ao Tribunal Constitucional o pedido de fiscalização preventiva da constitucionalidade do diploma que estabelece a cessação do contrato de trabalho por inadaptação.
- 6 de março – Torres Couto e João Proença não estão presentes na reunião com a direção do PS e evitam encontro com Jorge Sampaio, mostrando o seu desagrado pela votação do PS contra o pacote laboral assinado pela UGT.
- 9 de março – Eleições para o Sindicato dos Bancários do Sul provoca uma divisão na UGT com Torres Couto e Pereira Lopes a apoiarem listas opostas.
- 21 de março – Tribunal Constitucional chumba Pacote Laboral.
- 23 de março – UGT veta a participação da CGTP no congresso da CES – Confederação Europeia dos Sindicatos.
- 6 de abril – Torres Couto como deputado europeu apresenta uma queixa junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e da Comissão Europeia, contra o BCP sobre a alegada existência de uma política de discriminação das mulheres no regime de contratação de pessoal adotado pelo banco.

- 8 de abril – Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego condena discriminação no BCP, tendo sido confirmado pelo Ministério do Emprego.
- 12 de abril – CGTP não consegue aprovação para participar no congresso da CES – Confederação Europeia dos Sindicatos. CES vetou participação.
- 17 de abril – Torres Couto em nome da UGT e do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas formaliza junto da Comissão Europeia e do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades, uma queixa, responsabilizando o Estado português pela existência, em Portugal, de instituições que funcionam à margem das diretivas comunitárias assinadas pelos Doze.
- 23 de abril – As eleições para o Sindicato dos bancários do Sul e Ilhas, o maior e mais rico sindicato, são ganhas pela coligação entre socialistas e comunistas, repetindo a vitória de há três anos. PSD tem o pior resultado.
- 25 de abril – Seis sindicatos da UGT criam frente comum na CP, com o nome UGT/Ferroviários.
- 4 de maio – Estudo inédito do Ministério do Emprego revela que a CGTP representa 57% dos trabalhadores sindicalizados, enquanto a UGT conta com 33%. A UGT teve um aumento nos últimos anos; em 1984/85 representava apenas 21%.
- 6 a 10 de maio – UGT e CGTP pretendem conhecer o estudo divulgado pelo Ministério do Emprego visto que os números não parecem merecer credibilidade junto das respetivas direções. O secretário-geral da UGT propõe votação secreta nos locais de trabalho.
- 12 de maio – João Proença é reeleito presidente do Secretariado Nacional do Sintap (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública) no IV Congresso do sindicato.
- 27 de maio – Torres Couto desencadeia uma nova ofensiva contra o BCP junto dos tribunais comunitários.
- 12 de junho – Pacote laboral aprovado na AR. Algumas medidas aprovadas: inadaptação passa a ser motivo de cessação do contrato individual de trabalho, e as férias poderão ser parcialmente substituídas por compensação financeira.
- 25 de junho – Manifestação de Apoio aos Polícias promovida pela CASP (Comissão de Apoio ao Sindicalismo Policial) em que participam mais de 5.000 polícias em Lisboa e usam da palavra, entre outros, Carvalho da Silva e Torres Couto. Conselho de Ministros dos Assuntos Sociais da Comunidade Europeia, por proposta da comissão, declara o ano de 1992 ‘Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho’.
- 15 de julho – UGT, encabeçada por Torres Couto, reunida com Cavaco Silva pede

- soluções urgentes para o setor têxtil, dada a existência de numerosas empresas em dificuldades e de trabalhadores desempregados ou com salários em atraso.
- 27 de julho – CGTP decide quais os acordos que deverão ser firmados no dia 30 de julho no Conselho Permanente de Concertação Social.
- 30 de julho – UGT assina Acordo de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho no contexto da execução do Acordo Económico e Social celebrado em 19 de outubro de 1990.
- 31 de julho – UGT assina Acordo de Política de Formação Profissional no contexto da execução do Acordo Económico e Social celebrado em 19 de outubro de 1990.
- 17 de agosto – Publicada a Lei 108/91, que institui o CES – Conselho Económico e Social.
- 19 de outubro – Portugal perde batalha no têxtil. A 12.^a sessão da Comissão das Indústrias Têxteis da OIT reunida em Genebra não incluiu nas suas conclusões a proposta da delegação portuguesa no sentido de não serem aceites na Europa e demais países desenvolvidos produtos têxteis oriundos de países que não respeitem condições socio-laborais mínimas.
- 26 de outubro – Salários em atraso aumentam em 77% em seis meses e anunciam maior desemprego.
- 31 de outubro – Tomada de posse do XII Governo Constitucional, que tem como primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva e como ministro do Emprego e da Segurança Social, José Silva Peneda (José Falcão e Cunha a partir de 8 de dezembro de 1993).
- 22 de novembro – Peter Seideneck, responsável pelos assuntos europeus da Central sindical alemã, DGB, e o secretário-geral da Confederação Europeia dos Sindicatos – CES, o italiano Emilio Gabaglio, visitam a UGT e numa conferência proferida na sede dizem que a CGTP devia pertencer à CES.
- dezembro – Central sindical alemã, DGB, intercede junto da UGT para que apoie a entrada da CGTP na Confederação Europeia dos Sindicatos – CES.
- 3 de dezembro – Reunião das direções da UGT e CGTP: abertura de um período de tréguas no quadro da presidência das Comunidades Europeias, para unidas, defenderem as questões de âmbito social. Torres Couto anuncia ainda que a CGTP poderá contar com o apoio da UGT para entrar na Confederação Europeia de Sindicatos.
- Plenário do CPCS. Cavaco Silva desafia os parceiros para reeditarem o exercício de negociação de 1990, de que saiu o Acordo Económico e Social. As associações patronais subscrevem este Acordo de 1991 e a UGT manifesta-se

disposta a aceitar o desafio do primeiro ministro, apesar de alguma discordância quanto ao apertar o cinto na administração pública. A CGTP é aqui também que discorda e rejeita a necessidade de uma política de contenção salarial e desfaz-se o acordo entre UGT e a CGTP.

- 4 de dezembro – Cavaco Silva apresenta aos parceiros sociais a proposta do Governo para controlar a inflação em 1992. Governo pretende reduzir taxa de inflação até aos 7 ou 8%. Torres Couto apesar de considerar esta meta ‘extremamente ambiciosa’, reservou a sua apreciação para depois de conhecer o plano estratégico do Governo para a prossecução desta política. UGT e CGTP manifestam, mais uma vez, posições diferentes em relação às propostas do Governo.
- 14 e 15 de dezembro – Conferência sindical da Inter – União Soviética divide CGTP e pela primeira vez derrota posição do PCP naquela central.

1992

- 1 de janeiro – Liberdade de circulação de trabalhadores na Comunidade Europeia, com exceção do Luxemburgo. CIP – Confederação da Indústria Portuguesa coloca algumas reservas à circulação de trabalhadores.
- 3 de janeiro – Governo propõe na reunião do CPCS aumentos salariais até aos 9%, limite rejeitado pelas centrais sindicais. O Pacto Social para 1991, contemplava aumentos médios da ordem dos 13,5%. A UGT reivindica um aumento de salário mínimo para 46.500 escudos e a CGTP para 50 contos.
- 14 de janeiro – UGT reúne com o Governo, nomeadamente com Manuela Ferreira Leite e Jorge Seabra (reunião bilateral). UGT, através de Torres Couto, revela que não aceita as propostas do Governo e não há acordo face aos aumentos propostos pelo executivo de 9,5% para o referencial de negociação coletiva e de 7% para o aumento salarial para a Administração Pública. UGT insiste nos 12% para o primeiro caso e 9,5% para o segundo.
- 15 de janeiro – Reunião do conselho coordenador da Concertação Social não se realiza, devido à posição frontal da UGT contra as propostas apresentadas pelo Governo.
- 17 de janeiro – Greve conjunta (UGT e CGTP) no setor têxtil e de vestuário.
- 1 de fevereiro – Com a anuência da UGT, a CGTP passa a integrar a Confederação Europeia de Sindicatos (CES).
- 9 de fevereiro – UGT está disponível para dar o ‘sim’ à concertação social, caso se consiga negociar um aumento de 11,5% para a contratação coletiva global.

- 15 de fevereiro – Soares e Guterres pressionam Torres Couto para não assinar o acordo. Cavaco Silva dá mais 2% à Função Pública mas tem oposição da CIP. Acordo de Política de Rendimentos para 1992. Acordo salarial é assinado pelo Governo, UGT e patronato. Governo cede nos 10% de aumento salarial para a Função Pública e o referencial para 10,75% no 1.º quadrimestre e depois 9,75%. O salário mínimo de 44.500 escudos para a indústria, comércio, serviços e agricultura, o serviço doméstico é de 33.500 escudos.
- 18 de fevereiro – Greve da Função Pública une UGT e CGTP. TAP, CP, Transtejo e Metropolitano, Câmaras e freguesias, saúde, educação, justiça, recolha de lixo, museus, segurança social e transportes.
- 5 de março – António Guterres e Torres Couto reúnem-se para sanar as divergências que afastaram o PS da UGT, devido ao acordo de Concertação.
- 7 de março – Portugal vai assumir pela primeira vez, na pessoa do ex-ministro Nascimento Rodrigues, a presidência conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entre 3 e 23 de junho, em Genebra, por ocasião da 79.^a sessão da Conferência Internacional do Trabalho.
- 21 de março – Metropolitano bate recorde de greves em 1992, 14 contra 5 em 1986, 1 em 1987, 10 em 1988, 8 em 1989 e 2 em 1991.
- 11 e 12 de abril – Colóquio sobre o futuro do sindicalismo na Europa, organizada pela Fundação Friedrich Ebert, e Torres Couto não comparece. Deveria sentar-se ao lado de Mário Soares e de Carvalho da Silva.
- 25 de abril – 31 greves do Metro em dois meses e conflito sem solução à vista.
- 2 de maio – Governo pretende revisão da lei da greve.
- 21 de maio – Publicado o Decreto-Lei n.º 90/92, que regulamenta o financiamento do Conselho Económico e Social.
- 29 a 31 de maio – VI Congresso da UGT reunido na Feira Internacional de Lisboa.
- 30 de maio – Modelo europeu de Cavaco Silva sob fogo durante o Congresso da UGT. Torres Couto rejeita também alterações à Lei da Greve, CGTP está disponível para uma ação conjunta com a UGT nesta matéria. Pela primeira vez, uma delegação da CGTP assiste aos trabalhos do Congresso da UGT.
- 24 de junho – Governo fura greve nas alfândegas – Um despacho do Ministro das Finanças visou acabar de vez com o bloqueio económico resultante da longa paralisação dos trabalhadores de despachantes oficiais.
- 27 de junho – A UGT e a CGTP não se entenderam quanto à forma como organizar uma manifestação conjunta contra a revisão da lei da greve, coincidindo com o final da presidência portuguesa da CE.

- 8 de julho – Mário Soares, Presidente da República, vai ouvir os sindicatos sobre os projetos de revisão da lei da greve.
- 14 de julho – UGT equaciona abandono da Concertação Social se a Lei da Greve for alterada. Torres Couto em reunião com a direção com o PSD para debater a alteração da Lei da Greve, acusa Cavaco Silva de ser o principal responsável por todo este processo.
- 17 de julho – Aprovada a alteração à Lei da Greve na Assembleia da República. UGT e CGTP reúnem-se na sede da UGT para decidir quando e como se fará uma greve geral. A decisão da greve ficou adiada para setembro devido ao período de férias.
- 18 de julho – UGT e CGTP pedem audiência conjunta ao PR sobre a revisão da lei da greve.
- 12 de agosto – Mário Soares solicita ao Tribunal Constitucional – fiscalização preventiva da constitucionalidade das alterações à lei da greve.
- 24 de setembro – Reunião do Conselho Económico e Social (CES) para acertar as grandes opções do Plano (GOP) para 1993. Inflação entre 5% e 7%. UGT, CIP, CAP e CCP afirmam não conhecer bem o documento.
- 14 de novembro – Parlamento Europeu investiga algumas das verbas atribuídas pela CE à UGT para formação profissional.
- 18 de novembro – Manifestação dos Estudantes do Ensino Superior: mais de dez mil estudantes de todo o País juntaram-se às portas de São Bento contra a lei das propinas.
- 19 de dezembro – UGT e CGTP recusam as propostas governamentais para um aumento salarial, no próximo ano, na ordem dos 5% e não querem assinar o acordo global da Concertação Social.

1993

- 24 de fevereiro – UGT abandona Concertação Social sem que exista acordo de rendimentos e preços para 1993.
- 17 de abril – Vítor Botelho, um dos fundadores da UGT, em carta enviada a Torres Couto, acusa a esmagadora maioria dos sindicatos filiados nesta central sindical de estarem completamente falidos, o que tem proporcionado a proliferação de autênticos «caça-dinheiros» dentro da central sindical.
- 30 de abril – Apesar de mais de 30 milhões de contos destinados à formação profissional se encontrarem congelados desde o início do ano em Bruxelas, devido

- à falta de apresentação das contas de 1991 por parte do Governo português à Comissão da Comunidade europeia, o jornal *O Independente* avança que a UGT recebeu meio milhão de contos para os seus cursos.
- 31 de maio – Torres Couto é eleito para vice-presidência do CES – Conselho Económico e Social.
- 5 de julho – Cavaco Silva presente no CPCS para revelar as conclusões da Cimeira de Copenhaga sobre o combate à crise económica e ao desemprego. O plano de emprego apresentado pela UGT, (numa reunião que aconteceu entre Torres Couto e Cavaco Silva na semana de 1 a 4 de junho), servirá de ponto de partida para a negociação.
- 10 de julho – Torres Couto em entrevista ao *Expresso* defende um Governo de coligação PS-PCP, aberto a outras forças de esquerda, como alternativa ao poder ‘laranja’.
- 23 a 26 de agosto – Parceiros sociais não concordaram com o relatório que o Governo apresentou com as contribuições de Portugal para o Livro Branco Comunitário sobre a estratégia a médio prazo para o crescimento, competitividade e emprego. UGT decide afastar-se das negociações de concertação social, quando o Ministério das Finanças não aceitou que os bancos públicos assinassem um acordo de aumento da tabela salarial de 5,52%, como os privados e aprovou um teto de 5%.
- 18 de setembro – Reunião do Conselho de Concertação Social deveria ter ocorrido no início do mês, ainda não aconteceu devido ao boicote da UGT às negociações, até conseguir uniformizar o aumento salarial.
- 7 de outubro – Mário Soares, pressiona João Proença, líder da UGT, para não subscrever o acordo salarial para o ano de 1994.
- 8 de outubro – João Proença é pressionado por António Guterres para que a Central Sindical não assine com o Governo um acordo de Concertação Social. Torres Couto está inclinado a ceder a Cavaco Silva.
- 13 de outubro – Torres Couto e Silva Peneda reúnem-se para desbloquear o acordo de concertação social. No encontro participa também Pereira Lopes, presidente da UGT. Peneda informa que 1% do IRS podia ser corrigido. Torres Couto mostra-se inflexível quanto ao aumento salarial de 4,5%.
- 19 de outubro – Governo faz chegar aos parceiros sociais uma proposta sobre o pacto social, depois da UGT o ter rejeitado.
- 30 de outubro – Pereira Lopes, presidente da UGT demite-se.
- 10 de novembro – José Veludo, responsável pela gestão da formação profissional

da UGT, acusa o Estado de utilizar um sistema fraudulento contra as empresas que fazem formação.

7 de dezembro – Manifestações dos Estudantes. A «maior manifestação de sempre» com uma participação de entre sete e dez mil estudantes do secundário e do superior, os primeiros contra a reforma e as provas globais e os segundos contra as propinas.

1994

21 de janeiro – UGT promove uma manifestação de rua com uma concentração em frente da sede da CIP e a outra junto ao Ministério do Emprego.

25 de janeiro – Greve nacional da função pública juntou UGT e CGTP, com uma adesão de 85%, de acordo com fontes sindicais.

25 de fevereiro – Silva Peneda, ex-Ministro do Emprego e Segurança Social prometeu dinheiro aos parceiros sociais em 1993, para financiar ações no âmbito do diálogo social, medida aprovada pelo secretário de Estado do Emprego, Pinto Cardoso. Mas agora o ministério recusou a concessão das verbas. Em causa estão mais de 200 mil contos, pedidos pelas centrais sindicais UGT e CGTP (105 mil contos cada). As centrais entretanto já teriam gastado muito deste dinheiro prometido.

4 de março – Os líderes da UGT e CGTP reúnem-se para agendarem uma semana de luta conjunta, com destaque para o setor dos transportes.

1 de maio – UGT reconhece que as comemorações do 1.º de Maio ficaram muito aquém das expectativas das centrais sindicais. Este fracasso cria divergências internas na UGT e leva ao adiamento da greve geral.

20 de maio – José Veludo e Custódio Simões, dirigentes da UGT são constituídos arguidos no processo da UGT/Fundo Social Europeu. O DIAP constituiu também com o arguidos o ex-secretário de Estado José Alfaia, Themudo Barata e Melro Félix e ainda António Araújo, o presidente do Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu.

agosto – Mês marcado pelas reuniões para as negociações para o acordo social.

5 de setembro – Reunião da Concertação Social onde os representantes do Governo apresentam um documento com as linhas gerais do cenário macroeconómico para 1995.

8 de outubro – Torres Couto pede audiência ao Procurador-Geral da República para lhe manifestar preocupação pela falta de celeridade e quebra do segredo

de justiça, no inquérito que o Ministério Público tem em mãos sobre irregularidades alegadamente cometidas pela central sindical com verbas do Fundos Social Europeu.

- 15 de outubro – Torres Couto em entrevista ao *Expresso* revela que só assina o Acordo Económico e Social para 1995 com a garantia expressa do Primeiro-ministro de que a Procuradoria-geral da República irá investigar o processo de alegadas irregularidades da central sindical com as verbas do FSE. Numa reunião entre Cavaco Silva, ministros e dirigentes da UGT, o primeiro-ministro informa que já não vai existir acordo.
- 22 de outubro – Torres Couto não participa na reunião da Comissão Nacional do PS, evitando o confronto com Guterres.
- 17 de novembro – UGT e CGTP reúnem-se pela primeira vez após o fracasso do acordo social para 1995.
- 7 de dezembro – Manifestações dos Estudantes continuam. Um milhar de estudantes junta-se frente ao Ministério da Educação. Os alunos simularam um tribunal que condenava Ferreira Leite a «arranjar uma política de educação ou a ir embora».

1995

- 28 de fevereiro – Torres Couto deixa o cargo de Secretário-Geral da UGT e João Proença assume a liderança.
- 7 de abril – Alguma comunicação social revela que o Ministério Público vai acusar Torres Couto, Joaquim Pinto Coelho, José Veludo e José Melro Félix pelo crime de burla agravada no caso das verbas do FSE, em que estão em jogo 400 mil contos.
- abril – Torres Couto e os restantes dirigentes da UGT convocam conferências de imprensa onde afirmam que a Central Sindical está a ser objeto de um ‘julgamento na praça pública’. Afirmam que o facto do DAFSE ter enviado para Bruxelas os ‘dossiês’ atesta a regularidade de todo o processo. Torres Couto revela que está a ser alvo de uma campanha criminosa de calúnia.
- 21 de abril – Bruxelas investiga dossiês da UGT avalizados pelo Governo. Esse processo atrasa o recebimento por parte do Governo das verbas do FSE e que já foram adiantadas à UGT.
- 8 de maio – Torres Couto é ouvido pelo Procurador-geral no âmbito do caso das verbas do FSE.

- 8 a 12 de maio – Bruxelas. 8.º Congresso da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES).
- 20 de julho – O Ministério Público acusa sete dirigentes da UGT – Torres Couto, José Veludo, Rui Oliveira e Costa, Vítor Hugo Sequeira, Henrique Coelho, Joaquim Pinto Coelho e João Proença –, como alegados autores de crime de fraude na obtenção de subsídios.
- 3 de agosto – Mário Soares, Presidente da República, recebe uma delegação da UGT. A reunião serve para elucidar o PR sobre a acusação da PGR sobre a alegada fraude na obtenção dos subsídios do FSE destinados à formação profissional.
- 1.ª semana de setembro – A Comissão Europeia corta as verbas do FSE destinadas a entidades com problemas judiciais pendentes.
- 9 de setembro – A UGT propõe um aumento de 6,5% das tabelas salariais para a negociação coletiva de 1996; este valor pode baixar para 5% se existir mais investimento na criação de emprego.
- 28 de outubro – Tomada de posse do XIII Governo Constitucional, que tem como primeiro-ministro António Guterres, como ministra da Qualificação e Emprego Maria João Rodrigues e como ministro da Solidariedade e Segurança Social Eduardo Ferro Rodrigues.
- 3 de novembro – Realiza-se em Lisboa o seminário «Os parceiros sociais e os fundos estruturais». João Proença tece duras críticas ao novo ministro das Finanças, Sousa Franco, quando este, durante o seminário, exige moderação salarial e limita a taxa de inflação a 3%.
- dezembro – Início das negociações para o pacto social. A CIP não aceita as 40h semanais de trabalho. UGT também não abdica dos 6,5%. O Governo admite que pode subir até aos 3,5%.

1996

- 6 de janeiro – João Proença da UGT e Carvalho da Silva da CGTP consideram inaceitáveis e impensáveis as propostas governamentais sobre a polivalência de funções e os horários de trabalho. O Executivo propõe as 40h só para 1998.
- 15 a 20 de janeiro – Negociações para o Acordo de Concertação Social.
- 24 de janeiro – Acordo de Concertação Social de Curto Prazo.
- 23 de março – João Proença, acusa Governo de não cumprir o Acordo e que o Programa de Ação Imediata para o emprego viola o Acordo assinado há dois meses.

- 19 a 21 de abril – VII Congresso da UGT. Reúne na Aula Magna, em Lisboa. João Proença é eleito Secretário-Geral.
- 3 de maio – O jornal *O Independente* revela que o relatório sobre a fraude na União Europeia do ano de 1995, elaborado pela UCLAF – Unidade de Coordenação da Luta Anti-Fraude, contempla a UGT e a Partex.
- 6 de maio – António Guterres apresenta no CES um plano de concertação estratégica e revela que o Acordo de Concertação Social de médio prazo poderá ser substituído por vários pequenos acordos parcelares. UGT rejeita a proposta.
- 25 de junho – A UGT e a CGTP constituem a Euresap, uma seguradora sem fins lucrativos, cuja estrutura integra outras organizações sindicais, cooperativas e autarquias.
- 5 de setembro – As novas regras do FSE, aprovadas pelo Governo, permitem às entidades gestoras com processos judiciais em curso fazer formação profissional.
- 10 de outubro – As Grandes Opções do Plano – GOP/97 são aprovadas no CES.
- 4 a 8 de novembro – Governo entrega aos parceiros sociais um documento de 80 páginas onde estão as Bases para um Acordo de Concertação Estratégica, discutidas no dia 8 de novembro em reunião plenária do CES.
- 22 de novembro – Reunião plenária da Concertação Estratégica na sede do CES. Acordo ainda não é assinado.
- 7 de dezembro – UGT ameaça abandonar o processo de concertação estratégica se o Governo não apresentar até dia 10 de dezembro propostas com soluções concretas sobre o emprego, política de rendimentos, participação e combate ao trabalho ilegal.
- 14 de dezembro – A CGTP exclui-se das negociações sobre o processo de concertação estratégica e a UGT volta a ameaçar com o abandono.
- 20 de dezembro – É assinado, na CPCS do CES, o Acordo de Concertação Estratégica (1996/1999). Assinam o acordo UGT, CIP, CAP e CCP.

1997

- 4 de janeiro – Operários envolvidos nas obras de reparação da Ponte 25 de Abril entram em greve.
- Militares da Polícia de Segurança Pública reivindicam uma nova lei de associação socioprofissional tendo em vista melhorias salariais e um novo quadro de promoção.

- 25 de janeiro – Introdução da redução do horário de trabalho semanal para as 40 horas coloca a CGTP contra nova lei laboral. UGT está a favor. Causa da divergência resulta da introdução da expressão «trabalho efetivo».
- 15 de fevereiro – Sindicalistas da CGTP afetos ao PS colocam-se contra a estratégia da direção da central sindical considerando «radical» a sua postura no processo de concertação social.
- 22 de fevereiro – UGT e CGTP a favor da medida governativa de integração de trabalhadores do Estado a «recibo verde» na Função Pública.
Sindicalistas do PSD recebidos pela CGTP. Lei das 40 horas semanais e a crise do Estado Social, sobre as quais partilham pontos de vista, são as razões da reunião.
- 15 de março – Antigo Secretário-Geral da UGT, Torres Couto, funda a associação SOS-Solidariedade, a qual visa a proteção de crianças e a exclusão social.
Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD) contra a posição da direção do PSD que não exige a clarificação da nova lei das 40 horas de trabalho semanal.
- 22 de março – Grupo de bancários da região norte protesta contra a direção do sindicato resultante de uma aliança PS-PSD. As acusações têm por base alegadas irregularidades como a não existência de atas desde 1988 e a adjudicação de obras que não foram a concurso público.
Grande manifestação europeia pela manutenção do Estado-Providência.
- 5 de abril – Aval do Estado a empréstimo feito pela UGT no valor de 600 mil contos.
Aproximação das eleições para o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas resulta na cisão da tendência socialista, agora dividida entre uma coligação com o PSD e outra com o PCP. Lista minoritária associada ao MRPP também vai a votos.
Greve de quatro dias na agência Lusa.
Conflito entre pilotos e administração da TAP arbitrado por Diogo Freitas do Amaral.
- 12 de abril – Sousa Franco, Ministro das Finanças e responsável político pelo aval ao empréstimo à UGT, debaixo de fogo.
- 25 de abril – Grande manifestação de polícias da PSP acaba por envolver os manifestantes e o carro do Ministro da Administração Interna, Alberto Costa. Os manifestantes tentam a invasão do ministério.
Eleições no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas levantam a possibilidade de demissões na UGT, nomeadamente do presidente daquele sindicato e vice-secretário geral da central sindical, Barbosa de Oliveira.

- 25 de abril – Rutura no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Delmiro Carreira, contra a direção da sua própria tendência (PS), mantém-se coligado com a tendência unitária (PCP) e vence a eleição para presidente da direção do sindicato. Ao fim de três mandatos, Barbosa de Oliveira é afastado do cargo após uma eleição à qual concorria com bancários afetos ao PSD.
- 1 de maio – Manifestações do 1.º de Maio marcadas pelo ataque à Lei das 40 horas por parte da CGTP. Mais uma vez, as centrais sindicais atuam separadamente. João Proença afirma que as 35 horas semanais são a nova reivindicação dos trabalhadores afetos à UGT.
- 3 de maio – UGT e CGTP em uníssono nas críticas às declarações da CIP e CCP que referem um aumento do desemprego se os trabalhadores a «recibo verde» tiverem que ser integrados de facto nas empresas.
- 10 de maio – Procuradoria-geral da República considera ilegal o aval dado à UGT por Sousa Franco, Ministro das Finanças.
- 17 de maio – Confusão nas galerias da Assembleia da República devido à contestação da lei das 40 horas por parte de sindicalistas afetos à CGTP. António Augusto, dirigente da Associação Socio-profissional da Polícia, afirma que o objetivo da manifestação de polícias marcada para dia 19 de junho é o de criar pressão para que a classe tenha direitos sindicais.
- 24 de maio – Greve na Grundig, em Braga, liderada pela dirigente do PCP e da Inter, Amélia Lopes. Duas operárias, Maria da Luz e Maria Arminda, dão entrada no hospital após dois dias e meio de greve de fome. A luta das operárias surge após o despedimento coletivo de 108 trabalhadores. Ao contrário de todas as 61 centrais sindicais filiadas na Confederação Europeia de Sindicatos, UGT e CGTP não chegam a acordo para se manifestarem em unidade na ação na Jornada Europeia pelo Emprego.
- 31 de maio – Ex-presidente da UGT e então eurodeputado, Torres Couto, anuncia a sua candidatura à Câmara de Gaia. UGT e CGTP unidas num manifesto entregue no Ministério do Emprego e na residência oficial do Primeiro-ministro. Esta iniciativa enquadrava-se na Jornada de Ação Europeia pelo Emprego. As manifestações foram realizadas separadamente.
- 6 de junho – Greve dos ferroviários da CP pela revisão das carreiras e redução do horário laboral tem efeitos à escala nacional.
- 7 de junho – É impugnado pelo Procurador-Geral da República o despacho do ministro das Finanças, Sousa Franco, relativo ao aval do Estado à UGT.

- 13 de junho – Acordo de princípio na TAP. Direção da empresa cede na questão do tempo de trabalho e repouso do pessoal de cabine, ficando estes incluídos novamente no Acordo de Empresa.
- 19 de junho – Manifestação de agentes da PSP pró-sindicato da polícia.
- 21 de junho – Direção da TAP acusada de dumping social por parte dos pilotos devido à substituição de pilotos portugueses por pilotos moçambicanos. Meio ano após a assinatura do Acordo de Concertação Estratégica, a UGT critica o atraso em relação à nova legislação laboral, particularmente a relutância do governo no combate ao trabalho ilegal.
- 28 de junho – Pilotos da TAP rompem negociações com a direção da empresa.
- 5 de julho – Pilotos da TAP equacionam nova greve após assembleia geral. Operários da Lisnave estudam processo de reestruturação da empresa.
- 12 de julho – Direção-geral do Tesouro chumba o aval à UGT. Greve dos mineiros de Castro Verde.
- 25 de julho – Ministro das Finanças, Sousa Franco, continua debaixo de fogo ao afirmar que nada impedia a UGT de receber 600 mil contos, visto que, segundo o próprio, aquela tem também uma «natureza empresarial». João Proença não contraria tais afirmações. A central sindical é alvo de muitas questões sobre a sua posição enquanto parceiro social.
- 1 de agosto – Assinado o novo Acordo de Empresa entre TAP e o Sindicato Nacional do Pessoal de Aviação Civil que prevê que os tempos de trabalho e de repouso voltem a figurar na contratação coletiva.
- 8 de agosto – Trabalhadores da Gás de Portugal (GDP), em greve, ameaçam prolongar o conflito com a administração ao entregar um novo pré-aviso de greve para dia 18 de agosto. Na base do diferendo estão eventuais aumentos salariais e a criação de um subsídio de risco.
- 9 de agosto – Governo decreta requisição civil na TAP.
- 23 de agosto – Governo prevê aumentos salariais acima da inflação (2%) para os trabalhadores do Estado. Trabalhadores da GDP endurecem posição e prometem avançar com mais greves.
- 30 de agosto – Negociações entre o sindicato dos pilotos e administração da TAP voltam a abrandar. Dirigentes sindicais dos CTT prometem concentração nacional de protesto devido à redução de funcionários e à sobrecarga consequente. CAP admite abandonar a comissão de acompanhamento do Acordo de Con-

certação Estratégica em consequência das divergências com o ministro da Agricultura. UGT exige o cumprimento do Acordo de Concertação, nomeadamente no que diz respeito às questões agrícolas.

UGT e TSD unidos na crítica à matriz alegadamente liberal do «Livro Verde» que visa a reforma da Segurança Social e, por consequência, a perda de alguns direitos dos trabalhadores.

6 de setembro – Centrais sindicais defendem novo salário mínimo. CGTP exige um aumento para os 61 mil escudos, ao passo que a UGT defende um aumento para os 59 mil e 500 escudos para os setores dos serviços, comércio e agrícola. Acordo entre TAP e pilotos suspenso pelo Tribunal de Trabalho.

20 de setembro – A administração do Grupo BCP/BPA ameaça deixar de pagar as remunerações de sindicalistas que assumam funções a tempo inteiro no sindicato.

UGT pede uma reunião à Ministra do Emprego, Maria João Rodrigues, por a Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Infantil alegadamente não cumprir os seus objetivos.

27 de setembro – Após abandono da comissão de acompanhamento do ACE por parte da CAP, CIP e UGT redigem proposta que visa o cumprimento efetivo do Acordo de Concertação Estratégica, apresentando uma calendarização e prioridades.

Trabalhadores portuários recuam e desconvocam greve após reunião com o Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho.

4 de outubro – Segundo a CGTP, a comissão do Livro Branco da Segurança Social não cumpre os objetivos propostos.

11 de outubro – Governo propõe aumento salarial de 2,15% aos trabalhadores da Função Pública. Todos os sindicatos consideram o valor inaceitável.

CCP critica «livro verde» da Segurança Social, defendendo o fim da TSU para as empresas e a introdução de taxas mais reduzidas para as PME's.

18 de outubro – Ministro das Finanças, Sousa Franco, condenado pela comissão parlamentar de inquérito ao caso do aval à UGT e alvo de críticas por parte do CES.

CIP apresenta 28 propostas para dar continuação ao processo de Concertação Estratégica.

CES critica Grandes Opções do Plano (GOP) do Governo para o ano de 1998.

UGT critica o Orçamento de Estado para 1998, não aceitando que trabalha-

dores sejam continuamente o «cofre do Estado». No mesmo sentido vão as observações da CGTP.

25 de outubro – Proposta do PCP para instituição de um sindicato da PSP é novamente chumbada pelos votos de PS, PSD e PP.

Sindicalistas ferroviários decretam greve nacional.

CCP e CIP divididos quanto à eventual introdução da coleta mínima no sistema fiscal. Centrais sindicais ao lado da CIP.

Acordo de Empresa entre sindicato e administração da TAP entra em vigor por decisão do Tribunal de Trabalho de Lisboa.

Ameaçando abandonar os trabalhos, a UGT dá três meses ao governo para cumprir o ACE assinado no final de 1996. Também a CAP, a CCP e a CIP partilham posição da UGT.

29 de outubro – 19.º aniversário da UGT marcado por concentração e ameaça de denúncia do ACE se este não chegar a ser cumprido.

1 de novembro – São criadas duas associações profissionais correspondentes a duas «tendências» dos oficiais da PSP.

O sindicato dos enfermeiros marca greve nacional para dia 21 de novembro.

Governo propõe suportar encargos fiscais dos trabalhadores do setor público que optem pela semana de quatro dias.

Parceiros sociais subscritores do ACE decidem dar crédito ao governo socialista. Não obstante, UGT ameaça novamente abandonar o processo negocial e de acompanhamento.

8 de novembro – Governo e deputados do Partido Socialista definem proposta de lei que limita o horário de trabalho semanal a 40 horas de acordo com diretiva comunitária.

CGTP promete mobilizar os trabalhadores pela redução efetiva para 40 horas do limite máximo de horário semanal.

15 de novembro – De acordo com o Ministério do Emprego, durante a década de 1980 os sindicatos perderam quase 400 mil sócios.

21 de novembro – Manifestação europeia por uma «Europa pelo Emprego», no Luxemburgo, convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES). Portugal é o único país em que as duas centrais nacionais desfilam separadamente.

25 de novembro – Remodelação governamental. Maria João Rodrigues é substituída no cargo de Ministra do Emprego por Eduardo Ferro Rodrigues, que assume o novo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

- 28 de novembro – Greve da Função Pública convocada pela Frente Comum (CGTP).
- 29 de novembro – A Frente Comum (CGTP) coloca a hipótese de abandonar as negociações com o Governo sobre os aumentos na Função Pública. Já o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado afirma que vai endurecer posições. Pilotos da SATA anunciam greve para os dias 9 e 10 de dezembro.
- 6 de dezembro – Eduardo Ferro Rodrigues passa a pasta da Concertação Estratégica a Pina Moura. No entanto, o Acordo da Concertação Social é mantido sob o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social.
- 12 de dezembro – Mineiros de Aljustrel manifestam-se em frente à residência oficial do Primeiro-ministro pela reabertura das minas nas Pirites Alentejanas.
Operários da fábrica Cabos Ávila impedidos de entrar nas instalações da fábrica após iniciarem período de greve a 28 de novembro.
- 20 de dezembro – CIP tenta reformular e apresentar novas propostas para o ACE. UGT está contra.
- 27 de dezembro – Aplicação das 40 horas semanais e redução para 35 são as prioridades da luta da CGTP para o ano de 1998.

1998

- 10 de janeiro – Ocupação da fábrica Cabos d'Ávila na Amadora por salários em atraso. Trabalhadores pedem a intervenção do Primeiro-ministro.
- 10 de janeiro – Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Frente Sindical da Administração Pública, ambas afetas à UGT, chegam a acordo com o Governo no que diz respeito à reestruturação das carreiras e à atualização salarial de 2,75%. A Frente Comum (CGTP) está fora do acordo.
- 12 de janeiro – CGTP critica as alternativas propostas pela Comissão do Livro Branco da Segurança Social.
- 13 de janeiro – Reunião da Comissão Permanente de Concertação Social. Governo propõe um aumento do salário mínimo para o intervalo entre 56.700 escudos 59.422 escudos. A UGT defende os 59.500 escudos. A CGTP 61.000.
AIP faz um balanço negativo no que diz respeito às reformas estruturais nos setores do trabalho, educação, formação e modernização da administração pública.

- 17 de janeiro – Projeta-se a privatização da TAP até junho de 1998. Os trabalhadores poderão ficar com 10% da empresa. O Estado ficará com 25%.
- 21 de janeiro – Os sindicatos dos bancários do Centro, Norte e Sul e Ilhas, afetos à UGT, exigem, por parte do governo, a publicação de uma portaria para que o BCP/Atlântico cumpra o Acordo Coletivo de Trabalho assinado em 1997.
- 24 de janeiro – Parceiros sociais por razões opostas estão contra aumento do salário mínimo decidido em Conselho de Ministros.
- 28 de janeiro – Pela primeira vez é utilizado um fundo de greve no setor bancário. A greve decretada pelos trabalhadores do grupo BCP/Atlântico tem por causa a não adesão do grupo ao acordo coletivo de trabalho.
- 31 de janeiro – CGTP releva que as diretrizes europeias para o Plano Nacional de Emprego são «totalmente desadequadas».
- 14 de fevereiro – CIP ameaça ficar de fora da Concertação Social protestando contra a ingerência da Assembleia da República nos compromissos negociados em sede de concertação social.
- 19 de fevereiro – UGT critica CIP por esta alegadamente bloquear a concertação devido à lei das 40 horas. Central sindical exige ao Governo que este cumpra efetivamente o ACE.
- 21 de fevereiro – Decretada greve por tempo indeterminado pelos trabalhadores das principais empresas do setor têxtil do Vale do Ave pela aplicação efetiva da Lei das 40 horas nas suas empresas. Esta greve vem na sequência de uma série de 15 meses de greves parciais tendo em vista o cumprimento da lei. Comissão de Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos apresenta queixa-crime contra a administração do banco, presidido por João Salgueiro.
- 28 de fevereiro – Falham as tentativas para chegar a um consenso sobre o ACE.
- 13 de março – Pilotos da TAP e ministro do equipamento, João Cravinho, novamente em conflito. Em causa está a privatização da transportadora.
- 27 de março – CGTP contra a ideia de ‘empregabilidade’ presente no documento relativo ao Plano Nacional de Emprego.
João Cravinho procura novo nome para presidir à TAP. Ministro do Equipamento prepara negociações com os sindicatos que preveem greves durante a Expo-98.
- 2 de abril – PCP abstém-se e viabiliza a Lei das 40 horas. As pausas são finalmente consideradas tempo efetivo de trabalho.
Carvalho da Silva, líder da CGTP, afirma que a semana de 35 horas de trabalho constituirá um dos objetivos próximos da central sindical.

- PS e PCP estudam viabilização no parlamento da criação de sindicatos da polícia, com a possibilidade de negociar salários e condições de trabalho.
- 4 de abril – Tal como os outros parceiros sociais, a UGT critica a proposta do governo para o Plano Nacional de Emprego.
UGT e CGTP acreditam que a realização da Expo-98 pode ser uma oportunidade para a luta sindical.
- 10 de abril – A Carris, os técnicos das Forças Armadas, os funcionários dos Serviços Municipalizados de Água em Sintra e hoteleiros encontram-se em greve. Apesar da desconfiança dos parceiros sociais, é aprovado em Conselho de Ministros o Plano Nacional de Emprego para os cinco anos seguintes. O investimento associado ronda os 211 milhões de contos.
A administração da Portugal Telecom é ameaçada pelos ex-funcionários dos TLP e da Telecom Portugal por a empresa estar alegadamente a proceder de forma ilegal, em particular no que diz respeito ao processo de harmonização salarial.
- 18 de abril – O Sindicato Independente dos Médicos e a Federação Nacional dos Médicos preparam documento comum que visa a realização de greves durante o período da Expo-98.
- 29 de abril – Greve com adesão de 100% nas centrais térmicas da EDP em Sines e no Barreiro.
- 4 de maio – Novas propostas laborais geram polémica na Comissão Permanente de Concertação Social. Confederações patronais estão de acordo com as propostas do Executivo, ao contrário das centrais sindicais. A CGTP opõe-se totalmente. A UGT espera que o diploma em causa vá ao encontro ao ACE.
- 7 de maio – Treze centrais sindicais do conjunto de países da CPLP criam a Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CPLP Sindical).
- 13 de maio – Comissão Europeia considera o Plano Nacional de Emprego insuficiente.
- 14 de maio – Greve na Petrogal.
- 16 de maio – Decretada greve pela Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários. Camionistas exigem o reconhecimento oficial de doenças profissionais e o aumento salarial.
- 21 de maio – Pilotos portuários e marítimos decretam greve para a segunda semana de junho.
- 23 de maio – 592 trabalhadores em greve ilimitada na Renault em Setúbal exigem recolocação noutras empresas ou mais fácil acesso a fundos de pensões.

- 28 de maio – Greve dos médicos adiada depois de Maria de Belém, Ministra da Saúde, garantir àqueles o compromisso exigido, nomeadamente o aumento salarial especial para o pessoal médico.
- 28 e 29 de maio – Guardas prisionais em greve pela integração de pessoal, reformas no setor e aumento do subsídio de risco.
- 29 de maio – Trabalhadores da CP em greve por 24 horas.
- 11 de junho – Greve de 36 horas dos pilotos portuários. Os pilotos recusam a sua integração nas autoridades dos portos. Os Sindicatos dos Quadros Técnicos do Estado e dos Capitães e Pilotos da Marinha Mercante apoiam a greve.
- 12 de junho – Greve dos trabalhadores da CP em todo o País.
- 19 de junho – Nova greve na CP. Guardas prisionais e pilotos portuários também em greve.
- 20 de junho – Sindicato dos Trabalhadores dos Correios exigem a demissão da administração dos CTT ao ministro do equipamento, João Cravinho. Greve nos portos obriga à paragem de 65 navios. Pilotos preveem greve nos próximos dias.
- 26 de junho – CGTP e UGT divididas na análise na revisão da legislação laboral na Concertação Social.
- Junho – Segundo dados dos sindicatos, foram 34 as greves que ocorreram em todo o País durante o mês de junho.
- 4 de julho – Greve de três dias dos técnicos paramédicos.
- 6 de julho – Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, exige a fiscalização da constitucionalidade de hipotéticas novas leis propostas pelo Governo. Decretada greve pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública.
- 7 de julho 1998 – UGT exige que o IRS dos trabalhadores diminua em 5% em relação ao ano de 1998.
- 13 de julho – Pela quinta vez no ano, greve dos trabalhadores da CP.
- 17 de julho – João Proença, secretário-geral da UGT, reúne-se com os trabalhadores da fábrica Ford na Azambuja e com a direção depois de se conhecer publicamente a possibilidade de encerramento da fábrica.
- 18 de julho – 120 trabalhadores da Sodía protestam junto do Primeiro-ministro na sua visita à Lisnave.
- 18 de julho – Conferência Sindical das Cidades Capitais Europeias organizada pela CGTP conta com a presença da UGT.

- 20 de julho – Arménio Santos, secretário-geral dos TSD, denuncia as infrações laborais na Expo-98, em particular na restauração, manutenção e segurança. Greve por tempo indeterminado dos camionistas em todo o País. Automobilistas, postos de gasolina e indústria entre os mais afetados. Sindicatos afetos às duas centrais sindicais unidos na greve.
- 25 de julho – Conselho de Gerência da CP recusa-se a assinar o acordo conseguido nos últimos dias.
Devido ao impasse nas negociações com a ministra da saúde, Maria de Belém, o Sindicato Independente dos Médicos decreta uma greve «progressiva e nacional» a começar no dia 14 de agosto.
- 1 de agosto – CAP reforça a sua posição crítica em relação ao Governo ao abandonar uma reunião com o Ministro da Agricultura.
- 7 de agosto – Acordo entre Governo e pilotos portuários que visa a reestruturação e privatizações no setor e a entrada dos pilotos nas administrações das futuras sociedades anónimas portuárias. Fim da paralisação nos portos.
- 8 de agosto – Governo avança que aumentos salariais na Função Pública não ultrapassarão os 2,75 por cento. Todos os sindicatos afetos exigem um aumento mais significativo.
Sindicato dos Trabalhadores do Registo e Notariado contra a privatização do setor.
Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil e administração da TAP chegam a acordo que prevê aumentos salariais na ordem dos 3 por cento para quase sete mil trabalhadores da empresa.
- 29 de agosto – Fim da greve dos trabalhadores do Porto de Lisboa após 5 dias de paralisação depois de acordo com o governo. A greve agendada para os 15 dias seguintes é desconvocada.
UGT volta a considerar «inaceitável» a proposta do Governo de aumentar os salários em 2,7 por cento.
Os médicos do SIM voltam à greve depois do acordo entre Governo e a Federação Nacional dos Médicos.
- 30 de agosto – A UGT questiona a carga fiscal sobre os trabalhadores.
Greve parcial dos revisores da CP. A paralisação recomeça dia 31 e continua até o final do mês de setembro.
- 2 de setembro – Em documento tornado público a UGT propõe reformas na Saúde, Segurança Social, Educação e Administração Pública.

- 8 de setembro – STE defende um aumento salarial de 4,7 por cento para o ano de 1999.
- 9 de setembro – Ministério do Trabalho e da Solidariedade apresenta todos os projetos considerados essenciais dois anos após a assinatura do ACE. Parceiros sociais mantêm-se críticos e divididos.
Decretada nova greve pelo SIM, que tem início dia 21 de setembro e termina no final do ano, por aumentos salariais, que Ministra da Saúde recusa.
- 12 de setembro – Nova greve dos camionistas e concentração em Vilar Formoso pela redução do horário de trabalho.
Ameaça de greve pela FENPROF e FNE pela reestruturação das carreiras dos docentes.
- 14 de setembro – CGTP manifesta-se contra a revisão da legislação laboral por parte do Governo.
- 16 de setembro – Frente Comum exige 6,5 por cento de aumentos salariais.
- 19 de setembro – UGT organiza no Monte Estoril uma conferência sindical intitulada «A Dimensão Social na Cooperação entre a União Europeia e a América Latina». Presentes representantes da CES, OIT e CISL.
Administração da Lisnave avança com desativação do estaleiro da Rocha de Conde de Óbidos, em Lisboa.
- 28 de setembro – Funcionários públicos da Frente Sindical da Administração Pública (afeta à UGT) exigem 4,4 por cento de aumento salarial para o ano de 1999.
- 1 de outubro – 28.º Aniversário da CGTP marcado pela crítica ao «pacote laboral» e à reforma da Segurança Social.
- 13 de outubro – Iniciam-se as negociações para o aumento salarial na Função Pública.
- 15 de outubro – Governo propõe submeter PSP às regras normais da Administração Pública para depois poder constituir eventualmente um sindicato.
- 15 e 16 de outubro – Trabalhadores dos CTT em greve pela redução do horário de trabalho.
- 19 de outubro – Jorge Coelho, ministro-adjunto, publica os objetivos do «pacote» laboral que passam pelo regime voluntário de quatro dias de trabalho e de trabalho em *part-time*, conjugado com estágios profissionais na Administração Pública.
- 22 de outubro – João Proença contesta o aumento das rendas de habitação.
- 23 de outubro – Funcionários da administração fiscal manifestam-se à porta do Ministério das Finanças em defesa dos chamados «tarefeiros».

- 29 de outubro – Trabalhadores da Administração Local convocam greve para o dia 25 de novembro.
 UGT cumpre 20 anos de existência. As comemorações realizaram-se com a presença do Presidente da República, Jorge Sampaio.
 CGTP promove manifestações nas ruas de todo o País contra o «pacote laboral».
- 30 de outubro – Desconvoada a greve dos professores do ensino básico e secundário após acordo entre FNE e Governo.
 Greve dos trabalhadores das tesourarias das repartições das Finanças, em causa está a falta de pessoal.
- 3 de novembro – Trabalhadores da Autoeuropa chegam a acordo com a Administração e conseguem aumentos salariais entre 3,5 e 4 por cento.
 Trabalhadores protestam contra a reestruturação da Junta Autónoma de Estradas.
- 6 de novembro – CCP e CIP contra o recuo do governo quanto ao alargamento de três para quatro anos dos contratos a prazo. CGTP, que não assinou o ACE, nunca havia aceitado o alargamento dos contratos a prazo. Já a UGT, apesar de ter rubricado o ACE, criticava a medida.
 Reestruturação da CGTP leva à fusão das federações dos sindicatos da Metalurgia e da Química.
 Pilotos da TAP equacionam nova greve caso se confirmem sanções aplicadas pela administração a dois pilotos ilibados num processo disciplinar.
- 9 de novembro – Aumento salarial de 2,4 por cento na Função Pública continua a não agradar aos sindicatos. O mínimo admissível para a UGT é de 4 por cento.
- 13 de novembro – Administração da fábrica da TISEP comunica ao Governo e aos trabalhadores o seu encerramento no início do ano de 1999. Mais de 700 funcionários no desemprego.
- 17 de novembro – Sindicato dos Operários da Indústria do Calçado dos distritos de Aveiro e Coimbra afirma que 120 empresas do setor não estão a cumprir a nova legislação relativa à contagem das pausas como tempo de trabalho.
- 21 de novembro – CGTP estuda a eventual integração dos sindicatos dos seguros e dos bancários na central sindical.
 Aprovadas em Conselho de Ministros novas regras de flexibilidade das reformas. A medida entra em vigor em 1999.
- 23 de novembro – Greve europeia dos trabalhadores ferroviários contra a liberalização do setor. Comboios portugueses pararam durante 60 minutos.

- 26 de novembro – Manifestação da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública (CGTP) contra o aumento salarial de 2,4 por cento proposto pelo Governo.
- 25 de novembro – Greve às horas extraordinárias por parte dos trabalhadores dos portos. A greve é por tempo indeterminado.
- 4 de dezembro – Comissão de Trabalhadores da TAP apresenta queixa contra a Administração junto da Provedoria da Justiça.
- 5 de dezembro – Carvalho da Silva, coordenador nacional da CGTP, anuncia novas greves contra o proposto diploma sobre o trabalho a tempo parcial.
- 11 de dezembro – Trabalhadores dos Jogos da Santa Casa entregam pré-aviso de greve de forma a pressionar o Governo a não reduzir salários após a entrada do sistema *on line*.
- 12 de dezembro – Greve dos trabalhadores da Santa Casa desconvocada após estes verem satisfeitos os seus interesses.
Governo propõe-se fazer subir as pensões degradadas dos aposentados da Função Pública até ao salário mínimo.
TSD criticam a UGT por, alegadamente, alinhar com o Governo de António Guterres no que diz respeito às mudanças nas leis laborais.
- 18 de dezembro – Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa envia para julgamento o processo de investigação à UGT, relativo ao Fundo Social Europeu.
- 19 de dezembro – SIM equaciona manter a greve self-service. Hospitais com grandes dificuldades em laborar.
- 20 de dezembro – Início da greve dos trabalhadores dos CTT por aumentos salariais acima da taxa de inflação.
- 24 de dezembro – Médicos em greve self-service ameaçados pelo Governo. Alguns começam a ser alvo de processos disciplinares por parte dos hospitais.
Altos dirigentes políticos deverão testemunhar de forma abonatória no caso UGT. Entre eles, António Guterres, José Sócrates e Marcelo Rebelo de Sousa.
- 31 de dezembro – Maria de Belém, Ministra da Saúde, propõe avançar com processos disciplinares e faltas injustificadas aos médicos grevistas.

1999

- 9 de janeiro – Ministro da Solidariedade, Ferro Rodrigues, anuncia o aumento do salário mínimo para 61.300 escudos.
João Proença contra a intenção do Executivo de pretender fechar o ACE.

- Segundo a Central Sindical, o acordo não foi, em larga medida, cumprido. Governo propõe aumento de 2,7 por cento para pensões da Função Pública. Sindicatos recusam.
- 16 de janeiro – SIM afirma que médicos podem voltar à greve caso o Governo não aja de «boa-fé» nas negociações.
- 20 de janeiro – Decretada greve geral na Petrogal para os dias 28 e 29 de janeiro. Prémio de produtividade e subsídios de pensidade entre as reivindicações dos trabalhadores.
- 23 de janeiro – UGT reticente quanto às alterações na legislação do mercado de arrendamento.
- 25 de janeiro – UGT satisfeita com aumento de 3 por cento nos salários da função pública. No entanto, as outras organizações sindicais mostram-se contra.
- 30 de janeiro – Greve na CP. Paralisação parcial dura até dia 7 de fevereiro.
- 2 de fevereiro – O líder da UGT afirma-se preocupado com o futuro da TAP após reunião entre sindicatos afetos à central sindical e a Administração da empresa.
- 16 de fevereiro – Semana de luta promovida pela CGTP em todo o País contra o «pacote laboral».
- 6 de fevereiro – Ordem dos Médicos contra greve dos médicos promovida pelo SIM.
- Mário Mendes, líder do Sindicato dos Maquinistas (SMAQ), anuncia novas greves na CP, em março, por períodos mais longos.
- 15 de fevereiro – SMAQ anuncia nova greve de 26 de fevereiro a 5 de março. A razão da greve prende-se com a carreira dos maquinistas.
- 16 de fevereiro – Greve dos enfermeiros do distrito do Porto. O protesto tem na base a não revalorização dos salários.
- 17 de fevereiro – Alinhado com a proposta do PCP, o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado – liderado pelo social-democrata Bettencourt Picanço – declara-se contra os projetos de reforma da Lei de Bases da Segurança Social do Governo, subscrito pelo PSD e pelo PP.
- 20 de fevereiro – Concentração dos trabalhadores da JAE pela manutenção do seu vínculo à Função Pública.
- 23 de fevereiro – Primeiro-ministro António Guterres reúne-se com parceiros sociais. Todos os parceiros defendem a manutenção do nível de transferência dos fundos estruturais.
- Afeta à CGTP, a União de Sindicatos de Braga acusa a Grundig de despedir trabalhadores de forma ilegal.

- 27 de fevereiro – SIM e Governo novamente em impasse. Sindicato exige aumentos salariais ou redução de horário para os médicos.
Trabalhadores da ex-Renault exigem ao Governo uma resposta no sentido de saberem se a empresa vai ou não voltar à atividade.
- 6 de março – Mais de 200 antigos trabalhadores da Fábrica de Loiças de Sacavém apelam ao Presidente da República. Em causa estão salários em atraso. A fábrica fechou há dez anos.
- 9 de março – Trabalhadores da Gás de Lisboa anunciam greve para dia 17 de março. Entre os motivos da greve está o despedimento de 400 funcionários.
Ameaça de greve na EDP pelo sindicato da Energia (Sinergia). Em causa está a redução de quatro mil postos de trabalho até 2002. No ano corrente poderão vir a ser despedidos cerca de 600 trabalhadores.
- 11 de março – Protesto da CGTP contra o «pacote laboral» junto da Assembleia da República.
- 16 de março – Trabalhadores do transporte de mercadorias decretam greve a partir de 5 de abril.
- 18 de março – UGT exige ao Governo propostas que visem o combate ao trabalho ilegal.
- 20 de março – São conhecidas irregularidades nas contas do Sindicato dos Bancários do Norte após a publicação do relatório de uma auditoria realizada. Entre aquelas encontram-se obras atribuídas sem concurso.
- 25 de março – Manifestação da CGTP diante a Assembleia da República contra alterações na legislação laboral. De acordo com Carvalho da Silva, esta foi a maior ação sindical desde 1988.
- 29 de março – Anunciada nova greve dos trabalhadores da Gás de Portugal a começar a 9 de abril e que durará um mês. Em causa está o eventual despedimento de muitos trabalhadores da empresa.
- 31 de março – 2,8 por cento de aumento salarial para os trabalhadores da Agência Lusa, após acordo entre sindicatos e Administração.
- 3 de abril – Trabalhadores da EMEF em greve por aumentos salariais.
- 4 de abril – Início da greve dos trabalhadores da pesca de arrasto costeiro. Em causa estão os pretendidos aumentos salariais.
- 7 de abril – CGTP contesta «pacote laboral» enchendo as galerias da Assembleia da República com sindicalistas e trabalhadores.

- 13 de abril – Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro, Sul e Ilhas prometem concentração, dia 21 de abril, em frente à Associação Portuguesa de Bancos tendo em vista aumentos salariais na ordem dos 3,8 por cento.
- 14 de abril – Concentração dos antigos trabalhadores da Renault exigindo ao Governo o cumprimento de promessas relativas ao seu futuro laboral.
- 16 de abril – Concentração dos trabalhadores da pesca de arrasto costeiro em frente do Ministério do Trabalho.
- 17 de abril – Requisição civil equacionada pelo Governo para enfrentar a greve dos Trabalhadores da Gás de Lisboa. Trabalhadores afirmam que estão a cumprir os serviços mínimos e equacionam nova greve.
- 17 de abril – Manuela Teixeira, sindicalista e militante do PSD, é indicada para presidente da UGT, na sequência da demissão de Manuel António dos Santos.
- 20 de abril – Trabalhadores da Câmara de Lisboa anunciam greve em todos feriados.
- 23 de abril – Trabalhadores da pesca de arrasto costeiro continuam greve e pedem a intervenção do Governo nas negociações com os armadores.
- 24 de abril – Federação dos Sindicatos da Função Pública afirma que a reestruturação da JAE é um «funeral» e «uma operação de branqueamento da incompetência e gestão ruinosa».
- UGT anuncia que «Mais Emprego e Mais Solidariedade» é o lema para o 1.º de Maio de 1999. «Por Abril, Direitos, Salários e Emprego – Hoje e no Futuro» é o lema da CGTP.
- 29 de abril – Funcionários do IEFP em greve durante 24 horas.
- Trabalhadores da TAP concentram-se diante do edifício da Administração reclamando o fim do processo de privatização.
- 1 de maio – Grande reportagem do semanário *Expresso* sobre os 25 anos de sindicalismo livre em Portugal. João Proença, da UGT, afirma não estar arrependido por ter assinado o ACE de 1996, mas reconhece que a «atual concertação estratégica esgotou-se».
- UGT e CGTP «encontram-se» nos apelos à paz em Timor e no Kosovo. CGTP aprova novo período de luta entre 17 e 26 de maio.
- 11 de maio – Federação Internacional dos Empregados e Técnicos ao lado do Sindicato dos Bancários do Norte no processo judicial contra o BCP.
- 12 de maio – Sindicalistas da Liga Operária Católica apelam à adesão dos trabalhadores portugueses à manifestação europeia, em Colónia, Alemanha, contra o desemprego e exclusão social.

- 12 de maio – Após 41 dias de greve, os pescadores de arrasto costeiro concentram-se no teatro Rivoli para se encontrarem com o Primeiro-ministro, António Guterres, e encontrar solução para o conflito com os armadores.
- 18 de maio – Maquinistas da CP exigem à Administração um aumento salarial na ordem dos 20 por cento. A recusa da empresa leva os trabalhadores a um prologamento da greve até dia 9 de junho.
- 21 de maio – Greve na Função Pública. A Frente Comum (CGTP) alega o incumprimento das promessas negociais do Executivo.
- 27 de maio – Suspensão da greve dos maquinistas da CP após acordo entre estes e a Administração relativamente às reivindicações salariais.
- 1 de junho – Trabalhadores da indústria das malhas, calçado e vestuário em protesto diante o Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- 2 de junho – Bancários do Banco Totta & Açores saem à rua informando a população das razões das suas reivindicações, nomeadamente a exigência de aumento salarial de 3,5 por cento.
- 3 a 10 de junho – Várias paralisações nos comboios convocadas pelo Sindicato Nacional dos Ferroviários e pela Federação dos Sindicatos dos Ferroviários.
- 4 de junho – Funcionários dos museus e dos palácios em greve pela reestruturação das carreiras.
- 5 de junho – Greve dos médicos, convocada pelo SIM, pelo cumprimento do acordo assinado pela ministra da Saúde, Maria de Belém, em 1997, e por aumentos salariais.
- 10 de junho – Anunciado novo pré-aviso de greve dos maquinistas da CP para os dias 21, 22, 23, 24 e 25 de junho.
Funcionários dos CTT (Cabo Ruivo) iniciam greve de três dias ao trabalho extraordinário.
Nova greve dos trabalhadores dos museus e palácios dependentes do Ministério da Cultura.
- 11 de junho – Sindicato Livre dos Pescadores (CGTP) promete boicotar eleições europeias de 13 de junho e, eventualmente, cortar estradas. Em causa estão aumentos salariais e o próprio contrato coletivo de trabalho assinado.
- 14 de junho – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa iniciam 15 dias de luta com ações de esclarecimento e concentrações. Em causa estão, entre outras, reivindicações salariais.

- 17 de junho – UGT reivindica revisão das pensões e redução do valor de IRS no ano 2000 para os trabalhadores.
- 22 de junho – Manifestação da CGTP diante a Assembleia da República exigindo o fim do «pacote laboral» e da destruição da Segurança Social.
- 23 de junho – UGT lembra que crescimento económico tem tido por base o emprego precário e que este representa cerca de 80 por cento do trabalho em Portugal.
- 25 de junho – Greve dos trabalhadores dos impostos. Em causa está a resposta não favorável do Governo quanto à reestruturação das suas carreiras.
- 26 de junho – Greve dos funcionários das repartições das finanças por aumentos salariais e revisão das carreiras.
- 29 de julho – Informáticos da Função Pública em greve. Com uma adesão na ordem dos 90 por cento, os trabalhadores exigem a revisão das carreiras.
- 1 de julho – Mário Soares pede sindicatos mais reivindicativos. As declarações do Presidente da República foram proferidas no IX Congresso da Confederação Europeia de Sindicatos em Helsínquia, Finlândia.
- 3 de julho – TSD contra a transferência de qualquer grupo financeiro português para controlo não nacional.
CGTP denuncia a política fiscal do Governo socialista que, segundo a Central Sindical, nada fez para uma Reforma Fiscal.
- 13 de julho – Greve dos técnicos superiores de saúde. No Alentejo a adesão à greve aproximou-se dos 100 por cento.
- 17 de julho – Tribunal de Contas mostra-se reticente quanto à legalidade do aval do Estado à UGT, em 1997.
Devido às faltas dos funcionários, TAP cancela voos.
- 19 de julho – Trabalhadores da Soflusa começam greve de três dias.
- 22 de julho – UGT pede aos partidos parlamentares que, por via legislativa, reforcem a negociação coletiva.
- 24 de julho – TAP e SPAC com acordo à vista. Pilotos serão acionistas no capital social da empresa.
- 26 de julho – Operárias da Filda-Fábrica reintegradas na empresa após decisão do tribunal. As funcionárias recusavam-se a trabalhar durante os turnos da noite.
Iniciada greve de dez dias às horas extraordinárias por parte dos trabalhadores dos portos. Em causa estão as condições de higiene e segurança no trabalho, assim como as violações do contrato coletivo de trabalho.

- 27 de julho – Greve dos informáticos da Segurança Social. A greve tem a duração de 5 dias.
- 28 de julho – CGTP alerta o Ministério do Trabalho e da Solidariedade para o atraso nos processos da inserção social. Segundo a Central Sindical, há falta de técnicos superiores de serviço social no processo de inserção social, no quadro do rendimento mínimo garantido.
- 31 de julho – Administração da TAP propõe aos trabalhadores a participação no capital da empresa.
- 3 de agosto – Ameaça de nova greve dos técnicos superiores de saúde de 9 a 11 de agosto. Em causa está a não atualização das carreiras e a proposta do governo de aumento salarial de 4 por cento.
- UGT publica relatório sobre a precariedade laboral em Portugal. A central sindical afirma que o aumento do emprego assenta sobretudo em formas precárias de emprego.
- 5 de agosto – Estivadores em greve por tempo indeterminado.
- 7 de agosto – UGT e CGTP aplaudem decreto-lei que obriga todos os trabalhadores por conta própria a ter seguro de acidentes de trabalho. No entanto, lembram que muitos daqueles são «falsos recibos verdes».
- Primeira grande entrevista de Manuela Teixeira enquanto presidente da UGT. A dirigente sindical afirma que procurará consensos no seio da Central.
- 11 de agosto – Funcionários da Petrolgal aprovam greve a marcar para o mês de agosto ou setembro. Em causa está o não pagamento de prémios de produtividade.
- 1 de setembro – Funcionários públicos podem optar por trabalhar quatro dias por semana. STE manifesta-se contra, pois, segundo o sindicato, abre-se uma porta ao trabalho precário para os novos trabalhadores do setor público.
- 11 de setembro – Marcada greve de cinco dias dos trabalhadores dos serviços dependentes da Direção-Geral dos Impostos com início a 20 de setembro. Em causa está a progressão nas carreiras e a massa salarial dos funcionários.
- CGTP exige 6 por cento de aumento nos salários dos trabalhadores, para o ano 2000.
- 18 de setembro – TSD convidam antigo líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, a participar na campanha eleitoral que se avizinha.
- Secretário-geral da UGT, João Proença, é eleito vice-presidente da CES – Confederação Europeia de Sindicatos. O período da vice-presidência de João Proença coincide com a presidência portuguesa da UE.

21 de setembro – João Proença, líder da UGT, Joaquim Dionísio, da CGTP, e Heitor Salgueiro, da CIP, participam num seminário relativo à flexibilidade do mercado de trabalho organizado pela AIP.

Trabalhadores dos portos prometem continuar paralisação até dia 1 de outubro. Em causa está o não cumprimento do acordo estabelecido com o Governo em 1997.

Antigos trabalhadores da Lisnave pedem ao Executivo uma «situação de exceção» para virem a receber pensões e indemnizações.

22 de setembro – Segundo o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, a greve convocada teve uma adesão na ordem dos 80%. Os enfermeiros exigem a reforma ao fim de 30 anos de trabalho.

UGT exige aumentos salariais de 5 por cento para o ano 2000.

29 de setembro – Trabalhadores dos portos suspendem greve após compromisso com o Governo.

1 de outubro – Nas comemorações do 29.º aniversário da CGTP a central sindical apresenta uma exposição fotográfica sobre a luta contra a desregulamentação do trabalho.

5 de outubro – No quadro da jornada europeia de luta, camionistas portugueses afetos à CGTP unidos aos colegas espanhóis da UGT e das Comisiones Obreras na fronteira de Vilar Formoso/Fuentes. Estes trabalhadores reclamam um horário semanal máximo de 48 horas.

7 de outubro – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa entregam carta ao Primeiro-ministro na qual expõem o seu desagrado quanto ao governo.

16 de outubro – UGT e CGTP otimistas com nova legislatura que conta com uma maioria de esquerda no parlamento e com a possível melhoria da condição dos trabalhadores portugueses.

Novo presidente da TAP procura incluir os trabalhadores no plano de modernização da empresa através do chamado Pacto Estratégico. No entanto, os sindicatos afirmam que a estes ainda não chegou qualquer tipo de proposta. Trabalhadores da IGT ameaçam governo com eventual greve caso este não aceite o projeto para a revisão das carreiras.

18 de outubro – O Congresso da CGTP a realizar dias 10 e 11 de dezembro votará substituição da figura de coordenador nacional pela de secretário-geral.

20 de outubro – Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado exige a atualização das pensões na ordem dos 5 por cento.

- 21 de outubro – Desconvocada a greve dos jornalistas do *Jornal de Notícias* após conseguirem o aumento dos salários esperado há quase um ano.
- 25 de outubro – Tomada de posse do XIV Governo Constitucional, que tem como primeiro-ministro António Guterres e como ministro do Trabalho e da Solidariedade Eduardo Ferro Rodrigues.
- 28 de outubro – 21.º aniversário da UGT marcado pela publicação do texto «Exige-se ao próximo Governo uma maior preocupação com o social» e no qual é exigido aumento do salário mínimo e das pensões.
- 5 de novembro – Governo abre novamente caminho à liberdade sindical na PSP após a aprovação, em Conselho de Ministros, de uma proposta de lei nesse sentido.
- 6 de novembro – Acordo entre pilotos da TAP e a Administração. Previsto no acordo aumentos salariais, ajudas de custos e novos subsídios para os pilotos. Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte ameaça com novas paralisações caso os armadores não voltem às negociações, tendo em vista o contrato coletivo de trabalho de 2000.
- 8 e 9 de novembro – Com a participação das confederações sindicais e patronais realiza-se a Conferência Internacional «A Reforma do Pacto Social».
- 22 de novembro – Frente Comum (CGTP) propõe um aumento de 6 por cento para os salários na Função Pública.
- 23 de novembro – UGT marca congresso para os dias 5, 6 e 7 de maio de 2000, em Lisboa.
- 24 de novembro – Trabalhadores da construção civil apelam ao governo e entidades patronais para o cumprimento da legislação que visa as condições de higiene e segurança.
- 29 de novembro – Greve dos trabalhadores da Vimeca marcada para os dias 6 e 7 de dezembro.
- 6 de dezembro – Pescadores e armadores chegam a um «acordo de princípio» quanto ao aumento de 27 por cento nos salários mais baixos no setor.
- 4 de dezembro – Carvalho da Silva, líder da CGTP e militante do PCP, mostra-se próximo dos «renovadores» comunistas e afirma que o congresso da CGTP a realizar dias 10 e 11 de dezembro revelará «grandes mudanças» no seio da central.
- 8 de dezembro – Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações concentram-se e desfilam por Lisboa. Em causa está o acesso ao sistema de saúde.

- 10 e 11 de dezembro – 9.º Congresso da CGTP. Central toma como objetivo sindicalizar 200 mil trabalhadores durante os próximos quatro anos.
- 13 de dezembro – Início das negociações salariais entre governo e os três sindicatos da Função Pública. FESAP e STE da UGT reclamam um aumento de 5 por cento. A Frente Comum exige um aumento de 6 por cento.
- 21 de dezembro – Funcionários das empresas concessionárias das cantinas e refeitórios hospitalares em greve. São exigidos aumentos salariais de 5,5 por cento e redução do horário laboral.
- 27 de dezembro – Suspensa a greve dos informáticos da Função Pública depois de o Governo se comprometer a reestruturar as carreiras no setor.

2000

- 5 de janeiro – Reunião do CPCS. UGT critica o facto de a política de rendimentos não entrar na agenda. Após as difíceis conversações ao longo dos últimos dois anos, o Conselho propõe que se privilegiem os acordos setoriais.
- 8 de janeiro – TSD equacionam deixar UGT caso esta não se comporte como central sindical. De acordo com os sindicalistas afetos ao PSD, a UGT tem-se assumido como uma «ONG do Governo».
- 11 de janeiro – Tendência socialista dos sindicatos dos bancários propõe a criação de uma federação sindical para melhor enfrentar os novos desafios do setor bancário.
- 12 de janeiro – Trabalhadores gráficos concentram-se diante do Ministério das Finanças procurando esclarecer a população quanto ao processo de privatização da empresa Gescartão.
Nova proposta do Governo para a atualização dos salários na Função Pública na ordem dos 2,2 por cento. As diferentes delegações sindicais rejeitam. FESAP e STE (UGT) exigem um aumento de 5 por cento, e Frente Comum (CGTP) de 6 por cento.
- 13 de janeiro – Trabalhadores da Ordem do Carmo admitem uma eventual greve caso a instituição não aumente os salários em 6 por cento.
- 17 de janeiro – Trabalhadoras da Confe-Rei concentram-se diante da empresa Reis Barbosa e Filhos (do mesmo grupo) reclamando o salário de dezembro. A fábrica tinha fechado no dia 10.

- 17 de janeiro – Reunião do CPCS. É decidido que a sustentabilidade económica e a segurança social serão alguns dos assuntos prioritários para o período correspondente à nova legislatura.
- 18 de janeiro – Ministro das Finanças recebe proposta da UGT que visa a diminuição do IRS dos trabalhadores. Segundo a Central Sindical, esta diminuição é necessária para compensar as perdas salariais dos últimos anos. CGTP marca concentração para dia 23 de março. Segundo a Central Sindical, o emprego que tem sido criado é precário e essa não pode ser a alternativa.
- 26 e 27 de janeiro – Trabalhadores da central de movimento e sala de comando do Metro aderem à greve convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos. Em causa está a vontade dos trabalhadores renegociarem as suas carreiras.
- 29 de janeiro – Trabalhadores da Administração Pública manifestam-se em Lisboa por aumentos salariais.
- 1 de fevereiro – Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte denuncia o facto de a maior parte dos trabalhadores dos centros comerciais da cidade do Porto ter apenas um dia de folga por semana e contrato a prazo.
- 5 de fevereiro – Pena dos Reis, presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, denuncia pressões políticas na Justiça.
- 10 de fevereiro – Funcionários da empresa Eduardo Salvador em greve pelo cumprimento do Contrato Coletivo de Trabalho, em particular os aumentos salariais.
- 12 de fevereiro – Sindicatos dos trabalhadores da Função Pública avançam com a hipótese de nova greve depois da última proposta do Governo para a atualização dos salários se fixar nos 2,4 por cento. STE e FESAP desceram as suas propostas para 4,8 e 4,5 por cento, respetivamente.
- 15 de fevereiro – Supremo Tribunal Administrativo considera ilegal o aval do Estado ao empréstimo feito pela UGT à Caixa Geral de Depósitos.
- 18 de fevereiro – Greve da Função Pública. Segundo os sindicatos, a adesão ronda os 70%. Governo fala de apenas em 15%. As negociações prosseguem.
- 19 de fevereiro – Milhares de trabalhadores do Estado podem ficar no desemprego depois do Tribunal Constitucional não considerar constitucional a integração nos quadros da Função Pública dos trabalhadores a prazo.
- 23 de fevereiro – Greve dos trabalhadores da Carris na sequência da proposta de um aumento salarial de 2 por cento.

- 23 de fevereiro – Governo propõe aumento de 2,5 por cento nos salários da Função Pública. Sindicatos voltam a rejeitar proposta.
- 24 de fevereiro – UGT realiza seminário intitulado «Sociedade de Informação – Sociedade de Conhecimento».
- 29 de fevereiro – Meia centena de professores concentra-se em frente ao Ministério da Educação protestando contra a precariedade de que são alvo. Paralisação dos motoristas, em causa estão aumentos salariais.
- 2 de março – Carteiros em greve pela redução do horário laboral.
- 3 de março – Nova ronda de negociações entre sindicatos da Função Pública e Governo tendo em vista aumentos salariais.
- 4 de março – UGT exige ao governo a criminalização do trabalho infantil depois de detetados duzentos e trinta e três novos casos em 1999 pela Inspeção-Geral do Trabalho.
- 8 de março – Manifestação dirigida pela União dos Sindicatos do Porto (CGTP) contra a precariedade verificada nas grandes superfícies comerciais e na indústria elétrica. Dirigentes Sindicais da Função Pública ameaçam concentração para dia 15 de março diante do Parlamento.
- 14 e 16 de março – Funcionários do Metro de Lisboa e da Carris em greve durante a manhã. Em causa estão reivindicações laborais.
- 15 de março – Concentração dos sindicatos da Função Pública contra o fim das negociações declarado pelo governo que fixa os aumentos salariais para o setor em 2,5 por cento. Ainda assim, o Governo promete «negociações suplementares» para a semana seguinte.
- 20 de março – Sindicatos da Função Pública dececionados com as «negociações suplementares» visto que o governo está irredutível na sua proposta de aumentos salariais.
- 23 de março – Manifestação organizada pela CGTP a propósito da realização da Cimeira Europeia do Emprego conta com 50 mil pessoas. Greve dos trabalhadores da Sociedade da Água do Luso por aumentos salariais 3,5 por cento.
- 24 de março – Sindicatos não assinam acordo salarial com o Governo para a Função Pública. É a primeira vez em quase dez anos que não há acordo entre pelo menos um sindicato e o Executivo.
- 28 de março – Greve dos trabalhadores do Metro e da Carris. Em causa estão aumentos salariais.

- 1 de abril – Grande reportagem no semanário *Expresso* sobre as reivindicações dos trabalhadores de algumas das empresas mais atingidas pelas greves, em particular a CP, Metro e Carris.
Governo publica estudo no qual é reconhecido um aumento de 61 mil funcionários públicos entre os anos de 1995 e 1999.
- 3 de abril – Paralisação dos maquinistas da Fertagus. Os trabalhadores exigem o fim dos contratos a prazo.
- 7 de abril – A CGTP convoca greve da Função Pública para dia 9 de maio.
- 8 de abril – Administrações da Metro e Carris não aceitam aumentos salariais superiores a 3 por cento e terminam negociações com sindicatos que exigem aumentos de 4,25 e 4,5 por cento, respetivamente. São anunciadas paralisações para dia 11 de abril.
- 11 de abril – Funcionários da Carris e do Metro paralisam em resposta às administrações que não aceitam os aumentos salariais pretendidos.
Greve dos trabalhadores da CP não se realiza pois trabalhadores e administração chegam a acordo: aumento de 3 por cento nos salários e 3 a 5 por cento em complementos pecuniários.
- 12 de abril – Coligação entre socialistas e sociais-democratas vence eleições no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.
- 13 de abril – Guardas florestais cumprem um dia de greve pela atualização do suplemento de risco.
Trabalhadores da Petrogal votam greve para 20 de abril. Em causa estão aumentos salariais.
- 17 a 20 de abril – Funcionários dos notários em greve durante quatro dias contra a privatização de alguns serviços.
- 18 de abril – Paralisação dos trabalhadores da Carris e Metro durante a manhã.
Greve na CP sem grande impacto.
- 19 de abril – Decretada greve pelos trabalhadores do Fisco para o dia 2 de maio pela reestruturação das carreiras e pelo suplemento de risco.
- 20 de abril – Trabalhadores das operações aeroportuárias da TAP em greve durante todo o dia.
- 21 de abril – Greve geral na Função Pública decretada pelos três sindicatos afetos às duas centrais, para dia 9 de maio. Em causa está o aumento salarial de 2,5 por cento definido pelo Governo.
- 24 de abril 200 – Acordo salarial entre tabalhadores de terra e administração da TAP. Este acordo deverá custar à TAP cerca de 1,7 milhões de contos.

- 26 de abril – Carteiros de Lisboa, Faro, Coimbra e Setúbal em greve durante três dias. Em causa está a regulação do horário laboral.
- 27 de abril – Maquinistas da CP mantém greve de três dias para 28, 29 e 30 de abril e convocam outra para os dias 2, 3, 4 e 5 de maio. Em causa estão aumentos salariais.
- 28 a 30 de abril – Maquinistas da CP em greve durante três dias.
- 28 de abril – Trabalhadores da Transportes Sul do Tejo paralisam tendo em vista aumentos salariais e a assinatura de contratos sem termo de duas centenas de trabalhadores precários da empresa.
- 29 de abril – João Proença mostra-se preocupado com a política laboral do Governo, nomeadamente no que diz respeito aos aumentos salariais na Função Pública.
- Secretário-geral da UGT afirma que os jovens e as mulheres vão ganhar mais espaço nos quadros da central após o congresso seguinte.
- «Mês de festa, mês de luta» é o lema da UGT para o mês de maio, durante o qual se comemora o Dia do Trabalhador e decorre o congresso da Central Sindical.
- 1 de maio – Greve dos trabalhadores do serviço de recolha do lixo da Câmara Municipal de Sintra.
- UGT e CGTP apelam à greve geral de 9 de maio. Ambas as centrais criticam a política económico-laboral do Governo.
- 3 de maio – Primeiro-ministro António Guterres comparece no encontro nacional da tendência socialista da UGT. Convidado enquanto secretário-geral do Partido Socialista, António Guterres defendeu a política do Governo em matéria económica e social. João Proença critica a política do Governo que, segundo o secretário-geral da UGT, diminui o poder de compra dos trabalhadores.
- 4 de maio – António Guterres não vai à reunião extraordinária do CPCS. Para as centrais sindicais o Primeiro-ministro recusa o diálogo social e a resposta encontrar-se-á nas ruas.
- 5 a 7 de maio – VIII Congresso Nacional da UGT reúne na Culturgest, em Lisboa. João Proença pede a adesão dos trabalhadores portugueses à manifestação europeia a decorrer na cidade do Porto dia 19 de junho. Para o secretário-geral esta deverá ser a maior manifestação de trabalhadores desde o 1.º de Maio de 1974. João Proença é reeleito secretário-geral da UGT e tendência associada ao Partido Comunista abandona os trabalhos em protesto contra a direção.

- 6 de maio – Secretariado Nacional cessante da UGT afirma que «o Governo está a empurrar os trabalhadores para formas de luta», o que tem por base a requisição civil decretada pelo Governo para combater a greve na CP. Ainda assim, João Proença relembra que a UGT se caracteriza pela sua aposta na concertação social.
- 9 de maio – Greve dos trabalhadores da Administração Pública contra os 2,5 por cento de aumento salarial.
Greve dos trabalhadores do Metro e da Carris tendo em vista aumentos salariais.
- 11 de maio – Metalúrgicos da EPAL em greve contra os 3 por cento de aumento salarial propostos pela administração da empresa.
- 15 de maio – Acordo de contrato coletivo assinado pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis e as associações patronais. O horário de trabalho semanal de quarenta horas é um dos itens do acordo.
- 16 de maio – Greve na Função Pública, Metro e Carris. Todos exigem aumentos salariais.
- 18 de maio – Algumas dezenas de dirigentes e ativistas sindicais da Cimpor concentram-se por aumentos salariais superiores a 4 por cento.
- 22 de maio – Sindicatos associados à UGT continuarão a lutar por aumentos salariais na Função Pública, Metro e Carris, afirma João Proença após a primeira reunião do novo Secretariado Nacional.
- 23 de maio – Greve dos operários da Câmara Municipal de Lisboa contra portaria que alegadamente cria diferenças entre trabalhadores no que diz respeito às carreiras.
- 24 de maio – Nova greve dos trabalhadores dos Transportes Sul do Tejo exigindo aumentos salariais.
- 24 de maio – Federação Nacional de Professores desconvoca greve marcada para dia 29 de maio, depois de assinar documento com o Ministério da Educação que calendariza novas negociações.
- 25 de maio – VII Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.
- 29 a 31 de maio – Greve dos Informáticos da Administração Pública convocada pela Frente Comum (CGTP). Em causa está a revisão das carreiras.
- 31 de maio – No Parque Eduardo VII, Frente Comum reúne sindicalistas de todo o País e aprova resolução contra o fim das negociações com os sindicatos da Função Pública para o aumento salarial.

- 3 de junho – Dirigentes sindicais afetos à CGTP esperam o ministro Pina Moura em frente da Lear – empresa que apenas contrata trabalhadoras a prazo – e entregam-lhe carta denunciando a precariedade a que estão sujeitos milhares de trabalhadores.
- 5 de junho – Funcionários da GDP e Petrogal manifestam-se junto à residência oficial do Primeiro-ministro contra a reestruturação das empresas que terá como consequência o despedimento de 250 trabalhadores.
- 10 de junho – Federação dos Sindicatos do Setor da Pesca denuncia a alegada submissão do Governo às orientações europeias.
- 12 e 13 de junho – Funcionários da Quimitecnica em greve. Em causa estão, entre outros, aumentos salariais e a revisão do subsídio de alimentação.
- 13 de junho – Suspensa a paralisação dos trabalhadores da Cimpor e do Cabo Mondego depois de acordo entre estes e administração da empresa. Em causa estava o aumento do subsídio de turno.
- 17 de junho – «Por uma Europa do Pleno Emprego» é o lema da manifestação europeia agendada para dia 19, no Porto. UGT e CGTP unidas na organização do evento.
- 19 de junho – Trabalhadores do Jardim Zoológico em greve por aumentos salariais de 3,5 por cento e pelo direito a uma folga por cada feriado trabalhado.
- 23 de junho – Pescadores de sardinha boicotam venda de peixe congelado espanhol e francês em Matosinhos.
- 28 de junho – Bombeiros concentram-se em frente ao Ministério da Administração Interna pela reestruturação das carreiras.
- 10 e 11 de julho – Greve dos trabalhadores da Inspeção-Geral do Trabalho pela reestruturação das carreiras.
- 12 de julho – Paralisação dos trabalhadores da Rodoviária de Lisboa pela reabertura das negociações com a Administração da empresa.
Plataforma Reivindicativa Comum exige atualização das carreiras dos docentes do ensino superior, tal como aconteceu no ensino básico e secundário.
- 12 de julho – Nova concentração dos bombeiros diante o Ministério da Administração Interna. Reclamam diálogo com o Governo e prometem novo protesto para dia 25 de julho.
- 15 de julho – Decretados nove dias de greve pelo Sindicato dos Funcionários Judiciais para os meses de julho, agosto e setembro. Em causa a abertura das instâncias judiciais aos sábados.

- 19 de julho – Lista de orientação comunista vence eleições no Sindicato do Pessoal de Voo da Aviação Civil, depois de já ter dirigido o sindicato entre 1997 e 1999. Vera Carneiro é a cabeça-de-lista.
- 19 a 22 de julho – Greve dos trabalhadores de manutenção da TAP pela revisão das carreiras. Sindicato dos Técnicos de Manutenção de Aeronaves afirma que a empresa apenas aceita negociar a tabela salarial no final do ano.
- 24 de julho – Deolinda Machado, da Comissão Executiva da CGTP, exige o aumento do salário mínimo para 65 mil escudos. Apesar do aumento ser residual, a sindicalista afirma que fará a diferença para muitas famílias.
- 25 de julho – Novo protesto dos bombeiros profissionais junto à residência oficial do Primeiro-ministro. Reclamam diálogo e a reestruturação das carreiras.
- 25 a 27 de julho – Funcionários da Secil de Coimbra, Montijo e Olhão em greve durante três dias. Em causa estão aumentos salariais.
- 27 de julho – Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas denuncia despedimentos coletivos, salários em atraso e o não cumprimento do Acordo da Empresa na Pasquisa. O sindicato exige a intervenção do Governo.
- 29 de julho – 2/3 dos trabalhadores da ANA consideram-se discriminados por não pertencerem ao sindicato que assinou o Acordo de Empresa, o que os priva dos prémios pecuniários atribuídos pela empresa.
- 30 de julho – Maquinistas da CP decretam greve para os dias 25, 26, 27 e 28 de agosto e 1, 2, 3 e 4 de setembro.
- 31 de julho – Greve dos inspetores do SEF condiciona fiscalização de passageiros nos aeroportos.
- 1 de agosto – Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Norte denuncia a «escravatura» a que são sujeitos muitos imigrantes de Leste.
- 5 de agosto – Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil decide «agravar a greve» às sextas-feiras e anuncia paralisação dos pilotos da Portugalia de 11 a 14 de agosto. Em causa está a não existência de «protocolo negocial» tendo em vista o Acordo de Empresa.
- 7 de agosto – Administração da CP e SMAQ acordam voltar às negociações depois de três meses de requisição civil. No entanto, SMAQ mantém greves agendadas para os dias 25, 26, 27 e 28 de agosto e 1, 2, 3 e 4 de setembro.
- 10 de agosto – Trabalho infantil nos campos de tomate alentejanos denunciado pela CGTP.
- 12 de agosto – O *Expresso* divulga atribuição por parte do Banco de Portugal de

- subsídios ao Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (maior sindicato da UGT) desde 1983.
- 24 de agosto – Estala conflito entre maquinistas e ferroviários da CP. Os segundos não aceitam que 1200 trabalhadores de um universo de 5200 sejam abrangidos por um regime de exceção ou que tenham menos direitos laborais que os primeiros.
- 1 de setembro – Greve dos motoristas da STCP. Trabalhadores ameaçam com novas greves caso sindicatos e Administração não cheguem a consenso.
- 2 de setembro – Presidente da República Jorge Sampaio recebe parceiros sociais. UGT defende que o valor da inflação de 1999 deve ser definido em concertação social visto que, segundo a central sindical, os rendimentos dos trabalhadores foram altamente condicionados pelos prognósticos equivocados do Executivo.
- 4 de setembro – Presidente dos STCP admite demitir-se do cargo na eventualidade dos funcionários aderirem maciçamente às greves agendadas para os dias 15 e 22 de setembro.
- 7 de setembro – CGTP defende aumentos salariais de 5,5 por cento para 2001.
- 9 de setembro – UGT exige um aumento 7,4 por cento no salário mínimo para os setores da indústria, agricultura, serviços e comércio. A Central exige também a diminuição dos impostos sobre os rendimentos do trabalho.
- 11 de setembro – TSD defendem 5,5 por cento de aumento nos salários e 70 mil escudos de salário mínimo.
- 12 de setembro – UGT exige aumentos salariais entre 5,3 e 6 por cento. A Central Sindical não define um valor certo tendo em conta o facto de o Governo ainda não ter previsto a inflação para 2001.
- 30 de setembro – CGTP celebra 30 décadas de sindicalismo no Centro de Férias do INATEL.
- 2 de outubro – FESAP exige aumentos salariais de 6 por cento para os trabalhadores da Função Pública.
- 3 de outubro – Trabalhadores fabris do exército em greve pela atualização das carreiras.
- 7 de outubro – Sindicato dos Enfermeiros denuncia a falta de profissionais no Sistema Nacional de Saúde. De acordo com a estrutura sindical, são 12 mil os enfermeiros em falta.
- 16 de outubro – Julgamento dos arguidos do «caso UGT» adiado.

- 23 de outubro – Governo afirma não apresentar proposta de aumento salarial na Função Pública sem ser votado o OE para 2001.
- 24 de outubro – Manifestação de professores contratados em Lisboa.
- 26 de outubro – Conselho de Ministros aumenta o salário mínimo para 67 mil escudos, o que representa um aumento de 5 por cento. Centrais sindicais consideram aumento residual.
- 1 de novembro – Chega ao fim o processo de negociação quanto à atualização das carreiras na CP. Administração não aceita as reivindicações salariais do SMAQ.
- 2 de novembro – UGT e CGTP unidas na crítica ao Orçamento de Estado para 2001, em particular no referencial da inflação previsto pelo Governo – entre 2,7 e 2,9 por cento.
- 3 de novembro – Greve de três dias dos trabalhadores da Secção Pilatus das OGMA – Indústria de Aeronáutica de Portugal.
- 18 de novembro – União do Sindicalismo Independente anunciada no Hotel Continental em Lisboa. Esta nova central sindical em constituição afirma não depender politicamente de partidos, ao contrário do que diz suceder à UGT e à CGTP.
- 20 e 21 de novembro – Debate na sede da UGT, em Lisboa, sobre a reforma fiscal. Estão presentes deputados de todos os grupos parlamentares e o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.
- 23 de novembro – CGTP manifesta-se em Lisboa reclamando aumentos salariais e uma reforma fiscal que não prejudique os trabalhadores. Ao longo da semana a central sindical distribuiu informação e convocou os trabalhadores para diversos plenários.
- 28 de novembro – Funcionários públicos manifestam-se nas ruas de Lisboa contra o aumento salarial previsto pelo Executivo.
- 1 de dezembro – Decretada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública greve dos técnicos de saúde (enfermeiros e médicos não estão convocados) para dia 7 de dezembro. Os motivos da greve prendem-se com a revisão das carreiras e precariedade de emprego.
- Farmacêuticos exigem ao Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos novas lutas tendo em vista a aplicação efetiva nas farmácias privadas da lei que regulamenta a prática de diagnóstico e terapêutica.
- 6 de dezembro – Delegação da CGTP marca presença em Nice, França, por ocasião da manifestação «Por uma Europa mais social», realizada aquando do Conselho Europeu.

- 7 de dezembro – Secretário de Estado da Administração Pública, Alexandre Rosa, afirma que há condições para se chegar a um acordo no que diz respeito aos aumentos salariais na Função Pública.
Greve dos trabalhadores da saúde na região Norte contra a precariedade. Frente Comum (CGTP) rompe negociações com o Governo tendo em vista aumentos salariais na Função Pública. O sindicato não aceita o aumento de 3,5 por cento proposto pelo governo.
- 8 de dezembro – Governo e Federação dos Sindicatos da Administração Pública chegam a acordo quanto aos aumentos salariais na Função Pública. STE (UGT) e Frente Comum (CGTP) não assinam. O aumento acordado é de 3,71%.
Mineiros da Somicor-Neves Corvo convocam greve a partir de dia 13 de dezembro, por tempo indeterminado, reclamando aumentos salariais e o fim do processo contra um dirigente sindical.
- 11 a 15 de dezembro – Greve de cinco dias dos maquinistas da CP.
- 13 de dezembro – Manifestação da CGTP em frente ao Ministério do Trabalho denunciando a precariedade de muitos trabalhadores em Portugal.
- 16 de dezembro – Maquinistas da CP anunciam greve a partir de dia 27 de dezembro.
- 20 de dezembro – Trabalhadores do vestuário e têxtil em protesto no Porto contra descida dos salários que, de acordo com a FESETE, voltam a igualar o salário mínimo.
- 21 de dezembro – STE pede a reabertura das negociações do aumento do salário mínimo na Função Pública, mas Governo responde que não haverá alterações ao acordo assinado.
- 23 de dezembro – Fundação para a Prevenção e Segurança denunciada por financiar Associação Sócio-profissional de Polícias.
Sindicato Nacional dos Maquinistas da CP anuncia nova greve de 8 e 10 de janeiro de 2001. De acordo com a estrutura sindical, a greve prende-se com o «terrorismo e repressão» da empresa.
- 26 de dezembro – Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários mostra-se contra a reforma fiscal em curso.

2001

- 2 de janeiro – Decretada greve pelo SMAQ para os dias 8, 9 e 10 de janeiro. Alegadamente está em causa o bloqueio negocial por parte da direção da CP.

- 3 de janeiro – FESAHT ganha parcialmente luta contra a ENATUR e trabalhadores que laboraram durante a noite de fim de ano arrecadam prémio de 30 contos. Aumentos salariais por conhecer.
- FESETE convoca greve geral para dia 26 de janeiro. Em causa estão os baixos salários no setor têxtil.
- 8 de janeiro – Inicia-se a greve dos maquinistas da CP.
- 9 de janeiro – CIP prevê deslocalização das empresas portuguesas e fuga de capitais tendo em conta a legislação fiscal do governo socialista.
- 14 de janeiro – Julgamento do caso UGT/FSE novamente adiado.
- 15 de janeiro – Centenas de trabalhadores imigrantes começam a dirigir-se ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Sul após o início do novo processo de legalização. De acordo com a CGTP, as empresas de construção «procuram fugir à celebração dos contratos». Ainda de acordo com a Central Sindical, cerca de 5 mil trabalhadores já abandonaram os estaleiros de obras.
- 20 de janeiro – Greve dos maquinistas da CP suspensa até dia 22 de janeiro – data em que Administração da empresa e maquinistas voltam a sentar-se à mesa.
- 27 de janeiro – Em comunicado, TSD pedem um PSD mais próximo das alegadas origens sociais-democratas.
- Sindicatos e Administração da EPAC chegam a entendimento no que diz respeito às carreiras profissionais. Os aumentos salariais serão de 2,5 por cento.
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte denuncia EFACEC por esta estar alegadamente a pressionar funcionários a rescindir contratos de trabalho.
- 30 de janeiro – Negociações suspensas entre Associação Portuguesa de Bancos e sindicatos.
- 1 de fevereiro – Trabalhadores da cerâmica Estaco em greve reivindicando o pagamento do salário de janeiro em atraso.
- 10 de fevereiro – Decretada greve pelo Sindicato Nacional dos Maquinistas entre os dias 19 e 26 de fevereiro – depois de se romperem as negociações com a Administração da CP.
- 10 anos depois CGTP volta a assinar acordos setoriais em sede de concertação social.
- 10 de fevereiro – CGTP anuncia jornada reivindicativa por aumentos salariais e pelo combate ao trabalho precário.

- 12 de fevereiro – UGT ajuda no processo de integração de imigrantes ilegais com a abertura de 50 centros de apoio e distribuição de informação aos domingos nos bairros mais povoados.
Duas centenas de funcionários dos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, Porto e Coimbra em greve.
- 17 de fevereiro – Depois de conhecida a inflação de janeiro 2001 – 4,4 por cento em relação ao mesmo mês do ano anterior –, a UGT denuncia as previsões «claramente ultrapassadas» do Governo. A central sindical adianta que, caso o Governo não reveja a meta prevista no OE, os trabalhadores serão novamente «penalizados».
- 20 de fevereiro – Desconvoada a greve dos maquinistas da CP após acordo com a empresa que prevê aumentos salariais no valor de 4 por cento.
- 24 de fevereiro – Agendada greve dos guardas-noturnos dos estabelecimentos escolares para o dia 30 de fevereiro e concentração diante do Ministério da Educação. Em causa estão más condições laborais.
Duzentos trabalhadores dos têxteis manifestam-se junto à Câmara de Santo Tirso pela subida dos salários.
- 1 de março – Lançada a campanha «Precariedade, Vergonha Nacional» pela CGTP. De acordo com a central sindical, a maior parte da precariedade laboral reside nas empresas de telecomunicações.
- 17 de março – Camionistas de transporte de mercadorias ameaçam com greve em abril, caso não sejam desbloqueadas as negociações do contrato coletivo de trabalho.
- 19 de março – No âmbito da campanha «Precariedade, Vergonha Nacional» a CGTP denuncia a política salarial em Portugal: os salários dos trabalhadores portugueses são os mais baixos da UE.
- 24 de março – Greve dos trabalhadores das Minas de Aljustrel tendo em vista melhores condições laborais e aumentos salariais.
- 24 de março – Decretada greve nacional dos enfermeiros para dia 6 de abril tendo em vista uma aposentação mais rápida.
- 24 de março – STE contesta proposta de Lei-Quadro para os institutos públicos que, segundo a estrutura sindical, «abre parte a porta a que se continue a ter trabalhadores que exercem a mesma função com remunerações diferentes».
- 24 de março – «Bloco central» e «Esquerda Unida» nas eleições do Sindicato dos Bancários do Norte. O primeiro, representado na Lista A, corresponde à coligação que envolve a Tendência Sindical Socialista, os TSD e os democratas-

- cristãos. A segunda, Lista O, corresponde à coligação de socialistas à esquerda da sua direção e comunistas. As eleições decorrem a 17 de abril.
- 24 de março – Manifestação convocada pela CGTP em Lisboa. Entre as principais reivindicações encontram-se aumentos salariais e melhores horários laborais. Protestos junto às escolas dos alunos das escolas secundárias contra a revisão curricular.
- 26 de março – Estudantes universitários de Coimbra, Porto e Lisboa manifestam-se nas ruas e diante do parlamento contra a política do Governo para a Educação.
- 28 e 29 de março – Greve dos funcionários dos transportes coletivos urbanos. Em causa está a progressão nas carreiras.
- 30 de março – Fábrica Triunfo encerra em Coimbra, e trabalhadores dispensados não recebem indemnizações atualizadas.
Greve da FENPROF por aumentos salariais e melhores condições laborais.
- 31 de março – Sindicato dos Funcionários Judiciais promete greve para o mês de abril por aumentos salariais e formação adequada dos trabalhadores.
Ameaça de greve por parte dos trabalhadores do Jardim Zoológico de Lisboa. Trabalhadores da Portucel Recicla, em Mourão, desconhecem futuro laboral. A nova fábrica contará apenas com 80 operários dos atuais 189. Esta situação está relacionada com o aumento do caudal do rio Guadiana nas imediações da Barragem do Alqueva e que leva ao encerramento da fábrica em Mourão.
- 2 de abril – Trabalhadores da Portucel Recicla manifestam-se e boicotam leilão internacional que visa a venda dos diferentes equipamentos da fábrica de Mourão. A esta ação juntam-se uma greve e a ida da comissão de trabalhadores à Assembleia da República para uma reunião com a Comissão Parlamentar de Economia no dia 17 de abril.
- 3 de abril – Frente Comum pede reunião com Governo para discutir eventual aumento salarial intercalar para compensar a perda de poder de compra dos funcionários públicos.
- 6 de abril – No âmbito das comemorações dos cem anos do nascimento de Bento de Jesus Caraça, a CGTP realiza iniciativa «Um pensamento, uma obra para o novo milénio».
- 7 de abril – Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas investe dois milhões de contos em centro médico (Serviço de Assistência Médico-Social).
Empresa EDIA prevê venda da fábrica de Mourão em oferta pública.

- 9 de abril – Associação dos Sindicatos de Santarém (CGTP) alerta para as cerca de 80 falências de empresas daquela região e para os cerca de dois mil trabalhadores desempregados.
- 13 de abril – «Movimento Cívico» de médicos lança manifesto para uma «Reforma da Saúde». Entre as personalidades próximas do movimento estão Marcelo Rebelo de Sousa, Manuel Villaverde Cabral e Maldonado Gonelha. Frente Comum, STE e FESAP unidos na exigência da revisão do aumento salarial de 3,71 por cento na Função Pública depois de conhecida a revisão para a inflação que se situará entre os 2,9 e os 3,3 por cento e não entre 2,7 e 2,9 por cento, como previsto pelo Governo. Apenas a FESAP havia assinado acordo salarial para o ano 2001.
- 13 e 14 de abril – Greve dos funcionários dos museus. Em causa está o mais recente regulamento das carreiras.
- 20 de abril – TAP rejeita aumentos salariais aos funcionários evocando os mais de 20 milhões de contos de prejuízos.
- 23 de abril – Primeiro dos três dias de greve dos funcionários dos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, Porto e Coimbra.
- 26 de abril – VI Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, em Coimbra sob o título «Fazer da Educação a Raiz do Desenvolvimento». Proposto o reinício das negociações salariais na Função Pública por parte do STE. O sindicato propõe um aumento de 5 por cento. A Frente Comum, afeta à CGTP, também exige a reabertura das rondas negociais.
- 28 de abril – Federação Nacional dos Médicos prevê greve para dias 11, 12 e 13 de junho, em causa a insatisfação para com a política da ministra da saúde Manuela Arcanjo.
- 1 de maio – Manifestações do Dia do Trabalhador marcadas pelas exigências de aumentos salariais e segurança laboral. CGTP convoca greve geral para dia 7 de junho.
- 5 de maio – Ferraz da Costa abandona o cargo de dirigente máximo da CIP. Nogueira Simões, vice-presidente, e Manuel Gamito lideram as fações em luta pela liderança da confederação patronal. Sindicato dos Trabalhadores Consulares equacionam greve dia 10 de maio na eventualidade do seu estatuto profissional não ser revisto. Administração da TAP procura assinar um acordo de empresa com os diferentes sindicatos.

- 5 de maio – STE rejeita a hipótese veiculada pela comunicação social quanto à intenção do Governo proceder a eventuais despedimentos na Função Pública.
- 7 de maio – Primeira audiência do julgamento do «caso UGT».
- 8 de maio – 300 antigos operários da Siderurgia Nacional reclamam trabalho e pré-reforma aos 50 anos de idade em manifestação diante o Ministério do Trabalho. Duas centenas de pessoas ficaram sem trabalho após o encerramento da fábrica em março.
- 9 de maio – Manifestação convocada pela Federação Nacional dos Professores diante do Ministério da Educação pelo vínculo dos professores contratados e pela estabilidade profissional.
- 12 de maio – Alexandre Rosa, secretário de Estado da Administração Pública, afirma, em entrevista à comunicação social, que até 2001 a Função Pública terá uma redução de 200 mil funcionários.
- «Caso UGT» volta aos jornais. Em causa está a cada vez mais provável prescrição do processo movido contra a UGT após sucessivos adiamentos do julgamento e ação de defesa dos arguidos. Torres Couto afirma que se trata de um «processo político» contra ele dirigido e que, qualquer que seja a decisão do tribunal, irá mover uma queixa contra o Estado português devido ao atraso da Justiça.
- 16 de maio – Professores reclamam no Ministério da Educação uma Lei-Quadro do Financiamento da Educação Básica e Secundária.
- Manifestação de trabalhadores afetos à Frente Comum junto à residência oficial do Primeiro-ministro pela reabertura das negociações salariais tendo em vista uma revisão salarial depois de conhecidos os valores da inflação.
- 17 de maio – Funcionários da Teleweb fazem queixa à IGT por alegada coação da empresa na rescisão de contratos de trabalho.
- 22 de maio – Greve dos funcionários de refeitórios, cantinas e bares. Em causa está a precariedade de uma parte significativa dos trabalhadores e os baixos salários.
- 30 de maio – Professores voltam a manifestar-se em todo o País por melhores condições de trabalho.
- Greve nos serviços diplomáticos. A assistência à saúde é a principal reivindicação daqueles funcionários.
- Agendadas para dia 7 de junho manifestações em todo o País pela reposição do poder de compra e por aumentos salariais intercalares na Função Pública. Marcada greve pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração

Local para dia 11 de junho. Entre as reivindicações estão a regulamentação do suplemento de risco e o aumento salarial intercalar. O sindicato confirma igualmente que estará presente na manifestação de dia 7 de junho convocada pela CGTP.

FENPROF decreta greve para os dias 18 e 21 de junho, datas dos exames nacionais do 12.º ano. Os professores reclamam a aposentação ao fim de 30 anos de atividade letiva e a revisão da legislação relativa aos quadros.

7 de junho – Manifestação nacional da CGTP com cerca de 3000 trabalhadores.

Reposição do poder de compra e 25 dias de férias entre as principais reivindicações.

9 de junho – Agendados protestos dos funcionários judiciais para os dias 25 e 29 de junho.

11 de junho – Greve dos trabalhadores da administração local com uma adesão na ordem dos 70 por cento (fonte sindical).

11, 12 e 13 de junho – Greve dos médicos do setor público pela defesa das carreiras e pelo pagamento da dívida de subsídio de risco. Federação Nacional dos Médicos aponta para uma adesão na ordem dos 50 por cento, enquanto o Ministério da Saúde aponta para cerca de 23 por cento.

16 de junho – SMAQ convoca greve para dia 18 de junho. Em causa estão os processos disciplinares a 15 trabalhadores que se recusam a trabalhar por alegada falta de segurança. A greve prende-se também com a falta de condições de trabalho.

Sindicato dos Professores da Região Centro promove manifestação de docentes para dia 19 de junho diante do Ministério da Educação contra a medida do Executivo de retirar 3714 docentes do ensino especial.

18 de junho – Greve dos maquinistas da CP. Para além dos processos disciplinares a 15 trabalhadores que se recusam a trabalhar por alegada falta de segurança, a greve prende-se igualmente com a intenção de transferir funcionários para o Metro do Porto.

Desconvocada a greve nacional de professores por parte de quase todos os sindicatos. A greve boicotaria a realização dos exames nacionais do ensino secundário.

21 de junho – Crise governativa. Pina Moura pede a demissão. Primeiro-ministro António Guterres pede ao ministro da economia demissionário para sair apenas após a aprovação do Orçamento Retificativo.

23 de junho – João Proença, secretário-geral da UGT, nomeado para o Conselho

- Coordenador da SEDES. Deste novo conselho fazem parte, entre outros, Vítor Bento, Bagão Félix e Faria de Oliveira.
- 24 de junho – CGTP e Confederação dos Sindicatos Britânicos juntas na integração dos emigrantes portugueses na Grã-Bretanha.
- 26 de junho – Três mil polícias manifestam-se diante do parlamento exigindo a possibilidade de criação de sindicatos na PSP.
Educadores de infância e professores manifestam-se em frente ao Ministério da Educação.
- Trinta trabalhadoras da Conforlimpa em protesto na Praça Marquês de Pombal, no Porto. Em causa está a não atualização do subsídio de transporte e de risco.
- 29 de junho – Muitos tribunais encerrados devido à greve dos funcionários judiciais.
- 30 de junho – Manifestação de dois mil reformados e idosos em Lisboa contra a política social do Executivo.
No quadro da remodelação governamental operada por António Guterres, Luís Braga da Cruz é escolhido para a pasta da Economia.
- 2 de julho – Convocada greve de dois dias pelo Sindicato dos Transportes Rodoviários Urbanos para os motoristas de pesados privados de passageiros. Patrões não aceitam propostas de aumentos salariais para além de 3 por cento.
- 5 de julho – Mil trabalhadores do setor vidreiro da Marinha Grande em risco de despedimento. O alerta é dado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira depois de conhecido o atraso nos pagamentos por parte da empresa Mandata.
- 7 de julho – Agendado plenário da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública para dia 12 de julho. Sindicatos da Frente Comum, Sindicato dos Magistrados do Ministério Público e Associações Profissionais da PSP e GNR também marcarão presença. O objetivo é debater a Reforma na Administração Pública proposta pelo Executivo.
- 9 de julho – Greve dos maquinistas da CP.
- 11 de julho – SMAQ e administração da CP chegam a acordo, e greve de dia 12 de julho é desconvocada. O acordo prevê a inclusão dos trabalhadores da CP no processo de transferência dos maquinistas da empresa para o Metro do Porto.
- 12 de julho – Manifestação de trabalhadores da Função Pública. Convocado pela CGTP, o desfile luta contra o programa do governo para conter a despesa pública.

- 14 de julho – Decretada greve pelos trabalhadores de terra da TAP para os dias 20 e 21 de julho. Funcionários exigem aumentos salariais.
- 19 de julho – João Proença, da UGT, e Carvalho da Silva, da CGTP, recebidos pelo primeiro-ministro. O primeiro exige o aumento dos salários e a redução dos impostos sobre o trabalho. O segundo afirma que a direita partidária e os patrões alimentam uma falsa ideia de crise económica.
- 21 de julho – Greve dos trabalhadores da TAP com forte impacto no Aeroporto de Lisboa. Os trabalhadores não aceitam um aumento salarial inferior 2,9 por cento.
- 30 de julho – SBSI denuncia que os sábados trabalhados e os horários de 12 horas de muitos bancários, durante os meses de verão, que não são pagos por muitos bancos.
- 2 de julho – CGTP realiza conferência para denunciar a sinistralidade no trabalho. De acordo com a central sindical, morreram mais de 14 mil pessoas vítimas de acidentes laborais nos 15 anos anteriores. São quase três trabalhadores mortos por dia.
- 4 de agosto – Lutas laborais voltam à Petrogal. João Tunes, antigo militante do PCP e preso político durante o Estado Novo, é o principal rosto daquele movimento sindical. O trabalhador visado pela administração com uma redução salarial e a proibição de entrada na empresa.
- Greve dos médicos do Centro Hospitalar de Cascais pela efetivação do novo regime salarial aprovado em março de 2001.
- 9 de agosto – Abaixo-assinado envolve 250 trabalhadores do Hospital de Santo António no Porto contra o despedimento de oito enfermeiros com contrato a termo.
- STAL equaciona novas greves caso se mantenham as alegadas injustiças respeitantes às carreiras dos funcionários dos transportes municipais. Ainda de acordo com o sindicato, o Decreto-lei 498/99 não promove os direitos dos trabalhadores.
- 11 de agosto – Comissão de Trabalhadores da CGD propõe um sindicato de grupo que englobe todos os trabalhadores da empresa: funcionários bancários, dos seguros e das participadas de leasing. Esta iniciativa seria inédita no contexto nacional.
- 13 de agosto – CGTP revela que o trabalho precário aumentou 23 por cento desde 1998. Entre a maior parte destes trabalhadores estão jovens mulheres empregadas nas telecomunicações e no comércio.

- 13 e 14 de agosto – Trabalhadores da limpeza do Instituto de Oncologia e dos Hospitais de Coimbra em greve. Estes funcionários – assalariados da empresa Vadeca – exigem o aumento dos subsídios de alimentação, transporte e de risco.
- 14 de agosto – Greve dos maquinistas da CP. Os trabalhadores exigem melhores condições laborais.
- 18 de agosto – Torres Couto desiste da candidatura à Câmara de Valongo. Em carta enviada à distrital do PS-Porto salienta a «desmotivação» consequente da política do Governo do Partido Socialista.
- 21 de agosto – Tendo em vista a reposição do poder de compra, os trabalhadores da TAP não aceitam o aumento salarial de 1,4 por cento proposto pela empresa e exigem aumentos na ordem dos 2,9 por cento. Neste sentido, enviam carta à administração da empresa, ao Presidente da República e ao primeiro-ministro.
- 23 de agosto – 800 assinaturas entregues ao ministro da Saúde por parte do Sindicato dos enfermeiros. Em causa o despedimento de colegas com contratos a prazo apesar do Governo, pela voz de Correia de Campos, ministro da Saúde, afirmar que aqueles enfermeiros não serão despedidos.
- 25 de agosto – João Proença considera positiva a intenção da IGT de descomplexificar o regime de isenção de horário, particularmente, no setor bancário.
- 25 de agosto – CGTP critica forma como é divulgado estudo do IIEFP sobre a alegada necessidade de a economia portuguesa contratar mais 22 mil trabalhadores imigrantes. Segundo a central sindical, os postos de trabalho disponíveis devem em, primeiro lugar, ser ocupados por trabalhadores portugueses.
- 27 de agosto – Concentração de quatro dezenas de trabalhadores da CETAP, em Espinho, diante da delegação do Ministério do Trabalho no Porto. Em causa estão salários em atraso. Ministério promete Inspeção à empresa.
- 1 de setembro – Carlos Marques, da UGT, e Augusto Pascoal, da CGTP, assinam texto publicado no Expresso intitulado «É Preciso Renovar o Movimento Sindical».
- 8 de setembro – Considerada ilícita a suspensão do funcionário e quadro da empresa Petrolgal, João Tunes, pelo Tribunal de Trabalho de Lisboa. O funcionário é ainda visado por um processo disciplinar dirigido pela empresa com vista ao seu despedimento.
- Nova ronda negocial entre sindicatos da Administração Pública e Governo. STE (CGTP) exige aumentos 5,3 por cento. O número avançado pela UGT é

- de 5,5 por cento. Já a CGTP, contrariando a ideia de crise económica, exige, pelo menos, 6 por cento de aumento salarial.
- 8 de setembro – Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos denuncia os veículos com quase 20 anos comprados em segunda mão por parte das empresas privadas de transporte público.
- 11 de setembro – Concentração de 100 trabalhadores da Confélis, acompanhados por cidadãos e políticos de Almada, contra abertura do processo de falência da empresa. Os primeiros têm salários em atraso e os contratos de trabalho suspensos até a Justiça decidir sobre a razoabilidade do pedido de falência da empresa.
- 6,2 por cento é o valor que os TSD exigem de aumento salarial para o ano de 2002. Estes trabalhadores exigem ainda um aumento de 7,5 por cento do salário mínimo.
- 13 de setembro – Vidreiros da Mandata voltam a cortar a estrada nacional 242. Segundo o dirigente sindical Manuel Neto, «o Governo tem que assumir as suas responsabilidades e impedir a falência» da empresa.
- Funcionários da Mortensen, com dois meses de salários em atraso, impedem a saída dos produtos fabricados na empresa.
- 20 de setembro – Manifestação de dirigentes sindicais ligados à CGTP até ao edifício da Confederação da Indústria Portuguesa procurando dar a conhecer as reivindicações laborais ao patronato para o ano de 2002.
- 25 de setembro – Concentração de 100 trabalhadores e dirigentes sindicais do setor químico no centro de Lisboa. Em causa está a alegada repressão de que são alvo os trabalhadores da Petrolgal no que diz respeito às liberdades sindicais.
- Guilherme de Oliveira Martins, ministro das Finanças, defende negociação plurianual com os sindicatos tendo em vista a «moderação salarial fundamental para a defesa do emprego».
- 26 e 27 de setembro – Vidreiros da Mortensen e da Mandata de volta aos protestos com novos cortes de estrada e a ocupação de edifícios como os da Caixa Geral de Depósitos da Marinha Grande, CTT e Câmara Municipal. A polícia é chamada a intervir.
- 28 de setembro – Reunião de sindicatos afetos à CGTP tendo em vista a elaboração do quadro reivindicativo a apresentar ao Governo.
- 1 e 2 de outubro – Novas manifestações dos funcionários da Mandata e da Mortensen em São Bento e junto à Assembleia da República. Todos os grupos parlamentares, à exceção do do PS, prometem intervir.

- 2 de outubro – Primeiro dia de greve dos maquinistas da CP. A paralisação terá mais 10 dias.
- 3 de outubro – Vidreiros da Marinha Grande realizam marcha de 12 quilómetros até Leiria.
- 5 de outubro – STAL aconselha os trabalhadores dos municípios com empresas associadas a continuarem vinculados às autarquias, tendo em vista a manutenção do seu acesso à assistência médica e às 35 horas de trabalho semanal.
- 9 de outubro – Sindicato dos Professores da Região Centro denuncia o aumento em 20 por cento dos apoios do Estado aos colégios privados e a diminuição dos mesmos em relação à escola pública.
FESAP exige aumentos salariais de 5,5 por cento nos salários da Função Pública e nas pensões.
- 10 de outubro – Vidreiros da Mortensen e da Mandata manifestam-se novamente e cortam a estrada nacional 242 e a linha de comboio em Amieirinha.
- 11 de outubro – Várias dezendas de camionistas organizam marcha lenta entre Pombal e a Mealhada em protesto contra as alterações do Código da Estrada e ameaçam «parar» o País.
STCP, Carris e CAIMA são algumas das empresas penalizadas pela greve dos motoristas de transportes públicos. Em causa está o incremento das penalizações por infração do Código da Estrada.
- 13 de outubro – CGTP critica declarações de Joel Hasse Ferreira quanto à criação de contas pessoais no fundo de reserva da Segurança Social. Nesse sentido, Carvalho da Silva lembra que «os trabalhadores não descontam para o fundo [de reserva da SS] com vista a formar direitos individuais mas para fins de solidariedade coletiva».
Novo corte da estrada nacional 242 e da linha de comboio do Oeste por parte dos vidreiros da Mortensen e da Mandata. Reunião plenária na Assembleia da República marcada para dia 31 de outubro.
Tribunal da Marinha Grande arquiva pedido de falência da Mandata.
IV Conferência da Interjovem com o tema «Alterar o presente e construir o futuro».
Comissão de trabalhadores da RTP contra entrada de trabalhadores que auferem elevados salários apesar de a direção afirmar que um dos objetivos para o ano de 2002 passa por reduzir custos salariais. Está previsto o despedimento de 300 trabalhadores da estação pública.
- 15 de outubro – Protesto do Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões

- Diplomáticas contra o acesso diferenciado aos cuidados de saúde em relação aos outros funcionários públicos. Estes trabalhadores ainda não têm acesso à ADSE.
- 15 de outubro – João Torres, da União dos Sindicatos do Porto (CGTP), exige a criminalização por negligência dos patrões em acidentes laborais.
- 17 de outubro – STE denuncia a «fuga de cérebros» da administração pública para outros setores. De acordo com o sindicato, esta situação explica-se pelos baixos salários auferidos pelos quadros do Estado.
- 20 de outubro – Em declarações à comunicação social, Rui Coimbra, secretário de Estado do Orçamento, declara que não poderá haver «aumentos salariais excessivos» na Função Pública.
- 24 de outubro – CGTP alerta para o facto de muitas empresas e hospitais não respeitarem os direitos de maternidade e paternidade.
Operários da Siderurgia Nacional desempregados manifestam-se diante do Ministério do Trabalho. Entre as reivindicações estão o direito à pré-reforma aos 50 anos e a sua entrada em novas empresas.
- 25 de outubro – Banco Santander multado em 35 mil contos pelo não pagamento de horas extraordinárias ao fim-de-semana e sem registo das mesmas.
Sindicato da Função Pública do Norte afirma-se disponível para trabalhar com a Associação Empresarial de Portugal no âmbito do Observatório para a Cidadania.
- 27 de outubro – Segundo a CGTP, de janeiro a outubro houve cerca de 8 mil despedimentos em Portugal. Até ao final do ano serão mais 2 mil pessoas a perder o seu emprego. João Proença avança que a UGT está a esforçar-se para que o pagamento das indemnizações não tarde e se concretize através do eventual ressurgimento do Fundo de Garantia Salarial.
- 29 de outubro – Cerca de 50 vidreiros começam longa caminhada desde as Caldas da Rainha até ao Palácio de Belém. Estes trabalhadores pedem a intervenção do Presidente da República no sentido de se encontrar uma solução para a falência das fábricas Mandata e Mortensen.
Greve às horas extraordinárias decretada pelo Sindicato Independente dos Ferroviários e Afins. A greve realiza-se de 2 de novembro até ao fim do mesmo mês e tem por causa, por exemplo, a não existência de subsídio de turno e de escalas para muitos trabalhadores.
- 30 de outubro – Começam as negociações salariais para o ano 2002 entre os três sindicatos da Função Pública e o Governo. Este apenas divulga proposta a 14 de novembro, data da aprovação do OE.

30 de outubro – CGTP denuncia práticas laborais nos hipermercados. De acordo com Carvalho da Silva, é naqueles que «se regista maior número de violações dos direitos dos trabalhadores».

Assessor do Presidente da República recebe vidreiros.

5 de novembro – Médicos psiquiatras do Hospital de Faro em greve por melhores condições de trabalho e pela saída do diretor daquele hospital.

6 de novembro – Nova ronda de negociações entre sindicatos da Função Pública e Executivo sem fumo branco. Executivo promete apresentar proposta dia 14 de novembro.

7 de novembro – Julgamento do Caso UGT adiado pela sexta vez. A nova data é 17 de dezembro. Torres Couto promete publicar um livro após o final do processo-crime.

Cerca de 2 mil trabalhadores manifestam-se em Lisboa, convocados pela CGTP. O protesto verificou-se também noutras cidades do País.

União dos Sindicatos do Algarve preocupado com os baixos salários na região.

9 de novembro – 69.770 escudos é o novo valor estabelecido para o salário mínimo em 2002.

12 de novembro – Inicia-se a greve dos carteiros às horas extraordinárias.

17 de novembro – UGT e CGTP marcam greve geral para os trabalhadores da Função Pública para dia 27 de novembro. Em causa está a proposta de 2,5 por cento de aumento salarial do Governo para os trabalhadores do Estado.

Governo não vai além dos 3 por cento no aumento dos salários na Função Pública. STE exige um aumento de 5,3 por cento, FESAP 5,5 e Frente Comum 6 por cento.

19 de novembro – Vidreiros da Mortensen voltam à fábrica depois da empresa prometer o pagamento dos salários em falta. Depois de dois meses de greve e manifestações, os trabalhadores voltam a laborar.

21 de novembro – Apesar do STE e da FESAP baixarem as exigências salariais para 5 e 5,3 por cento, respetivamente, o Executivo não cede. Frente Comum mantém a exigência de 6 por cento.

24 de novembro – Banco de Portugal enfrenta processo-crime dirigido pelo Ministério Público por supostos financiamentos ilegais ao Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (o maior sindicato da UGT).

Sindicato Nacional e Democrático dos Professores adere à convocatória para a greve geral de 27 de novembro.

- 26 de novembro – Paralisação dos carteiros ao segundo período de trabalho nos principais centros de distribuição do País.
- 27 de novembro – Greve geral da Função Pública. A ação decorre durante o período de negociações salariais entre governo e Frente Comum e STE. Segundo a Frente Comum a adesão à greve situa-se nos 70 por cento, enquanto os dados do Governo ficam-se pelos 11,4 por cento.
- 1 de dezembro – Desconvoada a greve dos funcionários da Interbolsa marcada para 6 de dezembro. Este desfecho é consequência do acordo a que chegaram empresa e trabalhadores.
- 3 de dezembro – Funcionários da Soflusa em greve. É exigida pelos trabalhadores a retoma das negociações do acordo da empresa.
Governo mantém proposta de 2,5 por cento de aumento salarial para Função Pública.
- 8 de dezembro – Decretada greve dos maquinistas para dia 13 e 14 de dezembro. Sindicato confirma a possibilidade de não se cumprirem os serviços mínimos exigidos pelo Governo.
- 10 de dezembro – SMAQ suspende greve depois do Governo decretar requisição civil em Conselho de Ministros.
A Comissão de Trabalhadores da STCP condena a gestão da empresa.
Greve dos funcionários públicos espanhóis a trabalhar em Portugal: a sua condição laboral não está de acordo nem com a lei espanhola nem com a lei portuguesa.
- 12 de dezembro – Governo propõe 2,6 por cento de aumento salarial na Função Pública. Sindicatos contestam aumento de uma décima em relação à proposta anterior.
- 14 de dezembro – Concentração de 50 funcionários da Molin em São Bento. Estes trabalhadores estão desempregados depois de a empresa declarar falência.
Acordo entre Sindicato dos Bancários do Norte e Centro, Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas e o Grupo BCP. O acordo prevê a reestruturação das carreiras.
- 16 de dezembro – Na sequência dos maus resultados do PS nas eleições autárquicas, primeiro-ministro António Guterres anuncia a sua demissão.
- 19 de dezembro – De acordo com a União dos Sindicatos de Lisboa, só em Lisboa os patrões devem mais de 300 milhões de euros aos trabalhadores, quer por despedimentos, quer por falência das empresas.

- 20 de dezembro – Terminam as negociações salariais entre Governo e sindicatos da Função Pública. O Executivo fixa em 2,75 por cento a subida dos salários.
- 21 de dezembro – Greve dos funcionários dos transportes postais e dos transportes públicos do Porto. Os primeiros exigem um novo estatuto profissional e os segundos aumentos salariais.
- 26 de dezembro – Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Públicos Rodoviários e Urbanos do Centro denuncia o pagamento dos salários dos trabalhadores da Rodoviária da Beira Litoral em prestações e adianta que o subsídio de natal também não foi recebido por aqueles funcionários. Nesta situação encontram-se cerca de 400 trabalhadores.
- 29 de dezembro – Convocada concentração nacional pela FENPROF contra o adiamento da contratação de cerca de 6 mil professores. Esta decisão surge após a demissão do primeiro-ministro António Guterres.

2002

- 4 de janeiro – Funcionários do serviço de pediatria do Hospital de Faro em greve. A 7, 15, 23, e 31 de janeiro a greve repete-se.
O não pagamento de horas extraordinárias e a inexistência de um contrato de empresa leva o Sindicato Independente dos Médicos a decretar greve durante 4 dias.
- 11 de janeiro – Manifestação em S. Bento organizada pela FNE e FENPROF mobiliza 200 professores contratados que exigem a sua vinculação.
- 12 de janeiro – Sindicato Mineiro, afeto à CGTP, não se conforma com a privatização de parte das Pirites Alentejanas. Os trabalhadores, com 10 anos de estagnação salarial, desconhecem o seu futuro.
- 19 de janeiro a 26 de janeiro – Centenas de trabalhadores da PT concentram-se diante da sede, em Lisboa, contra o fim dos benefícios fiscais dos pré-reformados e contra o aumento salarial de 3,3 por cento. Os trabalhadores pedem a intervenção do Ministério do Trabalho.
Metalúrgicos manifestam-se diante da sede da Bombardier, na Amadora.
- 24 de janeiro – Votada por maioria a fundação da Federação Nacional dos Sindicatos da Banca por parte dos Bancários do Sul e Ilhas.
- 2 de fevereiro – Joaquim Pires, dirigente da FESAHT, mostra-se contra a provável reestruturação da ENATUR que, segundo o próprio, «provocará a extinção de postos de trabalho».

- 8 de fevereiro – Concentração dos bancários em Coimbra contra os incumprimentos do ACT e a não remuneração das horas extraordinárias.
- 9 de fevereiro – O eventual encerramento da refinaria de Leça e o futuro incerto da Petrogal levam a Comissão Central de Trabalhadores a agendar uma greve para dia 1 de março.
- 1 de março – Entra em vigor a lei da liberdade sindical e da negociação coletiva que viabiliza a criação de sindicatos para os agentes da PSP.
- 9 de março – Durão Barroso, principal dirigente do PSD e próximo primeiro-ministro, afirma que «se algum político disser que vai aumentar os salários e pensões está a mentir.»
- 27 de março – Greve dos trabalhadores do Zoo de Lisboa.
- 3 de abril – Reunião do Conselho Nacional da CGTP. Central Sindical afirma que Governo PSD-PP representa os «objetivos mais profundos da direita social» e «as dinâmicas mais conservadoras e retrógradas que se manifestam na sociedade» portuguesa.
- 4 de abril – Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP sob o tema «O Novo Governo e a Linhas de Força da Ação Sindical nos Próximos Tempos».
- 6 de abril – Tomada de posse do XV Governo Constitucional, que tem como primeiro-ministro José Manuel Durão Barroso e como ministro da Segurança Social e Trabalho António Bagão Félix.
- 6 de abril – De acordo com o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, cerca de mil enfermeiros podem cair no desemprego. A conclusão é tirada após a publicação de um despacho do Conselho de Ministros de dia 28 de fevereiro que visa a redução da duração dos contratos de trabalho da Função Pública.
- 6 de abril – Nobre dos Santos, dirigente da FESAP, referindo-se à ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, afirma: «Vamos ver se tem coragem de cortar nos salários indiscriminadamente». Já Bettencourt Picanço, do STE, mostra-se esperançoso «no diálogo» com a nova ministra.
- 9 de abril – Organizações sindicais presentes em vigília diante a embaixada de Israel, em Lisboa, em protesto contra a repressão do povo palestiano.
- 12 de abril – Francisco van Zeller assume a presidência da CIP.
- 16 de abril – Trabalhadores da Eres ocupam a agência do BES na Covilhã tendo em vista o pagamento dos salários em atraso.
- 24 de abril – Nova paralisação e concentração dos trabalhadores do Jardim Zoológico de Lisboa exigindo aumento de salários e outras regalias.
- 4 de maio – As principais organizações sindicais da Função Pública pronunciam-

-se contra o Programa do Governo e denunciam a possibilidade de congelamento dos salários.

Mário Jorge, da Federação Nacional de Médicos, após reunião com o ministro da Saúde, exige o pagamento das horas extraordinárias.

Carvalho da Silva, em declarações ao jornal *O Independente*, pronuncia-se sobre a situação económica e laboral e sobre as relações com a UGT.

7 de maio – Fábrica Schuh-Union, na Maia, anuncia o seu encerramento e o despedimento dos 460 trabalhadores.

9 de maio – Greve dos trabalhadores da Carris.

10 de maio – Apresentado pré-aviso de greve dos trabalhadores da Petrogal para dia 23 e 24 de maio contra a «destruição operada na empresa pela atual administração». Os trabalhadores exigem a saída de António Mexia do cargo de presidente da Galp Energia.

11 de maio – Supremo Tribunal Administrativo considera ilegal a requisição civil de trabalhadores da Função Pública antes do início das greves.

Reunião entre a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, e os sindicatos da Função Pública. A Ministra apresenta um plano que prevê o fim de 30 institutos/serviços públicos e a reestruturação de outros.

16 de maio – Greve conjunta dos trabalhadores da Carris e dos Transportes do Sul do Tejo por aumentos salariais e contra a flexibilização laboral. SITRA (UGT) não adere à greve depois de chegar a acordo com a empresa.

18 de maio – Sindicatos da Função Pública receosos que a extinção de institutos públicos signifique o despedimento de milhares de trabalhadores.

20 de maio – Greve geral convocada pela CGTP contra o orçamento retificativo, nomeadamente pela subida dos impostos.

25 de maio – Rendimento Social de Inserção substitui o Rendimento Mínimo Garantido após decreto do Conselho de Ministros.

A ministra das Finanças informa que, apesar de ter aberto a porta aos despedimentos na Função Pública dos contratados a prazo, será possível «ponderar caso a caso» e eventualmente manter alguns trabalhadores.

29 de maio – Greve dos trabalhadores não docentes das escolas do ensino básico e secundário pela transição para as novas carreiras e vinculação efetiva à Função Pública.

1 de junho – Segundo o Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, o congelamento das entradas na administração pública colocará em causa a cobrança de impostos.

- 3 de junho – Gartêxtil, na Guarda, fecha portas. Funcionárias concentram-se diante das instalações da empresa reclamando salários em atraso.
- 1 a 8 de junho – Paralisações na Carris. Trabalhadores querem a reabertura das negociações salariais.
- 7 de junho – Manifestação dos trabalhadores da Função Pública, em Lisboa, convocada pela Frente Comum contra as medidas de contenção anunciadas pelo Ministério das Finanças, nomeadamente a não renovação dos contratos a prazo.
- 8 de junho – A fábrica da Vestus, em Santa Marta de Corroios, prepara-se para fechar com salários em atraso. Quase meio milhar de trabalhadores ficará sem trabalho.
FENPROF vem a público denunciar a precariedade dos professores do ensino superior.
CGTP denuncia o falso discurso «da crise» que tem por objetivo legitimar a precariedade.
- 17 de junho – Greve da administração pública convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (UGT) para a Inspeção Económica dos Açores. Em causa estão problemas nas carreiras.
Greve dos trabalhadores portuários.
- 18 de junho – Trabalhadores da Carris em greve.
- 20 de junho – Greve dos trabalhadores dos impostos, convocada pelo STI, contra a falta de modernização e de formação.
Jornada de luta nacional da CGTP com concentrações e plenários de trabalhadores em todo o País. De acordo com a central sindical, 20 mil trabalhadores manifestam-se em Lisboa. Para a PSP, são apenas 8 mil.
- 22 de junho – Imprensa publica estudo do Instituto Nacional de Administração. Segundo este, um quarto dos trabalhadores do Serviço Nacional de Saúde tem vínculo precário.
- 27 de junho – Greve dos mineiros de Aljustrel pela retoma da extração mineira, prometida mas não cumprida.
- 29 de junho – Polémica no movimento sindical. No seu site, a CGTP indica sindicatos não afetos à Central no Movimento Sindical Unitário sem que estes dele façam parte ou tenham sido informados. Entre os sindicatos visados estão a Associação Sindical dos Juizes Portugueses e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Administrações Portuárias.
- 29 de junho – FESAP e STE ameaçam com greve geral caso o Governo avance com medidas de contenção salarial.

- 6 de julho – Bagão Félix, ministro da Segurança Social e do Trabalho, propõe «um novo Código do Trabalho» que, segundo o próprio, significa a flexibilização da mobilidade laboral, funcional e geográfica. Os sindicatos deixarão de poder bloquear a revisão dos contratos de trabalho.
- 13 de julho – Manifestantes afetos à CGTP protestam nas galerias da Assembleia da República contra Bagão Félix e a sua promessa de um novo Código do Trabalho.
- 19 de julho – Greve dos profissionais de saúde contra a nova Lei de Gestão Hospitalar com adesão geral. SIM não adere. É a primeira greve geral na Saúde em Portugal.
- 20 de julho – UGT propõe que associações sindicais possam candidatar-se à gestão de fundos de pensões. CGTP discorda.
Luís Lopes, secretário nacional da UGT, passa a presidir ao Conselho de Administração da Agência Europeia para a Segurança e Saúde. Pela primeira vez, um português assume o cargo.
- 27 de julho – Após receberem o projeto do Governo de revisão das leis laborais, CGTP e UGT reúnem-se ao mais alto nível. É a primeira reunião ao fim de três anos e projeta-se uma greve geral. Para a UGT o projeto «põe em causa o direito à negociação coletiva, à organização sindical e à greve».
- 10 de agosto – Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Norte ameaça com greve geral se os trabalhadores envolvidos na construção dos novos estádios de futebol não virem os seus salários aumentados.
TSD acusam a administração da TAP de levar a empresa «para uma situação de falência técnica».
- 17 de agosto – STE pede ao Presidente da República para não promulgar o «diploma dos supranumerários». Segundo o sindicato, o decreto-lei contém muitas inconstitucionalidades.
- 24 de agosto – Governo abre mais de 3400 vagas na Saúde.
- 31 de agosto – CGTP denuncia o «terrorismo social» retórico do Governo, principalmente do ministro de Estado e da Defesa.
João Proença, secretário-geral da UGT, salienta que a reforma laboral prometida por Bagão Félix «é claramente inaceitável» e, caso não se altere, «é evidentemente uma declaração de guerra aos trabalhadores».
- 7 de setembro – CGTP exige aumentos salariais de 5,5 por cento para o ano de 2003 e a subida do salário mínimo para os 378 euros.
- 14 de setembro – UGT defende um aumento de 5 por cento dos salários e a fixação do salário mínimo nos 370 euros.

- 5 de setembro – Trabalhadores da Profabril com salários em atraso. A empresa está em reestruturação.
- 7 de setembro – FNE denuncia o facto de 37 mil docentes não terem conseguido colocação.
- 21 de setembro – Frente Comum junta-se à CGTP e ao STE e exige aumentos salariais na ordem dos 5,5 por cento. UGT fica-se apenas por um aumento de 5 por cento.
- 28 de setembro – CES critica política de Saúde do Governo. UGT e CGTP subcrevem crítica.
- 10 de outubro – Sindicato dos Funcionários Judiciais (SFJ) alerta para o facto de 600 funcionários terminarem contrato no final do ano. Ficarão por preencher 900 vagas, o que irá, de acordo com o SFJ, agravar a morosidade da Justiça.
- 16 de outubro – Trabalhadores afetos à Frente Comum em greve e em manifestação. Segundo a PSP, são 30 mil os manifestantes que desfilaram em Lisboa. Em causa está a criação dos quadros de supranumerários e o novo Código do Trabalho.
- 26 de outubro – AIP defende aumentos salariais na ordem dos 3,75 por cento.
- 30 de outubro – Dia nacional de luta da CGTP contra o «pacote» laboral.
Greve dos trabalhadores dos impostos convocada pelo STI.
- 31 de outubro – FESAP (UGT), STE (UGT) e Frente Comum (CGTP) anunciam greve geral da Administração Pública para dia 14 de novembro.
- 9 de novembro – Numa sessão promovida pela União de Sindicatos Independentes, Bagão Félix anuncia que os contratos a prazo para jovens à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração não poderão ultrapassar os dois anos.
Para João Proença, da UGT, as reuniões em sede de concertação social estão a surtir efeito, pois o anteprojeto da nova legislação laboral «é hoje melhor» do que quando foi apresentado.
- 14 de novembro – Greve geral na administração pública convocada pela FESAP, STE e Frente Comum. Governo fala em 25 por cento de adesão, sindicatos em 85. Ao fim de dez anos, CGTP e UGT estão unidas na greve geral.
- 16 de novembro – Bispos católicos criticam Código do Trabalho e precariedade.
- 19 de novembro – Conselho Nacional da CGTP anuncia greve geral dia 15 de dezembro.
- 23 de novembro – Sindicatos afetos à UGT admitem aderir à greve geral de 10 de dezembro convocada pela CGTP, nomeadamente o SITRA, o SISTEMA e o

SITese. A central está «partida» e a sua direção recusa-se em avançar para novas formas de luta até as negociações do «pacote laboral» com o Governo estarem concluídas.

30 de novembro – Sindicato dos Jornalistas mostra-se contra os despedimentos no jornal *O Jogo*.

7 de dezembro – João Proença, da UGT, condena a colaboração de Paulo Pedroso, do Partido Socialista, num tempo de antena da CGTP.

10 de dezembro – Greve geral convocada pela CGTP. É a quarta greve geral desde o 25 de Abril.

13 de dezembro – Reunião entre as direções da UGT e CGTP. Eventual greve geral conjunta em janeiro de 2003 ainda não é certa.

Bagão Félix afirma que acredita num acordo com a UGT no que diz respeito ao «pacote» laboral até dia 8 de janeiro.

14 de dezembro – CGTP lamenta a promulgação pelo Presidente da República da nova Lei de Bases da Segurança Social que prevê a entrada dos privados no sistema.

21 de dezembro – Salário mínimo nacional sobre 2,47 por cento e passa a fixar-se nos 353,20 euros.

STE e FESAP admitem greve em janeiro contra a inédita ausência de negociações salariais para o ano seguinte por parte do Governo.

30 e 31 de dezembro – Trabalhadores da Administração Fiscal em greve contra a «avaliação permanente» e o que dizem ser «anomalias salariais».

2003

4 de janeiro – João Proença admite que a UGT pode participar numa greve geral ao lado da CGTP contra o Código do Trabalho. Por fim, UGT e CIP dão o seu aval ao novo Código do Trabalho apesar de João Proença afirmar que «não assumimos nenhuma cláusula de paz social».

STE classifica de «ataque perfeitamente inesperado» a hipótese de congelamento das carreiras por parte do Governo no ano corrente.

9 de janeiro – Votado no Parlamento o novo Código do Trabalho. Em resposta, manifestação de 4 mil dirigentes sindicais afetos à CGTP rumo à Assembleia da República.

11 de janeiro – Comissão Nacional de Justiça e Paz, associada à Igreja Católica, contesta novo Código do Trabalho.

- C&J Clark fecha fábrica em Castelo de Paiva e lança 580 trabalhadores no desemprego.
- 18 de janeiro – UGT e CGTP exigem aumentos salariais de 5 e 5,5 por cento respetivamente.
- 23 de janeiro – Greve dos trabalhadores dos notariados no dia em que é votado no parlamento a privatização dos notários.
- 25 de janeiro – Governo torna público que todos os funcionários públicos com salários superiores a mil euros não serão aumentados. Médicos, professores universitários e magistrados estão entre os mais afetados. Os outros funcionários públicos verão os seus salários aumentados em apenas 1,5 por cento. Carvalho da Silva, da CGTP, considera o eventual fecho unilateral das negociações por parte do Governo «uma atitude inqualificável, arrogante e típica de um Governo conservador». João Proença, da UGT, qualifica-a de autoritária.
- Ao fim de seis anos, João Proença é destacado do seu cargo de investigador-auxiliar do INETI para a UGT. Assinado pelos ministros Carlos Tavares e Manuel Ferreira Leite, o despacho surge após o acordo em sede de Concertação Social.
- 30 de janeiro – Terminam as negociações salariais entre Governo e STE. O primeiro mantém a proposta de 1,5 por cento de aumento.
- 1 de fevereiro – Direção do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários investigada pelo Ministério Público quanto a eventuais apropriações de dinheiro e abuso de confiança.
- 15 de fevereiro – Perante o desemprego galopante, João Proença, da UGT, exige ao Governo «políticas ativas de emprego e de reestruturação das empresas». Carvalho da Silva, da CGTP, denuncia o caos que se pode vir a verificar nos «serviços essenciais ao País».
- 1 de março – Bagão Félix, ministro da Segurança Social e do Trabalho, admite a antecipação da idade da reforma para os 58 anos de idade para os trabalhadores desempregados.
- 19 de março – PT oferece 50 ações aos seus 22 mil trabalhadores. Miguel Horta e Costa, novo presidente da empresa, afirma que «a decisão visa alinhar os interesses dos colaboradores com os dos acionistas».
- 11 e 12 de abril – Greve dos trabalhadores de terra da TAP convocada por seis dos 15 sindicatos da empresa.
- 12 de abril – Secretário nacional do PS, Paulo Pedroso, pede ao Presidente da

República para enviar o diploma do novo Código do Trabalho para o Tribunal Constitucional.

Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol emite, pela primeira vez, um pré-aviso de greve devido aos salários em atraso no clube Sporting Club Farense.

29 e 30 de abril – Greve dos trabalhadores de terra da TAP.

30 de abril – Jorge Sampaio, Presidente da República, envia o diploma do Código do Trabalho para o Tribunal Constitucional.

30 de abril e 1 de maio – Greve dos trabalhadores dos CTT contra o início da privatização da empresa.

1 de maio – UGT celebra o Dia do Trabalhador junto à Torre de Belém sob o lema «Contra o desemprego, respeito pelo direito ao trabalho». CGTP festeja na Alameda sob o lema «Por uma política diferente».

10 de maio – Manifestação de 900 trabalhadores da Rhode de Pinhel e Santa Maria da Feira contra o *lay-off* decretado pela Direção da empresa.

10 de maio – Carvalho da Silva admite sair da direção da CGTP.

Setor associado ao Bloco de Esquerda ameaça a hegemonia do PCP no Sindicato dos Professores da Zona Sul. Direção do sindicato rejeita, no entanto, de acordo com os estatutos, lista associada aos bloquistas por esta não reunir assinaturas suficientes.

31 de maio – Carvalho da Silva não coloca de lado a hipótese de continuar à frente da CGTP.

É noticiado que Bagão Félix pediu 11 pareceres jurídicos referentes ao novo Código do Trabalho.

7 de junho – Pereira Lopes, ex-presidente da UGT, reforça o gabinete de Durão Barroso para os assuntos laborais e sociais.

Sindicatos e administração dos CTT chegam a acordo. Aumento salarial de 2 por cento para todos os trabalhadores da empresa.

14 de junho – Manifestação do Fórum Social Português marcado pela divisão entre, por um lado, PCP e CGTP, e, por outro, Bloco de Esquerda, Juventude Socialista e outros movimentos sociais.

STE acusa o ministério da Economia de estar nas mãos do patronato.

18 de junho – Novo Código do Trabalho passa com algumas mudanças pelo crivo do Tribunal Constitucional.

24 de junho – Durão Barroso, primeiro ministro, anuncia que os funcionários públicos passarão a ser avaliados por entidades não estatais – nacionais ou estrangeiras. Os sindicatos não são referidos.

- 28 de junho – Manuela Ferreira Leite, ministra das Finanças, não considera «absolutamente necessário chegar a um acordo» com os sindicatos no que diz respeito à reforma da Administração Pública.
- Centrais sindicais mostram-se contra a descida da TSU que, argumentam, põe em risco as pensões de reforma.
- 5 de julho – Banco de Portugal apela à moderação salarial tendo em vista a saída da recessão.
- 15 de julho – Votado no Parlamento o texto final do novo Código do Trabalho.
- 19 de julho – CGTP e UGT contestam anteprojeto da Lei de Bases da Formação Profissional.
- Alterações das condições de reforma dos trabalhadores do Estado chumbadas pelo Tribunal Constitucional devido ao facto do Governo não ter recebido as associações sindicais naquele âmbito.
- 25 de julho – Novo Código do Trabalho enviado para o Presidente da República.
- 29 de julho – Ministro da Economia, Carlos Tavares, assina contrato para a reabertura da empresa Bawo em Estarreja. A fábrica esteve em risco de fechar e despedir 80 trabalhadores.
- 31 de julho – SIM e FNAM emitem pré-aviso de greve para os hospitais São José, Curry Cabral e Capuchos-Desterro a começar dia 11 de agosto. Em causa está o não-pagamento de horas extraordinárias.
- 2 de agosto – Paulo Trindade, da Frente Comum, vem a público denunciar a intenção do Governo de privatizar institutos públicos. Segundo o dirigente sindical, neste quadro «o fim dos concursos é só um mero pormenor».
- 14 de agosto – Desconvoçadas as greves às horas extraordinárias pelos inspetores do SEF após a receção de um documento no qual é prometido o pagamento das horas extra.
- 15 de agosto – Ministro da Segurança Social e do Trabalho afirma estar sem verbas para cumprir obrigações com o fundo de reserva da Segurança Social visto que os gastos com os subsídios de desemprego cresceram 35 por cento até junho.
- 13 de setembro – Maldonado Gonelha concorre à presidência do Montepio Geral.
- 20 de setembro – SINTAP contra o despedimento coletivo de seis trabalhadores do Euronext.
- 4 de outubro – De acordo com a FESETE, a indústria têxtil, de vestuário e calçado lançou no desemprego mais de 90 mil trabalhadores, entre 1990 e 2000.
- 9 de outubro – Centenas de trabalhadores dos CTT em greve manifestam-se em Lisboa.

- 10 de outubro – Sindicatos ameaçam levar ao Tribunal Constitucional o diploma referente à reforma da Administração Pública.
- 18 de outubro – EDP espera reduzir entre 1300 e 2000 o seu número de trabalhadores até 2004.
- Ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, admite que está a usar «o garrote financeiro» para reformar profundamente Administração Pública.
- 25 de outubro – Bagão Félix, ministro da Segurança Social e do Trabalho, anuncia que irá rever o Programa de Emprego e Proteção Social. O ministro confirma que a taxa de penalização das reformas antecipadas será agravada no ano seguinte.
- 27 e 29 de outubro – Greve dos trabalhadores com vínculo precário das Lojas do Cidadão. Estes funcionários temem a não renovação dos seus contratos de trabalho.
- 8 de novembro – Presidente do Sindicato de Profissionais de Polícia visado por outros membros da direção por alegadamente «nunca» permitir «fiscalizar a contabilidade» e haver «fortes suspeitas do uso indevido dos dinheiros» do próprio sindicato.
- 13 de novembro – Greve dos trabalhadores da Carris. De acordo com o Sindicato Nacional dos Motoristas, esta ação de luta teve uma adesão de cerca de 90 por cento dos trabalhadores.
- Concentração da CGTP diante do Ministério da Segurança Social e do Trabalho «contra a anunciada redução dos valores dos subsídios de doença e desemprego».
- 15 de novembro – Cristina Damião, presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, refere o grupo Totta/Santander/ CPP como o grupo mais negligente quanto ao registo das horas extraordinárias dos trabalhadores da banca.
- 19 de novembro – Vigília organizada pela FESAP e STE em frente ao Palácio de São Bento.
- 21 de novembro – Greve da Função Pública convocada pela Frente Comum (CGTP) contra a reforma da administração do Estado. De acordo com o sindicato, a greve teve uma adesão de 70 por cento.
- 22 de novembro – Trabalhadores e Administração da Autoeuropa chegam a um pré-acordo que afasta a hipótese de despedimentos coletivos por um período de dois anos.
- 22 de novembro – João Deus Pinheiro, nomeado pelo Governo para acompanhar a reforma da Administração Pública, garante que «não haverá despedimentos no Estado».

- 29 de novembro – Jornada de Luta da CGTP, em Lisboa e no Porto.
- 6 de dezembro – Maioria dos trabalhadores da Autoeuropa votam favoravelmente o novo acordo salarial para 2004 e 2005.
- 27 de dezembro – Salário Mínimo Nacional sobe 2,5 por cento e fixa-se nos os 365,60 euros. CGTP defendia um aumento de 4,5 por cento, enquanto a UGT defendia um aumento do SMN para os 380 euros.
- 29 a 31 de dezembro – Greve dos trabalhadores do antigo Arquivo de Identificação. Estes funcionários exigem a sua integração nos quadros.

2004

- 1 a 3 de janeiro – Continua a greve dos trabalhadores do antigo Arquivo de Identificação.
- 3 de janeiro – Parte dos polícias filiados no Sindicato dos Profissionais da Polícia admite a criação de uma nova estrutura sindical. Estes polícias não concordam com o «radicalismo gratuito» da direção do sindicato.
- 6 de janeiro – UGT marca congresso para os dias 22, 23 e 24 de outubro. O Secretariado Nacional da Central apela ao Presidente da República para não promulgar a lei do Contrato Individual de Trabalho na Administração Pública.
- 9 de janeiro – Ministra das Finanças recebe as estruturas sindicais da Função Pública. Proposta de Manuela Ferreira Leite não prevê aumentos para os 45 por cento de trabalhadores do Estado que ganham mais de 1000 euros por mês.
- 16 de janeiro – Sindicato de Professores da Região Centro apresenta queixa-crime contra ministro da Educação, David Justino.
- 17 de janeiro – Dissidentes do Sindicato dos Profissionais da Polícia (SPP) reúnem-se tendo em vista a criação de novo sindicato. Segundo Armando Ferreira, um dos principais dirigentes deste grupo, «em dois dias, saíram mais de cem sócios do SPP para aderir ao novo sindicato».
- 23 de janeiro – Greve geral na Administração Pública. Pela terceira vez as três estruturas sindicais da Função Pública estão unidas nesta luta. Para os sindicatos esta é a maior greve de sempre na Administração Pública.
- 31 de janeiro – CCP afirma que só assina o Contrato Social para a Competividade e Emprego se o Governo retirar os Pagamentos Especiais por Conta do acordo previsto.
- Início do X Congresso da CGTP. Carvalho da Silva, à frente da central há 18 anos, é reeleito secretário-geral.

- 7 de fevereiro – Carvalho da Silva, em entrevista ao semanário *Expresso*, afirma: «Não auguro bom futuro nas relações com a UGT». Para o líder sindical, a UGT «tem um problema de sobrevivência».
- Sindicato da Construção Civil do Norte lança campanha contra a insegurança e sinistralidade no trabalho.
- 16 de fevereiro – UGT organiza seminário tendo em vista a preparação dos seus dirigentes sindicais para eventuais renegociações dos contratos coletivos de trabalho. A Central Sindical reclama que os novos contratos incluam a igualdade entre homens e mulheres e a higiene e segurança no trabalho.
- 21 de fevereiro – SIM, FNAM e Ordem dos Médicos enviam carta ao ministro da Saúde na qual declaram a perda de confiança naquele devido à «sistemática cultura de ocultação de factos e propósitos».
- Sindicato dos Médicos da Zona Sul condenado a pagar indemnização de cem mil euros a ex-membros da Administração do Hospital de Évora.
- UGT salienta que redução do défice para 2,8 por cento foi feita «à custa do sacrifício dos trabalhadores».
- 28 de fevereiro – Governo isolado no âmbito do Contrato Social para a competitividade e Emprego. CAP, CIP, CCP, CTP e CGTP unidos pela baixa de impostos e pelo estímulo ao investimento. UGT mostra-se contra o desagravamento fiscal devido à crise orçamental do Estado.
- SIM garante que o Encontro Nacional dos Médicos Clínico Gerais de 10, 11, 12 e 13 de março será «o grito de guerra contra o ministro da Saúde». Os médicos preparam uma greve geral.
- 4 de março – Debate parlamentar sobre a regulamentação do Código de Trabalho.
- 10 de março – STE mostra-se contra a introdução de quotas na avaliação de desempenho dos funcionários públicos, que considera inconstitucional.
- 11 de março – Tribunal Constitucional chumba duas normas relativas ao diploma do Contrato Individual de Trabalho na Administração Pública.
- 11 de março – Jornada Nacional de Luta da CGTP.
- 13 de março – Funcionários da CP marcam sete greves. A primeira é dia 31 de março.
- UGT mostra-se disponível para analisar proposta conjunta da CIP, CCP, CTP e CAP que prevê um período de legalização das empresas que laboram sem reconhecimento do Estado.
- UGT aceita negociar proposta do Governo que prevê negociações salariais de

- dois em dois anos e aumentos determinados pela inflação da zona euro. CGTP considera a proposta «afrentosa».
- 2 de abril – CGTP critica «mentiras» do ministro da Saúde no que diz respeito às listas de espera e aos médicos de família.
- 5 de abril – Presidente da República devolve ao Parlamento diploma sobre o Contrato Individual de Trabalho na Administração Pública depois de detetadas inconstitucionalidades pelo Tribunal Constitucional. UGT apela aos deputados para que garantam a «igualdade de acesso» de todos os cidadãos à Administração Pública, «evitando métodos discricionários que partidariem ou clientelizem a Administração».
- 10 e 11 de abril – Greve dos funcionários dos museus, castelos e palácios do Estado. Há 14 anos em greve na altura da Páscoa, Vítor Ricardo, dirigente sindical, afirma que «não existe motivo para alterar» forma de luta.
- 15 de abril – Funcionários da Bombardier prometem ocupar a sede da empresa caso o Governo não impeça o fecho da fábrica na Amadora. António Tremeço, do Sindicato dos Metalúrgicos, afirma que «a luta vai endurecer».
- 24 de abril – Ministra da Ciência e do Ensino Superior, Graça Carvalho, confirma que irá propor a integração dos professores auxiliares no quadro das universidades.
- 28 de abril – Concentração convocada pela CGTP para o Palácio das Laranjeiras. Em causa está a precariedade dos docentes no Ensino Superior.
- 1 de maio de – CGTP comemora o Dia do Trabalhador em Lisboa na cidade universitária. UGT festeja a data novamente junto da Torre de Belém.
- 6 de maio – De acordo com o jornal *Expresso*, FENPROF exige uma auditoria ao concurso nacional de professores para o ano 2004/2005 que deixa de fora «milhares de docentes com anos de carreira».
- 8 de maio – FNE exige que ministro da Educação peça desculpas pelo caos instalado no concurso de docentes para o ano letivo 2004/2005.
- 13 e 14 de maio – Greve no SEF pelo pagamento de horas extraordinárias.
- 15 de maio – Comissão de Trabalhadores dos CTT contra a degradação do serviço postal, condena a redução de mais de 2000 postos de trabalho nos dois anos anteriores.
CGTP contra as novas regras do subsídio de desemprego.
- 22 de maio – Manifestação de milhares de funcionários públicos pelo «aumento extraordinário de 50 euros» na segunda metade do ano, e contra a revisão das tabelas da ADSE e a privatização de serviços públicos.

- 24 de maio – Suspensa a greve dos médicos na Maternidade Alfredo da Costa que decorre desde 17 de maio, depois do Conselho de Administração da maternidade propor a abertura de nove vagas para pessoal médico e assegurar os vínculos de dois internos por mais três anos.
- 12 a 15 de junho – Greve dos médicos do Centro Hospitalar de Lisboa pelo pagamento de horas extraordinárias em atraso.
- 15 e 16 de junho – Greve dos funcionários judiciais.
- 16 de junho – Paralisação dos trabalhadores da Carris.
Greve dos trabalhadores de hotelaria e restauração. Estes trabalhadores reclamam um «prémio Euro 2004» de 250 euros.
- 18 de junho – Greve dos trabalhadores dos casinos contra a tributação das gorjetas.
- 19 de junho – CGTP mostra-se contra a proposta do Governo que prevê que a Segurança Social deixe de se responsabilizar pelo pagamento de pensões de reforma superiores a 3,656 euros.
- 24 de junho – Paralisação dos trabalhadores da Carris.
- 26 de junho – SITESE denuncia os «despedimentos mais ou menos encapotados» que se prevêm na reestruturação do INE.
Estuturas sindicais afetas à UGT e à CGTP e organizações patronais pressionam Executivo para que este, no seio da Organização Mundial do Comércio, defenda a produção têxtil nacional face à concorrência chinesa.
Administração dos CTT e sindicatos assinam acordo de empresa que prevê aumentos salariais de 2,2 por cento.
- 30 de junho – Paralisação dos trabalhadores da Carris.
- 4 de julho – Paralisação dos trabalhadores da Carris.
- 10 de julho – Mário Soares distancia-se da UGT e afirma: «ajudei a fundar a UGT mas se agora me convidassem para um Congresso, não iria. A UGT corre o risco de passar para a direita».
- 17 de julho – Tomada de posse do XVI Governo Constitucional, que tem como primeiro-ministro Pedro Santana Lopes. Bagão Félix fica com a pasta das Finanças, Álvaro Barreto com os Assuntos Económicos e do Trabalho e Fernando Negrão com a Segurança Social.
- 31 de julho – SINTAP admite recorrer «às mais radicais formas de luta» caso os funcionários das tesourarias entrem para as repartições das finanças.
- 7 de agosto – Bagão Felix ‘promete’ «moderação» nos aumentos salariais no novo mandato enquanto Ministro das Finanças.
- 21 de agosto – As três estruturas sindicais da Função Pública denunciam a desca-

- pitalização da Administração Pública e a crise orçamental que comprometem a «máquina administrativa» do Estado.
- 28 de agosto – FENPROF convoca protesto para dia 16 de setembro contra os resultados da lista do concurso de docentes. FNE prepara «um clamor de revolta».
- Sindicato da Hotelaria do Norte denuncia a inação da IGT. O Sindicato afirma que, em algumas regiões do País, 80 por cento dos trabalhadores da restauração são clandestinos.
- 4 de setembro – Sindicatos da Função Pública exigem aumentos salariais prometidos pelo Governo de Durão Barroso. UGT exige um aumento de 4,5 por cento. STE, SINDEP, STI e SNESUP reivindicam aumentos de 4,2 por cento.
- 9 de setembro – Sindicatos do setor da Saúde rejeitam proposta do Governo de Acordo Coletivo de Trabalho para os Hospitais SA.
- 11 de setembro – Ordem dos Enfermeiros promete recorrer à Justiça se se confirmar a «substituição ilegal» de enfermeiros por auxiliares de ação médica.
- União de Sindicatos Independentes exige o aumento do salário mínimo para os 380 euros. A estrutura sindical reivindica também um aumento de 50 euros para cada funcionário público.
- 16 de setembro – Bagão Félix, ministro das Finanças, anuncia aumento salarial para os funcionários públicos superior à inflação prevista (2,2 por cento).
- 18 de setembro – Mário Nogueira, da FENPROF, prevê que atrasos na colocação de professores prejudique o início das aulas para cerca de 500 mil alunos.
- 2 de outubro – Relatório da CE confirma tendência para o aumento do desemprego estrutural.
- 16 de outubro – Manifestação dos trabalhadores da Bombardier em São Bento. Em causa está o constante adiamento da instalação da empresa de manutenção da CP, a EMEF, na Amadora.
- 18 de outubro – Pessoal médico recusa proposta do Governo de novo Acordo de Trabalho para os hospitais SA.
- 22 a 24 de outubro – Reúne o IX Congresso da UGT, no Centro dos Congressos de Lisboa.
- 23 de outubro – José Abraão do SINTAP denuncia os dois meses de salários em atraso para cerca de 80 trabalhadores da Casa do Douro.
- 30 de outubro – Bettencourt Picanço, do STE, declara que «não existe controlo do crescimento da Administração Pública» e que «estão a ser feitos congelamentos irracionais em alguns setores».

- 11 de novembro – Manifestação convocada pela CGTP reúne milhares de trabalhadores pelo aumento dos salários e pensões e pelo aumento do Salário Mínimo Nacional para os 390 euros e 60 centimos.
- 30 de novembro – Jorge Sampaio, Presidente da República, comunica a Pedro Santana Lopes que vai dissolver a Assembleia da República.
- 1 de dezembro – Por proposta do Governo, pensões de invalidez e de velhice sobem entre 2,3 e 9 por cento. CGTP lembra que «mais de dois milhões de pensionistas não vão ter aumentos». UGT declara que proposta é insuficiente.
- 4 de dezembro – Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo CGD (STEC) decreta greve para dia 10 de dezembro. Em causa está a transferência de parte do Fundo de Pensões da CGD para a CGA.
Revisão dos Estatutos do SNQTB é considerada nula pelo Supremo Tribunal de Justiça.
- 9 e 10 de dezembro – Greve dos trabalhadores dos CTT. Em causa está a privatização da empresa.
- 22 de dezembro – Conselho de Ministros aprova SMN de 374,70 euros para o ano 2005.
- 22 e 23 de dezembro – Greve dos trabalhadores das tesourarias da Fazenda Pública. Em causa está a integração daquele setor nas repartições das finanças e a consequente perda de direitos adquiridos daqueles funcionários.
- 24 de dezembro – Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo CGD mostra-se «desapontado» com a decisão do Presidente da República em promulgar a transferência dos fundos de pensões da Caixa para a CGA e promete recorrer para o Tribunal Constitucional e para o próprio Tribunal Europeu.
SBSI anuncia greve como consequência da transferência dos fundos de pensões da Caixa para a CGA e processo judicial contra o Primeiro-ministro.
- 31 de dezembro – Sindicato dos Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos afirma que avançará com uma ação judicial, uma queixa ao Provedor de Justiça e um recurso ao Tribunal Europeu depois de o Governo transferir milhares de milhões de euros das futuras reformas para a Caixa de Geral de Aposentações, conseguindo assim assegurar o cumprimento do défice exigido por Bruxelas.

2005

- 8 de janeiro – UGT, CGTP, CIP, CCP, CAP e CTP assinam pela primeira vez acordo de concertação coletiva sem a participação do Governo.
- 17 de janeiro – Greve dos 150 operadores da central de apoio ao número de emergência 112. Em causa está a precariedade de cerca de 90 por cento daqueles trabalhadores.
- 22 de janeiro – SEDES defende o corte de despesa no Estado e o aumento dos impostos.
- 5 de março – Presidente do STI, Manuel Alberto Silva, denuncia a regionalização dos serviços fiscais.
- 10 de março – Greve dos trabalhadores da Opel, na Azambuja, que exigem mais 75 euros no salário mensal.
- 12 de março – Tomada de posse do XVII Governo Constitucional, que tem como primeiro-ministro José Sócrates e como ministro do Trabalho e da Solidariedade Social José Vieira da Silva.
A Administração da CP chega a acordo com os trabalhadores para um aumento salarial de 2,5 por cento.
- 30 de abril – A CGTP denuncia o Código de Trabalho que não contribui para o combate ao desemprego. Para João Proença, da UGT, «a legislação do trabalho é, sobretudo, usada como álibi pelos empresários».
- 27 de maio – Greve dos trabalhadores da Opel, na Azambuja.
- 17 de junho – Manifestação convocada pelos sindicatos da Função Pública afetos à CGTP, em Lisboa. Em causa está o congelamento das carreiras e o aumento da idade da reforma.
- 18 de junho – Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Ordem dos Advogados e centrais sindicais reúnem-se em Coimbra para debater formas de luta contra as diretrizes do Governo para a área da Justiça, nomeadamente o fim da ADSE e dos serviços sociais.
- 20 a 23 de junho – Coincidindo com os exames nacionais do 9.º e 12.º anos greve dos professores no Norte, no Centro, na Grande Lisboa e no Alentejo, Algarve, Açores e Madeira. FNE e FENPROF unidas ao fim de 12 anos.
- 22 de junho – Promovida pela CGTP, realiza-se a assembleia constituinte do Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Financeira.
- 23 de junho – Manifestação convocada pelos sindicatos de Polícia e forças de

- segurança contra o aumento da idade da reforma e o fim do sub-sistema de saúde.
- 24 de junho – Administração da General Motors Portugal e a Comissão de Trabalhadores da Opel assinam acordo social plurianual para os anos 2005-2007.
- 25 de junho – João Proença acusa o Governo de promover «um clima de instabilidade social, sobretudo na Função Pública».
- 29 de junho – Greve dos enfermeiros afetos à CGTP contra o aumento da idade da reforma.
- 15 de julho – Greve convocada pela FESAP, pelo STE e pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (UGT) contra o congelamento das carreiras e o aumento da idade da reforma. SINTAP, da UGT, não adere.
- 16 de julho – Bettencourt Picanço, do STE, acusa o primeiro-ministro José Sócrates de «fomentar a hostilidade da população contra os funcionários públicos».
- 20 a 31 de julho – Greve de zelo decretada pela Associação Sindical dos Profissionais da Polícia.
- 6 de agosto – Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos mostram-se contra o novo conselho de administração.
- 13 de agosto – STE pede à Procuradoria Geral da República que se pronuncie sobre o processo da avaliação na Função Pública.
- 9 de setembro – Associação Sindical dos Juizes e Sindicato dos Funcionários Judiciais decidem avançar para greve, ainda sem data marcada. É a segunda greve dos juizes desde o 25 de Abril.
- 17 de setembro – Carvalho da Silva, da CGTP, defende salário mínimo de 400 euros.
FENPROF denuncia falhas no concurso de professores.
- 20 de setembro – Plenário dos dirigentes sindicais da Função Pública e desfile até São Bento.
- 22 de setembro – Manifestação convocada pela Comissão Coordenadora Permanente dos Sindicatos e Associações das Forças e Serviços de Segurança.
- 24 de setembro – SIM denuncia o facto de aqueles que representa passem para o regime geral de aposentação (40 anos de serviço e 65 anos de idade) ao contrário dos enfermeiros que poderão reformar-se aos 36 anos de trabalho.
- 29 e 30 de setembro – Greve dos funcionários judiciais. Governo afirma que greve tem adesão de cerca de 72 por cento dos funcionários. Sindicato fala em 95 por cento.

- 2 de outubro – Manifestação em Lisboa convocada pelo Sindicato de Profissionais de Polícia.
- 7 de outubro – FNE, da UGT, propõe aos outros sindicatos dos professores a criação de uma plataforma de mobilização comum.
- 10 de outubro – SINTAP apela aos seus sócios para enviarem mensagens ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro no sentido de refletirem sobre as medidas que levam ao aumento da idade da reforma e ao congelamento das pensões.
- Concentração de professores diante do Ministério da Educação.
- 12 a 14 de outubro – Greve geral dos enfermeiros.
- 20 de outubro – Greve geral na Função Pública decretada pelos sindicatos afetos à CGTP diante da Assembleia da República.
- 26 de outubro – Greve dos funcionários judiciais, juízes e magistrados do Ministério Público. É a primeira greve geral na Justiça desde o 25 de Abril.
- 5 de novembro – SNQTB sanciona 17 sócios privando-os da Assistência Médica e Social.
- 10 de novembro – Jornada de Luta da CGTP conta com milhares de trabalhadores em manifestação contra a política social e económica do Governo.
- 12 de novembro – Comisiones Obreras, de Espanha, denunciam «vergonhosa exploração da mão-de-obra barata portuguesa» naquele País.
- Estruturas sindicais afetas aos professores rejeitam proposta do Governo que prevê a colocação dos docentes nas escolas por períodos de três a quatro anos.
- 18 de novembro – Greve dos professores.
- 19 de novembro – Vieira da Silva, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, garante que pensões sociais deixam de ser aumentadas em função do salário mínimo a partir do ano 2007.
- Conselho de ministros fixa salário mínimo em 385,90 euros para o ano 2006.
- Afonso Diz, presidente do SNQTB, acusa «o Governo e os banqueiros» de «violar a Constituição» no quadro da transferência dos fundos de pensões para a Segurança Social.
- 26 de novembro – SBSI propõe às direções do BPI, BES e Totta um sistema de proteção de saúde comum a todos os sindicatos e bancos e uma atualização salarial de 4 por cento para o ano seguinte.
- 3 de dezembro – CGTP e UGT consideram insuficiente o aumento do valor (entre 3 e 10,6%) das pensões mínimas e das pensões sociais por parte do Governo.

- 9 de dezembro – Comissão de Trabalhadores e Administração da AutoEuropa chegam a pré-acordo.
- 10 de dezembro – Tribunal de Trabalho de Lisboa anula eleição da direção do SNQTB em 2003.
- 12 a 17 de dezembro – Semana de Luta da CGTP visando a revogação do Código do Trabalho, a sustentabilidade da Segurança Social e o aumento do salário mínimo.
- 28 de dezembro – Governo propõe 1,5 por cento de aumento salarial na Função Pública. A Frente Comum da CGTP reivindica um aumento de 5,5 por cento. FESAP e STE, afetos à UGT, exigem 3,5 por cento.
- 30 de dezembro – Governo prevê que a taxa de desemprego se fixe nos 7,7 por cento.

2006

- 14 de janeiro – Carvalho da Silva, da CGTP, afirma que a solução para a Segurança Social passa pela criação de uma taxa social única.
- 20 de janeiro – Trabalhadores da Autoeuropa reafirmam pré-acordo com a Administração da empresa.
- 25 de janeiro – União dos Sindicatos de Lisboa entrega no Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social relatório sobre a precariedade.
- 4 de fevereiro – Francisco Van Zeller admite deixar a presidência da CIP.
- 8 de fevereiro – CGTP denuncia mecanismos de acesso ao complemento solidário para idosos.
Centrais sindicais e confederações patronais assinam acordo para a formação profissional.
- 18 de fevereiro – UGT e CGTP rejeitam conceito de «trabalho conveniente» no novo modelo de subsídio de desemprego a ser proposto pelo Governo à Assembleia da República.
- 20 de fevereiro – INE divulga estudo: mais de 70 por cento do emprego criado é precário.
- 7 de março – Concentração junto ao Ministério da Defesa dos operários fabris das Forças Armadas e das indústrias de defesa. Em causa está a passagem do setor para o Ministério da Economia, o que pode significar a sua privatização.
- 8 de março – UGT mostra disponibilidade para, no quadro da contratação coletiva, negociar adaptação dos horários laborais às necessidades das empresas.

- 9 de março – Caso UGT/FSE tem primeira sessão na 4.^a Vara do Tribunal da Boa Hora.
- 30 de março – João Proença aceita assinar acordo de revisão do subsídio de desemprego caso o patronato aceite diminuir as rescisões amigáveis com direito a esta prestação social.
- 14 de abril – Consenso histórico no subsídio de desemprego. À exceção da CIP, todos os parceiros sociais apoiam novo modelo de subsídio de desemprego.
- 3 de maio – Assinado acordo entre a Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal para o novo contrato coletivo de trabalho para o setor têxtil. Impasses negociais duravam há vinte anos.
- 5 de maio – Governo cria a Mediação Laboral no âmbito do acordo assinado entre Governo e todas as confederações patronais e centrais sindicais de forma a que os diferentes conflitos laborais entre patrões e trabalhadores seja resolvido à margem dos tribunais.
- 19 de maio – Secretário de Estado do Orçamento avança com a possibilidade de os pensionistas ficarem sem 14.^o mês de modo a equilibrar o Orçamento de Estado.
- 2 de junho – Nobre dos Santos, do SINTAP, ameaça o Governo com eventuais greves gerais caso terminem as nomeações definitivas nas contratações para Administração pública.
- 3 de junho – CGTP não aceita que reforma da Segurança Social passe pela diminuição dos direitos dos trabalhadores. UGT admite que o sistema se torne misto. Freitas do Amaral, ministro dos Negócios Estrangeiros, afirma que a greve convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas termina com o «clima de diálogo que o Governo procurou estabelecer».
- 6 de junho – Lista A (renovadores comunistas, socialistas, bloquistas, independentes e alguns militantes comunistas) derrota Lista B, afeta ao PCP, nas eleições para a direção do SPGL.
- 9 de junho – Greve dos funcionários dos Consulados e Embaixadas portuguesas. Em causa está a mobilidade dos funcionários.
- 10 de junho – Sindicatos afetos às duas centrais sindicais não aceitam a passagem automática de professores com doenças oncológicas e incapacitantes para o quadro de excedentários.
- 14 de junho – Greve dos professores convocada pela FENPROF contra a proposta do Ministério da Educação de alteração ao Estatuto Carreira Docente.

- 17 de junho – Nobre dos Santos, da FESAP, e Bettencourt Picanço, do STE, denunciam a falta de disponibilidade do Governo para negociar com os sindicatos os projetos de diploma da mobilidade dos funcionários públicos.
- 22 de junho – Greve da Administração Pública convocada pela Frente Comum (CGTP). A greve conta com a adesão da FESAP e do STE (UGT).
- 24 de junho – CGTP critica proposta do Governo para a reforma da Segurança Social. UGT denuncia propostas «altamente penalizadoras, quer para os atuais pensionistas quer para os novos».
- 26 de junho – Nova direção do SPGL, constituída por bloquistas, socialistas e renovadores comunistas, toma posse depois de a Assembleia Geral do sindicato negar o recurso apresentado pela lista dinamizada pelo PCP.
- 27 de junho – Greve dos enfermeiros. Em causa está o congelamento das carreiras.
- 29 de junho – Após reunião com o Governo, FESAP afirma que Governo não quer negociar reforma da Administração Pública.
- 1 de julho – Salário Mínimo Nacional aumenta 11,20 euros, para 385,90. UGT exigia um aumento de 20 euros, enquanto a CGTP reivindicava uma atualização de 25,30 euros.
- 6 de julho – Greve dos funcionários públicos convocada pela Frente Comum (CGTP), FESAP e STE (UGT). Segundo a FESAP, esta é uma greve contra «a política instigadora, repressiva e autoritária». É a primeira vez, desde 2004, que sindicatos da Função Pública da UGT e CGTP estão unidos numa greve.
- 8 de julho – Dados oficiais indicam que 1830 trabalhadores do Estado são remunerados por este para trabalhar em estruturas sindicais. No setor da saúde são mais de 1200. Na Educação 650.
SNQTB recusa proposta do SBSI para a criação de uma entidade gestora para o Serviço de Ação Médica e Social.
- 21 de julho – Governo reduz proposta de penalização por cada ano de antecipação da idade de reforma de 7 e 7,5 por cento para 6 e 6,5 por cento.
- 29 de julho – Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP, anuncia mais contestação à orientação «neoliberal» do Governo de José Sócrates.
- 31 de julho – CGTP propõe criação de uma taxa de 3 por cento sobre a riqueza criada pelas empresas de forma a diversificar o financiamento da Segurança Social.
- 28 de agosto – CGTP exige que Salário Mínimo Nacional aumente para 410 euros.
- 2 de setembro – STE e Sindicato Nacional e Democrático dos Professores reivindicam aumento de 3,5 por cento nos salários e pensões da Função Pública.

- 16 de setembro – Frente Comum exige 5 por cento de aumento nos salários da Função Pública. Todos os sindicatos do setor exigem o fim dos limites à progressão nas carreiras e o descongelamento dos escalões.
- 21 a 25 de setembro – Paralisação dos trabalhadores do Metro de Lisboa. Em causa está a ameaça de caducidade do acordo de empresa.
- 28 de setembro – Falta de dois arguidos leva a novo adiamento do julgamento do caso UGT/FSE.
- 30 de setembro – Johnson Controls encerra fábrica em Nelas. 650 funcionários, quase todos mulheres, ficam no desemprego.
FENPROF afirma que 75 por cento dos professores universitários têm contratos de dois anos.
- 5 de outubro – Marcha de 20 mil professores convocada por 13 sindicatos de professores contra a revisão dos estatutos da carreira docente. É a maior manifestação de sempre de professores.
- 10 de outubro – Bettencourt Picanço, do STE, salienta que o congelamento das carreiras na Função Pública rendeu 136 milhões de euros ao Estado em 2005.
- 11 de outubro – Cimeira sindical convocada pela Frente Comum tendo em vista uma greve geral.
- 12 de outubro – Manifestação da Frente Comum contra a reforma da Administração Pública e da Segurança Social.
- 14 de outubro – Lei de Bases da Segurança Social merece acordo de quase todos os parceiros sociais. Só CGTP não assina.
- 17 e 18 de outubro – Greve geral de professores convocada por 14 sindicatos.
- 20 de novembro – Repetição do julgamento do caso UGT/FSE. Depois de nove adiamentos o julgamento recomeça.
- 4 de novembro – Paralisação dos trabalhadores das refinarias de Matosinhos e Sines. Em causa está a reivindicação de um prémio extraordinário de 5 mil euros por cada funcionário.
Fracasso das negociações salariais na Função Pública.
- 7 e 9 de novembro – Greve dos trabalhadores do Metro de Lisboa.
- 9 e 10 de novembro – Greve geral dos funcionários públicos junta as três federações sindicais do setor. É a segunda em quatro meses. Sindicatos falam em 80 por cento de adesão. Governo em 11.
- 25 de novembro – CGTP apresenta estudo que conclui que as trabalhadoras em Portugal recebem 65 por cento do rendimento auferido pelos homens.

- 25 de novembro – Toma posse a Comissão do Livro Branco das Relações Laborais. Monteiro Fernandes é o presidente.
- 8 de dezembro – Salário Mínimo Nacional aumenta 4,4 por cento em 2007, para 403 euros. O acordo inédito entre Governo e parceiros sociais prevê igualmente o aumento gradual do Salário Mínimo Nacional para 500 euros até 2011.
- 19 de dezembro – Greve dos trabalhadores do Metro de Lisboa.
- 20 de dezembro – Pilotos comerciais recusam-se a trabalhar nos dias de folga e de férias. Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil inicia protesto contra a intenção de adiamento da reforma dos 60 para os 65 anos.
- 20 a 24 de dezembro – Greve faseada nas centrais de tratamento de correspondência dos CTT, em Coimbra, Porto e Lisboa.
- 23 de dezembro – Fim da produção na Opel, na Azambuja. 1100 operários especializados ficam sem emprego. A fábrica transfere-se para Saragoça, em Espanha.
- 23 de dezembro – De acordo com o STE, o número de aposentações na Administração Pública não pára de aumentar.
- 27 de dezembro – Paralisação dos trabalhadores dos CTT. Em causa está a violação dos direitos e das regalias socio-laborais.
- 30 de dezembro – Em nota divulgada à imprensa, UGT caracteriza o ano de 2006 como um ano de aumento da precariedade e muitas falências.

2007

- 13 de janeiro – Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil admite continuar protesto contra a intenção de adiamento da reforma dos 60 para os 65 anos e pilotos continuam a recusar-se a trabalhar nos dias de folga e de férias.
- 20 de janeiro – SNQTB divulga estudo no qual se conclui que os bancários trabalham 6,2 horas por semana não remuneradas.
- 27 de janeiro – Pfizer prevê despedir 100 trabalhadores em Portugal.
- 3 de fevereiro – UGT e CGTP anunciam cimeira sindical UE-África. Frente Comum e STE pedem tempo ao Governo para discutir a revisão do sistema de carreiras, vínculos e remunerações.
- 10 de fevereiro – Manuel Alberto Silva, do STI, denuncia a falta de reconhecimento por parte do Ministério das Finanças no que diz respeito à cobrança fiscal por parte dos funcionários dos impostos.

- 15 de fevereiro – UGT inicia ronda de seminários regionais com o objetivo de discutir a Europa Social e o Modelo Social Europeu.
- 22 de fevereiro – Concentração dos trabalhadores da PT para exigirem ao Governo medidas que visem a estabilidade dos seus postos de trabalho e mostrarem a sua rejeição ao processo de compra da empresa por parte da Sonaecom.
- 2 de março – Grande manifestação organizada pela CGTP.
- 14 de março – Assinada a reforma do sistema de formação profissional. Fora do acordo fica a CGTP.
- 17 de março – STE e Frente Comum afirmam que vão pedir a apreciação da constitucionalidade do regime da mobilidade especial.
- 6 de abril – UGT e STE mostram-se contra o Livro Verde da Comissão Europeia para a Flexisegurança.
- 21 de abril – Mário Nogueira é eleito secretário-geral da FENPROF.
- 14 de abril – Primeiro-ministro, José Sócrates, afirma que o congelamento dos salários «não pode durar» mais.
Fundado o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Farmacêutica.
- 17 de abril – CGTP decide avançar com uma greve geral dia 30 de maio. Carvalho da Silva e parte da direção da central sindical são contra.
- 1 de maio – CGTP celebra o Dia do Trabalhador na Cidade Universitária. UGT em Loures.
- 7 de maio – João Proença participa no ISEG na conferência «O Mercado de Trabalho, a Legislação Laboral e a Competitividade».
- 9, 10 e 11 de maio – STI celebra 30 anos com ciclo de conferências.
- 26 de maio – SNQTB chega a acordo com os bancos. Novos bancários passam a descontar para a Segurança Social.
- 30 de maio – Greve geral convocada pela CGTP. A greve é pouco participada. Central sindical não divulga números.
- 16 de junho – Aprovado em Conselho de Ministros novo diploma de vínculos, carreiras e remunerações. FESAP assina acordo com o Governo.
Reúne o X Congresso da UGT, extraordinário.
- 27 e 28 de junho – Greve dos trabalhadores da Agência Lusa.
- 30 de junho – João Proença, da UGT, e Carvalho da Silva, da CGTP, mostram-se contra Livro Branco das Relações Laborais.
Jorge Lopes, do SITAVA, manifesta incerteza sobre 300 postos de trabalho depois da compra da Portugália pela TAP.

- Proposta da FESAP e STE que visa o fim da confidencialidade do sistema de avaliação na Função Pública aceite pelo Governo.
- 5 e 6 de julho – Reunião Informal dos Ministros de Emprego e Assuntos Sociais da União Europeia em Guimarães. O evento decorre no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia. Alguns milhares de pessoas manifestam-se contra o principal propósito da reunião: a implementação da flexisegurança.
- 13 de julho – FESAP e STE assinam acordo Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública.
- 21 de julho – Após seis meses de negociações, FESAP assina acordo relativo ao novo regime de vínculos, carreiras e remunerações na Administração Pública.
- 18 e 19 de agosto – Greve dos trabalhadores de terra da Groundforce. Em causa estão discordâncias com a Administração da empresa quanto à revisão salarial.
- 25 de agosto – Ministro das Obras Públicas, Mário Lino, admite colocar 140 trabalhadores em regime de mobilidade.
- 22 de setembro – Carvalho da Silva, da CGTP, pede ao Bloco de Esquerda e ao Partido Comunista Português apoio nos protestos contra o Governo.
- 5 de outubro – FENPROF comemora Dia do Professor no Coliseu dos Recreios. Carvalho da Silva está presente.
- 13 de outubro – Polícia visita sede do Sindicato dos Professores da Região Centro, na Covilhã, um dia antes da ida de Sócrates àquela cidade.
Carvalho da Silva, da CGTP, denuncia a «estigmatização e intimidação permanente dos sindicatos». João Proença, da UGT, afirma não sentir «qualquer pressão» por parte das forças policiais.
- 16 de outubro – Greve dos trabalhadores portuários. Em causa está a renovação de sete contratos a prazo.
Primeira ronda negocial entre Governo e sindicatos da Função Pública tendo em vista a atualização dos salários. Executivo propõe aumento de 2,1 por cento. Frente Comum exige 3,8, STE 3,5 e FESAP 3,8.
- 18 de outubro – Manifestação convocada pelos sindicatos no âmbito da cimeira dos chefes de governos dos Estados-membros da UE. Em causa está a reforma do Estado.
- 3 de novembro – Sindicatos denunciam inflexibilidade do Governo nas negociações salariais da Função Pública.
- 15 de novembro – José António Silva, da CCP, e Carvalho da Silva, da CGTP, admitem ações de luta conjunta contra o desemprego, nomeadamente greves.

- 30 de novembro – Greve convocada pela FESAP, STE e Frente Comum. Em causa está a intransigência do Governo em matéria de negociações salariais na Função Pública. Para os sindicatos, 80 por cento dos funcionários públicos aderem à greve. Os números do Governo apontam para 20 por cento.
- 1 de dezembro – Primeiro-ministro José Sócrates admite fazer alterações à lei dos vínculos na Função Pública, em face da decisão do Tribunal Constitucional.
- 15 de dezembro – CTP emite comunicado mostrando-se contra a subida do salário mínimo em 2009 para 450 euros.
- 17 de dezembro – Justiça absolve 35 arguidos do processo UGT/FSE, nomeadamente Torres Couto, João Proença e Oliveira e Costa.
Salário Mínimo Nacional para 2008 fixado em 426 euros.

2008

- 12 de janeiro – Carvalho da Silva, da CGTP, salienta que relatório da Comissão do Livro Branco das Relações Laborais torna o custo do trabalho mais barato. João Proença, da UGT, considera-o «inaceitável». Patronato também não se revê no documento.
- 24 de janeiro – Abel Macedo, Júlia Vale, Adriano Teixeira de Sousa e Carlos Midões do Sindicato dos Professores do Norte saem do PCP.
- 2 de fevereiro – Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP, perante a divisão da Central, afirma que é «secretário-geral de todas as correntes e não apenas de uma parte» e que não abdica dos seus «direitos cívicos e políticos».
- 8 de fevereiro – Manifestação convocada pela FENPROF.
- 15 e 16 de fevereiro – XI Congresso CGTP sob o lema «Emprego – Justa atribuição da riqueza».
- 16 de fevereiro – Primeiro-ministro José Sócrates reúne-se com professores afetos ao Partido Socialista.
- 23 de fevereiro – Assembleia de centenas de professores nas Caldas da Rainha. O propósito é aprovar uma declaração de princípios, um programa de ação e estatutos de uma nova estrutura, a Associação Nacional dos Professores em Defesa da Educação.
Bettencourt Picanço, do STE, classifica o diploma da reforma do Estado um «desastre» e afirma que STE «vai pedir a reapreciação» do documento no Parlamento e no Tribunal Constitucional. FESAP salienta que o documento é válido depois de retiradas as inconstitucionalidades.

- 25 de fevereiro – Greve dos trabalhadores dos CTT. Em causa está um novo Acordo de Empresa.
- 1 de março – Manifestação do PCP sob o lema «O direito à indignação».
- 7 a 14 de março – Semana de luta da Frente Comum contra diploma dos vínculos, carreiras e remunerações.
- 8 de março – Manifestação de professores. Dezenas de milhar de professores desfilam na Avenida da Liberdade.
- 8 de março – Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, reconhece que «é impossível chegar a acordo» com os sindicatos.
Aprovado em Conselho de Ministros o novo Estatuto Disciplinar para a Função Pública.
Trabalhadores do BCP criticam Comissão de Trabalhadores do banco por alegadamente se mostrar «inativa, passiva e submissa».
- 14 de março – Greve e manifestação dos trabalhadores afetos à Frente Comum contra a reforma da Administração Pública.
- 21 de março – STI denuncia que a Administração Fiscal portuguesa é a única na Europa com contratos individuais de trabalho.
Rejeitada pelo Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa a providência cautelar intentada pelo SPGL para suspensão da avaliação de desempenho dos professores.
- 31 de março – Encontro de Mário Nogueira, da FENPROF, e Carvalho da Silva, da CGTP, com ministro do Trabalho, Vieira da Silva, tendo em vista o fim do conflito entre professores e Ministério da Educação.
- 2 de abril – Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, reúne com Mário Nogueira, da FENPROF, e Carvalho da Silva, da CGTP, com ministro do Trabalho, Vieira da Silva. Desde novembro de 2005 que a ministra não se reunia com os sindicatos.
- 5 de abril – Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, informa João Proença, da UGT, da sua intenção de voltar à concertação.
Ministro do Trabalho, Vieira da Silva, afirma que prefere sacrificar a urgência da revisão do Código Laboral se conseguir «ter o maior consenso possível».
- 12 de abril – Delphi anuncia encerramento. 500 trabalhadores perderão o emprego.
Governo quer centrais sindicais a assumir a negociação coletiva. STE considera que Executivo «desvaloriza as organizações sindicais».
- 17 de abril – Sindicatos da Função Pública mostram-se críticos da postura alegadamente não dialogante do Governo.

- Assinado «Memorando de Entendimento» entre Ministério da Educação e sindicatos que conduz a uma avaliação simplificada dos professores.
- 18 de abril – Manifestação convocada pela CGTP contra a revisão do Código do Trabalho e das leis laborais na Administração Pública.
- 22 de abril – Ministro do Trabalho apresenta primeira proposta de alteração ao Código do Trabalho.
- 25 de abril – Carvalho da Silva, da CGTP, denuncia que parte das alterações ao Código do Trabalho «é de carácter duvidoso». UGT reconhece que diploma é globalmente positivo.
- Frente Comum admite greve após primeira reunião de negociações do contrato de trabalho na Administração Pública. STE considera inconstitucional tentativa de afastamento dos sindicatos das negociações laborais.
- Ana Avoila, da Frente Comum, denuncia a «traição» dos sindicatos afetos à UGT por estes assinarem com o Governo novo regime do contrato de trabalho em funções públicas.
- 1 de maio – Pela primeira vez, UGT realiza um desfile nas comemorações do Dia do Trabalhador. CGTP comemora 1.º de Maio com habitual manifestação.
- 3 de maio – STE assinala que o Estado é «o maior empregador de precários».
- 27 de maio – Assinado acordo sobre o novo regime do contrato de trabalho em funções públicas entre Governo e sindicatos afetos à UGT.
- 30 de maio a 4 de junho – Paralisação dos pescadores. Confrontos em Olhão e Matosinhos.
- 2 de junho – Marcha lenta dos camionistas na Ponte 25 de Abril.
- 5 de junho – Milhares de trabalhadores em manifestação convocada pela CGTP contra a revisão da lei laboral.
- 6 de junho – Marcha lenta dos camionistas no Porto.
- 6 a 9 de junho – Greve dos maquinistas da CP às horas extraordinárias. Em causa estão o pagamento das deslocações e melhores horários.
- 7 de junho – Buzinão em Ponte de Lima junta mil camiões.
- 8 a 12 de junho – Greve dos camionistas contra o aumento do preço dos combustíveis.
- 17 de junho – Buzinão nacional dos camionistas.
- 25 de junho – Assinado acordo de revisão do Código do Trabalho. UGT considera «um bom acordo». CGTP, que fica fora do acordo, define-o como «uma oferta muito boa ao patronato».
- 26 de junho – Aprovada em Conselho de Ministros a revisão do Código do Trabalho.

- 28 de junho – Jornada de luta da CGTP por todo o País contra o aumento do custo de vida e contra o pacote laboral.
- 5 de julho – Em declarações à revista *Sábado*, João Proença afirma que «como a CGTP não assina nada, a UGT tem de assinar».
- 12 de julho – Ministro do Trabalho, Vieira da Silva, admite ser «cada vez mais difícil» criar os 150 mil empregos prometidos pelo primeiro-ministro José Sócrates.
- 26 de julho – Trabalhadores da TAP admitem voltar à greve depois de Fernando Pinto, presidente-executivo da companhia, prever o congelamento das carreiras.
- 30 de agosto – Yazaki Portugal comunica a descontinuação da produção de cablagens e o despedimento de 312 trabalhadores.
- 6 de setembro – Presidente da República promulga novo Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.
STE exige aumentos salariais na Função Pública de 4 por cento. Frente Comum reivindica 5 por cento.
- 13 de setembro – UGT exige aumento salarial de 3,5 por cento para o setor público e 4,5 para o setor privado e denuncia proposta de lei do Código de Trabalho por este alegadamente violar o acordo de concertação social.
- 1 de outubro – Greve da Função Pública. Sindicatos falam em 75 por cento de adesão, Governo em 10.
- 6, 7, 8 e 9 de outubro – 17 sindicalistas dos CTT em greve de fome. Em causa está o conflito entre trabalhadores e Administração que dura há um ano e meio.
- 11 de outubro – UGT reconhece que novo Código do Trabalho «é um avanço em termos laborais» enquanto CGTP afirma que o diploma «vai facilitar os despedimentos e aumentar a precariedade», duvidando da sua constitucionalidade.
- 18 de outubro – Bancários criam Comissão de Defesa dos Serviços de Assistência Médico-Social com a intenção de parar o processo negociação entre o SBSI e a Hospitais Privados de Portugal da CGD.
Ministro das Finanças propõe aumento salarial de 2,9 por cento para os trabalhadores do Estado. Frente Comum exige aumento de 5 por cento, FESAP 4,4 e STE 4.
- 25 de outubro – Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, impede saída voluntária de licenciados da Função Pública. Frente Comum admite inconstitucionalidade da medida.
STE e Frente Comum admitem greve geral ou manifestação em resposta à proposta do Governo de 2,9 por cento de aumento salarial na Administração Pública.

- 7 de novembro – Manuela Ferreira Leite, líder do PSD, pede a suspensão do modelo de avaliação dos professores.
- 8 de novembro – 120 mil professores manifestam-se contra a política do Ministério da Educação no Terreiro do Paço, em Lisboa.
- 11 de novembro – Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, é recebida com grande contestação em Fafe.
- 13 de novembro – Secretário de Estado da Educação é recebido com grande contestação em escolas de Lisboa.
- 15 de novembro – Professores não associados aos sindicatos manifestam-se contra a política do Ministério da Educação diante da Assembleia da República.
- 19 de novembro – Salário Mínimo Nacional de 450 euros aprovado pelo Governo.
- 21 de novembro – Funcionários Públicos manifestam-se em Lisboa contra a reforma da Administração Pública.
- 28 de novembro – Ministra da Educação recebe sindicatos e apresenta modelo simplificado de avaliação dos professores.
- 29 de novembro – Trabalhadores das OGMA votam contra manifestação proposta pela direção do STEFFA'S.
- 3 de dezembro – Greve geral dos professores.
- 7 de dezembro – Maioria do Partido Socialista aprova Código do Trabalho no Parlamento.
- 9 de dezembro – Greve dos professores da região Norte.
- 10 de dezembro – Greve dos professores da região Centro.
- 11 de dezembro – Greve dos professores da região da Grande Lisboa.
- 12 de dezembro – Greve dos professores do Alentejo e Algarve.
- 13 de dezembro – Presidente da República envia Código do Trabalho para o Tribunal Constitucional.
- 20 de dezembro – Suspensa a greve dos tripulantes de cabine da TAP marcada para dia 27 depois de alcançado acordo de princípio entre trabalhadores e administração.
- 22 de dezembro – Professores entregam abaixo-assinado pelo fim do modelo de avaliação.
- 24 de dezembro – Greve dos funcionários das bilheteiras da Soflusa.
- 26, 27 e 25 de dezembro – Greve dos trabalhadores do lixo das Câmaras de Lisboa e Porto.
- 27 de dezembro – Tribunal Constitucional chumba norma do Código do Trabalho e este volta ao Parlamento.

2009

- 1 de janeiro – Trabalhadores do Estado passam a ganhar mais 2,9 por cento.
janeiro – Vaga de despedimentos percorre o País.
- 3 de janeiro – Trabalhadores da fábrica Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro com salários em atraso. De acordo com a CGTP, esta situação abrange cerca de 20 mil trabalhadores.
- 5 de janeiro – Encontro entre sindicatos dos professores e Ministério da Educação com o objetivo de discutir o Estatuto da Carreira Docente.
- 8 de janeiro – Tyco Electronics, maior fábrica do Alentejo, suspende o contrato de 536 trabalhadores.
- 19 de janeiro – Greve dos professores.
- 23 de janeiro – 500 trabalhadores da Peugeot-Citroën são despedidos.
- 28 de janeiro – Fábrica de Albarraque, da Euronadel, despede 182 trabalhadores.
- 30 de janeiro – Quimonda pára produção. 1800 trabalhadores receiam futuro laboral.
- 20 de fevereiro – Greve dos enfermeiros.
- 5 de fevereiro – Greve dos jornalistas do *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *24 Horas*.
- 2 e 3 de abril – Greve dos enfermeiros convocada pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses. Em causa está a paragem das negociações das carreiras por parte do Governo.
- 13 de março – Dezenas de milhar de trabalhadores desfilam em manifestação convocada pela CGTP.
- 20 e 21 de março – Reúne o XI Congresso da UGT, na Aula Magna, em Lisboa.
- 3 de abril – Greve dos pilotos da PGA-Portugália Airlines. TAP lamenta os 35 voos então cancelados.
- 15 de abril – Coindu despede 387 operários em Famalicão e Arcos de Valdevez.
- 7 de maio – Vice-presidente da Visabeira, Paulo Varela, anuncia mais de 400 despedimentos naquela empresa.
- 9 de maio – D. José Policarpo, cardeal-patriarca, afirma que «o desemprego é uma bomba ao retardador».
- 14 de maio – Manifestação em Madrid convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos. UGT e CGTP, no conjunto, levam cerca de 1600 trabalhadores portugueses a desfilarem na capital espanhola.
- 25 de maio – Minas de Aljustrel voltam a laborar.

- 27 de maio a 5 de junho – Greve dos pilotos da Portugália. Segundo a Administração da TAP, os prejuízos podem chegar a 2,5 milhões de euros.
- 20 de junho – Executivo de José Sócrates admite prolongar por mais dois anos a avaliação simplificada dos professores.
Tendência pró-comunista não viabiliza pré-acordo celebrado entre Comissão de Trabalhadores e Administração da Autoeuropa. Trabalhadores afetos à UGT e ao Bloco de Esquerda estão a favor.
- 27 de junho – Legrand anuncia despedimento coletivo de 77 funcionários.
- 10 de agosto – Plenário dos trabalhadores da Qimonda propõe aumento de 150 euros para os funcionários em regime de redução temporária de trabalho.
- 28 de agosto – Greve dos trabalhadores da assistência de terra da TAP.
Assinado acordo de princípio entre trabalhadores da Groundforce e Administração. Não serão despedidos 400 funcionários como previsto.
- 11 de setembro – Assinado primeiro Acordo Coletivo de Carreiras Gerais pela FESAP e STE.
- 23, 24 e 25 de setembro – Greve dos trabalhadores da Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o consumo.
- 29 de setembro – Credores da Qimonda decidem viabilização da empresa. 230 trabalhadores serão despedidos.
- 7 de outubro – Carvalho da Silva, da CGTP, apoia António Costa na sua candidatura à Câmara Municipal de Lisboa.
- 13 de outubro – Administração da Qimonda admite que serão despedidos 490 trabalhadores.
- 24 de outubro – Delphi Portugal confirma futuro despedimento de 500 trabalhadores na Guarda.
- 26 de outubro – Tomada de posse do XVIII Governo Constitucional, que tem como primeiro-ministro José Sócrates e como ministra do Trabalho e da Solidariedade Social Helena André.
- 27 de outubro – Plenário de trabalhadores da Renault CACIA aprova suspensão do acordo de banco de horas e de trabalho ao sábado. Administração não aceita e afirma que a decisão coloca em causa a bolsa de horas.
- 7 de novembro – Conferência sindical internacional promovida pelas correntes minoritárias da CGTP (socialistas, bloquistas, católicos e independentes). Todas defendem a filiação na Confederação Sindical Internacional, a maior estrutura sindical do mundo e rival da pró-comunista Federação Sindical Mundial.

- 21 de novembro – FESAP reivindica aumento de 2,5 por cento nos salários da Função Pública.
- 12 de dezembro – Operários da Leoni aceitam indemnizações propostas pela administração e receberão dois salários por cada ano de trabalho.
- 19 de dezembro – CGTP rejeita proposta da CIP de aumentar o Salário Mínimo Nacional em 10 euros, para 460 euros.
- 23 de dezembro – Governo aprova decreto-lei que fixa o salário mínimo em 475 euros para o ano de 2010.
- 24 de dezembro – Patrões e sindicatos mostram-se contra alterações propostas pelo Governo ao Código de Provento do Trabalho.
- 31 de dezembro – Delphi fecha fábrica em Ponte de Sor. 439 trabalhadores ficam no desemprego.

NOTAS

PARTE I: O FIM DA GUERRA FRIA E A EMERGÊNCIA DE UM MUNDO EM MUDANÇA

1. Elísio Estanque e António Casimiro Ferreira, «Transformações no mundo laboral e novos desafios do sindicalismo português», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 62, junho 2002, p. 152
2. Maria Fernanda Rollo, João Ferreira do Amaral e José M. Brandão de Brito, *Portugal e a Europa – Cronologia*, Tinta da China Edições, Lisboa, 2011, p. 299.
3. *Idem*, p. 300. Para maior esclarecimento e aprofundamento desta matéria vide Carlos Lopes, «Crescimento económico e desigualdade: as novidades pós-Consenso de Washington», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 94, 2011, pp. 3 a 20.
4. J. M. Brandão de Brito (coord.), *Globalização e Democracia, os Desafios do Século XXI*, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, dezembro de 2003, p. 8.
5. Vd. Georges Soros, *Globalization*, Public Affairs, New York, 2002, p. 7.
6. Cf. Alfredo Bruto da Costa, «Globalização e exclusão social», in J. M. Brandão de Brito, *op. cit.*, pp. 28 a 39.
7. Cf., Maria Fernanda Rollo e outros, *op. cit.*, p. 303.
8. Vd. Alice Cunha, «União Europeia», in João Ferreira do Amaral, J. M. Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo (orgs.), *Portugal e a Europa – Dicionário*, Tinta da China Edições, Lisboa, 2011, p. 874.
9. <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000043001-000044000/000043646.pdf> (visualizado em 4.05.2017). Comunidades Europeias – Comissão (1990) *Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
10. António Dornellas, «Carta Social/Acordo Social», in João Ferreira do Amaral, J. M. Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo (orgs.), *Portugal e a Europa – Dicionário, op. cit.*, p. 61.
11. Cf. *Portugal e a Europa – Cronologia*, Maria Fernanda Rollo, João Ferreira do Amaral e J. M. Brandão de Brito, *op. cit.*, p. 306.
12. *Ibidem*.
13. *Ibidem*.
14. *Idem*, p. 308.
15. *Idem*, p. 307.
16. Cf. Vd. www.fcsh.unl.pt/ocv/?wpfb_dl=12 Paulo Marques Alves, «O movimento sindical português no turbilhão da crise global do sindicalismo», s/d,

- p.3. Nesta passagem o autor cita Immanuel Wallerstein, «Response: declining states, declining rights», *Journal of International Labor and Working Class History*, n.º 47, pp. 24 a 27, 1995.
17. Manuel Castells, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede* (Vol. I), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002, p. 370.
18. Elísio Estanque e António Casimiro Ferreira, «Transformação no mundo laboral e novos desafios do sindicalismo português», in *Revista Crítica de Ciências Sociais* [on line], n.º 62, 2002, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, <http://rccs.revues.org/1315>. A este propósito e para aprofundamento da análise veja-se Peter Waterman, «Estudos sobre o trabalho global: a necessidade d uma perspetiva emancipatória, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *op. cit.*, pp. 3 a 22.
19. Jurgen Warken e Gerd Ronning, «Technological change and employment structures» in R. Schettkat and M. Wagner (coords.), *Technological Change and Employment Innovation in the German Economy*, Berlin, Walter de Gruyter, pp. 214-253.
20. Gerhard Bosch, *Flexibility and Work Organization: Report of Expert Working Group*, Brussels: European Commission, Directorate Generale for Employment, Industrial Relations and Social Affairs, Brussels, 1995.
21. Vd. Francis Fukuyama, *O Fim da História e o Último Homem*, Gradiva, Lisboa, 1999.
22. Manuel Castells, *op. cit.*, p. 165.
23. Robert B. Reich, *O Trabalho das Nações*, Quetzal Editores, Lisboa, 1933.
24. Cf. Robert Reich, *op. cit.*, pp. 121 e 122.
25. Cf. *Ibidem*.
26. Cf. *Idem*, pp. 74 e seguintes.
27. Cf. Manuel Castells, *op. cit.*, p. 204.
28. Freire, João, Raquel Rego, Cristina Rodrigues, *Sociologia do Trabalho: Um Aprofundamento*, Biblioteca de Ciências Sociais, Edições Afrontamento, Porto, 2014, p. 137.
29. Cf. Teresa de Sousa, «A democracia não é um bem adquirido para sempre», *Público*, 12 de janeiro de 2017.
30. Robert Reich, *op. cit.*, p. 149.
31. *Ibidem*.
32. *Idem*, pp. 149 e 150.
33. Cf. João Freire e alia, *op. cit.*, p. 115.
34. Cf. *Idem*, p. 115.
35. *Idem*, pp. 117 e 118.
36. Cf. *Idem*, p. 118.
37. José da Silva Lopes foi o segundo presidente do CES durante dois mandatos. Eleito pela Assembleia da República em 1996, foi reconduzido em 2000.
38. Vd. www.forumavarzim.org.pt. Fórum Abel Varzim debate sindicalismo, Culturgest, Lisboa, novembro de 2002, *Que Futuro para Portugal? O Papel dos sindicatos*. O painel que discutiu o tema era constituído por João Gomes, Maria Manuela Silva, José da Silva Lopes, João Proença e Manuel Carvalho da Silva.
39. *Idem*, intervenção de Silva Lopes.
40. Vd. www.fcsh.unl.pt/ocv/?wpfb_dl=12 Paulo Marques Alves, *op. cit.*
41. *Idem*.
42. João Freire e alia, *op. cit.*, p. 117.
43. Cf. João Freire e alia, *op. cit.*, p.225, citando Mário Murteira, *A Economia do Conhecimento*, Lisboa, Quimera, 2004, p. 56.
44. Cf. Paulo Marques Alves, *op. cit.*, p. 9.
45. *Idem*, p. 10.
46. Cf. *Ibidem*.
47. Henrique José Carvalho de Sousa, *Há Futuro para a Concertação Social? Os*

- Sindicatos e a Experiência Neocorporativa em Portugal*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/UNL, novembro de 2009, Anexo IV, p. 170.
48. Cf. Paulo Marques Alves, *op. cit.*, p. 11.
49. Cf. *Idem*, p. 23.
50. *Idem*, p. 23. Nesta longa passagem aqui citada, o autor, Paulo Marques Alves, sintetiza as ideias de dois pensadores de referência sobre estas questões, especificamente Leôncio Martins Rodrigues e Pierre Rosanvallon, respetivamente em *Destino do Sindicalismo*, S. Paulo, EDUSP, 1999 e *La Question Syndicale, Histoire et Avenir d'une Forme Sociale*, Paris, Fondation Saint-Simon/Calmann-Lévy, 1988.
51. *El País*, 13.11.16.
52. Guy Standing, «O precariado e a luta de classes», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 103, 2014, pp. 9-24. O autor do artigo é professor de *Development Studies* na *School of Oriental and African Studies* da Universidade de Londres e foi diretor do *Socio-Economic Security Programme* na OIT.
53. *Idem*.
54. Cf. Elísio Estanque e António Casimiro Ferreira, «Transformações no mundo laboral e novos desafios do sindicalismo português», *op. cit.*, p. 155.
55. João Freire e alia, *op. cit.*, p. 115.
56. Vd. Elísio Estanque, António Casimiro Ferreira e Hermes Augusto da Costa, «Sindicalismo e Relações Laborais», in *Revista Crítica de Ciência Sociais*, n.º 62, julho de 2002, p. 3. Trata-se de um número temático da *Revista* sobre 'questões do sindicalismo e relações laborais'.
57. *Ibidem*.
58. Vd. Elísio Estanque e António Casimiro Ferreira, *op. cit.*, pp. 151 e 152.
59. Cf. João Freire e alia, *op. cit.*, p. 214.
60. Robert Reich, *op. cit.*, pp. 99 e 100.
61. Elísio Estanque e António Casimiro Ferreira, *op. cit.*, p. 154.
62. Boaventura de Sousa Santos, *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, Edições Afrontamento, Porto, 1995, p. 135.
63. Elísio Estanque e António Casimiro Ferreira, *op. cit.*, p. 155.
64. Carlos Marques e Augusto Pascoal, «É preciso renovar o Movimento Sindical», *Expresso*, 1 de setembro de 2001. Os autores eram ao tempo, respetivamente, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e membro da Comissão Executiva da UGT e Vice-presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, secretário nacional da FENPROF e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN.
65. Intervenção de João Cravinho no Seminário «Portugal. Que classes trabalhadoras? Que sindicalismo?», in *Cadernos da UGT*, n.º duplo, Lisboa, fevereiro de 1985, p. 113.
66. OIT (2015), «L'OIT adopte une norme de travail historique pour lutter contre l'économie informelle», *OIT Info*, Genève, Juin 2015.
67. *Idem*.
68. *Idem*.
69. *Idem*.
70. Estas expressões são exatamente o título de duas obras clássicas, respetivamente, de Juan José Castillo, *À la Busqueda del Trabajo Perdido*, Editorial Tecnos, Madrid, 1998 e de Dominique Méda, *O Trabalho: um Valor em Vias de Extinção*, Fim do Século, Lisboa, 1999 (edição original francesa de 1995).

1990-1992: O PÓS-ACORDO ECONÓMICO E SOCIAL E A CRIAÇÃO DO CES

1. Cf. *Diário de Notícias*, 19.10.1990, 20.10.1990, *Expresso*, 20.10.1990.
2. Cf. *Diário de Notícias*, 20.10.1990.
3. O texto do Acordo está disponível no site do CES.
4. Cf. *Expresso*, 20.10.1990.
5. Cf. *Diário de Notícias*, 20.10.1990.
6. *Diário de Notícias*, 20.10.1990.
7. *Expresso*, 27.10.1990.
8. Cf. Ata Secretariado Executivo 24.10.1990.
9. Cf. Ata Secretariado Executivo 24.10.1990.
10. Ata Secretariado Executivo 06.11.1990.
11. Cf. Ata Secretariado Executivo 16.11.1990.
12. Cf. Ata Secretariado Executivo 06.11.1990.
13. Cf. Atas Secretariado Executivo de 16.11.1990, de 07.12.1990, de 03.01.1991.
14. Ofício datado de 30.10.1990, apenso à Ata do Secretariado Executivo de 06.11.1990.
15. Cf. Ata Secretariado Executivo 10.01.1991.
16. Cf. Ata Secretariado Executivo 17.01.1991.
17. Ata Secretariado Executivo 08.02.1991.
18. Este desafio teve eco na comunicação social. A UGT entendia que, embora o texto fosse das duas centrais – apesar de a CGTP não o ter assinado –, a CGTP estaria a assumir como seus os pontos «bons» do documento, como a subida do salário mínimo e a redução do horário de trabalho para 44 horas, dando a entender que o resto seria da responsabilidade da UGT. Discutiam-se diferentes interpretações sobre as vantagens e desvantagens para os trabalhadores portugueses. Cf. *Público*, 01.03.1991.
19. Ata Secretariado Executivo 27.02.1991.
20. Cf. Ata Secretariado Executivo 18.03.1991
21. Cf. Ata Secretariado Executivo 09.04.1991.
22. O grupo parlamentar do PCP alertara para a possibilidade desta inconstitucionalidade, tendo aliás entregado um requerimento ao Presidente da Assembleia da República na véspera da discussão (28 de janeiro), solicitando que o agendamento fosse considerado inconstitucional. *Público*, 29.01.1991.
23. Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 64/91, de 11.04. *Expresso*, 23.04.1991.
24. Documento apenso à Ata Secretariado Executivo 18.03.1991.
25. Carta datada de 19.03.1991, dirigida pela CGTP ao primeiro-ministro. Cópia apensa à Ata do Secretariado Executivo de 09.04.1991.
26. Prenunciava-se, em ano de eleições, muita agitação no setor dos transportes. A Carris entrou em greve, por 24 horas, no dia 31 de janeiro, em luta por melhores condições remuneratórias. A Rodoviária Nacional, em perspetiva de ser dividida em 13 empresas, estava ao rubro. As negociações no Metro já se tinham iniciado, sendo também de esperar grande conflitualidade. *Público*, 31.01.1991.
27. Cf. Ata Secretariado Executivo 24.01.1991.
28. Cf. *Público*, 02.03.1991.
29. Cf. Ata Secretariado Executivo 24.04.1991.
30. Cf. Ata Secretariado Executivo 24.01.1991.

31. Cf. Ata Secretariado Executivo 24.01.1991.
32. Cf. Ata Secretariado Executivo 02.04.1991.
33. Cf. Ata Secretariado Executivo 17.04.1991.
34. *Expresso*, 13.04.1991.
35. Cf. *Expresso*, 01.06.1991.
36. Cf. *Expresso*, 12.10.1991.
37. Sobre as negociações que estiveram na base deste acordo, veja-se o *Expresso*, 23.02.1991.
38. Cf. *Expresso*, 16.03.1991.
39. Cf. *Expresso*, 27.04.1991.
40. Cf. *Diário de Notícias*, 29.06.1991.
41. Cf. *Expresso*, 27.04.1991.
42. Cf. Ata Secretariado Executivo 24.04.1991.
43. Ata Secretariado Executivo 30.04.1991.
44. *Expresso*, 11.01.1991.
45. Cf. *Expresso*, 04.05.1991.
46. Cf. *Expresso*, 11.05.1991.
47. Cf. Ata Secretariado Executivo 07.05.1991.
48. *Público*, 02.05.1991.
49. Cf. *Público*, 02.05.1991.
50. Cf. Ata Secretariado Executivo 07.05.1991.
51. Cf. Ata Secretariado Executivo 20.05.1991.
52. *Público*, 13.05.1991.
53. Cf. Ata Secretariado Executivo 07.06.1991.
54. Moção apensa à Ata do Conselho Geral de 25.05.1991.
55. *Público*, 12.06.1991.
56. Cf. *Público*, 26.06.1991.
57. Cf. *Expresso*, 15.06.1991.
58. Cf. Ata Secretariado Executivo 09.07.1991.
59. *Expresso*, 27.07.1991. Vd. tb. *Expresso*, 20.07.1991.
60. Cf. *Diário de Notícias*, 09.07.1991.
61. Cf. *Diário de Notícias*, 03.09.1991.
62. Cf. Ata Secretariado Executivo 12.07.1991.
63. *Expresso*, 27.07.1991.
64. Cf. *Expresso*, 27.07.1991.
65. Cf. Ata Secretariado Executivo 13.09.1991.
66. Cf. Ata Secretariado Executivo 15.11.1991.
67. Cf. *Expresso*, 26.10.1991.
68. Cf. *Diário de Notícias*, 05.12.1991.
69. *Diário de Notícias*, 03.12.1991.
70. Cf. *Diário de Notícias*, 03.12.1991.
71. Ata Secretariado Executivo, 03.01.1992.
72. *Expresso*, 04.01.1992.
73. *Expresso*, 18.01.1992.
74. *Expresso*, 18.01.1992.
75. Cf. *Expresso*, 08.02.1992.
76. Cf. *Expresso*, 15.02.1992.
77. *Diário de Notícias*, 16.02.1992.
78. Ata Secretariado Executivo, 21.02.1992.
79. *Expresso*, 22.02.1992.
80. Cf. Ata Secretariado Executivo, 03.02.1992.
81. *Expresso*, 02.05.1992.
82. *Diário de Notícias*, 04.05.1990.
83. *Expresso*, 23.05.1992.
84. *Expresso*, 01.02.1992.

O VI CONGRESSO DA UGT

1. *Público*, 28.5.92.
2. *Público*, 29.5.92.
3. *Diário de Notícias*, 30.5.92.
4. Cf. *Público*, 1.6.92.
5. *Público*, 29.5.92.
6. *Público*, 1.6.92.

7. Cf. *Diário de Notícias*, 31.5.92.
8. *Público*, 29.5.92.
9. *Público*, 30.5.92.
10. *Público*, 1.6.92.
11. *Diário de Notícias*, 1.6.92.
12. *Diário de Notícias*, 30.5.92.
13. *Diário de Notícias*, 1.6.92.
14. *Diário de Notícias*, 30.5.92.
15. Cf. *Diário de Notícias*, 30.5.92.
16. *Diário de Notícias*, 30.5.92.
17. Cf. *Diário de Notícias*, 30.5.92.
18. Cf. *Público*, 31.5.92.
19. Cf. *Diário de Notícias*, 30.5.92.
20. *Diário de Notícias*, 30.5.92.
21. *Diário de Notícias*, 30.5.92.
22. *Diário de Notícias*, 30.5.92.
23. Cf. *Público*, 29.5.92.
24. *Público*, 31.5.92.
25. *Diário de Notícias*, 1.6.92.
26. *Público*, 31.5.92.
27. Cf. *Público*, 31.5.92.
28. *Diário de Notícias*, 31.5.92.
29. *Diário de Notícias*, 31.5.92.
30. *Diário de Notícias*, 31.5.92.
31. *Diário de Notícias*, 31.5.92.
32. *Público*, 31.5.92.
33. *Público*, 1.6.92.
34. *Público*, 1.6.92.
35. *Público*, 1.6.92.
36. *Público*, 1.6.92.
37. Cf. *Diário de Notícias*, 1.5.92.
38. *Diário de Notícias*, 1.6.92.
39. *Diário de Notícias*, 30.5.92.
40. Cf. *Público*, 1.6.92.
41. *Diário de Notícias*, 30.5.92.
42. *Diário de Notícias*, 30.5.92.
43. Cf. *Público*, 1.6.92.
44. *Público*, 1.6.92.
45. *Público*, 31.5.92.
46. *Público*, 29.5.92.
47. *Público*, 1.6.92.
48. *Público*, 29.5.92.
49. *Diário de Notícias*, 1.6.92.
50. *Público*, 29.5.92.
51. *Diário de Notícias*, 30.5.92.
52. *Público*, 31.5.92.
53. Cf. *Público*, 1.6.92.

1992-1996: OS ÚLTIMOS ANOS DOS GOVERNOS DE CAVACO SILVA. MUDANÇA DE CICLO POLÍTICO

1. Ata SN, 6.06.1992.
2. Ata SN, 6.06.1992.
3. Ata SN, 6.06.1992.
4. Cf. Ata SN, 6.06.1992, Ata CP, 9.06.1992.
5. Ata SE, 17.06.1992. *Expresso*, 20.06.1992.
6. *Expresso*, 27.06.1992.
7. Esse debate público teria lugar no dia 9 de julho seguinte. *Diário de Notícias*, 10.07.1992.
8. Cf. *Expresso*, 27.06.1992. *Diário de Notícias* e *Público*, 28.06.1992.
9. Lei 65/77, de 26 de agosto.
10. Cf. *Expresso*, 4.07.1992. Vd. Também *Diário de Notícias*, 10.07.1992, que titu-
lava «Juristas criticam proposta do PSD e apontam inconstitucionalidades». Os juristas em causa eram Jorge Leite e Monteiro Fernandes, que tinham participado no debate promovido pela UGT a 9 de julho.
11. Cf. *Expresso*, 11.07.1992, *Público*, 10.07.1992.
12. Cf. *Expresso*, 18.07.1992.
13. Cf. *Expresso*, 4.07.1992.
14. Cf. *Expresso*, 15.08.1992.
15. Acórdão TC, de 2.09.1992. <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19920289.html> (visualizado em 20.11.2016).
16. Cf. Ata CP, 2.09.1992.

17. Ata SN, 24.09.1992.
18. *Expresso*, 24.10.1992.
19. *Expresso*, 24.10.1992.
20. Ao contrário da lei da greve que não mereceu reparos do TC, a lei dos disponíveis foi chumbada, obrigando o Governo a fazer correções. Em ambos os casos fora o Presidente da República a solicitar a fiscalização preventiva da constitucionalidade.
21. *Expresso*, 24.10.1992.
22. Cf. *Diário de Notícias*, 28.06.1992.
23. *Expresso*, 27.06.1992.
24. O que foi interpretado, por alguns, como a legalização do contrabando – *Diário de Notícias*, 9.07.1992.
25. Cf. *Público*, 10.07.1992.
26. *Expresso*, 27.06.1992.
27. *Expresso*, 1.08.1992.
28. *Expresso*, 24.08.1992.
29. Cf. SN, 24.09.1992, CG, 25.09.1992.
30. Este documento tinha como pontos principais: 1 – As condições de trabalho e os rendimentos dos trabalhadores podem melhorar; 2 – Quadro Concertado para a Negociação Salarial – prevê a definição de um quadro, baseado em pressupostos, de que se destaca que o crescimento real dos salários é compatível com o prosseguimento da desinflação; 3 – Outras áreas de concertação social – o diálogo social presente pressupõe o integral cumprimento dos acordos anteriores de 1990 e 1992; 4 – Redução do tempo de trabalho – o compromisso de que em 1995 não poderia haver horários superiores a 40 horas, com dois dias de descanso semanal, é para cumprir; 5 – Novas áreas de negociação – há que alargar a negociação à formação profissional, segurança, higiene e saúde no trabalho; controlo do trabalho precário; entre outras; 6 – Não havendo acordo – na ausência de um acordo, a única referência a considerar fiável para a inflação a ter em conta nas negociações serão os últimos dados publicados pelo INE, isto é, a taxa de inflação passada.
31. Cf. *Expresso*, 8.08.1992.
32. *Diário de Notícias*, 23.10.1992.
33. Cf. *Expresso*, 14.11.1992.
34. Carta apensa à Ata do SE, de 4.12.1992.
35. Ata SN, 14.12.1992.
36. *Expresso*, 19.12.1992.
37. Cf. Ata SN, de 5.02.1993. Reunião do CG de 6.02.1993.
38. Cf. Ata SN, 3.03.1993.
39. *Expresso*, 27.02.1993.
40. *Expresso*, 27.02.1993.
41. Documento apenso à ata do SN, de 3.03.1993.
42. *Expresso*, 5.12.1992.
43. *Expresso*, 7.11.1992.
44. *Expresso*, 27.02.1993.
45. *Expresso*, 13.03.1993.
46. Cf. Ata SN, 3.03.1993.
47. Cf. Ata SN, 3.03.1993.
48. *Expresso*, 13.03.1993.
49. Cf. Ata SN, 3.03.1993.
50. Cf. Ata SN, 26.03.1993.
51. Cf. Ata SE, 15.04.1993.
52. Cf. *Expresso*, 27.03.1993.
53. Cf. *Expresso*, 29.05.1993.
54. Portaria n.º 714/93 de 3 de agosto.
55. Art.º 2.º da portaria 714/93, de 3 de agosto.
56. *Expresso* 5.06.1993.
57. *Expresso*, 5.06.1993.
58. *Diário de Notícias*, 2.05.1993.
59. *Diário de Notícias*, 2.05.1993.
60. *Expresso*, 8.05.1993.
61. Cf. Ata SN, 14.05.1993.
62. Cf. *Expresso*, 5.6.1993.
63. Cf. *Expresso*, 3.07.1993.
64. Cf. *Expresso*, 3.07.1993.
65. Cf. *Expresso*, 10.07.1993.
66. Cf. *Expresso*, 10.07.1993.
67. *Expresso*, 24.07.1993.

68. *Expresso*, 24.07.1993.
69. Cf. *Expresso*, 17.07.1993.
70. Decreto-lei 418/93, de 24 de dezembro. Transcreve-se do preâmbulo uma das razões de ordem do diploma: «As modificações agora introduzidas no regime de proteção no desemprego assentam ainda na preocupação de evitar nalguns casos formas diretas ou indiretas de obtenção indevida de prestações, com as correspondentes distorções e injustiças, à luz da necessidade de proteger de modo adequado as pessoas que perderam efetivamente os seus empregos e buscam a sua reintegração no mercado do trabalho.»
71. O estudo «A sindicalização em Portugal: a sua medida e a sua distribuição» foi publicado na revista *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 14, 1993, pp. 19-47.
72. Cf. *Expresso*, 24.07.1993.
73. Cf. *Expresso*, 24.07.1993.
74. *Expresso*, 21.08.1993.
75. *Diário de Notícias*, 27.08.1993.
76. *Expresso*, 18.09.1993
77. *Expresso*, 18.09.1993
78. *Expresso*, 18.09.1993.
79. *Diário de Notícias*, 24.09.1993
80. *Diário de Notícias*, 13.10.1993
81. Cf. Ata SN, 13.10.1993
82. Cf. Ata SN, 13.10.1993
83. *O Independente*, 15.10.1993.
84. *Expresso*, 16.10.1993.
85. *Expresso*, 23.10.1993.
86. *Expresso*, 23.10.1993.
87. *Expresso*, 30.10.1993.
88. Cf. Ata SN, 2.11.1993.
89. Cf. *Expresso*, 30.10.1993.
90. *Expresso*, 30.10.1993.
91. *Expresso*, 20.11.1993.
92. Cf. *Expresso*, 20.11.1993.
93. Cf. *Expresso*, 18.12.1993.
94. Cf. *Expresso*, 8.01.1994.
95. Cf. Convocatória de reunião do SN, datada de 7.01.1994.
96. Cf. Ordem de trabalhos da reunião do SN, de 21.01.1994.
97. *Expresso*, 22.01.1994.
98. *Expresso*, 22.01.1994, títulos das páginas do caderno Economia.
99. Cf. *O Independente*, 25.02.1994.
100. *Expresso*, 5.03.1994.
101. Cf. Moção apensa aos documentos da Ata SN, 20.06.1994.
102. *Diário de Notícias*, <http://150anos.dn.pt/2014/07/31/1994-bloqueio-da-ponte-25-abril/>, (consultado a 25.09.2016).
103. Cf. *Expresso*, 16.07.1994.
104. *Expresso*, 16.07.1994
105. *Expresso*, 16.07.1994
106. Cf. *Expresso*, 7.05.1994.
107. *Expresso*, 7.05.1994
108. Cf. Apenso aos documentos da ata SN, 2.05.1994.
109. Comunicado apenso aos documentos da ata SN, 2.05.1994.
110. Cf. *Semanário*, 25.06.1994.
111. Cf. *Expresso*, 3.09.1994.
112. *Expresso*, 10.09.1994.
113. Resolução apensa aos documentos da reunião do SN, 19.09.1994.
114. Cf. *O Independente*, 7.10.1994.
115. Cf. *Expresso*, 15.10.1994
116. Cf. *Diário de Notícias*, 14.10.1994.
117. Cf. *O Independente*, 21.10.1994.
118. Esta matéria está tratada em ponto autónomo deste trabalho.
119. Cf. *Expresso*, 15.10.1994.
120. Cf. *Expresso*, 8.10.1994.
121. *O Independente*, 21.10.1994.
122. *O Independente*, 21.10.1994.
123. Cf. *O Independente*, 21.10.1994.
124. Cf. Convocatória de reunião SN, 20.10.1994.
125. Cf. *Expresso*, 22.10.1994.
126. Cf. *Expresso*, 12.11.1994.
127. Documentos apensos à reunião do SN, de 11.11.1994.

128. Cf. *Expresso*, 22.10.1994.
 129. *Expresso*, 29.10.1994.
 130. *Expresso*, 24.12.1994.
 131. Cf. *Expresso*, 4.02.1995.
 132. *Expresso*, 4.02.1995.
 133. *Expresso*, 4.02.1995.
 134. Moção apensa à Ata SN, 24.02.1995.
 135. Documento apenso à reunião SN, 24.02.1995.
 136. *Expresso*, 14.04.1995.
 137. Cf. *Expresso*, 14.04.1995.
 138. *Expresso*, 20.05.1995.
 139. *Expresso*, 8.07.1995.
 140. *Expresso*, 13.05.1995.
 141. *Expresso*, 13.05.1995.
 142. Sendo a UGT proprietária da Escola Profissional Agostinho Roseta, que homenageava a figura deste sindicalista, teve, por determinação de legislação entretanto publicada, de constituir uma associação com sindicatos que não tivessem escolas, associação que seria a responsável pela escola. O Secretariado Nacional deliberou que a UGT fosse sócia fundadora desta associação e que convidasse os sindicatos a participarem neste processo (Vd. Ata SN 21.06.1999).
 143. Cf. *Expresso*, 3.06.1995.
 144. Cf. Ata CG, 5.06.1995.
 145. Cf. Ata SN, 3.07.1995.
 146. Cf. *Expresso*, 9.09.1995.
 147. *Expresso*, 7.10.1995.
 148. *O Independente*, 3.11.1995.
 149. *O Independente*, 3.11.1995.
 150. Lei n.º 19-A/96, de 29.06.
 151. Lei n.º 13/03, 21.05.
 152. *Expresso*, 4.11.1995.
 153. *Expresso*, 8.12.1995.
 154. *Expresso*, 8.12.1995.
 155. *Expresso*, 8.12.1995.
 156. *Expresso*, 1.12.1995.
 157. *Expresso*, 25.11.1995.
 158. *Expresso*, 1.12.1995.
 159. *Expresso*, 1.12.1995.
 160. Lei 21/96, de 23.07.
 161. *Expresso*, 25.11.1995.
 162. *Expresso*, 25.11.1995.
 163. *Expresso*, 25.11.1995.
 164. Cf. *Expresso*, 16.12.1995.
 165. *Expresso*, 25.11.1995.
 166. À data Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.
 167. Cf. *Expresso*, 16.12.1995.
 168. *Expresso*, 23 e 30.12.1995.
 169. *Expresso*, 30.12.1995.
 170. *Expresso*, 6.01.1996.
 171. Cf. *Expresso*, 20.01.1996.
 172. *Expresso*, 20.01.1996.
 173. *Expresso*, 27.01.1996.
 174. O texto integral do Acordo pode ser consultado no sítio do CES: www.ces.pt
 175. *Expresso*, 27.01.1996.
 176. Cf. *Expresso*, 10.02.1996.
 177. Cf. *Expresso*, 10.02.1996.
 178. *Expresso*, 10.02.1996.
 179. *Expresso*, 17.02.1996.
 180. *Expresso*, 23.03.1996.

VII CONGRESSO DA UGT

1. *Público*, 19.4.96.
2. Cf. *Público*, 19.4.96.
3. Cf. *Público*, 19.4.96.
4. *Diário de Notícias*, 21.4.96.
5. Cf. *Público*, 19.4.96.
6. *Diário de Notícias*, 19.4.96.
7. *Público*, 20.4.96.
8. *Diário de Notícias*, 19.4.96.
9. *Diário de Notícias*, 19.4.96.
10. *Diário de Notícias*, 19.4.96.

11. *Diário de Notícias*, 20.4.96.
12. *Público*, 20.4.96.
13. Cf. *Público*, 20.4.96.
14. Cf. *Diário de Notícias*, 20.4.96.
15. *Público*, 20.4.96.
16. *Diário de Notícias*, 20.4.96.
17. *Público*, 20.4.96.
18. *Diário de Notícias*, 20.4.96.
19. *Público*, 20.4.96.
20. *Público*, 20.4.96.
21. *Público*, 20.4.96.
22. Cf. *Público*, 20.4.96.
23. Cf. *Público*, 20.4.96.
24. *Diário de Notícias*, 21.4.96.
25. *Público*, 21.4.96.
26. *Público*, 21.4.96.
27. *Público*, 21.4.96.
28. *Público*, 21.4.96.
29. *Diário de Notícias*, 21.4.96.
30. Cf. Documentação do Congresso, 21.4.96.
31. *Diário de Notícias*, 22.4.96.
32. *Diário de Notícias*, 22.4.96.
33. *Público*, 22.4.96.
35. Cf. *Público*, 22.4.96.
36. *Diário de Notícias*, 22.4.96.
37. *Diário de Notícias*, 22.4.96.
38. Cf. *Público*, 19.4.96.
39. *Diário de Notícias*, 22.4.96.
40. *Diário de Notícias*, 20.4.96.
41. *Público*, 20.4.96.
42. *Diário de Notícias*, 20.4.96.
43. *Diário de Notícias*, 22.4.96.

1996-2000: SOB O SIGNO DA CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICA

1. *Expresso*, 27.04.1996.
2. No ano de 1995, para 800 mil sindicalizados, 222 mil estavam filiados na UGT e 500 mil na CGTP. Vd. SOUSA, Henrique José Carvalho de. «Sindicalização: A vida por detrás das estatísticas (alguns problemas metodológicos)», http://www.fcsh.unl.pt/scd/extra/pdf/wp_hs_2011.p'df (visualizado em 14.12.2016).
3. *Expresso*, 27.04.1996.
4. *Expresso*, 4.05.1996.
5. *Expresso*, 4.05.1996.
6. Cf. *Diário de Notícias*, 7.05.1996.
7. *Expresso*, 11.05.1996.
8. *Expresso*, 11.05.1996.
9. *Expresso*, 11.05.1996.
10. Cf. Ata CE, 13.05.1996.
11. Ofício n.º 191/96, de 16.05.1996.
12. Cf. *Diário de Notícias*, 23.05.1996.
13. *Expresso*, 25.05.1996.
14. *Expresso*, 25.05.1996.
15. *Expresso*, 8.08.1996.
16. *Expresso*, 8.06.1996.
17. Realizou-se a 1 e 2 de junho de 1996.
18. Vd. *Público*, 3.06.1996 e *Expresso*, 8.06.1996.
19. Cf. *Expresso*, 22.06.1996.
20. Cf. Ata SN, 28.10.1996.
21. Cf. *Expresso*, 20.04.02.
22. A Comissão Executiva da UGT reflete nas suas reuniões sobre este assunto – atas de 13 e 27 de maio 1996 – e delibera emitir um comunicado que «manifeste o regozijo da UGT por mais uma vitória contra o imobilismo», na reunião seguinte à aprovação do diploma na Assembleia da República.
23. Lei 21/96, de 23.07. A lei previa que até 1 de dezembro de 1996 todos os horários superiores a 42 horas por semana deveriam ser reduzidos em duas horas semanais; os horários entre 40 e 42 horas por semana deveriam ser reduzidos para 40 horas semanais; até 1 de dezembro de 1997 todos os horários de

- trabalho ainda acima das 40 horas semanais deveriam cumprir o novo máximo legal.
24. Cf. *Expresso*, 3.08.1996.
 25. Ata SN, 28.10.1996.
 26. Cf. *Expresso*, 3.08.1996.
 27. *Expresso*, 21.09.1996.
 28. Cf. *Expresso*, 21.09.1996.
 29. http://www.ces.pt/download/63/GOP_1997.pdf (visualizado em 12.12.2016).
 30. As reuniões da Comissão Executiva da UGT refletem estes trabalhos intensos, distribuindo tarefas entre membros e funcionários e designando representantes da UGT para reuniões intercalares com membros do Governo e outros parceiros sociais.
 31. Seria criado pelo Decreto-lei n.º 115/97, de 12.05.
 32. Cf. *Expresso*, 9.11.1996.
 33. Cf. Ata CE 5.12.1996, ata do SN, 10.12.1996. Em ambos os órgãos se analisa o caminho e as dificuldades da negociação.
 34. *Expresso*, 23.11.1996.
 35. *Expresso*, 23.11.1996.
 36. Cf. *O Independente*, 22.11.1996, e *Expresso*, 23.11.1996.
 37. Cf. Ata CE, 5.12.1996, e *Expresso*, 7.12.1996.
 38. Documentação constante da pasta do Conselho Geral da UGT.
 39. Cf. *Expresso*, 14.12.1996.
 40. Cf. *Diário de Notícias*, 21.12.1996.
 41. Cf. *Diário de Notícias*, 21.12.1996.
 42. Cf. *Diário de Notícias*, 21.12.1996.
 43. Resolução do SN, não datada, mas que terá sido tomada em reunião realizada no início de janeiro de 1997, apensa à documentação da reunião do Conselho Geral, realizada a 18.01.1997. O material a que se alude (brochura, prospectos, cartaz) foi mandado fazer por deliberação da Comissão Executiva, em reunião realizada a 6.01.1997.
 44. *Expresso*, 4.01.1997.
 45. *Expresso*, 4.01.1997.
 46. *Expresso*, 4.01.1997.
 47. Orientações para a negociação coletiva, documento arquivado na documentação da reunião do Conselho Geral da UGT, que teve lugar a 18.01.1997. Vd. também ata SN, de 13.03.1997.
 48. *Expresso*, 25.01.1997.
 49. *Expresso*, 8.03.1997.
 50. Cf. *Expresso*, 15.03.1997.
 51. Cf. Ata SN, 13.03.1997.
 52. Cf. *Expresso*, 22.03.1997.
 53. *Expresso*, 26.07.1997.
 54. O chamado caso da Formação Profissional da UGT, que tem a ver com a utilização de fundos do FSE no final dos anos 1980, é omnipresente na vida da Central durante mais de dez anos. Pela sua importância e extensão, este «caso» é tratado em ponto autónomo deste livro. A questão do aval do Estado à UGT, em 1997, teve repercussões grandes na vida político-sindical.
 55. Ata CE, 10.03.1997.
 56. Realizada a 10 de março de 1997.
 57. *Expresso*, 5.04.1997.
 58. *Expresso*, 5.04.1997.
 59. Cf. *Público*, 18.04.1997, *Público*, 19.04.1997 e *Expresso*, 19.04.1997.
 60. Cf. *Expresso*, 10.05.1997.
 61. Cf. *Expresso*, 6.06.1997.
 62. Cf. *Expresso*, 12.07.1997.
 63. Cf. *Expresso*, 25.07.1997.
 64. Cf. *Público*, 16.10.1997.
 65. Cf. *Expresso*, 6.03.1998.
 66. *Público*, 02.05.1997.
 67. Cf. *Público*, 02.05.1997.
 68. Cf. *Expresso*, 03.05.1997.
 69. Cf. *Expresso*, 3.05.1997.
 70. Cf. *Expresso*, 21.06.1997.
 71. Cf. *Expresso*, 19.07.1997.
 72. No final do primeiro Governo Guter-

- res, outubro de 1999, foi feita uma estimativa das admissões de funcionários para o quadro, que apontava para 40 000, na sua maioria tratando-se de regularização de recibos verdes ilegais. Cf. *Expresso*, 30.12.1999.
73. Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/96, de 9 de março. Esta Comissão deveria propor ao Governo as medidas que «garantam a sustentabilidade da Segurança Social, de forma economicamente eficiente e com respeito pelos princípios da equidade e solidariedade que enformam o programa do Governo», in Preâmbulo do diploma.
74. Cf. *Expresso*, 30.08.1997.
75. Cf. Ata CE, 23.06.1997.
76. Cf. *Expresso*, 11.10.1997.
77. Cf. *Expresso*, 4.10.1997.
78. Vd. Imprensa do segundo semestre de 1997, vários números do *Público* e do *Expresso*.
79. *Expresso*, 21.06.1997.
80. *Expresso*, 21.06.1997.
81. Cf. Ata CE, 23.06.1997.
82. Ata SN, 13.03.1997.
83. *Expresso*, 2.08.1997.
84. Cf. *Diário de Notícias*, 27.08.1997.
85. Cf. *Público*, 26.09.1997.
86. Cf. *Expresso*, 18.10.1997.
87. Cf. *Expresso*, 1.11.1997.
88. Cf. *Diário de Notícias*, 28.10.1997 e *Expresso*, 25.10.1997.
89. *Expresso*, 20.12.1997.
90. Cf. *Expresso*, 18.10.1997.
91. *Expresso*, 25.10.1997.
92. Cf. *Expresso*, 25.10.1997.
93. *Expresso*, 29.11.1997.
94. Cf. *Expresso*, 29.11.1997.
95. Cf. *Expresso*, 29.11.1997.
96. Cf. *Expresso*, 29.11.1997.
97. Cf. *Expresso*, 3.01.1998.
98. Cf. *Expresso*, 8.11.1997.
99. O clima de conflitualidade cessara com o acordo celebrado entre as associações de confeção de vestuário e a Federação dos Têxteis da CGTP, que pôs fim às ações em Tribunal. Este acordo foi mediado por Carvalho da Silva (CGTP), Nogueira Simões (CIP) e Paulo Pedroso, secretário de Estado do Emprego e Formação.
100. Lei 73/98, de 10.11, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 93/104/CE, do Conselho, de 23 de novembro, relativa a determinados aspectos da organização do tempo de trabalho. No art.º 2, n.º 2, deste diploma: 2 – São considerados tempo de trabalho:
- a) As interrupções de trabalho como tal consideradas nas convenções coletivas ou as resultantes de usos e costumes reiterados das empresas;
 - b) As interrupções ocasionais no período de trabalho diário, quer as inerentes à satisfação de necessidades pessoais inadiáveis do trabalhador, quer as resultantes de tolerância ou concessão da entidade empregadora;
 - c) As interrupções de trabalho, ditadas por razões técnicas, nomeadamente limpeza, manutenção ou afinação de equipamentos, mudança dos programas de produção, carga ou descarga de mercadorias, falta de matéria-prima ou energia, ou motivos climáticos que afetem a atividade da empresa, ou por razões económicas, designadamente de quebra de encomendas;
 - d) Os intervalos para refeição em que o trabalhador tenha de permanecer no espaço habitual de trabalho ou próximo dele, à disposição da entidade empregadora, para poder ser chamado a prestar trabalho normal em caso de necessidade;

- e) As interrupções ou pausas nos períodos de trabalho impostas por prescrições da regulamentação específica de segurança, higiene e saúde no trabalho.
101. Cf. *Diário de Notícias*, 13.01.1998.
102. Decreto-lei 35/98, de 18.02.
103. Cf. *Diário de Notícias*, 14.01.1998 e Cf. *Expresso*, 24.01.1998.
104. Cf. *Expresso*, 17.01.1998.
105. Cf. Resolução do SN da UGT, 11.02.1998.
106. Deliberação do Conselho Geral da UGT, 19.02.1998.
107. Deliberação do Conselho Geral da UGT, 19.02.1998.
108. Cf. *Livro Branco da Segurança Social*, Lisboa, 1998, pp. 247 e ss.
109. *Expresso*, 10.01.1998.
110. *O Independente*, 6.03.1998.
111. *O Independente*, 13.03.1998.
112. Cf. *Expresso*, 26.09.1998.
113. Lei 17/2000, de 8.08, que veio revogar a primeira Lei de bases do regime democrático, a Lei 28/84, de 14 de agosto.
114. Cf. *Expresso*, 31.01.1998.
115. Cf. *O Independente*, 27.03.1998.
116. Cf. Resolução SN, 11.02.1998.
117. *Expresso*, 4.04.1998.
118. *Expresso*, 4.04.1998.
119. *Expresso*, 4.04.1998.
120. Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/98, de 6 de maio.
121. Cf. *Expresso*, 14.02.1998.
122. Cf. *Expresso*, 21.02.1998.
123. Cf. Conselho Geral da UGT, 19.02.1998.
124. Cf. *Expresso*, 14.02.1998.
125. *Expresso*, 28.02.1998.
126. Cf. Resolução do SN de 11.02.1998: «Relativamente à proposta de negociação de um acordo para o Euro a UGT reafirma claramente que só participará de um novo acordo desde que haja um compromisso claro do Governo e dos outros subscritores do ACE na definição da metodologia e das prioridades a executar até julho de 1998 e na execução global do acordo no quadro da legislatura.»
127. *Expresso*, 28.02.1998.
128. Cf. *Expresso*, 21.02.1998.
129. *Diário de Notícias*, 2.05.1998.
130. A CPLP sindical será objeto de tratamento autónomo na Parte III. Entendeu-se, pela sua importância estratégica, fazer esta brevíssima menção no presente texto sobre a evolução político-sindical nacional.
131. Cf. *Expresso*, 4.04.1998.
132. Cf. *Expresso*, 4.04.1998.
133. O conflito dos médicos com a ministra da saúde, Maria de Belém Roseira, arrastou-se por longuíssimos meses.
134. *Expresso*, 26.06.1998. Ao percorrer a imprensa deste ano encontram-se diversas notícias sobre os conflitos em curso.
135. *Diário Económico*, 23.07.1998.
136. *Diário de Notícias*, 21.07.1998.
137. *Diário de Notícias*, 22.07.1998.
138. *Expresso*, 25.07.1998.
139. *Expresso*, 25.07.1998.
140. *Expresso*, 25.07.1998.
141. Cf. *Expresso*, 23.05.1998. Vd. Também Selada, Catarina & Felizardo, José Rui. *Da produção à concepção: meio século de história automóvel em Portugal*. Texto consultado em 12.11.2016, em http://in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_8_a.pdf. A unidade da Renault em Setúbal veio a desaparecer, a de Cacia, em Aveiro, autonomizou-se, mas manteve a laboração, alargando os seus clientes a outras marcas automóveis, além da Renault. Vd. *Expresso*, 17.10.1998.
142. Cf. *Expresso*, 18.07.1998.
143. Cf. *Expresso*, 6.11.1998.

144. Cf. *Expresso*, 21.II.1998.
145. Viria a ser a convenção n.º 182, Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação, adotada na Conferência Internacional do Trabalho, em 1999.
146. *Expresso*, 30.05.1998.
147. Cf. *Expresso*, 5.09.1998.
148. Cf. *Expresso*, 30.01.1999. Este relatório esteve na base das políticas de eliminação do trabalho infantil, desenvolvidas pelo PEETI, Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil.
149. Cf. *Expresso*, 8.08.1998.
150. Cf. Resolução do Conselho Geral da UGT, 7.07.1998.
151. Cf. *Expresso*, 12.09.1998.
152. *Expresso*, 19.09.1998.
153. Cf. *Expresso*, 3.10.1998.
154. Cf. *Expresso*, 24.10.1998.
155. Cf. *Diário de Notícias*, 30.10.1998, e *Público*, 30.10.1998.
156. Cf. *Expresso*, 14.II.1998.
157. Cf. *Expresso*, 5.12.1998.
158. *Expresso*, 6.II.1998.
159. Cf. *Expresso*, 6.II.1998.
160. *Expresso*, 19.12.1998.
161. Cf. *Expresso*, 25.07.1998.
162. Valores ainda em negociação entre o Ministério da Tutela e o das Finanças. Vd. *Expresso*, 25.07.1998.
163. Cf. *Expresso*, 12.09.1998.
164. Cf. *Expresso*, 12.12.1998.
165. Ata CE, 12.II.1998.
166. *Expresso*, 3.10.1998.
167. *Expresso*, 3.10.1998.
168. Cf. Resolução do Conselho Geral da UGT, 7.07.1998. *Expresso*, 5.09.1998.
169. Cf. Resolução do Conselho Geral da UGT, 7.07.1998.
170. Resolução do Conselho Geral da UGT, 7.07.1998.
171. Cf. Ata CE, 12.II.1998.
172. Cf. *Expresso*, 24.10.1998.
173. Aprovado pelo Governo a 8.01.1999, viria a ser publicado pelo Decreto-lei n.º 49/99, de 18.02.
174. Cf. *Expresso*, 9.01.1999.
175. *Expresso*, 23.01.1999.
176. *Expresso*, 9.01.1999.
177. *Expresso*, 9.01.1999.
178. Cf. *Expresso*, 27.02.1999.
179. Vd. *Expresso* e outros órgãos de comunicação social (vários números), entre janeiro e maio de 1999.
180. Vd. *Expresso* e outros órgãos de comunicação social (vários números), entre junho e setembro de 1999.
181. Cf. *Diário de Notícias*, 2.05.1999, e *Público*, 2.05.1999.
182. *Expresso*, 1.05.1999.
183. *Expresso*, 1.05.1999.
184. *Expresso*, 1.05.1999.
185. *Expresso*, 1.05.1999.
186. *Expresso*, 1.05.1999.
187. *Expresso*, 1.05.1999.
188. Cf. Resolução do SN, de 18.03.1999.
189. Lei 116/99, de 4.08.
190. Cf. Resolução do SN, 18.03.1999. *Expresso*, 1.05.1999.
191. Referimo-nos à situação a 1.05.1999, data em que o *Expresso* publica uma síntese sobre este assunto, que parcialmente utilizámos na elaboração deste ponto de situação.
192. Decreto-lei n.º 96/99, de 23 de março.
193. Cf. Ata SN, 21.06.1999.
194. Cf. Decreto-lei 103/99, de 26 de julho.
195. *Expresso*, 17.04.1999.
196. *Expresso*, 17.04.1999.
197. Lei 134/99, de 28.08.
198. Lei 100/97, de 13.09.
199. Decreto-Lei 159/99, de 11.05.
200. Cf. *Expresso*, 7.08.1999.
201. Cf. *Diário de Notícias*, 4.08.1999.
202. *Expresso*, 7.08.1999.
203. *Expresso*, 7.08.1999.
204. *Expresso*, 7.08.1999.

205. *Expresso*, 7.08.1999.
206. Cf. *Diário de Notícias*, 18.06.1999.
207. Cf. Ata SN, 21.06.1999 e *Expresso*, 24.07.1999.
208. Cf. *Expresso*, 25.09.1999.
209. Programa do XIV Governo constitucional, <http://www.portugal.gov.pt/media/464048/GC14.pdf> (visualizado em 12.11.2016).
210. Cf. *Diário de Notícias*, 29.10.1999, e *Expresso*, 30.10.1999.
211. Cf. *Expresso*, 27.11.1999.
212. *Expresso*, 16.10.1999.
213. Cf. *Expresso*, 16.10.1999.
214. Cf. *Diário de Notícias*, 18.06.1999.
215. Cf. Ata SN, 21.06.1999, e *Expresso*, 24.07.1999.
216. Cf. *Expresso*, 25.09.1999.
217. Programa do XIV Governo constitucional, <http://www.portugal.gov.pt/media/464048/GC14.pdf> (visualizado em 12.11.2016).
218. Cf. *Diário de Notícias*, 29.10.1999, e *Expresso*, 30.10.1999.
219. Cf. *Expresso*, 27.11.1999.
220. *Expresso*, 16.10.1999.
221. Cf. *Expresso*, 16.10.1999.
222. Cf. *Expresso*, 4.12.1999.
223. *Expresso*, 4.12.1999.
224. *Expresso*, 4.12.1999.
225. *Expresso*, 4.12.1999.
226. Cf. *Diário de Notícias*, 12.12.1999, e *Expresso*, 18.12.1999.
227. Cf. *Expresso*, 8.01.2000.
228. Cf. *Expresso*, 22.01.2000.
229. *Diário de Notícias*, 8.01.2000, *Expresso*, 8.01.2000 e cf. *Diário de Notícias*, 11.12.1999.
230. *Expresso*, 8.01.2000 e cf. *Diário de Notícias*, 11.12.1999.
231. Cf. *Expresso*, 25.03.2000.
232. Cf. *Diário de Notícias*, 12.01.2000.
233. Cf. *Expresso*, 29.01.2000.
234. Cf. *Diário de Notícias*, 19.02.2000, e *Expresso*, 19.02.2000.
235. Cf. *Diário de Notícias*, 24.02.2000.
236. Cf. *Expresso*, 11.03.2000.
237. Cf. *Expresso*, 25.03.2000.
238. Comunicado da Comissão Executiva da UGT, datado de 30.03.2000. Dias mais tarde, a CE novamente emite uma resolução, convergente com este primeiro comunicado, em que reafirma a sua posição e exige uma reunião extraordinária da CPCS, com a presença do primeiro-ministro – cf. Resolução de 18.04.2000.
239. Cf. *Expresso*, 1.04.2000.
240. Cf. *Expresso*, 29.04.2000.
241. Cf. *Público*, 2.05.2000, e *Diário de Notícias*, 2.05.2000.
242. Cf. *Expresso*, 29.04.2000.
243. Cf. *Expresso*, 6.05.2000.
244. Sondagem *Expresso/Euroexpansão*, publicada a 29.04.2000, no *Expresso*.

VIII CONGRESSO DA UGT

1. Cf. *Público*, 7.5.2000.
2. *Público*, 7.5.00.
3. *Diário de Notícias*, 6.5.2000.
4. *Público*, 6.5.00.
5. *Diário de Notícias*, 6.5.2000.
6. Cf. *Diário de Notícias*, 8.5.2000.
7. Cf. *Público*, 5.5.2000.
8. Cf. *Público*, 5.5.2000.
9. Cf. *Público*, 5.5.2000.
10. Cf. *Público*, 6.5.2000.
11. Cf. *Público*, 5.5.2000.
12. *Público*, 6.5.2000.
13. *Público*, 7.5.2000.
14. *Público*, 7.5.2000.

15. *Público*, 7.5.2000.
16. *Público*, 7.5.2000.
17. *Público*, 8.5.2000.
18. *Diário de Notícias*, 8.5.2000.
19. *Diário de Notícias*, 8.5.2000.
20. *Público*, 8.5.2000.
21. *Diário de Notícias*, 8.5.2000.
22. *Diário de Notícias*, 8.5.2000.
23. *Público*, 8.5.2000.
24. Cf. *Diário de Notícias*, 8.5.2000.
25. *Diário de Notícias*, 8.5.2000.
26. UGT VIII Congresso, *Resolução Programática – Por um país desenvolvido e solidário*, p. 3.
27. UGT VIII Congresso, *Resolução Programática – Por um país desenvolvido e solidário*, p. 4.
28. *Público*, 8.5.2000.
29. Cf. *Diário de Notícias*, 8.5.2000.
30. *Público*, 7.5.2000.

2000-2004: CONTINUIDADE DA CONCERTAÇÃO E, MAIS TARDE, O CÓDIGO DO TRABALHO

1. Cf. *Público*, 2.05.2000, e *Expresso*, 6.05.2000.
2. Cf. Ata SN, 22.05.00.
3. *Expresso*, 13.05.2000.
4. *Expresso*, 13.05.2000, e cf. *Diário de Notícias*, 10.05.2000.
5. *Expresso*, 13.05.2000.
6. Cf. *Expresso*, 17.06.2000.
7. *Expresso*, 16.09.2000.
8. Vd. Ata SN, 22.05.2000, sobre pormenores de organização desta manifestação europeia.
9. *Expresso*, 24.06.2000.
10. Decreto-lei 4/2001, de 10 de janeiro.
11. Cf. *Expresso*, 3.02.2001.
12. Cf. Ata SN, 24.04.2001.
13. Cf. *Expresso*, 10.02.2001.
14. Ata SN, 19.06.2001.
15. Lei 17/2000, de 8 de agosto.
16. Vd. Ata SN, 11.07.2000.
17. *Expresso*, 15.07.2000.
18. Cf. *Expresso*, 2.09.2000. Vd. Ata SN, 12.09.2000.
19. *Diário de Notícias*, 6.09.2000.
20. Cf. *Diário de Notícias*, 8.09.2000 e *Expresso*, 9.09.2000.
21. Cf. *Expresso*, 4.11.2000.
22. Cf. *Expresso*, 8.12.2000.
23. Cf. *Expresso*, 16.12.2000.
24. Cf. Ata SN, 12.09. 2000.
25. Cf. Ata SN, 2.II. 2000 e *Expresso*, 18.II.2000.
26. Lei 30-G/2000, 29.I2.
27. Cf. Ata SN, 11.01.2001.
28. Cf. *Expresso*, 12.01.2001.
29. Cf. *Expresso*, 24.02.2001.
30. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (ISCTE).
31. Cf. *Expresso*, 20.01.2001.
32. Cf. *Público*, 10.02.2001, e *Expresso*, 10.02.2001.
33. Cf. Textos dos acordos, disponíveis em www.ces.pt
34. Cf. Ata SN, 8.03.2001.
35. Cf. *Diário de Notícias*, 15.02.2001, e *Expresso*, 17.02.2001.
36. Cf. *Expresso*, 7.04.2001.
37. *Expresso*, 13.04.2001, 28.04.2001.
38. Cf. Ata SN, 24.04.2001.
39. Cf. Ata SN, 24.01.2001.
40. Cf. Ata SN, 19.06.2001.
41. Cf. *Diário de Notícias*, 17.05.2001, e *Público*, 17.05.2001.
42. Cf. *Público*, 8.06.2001, *Diário de Notícias*, 8.06.2001, e *Expresso*, 2.06.2001, 9.06.2001.
43. *Expresso*, 24.03.2001.
44. Cf. *Diário de Notícias* e *Público*, 2.05.2001.

45. Cf. *Diário de Notícias e Público*, 2.05.2001.
46. Cf. *Expresso*, 5.05.2001.
47. Cf. *Expresso*, 13.04.2002.
48. Cf. *Expresso*, 21.07.2001.
49. Cf. *Público*, 22.06.2001 e *Público*, 23.06.2001.
50. Cf. *Expresso*, 7.07.2001.
51. *Expresso*, 14.07.2001.
52. Cf. *Expresso*, 21.07.2001.
53. Cf. *Expresso*, 28.07.2001.
54. Cf. *Público*, 26.07.2001, e *Expresso*, 28.07.2001.
55. Lei 81/2001, 28.07.2001.
56. *Expresso*, 4.08.2001.
57. Cf. *Expresso*, 8.09.2001.
58. Cf. *Expresso*, 8.09.2001.
59. *Expresso*, 4.08.2001.
60. Cf. *Expresso*, 15 e 29.09.2001.
61. Cf. *Expresso*, 5.10.2001.
62. Cf. *Expresso*, 13 e 20.10.2001.
63. Cf. *Expresso*, 3.11.2001.
64. Cf. *Expresso*, 24.11.2001.
65. *Expresso*, 15.09.2001.
66. Cf. *Expresso*, 15.09.2001.
67. Ata SN, 16.11.2001.
68. Cf. *Expresso*, 17.11.2001.
69. Cf. *Público* 18.11.2001, e *Diário de Notícias*, 28.11.2001. Amplamente discutida nos órgãos internos da central; vd. entre outras, ata SN 16.11.01.
70. Cf. *Expresso*, 1.12.2001.
71. Cf. *Expresso*, 14.12.2001.
72. Cf. *Expresso*, 10.11.2001.
73. Cf. Ata SN, 16.11.2001.
74. Cf. *Público*, 20.11.2001 Vd. *site* do CES. Endereço eletrónico do texto destes acordos: <http://www.ces.pt/download/199/ModernProtSocial2001.pdf> (visualizado em 10.12.2016).
75. Vd. entre outras, Ata SN, 18.10.2001.
76. Vd. Ata SN, 16.11.2001.
77. *Expresso*, 24.11.2001.
78. Cf. *Expresso*, 1.12.2001.
79. Cf. *Expresso*, 1.12.2001.
80. Cf. Ata SN, 16.11.2001.
81. Cf. Ata SN, 19.12.2001.
82. Lei n.º 14/2002, 19.02.
83. Cf. *Expresso*, 2.03.2002.
84. Cf. Ata 9.04.2002.
85. Cf. *Expresso*, 3 e 17.01.2004.
86. Cf. *Público*, 17.04.2002, e *Expresso*, 20.04.2002.
87. Cf. *Expresso*, 23.03.2002.
88. Resolução da Assembleia da República n.º 44/2001, publicada a 27.06.2001.
89. Cf. Ata SN, 9.04.2002.
90. Cf. Ata SN, 27.06.2002.
91. Resolução da Assembleia da República n.º 15/2003, de 4.03.
92. Cf. *Expresso*, 11.05.2002.
93. Cf. Ata SN, 9.04.2002.
94. Cf. *Público*, 2.05.2002, *Diário de Notícias*, 2.05.2002, e *Expresso*, 4.05.2002.
95. Cf. *Expresso*, 27.04.2002.
96. *O Independente*, 3.05.2002.
97. *Expresso*, 4.05.2002.
98. Cf. *Expresso*, 4.05.2002.
99. Lei n.º 32/2002, 20.12.2002.
100. Cf. *Expresso*, 20.04.2002.
101. *Expresso*, 22.06.2002.
102. Cf. *Diário de Notícias*, 12.07.2002.
103. Cf. Ata SN, 27.06.2002.
104. *Expresso*, 20.07.2002.
105. Ata SN, 8.10.2002.
106. *Expresso*, 6.07.2002.
107. *Expresso*, 27.07.2002.
108. *Expresso*, 27.07.2002.
109. Moção da Comissão Executiva da UGT, aprovada em 23.07.2002.
110. Cf. *Expresso*, 27.07.2002, Ata SN 10.09.2002.
111. Cf. Ata SN, 10.09.2002.
112. Cf. Ata SN, 10.09.2002.
113. Cf. Ata SN, 25.10.2002.
114. Cf. Ata SN, 25.10.2002.
115. Cf. Ata SN, 25.10.2002.
116. Cf. *Expresso*, 10.08.2002.
117. Cf. *Expresso*, 26.10.2002.
118. *Expresso*, 16.11.2002.

119. *Expresso*, 16.II.2002.
120. Cf. Ata SN, 21.II.2002.
121. Esta resolução foi aprovada por maioria, sem votos contra, mas com nove abstenções, que correspondiam aos sindicatos que punham a possibilidade de avançar para a greve geral, ao arrepio desta deliberação. Ata SN, 21.II.2002.
122. Cf. Ata SN, 21.II.2002.
123. Cf. *Expresso* 8.06.02, 22.06.2002.
124. Cf. *Expresso* 11.05.02, 18.05.2002.
125. Cf. *Público*, 15.II.2002, *Diário de Notícias*, 15.II.2002, cf. *Expresso*, 26.I0.02, 1.II.2002 e 9.II.2002.
126. Estavam neste caso designadamente os sindicatos dos transportes e dos escritórios. Cf. *Expresso*, 23.II.02.
127. *Expresso*, 7.I2.2002.
128. *Expresso*, 7.I2.2002.
129. Cf. *Expresso*, 14.I2.2002.
130. Cf. *Expresso*, 14.I2.2002.
131. Cf. *Expresso*, 14.I2.2002.
132. Cf. Ata SN de 10.09.2002.
133. Cf. *Público*, 5.II.2002.
134. Cf. *Expresso*, 7.09.2002.
135. Cf. *Expresso*, 14.09.2002.
136. Cf. *Expresso*, 26.I0.2002.
137. Cf. Decreto-Lei n.º 320-C/2002, de 30 de dezembro.
138. Cf. *Expresso*, 4.01.2003.
139. Cf. Ata CP, 3.01.2003.
140. Cf. Ata SN, 9.01.2003.
141. Cf. *Diário de Notícias*, 10.01.2003, e *Expresso*, 11.01.2003.
142. Ata SN, 13.02.2003.
143. Cf. *Expresso*, 12.04.2003, *Público*, 10.04.2003 e *Diário de Notícias*, 10.04.2003.
144. Era o caso da UGT, que tinha esperança de que houvesse algumas correções em sede de Tribunal Constitucional: «todos esperamos que sejam declaradas algumas inconstitucionalidades», Ata SN de 15.05.2003.
145. Cf. *Expresso*, 31.05.2003
146. Cf. *Expresso*, 31.05.2003.
147. Acórdão n.º 306/03.
148. *Expresso*, 21.06.2003.
149. *Expresso*, 21.06.2003.
150. Lei 99/2003, de 27 de agosto.
151. Cf. *Expresso*, 10.05.2003.
152. Cf. *Expresso*, 18.01.2003
153. Cf. *Expresso*, 1.02.2003.
154. Cf. *Expresso*, 10.05.2003.
155. Cf. Ata SN, 13.02.2003.
156. Cf. *Expresso*, 22.02.2003.
157. *Expresso*, 15.02.2003.
158. Cf. Ata SN, 21.03.2003.
159. A taxa de desemprego em Portugal subiu 60%, contra 6% na zona euro, tendo passado de 4,7% em maio de 2002 para 7,5% em maio de 2003. *Expresso*, 5.07.2003.
160. Cf. *Expresso*, 5.07.2003.
161. Cf. *Expresso*, 1.03.2003.
162. Cf. *Expresso*, 5.04.2003.
163. Cf. *Expresso*, 18.01.2003.
164. Cf. *Expresso*, 21 e 28.06.2003.
165. Cf. Ata SN, 25.06.2003.
166. Cf. *Expresso*, 2.08.2003.
167. Cf. *Expresso*, 11.10.2003. O Secretariado Nacional da UGT repudiou genericamente os projetos apresentados pelo Governo, e, em particular, o do contrato individual de trabalho. Ata de 8.10.2003.
168. Cf. *Expresso*, 22.II.2003.
169. Cf. *Expresso*, 22.II.2003.
170. *Expresso*, 15 e 22.II.2003, e cf. *Público*, 22.II.2003.
171. Cf. Ata SN, 27.II.2003.
172. Cf. Ata SN, 15.05.2003.
173. Cf. Ata SN, 25.06.2003.
174. Cf. Ata SN, 3.09.2003.
175. Cf. *Diário Económico*, 3.09.2003.
176. Cf. *Diário Económico*, 3.09.2003.
177. *Expresso*, 18.10.03.
178. Decreto-lei n.º 19/2004, de 20 de janeiro.
179. Cf. Ata SN, 27.II.2003.

180. Cf. *Expresso*, 19.07.2003.
181. Cf. Ata SN, 3.09.2003.
182. Cf. *Expresso*, 19.07.2003.
183. *Expresso*, 22.11.2003.
184. Cf. Ata SN, 3.09.2003.
185. Cf. Ata SN, 27.11.2003.
186. A proposta que estava sobre a mesa negocial era de congelamento dos salários e pensões superiores a mil euros, o que afetava mais de 45% dos trabalhadores no ativo e 43% dos pensionistas. Os aumentos, para quem recebesse menos do que aquele valor, seriam da ordem dos 2%.
187. Cf. *Público*, 24.01.2004, *Diário de Notícias*, 24.01.2004 e *Expresso*, 24.01.2004.
188. *Expresso*, 24.01.2004.
189. *Expresso*, 24.01.2004.
190. Cf. Ata SN, 6.02.2004, *Expresso*, 14.02.2004.
191. Cf. *Diário de Notícias*, 11.03.2004.
192. Cf. *Expresso*, 9.04.2004.
193. Cf. *Expresso*, 22.05.2004.
194. *Expresso*, 24.01.2004.
195. *Expresso*, 31.01.2004.
196. Cf. Ata SN, 6.02.2004.
197. Cf. *Expresso*, 31.01.2004.
198. Cf. *Expresso*, 28.02.2004.
199. *Expresso*, 13.03.2004.
200. Cf. Ata SN, 16.09.2004.
201. Cf. Ata SN, 6.02.2004.
202. Cf. Ata SN, 25.03.2004, votado por unanimidade.
203. Cf. *Expresso*, 14.02.2004
204. A proposta contemplava várias medidas de proteção à família: alargamento do gozo de direitos a enteados, filhos adotados e avós; faltas para assistência à família podem ser gozadas por tutores, unidos de facto ou por quem tem a guarda da criança; equiparação dos direitos dos pais adotantes aos pais biológicos; direitos dos avós prestarem assistência familiar; prazo maternidade pode ir até 5 meses, caso a mãe aceite receber 80% do salário; distribuição da licença de parto, da licença de aleitação, e do trabalho a tempo parcial (até aos 3 anos), por acordo, entre os pais.
205. Cf. Ata SN, 27.05.2004.
206. Cf. Ata SN, 27.05.2004.
207. Cf. *Expresso*, 17.06.2004.
208. Ata SN, 15.07.2004.
209. Cf. *Expresso*, 21.08.2004.
210. Cf. *Expresso*, 18.09.2004.
211. Cf. Ata SN, 8.10.2004.
212. Cf. Ata SN, 8.10.2004.

IX CONGRESSO DA UGT

1. Cf. IX Congresso UGT, Relatório de Atividades, p. 33.
2. Intervenção do Secretário Geral da UGT na Abertura do IX Congresso da UGT, 22.10.2004.
3. *Diário de Notícias*, 22.10.04.
4. *Diário de Notícias*, 22.10.04.
5. *Público*, 23.10.04.
6. Intervenção do Secretário Geral da UGT na Abertura do IX Congresso da UGT, 22.10.04.
7. *Público*, 23.10.04.
8. *Público*, 23.10.04.
9. *Diário de Notícias*, 23.10.04.
10. Intervenção do Secretário Geral da UGT na Abertura do IX Congresso da UGT, 22.10.2004.
11. IX Congresso da UGT, *Programa de ação, Resolução programática e alterações aos estatutos*, p. 5.
12. *Diário de Notícias*, 22.10.04.
13. Cf. IX Congresso da UGT, *Ordem de*

- trabalhos, previsão horária, delegados, regimento e extrato dos atuais estatutos*, p. 13.
14. *Público*, 23.10.04.
 15. *Público*, 24.10.04.
 16. *Diário de Notícias*, 24.10.04.
 17. *Público*, 24.10.04.
 18. *Diário de Notícias*, 24.10.04.
 19. *Público*, 25.10.04.
 20. *Público*, 25.10.04.
 21. Cf. *Público*, 25.10.04.
 22. *Público*, 25.10.04.
 23. Cf. *Público*, 25.10.04.
 24. Cf. *Diário de Notícias*, 22.10.04.
 25. Intervenção do Secretário Geral da UGT na Abertura do IX Congresso da UGT, 22.10.2004.
 26. *Diário de Notícias*, 22.10.04.

2004-2009: GOVERNO DE MAIORIA ABSOLUTA DO PS. NOVA DINÂMICA NA CONCERTAÇÃO SOCIAL

1. Cf. *Expresso*, 18.09.04.
2. Cf. *Expresso*, 6.11.2004.
3. *Expresso*, 30.10.2004.
4. *Expresso*, 30.10.2004.
5. Cf. <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/taxa-de-desemprego-em-portugal-atinge-maximo-de-seis-anos> (visualizado a 12.05.2017).
6. Cf. *Expresso*, 13.11.2004.
7. *Expresso*, 20.11.2004.
8. Cf. *Jornal de Negócios*, 11.12.2004.
9. Cf. Ata CE 2.09.2004.
10. Cf. <http://www.tviz4.iol.pt/geral/09-09-2004/sindicatos-independentes-querem-aumento-salarial-de-3,8%> (visualizado em 10.04.2017).
11. Ata SN, 29.11.2004.
12. Cf. *Expresso*, 27.11.2004.
13. Decreto-Lei n.º 242/2004, de 31.12.
14. Cf. Ata SN, 28.10.2004, sobre o reinício das negociações do Acordo.
15. Cf. <http://www.ces.pt/download/200/DinamContratColec2005.pdf> (visualizado em 4.01.2017).
16. Este Acordo foi aprovado pelo Conselho Nacional da UGT, cf. Ata de 6.01.2005.
17. Esta era a opinião também da SEDES. Cf. *Expresso*, 22.01.2005.
18. *Expresso*, 8.01.2005.
19. Esta Confederação reunia AIP e AEP, de modo informal. Mais tarde, houve um processo de criação de uma Confederação Empresarial de Portugal, reunindo todas as associações patronais.
20. *Expresso*, 22.01.2005.
21. Cf. *Expresso*, 22.01.2005.
22. Este foi considerado um muito mau resultado para o CDS, o que levou Paulo Portas a afirmar: «Dos quatro objetivos que tracei, falhei os quatro», *in Expresso*, 26.02.2005.
23. Cf. *Expresso*, 26.02.2005.
24. Ata SN, 3.03.2005.
25. Cf. Ata SN, 3.03.2005.
26. Cf. *Expresso*, 3.03.2005.
27. Cf. *Expresso*, 21.05.2005.
28. *Expresso*, 30.04.2005.
29. Cf. *Expresso*, 30.04.2005.
30. Cf. *Expresso*, 12.03.2005, 19.03.2005, 28.05.2005.
31. Cf. *Expresso*, 25.06.2005.
32. Cf. *Expresso*, 28.05.2005.
33. Cf. *Expresso*, 28.05.2005.
34. Cf. *Expresso*, 4.06.2005.
35. Cf. *Expresso*, 10 e 18.06.2005.
36. Mantinham-se regimes de exceção para a reforma antecipada, como os bailarinos, bordadeiras da Madeira, pilotos e controladores aéreos, mineiros e pescadores, etc.

37. Nos órgãos da UGT reflete-se esta tensão. Vd. Ata SN, 12.05.2006: «Relativamente à Administração Pública, o Governo deve abrir uma negociação com os Sindicatos do setor e é importante que os Sindicatos subam o tom nas suas posições relativamente ao Governo, com o apoio da UGT. Acabar com a Caixa Nacional de Aposentações é outro caminho perigoso.»
38. Cf. *Expresso*, 25.06.2005.
39. *Expresso*, 25.06.2005 e cf. *Expresso*, 2.07.2005.
40. *Expresso*, 25.06.2005.
41. Cf. *Expresso*, 25.06.2005.
42. Cf. *Expresso*, 9.07.2005.
43. Ata SN, 23.06.2005.
44. *Expresso*, 6.08.2005.
45. Cf. Ata SN, 23.06.2005.
46. Ata SN, 14.07.2005.
47. Ata SN, 27.10.2005.
48. Cf. *Expresso*, 27.08.2005.
49. Ata SN, 14.07.2005.
50. Ata SN, 1.09.2005.
51. Ata SN, 27.10.2005.
52. *Expresso*, 9.07.2005.
53. *Expresso*, 9.07.2005.
54. Ata SN, 1.09.2005.
55. Cf. *Expresso*, 17.09.2005 e 7.01.06.
56. Decreto-Lei n.º 238/2005, de 30.12.
57. Cf. *Diário de Notícias*, 15.11.2005, e *Expresso*, 19.11.2005.
58. Cf. *Expresso*, 3.12.2005.
59. Cf. *Expresso*, 30.12.2005.
60. *Expresso*, 19.11.2005.
61. *Expresso*, 19.11.2005.
62. Cf. *Expresso*, 24.09.2005.
63. *Expresso*, 22.10.2005.
64. *Expresso*, 19.11.2005.
65. Cf. *Expresso*, 19.11.2005.
66. Cf. *Expresso*, 12.11.2005.
67. *Expresso*, 19.11.2005 e cf. *Diário de Notícias*, 17.11.2005.
68. Cf. *Expresso*, 3.12.2005.
69. Cf. Ata SN, 20.12.2005.
70. *Expresso*, 17.12.2005.
71. Cf. *Expresso*, 17.12.2005.
72. Ata SN, 22.02.2006.
73. Cf. Ata SN, 22.02.2006.
74. Cf. *Expresso*, 14.01.2006.
75. *Expresso*, 20.01.2006.
76. <http://www.ces.pt/download/201/FormProf2006.pdf> (visualizado em 6.01.2017).
77. Vd. Texto do Acordo.
78. Ata SN, 22.02.2006.
79. Decreto-lei n.º 220/2006, de 3 de novembro. Estabelece o regime jurídico de proteção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem.
80. Cf. *Diário de Notícias*, 10.04.2006.
81. Ata SN, 20.04.2006.
82. <http://www.gep.msess.gov.pt/edicoes/outras/livroverde.pdf> (visualizado em 6.01.2017).
83. *Expresso*, 22.04.2006.
84. Esta Comissão tomaria posse em novembro de 2006, tendo um ano para apresentar alterações ao Código do Trabalho – Vd. *Expresso*, 25.11.2006.
85. Cf. *Expresso*, 22.04.2006.
86. Flexisegurança, segundo a definição adotada pelo *Livro Verde das Relações Laborais*, seria uma «estratégia política que tenta, sincrónica e deliberadamente, por um lado, aumentar a flexibilidade dos mercados de trabalho, da organização do trabalho e das relações de trabalho, e, por outro lado, aumentar quer a segurança de emprego, quer a segurança social, especialmente para os grupos fracos, dentro e fora dos mercados de trabalho.»
87. Ata SN, 20.04.2006. O documento voltaria à análise do mesmo órgão no dia 23.06.2006, tendo sido sublinhado que alguns dos conteúdos do mesmo não seriam «inocentes» e que outros não mereciam o acordo da central.

88. *Expresso*, 3.02.2007.
89. Portugal assumiria a Presidência da União no segundo semestre do ano de 2007.
90. Ata SN, 15.03.2007.
91. Nota de imprensa da UGT, *Expresso*, 6.04.2007.
92. Cf. *Expresso*, 10.06.2006.
93. Cf. *Expresso*, 10.06.2006.
94. *Expresso*, 17.06.2006.
95. Ata SN, 23.06.2006.
96. http://www.jornaldenegocios.pt/opiniaodetalhe/o_paradoxo_da_azambuja (visualizado em 6.01.2017).
97. *Expresso*, 3.06.2006.
98. Cf. *Expresso*, 3.06.2006.
99. Ata SN, 23.06.2006.
100. Cf. *Expresso*, 24.06.2006.
101. Ata SN, 23.06.2006.
102. Cf. *Expresso*, 13.05.2006 e 24.06.2006.
103. <http://www.ces.pt/download/202/LinhasEstratRefSegSocial2006.pdf> (visualizado em 7.01.2017).
104. *Idem*.
105. Ata SN, 6.09.2006.
106. Ata SN, 6.09.2006.
107. Ata SN, 9.10.2006.
108. <http://www.ces.pt/download/206/RefSegSocial2006.pdf> (visualizado em 7.01.2017).
109. Vd. Parte preambular do Acordo.
110. Lei 4/2007, de 16 de janeiro.
111. *Expresso*, 7.10.2006 e cf. *Diário de Notícias*, 6.10.2006.
112. Cf. *Expresso*, 21.10.2006.
113. Ata SN, 9.10.2006.
114. Cf. *Público*, 13.11.2006, e *Expresso*, 14.10.2006.
115. *Expresso*, 4.11.2006 e cf. *Jornal de Notícias*, 11.11.2006.
116. Ata SN, 21.11.2006.
117. Ata SN, 21.11.2006.
118. Para a UGT, não deixara de ser uma fixação unilateral por parte do Governo. Cf. Ata SN, 11.01.2007.
119. O Novo Estatuto da Carreira Docente seria publicado pelo Decreto-lei n.º 15/2007, de 19 de janeiro.
120. Vd. Ata SN, 21.11.2006.
121. Cf. *Público*, 6.12.2006, e *Diário de Notícias*, 6.12.2006. <http://www.ces.pt/download/203/FixEvolRMMG2006.pdf> (visualizado em 7.01.2017).
122. Cf. *Expresso*, 28.10.2006.
123. Cf. *Jornal de Negócios*, 27.09.2006.
124. Cf. *Expresso*, 30.12.2006.
125. Cf. *Expresso*, 28.10.2006.
126. Ata SN, 21.11.2006.
127. Ata SN, 11.01.2007.
128. Cf. *Público*, 15.03.2007 e <http://www.ces.pt/download/204/RefFormProf2007.pdf> (visualizado em 7.01.2017).
129. Cf. Ata SN, 15.03.2007.
130. Encontra-se disponível, na página da CGTP, o documento que explica as razões pelas quais a Central não subcreveu o Acordo. <http://www.cgtp.pt/cgtp-in/areas-de-accao/104-qualificacao-profissional/664-reforma-da-formacao-profissional> (visualizado em 7.01.2017).
131. Ata SN, 11.06.2007.
132. *Expresso*, 16.06.2007.
133. *Expresso*, 30.06.2007.
134. *Expresso*, 30.06.2007.
135. *Expresso*, 27.01.2007.
136. Cf. *Expresso*, 16.06.2007.
137. Foi publicado já no ano seguinte, pela lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro.
138. Cf. *Expresso*, 3.02.2007, e *Diário de Notícias*, 7.03.2007.
139. Cf. *Expresso*, 17.03.2007.
140. Cf. *Expresso*, 10.03.2007.
141. *Expresso*, 6.04.2007.
142. Cf. *Expresso*, 3.03.2007.
143. *Expresso*, 19.05.2007, texto de opinião de Nicolau Santos.
144. Cf. *Expresso*, 16.06.2007.
145. Cf. *Público*, 3.04.2007.

146. Cf. *Público*, 21.04.2007.
147. Cf. *Público*, 31.05.2007 e cf. *Expresso*, 5.05.2007.
148. Ata SN, 17.05.2007.
149. *Expresso*, 2.06.2007.
150. *Expresso*, 2.06.2007.
151. *Expresso*, 2.06.2007.
151. *Público*, 16.6.2007.
152. *Público*, 17.6.2007.
153. *Público*, 16.6.2007.
154. Acta SN, 26.4.2007.
155. Acta SN, 26.4.2007.
156. *Público*, 17.6.2007.
157. *Público*, 17.6.2007.
158. Acta SN, 26.4.2007.
159. *Público*, 16.6.2007.
160. Acta SN, 26.04.2007.
161. Acta SN, 17.5.2007.
162. Acta SN, 26.4.2007.
163. Cf. *Público*, 6.07.2007, e *Expresso*, 7.07.2007.
164. *Expresso*, 13.07.2007.
165. Lei n.º 66/B/2007, de 28 de dezembro.
166. Cf. *Expresso*, 11.08.2007.
167. Cf. *Expresso*, 25.08.2007.
168. Lei 11/2008, de 20.02.
169. O Governo não pretendia subir a fásquia dos 2,1%; a FESAP exigia 3,2%, o STE 3,3% e a Frente Comum 5,3%, extensíveis às pensões. Cf. *Expresso*, 3.11.2007.
170. Cf. *Expresso*, 10.11.2007.
171. Cf. *Diário de Notícias*, 1.12.2007, e *Expresso*, 1.12.2007.
172. *Expresso*, 24.11.2007.
173. Cf. *Expresso*, 1.12.2007.
174. http://www.gep.msess.gov.pt/edicoes/outras/livro_branco_digital.pdf (visualizado em 7.01.2017).
175. *Expresso*, 22.12.2007.
176. Cf. *Expresso*, 22.12.2007.
177. Cf. *Expresso*, 22.12.2007.
178. *Expresso*, 22.12.2007.
179. Ata SN, 3.09.2007.
180. Cf. Ata SN, 22.11.2007 e 18.12.2007; *Expresso*, 15.12.2007.
181. Decreto-Lei n.º 397/2007, de 31 de dezembro.
182. Cf. *Expresso*, 24.11.2007.
183. Cf. *Expresso*, 15.09.2007.
184. Cf. *Expresso*, 22.09.2007.
185. *Expresso*, 20.10.2007 e cf. *Diário de Notícias*, 19.10.2007.
186. *Expresso*, 8.12.2007.
187. Cf. *Expresso*, 8.12.2007.
188. Cf. *Expresso*, 12.01.2008.
189. Carvalho da Silva ao *Expresso*, 2.02.2008.
190. Cf. *Público*, 16.02.2008, e *Expresso*, 16.02.2008.
191. Cf. *Expresso*, 23.03.2008.
192. Ata SN, 21.02.2008.
193. *Expresso*, 16.02.2008, 23.02.2008.
194. *Expresso*, 15.03.2008 e cf. *Público*, 9.03.2008.
195. Ata SN, 22.04.2008.
196. Cf. *Expresso*, 26.01.2008.
197. Lei 12-A/2008, de 27.02.
198. O Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas seria publicado meses mais tarde, pela Lei 58/2008, de 9.09.
199. Nobre dos Santos ao *Expresso*, 23.02.2008.
200. Cf. *Público*, 15.03.2008, e *Expresso*, 15.03.2008.
201. Ata SN, 29.05.2008.
202. Ana Avoila ao *Expresso*, 31.05.2008.
203. Lei n.º 59/08, de 11.09.
204. Lei n.º 58/2008, de 09/09.
205. Portaria n.º 1553-C/2008, de 31.12.
206. Bettencourt Picanço e Nobre dos Santos ao *Expresso*, 3.05.2008.
207. João Proença, em declarações ao *Expresso*, 12.01.2008.
208. Ata SN, 21.02.2008.
209. Ata SN, 22.04.2008.
210. A designação completa é acordo tripartido para um novo sistema de regu-

- lação das relações laborais, das políticas de emprego e da proteção social em Portugal, e o texto pode ser consultado em <http://www.ces.pt/download/205/SistRegRelLab2008.pdf> (visualizado em 7.01.2017).
211. Ata SN, 26.06.2008.
212. Carvalho da Silva ao *Expresso*, 28.06.2008.
213. O Código só seria publicado pela Lei n.º 7/2009, de 12.02.
214. Cf. Ata SN, 6.11.2008.
215. *Expresso*, 27.12.2008.
216. Cf. *Expresso*, 29.03.2008.
217. Cf. *Expresso*, 7 e 13.06.2008.
218. Vieira da Silva ao *Expresso*, 12.07.2008.
219. *Expresso*, 15.08.2008.
220. *Expresso*, 23.08.2008.
221. *Expresso*, 6.09.2008.
222. *Expresso*, 11.10.2008.
223. *Expresso*, 18.10.2008.
224. *Expresso*, 25.10.2008.
225. *Expresso*, 22.11.2008.
226. Ata SN, 9.09.2008.
227. Ata SN, 6.11.2008.
228. Ata SN, 10.12.2008.
229. Cf. Ata SN, 10.12.2008.
230. *Expresso*, 15.11.2008, cf. *Público*, 9.11.2008 e *Diário de Notícias*, 9.11.2008.
231. *Diário de Notícias*, 21.11.2008 e *Público*, 21.11.2008.
232. Cf. *Expresso*, 6.12.2008, *Público*, 4.12.2008, e *Diário de Notícias*, 4.12.2008.
233. Ata SN, 10.12.2008.
234. Ata SN, 10.12.2008.
235. Ata SN, 9.09.2008.
236. Assim veio a acontecer, publicado através do Decreto-Lei n.º 246/2008, de 18.12.
237. Portaria n.º 1514/2008, de 24.12.
238. *Expresso*, 6.09.2008.
239. Cf. *Expresso*, 18.10.2008.
240. *Expresso*, 3.01.2009.
241. Fernando Morais ao *Expresso*, 3.01.2009.
242. Cf. *Expresso*, 31.01.2009.
243. Cf. *Expresso*, 17.01.2009.
244. Cf. *Expresso*, 31.01.2009.
245. Cf. *Diário de Notícias*, 10.02.2009, *Diário de Notícias*, 13.02.2009, e *Público*, 12.02.2009 e http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_novi_acon_09_pt.htm (visualizado em 7.01.2017).
246. Ata SN, 22.01.2009.
247. Ata SN, 12.02.2009.
248. Cf. *Expresso*, 3 e 10.01.2009.
249. Cf. *Expresso*, 17.01.2009.
250. *Expresso*, 14 e 21.02.2009.
251. *Jornal de Notícias*, 19.01.2009.
252. *Jornal de Notícias*, 13.03.2009.
253. Mário Soares ao *Expresso*, 21.03.2009.
254. Ata SN, 3.03.2009.

XI CONGRESSO DA UGT

1. Comunicado UGT, 20.02.2009.
2. Cf. *Público*, 20.3.2009.
3. *Diário de Notícias*, 21.03.2009.
4. *Diário de Notícias*, 21.03.2009.
5. *Diário de Notícias*, 21.03.2009.
6. *Diário de Notícias*, 21.03.2009.
7. *Diário de Notícias*, 22.03.2009.
8. *Diário de Notícias*, 22.03.2009.
9. *Público*, 22.03.2009.
10. *Público*, 22.03.2009.

AS MULHERES NA UGT: REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

1. Para além da consulta das fontes da UGT, designadamente atas e relatórios de atividades apresentados aos Congressos, este texto deve muito aos testemunhos e entrevistas de Elisa Damião (3.05.2017) e Wanda Guimarães (17.03.2017), bem como aos livros que publicaram: da primeira, em 2015, *Madame Parapluie*, Lisboa, Chiado Editora; da segunda, com Vera Santana, em 2013, *Conversas em tempo de crise: a visão de uma sindicalista*, Lisboa, UGT.
2. Deste grupo faziam parte, designadamente, Wanda Guimarães, Elisa Madureira e Maria Ventura.
3. Cf. *A UGT na História do movimento sindical português*, I vol, pp. 374, 377.
4. Sob proposta da Comissão de Mulheres foi acrescentado ao regime estatutário a defesa da «saúde física e psíquica dos trabalhadores, zelando para que tenham um ambiente de trabalho harmonioso, prevenindo e contrariando formas de pressão ou abuso de poder, nomeadamente, de carácter sexual.»
5. A Declaração de Princípios foi publicada em conjunto com os primeiros Estatutos da UGT, no *Boletim do Trabalho e Emprego* n.º 47, de 22 de dezembro de 1978.
6. Art.º 55, epígrafe Igualdade de Oportunidades.
7. Art.º 50 dos Estatutos aprovados em 2009. Refira-se que, nos Estatutos em vigor, a norma sobre Igualdade de Género consta do artigo 51, tendo uma formulação ligeiramente diferente, mas sem alterar as percentagens que vinham da redação anterior.
8. Artigo 39.º.
9. Como ecos da Semana da Mulher da UGT, realizavam-se nos diversos sindicatos membros da UGT comemorações do mesmo género.
10. Cf. *Conversas em tempo de crise: a visão de uma sindicalista*, vol I, pp. 40-41.
11. Recorda Elisa Damião (entrevista realizada a 3 de maio de 2017) que a UGT propôs à CITE a verificação dos contratos de trabalho outorgados pelos sindicatos, no que dizia respeito à diferenciação salarial entre mulheres e homens e também quanto à diferente classificação de profissões similares.

O CASO DO FUNDO SOCIAL EUROPEU

1. <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=29>, consultado a 10.06.2017.
2. Veja-se, por muitas, a ata do Secretariado Executivo de 06.II.1990.
3. *Expresso*, 10.II.1990.
4. Cf. *Expresso*, 10.II.1990.
5. Acta do Secretariado Executivo de 06.II.1990.
6. Convocatória da ata do Secretariado Nacional de 16.II.1990.
7. Comunicado datado de 16.II.1990, telex n.º 268/90.
8. *O Independente*, 21.02.1992.
9. *O Independente*, 06.03.1992.
10. *Expresso*, 28.03.1992.
11. *Expresso*, 28.03.1992.
12. Acta do Secretariado Executivo de 01.04.1992.
13. Acta do Secretariado Executivo de 08.04.1992.
14. Actas do Secretariado Executivo de 08.04.1992 e 21.04.1992.
15. *Expresso*, 25.07.1992.
16. Acta CP, de 2.09.1992.

17. Acta CP, de 26.01.1993.
18. Cf. Acta CP, de 27.10.1993.
19. Veja-se, entre outras, a entrevista de João Proença, datada de 15.02.2017, arquivada na UGT.
20. Acta CP, 16.02.1994.
21. *O Independente*, 7.04.1995.
22. Acta SN, 10.04.1995.
23. Comunicado SN, 10.04.1995
24. Acta SN, 24.07.1995.
25. Protocolo celebrado a 3 de junho de 1996, homologado pela Ministra da Qualificação e Emprego e publicado pela Portaria n.º 235 – A/96, de 28 de junho.
26. Portaria n.º 407/98, de 11 de julho.
27. Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 205/97, de 3 de julho.
28. Torres Couto e algumas empresas subcontratadas, que não tinham sido notificados.
29. *Jornal de Negócios*, 28 de setembro de 2006.
30. Esta decisão judicial era aguardada com grande expectativa, atendendo ao grande mediatismo do processo e ao tempo que demorou. Toda a imprensa noticiou, no dia 18 de dezembro, o fim do processo e o teor da sentença – vejam-se o *Diário de Notícias*, *Público*, *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias*, *Jornal de Negócios*, *24 Horas*, *Diário Económico*, todos desse dia.
31. Sentença proferida no Processo: 40180/90.0TDLSB, 4.ª vara criminal de Lisboa. Transitou em julgado em 23.04.2008.
32. Este pedido de indemnização referia-se às ações ministradas em 1988 e 1989 e ascendia a 295 173 282\$00, correspondendo 143 986 967\$00 a capital e o remanescente a juros vencidos; a UE solicitava também o pagamento dos juros vincendos. Este pedido foi julgado totalmente improcedente.
33. Do texto da decisão judicial.
34. Cf. *Público* 17 e 18 de dezembro de 1998.
35. Acta SN, de 18 de dezembro de 2007.
36. *Idem*.
37. *Idem*.
38. *Idem*.
39. *DN*, 20.12.2007.
40. 210 mil contos.
41. Na altura dos factos (1988-1989) o DAFSE deveria ao ISEFOC 250 mil contos (conforme memorando do DAFSE, subscrito pela sua Subdiretora geral e datado de 18.12.1991) das ações de formação realizadas, dos quais foram pagos cerca de 30 mil contos em 1994. Considerando uma dedução de cerca de dez mil contos, o montante em dívida era de cerca de 210 mil contos. A UGT interpôs recurso relativamente ao não pagamento desta verba, mas o acórdão de 25 de setembro de 2003 considerou que o objeto do recurso não era recorrível, por o efeito jurídico lesivo resultar não do silêncio ministerial entendido como indeferimento, mas do despacho do Diretor do DAFSE. A UGT recorreu ainda para o Supremo Tribunal Administrativo, mas foi negado provimento ao recurso, em 24 de novembro de 2004.
42. *Público*, *Diário Económico*, *Jornal Negócios*, *Jornal de Notícias*, *24 Horas*, todos de 20.12.2007.

A COMUNIDADE SINDICAL DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

1. Vd. *A UGT na história do movimento sindical português, 1970-90*, pp. 429, 486-487, 490-491.
2. O relatório de atividades da UGT, apresentado ao Congresso de 1996, e referente ao quadriénio 1992-1996,

- assinala a importância da participação da UGT no seio da CISL – Confederação Internacional de Sindicatos Livres na área da cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.
3. A UGT apoiou a fundação desta central sindical, cujo ato constitutivo ocorreu em fevereiro de 2001. Já anteriormente a esta data, uma delegação da comissão instaladora desta central, constituída por membros do Conselho Nacional de Resistência Timorense, tinha estado, com estatuto de observador, na II conferência da CSCPLP que se realizou em Maputo, no ano 2000. A KSTL passou a membro efetivo no III congresso da CSCPLP, que teve lugar em Brasília, em 2002.
 4. Passou a membro associado na conferência de Maputo e a membro efetivo no congresso de Bissau.
 5. Entrou, com estatuto de observador, no congresso de Bissau, em 2006 e passou a membro efetivo em 2012.
 6. Estas duas últimas centrais tinham anteriormente estatuto de observadores e passaram a membros efetivos no congresso de Luanda, que se realizou em 2010.
 7. Ratificada a sua admissão como membro observador convidado no Congresso de Maputo.
 8. A UGT Brasil é considerada membro fundador por resultar da fusão da CGT com a central sindical ligada à Confederação Mundial do Trabalho, aquando da criação da CSI – Confederação Sindical Internacional, em 2006, em resultado da fusão da CMT com a CISL – Confederação Internacional dos Sindicatos Livres.
 9. Entrevista de João Proença, 15.02.2017. Cf. Relatório de atividades da UGT, apresentado ao Congresso de 2004.
 10. Sempre que não mencionada uma outra fonte, foram utilizados para a descrição das atividades da CSPLP os documentos dos encontros da CSPLP (conferências e congressos), que se encontram em arquivo próprio, na área internacional, na sede da UGT.
 11. Nessas conclusões recomendava-se o fortalecimento da organização e intervenção sindical, especialmente no seio das mulheres, camadas jovens, junto dos trabalhadores das zonas rurais e no setor informal, a priorização dos programas de formação, influência sindical nas políticas da OMC, Banco Mundial e FMI e maior apoio da OIT para os países africanos da língua portuguesa. O seminário considerou ainda necessário reforçar as alianças do movimento sindical no contexto da sociedade civil, desenvolver a cooperação entre as organizações sindicais da CPLP ao nível bilateral e multilateral e promover esforços no sentido de serem abertos espaços de participação das organizações sindicais na CPLP.
 12. Substituíam os órgãos previstos nos Estatutos iniciais, que eram a Conferência Sindical, o Comité Executivo e o Secretariado Permanente.
 13. Publicado no Diário da República, I série, de 4 de março de 2003.
 14. Art.º 6.º do referido Acordo.
 15. http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/memorando_cplp.pdf, consultado em 29.04.2017.
 16. http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/protocolo_cplp.pdf, consultado em 29.04.2017.
 17. Nas actas dos órgãos da Central também se podem encontrar algumas referências pontuais, designadamente à presença de formandos oriundos de países de língua portuguesa em Lisboa, para formação a ministrar pela UGT.

18. Citações do Relatório de Atividades da UGT referente ao quadriénio 1996-2000, apresentado ao Congresso de 2000.
19. Cf. O Relatório mencionado na nota anterior.
20. Relatório de Atividades da UGT relativo ao quadriénio 2000-2004, apresentado ao Congresso de 2004.
21. Relatório de Atividades da UGT relativo ao período 2004-2009, apresentado ao Congresso de 2009.
22. Foram seus membros fundadores:
 - Angola – Associação Industrial de Angola
 - Brasil – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
 - Cabo Verde – Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento
 - Guiné-Bissau – Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura da Guiné-Bissau
 - Moçambique – Associação Industrial de Moçambique
 - Portugal – ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação
 - São Tomé e Príncipe – Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de S. Tomé e Príncipe
 - Timor-Leste – Associação Nacional dos Empresários de Timor Leste

A UGT E A CONCERTAÇÃO SOCIAL

1. Cf. Alfredo Bruto da Costa, «Comunicações», in *Construir a Coesão Social. Conferência Europeia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2009, pp. 5 e 6. Alfredo Bruto da Costa era então presidente do CES – Conselho Económico e Social.
2. Cf. Mário Pinto, «Os últimos anos da década de 80 e a entrada na década de 90, em Portugal. Ensaio sobre a Concertação Social e a mudança de paradigma sindical e social», in AAVV, *Portugal em Mudança. Ensaios sobre a Atividade do XI Governo Constitucional*, INCM, Lisboa, 1991, pp. 339 e 340.
3. Cf. *Idem*.
4. Nascimento Rodrigues, «Prefácio», in *Os Acordos de Concertação Social (I Estudos)*, Conselho Económico e Social, Lisboa, 1993, p. 5
5. Sobre a natureza e os fundamentos da concertação social atente-se no notável artigo de J. M. Rocha Pimentel, «Concertação Social e política de ren-
 6. dimentos: experiência recente e perspectivas para a década de 80», *Economia*, vol. VII, n.º 2, maio de 1983, pp. 357 a 373.
 6. Rodriguez-Piñero, «El futuro de la concertación social», 1990, citado por Maria Manuel Leitão Marques e António Casimiro Ferreira, «A concertação económica e social: a construção do diálogo social em Portugal», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 31, março de 1991, p. 11.
 7. Cf. J. M. Brandão de Brito e alia, *Portugal: economic developments and 18 months of intervention by the International Monetary Fund*, janeiro de 1980 (policopiado). Dag Hammarskjöld Foundation, Sweden, Uppsala, pp. 55 a 74.
 8. Cf. Ernâni Rodrigues Lopes, «Concertação Social e Política Económica. O Caso Português», *Os acordos de concertação social (I Estudos)*, in *ces.pt/*, Conselho Económico e Social, Lisboa, 1973.
 9. *Idem*, p. 12.

10. *Idem*, p. 13.
11. *Ibidem*.
12. Cf. *Passado Presente e Futuro do Movimento Associativo empresarial*, Deloitte e CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Lisboa, dezembro de 2016. Nos próximos dois parágrafos seguiu-se muito de perto a redação do trabalho acima mencionado.
13. Cf. *Passado Presente e Futuro do Movimento Associativo empresarial*, Deloitte e CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Lisboa, dezembro de 2016. Nos últimos parágrafos seguiu-se muito de perto a redação do trabalho mencionado.
14. Ernâni Rodrigues Lopes, *op. cit.*, p. 18.
15. Mário Pinto, *op. cit.*, p. 341.
16. Henrique José Carvalho de Sousa, *Há Futuro para a Concertação Social? Os sindicatos e a Experiência Neocorporativa em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, novembro de 2009, p. 107.
17. *Idem*, p. 108. Nesta passagem o autor refere um trabalho de Alan Stoleroff, «Portugal – Union development within the changing contexts of political economy and industrial relations», in Wadding, J. e Hoffman, R. (eds), *Trade Unions in Europe: Facing Challenges and Searching for Solutions*, Bruxelas: ETUI, 2009, p. 264.
18. Vd. Artigo 2.º da Lei n.º 108/91 de 17 de agosto – Conselho Económico e Social.
19. Cf. *Passado, Presente e Futuro (...)*, *op. cit.*, pp. 21 e 22.
20. Ernâni Lopes, *op. cit.*, p. 31.
21. *Ibidem*.
22. Cf. *Idem*, pp. 34 a 36.
23. Mário Pinto, *op. cit.*, pp. 341 e 342.
24. *Idem*, p. 343.
25. *Ibidem*.
26. *Idem*, pp. 344 e 345.
27. *Idem*, pp. 339 e 340.
28. Seguir-se-á a tipologia proposta pelo *Livro Verde das Relações Laborais*, de 2006, que, dentro dos acordos tripartidos típicos, distingue os de *moderação salarial* (de menor alcance, que visam a moderação salarial, e através dela a redução da inflação com um mínimo de conflitualidade laboral, que designaremos por tipo I), de *regulação económica e social* (que pretendem criar ou favorecer um modelo global de regulação, que designaremos por tipo II) e os de *médio alcance* (acordos parcelares, geralmente tributários de acordos de regulação económica e social anteriormente celebrados, que finalmente designaremos por tipo III).
29. Refira-se que chegou a haver críticas por parte da CGTP, que não fora subscritora do Acordo, por estar a ser afastada da discussão da legislação laboral, uma vez que esta era analisada na Comissão de Acompanhamento e não em sede de concertação social.
30. No capítulo sobre Concertação Social, o *Livro Verde das Relações Laborais*, 2006, aponta para a «ciclicidade demonstrada pela Concertação Social, fortemente sensível aos resultados eleitorais (...)». p. 181.
31. Cf. *Livro Verde das Relações Laborais* (2006), p. 181.
32. A celebração de acordos bilaterais, sem a presença do Governo, deve ser entendida como parte desta observação, já que a não subscrição é também uma tomada de posição do poder político.
33. Esta expressão é parte do título de um dos mais importantes trabalhos produzidos em Portugal sobre esta temática, a dissertação de mestrado de

Henrique José Carvalho de Sousa, *Há Futuro para a Concertação Social? Os Sindicatos e a Experiência Neocorporativa em*

Portugal (mimeo), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, novembro de 2009.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES IMPRESSAS

Arquivos

Arquivo da UGT

Atas do Secretariado Nacional

Atas do Secretariado Executivo

Atas do Conselho Geral

Atas da Comissão Permanente

Arquivo da Biblioteca Nacional

Arquivo da Biblioteca Municipal de Coimbra

Publicações periódicas

Diário de Notícias

Diário Económico

El País

Expresso

Jornal de Negócios

Jornal de Notícias

O Independente

Público

Semanário

Legislação e outras publicações oficiais

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 64/91, de 11 de abril.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 205/97, de 3 de julho.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 64/91, de 11 de abril.
 Acórdão do Tribunal Constitucional, de 2 de setembro 1992.
 Decreto-lei 103/99, de 26 de julho.
 Decreto-lei 35/98, de 18 de fevereiro.
 Decreto-lei 4/2001, de 10 de janeiro.
 Decreto-lei 418/93, de 24 de dezembro.
 Decreto-lei n.º 115/97, de 12 de maio.
 Decreto-lei n.º 15/2007, de 19 de janeiro.
 Decreto-lei n.º 19/2004, de 20 de janeiro.
 Decreto-lei n.º 220/2006, de 3 de novembro.
 Decreto-lei n.º 238/2005, de 30 de dezembro.
 Decreto-lei n.º 242/2004, de 31 de dezembro.
 Decreto-lei n.º 320-C/2002, de 30 de dezembro.
 Decreto-lei n.º 397/2007, de 31 de dezembro.
 Decreto-lei n.º 49/99, de 18 de fevereiro.
 Decreto-lei n.º 96/99, de 23 de março.
 Decreto-lei n.º 159/99, de 11 de maio.
 Decreto-lei n.º 246/2008, de 18 de dezembro.
 Lei 100/97, de 13 de setembro.
 Lei 11/2008, de 20 de fevereiro.
 Lei 116/99, de 4 de agosto.
 Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro.
 Lei 13/03, 21 de maio.
 Lei 134/99, de 28 de agosto
 Lei 14/2002, 19 de fevereiro.
 Lei 17/2000, de 8 de agosto.
 Lei 17/2000, de 8 de agosto.
 Lei 19-A/96, de 29 de junho.
 Lei 21/96, de 23 de julho
 Lei 28/84, de 14 de agosto.
 Lei 30-G/2000, 29 de dezembro.
 Lei 32/2002, 20 de dezembro.
 Lei 4/2007, de 16 de janeiro.
 Lei 58/2008, de 09 de setembro.
 Lei 58/2008, de 9 de setembro.
 Lei 59/08, de 11 de setembro.

Lei 65/77, de 26 de agosto.
Lei 66/B/2007, de 28 de dezembro.
Lei 7/2009, de 12 de fevereiro.
Lei 73/98, de 10 de novembro.
Lei 81/2001, 28 de julho.
Lei 99/2003, de 27 de agosto.
Ofício n.º 191/96, de 16 de maio.
Portaria n.º 1514/2008, de 24 de dezembro.
Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.
Portaria n.º 714/93 de 3 de agosto.
Resolução da Assembleia da República n.º 15/2003, de 4 de março
Resolução da Assembleia da República n.º 44/2001, publicada a 27 de junho.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/98, de 6 de maio.

FONTES ORAIS

Individualidades entrevistadas:

Elisa Damião

João Proença

Manuela Teixeira

Wanda Guimarães

Depoimentos escritos de sindicalistas arquivados na UGT

Delmiro Correia

Elisa Damião

João de Deus

Rui Oliveira e Costa

Vítor Hugo Sequeira

Wanda Guimarães

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Paulo Marques, «O Movimento Sindical Português no Turbilhão da Crise Global do Sindicalismo», in Raquel Varela e Paulo Mattos (orgs.), *Demografia e Relações Laborais*, Lisboa, Edições Colibri, 2014.
- AMORIM, Anita, OLIVEIRA, Pedro Américo de, MARTINS, Nuno Tavares (Coord.), *A Cooperação Sul-Sul e Triangular na CPLP*, Organização Internacional do Trabalho, Departamento de Parcerias e Apoio aos Programas Exteriores, Genebra, 2014.
- BOSCH, Gerhard, *Flexibility and Work Organization: Report of Expert Working Group*, Brussels: European Commission, Directorate Generale for Employment, Industrial Relations and Social Affairs, Brussels, 1995.
- BRITO, José Maria Brandão de (coord.), *Globalização e Democracia, os Desafios do Século XXI*, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, dezembro de 2003.
- BRITO, José Maria Brandão de, e alia, *Portugal: Economic Developments and 18 months of intervention by the International Monetary Fund*, janeiro de 1980 (policopiado). Dag Hammarskjold Foundation, Sweden, Uppsala, pp. 55 a 74.
- BRITO, José Maria Brandão de, e RODRIGUES, Cristina, *A UGT na História do Movimento Sindical Português: 1970-1990*, Tinta-da-China, Lisboa, 2013.
- CASTELLS, Manuel, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede* (Vol. I), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002.
- CASTILLO, Juan José, *À la Busqueda del Trabajo Perdido*, Editorial Tecnos, Madrid, 1998
- COMISSÃO COMUNIDADES EUROPEIAS, *Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1990.
- COSTA, Alfredo Bruto da, «Comunicações», in *Construir a Coesão Social. Conferência Europeia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2009.
- CUNHA, Alice, «União Europeia», in AMARAL, João Ferreira do, BRITO, José Maria Brandão de, e ROLLO, Maria Fernanda (orgs.), *Portugal e a Europa – Dicionário*, Tinta da China Edições, Lisboa, 2011.
- DAMIÃO, Elisa, *Madame Parapluié – memórias de um AVC*, Chiado Editora, Lisboa, 2015.
- DELOITTE e CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, *Passado, Presente e Futuro do Movimento Associativo Empresarial*, Lisboa, dezembro de 2016.

- DORNELAS, António, *Livro Verde das Relações Laborais*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa, 2006.
- DORNELAS, António, «Carta Social/Acordo Social», in João Ferreira do Amaral, J. M. Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo (orgs.), *Portugal e a Europa – Dicionário*, op. cit.
- ESTANQUE, Elísio, FERREIRA, António Casimiro e COSTA, Hermes Augusto da, «Sindicalismo e Relações Laborais», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 62, julho de 2002, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- FREIRE, João, REGO, Raquel, RODRIGUES, Cristina, *Sociologia do Trabalho: Um Aprofundamento*, Biblioteca de Ciências Sociais, Edições Afrontamento, Porto, 2014.
- FUKUYAMA, Francis, *O Fim da História e o Último Homem*, Gradiva, Lisboa, 1999
- GUIMARÃES, Wanda e SANTANA, Vera, *Conversas em tempo de crise: a visão de uma sindicalista*, Lisboa, UGT, 2015.
- INSTITUTO NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO (Org.), Livro Branco da Segurança Social, Lisboa, 1998, pp. 247 e ss.
- LOPES, Ernâni Rodrigues, «Concertação Social e Política Económica. O Caso Português», *Os acordos de concertação social (I Estudos)*, in *ces.pt/*, Conselho Económico e Social, Lisboa, 1973.
- MARQUES, Maria Manuel Leitão e FERREIRA, António Casimiro, «A concertação económica e social: a construção do diálogo social em Portugal», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 31, março de 1991.
- MÉDA, Dominique, *O Trabalho: um Valor em Vias de Extinção*, Fim do Século, Lisboa, 1999 (edição original francesa de 1995).
- MONTEIRO, Rosa, *Feminismo de Estado em Portugal: mecanismos, estratégias, políticas e metamorfoses*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001.
- OIT, «L'OIT adopte une norme de travail historique pour lutter contre l'économie informelle», *OIT Info*, Genève, Juin 2015.
- OIT, *Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação*, adotada na Conferência Internacional do Trabalho, n.º 182, 1999.
- PIMENTEL, J. M. Rocha, «Concertação Social e política de rendimentos: experiência recente e perspetivas para a década de 80», *Economia*, vol. VII, n.º 2, maio de 1983, pp. 357 a 373.
- PINTO, Mário, «Os últimos anos da década de 80 e a entrada na década de 90,

- em Portugal. Ensaio sobre a Concertação Social e a mudança de paradigma sindical e social», in AAVV, *Portugal em Mudança. Ensaios sobre a Atividade do XI Governo Constitucional*, INCM, Lisboa, 1991
- REICH, Robert B., *O Trabalho das Nações*, Quetzal Editores, Lisboa, 1993.
- RODRIGUES, Nascimento, «Prefácio», in *Os Acordos de Concertação Social (I Estudos)*, Conselho Económico e Social, Lisboa, 1993.
- ROLLO, Maria Fernanda, AMARAL, João Ferreira do, e BRITO, José Maria Brandão de, *Portugal e a Europa – Cronologia*, Tinta da China Edições, Lisboa, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, Edições Afrontamento, Porto, 1995.
- SELADA, Catarina & FELIZARDO, José Rui. *Da produção à concepção: meio século de história automóvel em Portugal*. Texto consultado em 12.11.2016, em http://in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_8_a.pdf.
- SOROS, Georges, *Globalization*, Public Affairs, New York, 2002.
- SOUSA, Henrique José Carvalho de, *Há Futuro para a Concertação Social? Os Sindicatos e a Experiência Neocorporativa em Portugal* (mimeo), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, novembro de 2009.
- SOUSA, Henrique José Carvalho de. *Sindicalização: A vida por detrás das estatísticas (alguns problemas metodológicos)*
- STANDING, Guy, «O precariado e a luta de classes», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 103, 2014, pp. 9-24.
- STOLEROFF, Alan e Naumann, REINHARD, «A sindicalização em Portugal: a sua medida e a sua distribuição» in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 14, 1993, pp. 19-47.
- STOLEROFF, Alan, «Portugal – Union development within the changing contexts of political economy and industrial relations», in Wadding, J. e Hoffman, R. (eds.), *Trade Unions in Europe: Facing Challenges and Searching for Solutions*, Bruxelas: ETUI, 2009.
- WARKEN, Jürgen e RONNING, Gerd, «Technological change and employment structures» in R. Schettkat and M. Wagner (coords.), *Technological Change and Employment Innovation in the German Economy*, Berlin, Walter de Gruyter, 1990.

Sítios da internet

<http://150anos.dn.pt/2014/07/31/1994-bloqueio-da-ponte-25-abril/>
<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000043001-000044000/000043646.pdf>

http://in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_8_a.pdf
<http://rccs.revues.org/1315>
<http://uecplp.org>
<http://www.cecplp.org>
<http://www.ces.pt/download/199/ModernProtSocial2001.pdf>
<http://www.ces.pt/download/200/DinamContratColec2005.pdf>
<http://www.ces.pt/download/201/FormProf2006.pdf>
<http://www.ces.pt/download/202/LinhasEstratRefSegSocial2006.pdf>
<http://www.ces.pt/download/203/FixEvolRMMG2006.pdf>
<http://www.ces.pt/download/204/RefFormProf2007.pdf>
<http://www.ces.pt/download/206/RefSegSocial2006.pdf>
<http://www.ces.pt/download/63/GOP1997.pdf>
<http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/estrategias.html>
<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/208.pdf>
<http://www.cgtp.pt/cgtp-in/areas-de-accao/104-qualificacao-profissional/664-reforma-da-formacao-profissional>
<http://www.csplp.org>
http://www.fcsh.unl.pt/scd/extra/pdf/wp_hs_2011.p'df
<http://www.gep.msess.gov.pt/edicoes/outras/livroverde.pdf>
<http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=29>
http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_novi_acon_09_pt.htm
http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/memorando_cplp.pdf
<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/protocolocplp.pdf>
<http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/taxa-de-desemprego-em-portugal-atinge-maximo-de-seis-anos>
http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/detalhe/o_paradoxo_da_azambuja
http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/detalhe/o_paradoxo_da_azambuja
<http://www.portugal.gov.pt/media/464048/GC14.pdf>
<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19920289.html>
<http://www.tviz4.iol.pt/geral/09-09-2004/sindicatos-independentes-querem-aumento-salarial-de-3-8>
www.fcsh.unl.pt/ocv/?wpfb_dl=12
www.forumavarzim.org.pt

AGRADECIMENTOS

Reconstituir e trazer à luz do dia quase vinte anos da história da UGT e da sua inscrição no movimento sindical português foi um trabalho que, embora longo e muitas vezes difícil, nos deu um imenso prazer. Chegados ao fim deste percurso, é da mais elementar justiça agradecer às pessoas que foram essenciais para tornar possível esta obra:

Ao Secretário-geral da UGT, Carlos Silva, que nos convidou para escrever a continuação do I volume, logo no momento do seu lançamento em pleno congresso em que foi eleito, em abril de 2013, manifestando respeito profundo pela preservação da memória do sindicalismo e da instituição que passou a liderar.

A João Proença, principal protagonista da UGT no período estudado, que nos concedeu todos os esclarecimentos de que necessitámos e que não se poupou a esforços para nos apoiar sempre que necessário.

A Elisa Damião, Manuela Teixeira e Wanda Guimarães, insignes sindicalistas, que nos receberam pessoalmente e prestaram o seu depoimento.

A todos os sindicalistas que responderam ao questionário que lançámos, cujos nomes ficam registados nas Fontes, permitindo uma visão plural dos acontecimentos que marcaram a UGT nestes vinte anos.

Aos responsáveis políticos pelo Ministério do Trabalho, ministros António Bagão Félix, José Silva Peneda e José Vieira da Silva, que deram testemunho da sua relação com a Central Sindical.

A Ana Santos e à Diretora do Escritório da OIT em Lisboa, Mafalda Troncho, pela relevante colaboração dada.

A António Valadas da Silva, Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional, que deu uma ajuda importante nas matérias relacionadas com o Fundo Social Europeu.

A Luís Correia, Vice-secretário geral da UGT, sempre solícito a apoiar-nos na solução dos problemas de gestão do projeto.

A Teresa Cavaco, Chefe de Serviços da UGT e responsável pelo arquivo, inexcedível na ajuda no que toca à pesquisa das fontes e documentação.

A toda a equipa da UGT, incansável quando precisámos da sua colaboração.

À equipa do Instituto de História Contemporânea – Carla Araújo, Inês Castaño, Ivo Veiga e Ricardo Castro – que nos apoiou nos diversos momentos do projeto.

A Fernanda Piedade Pedro, que integrou de início a nossa equipa de trabalho, a quem se devem as primeiras pesquisas e o início da elaboração da cronologia sindical.

A João Moreira, eficaz colaborador, com quem trabalhámos, como bolseiro, durante quase um ano, a quem se deve, além do apoio dado na pesquisa da imprensa e da documentação da UGT, a autoria dos pontos sobre os congressos da UGT e da cronologia sindical.

A todas e a todos o nosso profundo reconhecimento.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ACE – Acordo de Concertação Estratégica
- ACT – Autoridade das Condições de Trabalho
- AD – Aliança Democrática
- AEP – Associação Empresarial de Portugal
- AES – Acordo Económico e Social
- AIP – Associação Industrial Portuguesa
- ANC – Associação Nacional de Contribuintes
- ANPME – Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas
- APIT – Associação Portuguesa dos Inspetores de Trabalho
- APP – Associação dos Profissionais de Polícia
- ASPP-PSP – Associação Sindical dos Profissionais de Polícia
- ATFPM – Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau
- BES – Banco Espírito Santo
- CCSL – Confederação Cabo-verdiana de Sindicatos Livres, de Cabo Verde
- CGSILA – Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola;
- CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores, do Brasil (em 2007, na sequência da unificação de várias centrais sindicais daria lugar à UGT – Brasil);
- CUT – Central Única dos Trabalhadores, do Brasil;
- CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal
- CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa
- CCOO – Comisiones Obreras
- CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
- CDS-PP – Centro Democrático e Social-Partido Popular
- CE – Conselho Europeu
- CEE – Comunidade Económica Europeia
- CEFOSAP – Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional
- CEP – Confederação Empresarial de Portugal
- CES – Confederação Europeia de Sindicatos
- CES – Conselho Económico e Social

- CESL – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços do distrito de Lisboa
- CESL – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal
- CG – Conselho Geral (da UGT)
- CGA – Caixa Geral de Aposentações
- CGSI-GB – Confederação Geral dos Sindicatos Independentes da Guiné-Bissau
- CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
- CIG-GALIZA – Confederación Intersindical Galega
- CIP – Confederação da Indústria Portuguesa
- CISL – Confederação Internacional de Sindicatos Livres
- CNEP – Conselho Nacional de Empresas Portuguesas
- CNRT – Conselho Nacional da Resistência Timorense
- COMTRA – Comité de Mulheres Trabalhadoras
- CONSILMO – Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique
- CP – Comboios de Portugal
- CP – Conselho Permanente (da UGT)
- CPCS – Comissão Permanente de Concertação Social
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CSCPLP – Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa
- CSI – Confederação Sindical Internacional
- CT – Comissão de Trabalhadores
- CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
- CTT – Correios, Telégrafos e Telefones/Correios de Portugal
- DN – Diário de Notícias
- EDP – Energias de Portugal
- EUA – Estados Unidos da América
- FS – Força Sindical, do Brasil
- FE – Federação dos Engenheiros
- FEBASE – Federação do Setor Financeiro
- FENPROF – Federação Nacional dos Professores
- FESAP – Federação de Sindicatos da Administração Pública
- FESATH – Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal
- FESETE – Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal
- FETESE – Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços
- FIAET – Federação Internacional de Associações de Educação de Trabalhadores
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FNAM – Federação Nacional dos Médicos
- FNE – Federação Nacional de Educação

- FSE – Fundo Social Europeu
 FSM – Federação Sindical Mundial
 GNR – Guarda Nacional Republicana
 GOP – Grandes Opções do Plano
 IAS – Indexante de Apoios Sociais
 IDICT – Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho
 IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
 IGT – Inspeção Geral do Trabalho
 INATEL – Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres
 INE – Instituto Nacional de Estatística
 IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
 ISEFOC – Instituto Sindical Estudos, Formação e Cooperação
 JAE – Junta Autónoma de Estradas
 KSTL – Confederação de Sindicatos de Timor Lorosae
 LUSA – Agência de Notícias de Portugal
 MES – Movimento de Esquerda Socialista
 MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
 MSE – Mercado Social de Emprego
 NATO – North Atlantic Treaty Organization
 ONTSTP – Organização Nacional dos Trabalhadores de S. Tomé e Príncipe
 OTM – Organização dos Trabalhadores de Moçambique
 OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
 OIT – Organização Internacional do Trabalho
 OM – Organização de Mulheres da UGT
 ONU – Organização das Nações Unidas
 PAC – Política Agrícola Comum
 PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
 PCP – Partido Comunista Português
 PEC – Pacto de Estabilidade e Crescimento
 PEDIP – Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa
 PGR – Procurador Geral da República
 PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
 PME – Pequenas e Médias Empresas
 PNE – Plano Nacional de Emprego
 PREC – Processo Revolucionário em Curso
 PS – Partido Socialista
 PSD – Partido Social Democrata
 PSP – Polícia de Segurança Pública
 RMG – Rendimento Mínimo Garantido

- RMMG** – Remuneração Mínima Mensal Garantida
- RSI** – Rendimento Social de Inserção
- RTP** – Rádio e Televisão Portuguesa
- SAMS** – Serviços de Assistência Médica-Social
- SBC** – Sindicato dos Bancários do Centro
- SBN** – Sindicato dos Bancários do Norte
- SBSI** – Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas
- SE** – Sindicato dos Enfermeiros
- BPI** – Banco Português de Investimento
- SEDES** – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social
- SEF** – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- SEMMM** – Sindicato dos Engenheiros da Marinha Mercante
- SETACOOOP** – Sindicato dos Empregados Técnicos e Associados da Construção Civil, Obras Públicas e Afins
- SIADAP** – Sistema Integrado de Avaliação e Desempenho da Administração Pública
- SIM** – Sindicato Independente dos Médicos
- SIMA** – Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins
- SINAPE** – Sindicato Nacional dos Profissionais de Educação
- SINAPSA** – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins
- SINCOMAR** – Sindicato de Capitães e Oficiais da Marinha Mercante
- SINDEL** – Sindicato Nacional da Indústria e da Energia
- SINDEP** – Sindicato Nacional e Democrático dos Professores
- SINERGIA** – Sindicato da Energia
- SINTAF** – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Financeira
- SINTAP** – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública
- SISEP** – Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal
- SITEMA** – Sindicato dos Técnicos de Manutenção de Aeronaves
- SITEMAQ** – Sindicato da Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante e Fogueiros de Terra
- SITAVA** – Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos
- SITese** – Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços
- SITRA** – Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Afins.
- SMAQ** – Sindicato Nacional dos Maquinistas dos Caminhos de Ferro Portugueses
- SMAS** – Serviço de Assistência Médico-Social
- SMN** – Salário Mínimo Nacional
- SN** – Secretariado Nacional (da UGT)
- SNE** – Sindicato Nacional dos Engenheiros
- SNESUP** – Sindicato Nacional do Ensino Superior
- SNPVAC** – Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil
- SOEMMM** – Sindicato dos Oficiais e Engenheiros e Maquinistas da Marinha Mercante

- SPAC** – Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil
SPP – Sindicato dos Profissionais da Polícia
SNQTB – Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários
STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto
STE/SQTE – Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado
STI – Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos
TAP – Transportes Aéreos Portugueses
TSD – Trabalhadores Sociais Democratas
TUAC – Trade Union Advisory Committee
UNTA – União Nacional dos Trabalhadores Angolanos
UNTC – União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde
UNTG – União Nacional dos Trabalhadores Guineenses
UE – União Europeia
UEM – União Económica e Monetária
UGT – União Geral de Trabalhadores
UGT/STP – União Geral de Trabalhadores de São Tomé e Príncipe
UGT(E) – Sindicato Unión General de los Trabajadores
UNICE – União das Confederações Europeias de Industriais e Empregadores
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USO – Unión Sindical Obrera

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

A. Casimiro Ferreira, 45, 47, 48
Abertis, 263
Abraão, José, 443
Abrantes, José João, 129
Acordo de Política de Rendimentos, 375
Acordo Económico e Social (AES), 55, 56, 63, 107, 310, 345, 347, 348, 349, 370, 373, 379, 380
AEP (Associação Empresarial de Portugal), 172, 482
AIP (Associação Industrial Portuguesa), 171, 215, 243, 271, 387, 401, 433, 482
Alcoa, 263
Alegre, Manuel, 213, 239
Aleixo, Cristina, 179
Alfaia, José, 378
Amoroso, João, 73, 118
ANA — Aeroportos de Portugal, 410
ANC — Associação Nacional de Contribuintes, 194
Andrade, Manuel, 76, 122
André, Helena, 71, 72, 233, 461
ANPME (Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas), 288
APIT — Associação Portuguesa dos Inspetores de Trabalho, 129
Apolinário, Maria Emília, 293
Araújo, António, 378
Arcanjo, Manuela, 417
Arenga, Joaquim, 73
Armando Ferreira, 439
Arménio Carlos, 130, 156, 277, 278
Assembleia da República, 59, 63, 67, 70, 79, 117, 135,

139, 153, 158, 166, 203, 205, 206, 211, 212, 216, 225, 228, 239, 241, 310, 311, 314, 377, 383, 389, 397, 399, 416, 423, 424, 432, 435, 444, 447, 448, 459, 464, 466, 472, 479, 495

Associação dos Profissionais da Guarda, 176
Associação dos Sindicatos de Santarém, 417
Associação Nacional das Indústrias de Vestuário, 449
Associação Nacional de Municípios Portugueses, 130
Associação Portuguesa de Bancos, 230, 397, 414
Associação Sindical dos Juízes Portugueses, 432, 445
Associação Sindical dos Polícias Portugueses, 64
Associação Socioprofissional da Polícia, 176, 204
ATFPM — Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau, 328
Augusto Viage, Manuel, 336
Autoeuropa, 104, 278, 393, 439, 448, 461
Avoila, 281, 457, 485
Azevedo, José, 73, 234

B

Bagaglio, Emilio, 72
Bagão Félix, António, 187, 205, 208, 209, 214, 220, 224, 229, 231, 239, 251, 357, 420, 429, 432-436, 438, 442, 442
Banco de Portugal, 201, 218, 220, 242, 247, 288, 410, 420, 437
Banco Mundial, 24, 25, 489
Banco Totta & Açores, 398
Baptista, Viriato Augusto, 118, 234, 293
Barreto, Álvaro, 187, 228, 231, 443
Bawo, 437

- BCP (Banco Comercial Português), 60, 61, 371, 372, 385, 388, 397, 427, 456
- Belém, Maria de, 391, 391, 392, 398, 475
- Beleza, Miguel, 367
- Bernardo, Ana Paula, 293
- Bernardo, Paula, 179, 234, 241, 293
- Bessa, Daniel, 108
- Bettencourt Picanço, Leodolfo, 76, 77, 78, 109, 222, 225, 226, 231, 234, 237, 240, 395, 429, 443, 446, 450, 451, 455, 485
- Bloco de Esquerda, 193, 217, 242, 276, 296, 436, 454, 461
- Bombardier, 240, 428, 441, 443
- Botelho, Vítor, 376
- Braga da Cruz, Luís, 199, 420
- Braga de Macedo, Jorge, 86, 87
- Brás, José, 75
- Breit, Ernst, 71
- Bruto da Costa, Alfredo, 130, 463, 490
- BusinessEurope (Confederação Europeia de Empresas), 271
- C**
- C&J Clark, 435
- Cabo Mondego, 409
- Cabos Ávila, 144, 387
- CAIMA, 424
- Caixa Geral de Depósitos, 139, 200, 238, 317, 388, 404, 423, 444, 446
- Câmara Municipal de Lisboa, 231, 410, 463
- Campos e Cunha, Luís, 244
- Candido Mendez, 233
- CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal), 57, 65, 70, 97, 100, 116, 122, 136, 145, 153, 154, 159, 202, 249, 344, 346, 366, 367, 370, 376, 381, 384, 385, 386, 391, 440, 445
- Cardeal Patriarca de Lisboa, 206
- Cáritas Diocesana de Setúbal, 105
- Carlucci, Frank, 121
- Carrascalão, João, 184
- Carreira, Delmiro, 80, 234, 246, 293, 383
- Carreira, José, 64
- CARRIS, 64
- Cartaxo, Ernesto, 75, 77, 128, 279
- Cartaxo, José Ernesto, 77, 128, 279
- Carvalhas, Carlos, 172
- Carvalho da Silva, Manuel, 57, 59, 61, 65, 69, 72, 83, 87, 88, 91, 95, 98, 101, 103, 111, 136, 141, 155, 164, 165, 172, 173, 176, 189, 192, 197, 208, 214, 227, 257, 266, 268, 273, 276-279, 284, 291, 365, 369, 372, 375, 380, 388, 390, 394, 396, 402, 421, 424, 426, 430, 435, 436, 439, 440, 446, 448, 450, 453-457, 461, 464, 474, 485, 486
- Carvalho, Graça, 441
- Casqueiro, José Manuel, 136
- Castells, Manuel, 32, 34, 36, 464
- Castro-Almeida, Carlos, 206
- Catroga, Eduardo, 101
- Cavaco Silva, Anibal, 16, 29, 30, 42, 55, 57, 65, 67, 70, 76, 77, 81, 85, 91-94, 95, 98, 106, 108, 114, 122, 125, 198, 207, 284, 290, 345, 346, 348, 349, 353, 366, 367, 370, 372-377, 379
- CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal), 70, 100, 107, 116, 120, 122, 129, 134, 135, 143, 144, 146, 147, 152-154, 159, 172, 173, 202, 211, 243, 249, 275, 296, 344, 346, 366, 367, 370, 376, 381, 383, 385, 386, 393, 439, 440, 445, 454, 491, 496
- CCSL — Confederação Cabo-Verdiana de Sindicatos Livres, de Cabo Verde, 327, 330, 331
- CDS, 77, 82, 83, 84, 122, 138, 160, 170, 187, 205, 217, 230, 237, 242, 482
- CEE (Comunidade Económica Europeia), 77
- CEFOSAP — Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional, 316, 317, 331, 338
- CEL-CAT, 60
- Centro de Estudos Judiciários, 110
- CESL — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços do distrito de Lisboa, 127
- CGSI-GB — Confederação Geral dos Sindicatos Independentes da Guiné- Bissau, 328
- CGSILA — Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola, 327, 330
- CGT — Confederação Geral dos Trabalhadores, do Brasil, 328, 331, 489
- CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, de Portugal), 18,

- 47, 48, 57, 58, 59, 61-75, 77, 79, 83-93, 96-106, 114-118, 120-123, 126-131, 134-144, 147-159, 163-165, 168-184, 188-197, 201, 204, 208-216, 220-224, 227, 241-250, 257-261, 264-268, 270-273, 276-284, 288, 291, 292, 300, 312, 317, 328, 329, 335, 340, 341, 344, 345, 346, 351, 352, 355, 361, 362, 365, 366-462, 465, 466, 472, 474, 484, 491
- Chagas, Carlos, 261
- Chaves, Henrique, 241
- CIG-GALIZA — Confederación Intersindical Galega, 328, 333
- Cimpor, 408, 409
- CIP (Confederação da Indústria Portuguesa), 67, 70, 86, 96, 100, 107, 110, 111, 114-116, 120-122, 129, 135, 144-147, 153, 154, 159, 172, 191, 193, 194, 197, 202, 203, 211, 215, 216, 244, 248, 249, 252, 266, 271, 275, 296, 344, 346, 365, 366, 367, 370, 374-381, 383, 385-388, 393, 401, 414, 417, 429, 434, 440, 445, 448, 449, 462, 474
- CISL (Conferência Internacional dos Sindicatos Livres), 72, 117, 172, 178, 292, 299, 304, 392, 489
- Clarks, 219
- Coelho, Henrique, 72, 73, 118, 124, 299, 371, 380
- Coelho, Jorge, 392
- Coelho, Vítor, 291, 293
- Cometna, 240
- Comisiones Obreras, 401, 447
- Comissão Europeia, 27, 60, 83, 187, 230, 255, 330, 337, 371, 372, 380, 389, 453
- Comissão Executiva da UGT, 124, 128, 130, 139, 143, 145, 175, 179, 227, 277, 278, 330, 410
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 304
- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 60, 304
- Comissão Permanente da UGT, 73, 107, 205, 311
- Comissão Permanente de Concertação Social, 55, 59, 66, 67, 69, 70, 81, 86, 91, 92, 95, 99, 128, 148, 152, 154, 162, 163, 173, 177, 178, 179, 188, 214, 217, 259, 263, 264, 275, 283, 286, 290, 343, 344, 345, 347, 349, 351, 352, 353, 354, 363, 366, 367, 368, 369, 371, 373, 374, 377, 381, 387, 389, 403, 405, 407, 477
- Comité de Peritos de Alto Nível da União Europeia, 148
- Compal, 288
- COMTRA — Comité de Mulheres Trabalhadoras, 299, 304
- Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP), 18, 155, 327, 329, 334, 338, 389
- Comunidades Europeias, 25, 27, 28, 29, 66, 73, 76, 131, 307, 373, 463, 496
- Concertação Social, 18, 55, 59, 61, 66, 67, 70, 75, 81, 86, 87, 92, 106, 110, 120, 125, 127, 137, 148, 153, 173, 176, 178-181, 188, 191, 192, 202, 204, 211, 214, 224-226, 232, 246, 260, 287, 343, 345, 348, 349-355, 361-370, 373-381, 387-390, 435, 464, 490-492, 497, 498
- Confederação do Turismo Português, 214
- Confederação dos Quadros, 62
- Confederação dos Sindicatos Britânicos, 420
- Confederação dos Sindicatos Independentes, 214, 330
- Confederação Empresarial da CPLP, 338
- Confederação Europeia de Sindicatos (CES), 18, 62, 66, 71, 72, 75, 78, 83, 88, 89, 117, 121, 146, 174, 177, 178, 184, 190, 206, 233, 234, 271, 286, 292, 299, 300, 304, 371-374, 380, 383, 386, 392, 399, 400, 460
- Confederação Internacional de Sindicatos Livres — Organização Regional Africana, 333
- Confederação Internacional Sindical, 292
- Conféllis, 423
- Conferência Episcopal Portuguesa, 212
- Conforlimpa, 420
- Congresso dos EUA, 71
- Conselho de Disciplina da UGT, 184
- Conselho Económico e Social (CES), 38, 55, 69, 70, 81, 83, 86, 93, 105, 112, 128, 132, 133, 146, 333, 335, 345, 353-355, 363, 366, 376, 377
- Conselho Europeu, 27, 28, 152, 174, 178, 190, 220, 289, 412
- Conselho Fiscalizador de Contas da UGT, 184
- Conselho Nacional da Resistência Timorense, 184, 330
- Conselho Nacional de Empresas Portuguesas (CNEP), 70, 366, 367
- Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), 55, 59, 70, 75, 181, 343, 361, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 373

- Consilmo — Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique, 328
- Constâncio, Vítor, 218, 220, 242
- Cordeiro, José Manuel, 234, 293
- Correia, Alfredo Manuel Vieira, 233
- Correia, Alfredo, 234
- Correia, António Luís, 293
- Correia, João, 128
- Corrente Sindical Unitária, 121, 123
- Costa, Alberto, 147, 382
- CP (Comboios de Portugal), 60, 64, 69, 144, 156, 163, 176, 285, 366, 367, 372, 375, 383, 390, 391, 395, 398, 406, 407, 408-415, 419, 420, 422, 424, 441, 443, 445, 457
- Cravinho, João, 132, 385, 389, 390, 465
- CTB — Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, 328
- CTT (Correios de Portugal), 144, 175, 200, 384, 390, 392, 394, 398, 423, 436, 438, 442, 444, 452, 455, 458
- Cunha Rodrigues, José Narciso, 101, 324
- Cunha, Arlindo, 57
- Cunhal, Álvaro, 63, 88
- CUT — Central Única dos Trabalhadores, do Brasil, 328, 331
- D**
- D. José Policarpo, 469
- Damião, Cristina, 398
- Damião, Elisa, 73, 105, 118, 119, 120, 124, 299, 300, 366, 367, 368, 487, 495
- Delors, Jacques, 27, 28
- Delphi, 263, 458, 463, 464
- Deus Gomes Pires, João de, 144, 145, 159, 179, 222, 234, 296, 495
- Deus Pinheiro, João de, 222
- DGB (Central sindical alemã), 72, 371, 373
- Diário de Notícias, 64, 65, 79, 156, 365, 460, 466, 467, 468, 469, 470-486, 488, 493
- Diário Económico, 365, 475, 480, 488, 493
- Dias da Silva, João, 236, 260, 287, 323
- Dionísio, Joaquim, 401
- Direção-Geral do Tesouro, 140, 384
- Direção-Geral dos Impostos, 400
- Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais, 463
- Diz, Afonso, 449
- Duarte, Vítor, 234
- Durão Barroso, José Manuel, 16, 170, 187, 203, 205, 206, 222, 230, 241, 351, 353, 428, 436, 437, 443
- E**
- Ecco, 219
- EDIA, 416
- EDP, 60, 389, 396, 438
- Eduardo Salvador (empresa), 404
- EFACEC, 414
- El País, 365, 493
- EMEF, 396, 443
- ENATUR, 414, 428
- Eres, 429
- Estaco, 414
- Estaleiros Navais de Viana do Castelo, 156
- Estanque, Elísio, 45, 47, 48, 463, 464, 465
- Esteves, Ana Paula, 293
- Esteves, Paula, 234, 293, 301
- Euresap, 130, 131, 381
- Euronadel, 288, 460
- Europa Comunitária, 15, 27, 28, 48, 343
- Expresso, 65, 66, 69, 83, 85, 87, 91, 93, 94, 98, 101, 127, 151, 156, 164, 169, 170, 176, 200, 211, 224, 255, 308, 310, 365, 377, 379, 397, 406, 410, 422, 440, 441, 465-487, 493
- F**
- Fábrica Triunfo, 416
- Fagundes, Sebastião, 122
- Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, 288, 460
- Falcão e Cunha, José, 373
- Fanheiro, Joaquim, 331, 332
- Faria, Luís, 134
- Federação dos Engenheiros, 293
- Federação dos Portuários, 77
- Federação dos Sindicatos dos Ferroviários, 398
- Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal (FESETE), 135, 413, 414, 438, 449

- Federação Nacional das Cooperativas de Consumo, 130
 Federação Nacional de Crédito Agrícola Mútuo, 130
 Federação Nacional dos Médicos, 389, 417, 419
 Félix, José Melro, 378, 379
 FENPROF (Federação Nacional de Professores), 173, 250, 256, 267, 279, 392, 408, 416, 419, 428, 430, 441, 443, 445, 446, 449, 451, 453-456, 465
 Fernandes, Júlio, 90, 118, 124, 155, 156, 171, 179, 234
 Ferraz da Costa, Pedro, 135, 365
 Ferreira Leite, Manuela, 205, 215, 223, 374, 429, 430, 437, 438, 439, 459
 Ferreira, Luísa, 237
 Ferro Rodrigues, Eduardo, 108, 109, 114, 115, 125, 147, 151, 160, 169, 187, 207, 208, 380, 386, 387, 394, 402
 Fertagus, 406
 Figueiredo, Sérgio, 156
 Filda-Fábrica, 399
 FNE (Federação Nacional dos Sindicatos da Educação), 79, 118, 167, 238, 250, 256, 262, 279, 287, 392, 393, 428, 433, 441, 443, 445, 447
 Ford-VW, 255
 Ford, 157, 255, 390
 Fórum Abel Varzim, 464
 Freitas do Amaral, Diogo, 382
 Frente Comum (Sindicatos da Administração Pública — CGTP), 109, 110, 116, 129, 171, 193, 195, 196, 199, 213, 222, 225, 226, 231, 248, 249, 257, 266, 272, 273, 288, 387, 392, 394, 398, 402, 403, 408, 413, 416, 417, 418, 420, 426, 427, 431, 433, 437, 438, 448-458, 485
 Frente Sindical da Administração Pública (FESAP-UGT), 130, 257, 387, 392
 FS — Força Sindical, do Brasil, 328, 331
 FSM (Federação Sindical Mundial), 172, 278
 Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Fundação de Dublin), 72
 Fundação Friedrich Ebert, 73, 368, 375
 Fundação José Fontana, 73, 368
 Fundação Oriente, 131
 Fundo de Pensões da Caixa na Caixa Geral de Aposentações, 238
 Fundo Monetário Internacional (FMI), 24, 25, 41, 42, 340, 343, 345, 489
 Fundo Social Europeu (FSE), 11, 18, 73, 82, 113, 115, 119, 120, 140, 147, 307-313, 316-319, 324, 325, 379-382, 414, 429, 449, 451, 455, 473
- G**
 Gamito, Manuel, 197, 417
 Garcia Pereira, António, 129, 212
 Garrido, Ulisses, 171, 227, 278
 Gartêxtil, 431
 Gás de Portugal (GDP), 144, 384, 397
 General Motors, 244, 263, 446
 Gersão, Eliana, 110
 Gescartão, 403
 Gomes da Silva, Fernando, 145
 Gomes, Casimiro, 311
 Gomes, Francisco Osório, 118
 Gonçalves, Alexandre, 79
 Gonelha, Maldonado, 417, 437
 Gorbachov, Mikhail, 23
 Grosso, António, 296
 Grundig, 383
 Guedes, Nelson, 71
 Guerra de Oliveira, Evaristo, 179, 181, 234
 Guimarães, Wanda, 79, 117, 178, 234, 293, 300, 301, 303, 304, 323, 487, 495
 Gusmão, Xanana, 117, 178
 Guterres, António, 16, 67, 81, 85, 100, 106, 108, 111, 123, 125, 127, 151, 171, 181, 187, 203, 205, 349, 350, 351, 353, 375, 377, 380, 381, 394, 395, 398, 402, 407, 419, 420, 427, 428
- H**
 Hasse Ferreira, Joel, 424
 Hawke, Bob, 72
 Horta e Costa, Miguel, 435
 Hospitais Privados de Portugal, 458
- I**
 IFADAP, 64
 Igreja Católica, 39, 435

- Independente (O), 78, 309, 310, 311, 312, 365, 377, 381, 430, 470, 471, 473, 475, 479, 487, 488, 493
- INOVINTER — Centro de Formação e de Inovação Tecnológica, 317
- Inspecção do Trabalho, 60, 91
- Instituto de Gestão do Crédito Público, 140
- Instituto do Emprego e Formação Profissional, 97, 317
- Instituto para a Inovação na Formação (INOFOR), 133
- Interjovem, 424
- ISEFOC — Instituto Sindical de Estudos, Formação e Cooperação, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 316, 318, 319, 320, 324, 327, 488
- J**
- Jardim Gonçalves, Jorge, 303
- Jardim Zoológico, 409, 416, 430
- Jefar, 219
- Jesus, José Meirinho de, 118
- Jesus, Manuel, 293
- Johnson Controls, 263, 451
- Jordan, Bill, 178
- Jorge, Mário, 430
- Jornal de Negócios, 365, 482, 484, 488, 493
- Jornal de Notícias, 365, 460
- Judas, José Luís, 72, 75, 88, 89
- Justino, David, 439
- Juventude Socialista, 436
- K**
- KSTL — Confederação de Sindicatos de Timor Lorosae, 233, 330, 489
- L**
- Lança, Florival, 75, 277
- Lancastre, Manuel, 231
- Lapeyre, Jean, 72
- Lear, 263, 409
- Legrand, 461
- Leite, Jorge, 83, 128, 468
- Leoni, 462
- Liga Operária Católica, 397
- Lima da Costa, Desejado, 334, 335
- Lino, Mário, 285, 454
- Lisnave, 98, 140, 371, 384, 390, 392, 401
- Lopes, Amélia, 385
- Lopes, Ernâni, 341, 344, 345, 491
- Lopes, Jorge, 453
- Lopes, Luís, 234, 293, 432
- Lopes, Manuel, 75, 79, 97, 101, 117, 156, 159
- Loureiro, Fernando, 72, 75
- Ludgero Marques, Ângelo, 171, 242
- Lusa, 382, 396, 453
- M**
- Macedo, Abel, 455
- Machado, Deolinda, 410
- Macif Portugal, 131
- Magalhães e Silva, 322, 323
- Mamede, Carlos, 110
- Mandata, 200, 420, 423, 424, 425
- Marques, André, 79
- Marques, Carlos, 48, 49, 422, 465
- Marques, Pedro, 242
- Martins, Alice, 234, 301
- Martins, Joaquim, 73
- Martins, Manuel, 79
- Martins, Zeferino, 331
- Mateus, Augusto, 147
- MB Pereira da Costa, 240
- Medeiros, Luís António, 71
- Medina Carreira, Henrique, 151
- Meirinho, José Manuel, 234
- Mendes Dias, Joaquim, 234, 292
- Mendes, Mário, 395
- Mendonça, Manuela, 267
- MES — Movimento de Esquerda Socialista, 106
- Mesa do Congresso da UGT, 79, 185
- Metro de Lisboa, 69, 156, 175, 176, 177, 188, 189, 375, 404, 405, 406, 408, 419, 420, 451, 452, 466
- Metro do Porto, 189, 419, 420
- Meyerm, Heinz, 371
- Midões, Carlos, 455
- Ministério das Finanças, 85, 96, 115, 133, 141, 151, 221, 256, 311, 377, 392, 403, 431, 452
- Ministério do Emprego, 60, 62, 90, 96, 137, 142, 310, 371, 372, 378, 383, 386

- Ministério para a Qualificação e o Emprego, 81, 111, 135
 Miranda, Narciso, 213
 Molin, 427
 Moniz, Idália, 242
 Monte, Sérgio, 234
 Monteiro Fernandes, 83, 129, 135, 138, 212, 246, 265, 452, 468
 Morais, Fernando, 288, 486
 Morgado, Manuela, 132
 Mortensen, (empresa, Jorge) 200, 423–426
 Mota, José Barbosa, 63, 118
 MRPP, 61, 384
 Mútua dos Pescadores, 130

N

- Nabais, João, 324, 325
 Napoleão, Jorge, 127
 Nascimento Rodrigues, Henrique, 72, 105, 340, 490
 NATO, 23
 Naumann, Reinhard, 93
 Negrão, Fernando, 187, 231, 443
 Neves Corvo, 144, 413
 Nobre dos Santos, Jorge, 110, 116, 196, 222, 225, 231, 234, 250, 256, 261, 272, 280, 281, 293, 429, 449, 450, 485, 486
 Nogueira Simões, Rui, 110, 129, 172, 197, 417, 474
 Nogueira, Fernando, 106, 351
 Nogueira, Mário, 267, 290, 443, 453, 456
 Novo, Gregório Rocha, 275
 Nunes, Américo, 72, 75
 Nunes, José António, 77

O

- O Jogo, 434
 Obama, Barack, 37
 Observatório das Privatizações, 60
 OCDE, 33, 41, 50, 201
 OIT (Organização Internacional do Trabalho), 43, 50, 51, 71, 117, 157, 158, 206, 216, 233, 270, 289, 304, 330, 331, 333, 335–338, 366, 373, 375, 392, 465, 489, 496, 497

- Oliveira e Costa, Rui, 72, 73, 76, 93, 118, 124, 179, 380, 455, 495
 Oliveira Martins, Guilherme de, 199, 425
 Oliveira, Barbosa de, 61, 118, 124, 178, 234, 368, 382, 383
 OM — Organização de Mulheres da UGT, 299
 ONTSTP — Organização Nacional dos Trabalhadores de S. Tomé e Príncipe, 328, 330
 Opel, 244, 255, 256, 263, 445, 446, 452
 Ordem dos Advogados, 445
 Organização Mundial do Comércio, 25, 34, 442
 OTM — Organização dos Trabalhadores de Moçambique, 330, 330, 331–333, 337

P

- Pacheco, Miguel, 61
 Pacto de Varsóvia, 23, 30
 Pais Antunes, Luís, 209
 PALOP, 88, 155, 292, 330, 337, 338
 Papa João Paulo II, 63
 Parlamento, 60, 63, 80, 84, 95, 99, 115, 131, 140, 148, 159, 160, 165, 167, 168, 191, 211, 212, 217, 226, 229, 231, 240, 249, 257, 284, 290, 311, 376, 405, 435, 437, 441, 455, 459
 Pascoal, Augusto, 48, 49, 422, 465
 Pascoal, João, 183
 PCP, 61, 72, 88, 92, 115, 120–122, 130, 160, 172, 177, 183, 193, 217, 227, 242, 276, 277, 278, 291, 368, 371, 374, 377, 382, 383, 386, 388, 389, 395, 402, 421, 436, 449, 450, 455, 456, 466
 Pedreira, Jorge, 262
 Pedroso, Paulo, 125, 187, 203, 208, 213, 217, 434, 436, 474
 Pena dos Reis, João, 406
 Pereira da Silva, Paulo, 330
 Pereira Lopes, José, 61, 71–73, 75, 79, 95, 96, 124, 371, 377, 436
 Pereira, Jacinto, 234, 293
 Peugeot–Citroën, 288, 460
 Pimentel, Menéres, 138
 Pina Correia, 118
 Pina Moura, Joaquim, 153, 154, 194, 196, 197, 198, 199, 208, 387, 409, 419

- Pinto Cardoso, 97, 378
 Pinto Coelho, Joaquim, 73, 379, 380
 Pinto Coelho, José Carlos, 275
 Pinto Coelho, José Carlos, 275
 Pinto, Conceição Alves, 323
 Pinto, Fernando, 221, 458
 Pinto, Mário, 344, 347, 490, 491
 Pires, Joaquim, 428
 Pirités Alentejanas, 387, 428
 Política Agrícola Comum, 163
 Portela, Célia, 127
 Porto de Lisboa, 391
 Portucel Recicla, 416
 Portugal, Pedro, 212
 Portugalá, 410, 453, 460, 461
 Presidência do Conselho de Ministros, 115
 Procuradoria-Geral da República, 308s
 Prouença, João, 11, 12, 57, 58, 63, 68, 72, 73, 82, 89, 95, 96, 103, 106, 108, 111, 113, 117-121, 123, 124, 126, 128, 132, 136, 140, 141, 143, 147, 154, 155, 157, 162, 164, 165, 167, 170, 174, 176-179, 181-185, 188, 189, 191, 192, 197, 208, 210, 211, 215, 220, 223, 224, 226, 233, 236, 237, 238, 243, 245, 255, 257, 259, 265, 269, 270, 273, 275, 282, 283, 289, 296, 300, 313, 316, 320, 322, 323, 324, 328, 329, 331, 332, 333, 334, 336, 337, 363, 367, 371, 372, 377, 379, 380, 381, 383, 384, 390, 392, 394, 397, 400, 401, 407, 408, 419, 421, 425, 432-435, 445, 446, 453-456, 458, 464, 485, 488, 489, 495
 Profabril, 433
 PS, 16, 41, 61, 92, 93, 100, 102, 103, 105, 107, 115, 121, 124, 138, 148, 160, 171, 174, 203, 207, 208, 213, 214, 217, 239, 242, 268, 278, 291, 343, 349, 350, 368, 370, 371, 375, 377, 379, 382, 383, 386, 389, 422, 423, 427, 436, 482
 PSD, 16, 41, 42, 55, 61, 65, 82-85, 92, 95, 98, 100, 107, 108, 113, 115, 117, 120, 124, 138, 160, 170, 187, 203, 205, 207, 217, 230, 231, 237, 242, 250, 259, 290, 343, 345, 369, 372, 376, 382, 383, 386, 395, 397, 400, 403, 414, 429, 459, 468, 471
 PSP (Polícia de Segurança Pública), 64, 96, 176, 204, 205, 240, 244, 382, 384, 386, 392, 402, 420, 429, 431, 433
 Público, 76, 121, 181, 182, 237, 365
 Purkiss, Clive, 72
- Q**
 Qimonda, 288, 461
 Quimitécnica, 409
- R**
 Rádio Renascença, 211
 Raimundo, João, 79
 Ramalho, Vítor, 162
 Ranita, Vítor, 141
 Reagan, Ronald, 23, 25
 Rebelo de Sousa, Marcelo, 170, 232, 394, 400, 417
 Redondo, Nicolás, 72
 Reich, Robert, 35, 36, 47, 466, 467
 Renault Portuguesa, 104, 108, 156, 389, 396, 397, 461, 475
 Resende, Teresa, 234
 Rhode, 219, 436
 Ribeiro Mendes, Fernando, 161
 Ribeiro, Albano, 189
 Ribeiro, Pato, 232
 Ricardo, Vítor, 441
 Rícon Peres, Emílio, 322, 323
 Rocha de Matos, Jorge, 171, 242
 Rodoviária da Beira Litoral, 428
 Rodoviária de Lisboa, 411
 Rodoviária Nacional, 64, 156, 467
 Rodrigues, Maria de Lurdes, 256, 267, 280, 288, 458, 461
 Rodrigues, Maria João, 81, 108, 111, 113, 116, 125, 128, 129, 137, 141, 144, 147, 148, 380, 385, 386
 Rosa, Alexandre, 413, 418
 Rosado Fernandes, Raúl, 57
 Roseta, Agostinho, 60, 73, 79, 105, 106, 118, 471
 RTP, 140, 422
 Ryder, Guy, 43
- S**
 Sábado, 458
 Sagres, 131
 Salgado Zenha, Francisco, 121
 Salgueiro, Heitor, 401

- Salgueiro, João, 388
- Sampaio, Jorge, 92, 114, 119, 196, 203, 217, 230, 235, 240, 242, 371, 393, 411, 436, 442
- Santana Lopes, Pedro, 16, 187, 228, 230, 237, 239, 241, 351, 353, 442, 444
- Santos Alves, Rui, 73
- Santos, Araújo dos, 118, 123
- Santos, Jorge, 71, 178, 179
- Santos, Leonor, 234
- Santos, Manuel António dos, 167, 233
- Saramago, José, 126, 155
- SATA, 387
- Schuh-Union, 219, 430
- Seabra, Jorge, 62, 374
- Secil de Coimbra, 410
- Secretariado Nacional da UGT, 65, 67, 73, 75, 79, 80, 82, 84, 86, 87, 91, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 106, 118, 120, 123, 124, 135, 136, 138, 145, 152, 166, 167, 178, 179, 182, 184, 191, 196, 205, 207, 209, 211, 212, 214, 215, 219, 222, 224, 225, 231, 232, 234, 243, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 268, 278, 279, 280, 282, 283, 285, 287, 289, 291, 293, 299, 300, 302, 308, 309, 313, 315, 322, 367, 369, 372, 408, 439, 471, 480, 487, 493
- SEF — Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 190, 410, 437, 441
- Segurança Social, 123, 142, 143, 150, 151, 160, 189–191, 202–204, 207, 208, 209, 213, 229, 249, 250, 251, 254, 257–261, 276, 283, 286, 295, 347, 352, 353
- Seideneck, Peter, 373
- Semanário, 365
- Sequeira, Víctor Hugo, 117, 118, 297
- SETACOOP, 60
- Sic, 255
- Siderurgia Nacional, 98, 418, 425
- Silva Lopes, José da, 132, 464
- Silva Peneda, José, 55, 361, 373
- Silva, Carlos, 11
- Silva, Enir Severino da, 328
- Silva, José António, 273, 454
- Silva, Manuel Alberto, 445, 452
- Silva, Vicente Paulo da, 328
- Simões, Custódio, 378
- Simões, José, 76, 118, 124, 178
- Sindicato da Hotelaria do Norte, 443
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, 73
- Sindicato dos Bancários do Norte, 167, 396, 397, 415, 427
- Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, 61, 174, 246, 255, 300, 372, 382, 383, 406, 411, 416, 426, 427, 438
- Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, 401, 429, 460
- Sindicato dos Funcionários Judiciais (SFJ), 409, 416, 433, 446
- Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, 436
- Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, 270, 404, 420, 445
- Sindicato dos Maquinistas (SMAQ), 395
- Sindicato dos Metalúrgicos, 441
- Sindicato dos Professores da Região Centro, 419, 424, 454
- Sindicato dos Professores da Zona Sul, 436
- Sindicato dos Seguros do Norte, 368
- Sindicato dos Técnicos de Manutenção de Aeronaves, 410
- Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas, 424, 449
- Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Norte, 189, 410, 432
- Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Sul, 190, 414
- Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas, 410
- Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo CGD, 444
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte, 414
- Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Públicos Rodoviários e Urbanos do Centro, 428
- Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, 398, 401
- Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos, 402
- Sindicato Independente dos Ferroviários e Afins, 423

- Sindicato Independente dos Médicos, 387, 389, 426
- Sindicato Livre dos Pescadores (CGTP), 396
- Sindicato Mineiro, 426
- Sindicato Nacional dos Ferroviários, 396
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, 396, 399, 416
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, 144
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Administrações Portuárias, 430
- Sindicato Nacional e Democrático dos Professores, 424, 448
- SINTAF — Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Financeira, 246
- SINTAP (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública), 63, 234, 256, 291, 370, 429, 436, 441, 442, 444, 445, 447
- SITSE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços, 79, 127, 234, 291, 432, 440
- SNPVAC, 75
- Soares, João, 239
- Soares, Mário, 58, 67, 77, 84, 85, 92, 121, 275, 289, 363, 369, 373-375, 378, 397, 440, 461, 484, 494
- Sociedade da Água do Luso, 403
- Sócrates, José, 16, 239, 245, 265, 274, 289, 350, 351, 392, 443, 444, 448, 451, 453, 456, 459
- Sodia, 156, 388
- Soflusa, 399, 425, 457
- Somavia, Juan, 287
- Sonae Indústria, 286
- Soros, George, 25, 26
- Sousa Franco, António de, 108, 140, 141, 151, 378, 380, 381, 382, 383
- Sousa, Jerónimo de, 276
- SPAC, 397
- STCP, 409, 422, 425
- STE — Sindicato dos Quadros Técnicos, 76, 78, 86, 116, 196, 213, 222, 225, 231, 234, 237, 240, 248, 249, 257, 267, 268, 270, 271, 279, 286, 390, 398, 401, 402, 411, 413, 415, 416, 420, 421, 424, 425, 427, 430-434, 436, 438, 441, 442, 444, 446, 448-456, 459, 483
- Stiglitz, Joseph, 26
- Stoleroff, Ala, 93, 200, 489
- Sucena, Paulo, 261, 267
- Sumolis, 286
- Supremo Tribunal Administrativo, 140, 141, 402, 428, 486
- T**
- TAP, 69, 91, 96, 108, 220, 364, 373, 380, 382, 383, 384, 386, 389, 391-393, 395, 397-400, 404, 408, 415, 419, 420, 430, 432, 451, 456-459
- Tavares, Carlos, 214, 433, 435
- Teixeira Alves, Rui, 73
- Teixeira de Sousa, Adriano, 453
- Teixeira dos Santos, Fernando, 251, 456
- Teixeira, Manuela, 79, 80, 118, 124, 143, 167, 169, 178, 179, 184, 185, 228, 236, 238, 395, 398, 494
- Teixeira, Octávio, 172
- Teleweb, 416
- Tendência Mudar, 237, 295
- Tendência Sindical Socialista, 413
- Thatcher, Margaret, 25
- Themudo Barata, 376
- Thomati, Américo, 60, 179, 321
- TISEP, 157, 391
- Torres Couto, José Manuel, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 85, 87, 88, 91-95, 98-103, 106, 119, 120, 121, 126, 297, 298, 306-310, 314, 361, 363-381, 416, 420, 424, 427, 453, 486
- Torres, Alberto, 240
- Torres, João, 423
- Toscano, Suzana, 222, 226
- Transtejo, 69, 373
- Tremoço, António, 439
- Tribunal Constitucional, 59, 84, 217, 218, 224, 226, 284, 317, 371, 376, 404, 436, 437, 438, 440, 441, 444, 455, 459, 466, 480, 488, 493, 494
- Tribunal da Relação de Lisboa, 316
- Tribunal das Comunidades, 60
- Tribunal de Justiça, 60, 442
- Tribunal de Trabalho de Lisboa, 200, 386, 422, 448
- Trindade, Carlos, 190
- Trindade, Emília, 72

- Trindade, Paulo, 225, 231, 437
- TSD — Trabalhadores Sociais–Democratas, 84, 86, 143, 160, 167, 174, 220, 382, 385, 391, 394, 399, 400, 403, 411, 414, 415, 423, 432
- Tunes, João, 200, 421, 422
- Tyco Electronics, 288, 460
- U**
- UEM, 27, 28
- UGT — Brasil, 328
- UGT/STP — União Geral de Trabalhadores de São Tomé e Príncipe, 328
- União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, 109
- União das Misericórdias, 109
- União das Mutualidades, 109
- União de Sindicatos de Braga, 395
- União Democrática Timorense, 184
- União dos Sindicatos do Algarve, 426
- União dos Sindicatos do Porto (CGTP), 135, 407, 427
- União Europeia, 18, 27, 32, 43, 45, 81, 85, 105, 106, 117, 119, 148, 174, 176, 178, 182, 184, 192, 196, 198, 214, 228, 233, 234, 236, 245, 267, 271, 272, 285, 292, 318, 325, 330, 360, 361, 381, 392, 400, 415, 452, 454, 463, 488, 496
- União Geral de Consumidores, 71
- UNTA — União Nacional dos Trabalhadores Angolanos, 328, 330, 334, 336
- UNTC — União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde, 328, 330, 331
- UNTG — União Nacional dos Trabalhadores Guineenses, 71, 328, 330, 331
- V**
- Vale Alves Pereira, Jorge Manuel, 234
- Vale, Júlia, 455
- Valente de Oliveira, Luís, 70
- Van Zeller, Francisco, 197, 429
- Varela, Paulo, 460
- Vasco da Gama (CCP), 98, 126, 136, 155, 172
- Veludo, José, 73, 124, 178, 179, 311, 320, 377, 378, 379, 380
- Verborgh, Eric, 72
- Vestus, 431
- Vidreiros da Mandata, 423
- Vieira da Silva, José António, 239, 242, 249, 251, 257, 266, 269, 273, 279, 297, 360, 445, 447, 456, 458, 486
- Villaverde Cabral, Manuel, 417
- Visabeira, 460
- Volancoop, 308
- W**
- Waterman, Peter, 32, 464
- Willis, Norman, 72, 75
- X**
- Xavier, Manuel, 293
- Xiaoping, Deng, 24
- Y**
- Yasaki, 263
- Yazaki Portugal, 458



1



2

1 Reunião com Ministro das Finanças, delegação chefiada pelo Secretário Geral Torres Couto, Lisboa 1990.

2 Elisa Damião, coordenadora da CM/UGT, numa iniciativa da Semana da Mulher, 1991.



- 1 Seminário sobre Formação Profissional e Sindical, 1992.
- 2 Seminário «Ambiente e Qualidade de Vida» em Aveiro, 1993.
- 3 Jornadas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, 1995.



1 Atividades lúdicas nas comemorações do 1.º de Maio, 1995.

2 Prova desportiva nas comemorações do 1.º de Maio, 1995.

UGT



*emprego
solidariedade*

LISBOA

ABRIL 19, 20 e 21

VII CONGRESSO



1 Vitor Hugo Sequeira, Manuela Teixeira, Rui Oliveira e Costa, João Proença durante os trabalhos do VII Congresso em Lisboa, 1996.

2 Vitor Hugo Sequeira, Manuel António, João Proença, Barbosa de Oliveira no decorrer do VII Congresso em Lisboa, 1996.

3 Comemoração do 1.º de Maio de 1996, em Lisboa.



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

COMISSÃO PERMANENTE

COM A VERDADE COMBATE-SE A MENTIRA

O ACORDO DE CONCERTAÇÃO SOCIAL É BOM PARA OS TRABALHADORES E PARA O PAÍS

Em 24 de Janeiro deste ano de 1996 a UGT assinou com o Governo e as Confederações Patronais um Acordo de Concertação Social de Curto Prazo, cujos aspectos mais salientes são os seguintes:

- **AUMENTOS SALARIAIS;**
- **REDUÇÃO E ADAPTAÇÃO DOS HORÁRIOS DE TRABALHO;**
- **POLIVALÊNCIA;**
- **SUBSÍDIO DE NATAL;**
- **EMPREGO;**
- **REFORÇO DA NEGOCIAÇÃO COLECTIVA.**

AUMENTOS SALARIAIS

O Acordo assenta num **Quadro Macro Económico**, para 1996, que estabelece os seguintes valores:

Taxa de Inflação Média	3,5%
Taxa de Crescimento do PIB	3%
Taxa Média de Crescimento da Produtividade	2%
Taxa de Crescimento do Emprego	1%

Este Quadro Macro Económico permite simultaneamente prosseguir uma Política de redução da inflação e disponibilizar meios para combater o desemprego, e foi baseado nele que se estabeleceu o Acordo no que concerne à Política de Rendimentos.

Assim, foi estabelecido como **referencial médio para a revisão das tabelas salariais na negociação colectiva para o ano de 1996 o valor de 4,5%**, o que pressupõe a partilha dos ganhos de produtividade.

Obviamente que a negociação colectiva terá que ter em conta, para além da evolução da produtividade, a situação económica e financeira das empresas e sectores.

Trata-se pois de um **Acordo com Aumento das Tabelas Salariais em termos Reais**, ou seja acima da inflação. De referir ainda que para além das tabelas existem outras cláusu-

las nos contratos com incidência económica e por isso, a Massa Salarial global nos últimos anos em Portugal se tem situado cerca de 0,5% acima das Tabelas Salariais.

No que concerne ao Salário Mínimo, o Acordo estabeleceu, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996, um aumento para 54.600\$00 (5%) no Regime Geral e para 49.000\$00 (7,2%) no Serviço Doméstico.

Manteve-se assim o princípio sempre defendido pela UGT em anteriores Acordos que os **Salários Mínimos têm que ter um aumento superior ao referencial médio.**

O Acordo prevê ainda que a Comissão de Acompanhamento siga a evolução mensal da inflação média anual, e caso se verifiquem desvios superiores a 0,2% (o que durante Janeiro e Fevereiro não ocorreu) seja automaticamente ajustado o referencial médio para a negociação colectiva nos processos negociais seguintes:

O que até hoje se tem passado na negociação colectiva demonstra que o objectivo de sempre da UGT nesta área vai ser atingido: **em 1996 haverá um crescimento significativo dos salários reais, acima do crescimento médio na União Europeia**





1



2

1 Delegação da UGT na Euro Manif, no Luxemburgo, 1997.

2 Manifestação «Sindicatos e a Igualdade» em Lisboa, 1997.

ACORDO DE
CONCERTAÇÃO



Contra as violações da lei,
no combate à mentira, à manipulação
e à intriga é urgente esclarecer

40 HORAS SEMANAIS

Uma Vitória dos Trabalhadores

Uma luta da UGT

**Redução do Tempo de Trabalho
Uma prioridade da UGT**



A UGT e os seus Sindicatos sempre se têm batido pela redução do tempo de trabalho. Com a lei 21/96 obtivemos a maior redução de sempre do horário de trabalho em Portugal, verificada no período de um ano (1/12/96 a 1/12/97).

A luta por essa redução foi sempre uma luta dos trabalhadores portugueses, que levou à consagração do horário máximo de 48 horas em 1919.

Passados mais de 70 anos o Acordo Económico e Social, assinado pela UGT em 1990, estabeleceu a redução do horário máximo semanal para 44 horas a partir de 1/1/91. Simultaneamente foi fixada a alteração da lei do horário de trabalho de modo a que, por negociação colectiva, se fizesse a redução e adaptação do tempo de trabalho, ao ritmo de 1 hora por ano, visando chegar a 1995 com o horário máximo de 40 horas.



Não chegamos às 40 horas em 1995 por falta de vontade de muitos empresários,

que tiveram como alibi o facto dos Sindicatos da CGTP se recusarem a negociar a redução e adaptação e de ser praticamente impossível gerir dois horários fabris na mesma empresa.



Mas houve resultados. Os Sindicatos UGT obtiveram a redução para as 40 horas na Construção Civil e na Agricultura e em muitos outros sectores e empresas. No Vestuário do Sul foram negociadas as 40 horas, mas não entraram em vigor pelo facto do contrato assinado pelo Sindetex / UGT ter uma cláusula que previa que o horário das 40 horas só entraria em vigor se os Sindicatos da CGTP também o fizessem. E estes não assinaram!!!

Mas o facto do Governo e das Confederações Patronais se terem comprometido às 40 horas no AES de 1990 tornou possível criar um clima de compromisso nesse sentido por parte dos Partidos Políticos. Foi isso que permitiu a negociação da redução de tempo de trabalho no Acordo de Concertação de Curto Prazo. O Governo, no seguimento dum compromisso eleitoral, comprometeu-se à redução considerando fundamental para o efeito um Acordo de Concertação.



A UGT na negociação bateu-se pela redução, tentando limitar ao mínimo a adaptação, tanto mais que a mesma resultaria da lei e não da negociação colectiva.

O Acordo final obtido, como todos os Acordos traduz um compromisso.



Obteve-se a redução para as 40 horas de trabalho efectivo e não as 40 horas de trabalho normal que a UGT pretendia. As Confederações



1 1.ª Conferência Sindical da CPLP no Monte da Caparica em 1998.

2 Democracia e Intervenção Sindical em Angola, 1999.



1



2



3

- 1 Ciclo de debates preparatórios para o VIII Congresso, 2000.
- 2 Intervenção de João Proença no final do VIII Congresso, 2000.
- 3 Manifestação da CES – Confederação Europeia de Sindicatos, no Porto, em Junho 2000.

COM O APOIO DAS ESTRUTURAS DA UGT



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

IMIGRANTE LEGALIZA-TE!

- > Entrou finalmente em vigor um diploma legal (Decreto-Lei n.º 4/2001 de 10 de Janeiro) que abre caminho à legalização de todos os imigrantes em situação ilegal.
- > Dezenas de milhares de imigrantes que vieram para Portugal trabalhar vêm assim reconhecido o direito à permanência e ao trabalho legal.
- > É fundamental aproveitar esta oportunidade, tanto mais que futuramente vai ser combatida a imigração ilegal e a exploração ilegal do trabalho de imigrantes.
- > A União Geral de Trabalhadores - UGT, que como Confederação Sindical agrupa Sindicatos de todos os Sectores de Actividade e de todas as empresas, sempre se preocupou com a situação dos imigrantes.
- > Conseguimos no processo de discussão, alterações muito positivas ao projecto original e ao contrário doutros, sempre nos batemos pela saída rápida deste diploma.
- > Como no passado em que apoiámos os processos de legalização queremos agora, também, apoiar os imigrantes informando-os dos seus direitos e procurando ajudá-los na resolução dos seus problemas.
- > Neste texto poderás encontrar não só o que deves fazer para te legalizar, mas também Centros de Informação da União Geral de Trabalhadores - UGT e dos seus Sindicatos onde te poderás dirigir em caso de dúvidas, apoio no preenchimento de formulários ou apoio para ultrapassar dificuldades, quer estejas ou não sindicalizado.
- > Daí o apelo a que te legalizes, para no futuro, teres efectivo direito à igualdade no trabalho e no emprego.



União Geral de
Trabalhadores

Proposta de Lei do Código de Trabalho

Negociação tem que continuar

◆ *Na defesa dos trabalhadores*

**UGT empenhada na
Alteração da Proposta de Lei**

◆ *Nem imobilismo - Nem desregulação*

◆ *Código do Trabalho - Continua inaceitável*

Alterar o Código para:

◆ **Reforçar** a negociação colectiva

◆ **Combater** as violações da Lei e dos Acordos

◆ **Promover** a adaptabilidade negociada com
trabalho digno e qualificado



1



2

1 Conferência UGT/CEFOSAP «Competitividade com Trabalho Digno e Qualificação», Porto, 2002.

2 19.ª Conferencia Geral da IFWEA, Albufeira, 2003.



**União Geral de
Trabalhadores**

CÓDIGO DE TRABALHO

ENCERRADA A DISCUSSÃO EM CPCS
PROCESSO CONTINUA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

VALEU A PENA A NEGOCIAÇÃO

Em resultado da posição firme e determinada da UGT e dos seus Sindicatos foi apresentado um conjunto de alterações importantes em 8/01/03, data final de discussão em CPCS. Sobre este conjunto de alterações os Órgãos Nacionais da UGT tomaram posição.

RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO E DO CONSELHO GERAL DA UGT EM 9/01/03

1. Na sua reunião de 21 de Novembro o Secretariado Nacional da UGT definiu a sua orientação para o processo final de diálogo em sede de CPCS, reivindicando mudanças significativas em 9 áreas fundamentais.

A UGT formulou as suas propostas concretas de alteração nestas áreas.

A UGT foi o único parceiro social que, em sede de CPCS, apresentou um documento para debate com as suas propostas nestas 9 áreas e propostas concretas de alteração relativamente ao Decreto Preambular e ao restante texto da Proposta de Lei.

2. Em 8 de Janeiro o Governo, assume a possibilidade de alterações no quadro dum documento presente na CPCS e com a qual se encerra a discussão nesta sede.

É tempo de balanço face às reivindicações apresentadas nas 9 áreas.

Apesar de nem todas as nossas reivindicações terem sido aceites, houve avanços significativos em todas as 9 áreas, das quais destacamos:

Direitos Individuais

1. Adaptabilidade

- **Adaptabilidade de horários** condicionada a razões de saúde, segurança e conciliação com a vida familiar, não podendo nas semanas de maior duração, ultrapassar 50 horas em 2 meses.
- **Pausas** - em vigor Lei 21/96 e 73/98 até alteração por IRCT.
- **Trabalho Nocturno** - todos aqueles que tiverem feito 50 horas das 20 às 22 h. ou 150 h. das 20 às 07h. no ano anterior à publicação da Lei mantêm direito ao acréscimo de 25% das 20 às 22 horas.

2. Contratos a Termo

- Duração máxima de 3 anos no total para o primeiro contrato sem ou com duas renovações no máximo. Possibilidade de uma última renovação (que pode ser a 3.ª) com duração mínima de 1 ano e máxima de 3 anos.
- Para nenhum trabalhador a contratação a termo pode ultrapassar estas durações máximas.
- O agravamento da taxa social única para todos os contratos a termo, menos os específicos dos jovens desempregados e de longa duração, entrará em vigor antes de ser possível a última renovação para além dos 3 anos.



1



2



3

1 Intervenção de Manuela Teixeira durante o IX Congresso, 2004.

2 Delegações ao IX Congresso, 2004.

3 Intervenção de João Proença durante o IX Congresso, 2004.



1 Seminário UGT/CEFOSAP «A Europa Social e o Tratado Constitucional», 2005.

2 Conferência «A Estratégia de Lisboa», Lisboa, 2006.



1 Comemoração do 1.º de Maio de 2006, em Gaia.

2 Intervenção de João Dias da Silva nas comemorações do 1.º de Maio de 2006, em Gaia.

3 Comemoração do 1.º de Maio de 2006, em Gaia.



1



2



3

1 Cimeira EU-África 2007, em Lisboa.

2 Delegação da UGT no Comité Executivo da CES em Lisboa, 2007.

3 Seminário Formação Profissional de Jovens e Activos, 2007.



1



2

1 IVG — Sindicalistas pelo SIM, 2007.

2 Seminário UGT/CEFOSAP — A nossa aposta: A Europa Social, Aveiro 2007.



1



2

1 Delegados ao X Congresso, 2007.

2 Vista geral do X Congresso, 2007.



1 João Dias da Silva durante os trabalhos do X Congresso, 2007.

2 João Proença intervindo no X Congresso, 2007.



- 1 Cartaz da JMTD — Jornada Mundial Trabalho Digno, 2008.
- 2 JMTD — Jornada Mundial Trabalho Digno nos Açores, 2008.
- 3 JMTD — Jornada Mundial Trabalho Digno em Faro, 2008.
- 4 JMTD — Jornada Mundial Trabalho Digno em Lisboa, 2008.
- 5 JMTD — Jornada Mundial Trabalho Digno no Porto, 2008.



1 Seminário Promover o Trabalho Digno e a Vida Digna, Lisboa 2008.

2 Ricardina Guerreiro, Lucinda Dâmaso e Wanda Guimarães na Manifestação da CES, na Eslovénia, 2008.

3 Sede da UGT, 2008.



1



2



3

1 Comissão Executiva da CSPLP na OIT, 2009.

2 Conferência Internacional «Vencer a crise, defender o Trabalho digno», 2009.

3 Henrique Coelho, João de Deus e Luis Correia em jantar de homenagem a antigos dirigentes, 2009.



- 1 Manifestação da CES em Madrid, 2009.
- 2 JMTD — Jornada Mundial do Trabalho Digno em Lisboa, 2009.
- 2 Mafalda Troncho (OIT) e João Proença na iniciativa das JMTD em Lisboa, 2009.



1



2

1 A UGT presente na Manifestação organizada pela TUC, 2009.

2 Manifestação da CES em Madrid, 2009.



1 Assinatura de Protocolo entre a ACIDI e a UGT.

2 Iniciativa sobre o Trabalho Infantil com a participação da coordenadora da CJ/UGT, Débora Alves, 2009.



1



2

1 Exposição Comemorativa dos 30 anos da UGT, durante o XI Congresso, 2009.

2 João Proença intervindo durante o XI Congresso, 2009.



1 Inauguração do Polo de Atendimento de Lisboa, 2010.

2 Vítor Coelho, Débora Alves, João Prouença e Bruno Teixeira numa iniciativa «Os Jovens e a Greve Geral», 2010.



Delegação da OGBL Luxemburgo, de visita à UGT, 2010.



1 Secretário Geral — José Manuel Torres Couto (1979 a 1996). Foto Carlos Costa, arquivo UGT.

2 Secretário Geral — João António Gomes Proença (1996 a 2013).



- 1** Presidente — José Pereira Lopes (1984 a 1996).
- 2** Presidente — Manuel António dos Santos (1996 a 2000).
- 3** Presidente — Maria Manuela Teixeira (2000 a 2004).
- 4** Presidente — Joaquim João Dias da Silva (2004 a 2009).
- 5** Presidente — João Deus Gomes Pires (2009 a 2013).

JOSÉ MARIA BRANDÃO DE BRITO

Economista e Professor Catedrático jubilado do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. Foi administrador da TAP, presidente do CA da RTP, membro do Conselho Geral da EDP e vice-reitor da UTL. É membro do *think tank* Missão Crescimento (Ordem dos Economistas, Ordem dos Engenheiros e Fórum dos Administradores de Empresas), sócio efetivo da Sociedade de Geografia. É investigador integrado (FCT) do Instituto de História Contemporânea da UNL. Atualmente é administrador do BERD (Londres).

É autor de livros e trabalhos sobre a economia e a sociedade portuguesas e sobre temas de história económica contemporânea.

CRISTINA RODRIGUES

Doutorou-se na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, na especialidade de Sociologia do Estado, do Direito e da Administração, com uma tese sobre a influência da OIT no Portugal do Estado Novo. É licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa e mestre em Sociologia do Trabalho, das Organizações e do Emprego pelo ISCTE, com uma dissertação sobre os direitos dos trabalhadores na I República.

Dirigiu o Centro Nacional de Formação de Formadores e fez parte do Conselho Diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Atualmente coordena a Comissão de Recursos do Subsídio de Desemprego.

Prossegue-se neste segundo volume a História da UGT tendo sempre presente a sua integração na história mais vasta do Movimento Sindical Português, agora para o período de 1990 a 2010.

Partimos do enquadramento nacional e europeu destas duas décadas para uma reflexão sobre o futuro do trabalho e os desafios que se colocam ao sindicalismo. Em seguida, fazemos uma viagem à vida político-sindical do País, iniciando com a celebração do Acordo Económico e Social, em outubro de 1990, com o qual encerrámos o primeiro volume, seguem-se os governos do PSD liderados por Cavaco Silva, a mudança de ciclo político encetado pelo PS e os governos de António Guterres, os governos do PSD chefiados por Durão Barroso e Santana Lopes e, já na fase final do tempo que esta obra alcança, o primeiro governo de José Sócrates. Terminamos com algumas questões temáticas, com destaque para a Concertação Social, que, pela sua importância, constitui como que um epílogo do livro.

A UGT conseguiu, desde a sua origem e ao longo das décadas que agora tratamos, manter o rumo e os propósitos que constavam da sua «certidão de nascimento»: um sindicalismo de um novo tipo, nunca antes praticado em Portugal. Abandonando a via meramente reivindicativa, insistiu, mesmo quando as causas pareciam perdidas, na aposta no diálogo, procurando assegurar e reforçar o «contrato social» que laboriosamente ia sendo edificado. É este contrato social que rege as sociedades desenvolvidas modernas, lutando por formas de convivialidade que possam viabilizar acordos pacificadores e estabilizadores da sociedade, sem nunca perder de vista a defesa dos trabalhadores que representa.

OS AUTORES

